



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXVII SUP. ÚNICO AO Nº 10, QUINTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2022

Atas de Comissão Permanente do Congresso Nacional

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Deputado Marcelo Ramos (PSD-AM)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Deputada Rose Modesto (PSDB-MS)

3ª Secretária

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - Senador Zequinha Marinho (PL-PA)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Arthur Lira (PP-AL)

Presidente

Deputado Marcelo Ramos (PSD-AM)

1º Vice-Presidente

Deputado André de Paula (PSD-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)

1º Secretário

Deputada Marília Arraes (PT-PE)

2ª Secretária

Deputada Rose Modesto (PSDB-MS)

3ª Secretária

Deputada Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE)

2º - Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP)

3º - Deputado Alexandre Leite (UNIÃO-SP)

4º - Deputado Cássio Andrade (PSB-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Diários

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Ata da 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 e 10 de novembro de 2021.	4
Ata da 9ª Reunião de Audiência Pública Extraordinária, realizada 11 de novembro de 2021.	85
Ata da 10ª Reunião de Audiência Pública Extraordinária, realizada 23 de novembro de 2021.	133
Ata da 11ª Reunião de Audiência Pública Extraordinária, realizada 25 de novembro de 2021.	179
Ata da 12ª Reunião de Audiência Pública Extraordinária, realizada 15 de dezembro de 2021.	204
Ata da 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º, 6, 7, 8, 9, 13, 14, 20 e 21 de dezembro de 2021.	243





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 9 E 10 DE NOVEMBRO DE 2021.

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte um, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a escolha das emendas a serem apresentadas pela CMO na Lei Orçamentária Anual de 2022. Neste período foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Adolfo Viana, André Figueiredo, André Fufuca, Arnaldo Jardim, Bosco Costa, Carlos Zarattini, Charles Evangelista, Coronel Tadeu, Daniel Almeida, Domingos Sávio, Eduardo Costa, Flavia Morais, Genecias Noronha, Gilberto Abramo, Hildo Rocha, Hugo Leal, Jhonatan de Jesus, José Guimarães, Júnior Mano, Luciano Ducci, Mário Negromonte Jr., Marx Beltrão, Osires Damaso, Paulo Azi, Sanderson, Uldurico Junior e Zé Carlos; - **Senadores titulares:** Angelo Coronel, Carlos Fávaro, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Rose de Freitas, Simone Tebet e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Adriana Ventura, Alceu Moreira, Célio Silveira, Dagoberto Nogueira, Danilo Forte, Delegado Marcelo Freitas, Domingos Neto, Gelson Azevedo, Heitor Schuch, Hercílio Coelho Diniz, Juscelino Filho, Júnior Ferrari, Márcio Marinho, Orlando Silva, Ossesio Silva, Pedro Lupion, Robério Monteiro, Toninho Wandscheer, Wilson Santiago e Zeca Dirceu – **Senadores Suplentes:** Esperidião Amin e Soraya Thronicke. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão: - **Deputados:** Claudio Cajado, Misael Varella, Odair Cunha, Rodrigo Coelho. Foi registrada a **ausência** dos membros titulares: - **Deputados:** Arthur Oliveira Maia, Gonzaga Patriota e Sergio Souza; – **Senadores:** Alessandro Vieira, Jean Paul Prates, Orioivisto Guimarães e Weverton. **ABERTURA:** às quatorze horas e trinta e seis minutos, do dia nove de novembro de dois mil e vinte um e havendo número regimental, os trabalhos foram abertos pela Presidente, Senadora Rose de Freitas, que em seguida suspendeu a reunião em virtude de estar ocorrendo reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO. Às dez horas e quarenta e um minutos, do dia dez de novembro de dois mil e vinte um, a Presidente reiniciou os trabalhos e informou que a reunião ocorria de forma mista: os Deputados presentes no plenário e os senadores participando de forma presencial ou virtual através da plataforma zoom. Em seguida declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, até 3 de novembro de 2021, uma vez que essas informações se encontravam publicadas na página da CMO na internet. A Presidente também solicitou ao Plenário a concordância para a dispensa da leitura da Ata da 11ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada em 27 e 28/10 e 03/11/2019 e, em deliberação, a Ata foi APROVADA. Antes de anunciar a Ordem do Dia, o Deputado Danilo Forte fez uso da palavra solicitando a inversão da pauta para que fosse deliberado o PLN 26/2021. O Deputado Carlos Zarattini também se manifestou a respeito do PLN 31/2021 que ainda se encontrava na Secretaria Legislativa do Congresso Nacional aguardando despacho para ser encaminhado à Comissão Mista de Orçamento. Ressaltou a importância do projeto já que se tratava de complementação ao PLN 17/2021. A Presidente em resposta ao Deputado Danilo Forte, aceitou a inversão de pauta posterior a deliberação das Sugestões de emendas da CMO. **ORDEM DO DIA.** Item 01. **Sugestões de Emendas** a serem apresentadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, ao **Projeto de Lei nº 19/2021-CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022”- **PLOA/2022**, de acordo com o disposto no art. 44, da Resolução nº 1/2006-CN. Foi designado para relatar o Deputado Wilson Santiago. A Presidente comunicou ao Plenário que foram apresentadas pelos membros da CMO sessenta e oito sugestões de Emendas de Apropriação, uma de remanejamento e cinco de texto ao **Projeto de Lei nº 19/2021-CN - PLOA/2022**. O Relator apresentou o Relatório no qual inadmitia a emenda e remanejamento por não apresentar interesse nacional, nos termos do disposto no Inciso II do art. 44 da Resolução nº 1/2006-CN e apresentou 4 sugestões de emendas de Apropriação de Despesa e cinco emendas de texto. Em votação, as 04 sugestões de emendas de Apropriação de Despesa e as cinco emendas de texto foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e são a seguir relacionadas: **EMENDAS DE APROPRIAÇÃO DE**





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

DESPESA: Emenda nº 01 – CMO, UO: 36901, Tipo: Apropriação - Acréscimo, Subtítulo: 0001 - Nacional, Unidade Orçamentária: Fundo Nacional da Saúde, Ação: 2E89 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas. Valor: R\$ 1.000.000.000 (um bilhão de reais). **Emenda nº 02 – CMO**, UO: 26101, Tipo: Apropriação - Acréscimo, Subtítulo: 0001 - Nacional, Unidade Orçamentária: Ministério da Educação – Administração Direta, Ação: 219V – Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior. Valor: R\$ 1.000.000.000 (um bilhão de reais). **Emenda nº 03 – CMO**, UO: 53000, Tipo: Apropriação - Acréscimo, Subtítulo: 0001 - Nacional, Unidade Orçamentária: Ministério do Desenvolvimento Regional – Administração Direta, Ação: 00T1 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária. Valor: R\$ 1.000.000.000 (um bilhão de reais). **Emenda nº 04 – CMO**, UO: 22000, Tipo: Apropriação - Acréscimo, Subtítulo: 0001 - Nacional, Unidade Orçamentária: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Administração Direta, Ação: 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário. Valor: R\$ 100.000.000 (cem milhões de reais) para GND 3 e R\$ 900.000.000 (novecentos milhões de reais) para GND 4. **EMENDAS DE TEXTO:** 1) Referência: Anexo V, Cap II, Seção 1, Subseção 2, Item 1, Tipo Aditiva; 2) Referência: Anexo V, Cap I, Seção 5, Subseção 1, Alínea 2, Item 1, Tipo Aditiva; 3) Corpo da Lei, Cap II, Seção III, Art 4, §7, Tipo Aditiva; 4) Anexo V, Cap I, Seção 5, Subseção 1, Alínea 2, Item 1, Tipo Aditiva; 5) Corpo da Lei, Cap II, Seção II, Art 3, §3, Tipo Aditiva. Em seguida os Deputados Daniel Almeida, Cláudio Cajado e Wilson Santiago fizeram uso da palavra. Item 02. Projetos de Lei. Em seguida a Presidente submeteu ao Plenário requerimentos para inclusão na Pauta e quebra de interstício dos 2 (dois) dias úteis para a apreciação dos Projetos de Lei 23, 24, 26,34 e 35/2021 CMO, conforme Art. 235 do Regimento Interno do Senado Federal e Art. 128 da Resolução nº 1 de 2006-CN. Em votação a inclusão na pauta e a quebra de interstício foram aprovadas. Em seguida fizeram uso da palavra os Deputados Daniel Almeida, Claudio Cajado, Wilson Santiago a respeito da necessidade dos Projetos de Lei de Créditos orçamentários serem despachados à CMO o que, segundo eles, não vêm acontecendo pois muitos deles ainda estão no Congresso Nacional aguardando despacho do Presidente do Congresso. A Presidente Rose de Freitas concorda com o questionamento dos parlamentares quanto aos PLNs que ainda não foram despachados bem como identificar os motivos desses atrasos. Dando continuidade as deliberações, iniciou a apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 26/2021-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Cidadania, crédito especial no valor de R\$ 9.363.481.257,00, para os fins que especifica." RELATOR: Deputado DANILO FORTE. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto, não foram apresentadas emendas. O Relator fez a leitura do relatório e posteriormente a Presidente abriu a discussão para o Deputado José Guimarães. Não havendo quem mais quisesse discutir, a matéria foi colocada em votação. O relatório foi APROVADO em ambas as Casas. O Deputado Danilo Forte fez agradecimentos em função da aprovação da matéria e a Presidente concedeu a palavra aos Deputados Juscelino Filho, Bosco Costa, Carlos Zarattini e o Senador Izalci Lucas que também o parabenizaram e questionaram sobre a chegada ou não do Projeto de Lei nº 31/2021-CN. Em continuidade aos trabalhos, apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 23/2021-CN**, que "Altera o Anexo I à Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023." RELATOR: Senador CARLOS FÁVARO. O relator solicitou a dispensa da leitura do Relatório por se tratar de um Projeto simples e após a introdução sobre o objeto da matéria, fez a leitura do Voto: pela aprovação do PLN nº 23, de 2021, na forma proposta pelo Poder Executivo. Discutiu a matéria o Deputado Hildo Rocha. Em votação, o Relatório foi APROVADO nas duas Casas Legislativas. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2021-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, crédito especial no valor de R\$ 23.300.000,00, para os fins que especifica." RELATOR: Deputado BOSCO COSTA. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. O Relator fez a leitura do Relatório e este foi colocado em discussão. Não havendo quem quisesse discuti-lo a Presidente colocou o Relatório em votação. APROVADO na representação da Câmara e do Senado Federal. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 35/2021-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 3.066.300.000,00, para reforço das dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." RELATOR: Senador WEVERTON. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma proposta pelo Poder





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Executivo. Quanto às 42 (quarenta e duas) emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela INADMISSIBILIDADE das emendas de nºs 18, 19, 31 e 32 e REJEIÇÃO das demais. Para leitura do relatório foi designado ad hoc o Senador Carlos Fávaro uma vez que o Senador Weverton teve que se ausentar em missão. Foi aberta a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Os Deputados Hildo Rocha e Arnaldo Jardim discutiram a matéria e a discussão foi encerrada, bem como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 10 destaques ao relatório. A matéria foi colocada em votação RESSALVADOS os destaques. APROVADA. Em votação, Destaque nº1 de autoria do Deputado Hildo Rocha à emenda nº1 do Senador Marcelo Castro. O autor do destaque fez sua justificativa. O Relator ofereceu voto pela aprovação do destaque. Em votação, o Destaque foi APROVADO. A Presidente então consultou o Plenário quanto a votação dos demais destaques de autoria do Deputado Wilson Santiago em globo. Não houve objeção. O Relator ofereceu voto pela rejeição dos destaques. Em deliberação os destaques foram REJEITADOS na representação da Câmara dos Deputados e não serão apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. Antes de dar continuidade às deliberações a Presidente comunicou o Plenário que chegaram à Comissão os PLN nº 31 e o PLN nº 33, objetos das discussões anteriores de vários parlamentares. Informou ainda que, para estes PLNs, seria aberto prazo para emendas e pretende-se votá-los nesta data para incluí-los, dada a urgência e a importância, na sessão do Congresso Nacional. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 34/2021-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, crédito especial, no valor de R\$ 763.600.000,00, para os fins que especifica." RELATOR: Deputado CORONEL TADEU. Voto: pela aprovação na forma do substitutivo, pela inadmissão das emendas de nº 01, 06 e 07 e pela admissão das emendas de nº 02, 03, 04, 05, 08, 09, 10 e 11, e no mérito, pela sua rejeição. Antes da leitura do Relatório, fizeram uso da palavra os Deputados Cláudio Cajado, Adriana Ventura e o Senador Izalci Lucas. Em seguida, após autorização da presidente, o Relator Deputado Coronel Tadeu fez apenas a leitura do seu Voto ao PLN nº 34/2021-CN. A Presidente Rose de Freitas propôs então ao Plenário a inclusão na Pauta dos PLNs de nºs 31 e 33/2021-CN bem como a quebra de interstício para apreciá-los, nos termos do Art. 128 da Resolução nº1/2006 do Congresso Nacional. APROVADOS. Em seguida, a Presidente dirimió dúvidas de alguns parlamentares quanto ao andamento dos trabalhos e suspendeu a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos, antes, porém, esclareceu que o prazo para apresentação de emendas aos PLNs nºs 31 e 33/2021-CN ficaria aberto até às quinze horas e o reinício dos trabalhos seria agendado para às dezesseis horas após o recebimento dos relatórios. Às dezesseis horas e vinte um minuto, do dia dez de novembro de dois mil e vinte e um os trabalhos foram retomados. A Presidente reforça as condições presenciais e remotas em que a reunião está ocorrendo, a existência de quórum para deliberação, as matérias que já foram deliberadas durante a manhã e dá continuidade à discussão do relatório do PLN nº 34/2021-CN. Discutiu a matéria o Deputado Hildo Rocha que explicou o motivo de ter apresentado e depois retirado um destaque ao relatório. Após encerrada a discussão a matéria foi para deliberação e APROVADO nas representações da Câmara dos Deputados, com voto contrário da Deputada Adriana Ventura, e no Senado Federal. Por questões administrativas a pauta foi invertida e colocado em apreciação o **Projeto de Lei nº 33/2021-CN**, que " Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Encargos Financeiros da União, crédito especial, no valor de R\$ 402.775.152,00, para os fins que especifica. " RELATOR: Deputado HILDO ROCHA. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Quanto à 1 (uma) emenda apresentada, o Relator ofereceu voto pela REJEIÇÃO. Antes da leitura do Relatório, a Presidente concedeu a palavra aos Deputados Paulo Azi, que versou sobre o andamento dos trabalhos do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves – COI, Daniel Almeida, Wilson Santiago e Carlos Zarattini. Em seguida o Relator Deputado Hildo Rocha fez a leitura do relatório do PLN nº 33/2021-CN. Não houve discussão por não haver quem quisesse discutir o relatório. Em votação a matéria foi APROVADA nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Antes de iniciar a apreciação do último Projeto de Lei da pauta, a presidente abriu espaço para considerações dos Deputados Carlos Zarattini, Daniel Almeida, Izalci Lucas, Wilson Santiago, Domingos Sávio, Rogério Correia. Às dezessete horas e treze minutos o Deputado Carlos Zarattini assumiu a coordenação dos trabalhos e concedeu a palavra aos Deputados Juscelino Filho, Adriana Ventura, Domingos Sávio, Cláudio Cajado, Vermelho e depois repassou, às dezessete





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

horas e cinquenta minutos, a presidência a Senadora Rose de Freitas que colocou em apreciação o **Projeto de Lei nº 31/2021-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 859.592.565,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. " RELATOR: Deputado WILSON SANTIAGO. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma do Substitutivo apresentado, pela constituição de projeto autônomo de parte da proposição principal e pela rejeição das emendas de nº 1 a 9. O Relator fez a leitura do Relatório prestando esclarecimentos adicionais sobre peculiaridades do Projeto. A presidente deu início a discussão e passou a palavra para o Senador Izalci Lucas e aos Deputados Daniel Almeida e Adriana Ventura. Encerrada a discussão o Relatório foi deliberado e APROVADO nos seguintes termos: "favorável ao Projeto de Lei nº 31/2021-CN na forma do Substitutivo apresentado, pela constituição de projeto autônomo de parte da proposição principal. " Quanto às 9 (nove) emendas apresentadas, foram REJEITADAS no mérito. Por fim a Presidente comunicou que o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei nº 19/2021-CN**, PLOA/2022, seria encerrado no dia dezesseis de novembro, próxima terça-feira, às dezoito horas. Informou também sobre a realização de audiência pública, quinta-feira, dia onze de novembro, às quatorze horas, para tratar sobre emendas do Relator-Geral no Orçamento da União, atendendo ao Requerimento nº 26/2021 CMO, de autoria da Deputada Adriana Ventura. **ENCERRAMENTO**: nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou os trabalhos às dezoito horas e seis minutos, do dia dez de novembro de dois mil e vinte e um. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Senadora Rose de Freitas, Presidente. XXXX

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Há quórum regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação na representação das duas Casas do Congresso Nacional. No entanto, vamos suspender esta reunião para que possamos realizar reunião interna e, em seguida, iremos reabri-la novamente.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para apreciação da matéria constante na pauta.

Informo que a reunião ocorre de forma mista: os Deputados e os Senadores dela participam de forma presencial, no plenário, ou virtual, através da plataforma Zoom.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão entre o dia 3 de novembro e a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata, por ela ter sido distribuída antecipadamente. Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.

Coloco em votação a ata da 11ª Reunião Extraordinária, realizada entre 27 e 28 de outubro e 3 de novembro de 2019.

A ata está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que a aprovam permaneçam como se acham.

(Pausa.)

Aprovada.

A ata está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Ordem do dia.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em algum momento eu vou ficar conflitada aqui com a pauta, porque ontem nós apreciamos as prioridades da Comissão de Orçamento, que foram votadas e aprovadas pelos Líderes.

Eu queria sugerir, como Relator, que apreciássemos as emendas apresentadas pela CMO...

Posso? Ou V.Exas. não desejam isso? *(Pausa.)*

Eu queria um Relator para as emendas. Deputado Wilson, pode ser V.Exa.? Eu lhe agradeceria.

Às 4 emendas da CMO foram sugeridas: 68 emendas de apropriação, 1 emenda de remanejamento e 5 emendas de texto. São as emendas da Comissão de Orçamento.

Eu vou passar a palavra para o Relator. Mas antes quero explicar que ontem uma emenda ficou designada para que a Câmara elencasse como uma das aprovadas. As outras emendas, as Emendas nºs 2 e 3, referem-se ao Ministério de Desenvolvimento Regional, e a Emenda nº 4 refere-se ao custeio da saúde.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

Tem a palavra pela ordem o Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Como se trata de um relatório que o Relator está recebendo agora — imagino eu que ele vai querer dar uma lida e se aprofundar no tema —, eu





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sugeriria que começássemos com a votação dos PLNs, que inclusive têm senso de aprovação e já estão na pauta de amanhã do Congresso Nacional. Depois disso, nós aprovaríamos o encaminhamento das emendas na CMO, com o relatório geral da LOA.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Se não houver nenhuma observação em sentido contrário, não há discordância, podemos acatar a sugestão.

O Deputado Danilo e V.Exa. assumem o texto para saber exatamente o que foi votado.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Presidente Rose, eu não posso deixar de falar aqui porque estamos numa batalha grande para resolver o problema das bolsas da CAPES, do chamado PIBID.

Nesse projeto que foi negociado por V.Exa., pelo Senador Izalci Lucas e por outros Deputados e Senadores, entre os quais eu me incluo, a complementação dos recursos foi encaminhada através do PLN 31.

Esse PLN está com a Mesa do Congresso Nacional desde o dia 3 de novembro. Nós fizemos um contato agora com o Vice-Presidente do Congresso, Deputado Marcelo Ramos, que conversou com o Presidente Rodrigo Pacheco no sentido de ser despachado esse projeto.

Eu pediria a V.Exa., se esse despacho chegar aqui até o final da reunião, se houver acordo, evidentemente, que votássemos esse projeto, porque isso resolveria um problema grave, pois esses jovens estão sem receber as suas bolsas há 2 meses.

O PLN 17/21, que vai a voto amanhã no Congresso, paga 1 mês atrasado, mas os outros meses estão vencendo. Então, seria importante se pudéssemos dar andamento ao projeto.

Portanto, é essa a solicitação que faço a V.Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vice-Presidente, nobre Deputado Carlos Zarattini, as pessoas precisam estar a par também do sofrimento que tem sido trazer para esta Comissão os PLNs que estão na Casa há muito tempo.

Ele cita o PLN ao qual foi dada entrada em 3 de novembro. Nós tivemos várias reuniões. Inclusive na quinta-feira, na última reunião que tive com o Presidente do Congresso, o Senador Rodrigo Pacheco disse que estava liberando todos os PLNs. São 14 PLNs. Na sexta-feira, eu e o Secretário Walbinson estávamos procurando pelos PLNs. Para entendermos melhor, esses PLNs que chegaram — e não chegaram todos — foram designados os Relatores e eles foram colocados aqui na Comissão.

Eu vou sugerir a V.Exa., depois que votarmos alguns PLNs, que nos sentemos e tratemos desse assunto. Não é comum ouvir que esses PLNs, daqui a pouco, estarão na Comissão, mas isso não acontece.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, vamos nos sentar para discutir não só esses PLNs, mas também os PLNs retidos na Mesa do Congresso, de 5 milhões de reais, para pagar um débito devido ao Ministério de Saúde. E há o PLN, de 16 milhões, do Ministério de Ciência e Tecnologia. Isso não tem cabimento. Não vou pinçar um que talvez chegue aqui, porque o Deputado Marcelo é muito sério. Vamos discutir todos os outros, os quais o Senador Rodrigo Pacheco disse que estariam aqui na Comissão na sexta, mas que não vieram. Não tem sentido a Presidente da CMO e os membros ficarem procurando PLNs de urgência para tratar. Vamos parar e dizer: *"Mandem todos. Várias pessoas estão dispostas a relatar e a ajudar a Comissão"*. Mas o que V.Exa. fala é de suma importância.

Posso aceitar a inversão sugerida pelo Relator Danilo Forte.

Antes de passarmos à votação das emendas da CMO, concedo a palavra ao Relator, Deputado Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente, trata-se das sugestões das emendas de Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos da Resolução nº 1, de 2006, ao PLN 19/21, ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022, as quais passo a relatar abaixo.

Com base nos arts. 43 e 45 da Resolução nº 1, de 2006, esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização reúne-se para deliberar sobre as emendas a apresentar ao Projeto de Lei orçamentária Anual para 2022 (PLN 19/2021-CN).

No prazo avençado foram apresentadas 68 (sessenta e oito) emendas de apropriação, 1 (uma) emenda de remanejamento, todas destinadas a contemplar programações orçamentárias para financiar políticas públicas, ao abrigo da concentração material das competências desta Comissão, e 5 (cinco) de texto. Após detida análise das emendas apresentadas, os membros desta Comissão decidiram por:

1) inadmitir a emenda de remanejamento apresentada, por não apresentar interesse nacional, nos termos do disposto no inciso II, do art. 44 da Resolução nº 1, de 2006;

2) apresentar quatro emendas — conforme combinado ontem com todos — de apropriação, conforme discriminação abaixo:

Emenda nº 1.

Ministério da Saúde. Órgão 360000.

Unidade Orçamentária: Fundo Nacional de Saúde.

Função: 10 - Saúde.

Subfunção: 301 - Atenção Básica.

Programa: Atenção Primária à Saúde.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: 2E89 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas.

Subtítulo: 0001 - Nacional.

Especificação do Produto/Unidade de Medida: Unidade apoiada (unidade).

Quantidade de Meta a Alterar: 4.000.

GND: 3.

RP: 8.

Modalidade: 90 - Nacional.

Valor: R\$ 1.000.000.000.

Cancelamento: 000001563 - GND 9 - Reserva de Contingência.

Justificativa.

Tendo em vista as atribuições desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, este colegiado entendeu que a ação orçamentária ora proposta possui inegável mérito e deve ser incorporada à Lei Orçamentária Anual 2022.

Essa foi a Emenda nº 1.

Emenda nº 2.

Ministério da Educação.

Unidade Orçamentária: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta.

Função 12: Educação.

Subfunção: 364 - Ensino Superior.

Programa: 5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

Ação: 219V - Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior.

Subtítulo: 0001 - Nacional.

Especificação do Produto/Unidade de Medida: Instituição apoiada (unidade).

Quantidade de Meta a Alterar: 30.

GND: 3.

RP: 8.

Modalidade: 90 - Nacional.

Valor: R\$ 1.000.000.000;

Cancelamento: 000003180 - GND 9 - Reserva de Contingência.

Justificativa: tendo em vista as atribuições desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, este colegiado entendeu que a ação orçamentária ora proposta possui inegável mérito e deve ser suplementada nos montantes indicados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Emenda nº 3:

Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta

Infraestrutura Urbana

Programa: 2219 - Mobilidade Urbana

Ação: 00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à
Implantação e Qualificação Viária

Especificação do Produto: Projeto apoiado (unidade)

Quantidade de Meta a Alterar

GND: 4

RP: 8

Modalidade: 40 — para Municípios.

Valor: R\$ 1.000.000.000

Cancelamento – GND 9 - Reserva de Contingência

Justificativa: Tendo em vista as atribuições desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, este colegiado entendeu que a Ação Orçamentária ora proposta possui inegável mérito e deve ser suplementada nos montantes indicados.

Emenda nº 4:

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Unidade Orçamentária: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento -
Administração Direta

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 608 - Promoção da Produção Agropecuária

Ação: Fomento ao Setor Agropecuário

Especificação do Produto/Unidade de Medida: Projeto apoiado (unidade)

Quantidade de Meta a Alterar: 90.000

GND: 3

RP: 8

Modalidade: 90, que é nacional

Valor: R\$ 100.000.000

Cancelamento: 000003180 – GND 9 - Reserva de Contingência

GND: 4

RP: 8

Modalidade: 40

Valor: R\$ 900.000.000





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Cancelamento: 000003180 – GND 9 - Reserva de Contingência"

Está aqui a justificativa na mesma linha das anteriores.

"Aprovar as cinco emendas de texto apresentadas — § 3º.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 2021."

Era só isso, Sra. Presidente, o relatório.

A Presidência, que é de V.Exa., que encaminhou a esta relatoria.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Apresentado o relatório sobre as emendas da CMO, nós passamos à votação das emendas ontem discutidas e votadas no Colégio de Líderes.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores que as aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Comunico ao Plenário que, tendo em vista acordo no Colégio de Líderes, proponho a inclusão na pauta dos PLNs nºs 23, 24, 26, 34 e 35.

Ainda tem solicitação verbal a esta Comissão da inclusão de outros PLNs que não vieram até agora para a Comissão. Nós vamos respeitar o prazo mínimo para a feitura de emendas, caso cheguem aqui durante esta sessão.

Informo que há requerimento sobre a mesa de quebra de interstício no sentido de apreciar as matérias.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação dessas proposições, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 dias úteis da sua distribuição.

Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - Presidenta, cumprimento V.Exa. e também o Relator, que fez a relatoria das emendas da Comissão, que eu considero muito apropriadas, dando especial destaque à emenda que trata da educação, do ensino superior tão necessário, tão fundamental, que passa por um sucateamento enorme. É preciso repor esses recursos, e a Comissão está atenta a isso.

Ressalto, Sra. Presidenta, que, por alguma razão que estou procurando entender, a bancada do PCdoB não participou dessa deliberação do Colégio de Líderes. Estamos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

procurando encontrar as razões para que isso tenha acontecido. Eu poderia me sentir, portanto, descomprometido com os entendimentos que esta reunião do Colégio de Líderes produziu.

Claro que há absoluta confiança em V.Exa., Senadora Rose, que tem feito um esforço para harmonizar e dar funcionalidade a esta Comissão. Mas precisamos nos debruçar mais sobre o mérito de diversos projetos. As coisas aqui são muito atropeladas. Faz-se uma reunião num dia e pauta a matéria no dia seguinte, sem que a transparência, o debate, o aprofundamento e a participação mais abrangente dos diversos membros possam acontecer. E não é culpa de V.Exa. Eu acho que é um ritmo que esta Casa tem adotado que não tem favorecido um debate mais amplo.

Então, quero fazer esse registro sobre a necessidade de todos os Líderes estarem presentes ou serem avisados da participação nessas deliberações, para que não tenham divergências sobre o mérito das proposições aqui apresentadas. Mas queria lembrar da necessidade, que é objeto de um acordo amplamente tratado em reuniões anteriores, das bolsas dos nossos jovens. O Senador Izalci participou disso. A reposição dos recursos para a ciência e tecnologia e para as bolsas, que correspondem ao volume de 124 milhões, está acertada, está combinado. Esses recursos estão contidos no PLN 31. E não há razão para continuarmos deliberando coisas aqui sem resolver aquelas que já foram acordadas anteriormente.

Então, eu faço um apelo no sentido de agilizarmos a deliberação sobre essas matérias, especialmente essa da bolsa dos nossos jovens.

Era isso, Sra. Presidente. Obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Daniel, assim como V.Exa. tem todo o direito de exigir a transparência e a comunicação, é de fato obrigação desta Comissão e de qualquer outro fazer isso.

Em primeiro lugar, quero esclarecer que todos os Líderes são acionados pessoalmente quando há reunião de Líderes. E na página entra a convocação. Então, não fizemos diferente até hoje. Eu tenho muito cuidado. Eu ligo 300 vezes e pergunto se já convocaram, se já anunciaram, se já falaram. Não será diferente, e até me surpreendo com a fala de V.Exa.

Em segundo lugar, quem está participando das reuniões, quanto às bolsas, isso já foi resolvido. Quem está acompanhando isso pessoalmente sou eu, diretamente no Ministério da Economia, nas reuniões que acontecem na JEO. Quanto às bolsas foram resolvidas. Nós temos mais uma página de problemas para ser resolvida, dentro daquele contexto, quando o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Líder Eduardo Gomes apresentou o relatório e, em seguida, o votamos, e acordamos que haveria a complementação dos recursos.

É preciso que as pessoas ouçam aquilo que estamos falando, com muita atenção. Não está nesta Comissão o PLN 31. Não chegou a esta Comissão. A Casa, o Congresso Nacional tem segurado os PLNs que chegam. Eu tenho feito uma via-crúcis direto, tenho sentado à mesa com o Presidente, na dele, porque não há justificativa para que muitos PLNs não estejam na pauta, principalmente um objeto de prioridade da discussão dos Srs. Senadores e Srs. Deputados.

V.Exa. consulte quem, de direito, no seu partido, que por acaso não comunicou a esta Casa quem está falando nesta Comissão. O Senador Izalci Lucas é Líder. Até hoje não há um ofício. Está chegando agora sobre ele ter a Liderança, mas ele está em todas as reuniões. Foi convocada reunião, ele está presente aqui.

Sobre o PLN 31, vou repetir: nós temos que sentar, voltar a uma reunião na sala de Líderes, porque esse PLN, como os outros, não chegaram a esta Comissão.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - Presidenta, cumprimento V.Exa. e lhe agradeço as explicações. O termo preciso é o seguinte: está encaminhada a solução, porque só estará resolvido quando for aprovado o PLN no plenário do Congresso Nacional. Então, está encaminhada, mas não há ainda uma solução definida. Está acordada a solução, mas não está definida.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tão logo o PLN esteja aqui.

Nós vamos conhecer o teor do PLN quando for encaminhado. Agora, dentro da sala do Presidente, dentro da gaveta dele, não tem como dar andamento a ele.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - Não é nenhuma responsabilidade de V.Exa., mas inclusive estava motivado a fazer um processo de obstrução, enquanto isso não fosse deliberado e não participei do Colégio de Líderes.

Por isso, estou muito à vontade para encaminhar dessa forma. Não vou fazer nesta sessão de hoje, mas quero deixar claro que, se isso não for resolvido, não faremos outras deliberações, enquanto este assunto não for definitivamente resolvido. Está encaminhado, mas ainda não está resolvido.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu faço um convite a V.Exa., porque eu sou uma pessoa que gosta de ser profícua. Eu também costumo colocar a folha encostada na parede. Isso tenho feito em nome de V.Exas. Aquilo que foi comprometido anunciamos inclusive que só passaríamos às votações, tão logo seja dada a resposta da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

complementação das bolsas, que era de 81 milhões. Isso é o que consta em todas as atas. Como colocado, foi atendido.

Eu faço o convite a V.Exa. a participar ativamente de todas as negociações e conversas, inclusive com os Ministérios. Chegamos a dizer que nós mesmos não vamos convocar sessão, enquanto não forem cumpridos os acordos.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Sra. Presidente, pela ordem.

V.Exa. me permite fazer um aditamento à sua fala?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O Deputado Wilson Santiago pediu a palavra, anteriormente.

Em seguida, V.Exa.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente, primeiro, mais uma vez, parabeno V.Exa. pela condução dos trabalhos da Comissão. Se não fossem suas decisões de exigir que os PLNs, de fato, passassem por esta Comissão, acredito que poucos até por aqui passariam pelo que está se vendo.

Então, a título de sugestão, já que vamos ter outros PLNs que serão necessários, Deputado Cajado — de entendimento, de conversa, que são esses PLNs, até pelo fato de haver decisões judiciais —, precisamos que V.Exa. coordene uma Comissão de Parlamentares, de Senadores e Deputados, para conversar com o Presidente do Senado. Nunca se viu isso aqui. Eu estou aqui há 20 anos. Eu nunca vi Presidente de Senado segurar PLN como tá acontecendo nesses últimos tempos, infelizmente, porque a obrigação do Presidente é encaminhar para a Comissão — nada mais do que isso —, e a Comissão posteriormente designa um Relator, com a indicação dos partidos ou da forma que achar conveniente regimentalmente. Não pode acontecer o que está acontecendo aqui. Estamos discutindo um PLN, e o PLN nem aqui está. Não tem sentido isso. Essa é que é a grande verdade.

Ressalto que V.Exa. tem lutado durante todo o tempo para acabar com isso, para, de fato, primeiro passar pela Comissão. Eu acho que há alguma insatisfação porque V.Exa. conseguiu, com o apoio de muitos, fazer com que os PLNs passassem pela Comissão. Certamente alguém queria que nem pela Comissão passassem.

Portanto, temos que estar unidos nesse pleito porque isso é de interesse da Comissão. Do contrário, perde o sentido a Comissão de Orçamento nesta casa.

Era só isso Sra. Presidente.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Presidenta, eu quero corroborar com o que V.Exa. disse. Como Líder do Governo aqui na CMO, digo que V.Exa. tem tido uma atuação





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

extremamente de magistrada, dando as oportunidades a todos, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, independentemente do partido político, e atuando de forma proativa em defesa da Comissão de Orçamento.

Eu tenho acompanhado a luta de V.Exa. O que foi dito aqui, de certa forma, é muito grave, porque poderíamos, Deputado Carlos Zarattini, estar votando outros PLNs, e não estamos porque não chegaram à Comissão e já estão no Congresso há muito tempo, há 30 dias. Ou seja, o Governo encaminha o PLN, que chega ao Congresso Nacional e não é encaminhado à CMO. É preciso saber de fato o que está acontecendo — não é por vontade desta Comissão de deliberar; é por causas externas à CMO.

Eu passei essa informação ao Líder do Governo no Congresso Nacional, o Senador Eduardo Gomes. A Presidenta está lutando sozinha. Eu penso que a sugestão do Deputado Wilson Santiago de formarmos uma Comissão com todos os Coordenadores dos partidos políticos com assento na CMO e V.Exa. será oportuna para que não estejamos como estamos.

Levo à consideração de V.Exa., Presidenta, o seguinte: faltam em torno de 45 dias para findar o exercício de 2021. Os PLNs que não chegarem, que não forem deliberados, que não forem para a sessão do Congresso e que não forem sancionados — para poderem ser processadas as suas aberturas de cadastramentos, de necessário desempenho a execução — morrerão. Vamos aqui estar trabalhando por nada. O tempo é fatal, e nós temos que, de fato, nos unir.

Se V.Exa. chamar essa reunião para terça-feira com o Presidente do Congresso, V.Exa. estará falando em nome Comissão e dos Líderes com assento na Comissão. Penso que V.Exa. pode ser a protagonista e a voz da Comissão, com todos nós lhe dando subsídios para que paremos com essa situação. É um absurdo o que está acontecendo. É um absurdo! E precisamos identificar a causa desse absurdo.

Por outro lado eu quero dizer que o que V.Exa. tem dito em relação ao compromisso com o Senador Izalci Lucas, que passou a ser o compromisso da Comissão, está sendo ratificado pelo Governo. A JEO se reuniu ontem, deliberou, vai encaminhar os PLNs. Com a decisão do Supremo Tribunal Federal que ocorreu no dia de ontem, temos com certeza a expectativa — aí eu falo em meu nome, porque não tive ainda a informação oficial do Governo — de virem outros PLNs para ajustar essa questão do RP9, já que, com a decisão do Supremo, eles não poderão ser pagos. Eu não sei se os que estão empenhados terão sequência ou serão cancelados.

Portanto, essa zona turva, que não sabemos ainda como encaminhar, terá que ser analisada esta semana, de forma emergencial, pelo Governo. Como segunda-feira da próxima





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

semana é feriado, eu acredito que de terça-feira em diante tenhamos já claro o procedimento que o Governo irá adotar.

Porém, Presidenta, em relação ao que V.Exa. disse, somos integralmente favoráveis. Conte conosco. V.Exa. está acompanhando, *pari passu*, junto ao Poder Executivo e aqui no Congresso, na CMO, o encaminhamento desses PLNs, formados através dos acordos que aqui fizemos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu gostaria de informar a todos — e queria que todos prestassem bastante atenção — sobre os PLNs que chegaram a esta Casa e que não estão na Comissão. Todos são da mesma data de quando foram recebidos pela Presidência do Congresso.

Se V.Exas. quiserem, eu posso citar aqui o valor e a destinação.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Cite só o nome dos PLNs, Presidente. Eu acredito que todos já sabem os valores.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - PLN 21, PLN 22, PLN 25, PLN 27, PLN 28, PLN 29, PLN 30, PLN 31, PLN 32 e PLN 33. São esses os PLNs que estão aqui há mais de 1 mês no Congresso Nacional e que não foram entregues a esta Comissão.

Também digo que acho que deveríamos tomar uma posição de esclarecer essa organização em torno dos PLNs. Eles entram na casa. Eu, que substituí Sarney quase 2 anos à frente do Congresso, nunca vi que fosse retida qualquer LDO ou PLOA, nada disso. Isso tem sido uma sistemática nova inaceitável por parte da Comissão de Orçamento.

Em deliberação a inclusão da pauta e a dispensa do prazo de 2 dias úteis.

Vamos passar à votação dos PLNs 23, 24, 26, 34 e 35, nos termos do art. 128 da Resolução nº 1 do Congresso Nacional.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em seguida vamos apreciar o relatório apresentado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 26, de 2021, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Cidadania, um crédito especial no valor de R\$ 9.363.481.257,00, para os fins que especifica.

Relator Danilo Forte, V.Exa. tem a palavra.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Obrigado, Sra. Presidente. Obrigado, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores.

Primeiro, quero dizer que lhe sou muito grato, Presidenta Rose, pela incumbência e a tarefa a mim determinadas de relatar um PLN tão importante, num momento de tanta aflição, de tanta dor, de tantos irmãos nossos brasileiros passando necessidade.

O PLN 26 trata exatamente dos subsídios, dos recursos necessários para alimentar milhões de brasileiros. Ele vem exatamente no sentido de viabilizar os recursos para o auxílio emergencial, o Auxílio Brasil, para a continuidade do Bolsa Família, num momento em que hoje, só no meu Estado do Ceará, 1,1 milhão de famílias estão passando fome, em situação de pobreza absoluta. Deputado Wilson, são mais de 4 milhões de pessoas. É deplorável presenciarmos cenas como aquelas que foram vistas pelo Brasil inteiro, Deputado Arnaldo Jardim, Senador Carlos Fávaro, de mães correndo atrás de um caminhão, para buscar comida, alimento para os seus filhos. Isso é profundamente triste, lamentável, principalmente num País tão rico como o Brasil.

A possibilidade e a escolha que a Senadora Rose de Freitas me fez de relatar esta matéria cala profundamente no meu coração. Eu não passei fome, mas eu vi a fome, Deputado José Guimarães. Ali entre o Canindé, Santa Quitéria e Itapajé, quando criança, era comum vermos na beira das estradas retirantes, pessoas correndo atrás de um carro, para pedir um alimento, para pedir uma ajuda. Meu pai era caminhoneiro e eu me lembro muito bem, ele sempre muito generoso, parava o caminhão, muitas vezes, com rapadura e farinha, para alimentar as crianças e as mães que estavam na beira das estradas desesperadas e ávidas por comida. Era uma realidade triste.

Eu nunca imaginei na minha vida que eu fosse presenciar cenas novamente como essa. Eram cenas da minha infância que marcaram profundamente e que calaram no meu coração. E agora percebemos que, depois de uma pandemia, no meio de uma crise econômica, como esta que estamos vivendo, Deputado Daniel Almeida, de novo estamos repetindo a cena e vendo milhões de brasileiros passarem necessidade.

Esse parecer vem no seguinte sentido:

"Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 26, de 26 de outubro de 2021, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Cidadania, crédito especial no valor de R\$ 9.363.481.257,00, para os fins que especifica.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Danilo Forte





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I. Relatório

A acentuada piora na qualidade de vida dos brasileiros, que já vinha se verificando ao longo da década de 2010, foi substancialmente agravada pela piora das condições macroeconômicas globais trazidas pela COVID-19 — que no Brasil foram significativamente pioradas por força de decisões erradas na condução das políticas sociais.

A Nação enfrenta momentos difíceis. Além de ainda ter que enfrentar tão terrível doença, e suas consequências, em diversas áreas, a população sofre com a queda da atividade econômica, que, embora já esboçando um importante reaquecimento, ainda nos impõe enormes índices de desemprego.

Em meio a essa turbulência, cerca de 750 mil empresas fecharam em nosso território, dizimando milhões de empregos formais e informais. Como consequência, percebe-se a insegurança e a nítida queda da qualidade de vida da população, quadro que infelizmente tende a se manter no curto prazo.

Os dados são alarmantes. De acordo com a FGV Social, quase 28 milhões de pessoas vivem, hoje, abaixo da linha da pobreza no Brasil. Em 2019, antes da pandemia de COVID-19, eram pouco mais de 23 milhões de brasileiros nesta mesma situação.

Em abril deste ano, 14,5 milhões de famílias registradas no CadÚnico (Cadastro Único do Governo Federal) encontravam-se na situação de extrema pobreza, o que representa mais de 40 milhões de pessoas. Antes da pandemia, em fevereiro de 2020, havia menos 1 milhão de famílias nessa situação.

Temos, hoje, mais de 14 milhões de desempregados, 6 milhões de desalentados e mais 7 milhões de subocupados, no total de 27 milhões de brasileiros sem renda ou com renda parcial do trabalho. São dados que não podem ser empurrados para debaixo do tapete.

A superação de tão grave momento é de extrema urgência, e exige ampla união de esforços voltados ao rápido aquecimento da economia, que necessariamente deve estar associado à implantação de medidas estruturantes de variadas ordens.

É cada dia mais clara a necessidade de investirmos na educação básica e profissionalizante, de melhorarmos a infraestrutura logística do País, de garantirmos a produção de energia mais barata, limpa e abundante, mas é inequívoco o fato de que precisamos, simultânea e emergencialmente, socorrer os brasileiros menos afortunados.

Nesse ambiente é que se insere, inquestionavelmente, o Auxílio Brasil, um programa de assistência aos que mais precisam, cujo valor do benefício varia de acordo com a composição de cada família, mas que trará, logo de início, um reajuste de 20% para os que hoje são socorridos pelo Governo Federal. Por meio dele, espera-se que todas as famílias em condição





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de pobreza ou de extrema pobreza, registradas no CadÚnico, passem a receber um benefício mínimo de R\$ 400,00. Destaque-se que o número de beneficiários também deverá ser ampliado, tendo como meta o atendimento de 16,9 milhões de famílias (hoje 14,7 milhões são atendidas).

O Auxílio Brasil precisará ter um caráter transformador, buscando a efetiva emancipação dos cidadãos brasileiros, o que implica a necessidade de articularmos diversas políticas de alcance social, em várias áreas, para que possamos efetivamente mudar a vida dessas pessoas para melhor.

Espera-se que as diferentes modalidades de benefícios inseridas no programa possam trazer efetivo desenvolvimento nas áreas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda, dando a necessária ênfase no desenvolvimento infantil e juvenil — população que hoje sofre violências de diversas ordens —, bem como a inclusão desse público no mercado de trabalho.

Nesse contexto, é muito bom ver o empenho do Parlamento brasileiro, hoje consciente de que recuperar a economia e recriar os milhões de empregos perdidos exigirá de cada um de nós muita coragem, ousadia e criatividade, para que consigamos, paralelamente, escrever uma nova ordem de desenvolvimento que faça real diferença para o futuro desta e das próximas gerações.

Nesse sentido, alinhado com as necessidades da população empobrecida do nosso País, passo às considerações formais deste meu relatório.

Em consonância com o art. 61, § 1º, inciso II, alínea b, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 279, de 2021, na origem, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 26, de 2021 (PLN 26/2021), que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Cidadania, crédito especial no valor de R\$ 9.363.481.257,00 (nove bilhões, trezentos e sessenta e três milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, duzentos e cinquenta e sete reais), para os fins que especifica”.

Conforme a Mensagem, o crédito visa incluir novas categorias de programação no Orçamento vigente, com o objetivo de viabilizar, no âmbito da Administração Direta, o pagamento dos benefícios do Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021.

O Programa Auxílio Brasil substitui o Programa Bolsa Família — PBF e objetiva promover a cidadania com garantia de renda, visando à superação das vulnerabilidades sociais das famílias, além de estabelecer medidas de incentivo ao empreendedorismo, ao microcrédito e à





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

autonomia das famílias beneficiárias, por meio da inclusão produtiva rural e urbana, com vistas à empregabilidade e à emancipação cidadã.

O pleito em referência será viabilizado à conta de anulação de dotação orçamentária, observado o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, em conformidade com as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição Federal.

De acordo com a Exposição de Motivos, a propósito do que dispõe o art. 46, § 4º, da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 — LDO - 2021, as alterações não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, uma vez que se referem a remanejamento entre despesas primárias, não alterando o montante destas, sendo:

- a) R\$ 9.361.481.257,00 (nove bilhões, trezentos e sessenta e um milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, duzentos e cinquenta e sete reais), entre despesas primárias obrigatórias; e
- b) R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), entre despesas primárias discricionárias.

No que diz respeito ao art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, vale frisar que a presente proposta se refere a remanejamento entre despesas primárias, não ampliando as dotações orçamentárias sujeitas aos limites das citadas despesas para o ano em curso.

A Exposição de Motivos também encaminhou, em atendimento ao disposto no § 18 do art. 46 da LDO-2021, o demonstrativo de desvios de valores cancelados que ultrapassam 20% da respectiva dotação de cada ação. Também foi atestada a observância aos arts. 12, 19 e 21 da LDO - 2021 no que diz respeito à inclusão de novas ações e subtítulos.

Em relação ao Plano Plurianual para 2020 a 2023, a EM esclarece que foi encaminhado Projeto de Lei nº 23, de 2001, propondo a criação do Programa: 5035 - Promoção de cidadania por meio do Auxílio Brasil e da articulação de Políticas Públicas.

Por fim, o crédito está em consonância com o disposto no inciso III do art. 167 da Constituição Federal, pois não afeta o cumprimento da “Regra de Ouro”.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Este é o relatório.

II - Voto

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, por objetivar a alocação de nova programação não prevista na Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 14.144, de 22/04/2021) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 46 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 — LDO/2021. Do exame da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 26, de 2021, do Congresso Nacional, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Brasília, 9 de novembro de 2021.

Deputado Danilo Forte, Relator.

Peço a todos os companheiros a compreensão do momento de angústia e aflição de milhões de brasileiros que precisam da urgência da aprovação dessa matéria, na medida em que amanhã já temos convocada uma reunião do Congresso Nacional. E é preciso que ele delibere para aportar esse recurso e ser imediatamente distribuído às famílias brasileiras que precisam sobreviver, que precisam romper com o ciclo da fome, porque a fome tem pressa.

E nos cabe, neste momento, até por um movimento de fraternidade, de solidariedade e de cristianismo poder ofertar para essas famílias o alimento tão necessário para o seu sustento.

Do fundo do coração, muito obrigado, Senadora Rose, pela oportunidade que V.Exa. está me dando de relatar matéria tão importante e tão necessária para os brasileiros pobres que lutam por sobrevivência e por dignidade.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Esse é o relatório. O voto é pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Não foram apresentadas emendas.

Para discutir, tem a palavra o Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Sra. Presidenta, evidentemente, ninguém pode nesta Comissão votar contra o relatório do Deputado Danilo Forte, dada a emergência que está posta para as famílias que padecem da fome, da falta de solidariedade e da insensibilidade de um Governo que pouco ou nada tem de compromisso com aquelas pessoas que mais precisam de apoio.

É bom registrar, Presidenta, que o Bolsa Família, quando foi criado pelo ex-Presidente Lula, foi o programa que retirou 36 milhões de pessoas da condição de pobreza extrema. E as condicionantes estabelecidas para o Bolsa Família deram a essas famílias uma condição de serem cidadãos e cidadãs. E esse programa passou a ser referência no mundo inteiro.

Naquele momento, quando o programa foi criado, eu ouvia muitas vozes aqui no Congresso dizendo que era esmola, que era isso, era aquilo. Foi esse programa que elevou à





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

condição de cidadãos e cidadãos. Pelo menos, 36 milhões de pessoas tiveram o direito de comer três vezes por dia.

O relatório que o Deputado Danilo Forte apresenta é a realidade nua e crua nos sertões do Ceará, nos sertões do Nordeste, nas regiões a que S.Exa. fez referência. No entanto, é preciso também registrar, Presidenta, Deputado Danilo, que o recurso do Auxílio Brasil não é suficiente para suprir as necessidades dessa população que está à margem da pobreza.

O Bolsa Família pagava a 14,7 milhões de pessoas. O auxílio emergencial que aprovamos pagava 22 milhões a mais. Eram quase 39 milhões de pessoas que recebiam auxílio emergencial. Ficaram fora desse auxílio, Deputado Danilo, 22 milhões de pessoas. Ou seja, é muito grave isso.

É claro que o nosso esforço é para que na votação da LOA de 2022, que vamos votar agora no começo de dezembro, seja ampliado o número de famílias beneficiárias, até porque todo o mundo sabe que a PEC aprovada ontem destinava em torno de 40 bilhões a 44 bilhões para o novo Auxílio Brasil e tinha um outro em torno de 40 e tantos para outras despesas, entre elas o RP9, que o Supremo acabou de decidir que não existe mais. É um bom momento para incluirmos novas famílias nesse, digamos assim, saldo que o Governo terá, tendo em vista a aprovação ontem da PEC dos Precatórios.

Portanto, Presidenta, quero dizer nesta manifestação que vamos votar favoravelmente a esse crédito extraordinário para o Ministério da Cidadania, dizendo que o Auxílio Brasil que está sendo criado é insuficiente para atender as quase 40 milhões de pessoas que estão tendo grave problema de segurança alimentar.

Em boa hora, Deputado Danilo, podemos discutir na próxima terça-feira — e vamos ter que discutir — como pegar esse saldo dos precatórios e atender mais pessoas que estão no interior do Nordeste passando fome.

Por isso faço este registro. E vamos trabalhar para que ainda possamos discutir esse saldo no Orçamento, porque a situação do povo é dramática.

Você chega a qualquer viaduto de Fortaleza, é igual a uma favela — coitada! — debaixo dos viadutos. As famílias estão em todo o canto, estão na BR-020, na BR-116, em Canindé, que o Deputado Hildo Rocha sabe. É muito grave o que está acontecendo no Nordeste brasileiro. E era uma região, Senadores, em que a fome não existia mais. Como é que essas famílias vão sobreviver? O botijão de gás está custando cento e tantos reais. Como é que elas vão fazer?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, é dramática a situação. E a nossa sensibilidade tem que alcançar esse gesto humanitário que está no relatório e que precisamos ampliar na discussão do Orçamento para 2022, Presidenta.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado José Guimarães, sugeriria a V.Exa. — nós estamos adotando essa prática aqui, fizemos outro dia o mesmo em relação a um relatório do Deputado Danilo — que, ao declarar o voto ou depois de votar, se faça uma ressalva com as observações que V.Exa. está fazendo, que estará depois publicada na nossa rede.

Continua em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras e Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Peço a palavra só para fazer um agradecimento, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O.k.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Sra. Presidente, eu queria só agradecer aos Parlamentares a unanimidade aqui construída, fruto do consenso do Parlamento brasileiro. Isso é uma contribuição valiosíssima que nós estamos dando neste momento.

Concordo com o Deputado Guimarães quando diz que os recursos são escassos, são poucos, e precisamos ampliá-los. Há um ditado chinês que diz: *“Não importa a cor do gato, o importante é que ele pegue o rato”*. Não importa se a origem é Bolsa Família, Auxílio Brasil ou o que quer que seja. O importante agora é que consigamos fazer com que os recursos cheguem exatamente, como diz o Senador Marcelo Castro, às pessoas que mais necessitam, as que estão passando fome, as que estão em estado de miséria e de pobreza no nosso Brasil.

Muito obrigado, mais uma vez, Senadora Rose de Freitas. Agradeço a oportunidade que me deu.

Que amanhã nós estejamos todos no Plenário do Congresso Nacional para repetir esse consenso e essa unanimidade aqui da Comissão de Orçamento!

Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Deputado Juscelino Filho.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Queria rapidamente parabenizar o Deputado Danilo Forte por seu trabalho e dizer da importância deste PLN neste momento.

Estamos às vésperas do pagamento do Auxílio Brasil e todos nós sabemos de sua importância na vida de milhões de brasileiros.

Este PLN apenas transforma os recursos que já estavam separados para o pagamento do Bolsa Família e os traz agora para garantir o pagamento do Auxílio Brasil, de imediato.

Todos sabemos que a Câmara aprovou, na data de ontem, a PEC dos Precatórios, que garante os recursos no Orçamento da União, o espaço orçamentário fiscal para que no ano de 2022 o Governo tenha condições de pagar os 400 reais do Auxílio Brasil, que já é uma realidade. Foi editada uma medida provisória, ela tem validade; os pagamentos do Auxílio Brasil já vão começar a ser feitos agora, dentro deste mês de novembro, com certeza, graças ao trabalho desta Comissão de Orçamento.

Quando relatamos a LDO, nós fizemos as alterações necessárias para viabilizar o pagamento do Auxílio Brasil no ano de 2021. Agora, este PLN, relatado pelo Deputado Danilo Forte, a quem parabeno, vai transformar esse recurso e garantir que o auxílio chegue, o mais breve possível, às famílias de milhões de brasileiros.

Parabéns, Deputado Danilo Forte!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

Em seguida, falará o Deputado Bosco Costa e nosso Vice-Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Também parabeno o nosso querido Deputado Danilo Forte pelo relatório.

Presidente, com relação ao que conversamos sobre as bolsas — está aqui o Deputado Zarattini, que acompanhou —, aquela diferença do pagamento das bolsas está no PLN 31, de fato. Então, precisamos votar o PLN 1. Não sei como podemos votar para colocar na pauta de amanhã do Congresso, para que possamos solicitar. O PLN 1, então, contempla a questão da CAPES, resolve a questão das bolsas, que nós fechamos aqui, e V.Exa. trabalhou muito bem com relação a isso. Então, com relação às bolsas, resolveremos com o PLN 31.

O PLN 18 já foi votado aqui. Estou pedindo, também, que se faça uma revisão. Não sei se está na pauta do Congresso; parece que não. Mas é importantíssimo. Esse é o da ciência e tecnologia. É fundamental.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Senadora Rose, nós conversamos. Havia um acordo para resolver a questão da reposição daquele antigo PLN 17 — era de 690; V.Exa. fechou em 270, ou alguma coisa a mais —, que não veio ainda. Precisamos votá-lo antes da sessão do Congresso. Eu não sei se isso está no PLN que está chegando, ou já chegou. Seria muito importante votarmos aqui na Comissão.

Esse é o apelo que eu faço, sobre esses três pontos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Senador, não sei se conseguiremos resolver tudo nesse andar em que estamos indo, cheios de inquietações e dúvidas.

O PLN 31 não chegou aqui ainda. Se ele chegar, eu farei uma proposta ao Plenário para que nós possamos votá-lo. Também não chegou o PLN 33.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - O PLN 31 não chegou também?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Também não. Na hora em que ele chegar, eu comunico ao Plenário, e faremos uma reunião para tentarmos, hoje ainda, ter o relatório pronto, dar o prazo das emendas e votá-lo, para que esteja no Congresso amanhã.

Entendemos que esse é o compromisso com uma matéria prioritária.

Tem a palavra o Deputado Bosco Costa.

O SR. BOSCO COSTA (PL - SE) - Sra. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, também com o mesmo raciocínio, eu quero cumprimentar o nobre Relator deste PLN, sabendo da sua importância e das necessidades de milhões de brasileiros e brasileiras que estão em extrema pobreza.

Sei perfeitamente que esses 400 reais são um paliativo que não vai resolver as necessidades do povo brasileiro, principalmente do povo do nosso Nordeste. Mas, colegas, temos que pensar em um modelo diferente no nosso País. Hoje, a zona rural está esvaziada, falta mão de obra na zona rural de todos os Estados do Brasil. E há muito pouca gente passando fome na zona rural. Porém, nas cidades, ao longo dos anos, os governos priorizaram a habitação e houve um crescimento assustador das zonas urbanas, que estão cheias de pessoas na extrema pobreza e na miséria.

Temos que repensar o Brasil. Esse é um pensamento nosso. Respeito a opinião dos colegas e sei perfeitamente das necessidades. Mas não podemos pensar só no paliativo, temos que pensar em projetos que desenvolvam a economia do País, para que ele volte a crescer e gere emprego e renda para as pessoas.

Era esse o registro que eu queria fazer, Presidente.

Muito obrigado pela oportunidade.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Sra. Presidente, tivemos a notícia de que já chegou a esta Comissão, depois de uma luta muito grande, o PLN 31, que trata da complementação das bolsas do PIBID, que são bolsas da CAPES.

Então, eu gostaria de sugerir que, junto com isso, nós resolvêssemos também o problema do CNPq que o Senador Izalci colocou. Talvez nós consigamos resolver isso chamando um novo momento da sessão ainda hoje à tarde ou amanhã pela manhã, para que possamos votar o PLN 31 e ele vá para a pauta do Congresso Nacional, resolvendo definitivamente esse problema do atraso das bolsas dos nossos jovens. Eu queria colocar isso em primeiro lugar.

Em segundo lugar, o Deputado Bosco fez uma importante fala agora. Quero dizer do nosso acordo e quero dizer também que esta Comissão deveria analisar a possibilidade de ampliarmos para mais de 400 reais o valor pago por esse novo programa que o Governo quer implantar, que é o sucedâneo do Bolsa Família e nem sabemos como vai funcionar.

Mas agora, com a PEC dos Precatórios aprovada na Câmara ontem e com a mudança do teto de gastos, nós temos uma grande folga para ampliar esse valor para, talvez, 600 reais, para que possamos garantir uma retomada do crescimento do País a partir do consumo das famílias, que está profundamente deprimido.

O custo de vida aumenta sem parar. Já passou de 30% o aumento do custo de vida da mesa das famílias. Esse é um cálculo feito pela Fundação Getulio Vargas e não pelo IBGE, que calcula a média de 10% de inflação. Mas o custo de vida da mesa do trabalhador e da trabalhadora brasileiros já aumentou 30%. Portanto, é necessário que ampliemos ainda mais o valor do auxílio.

Quero parabenizar também o Deputado Danilo Forte pelo seu relatório, que é importantíssimo para não haver problema de continuidade no Bolsa Família, neste momento tão grave que nós vivemos no País.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu quero manifestar o total interesse da Mesa de proceder a uma discussão com os membros da Comissão tão logo o PLN 31 chegue aqui.

Vamos passar à apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 23, de 2021, que altera o Anexo I da Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu passo a palavra ao Relator, o Senador Carlos Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) - Sra. Presidente, muito obrigado.

Bom dia a todos os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas aqui presentes nesta Comissão.

Eu quero, antes de mais nada, parabenizar o Senador Danilo Forte pelo relatório, feito com muita maestria e mostrando — aqui reitero as palavras de todos os colegas Deputados que já se manifestaram — a relevância e a importância de instituímos esse programa de auxílio à população mais carente deste País.

Eu, que venho de um Estado que gera excedente de alimentos para este Brasil e para o mundo, fico triste quando vejo, lá no Mato Grosso, com toda aquela fartura, Senador Marcelo Castro, a fila do ossinho, milhares de famílias buscando ossos de descarte nos açougues, para poderem fazer um alimento para sua família. Isso é inconcebível e deve ser corrigido pelo poder público através de programas sociais.

Discordo da forma como está sendo instituído o programa e estão sendo provisionados os recursos. Desrespeitar a regra do teto de gastos é um desrespeito ao Brasil pelo qual pagaremos muito caro. Acho que deveríamos cortar na carne sem desrespeitar as regras fiscais. Mas, enfim, devemos fazer a nossa obrigação.

Sra. Presidente, eu peço licença para fazer só a introdução e dispensar o relatório, porque este PLN é muito simples, ele vai simplesmente alterar o Plano Plurianual de 2020 a 2023 para incluir um novo programa. É somente isto: ele vai trocar Bolsa Família por auxílio emergencial. Então, eu vou fazer o preâmbulo e já vou direto ao voto.

"Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 23, de 2021 (PLN 23/2021), que 'Altera o Anexo I da Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023'.

Autor: Poder Executivo

Relator: Senador Carlos Fávaro."

Como já disse, o relatório foi protocolado e entregue ainda ontem a esta Comissão. Eu vou direto ao voto, se me permitem, com a autorização da Presidente.

"Voto do Relator

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, somos pela aprovação do PLN 23/21, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão Mista, em 10 de novembro de 2021.

Senador Carlos Fávaro, Relator."





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Muito simples, rápido, pela importância e relevância da matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em discussão o relatório do Senador Carlos Fávaro.

Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Meus cumprimentos, Sra. Senadora Rose de Freitas, Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Sr. Senador Fávaro, que relatou muito bem este PLN, que cria um novo programa no PPA, o programa Auxílio Brasil, que vem substituir o Bolsa Família.

Com a aprovação deste PLN e do PLN relatado pelo Deputado Danilo Forte, nós viabilizamos o programa Auxílio Brasil. Sem isso, não haveria o programa Auxílio Brasil, porque ele nem sequer constava do PPA, e qualquer programa do Governo Federal tem que constar do PPA. Então, V.Exa., Senador Fávaro, realiza um grande trabalho, um grande serviço em favor do povo brasileiro. Refiro-me àqueles que esperam um auxílio do Brasil, através de transferência de renda, para que possam viver com o mínimo necessário. O cidadão, para poder viver, precisa pagar a alimentação, a conta de água, para ter água; precisa também comprar o seu medicamento, já que muitos medicamentos não fazem parte da Farmácia Popular, da Farmácia Básica. Então, ele precisa desse dinheiro. V.Exa. realiza um bom trabalho. Eu quero parabenizá-lo por isso, pelo seu relatório.

Parabenizo também o Deputado Danilo Forte, por abrir crédito através de um PLN, para que nós possamos viabilizar ainda este ano, com o pagamento em novembro e dezembro, esse programa de grande importância para o povo brasileiro. Parabéns!

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O relatório continua em discussão.
(Pausa.)

A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Agradecemos ao Senador Fávaro pela grande contribuição. Muito obrigada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em apreciação o relatório apresentado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 24, de 2021, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, crédito especial no valor de 23 milhões de reais, para os fins que especifica.

Com a palavra o Relator Bosco Costa.

O SR. BOSCO COSTA (PL - SE) - Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vou ler o relatório, que é curto, sucinto.

"I. Relatório

Por intermédio da Mensagem nº 536, de 2021-CN, o Excelentíssimo Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 24, de 2021-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, crédito especial no valor de R\$23.300.000,00, para os fins que especifica.

Segundo a Exposição de Motivos nº 00281/2021 ME, de 7 de outubro de 2021, do Ministro da Economia, o crédito proposto possibilitará a aquisição dos edifícios-sede da Subseção Judiciária de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo, com área construída de 3.263,28 metros quadrados, que, segundo o órgão, permitirá a redução do dispêndio com locação de imóveis da ordem de R\$ 800 mil por ano; e da Subseção Judiciária de Botucatu, também no Estado de São Paulo, com área construída de 2.236 metros quadrados, composto por subsolo, térreo e mais dois pavimentos.

O pleito em referência será viabilizado à conta de anulação de dotação orçamentária, observado o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, em conformidade com as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

A exposição de motivos esclarece, a propósito do que dispõe o art. 46, § 4º, da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 — LDO 2021, que as alterações não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, uma vez que se trata de remanejamento entre despesas primárias discricionárias para priorização das novas programações, não alterando o montante dessas despesas.

O documento destaca que a presente alteração orçamentária está de acordo com o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT (...) tendo em vista que não amplia as dotações orçamentárias sujeitas aos limites das despesas primárias estabelecidos para o corrente exercício. E ressalta que o presente crédito está de acordo com o disposto no inciso III do art. 167 da Constituição Federal, pois afeta positivamente o cumprimento da regra de ouro.

Menciona também que o órgão envolvido atestou a observância aos arts. 19 e 21 da LDO-2021 no que diz respeito à inclusão de novas ações e subtítulos. E acrescenta que os





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ajustes do Plano Plurianual para o período de 2020 a 2023, de que trata a Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, porventura necessários em decorrência das alterações promovidas, deverão ser realizados de acordo com o inciso I do art. 21 da referida lei.

E, por fim, informa a alteração em comento decorre de solicitação formalizada por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento — SIOP, e, de acordo com o órgão supracitado, a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo na sua execução.

Não foram apresentadas emendas à proposição dentro do prazo regimental.

É o Relatório.

II. Voto do Relator

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, por objetivar a alocação de nova programação não prevista na Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 46 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 (LDO/2021).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN 24, 2021-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão.

Deputado Bosco Costa, Relator."

Sra. Presidente, eu não tenho dúvida — e o Brasil sabe — de que este PLN tem uma importância muito grande para a Justiça Federal, principalmente nas cidades de Mogi das Cruzes e Botucatu, de São Paulo.

Esse é o nosso relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O relatório está em discussão.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocá-lo em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham.
(Pausa.)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Eu estou observando o ânimo do Deputado Zarattini, Vice-Presidente desta Comissão.

Vamos lá, Deputado Zarattini!

Em votação na representação do Senado Federal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham.

(Pausa.)

Aprovado.

Agradecemos ao Deputado Bosco pelo relatório apresentado.

Vamos passar ao PLN 34 e, em seguida, ao PLN 35.

Eu terei que nomear um Relator *ad hoc*.

O PLN 34 abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, crédito especial, no valor de R\$ 763.600.000,00, para os fins que especifica.

Ao projeto foram apresentadas 11 emendas.

Tem a palavra o Deputado Coronel Tadeu. (Pausa.)

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Pela ordem, Sra. Presidente. Eu não estou encontrando o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - E eu estou procurando o Relator.

Até agora não foi apresentado...

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Presidente, o Deputado Coronel Tadeu, membro titular da Comissão, está na reunião com o Presidente da Câmara, Deputado Arthur Lira, representando o PSL.

Não há como fazer de forma *ad hoc*, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Ele não entregou o relatório.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vamos inverter a ordem. Eu preciso só de 1 minuto para ver como vamos fazer. Preciso consultar o Deputado Coronel Tadeu.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Eu vou falar com ele.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Por favor.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente, já começou a Ordem do Dia na Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não há impeditivo em relação a isso.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Eu sei, mas matérias importantes estão sendo votadas lá.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Também são importantes as daqui. E fizemos um acordo para fazer a votação e temos que cumpri-lo, Sr. Deputado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Pois é. V.Exa. poderia entrar em contato com o Presidente Arthur Lira para ele suspender a sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Ele está na residência dele.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Então, falaria com o Vice-Presidente, ou com quem estiver dirigindo a sessão, porque isso atrapalha os Deputados aqui. Temos que estar lá, e estamos aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Faltam apenas dois itens, Deputado Hildo.

Eu gostaria só de fazer uma consulta. Peço 1 minuto.

(Pausa prolongada.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Apreciação do relatório do Projeto de Lei nº 35, de 2021, que abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$3.066.300.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Relator é o Senador Weverton, que teve que se ausentar. Está em missão.

A este projeto foram apresentadas 42 emendas.

Nós estamos nomeando um Relator *ad hoc*, o Senador Carlos Fávaro.

Tem a palavra o Senador Carlos Fávaro, para a apresentação do relatório.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) - Sra. Presidente, demais colegas Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, cumprindo a missão, vamos à leitura do parecer.

"Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 35, de 2021 (PLN 35/2021), que 'abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$3.066.300.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente'.

Autor: Poder Executivo.

Relator: Senador Weverton.

Relator *ad hoc*: Senador Carlos Fávaro.

I. Relatório

Nos termos do art. 61 e do art. 84, inciso XXIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 565, de 2021, na origem, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 35, de 2020 (PLN 35/21), que abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Economia,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ministério da Educação, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério de Minas e Energia, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério da Infraestrutura, Ministério da Defesa, Ministério do Desenvolvimento Regional, Ministério do Turismo e Ministério da Cidadania), crédito suplementar no valor de R\$3.066.300.000,00 (três bilhões, sessenta e seis milhões e trezentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Conforme a Exposição de Motivos - EM nº 00310/2021 ME, o crédito em pauta tem por objetivo possibilitar no:

a) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

- Administração direta, o desenvolvimento de ações de fomento e apoio aos pequenos e médios produtores rurais, como política de estímulo ao aumento da geração de emprego e renda no setor agropecuário; despesas com subvenção ao prêmio de seguro rural, com o objetivo de subvencionar a contratação de aproximadamente 19 mil apólices de seguro, beneficiando cerca de 14 mil produtores rurais, protegendo R\$ 4,8 bilhões em produção e uma área segurada de 1,4 milhão de hectares; a estruturação e manutenção do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária — SUASA para o desenvolvimento de ações que garantam o comércio internacional e a comercialização de produtos agropecuários no mercado interno, além da prevenção ao ingresso e/ou expansão de doenças e pragas, como a 'moliníase do cacaueteiro', no Estado do Acre, e a peste suína africana; o custeio e investimento na Rede Laboratorial Federal de Defesa Agropecuária, a qual dá suporte às atividades desenvolvidas pelo Ministério, por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária; o funcionamento e a manutenção dos contratos da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira — CEPLAC e do Instituto Nacional de Meteorologia — INMET; e a assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar nas Unidades da Federação;

- Serviço Florestal Brasileiro — SFB, despesas com o Cadastro Ambiental Rural, na medida em que se constitui como base estratégica para outros segmentos do agronegócio e considerando os compromissos e as expectativas de organismos internacionais envolvidos no tema;

- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a supervisão de atividades de fiscalização; o atingimento de metas de emissão de documentos titulatórios em projetos de assentamentos — PA e a supervisão ocupacional visando à regularização de seus lotes; a fiscalização de obras em execução; o georreferenciamento de imóveis rurais; o levantamento de campo, com o auxílio de tecnologia de posicionamento global (GNSS) e sensoriamento remoto; a fiscalização padronizada da certificação de georreferenciamento e de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

serviços topográficos; a manutenção do funcionamento da Rede Geodésica Ativa — Rede INCRA de Bases Comunitárias do GNSS-RIBAC; o custeio de atividades de destinação de terras públicas federais para regularização fundiária dos imóveis rurais; o apoio à regularização fundiária indireta, realizada pelos Estados; o funcionamento e a manutenção das unidades administrativas; a execução de termo de cooperação a ser firmado entre o INCRA e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul — UFMS, objetivando ampliar as ações de regularização fundiária e titulação em projetos de assentamento; despesas operacionais com o roteiro de implantação assistida da Plataforma de Governança Territorial — PGT e o Titula Brasil Reforma Agrária, por meio do qual gestores e colaboradores do INCRA Sede percorrerão as 29 Superintendências Regionais, realizando oficinas de capacitação e implementação de novas ferramentas de tecnologia da informação — TI nos procedimentos de vistorias de campo e titulação de assentados;

- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA, funcionamento e manutenção de linhas de pesquisa;

- b) Ministério da Economia:

- Administração direta, despesas pertencentes à Diretoria de Tecnologia e Informação — DTI e relacionadas à prestação de serviços junto ao Serviço Federal de Processamento de Dados — SERPRO; com a folha de pagamento dos conselheiros do Conselho de Recursos da Previdência Social — CRPS; a sustentação dos contratos vinculados a serviços de TI em funcionamento, como o Login Gov.br; a manutenção do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas — e-Social; e o pagamento de despesas gerais com a administração da dívida da União;

- Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a manutenção de contratos de TI e repasses à Casa da Moeda, em face dos serviços de Selos Fiscais;

- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o funcionamento de suas unidades; e

- Fundo de Amparo ao Trabalhador, o funcionamento das unidades descentralizadas da Secretaria do Trabalho — STRAB;

- c) Ministério da Educação:

- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a execução e conclusão de mais de 1.600 unidades escolares aprovadas no âmbito do Plano Nacional de Ações Articuladas — PAR em andamento; a contratação de serviços de consultoria; despesas com viagens, locomoção e estudos cujo objetivo é a formulação e o aprimoramento de políticas públicas; e demais atividades necessárias ao planejamento e à gestão das ações finalísticas do fundo;

- d) Ministério da Justiça e Segurança Pública:





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

- Departamento de Polícia Rodoviária Federal, a realização de Curso de Formação Profissional 2021 para provimento de 1.500 vagas no cargo de Policial Rodoviário Federal; e o suporte ao policiamento e à inteligência policial; e

- Fundação Nacional do Índio — FUNAI, o custeio de atividades essenciais às 11 Frentes de Proteção Etnoambiental — FPEs que visam à continuidade da operacionalização de ações de proteção a índios isolados e de recente contato, tais como: diárias para servidor e colaborador, combustível, manutenção de veículos utilizados nas fiscalizações e demais atividades de rotina diária, alimentação e fretamento de aeronaves, além da continuidade da implementação e manutenção das barreiras sanitárias e de postos de controle de acesso, no que tange às medidas da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental — ADPF 709, decisão concedida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso;

e) Ministério de Minas e Energia:

- Agência Nacional de Mineração — ANM, a reforma do prédio sede, no Distrito Federal, DF, tendo em vista a abertura de inquérito civil público, pelo Corpo de Bombeiros do DF, ao constatar-se que o prédio não cumpria as normas de segurança contra incêndio;

f) Ministério das Relações Exteriores:

- Administração direta, compromissos contratuais de suas unidades no exterior; o pagamento de auxílio-moradia e despesas com a movimentação obrigatória dos servidores no exterior;

g) Ministério da Saúde:

- Fundo Nacional de Saúde, a ampliação, construção, reforma e aquisição de equipamentos e material permanente para a organização e reestruturação de serviços de atenção especializada que compõem a rede de atenção à saúde no Sistema Único de Saúde — SUS; a continuidade da execução de contrato de repasse prioritário destinado à 'Estruturação (planejamento e construção) de Unidade de Atenção Especializada em Saúde no Município de Palmeira das Missões - RS'; o apoio a ações e serviços de saúde pública para melhor estruturação da cobertura de atenção primária pós-COVID, por meio de transferência de recursos; e ao projeto de cooperação internacional que visa fortalecer o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica — PRONON e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência — PRONAS/PCD para a qualificação da gestão;

h) Ministério da Infraestrutura:

- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, a continuidade dos serviços de construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR- 235/PI; e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

- Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC, pagamento de obras em andamento nos Aeroportos de Bom Jesus, no Estado do Piauí; Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais; Joaçaba, no Estado de Santa Catarina; Aracati, no Estado do Ceará; e Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul;

i) Ministério da Defesa:

- Comando do Exército, demandas do aprestamento do Exército e da obtenção de meios terrestres, particularmente com combustível, munição e material permanente destinado à instrução militar;

j) Ministério do Desenvolvimento Regional:

- Administração Direta, o apoio a sistemas de drenagem urbana sustentável e de manejo de águas pluviais em Municípios críticos sujeitos a eventos recorrentes de inundações, enxurradas e alagamentos; à implantação, ampliação ou melhorias de sistemas de esgotamento sanitário e à elaboração de planos e projetos de saneamento em Municípios com população superior a 50 mil habitantes ou Municípios integrantes de regiões metropolitanas ou de regiões integradas de desenvolvimento; a continuidade do Programa Emergencial de Distribuição de Água Potável no Semiárido Brasileiro — Operação Carro-Pipa; a implantação de infraestrutura para segurança hídrica; a construção do sistema adutor Ramal do Agreste Pernambucano; a gestão, operação e manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco — PISF; o apoio a projetos e obras de reabilitação, acessibilidade e modernização tecnológica em áreas urbanas; à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano voltado à implantação e qualificação viária; a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado; entre outras despesas;

- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, o apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano voltado à implantação e qualificação viária; e a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado; e

- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, a gestão de projetos públicos de irrigação;

k) Ministério do Turismo:

- Administração Direta, despesas com a contratação de obras de infraestrutura turística, nos destinos prioritários do Governo Federal, com foco na retomada e no fortalecimento da atividade turística nacional, referente às propostas cadastradas na plataforma Mais Brasil; e

l) Ministério da Cidadania:

- Administração Direta, o pagamento de obrigações decorrentes de manutenção predial, prestação de serviços de vigilância, limpeza, apoio administrativo, fornecimento de energia e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

água a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma, no que tange ao Complexo Esportivo da Barra, na Cidade do Rio de Janeiro; e investimentos em Comunidades Terapêuticas, a serem definidos pelo Ministério, com vistas ao desenvolvimento integral do projeto terapêutico no tratamento de pessoas com problemas de uso e abuso de substâncias psicoativas; e

- Fundo Nacional de Assistência Social, a execução do Equipa SUAS, visando ao acesso do cidadão a serviços socioassistenciais de qualidade com recursos humanos e imóveis adequados, além de equipamentos necessários à execução dos serviços, considerando suas especificidades. Nesse sentido, os recursos serão direcionados à equipagem de unidades de proteção social básica e especial do Sistema Único de Assistência Social — SUAS.

De acordo com a EM, conforme dispõe o art. 46, § 4º, da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 — LDO-2021, as alterações não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, uma vez que não alteram o montante das despesas primárias.

Ainda segundo a Explanação de Motivos, em relação ao art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, a presente proposta não amplia as dotações orçamentárias sujeitas aos limites das despesas primárias estabelecidos para o ano em curso. Todavia, uma vez que o cancelamento oferecido se refere a despesas de pessoal, da Contribuição ao Fundo Garantia-Safra, e da Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, as quais já foram consideradas na projeção para atendimento do teto de gastos, conforme Tabela nº 17 do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º bimestre de 2021, encaminhado por meio da Mensagem nº 465, de 22 de setembro de 2021, será utilizada parcialmente a margem decorrente do valor não utilizado no Programa Bolsa Família, conforme os Itens 85 a 87 do citado Relatório.

A Exposição de Motivos frisa que o parágrafo único do art. 45 da LDO-2021, incluído pela Lei nº 14.212, de 5 de outubro de 2021, dispõe que, se a abertura ou a reabertura de créditos extraordinários possibilitar a posterior redução de despesas primárias sujeitas aos limites individualizados de que trata o art. 107 do ADCT, ou se a abertura ocorrer mediante anulação das referidas despesas, a margem em relação aos limites individualizados poderá ser utilizada para o atendimento de despesas primárias no âmbito do Poder Executivo, sujeitas aos mencionados limites.

Ainda segundo a Exposição de Motivos, a proposição envolve, concomitantemente, modificação de fontes de recursos, no valor total de R\$ 890.728.235,00 (oitocentos e noventa milhões, setecentos e vinte e oito mil, duzentos e trinta e cinco reais), tendo em vista a especificidade/vinculação legal e otimização da utilização dos recursos de excesso de arrecadação/superávit das fontes envolvidas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No prazo regimental, foram apresentadas 42 (quarenta e duas) emendas ao projeto de lei."

É o relatório.

"II. Análise

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo está articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, ou seja, crédito suplementar, haja vista pretender ampliar recursos já existentes na Lei Orçamentária vigente. Observa-se, ainda, que a proposta está formulada em conformidade com o disposto no Plano Plurianual 2020-2023 (Lei nº 13.971, de 2019), da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 (Lei nº 14.116, de 2020), da Lei Orçamentária Anual para 2021 (Lei nº 14.144, de 2021), da Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000) e da Lei nº 4.320, de 1964.

A Exposição de Motivos que acompanhou o projeto declara que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos. As programações objeto de cancelamento são oriundas do cancelamento de recursos das Reservas de Contingência de diversos órgãos (R\$ 2.724,2 milhões de reais), da contribuição ao Fundo Garantia-Safra (R\$ 222,3 milhões de reais) e da subvenção econômica para a garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários (R\$ 119,8 milhões de reais).

Com relação às emendas apresentadas, verifica-se que as Emendas nºs 18, 19, 31 e 32 propõem como fonte de cancelamento programação que consta somente como cancelamento proposto, enquadrando-se no art. 109, inciso II- a da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. Por essa razão, indica-se a inadmissão das referidas emendas.

As demais emendas não apresentam vício de admissibilidade. No entanto, propomos a rejeição pelo mérito e consequentemente pela aprovação da matéria na forma proposta pelo Poder Executivo." (*Pausa.*)

"III. Voto do Relator

Diante do exposto, entendemos que as Emendas nºs 18, 19, 30 e 31 devam ser declaradas inadmitidas, conforme art, 109, inciso II-a da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Quanto ao mérito, votamos pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41 e 42.

Assim, considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, votamos pela aprovação do PLN nº 35, de 2021, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão Mista, em 10 de novembro de 2021.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Senador Carlos Fávaro, Relator."

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Muito bem. Agradecemos ao Senador Fávaro pela enorme contribuição que está dando a esta Comissão.

Vamos declarar, diante do exposto em seu Relatório, inadmitidas as Emendas nºs 18, 19, 31 e 32.

Passamos agora à discussão do relatório.

Em discussão o relatório apresentado.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente, eu gostaria de discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Senadora Rose de Freitas, colegas que aqui se encontram, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, esta proposta que vem do Executivo, este PLN, abre crédito para vários órgãos do Governo Federal: para a EMBRAPA, para realizar pesquisas — e a EMBRAPA tem realizado um excelente trabalho tanto na agricultura como na pecuária, principalmente quanto ao modelo de agricultura tropical, que foi uma criação dela e tem dado um resultado muito satisfatório para todos nós brasileiros; para o INCRA, para assentamentos, para viabilizar a reforma de casas nos assentamentos e estradas vicinais; para a agricultura, inclusive para o reflorestamento, além de outros programas do Ministério da Agricultura; para a educação, que necessita de recursos, principalmente no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para a conclusão de centenas de escolas, senão milhares — elas ainda precisam ser concluídas; para a segurança pública; para a saúde; e para o DNIT, para a BR-235, que interessa tanto ao Maranhão como ao Piauí e ao Tocantins.

Por isso, quanto ao DNIT, nós fizemos um destaque, que peço ao Senador Carlos Fávaro que aceite. Trata-se de uma emenda do Senador Marcelo Castro, do Piauí, um Senador bastante atuante, sempre atento aos interesses do povo piauiense. Essa BR, como disse, interessa a todos nós tanto do Tocantins como do Maranhão e do Piauí, porque ela vai beneficiar esses três Estados fazendo, de fato, a integração do MATOPIBA. Essa é a estrada que vai permitir o desenvolvimento da agropecuária, em toda a região, e também o industrial. Para o Maranhão, isso é muito importante, porque, através dessa BR, nós vamos escoar soja, a partir do Porto do Itaqui, para outros Estados. E também toda aquela região de Alto Parnaíba e Balsas será beneficiada.

Recentemente, o Presidente Jair Bolsonaro inaugurou a ponte entre Santa Filomena e Alto Parnaíba, e essa BR é justamente a continuação dessa ponte. Por isso, precisamos muito desse dinheiro. A agropecuária daquela região — o Meio-Norte, o Norte, o Centro-Oeste e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

também o Nordeste — precisa muito dessa via. Por isso, nós defendemos esse destaque do Senador Marcelo Castro.

Eu cumprimento o Senador Weverton Rocha, que foi o Relator, e também o Senador Carlos Fávaro, que assumiu o desafio de relatar *ad hoc* este projeto de lei do Congresso Nacional, enviado pelo Presidente Jair Bolsonaro, que abre crédito para vários órgãos. Os créditos são realmente viáveis. O Senador Weverton Rocha fez um excelente trabalho, seguido pelo Senador Carlos Fávaro.

Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, nós também apresentamos emendas ao referido PLN, ora relatado pelo querido Senador Carlos Fávaro, que são as Emendas nºs 3, 4, 5 e 6. Mas, fazendo uma avaliação em prol da celeridade do trabalho e da convergência, queremos dizer que não destacaremos a emenda para que possamos prosseguir, aplaudindo o trabalho do Senador Carlos Fávaro e a diligente condução da querida Senadora Rose de Freitas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado, sempre agradecemos, sobretudo, o discernimento e a grande colaboração que V.Exa. dá, não pela retirada do destaque, mas, inclusive, pelo encaminhamento das questões conflitantes desta Comissão. Nós é que agradecemos.

Continuamos em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação na Câmara dos Deputados o relatório, ressalvados os dez destaques apresentados. Todos os destaques estão ressalvados.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos à apreciação do destaque solicitado para votação em separado, apresentado pelo Deputado Hildo Rocha.

Peço que o Deputado Hildo Rocha se pronuncie para a defesa do destaque.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente, vou ser rápido para agilizar os trabalhos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Já fiz referência a este destaque, que é uma emenda do Senador Marcelo Castro. O recurso alocado para ele, através desse PLN, é insuficiente para que possamos continuar os trabalhos de pavimentação da BR-235, que beneficia diretamente os Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins — uma BR imprescindível para que exista, de fato, o MATOPIBA. Além de beneficiar o Maranhão, o Tocantins e o Piauí, ela beneficia indiretamente a Bahia e também o Estado de Minas Gerais.

Portanto, queremos pedir o apoio de todos os colegas Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras a este nosso destaque.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Relator para dar o parecer sobre o destaque.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) - Sra. Presidente, todos os destaques são meritórios. E agradeço ao Deputado Arnaldo Jardim pela retirada das emendas, apesar de, lembrando, todas serem extremamente meritórias.

Mas, no caso específico, o do Destaque nº 1, a emenda do Senador Marcelo Castro contemplaria essa obra estruturante no Piauí, que o liga ao Maranhão e se faz extremamente necessária.

Parabenizo o Deputado Hildo Rocha pela defesa do trabalho.

Portanto, nesse sentido, eu revejo o relatório e acato o Destaque nº 1.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O destaque está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Eu esclareço que, aprovado o destaque, a emenda será aprovada.

Os Srs. Deputados que aprovam o destaque permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Parabenizo V.Exa., Deputado Hildo Rocha, por fazer com que o Governo cumpra os acordados com as regiões deste País.

Eu gostaria de perguntar ao Deputado Wilson Santiago, que apresentou nove destaques, se S.Exa. irá manter todos os destaques. *(Pausa.)*

Consulto se podemos votar em globo estes destaques. A proposta é pela votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator.

Está em votação na representação da Câmara dos Deputados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) - Presidente, enquanto V.Exa. aguarda, eu gostaria de fazer uma defesa. Na realidade, eu senti que foi contemplado o Destaque nº 1, porque vi extrema necessidade e urgência em fazê-lo, mas quero crer que fica muito difícil nesta Comissão, neste momento, nós acatarmos outros destaques, mas, se tivermos um tempo para fazer a defesa dos destaques, nós poderemos tomar uma decisão.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu simplesmente não gostaria de paralisar o trabalho da Comissão, haja vista que, nos destaques apresentados, as pessoas têm que estar, de pronto, preparadas para defendê-los.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Presente ele está. É a idade. Ele anda muito devagarzinho.

Eu gostaria de comunicar que chegaram a esta Comissão há mais ou menos 40 minutos o PLN 31 e o PLN 33, objetos da discussão anterior e, evidentemente, da falta de apresentação do encaminhamento. Para estes PLNs, nós abriremos um prazo para a apresentação de emendas e nós ainda os votaremos hoje, para que possamos incluí-los, dada a urgência e a importância, na sessão do Congresso Nacional.

O PLN 31, como todos sabem, abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$859.592.565,00, para o reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PLN 33 abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$402.775.152,00, para os fins que especifica.

Eu gostaria de dizer aos Relatores que, ao fim desta votação, iremos nomear *ad hoc* o Deputado Sanderson para que possa fazer o relatório no lugar do Deputado *(ininteligível)*.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) - Nós estamos com a assessoria parlamentar, que está verificando conosco se os Destaques nºs 37 e 38, que não têm valores muito relevantes, são 7 bilhões de reais, da belíssima autoria do Deputado Wilson Santiago. Gostaria de verificar se há condições de acatar, tecnicamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu preciso de 1 minuto para entender o relatório, porque está faltando uma fonte especificada, para que não passe com erros. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Com licença, o PLN 34 não está no sistema. Eu gostaria de saber como vamos votar algo que não está no sistema, já que não foi dado prazo para a leitura.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu vou apresentar uma proposta. Nós estamos falando dos...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Sra. Presidente, com licença, eu gostaria de fazer esse questionamento.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Está no sistema, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vamos ver uma coisa de cada vez. Nós estamos no PLN 35. Em seguida, falaremos dos problemas que nós temos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Tudo bem, combinado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - A palavra será devolvida ao Relator.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) - Nós tentamos fazer um acordo aqui, tentamos achar um espaço orçamentário, Deputado Wilson Santiago, mas, por não fazerem parte do acordo e não regionalizarem o assunto, nós vamos rejeitar os dois destaques.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu gostaria de fazer uma proposta em relação aos destaques apresentados pelo Deputado Wilson Santiago e fazer uma votação global.

Todos estão de acordo? *(Pausa.)*

Vamos passar à votação em globo dos destaques.

Estou corrigindo ao mesmo tempo o encaminhamento.

Em votação a proposta de votação em globo dos destaques, com o parecer do Relator pela rejeição, na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que votam com o Relator permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Os destaques foram rejeitados, não vão ao Senado Federal.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Presidente, apenas uma informação para o Deputado Wilson Santiago. Esses destaques foram apresentados numa situação não estruturante e nacional, como fora o destaque do Senador Marcelo Castro. Por isso, nós, em nome do Governo, encaminhamos contra. Falo isso apenas para que haja uma justificativa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu queria muito agradecer ao Senador Carlos Fávaro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não pensem que eu gosto de conduzir uma sessão improvisada desta maneira, dada a desorganização de como se deu todo esse processo.

Quero agradecer a V.Exa. a colaboração e ressaltar o papel do nosso Relator, o Senador Weverton, no PLN 35. O Senador Weverton já tinha compromisso e, como o partido dele faz parte de todas estas discussões para o aprimoramento e para a seleção das prioridades, ele não estava presente, mas seu relatório veio ao sistema, foi apreciado, abriu-se o prazo para a apresentação de emendas, e hoje nós vamos dizer que acabamos de votar um relatório com a responsabilidade de todos os que participaram da sua elaboração. Muito obrigada, Senador.

Vamos passar agora à apreciação do PLN 34, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$763.600.000,00, para os fins que especifica.

O Relator é o Deputado Coronel Tadeu, mas vamos nomear um Relator *ad hoc*.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu queria apresentar uma questão de ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Nós queremos relembrar um comportamento assumido de que Relator tem que estar presente. O Relator tem que estar presente. Não estando, é preciso um Relator *ad hoc*.

Deputada Adriana Ventura, vou repetir: o Relator tem que apresentar o relatório presencialmente. Não estando, ele será substituído por um Relator *ad hoc*, porque nós já tivemos Relator dentro de automóvel em que a transmissão caiu várias vezes, e, por isso, não pudemos votar. Já tivemos outro que estava em casa e disse que não podia se deslocar por causa do trânsito.

Portanto, daqui para a frente, será o comportamento adotado inicialmente. Está aqui o Deputado Bosco Costa, e todos os outros Relatores estão aqui. Portanto, daqui para a frente, o Relator tem que estar presente. Senão, peço, por favor, que comuniquem.

Nós temos agora o Deputado Sanderson.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, com licença, eu queria fazer uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não, Deputada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Na verdade, eu gostaria de entender como vai ser esse procedimento, porque o relatório não estava no sistema. Acabaram de me entregar uma cópia física.

O que eu gostaria de questionar, ainda que nós tenhamos flexibilidade e queiramos viabilizar a votação, porque temos sessão do Congresso Nacional, é que não dá para votar o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

relatório sem o devido prazo para a leitura, para a análise e até para saber como nos posicionarmos, ou para nossas equipes técnicas o analisarem. Pela resolução comum, há o prazo de, no mínimo, 2 dias úteis de que precisamos para a apreciação.

Portanto, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que desse pelo menos um prazo para analisarmos o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. tem toda a razão, Deputada. Eu havia feito este questionamento à Mesa. O erro foi cometido pelo próprio Deputado Coronel Tadeu, sem julgamento de qualquer outro comportamento que ele tenha tido. Esse comportamento não está afeito às condições que nós estipulamos na Comissão.

Assim, apenas para conhecimento, nós vamos fazer a leitura e, em seguida, daremos abertura para que as pessoas possam emendar se for o caso, já que temos os PLNs 31 e 33, que também precisarão de prazo para que possam ser emendados. Além disso, nós vamos convocar outra sessão para hoje ainda.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Senadora Rose, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Daqui a pouco, eu não vou ter nem o direito à palavra, mas V.Exa. pode falar.

Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Obrigado, Presidente.

Eu gostaria apenas de orientar e informar a Deputada Adriana de que esta suplementação diz respeito, basicamente, à obras de infraestrutura hídrica e de projetos habitacionais. São recursos de suplementação que o MDR está solicitando basicamente para essas áreas. São áreas meritórias. É claro que V.Exa. tem todo o direito de analisar, a equipe técnica de V.Exa. também, mas eu pediria que pudesse transigir nessa questão, até porque se aguarda há muito tempo a discussão desse PLN. Obviamente, o relatório apresentado hoje, mantendo integralmente o texto original, eu acredito que não tem grandes polêmicas.

Esta é apenas uma informação.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Deixe-me só reforçar...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Cajado, eu tenho medo do menos e do mais. Veja bem: não estava no sistema, é verdade. Podemos até pedir a colaboração e apenas abrir prazo para destaque, já que houve emendas e ele apresenta o relatório na forma original, não acatando nenhuma emenda, mas, na verdade, é um grande erro o que está acontecendo em relação a esse relatório.

A palavra está com o Senador Izalci Lucas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Eu só quero conversar com a Deputada Adriana Ventura sobre o seguinte. Com relação ao PLN 31, que chegou agora, que foi lido e para o qual vai se abrir prazo de emendas, ele contempla o acordo das bolsas da CAPES, que é aquele do PLN 17. A forma de se repor foi exatamente igual à do PLN 31. Nós precisaríamos verificar todas as condições, para nós votarmos ainda hoje e colocar na pauta de amanhã, porque são muitos alunos, e esse recurso é aquele das bolsas. Então, é muito importante nós superarmos essas dificuldades, para vermos como fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Senador Izalci, o PLN 31 eu acabei de anunciar que entrou. Designamos Relator, vamos suspender a sessão daqui a pouco, e será aberto um prazo para emendamento e, depois, para votação. Nesse não há problema. O problema está havendo na forma como foi apresentado o relatório. Felizmente, um Relator *ad hoc* vai colaborar nessa discussão.

Eu pergunto a todos se poderiam apenas — apenas — abrir o prazo para os destaques, haja vista que não cabe o emendamento, porque todos os outros foram objetos dele.

Aqueles que apresentaram emenda poderão, nesse tempo que nós daremos, nesse intervalo, fazer os destaques, para que ele possa votar em plenário e fazer a apreciação.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - E o PLN 34 voltaria justamente com o PLN 31 no período da tarde? Seria isso?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Voltaria, novamente. Ele apreciará os destaques e voltará a ler, apreciando os destaques das emendas que foram apresentadas.

Se todos estiverem de acordo, eu acho que nós podemos concluir bem esta etapa.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Até o fim da tarde, para leitura, sim.

Obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Sim. Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Seria muito bom se nós pudéssemos ter o devido tempo hábil.

Então, eu agradeço a abertura para a leitura, pelo menos.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu dou a palavra, então, ao Deputado Sanderson, para que possa fazer...

O Deputado Coronel Tadeu acabou de chegar ao recinto.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Presidente, primeiro, deixe-me prestar um esclarecimento com relação ao PLN 34.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós tivemos um problema de sistema, e, até às 23h30min não aparecia nenhuma emenda a este PLN 34. Por volta de meia-noite e meia, 1 hora, surgiram, se eu não me engano, três emendas — já na madrugada. O relatório estava pronto, e nós tivemos que ajustá-lo hoje, na parte da manhã, fazendo um novo relatório, com essas três emendas que não apareciam. Então, o relatório foi para o sistema. Eu percebi que houve uma demora para mandar para o Senado e chegar este relatório aqui, para que fizéssemos a sua leitura e a votação.

Eu reconheço a questão de ordem da Deputada Adriana Ventura, de que realmente é preciso haver prazo. Não só ela, como também todos os membros da Comissão têm prazo para poder fazer uma avaliação.

Deputada Adriana Ventura, quero explicar que foi exatamente isso o que aconteceu com o relatório. Eu posso fazer a leitura, sem nenhum problema. Agora estou presente e não mais se precisa do Relator *ad hoc*.

Então, eu peço vênha a V.Exas. para fazer a leitura. Acredito que vai seguir o mesmo curso do PLN 31 e de outros PLNs.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Nós não tivemos realmente conhecimento de qualquer outro incidente dessa natureza, mas lhe agradeço.

Concedo a palavra à V.Exa. para a leitura do relatório, mas teremos que adotar um critério para não seja prejudicado o bom andamento dos trabalhos.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Perfeito.

Presidente, se V.Exa. me permitir, eu vou direto à leitura do voto do Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Passo à leitura:

"II. Voto do Relator

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, por objetivar a alocação de nova programação não prevista na Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 46 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 (LDO/2021).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Em relação às emendas apresentadas entendemos que:

As Emendas de nºs 01, 06 e 07, ao propor a reserva de contingência como cancelamento para fazer face à suplementação que propõe, está ampliando o valor do crédito, tendo em vista que esta reserva só consta no crédito na parte de cancelamento. Desta forma, nos termos do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

art. 109, inciso IV da Resolução nº 1, de 2006-CN, as emendas devem ser consideradas inadmitidas.

As demais emendas, as Emendas nºs 02, 03, 04, 05, 08, 09, 10 e 11, embora meritórias, entendemos que não devem prosperar, motivo pelo qual somos pela sua admissão e no mérito pela sua rejeição.

Por fim, vislumbramos a possibilidade de oferecer importante contribuição para a maior efetividade das políticas públicas contempladas no crédito ora em análise, para tanto apresentamos emendas de Relator que se encontram consubstanciadas nos Anexos I e II ao substitutivo ora apresentado, com base no disposto no Item II da Parte Especial do Parecer Preliminar ao PLOA 2021.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN n.º 34, de 2021-CN, na forma do substitutivo em anexo, pela inadmissão das Emendas nºs 01, 06 e 07 e pela admissão das Emendas nºs 02, 03, 04, 05, 08, 09, 10 e 11, e no mérito, pela sua rejeição.

Sala da Comissão, 10 de novembro de 2021.

Deputado Coronel Tadeu, Relator."

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu já tinha dito ao nosso assessor que gostaria que tivéssemos um critério igual ao dos PLNs 31 e 33. Eu já comuniquei que os dois PLNs estão na Casa, haja vista o problema declarado sobre o sistema. Eu queria, primeiro, comunicar que esse será o critério, se todos concordarem, para não haver prejuízo para nenhum participante desta Comissão.

Há um requerimento sobre a mesa que trata a quebra de interstício em relação aos PLNs 31 e 33. Nós precisaríamos votar. Eu suspenderia esta sessão às 13 horas, agora, imediatamente, abriria o prazo para o emendamento até as 15 horas, e faríamos a sessão às 16 horas, pois 1 hora é suficiente para que os Relatores Hildo Rocha e Wilson Santiago possam fazer o relatório.

Então, vou consultar o Plenário sobre essas propostas que apresentei. Todos estão de acordo?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, isso não ficou claro, e eu só queria pedir um esclarecimento.

Nós faremos uma nova sessão para votar os três PLNs, e o relatório ficará disponível no sistema com tempo hábil para a leitura? Eles ainda vão protocolar o relatório? É isso?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eles vão protocolar o relatório.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - E qual será o prazo para a leitura?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu acho que serão 2 horas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Serão 2 horas para a leitura?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Serão 2 horas para o emendamento. Ele vai apreciar nesse tempo que estamos dando. Então, 2 horas depois nós estaremos lendo e votando o relatório, na sessão das 16 horas.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Se nós tivermos tempo hábil para a leitura e análise, inclusive por parte da equipe técnica, não haverá problema, porque no relatório consta o que combinamos sobre a CAPES e outras coisas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - É importante porque temos que colocar esse dois projetos amanhã na sessão do Congresso, que até agora não tem Presidente para conduzir.

Em deliberação a inclusão na pauta dos dois PLNs, o 31 e o 33, acrescido o tempo de motivação para o nosso Relator...

Quero que V.Exa. ouça, porque, depois, vai dizer que eu não falei.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Pois não, Presidente. Eu estava conversando com o Deputado Mauro aqui e peço desculpa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Ouvi-lo é sempre bom. Ele é um bom conselheiro.

V.Exa. entendeu que nós teremos 2 horas para fazer os destaques e que V.Exa. vai apreciá-los e apresentá-los no relatório, que será votado novamente?

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Sim, Presidente, entendi perfeitamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Então, em deliberação a inclusão na pauta e a dispensa do prazo de 2 dias úteis para a votação dos PLNs 31 e 33, colocando também o 34, nos termos do art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que a aprovam permaneçam como se acham.
(Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se acham.
(Pausa.)

Aprovada.

Eu posso dar parabéns aqui a algumas pessoas que são persistentes no trabalho desta Comissão? Por enquanto não vou dar para o Deputado Domingos Sávio, mas para a Deputada Soraya, para o Deputado Hildo, para o Deputado Bosco... Para o Deputado Cajado não precisa





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

não, não é, gente? A Deputada Adriana eu não posso deixar de ressaltar, assim como o Senador Izalci Lucas.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - V.Exa. está difícil de ser reconquistada. V.Exa. sempre foi assim? *(Risos.)*

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com sua dedicação, 1 dia que V.Exa. vem se equipara a 10 dias.

Está em votação. Todos aprovaram? Não há nenhuma dúvida?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Até as 16 horas tudo isso acontecerá.

Está suspensa a presente sessão até as 16 horas.

Obrigada a todos.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 12ª Reunião Deliberativa Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para apreciação da matéria constante da pauta.

Informo que a reunião ocorre de forma mista: os Deputados e os Senadores participam de forma presencial ou virtual, através da plataforma Zoom.

Eu preciso tratar de um assunto importante, urgente e relevante. Diante da circunstância da tomada de posição do Supremo Tribunal Federal sobre a questão que diz respeito diretamente à RP9, a matéria que nós iríamos tratar agora, o PLN 31, tem no seu...

Eu estou falando para V.Exa. diretamente porque o assunto diz respeito ao seu relatório. Teremos que dividir o relatório do PLN 31, excluindo do texto dois itens que dizem respeito à RP9.

Portanto, vamos inverter a pauta até que a assessoria apresente a proposta, que será discutida aqui no plenário.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Perfeitamente, Sra. Presidente. Era isso que eu queria adiantar, mas V.Exa. está muito mais bem informada, como Presidente, é lógico, do que os demais. Nada mais justo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O que eu faço? Agradeço? *(Risos.)*
Eu pensei que V.Exa. ia falar "*Nada mais havendo a tratar...*"

Informo ao Plenário que hoje pela manhã foram apreciadas as sugestões das emendas dos membros da CMO, a LOA de 2022 e os PLNs 23, 24, 26 e 35, restando a votação dos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PLNs 31, 33 e 34. Os projetos de lei apreciados hoje pela CMO poderão ser pautados na sessão do Congresso agendada para amanhã, às 14 horas.

Seguiremos agora com a discussão e votação do PLN 34, lembrando que o PLN 34 seria objeto apenas da votação e apreciação dos destaques do nosso Relator Coronel Tadeu, a quem passo a palavra.

V.Exa. lembra-se do ponto em que paramos? Fizemos a leitura e abrimos espaço para a apresentação de destaques. E é sobre isso que vai versar o relatório de V.Exa.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Perfeito.

Presidente, não há destaques. O Deputado Hildo Rocha havia apresentado um destaque, mas já conversei com o Deputado, e ele está fazendo a retirada. Então, já está superada essa questão dos destaques. Acredito que possamos fazer a votação e finalizar o PLN 34.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

O Relator acabou de dizer da intenção da retirada do destaque, e eu perguntaria ao Deputado Hildo Rocha se S.Exa. confirma isso.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente Senadora Rose de Freitas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Deputados e Deputadas, de fato conversei com o Deputado Coronel Tadeu, que relata esse PLN com bastante maestria, um PLN que abre recursos, dotação para vários órgãos do Governo Federal, inclusive para a habitação, o que é importante, porque há vários conjuntos habitacionais esperando esse recurso para concluir obras iniciadas há 10 anos, 8 anos, e esses recursos do FAR vão ajudar.

Nós fizemos uma emenda para concluir o esgotamento sanitário do Município de Santa Quitéria, no Estado do Maranhão. A própria CODEVASF chegou ao Município em determinado momento, há 8 anos, 9 anos, 10 anos, e fez o sistema de saneamento do Município. A Companhia colocou lá esgoto sanitário, mas nunca fez a Estação de Tratamento de Esgoto — ETE. O esgoto é jogado *in natura* no Rio Parnaíba, poluindo o rio, e realmente são necessários 5 bilhões de reais.

Por isso apresentei essa emenda. O Relator acatou a emenda, mas a rejeitou no mérito. Então, fiz o destaque. Nós conversamos, e o Relator entrou em contato com o Governo. Aí o Presidente da CODEVASF conversou comigo e garantiu que uma parte dos recursos será utilizada em Santa Quitéria e que, ano que vem, o sistema de saneamento de Santa Quitéria será concluído. Entramos em acordo, e por isso estou retirando o destaque.

Agradeço demais a V.Exa., Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, e também à intermediação do Relator, o Deputado Coronel Tadeu.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Agradecemos a V.Exa., Deputado Hildo Rocha.

Vou passar a palavra ao Relator.

Não sei se há alguém que queira discutir a matéria, em função de a leitura ter sido feita anteriormente e ter sido aberto espaço para destaques. Como o destaque foi retirado, sobre os destaques não há qualquer consideração.

Pergunto se alguém gostaria de falar sobre esta matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria se pronunciar, vamos passar a palavra ao Relator, para fazer seu parecer final sobre a matéria.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Sra. Presidente, primeiramente quero agradecer pela honra de ter me dado esta oportunidade da relatoria, destacando que é a minha primeira relatoria dentro da CMO. Fico muito agradecido por isso. Agradeço ao Deputado Hildo Rocha, também, pela compreensão.

De fato, fiz essa intermediação para atender à necessidade do Deputado. É um pleito justo do Município que ele defende. O Deputado Hildo é um exímio defensor do Estado do Maranhão, eu o conheço aqui da Casa e sei que ele faz a sua parte. Já fizemos os entendimentos para que ele fosse atendido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.

De minha parte, eu acredito que V.Exa., Sra. Presidente, pode passar à votação.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. pode ler o último item do seu relatório, o final do voto?

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - V.Exa. quer que eu leia apenas o último parágrafo, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Só o último, Deputado.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Lerei o último parágrafo do voto do Relator:

"Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 34, de 2021-CN, na forma do substitutivo em anexo, pela inadmissão das emendas de nº 01, 06 e 07 e pela admissão das emendas de nº 02, 03, 04, 05, 08, 09, 10 e 11 e no mérito pela sua rejeição.

Sala da Comissão, 10 de novembro de 2021.

Deputado Coronel Tadeu

Relator".

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vamos passar, então, à votação do relatório apresentado, na forma do substitutivo.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se acham.

(Pausa.)

S.Exa. votará contra, Deputada Adriana Ventura?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, eu gostaria de registrar meu voto contrário.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Registrado o voto contrário da Deputada Adriana Ventura.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Vamos inverter a pauta, simplesmente, por uma questão administrativa.

Apreciação do relatório do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 33, de 2021, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Encargos Financeiros da União, crédito especial, no valor de R\$402.775.152,00, para os fins que especifica.

Tem a palavra o Relator, o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, o nosso parecer ao PLN 31 ainda está na fase de consultoria.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - O Relator do PLN 31/21 sou eu.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Então, houve um equívoco.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - A Deputada Adriana adora este versinho: "*Não vamos poder votar*". *(Risos.)*

Deputado Hildo Rocha, V.Exa. é Relator do PLN 33/21. O Relator do PLN 31/21 é o Deputado Wilson Santiago. Como acabei de mencionar, há problemas em relação à RP9. Então teremos de dividir o parecer.

Pelo que fui informada, Deputado, só faltava o encaminhamento pela assessoria. V.Exa. deve ter se confundido, porque há outro trabalho sendo executado lá em cima.

Eu gostaria de aproveitar a presença do Deputado Paulo Azi. S.Exa. está à frente de um comitê que tem muita importância para esta Casa e que trata, entre outras questões, das obras paralisadas. Foi feito entendimento com o Ministério da Economia no sentido de um tratamento especial, dada a própria economia do País, para recuperar essas obras. O Deputado está tendo dificuldade, mas eu gostaria que ele nos desse uma informação breve.

Isso é possível, Deputado Paulo Azi? V.Exa. está com a palavra. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputado Daniel, o Deputado Paulo Azi está aí do seu lado. Pergunte se ele está se sentindo bem. *(Pausa.)*

Levei um susto aqui. V.Exa. nem imagina.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Desculpe-me, Sra. Presidente, eu estava em uma ligação.

Na verdade, Sra. Presidente, o comitê foi oficialmente instalado hoje. E já iremos propor a V.Exa. a realização de uma audiência pública no próximo dia 23, cumprindo, inclusive, uma exigência regimental, para ouvirmos aqui os diversos órgãos federais cujas obras foram citadas pelo Tribunal de Contas da União, com indícios de irregularidade e, portanto, sendo passíveis de serem suspensas pelo Relator desta Comissão.

Esta, regimentalmente, é a atribuição deste comitê: opinar, em parecer, sobre as obras que têm indícios de irregularidade. Além disso, em atenção, inclusive, a uma solicitação de V.Exa., este comitê tem procurado se debruçar sobre as diversas e milhares de obras que estão paralisadas ou inacabadas Brasil afora e que não são estas obras que estão na relação do Tribunal de Contas da União. Inclusive, pelo relatório que recebemos, o TCU indicou, se não me engano, cinco obras com indícios de irregularidades. No entanto, todos nós sabemos que Brasil hoje é um esqueleto de obras paralisadas.

V.Exa., como Presidente desta Comissão, pretende dar uma resposta a esse clamor no País sobre as obras paralisadas. Nós inclusive já encaminhamos ofícios aos diversos órgãos federais para que nos encaminhem essa relação, e esta Comissão possa, de alguma forma, com o parecer que será submetido à votação no plenário desta Comissão, contribuir para que encontremos uma solução que venha a possibilitar que essas obras que hoje estão inacabadas, paralisadas voltem a ter continuidade e, afinal, produzam os efeitos para a sociedade.

Portanto, essa é a situação atual. Nós estamos debruçados sobre o tema para responder a essa determinação de V.Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem grande importância para o Brasil, Deputado Paulo Azi, tratar do assunto e haver providência sobre ele. Por isso o trabalho de V.Exa. é muito importante. No que for possível, a Comissão vai ajudá-lo a obter esses relatórios. Inclusive já foi mencionado, em várias situações de reunião com os Ministérios afins, que os relatórios existem e são atualizados. Nós solicitamos os relatórios ao Ministério da Economia, e o Ministro Esteves ficou de acionar o pessoal internamente para que sejam entregues a V.Exa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Alguém gostaria de fazer alguma consideração sobre esse assunto? Senão, eu vou precisar de 10 minutos para que os dois relatórios estejam aqui.

Pois não, Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - Presidenta, eu gostaria de cumprimentar V.Exa., pela instalação desse espaço para debatermos as obras paralisadas, e também o Deputado Paulo Azi. Nós temos dialogado — e este é um diálogo permanente nesta Casa — sobre a quantidade enorme de obras paralisadas. Há uma capilarização de iniciativas de creches, especialmente de creches, quadras, obras do FNDE. Elas estão paralisadas, interrompidas. Há muita expectativa da população, das comunidades quanto a uma solução para a retomada dessas obras. O desperdício é injustificável.

Eu fui convidado para compor esse núcleo de discussão. Quero agradecer ao Deputado Paulo Azi e a V.Exa. e dizer que devemos ter um empenho especial para buscar essas alternativas. Eu sei que não é algo simples. Mas, como há vontade política, decisão política, nós vamos encontrar tecnicamente os melhores caminhos para que essas obras sejam retomadas. Esse é o objeto principal. Vamos contar com toda a Casa e principalmente com a sociedade, que nos cobra permanentemente uma resposta.

Parabéns, Presidenta! Parabéns, Deputado Paulo Azi!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Presidente, eu gostaria de pedir a sua atenção e também a do Deputado Paulo Azi e do Líder do Governo nesta Comissão.

Acho muito importante o trabalho que estão fazendo para resolver as obras paradas. No entanto, esse número de obras paradas vai aumentar enormemente, porque os contratos firmados em 2019 e 2020 já estão defasados com relação aos novos preços que vêm sendo praticados dada a inflação — preços inflacionados, preços reajustados legitimamente pela inflação. Muitas das empresas que assumem esses contratos não estão conseguindo realizar obras com os valores do contrato que assinaram. Aí, nós chegamos ao seguinte ponto: as Prefeituras não têm recursos para complementar, na maioria das vezes, e essas obras vão acabar paradas.

Então, acho que nós deveríamos estabelecer — o Líder do Governo não está prestando muito atenção no que eu estou falando, e o Relator infelizmente não está aqui — algum tipo de mecanismo no Orçamento, inclusive com reavaliação do Tribunal de Contas, para que haja essas atualizações e o Governo, exatamente porque tem aumento de receita com o aumento da inflação, também possa fazer ajustes nos contratos. Do contrário, nós vamos resolver as





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

obras paradas agora e, daqui a 1 ano ou 2 anos, vamos ter o dobro ou o triplo de obras paradas, pois a situação é gravíssima.

O preço do asfalto acompanha o preço dos combustíveis. Olhem como está o preço dos combustíveis! Então, é evidente que a construção civil vinculada ao setor público vai sofrer enormemente com isso e as Prefeituras, da mesma forma.

Eu só queria fazer o alerta, porque acho que esse problema nós vamos ter logo ali na frente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Paulo Azi.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Deputado Zarattini, V.Exa. levanta uma preocupação muito correta e pertinente.

No último ano, em função inclusive da pandemia, combinou-se a paralisação das obras, muitas delas até por falta de empenho, com o aumento dos preços dos materiais de construção. E nós nos deparamos com uma questão — não sei se é uma questão legal ou se é uma resolução do TCU — que impede que se faça o reequilíbrio financeiro desses contratos.

Talvez a solução, Deputado Zarattini, para essas obras especificamente, esteja na derrubada do veto, que ainda precisa ser analisado por este Congresso. O Relator da LDO, o Deputado Juscelino, previu, no seu relatório, que recursos pudessem ser utilizados para que se fizesse esse tipo de reequilíbrio. Infelizmente o Presidente da República vetou esse dispositivo, e esse veto vai ser ainda objeto de deliberação pelo Congresso Nacional. Se efetivamente este puder derrubar o veto, eu acho que pelo menos essas obras que estão em via de paralisação — algumas inclusive já paralisaram, porque as empresas abandonaram os contratos —, aquelas que ainda persistem podem ser salvas por um processo de reequilíbrio, dentro da legalidade, com a participação do Tribunal de Contas da União para que não se levante qualquer tipo de suspeição. A derrubada desse veto é fundamental para que grande parte dessas obras não seja interrompida em função do aumento do preço dos materiais de construção.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Passamos à Ordem do Dia.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não, Deputado Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sobre a questão dessas obras inacabadas, acho que a Comissão, a partir do comando de V.Exa., tem plenas condições, como já tem demonstrado, de dar grande contribuição. Esta Comissão deveria encontrar e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apresentar algumas sugestões para solucionar esses problemas, que são grandes. Só no Ministério da Educação, o FNDE tem mais de 2 mil obras. Todos os Ministérios têm obras inacabadas.

Nessa Comissão de Obras Inacabadas de que o companheiro falou anteriormente, nós deveremos somar esforços e apresentar uma sugestão, que poderá servir para Tribunal de Contas, para Ministério Público e para qualquer outro ente público deste País.

Quando uma obra dessa está com qualquer suspeita de superfaturamento ou de qualquer coisa, em vez de aplicarem o caminho legal, que é responsabilizar quem cometeu o suposto crime e tocar a obra com outros gestores, com outros administradores, com outros entes públicos, eles abandonam tudo. É como se fosse uma lepra, vamos dizer assim. Isso é um prejuízo muito grande para a população, para o País. Quanto mais tempo se demora para concretizar uma obra desse porte, mais tempo o povo deixa de ter benefício.

Eu dou um exemplo muito forte das muitas suspeitas de superfaturamento, das muitas denúncias do que de fato ocorreu com a transposição. Quantas denúncias foram feitas sobre a transposição? Empresas abandonaram, outras superfaturaram o que era conveniente e abandonaram o que não era conveniente. Mesmo assim, as obras estão andando, mesmo que alguns eixos estejam indo de forma lenta. Mas os dois eixos principais da transposição já chegaram à Paraíba e chegarão ao Ceará e ao Rio Grande do Norte. Esse é um exemplo de responsabilidade do Governo, ao dar continuidade a essas obras e responsabilizar aqueles que de fato praticaram algum crime no meio do caminho. Nós temos que emitir uma sugestão nessa linha, de modo que nunca se jogue no mato ou se deixe para lá qualquer obra inacabada no País. Se não agirmos assim, se continuarmos da mesma forma, cada vez mais vai aumentar o prejuízo do poder público. Quem perde com tudo isso é a população espalhada pelo Brasil inteiro.

É essa a sugestão que dou a V.Exa., neste momento em que se está discutindo a questão das obras inacabadas ou paralisadas, que são muitas e estão espalhadas pelo País inteiro, de todos os Governos ao longo desses 20 anos. Nós daríamos uma contribuição muito importante para o País ao resgatar muitas obras que são essenciais. Faltam 5% para a conclusão de algumas obras, faltam 10% de outras, faltam 20% de outras, e faltam 90% de outras. Mas para a grande maioria, faltam menos recursos para a conclusão do que já foi investido nessas obras espalhadas pelo Brasil inteiro.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Parabenizo V.Exa., Deputado Wilson, pelas considerações e reflexões. Essa era a preocupação do Deputado Paulo Azi.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu quero dizer mais uma coisa: é preciso tomar também uma posição em relação a novas obras a serem feitas nos mesmos locais apontados nos relatórios de obras paralisadas. É como tanger a boiada de qualquer maneira, e não é mais possível fazermos isso. Não estaremos contribuindo em nada se nós permitirmos que aconteça o que está previsto acontecer.

Temos sugestões — e o Deputado Paulo Azi discutia isso — de vários colegas sobre o incentivo à construção de novas obras, sem que haja... Em algumas cidades, há nova creche aprovada, em detrimento daquela creche cuja obra está paralisada. Então, é preciso disciplinar esse assunto.

Tenho certeza de que esta Comissão está em boas mãos e há de contribuir, como V.Exa. fez, para desenvolvermos uma proposta que possa, pelo menos, equacionar esse problema. A população acaba por perguntar o que estamos fazendo, afinal. Eu acho que não deveriam ser permitidas novas reivindicações, novos recursos, novas construções, enquanto as obras paralisadas não fossem concluídas.

Vamos voltar à nossa pauta.

Concedemos a palavra ao Relator Hildo Rocha para a leitura do seu relatório ao PLN 33/21.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Muito obrigado, Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas. Ao cumprimentá-la, cumprimento todos os membros desta Comissão Mista de Orçamento, Deputados e Senadores.

Fui incumbido por V.Exa. de dar o parecer ao PLN 33/21, e vou passar a ler o relatório.

I - Relatório

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 563, de 2021, na origem, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) nº 33, de 2021-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (...), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$402.775.152,00 (quatrocentos e dois milhões setecentos e cinco mil e cento e cinquenta e dois reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

O art. 2º do PL dispõe que os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

O crédito em questão tem por finalidade incluir novas categorias de programação: (i) no âmbito do Ministério da Economia, na sua administração direta; (ii) no âmbito do Ministério da Educação, na sua administração direta e na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

e Mucuri; (iii) no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na sua administração direta e no Fundo Nacional de Segurança Pública; (iv) no âmbito do Ministério da Infraestrutura, no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT; (v) no âmbito do Ministério das Comunicações, na sua administração direta; (vi) no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, no Fundo Nacional de Meio Ambiente — FNMA; (vii) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional, na sua administração direta, na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba — CODEVASF e no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS; (viii) no âmbito do Ministério da Cidadania, na sua administração direta; e (ix) no âmbito de Encargos Financeiros da União, em Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia.

A Exposição de Motivos (EM) nº 00307/2021 ME, de 28 de outubro de 2021, ressalta que o pleito em referência será viabilizado mediante encaminhamento de projeto de lei ao Congresso Nacional, à conta de anulação de dotações orçamentárias, observado o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, em conformidade com as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Esclarece o expediente, a propósito do que dispõe o art. 46, § 4º, da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, Lei de Diretrizes Orçamentárias Parlamentares 2021 — LDO 2021, que as alterações não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se referem a remanejamento entre despesas primárias, não alterando o montante destas. Adicionalmente, afirma que o presente crédito está em consonância com o disposto no inciso III do art. 167 da Constituição Federal, pois afeta positivamente o cumprimento da "regra de ouro".

No que diz respeito ao art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, a exposição de motivos frisa que a proposta em exame não amplia as dotações orçamentárias sujeitas aos limites das despesas primárias estabelecidos para o ano em curso, salientando, ainda, que parte do presente ato, no valor de R\$3.599.157,00 (três milhões, quinhentos e noventa e nove mil, cento e cinquenta e sete reais) referente à ação — 00U2 "Participação da União no Capital da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo — CEAGESP", está excluído da base de cálculo do citado limite, conforme inciso IV do § 6º do citado artigo.

A EM nº 00307/2021 ME menciona que os órgãos envolvidos atestaram a observância aos artigos 12, 19 e 21 da LDO 2021 no que diz respeito à inclusão de novas ações e subtítulos. Acrescenta, ademais, que os ajustes do Plano Plurianual para o período de 2020 a 2023 (PPA 2020-2023), de que trata a Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, porventura





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

necessários em decorrência das alterações promovidas, deverão ser realizados de acordo com o inciso I do art. 21 da referida lei. Menciona, ainda, que parte da presente alteração, por destinar-se exclusivamente a operações especiais, não integra o PPA 2020-2023, de acordo com o § 1º do art. 4º da referida lei.

(...)

II - Voto do Relator

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO 2021 e do PPA 2020-2023, e à sua conformidade com a LOA 2021.

No tocante à Emenda 00001 apresentada ao projeto, em que pese seu mérito, optamos por sua rejeição a fim de que a proposta original não resultasse descaracterizada.

Sra. Presidente, este PLN abre crédito para que possa ser realizado o Programa Habite Seguro, do Governo Federal, voltado para os profissionais da segurança pública. Esse projeto possibilita a contratação de financiamento para compra de unidades habitacionais por profissionais da segurança pública, um programa novo do Governo Federal.

Além do mais, o PLN permite a construção de terminais fluviais, a implantação de postos de pesagem nas BRs para evitar a danificação das mesmas, inclusive postos de pesagem nas BRs do Maranhão, que carece muito desses postos de pesagem; duplicação de rodovias federais em vários Estados, em Minas Gerais, em Goiás, em São Paulo, dentre outros; projetos de irrigação através do Ministério do Desenvolvimento Regional; e também recursos para obras do DNOCS, inclusive para a adutora do Pajeú, que beneficia os Estados de Pernambuco, da Paraíba. O Deputado Wilson Santiago, que esteve aqui há pouco conosco, inclusive pediu que nós mantivéssemos essa obra, porque vai ajudar demais o povo que carece muito de água em toda essa região, principalmente o povo lá da região de Pajeú, na Paraíba e em Pernambuco. O PLN também ajuda na questão do auxílio emergencial.

"Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 33, da 2021-CN na forma proposta pelo Poder Executivo."

Esse é o nosso voto, Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Agradeço o trabalho feito por V.Exa.

Vamos colocar em discussão o relatório do Deputado Hildo Rocha.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, nós passamos à votação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

V.Exa. deseja fazer alguma declaração, Deputado Hildo Rocha?

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Quero apenas agradecer a V.Exa., Sra. Presidente, a confiança que foi depositada neste Parlamentar para que nós pudéssemos relatar um projeto de lei de grande importância para o povo brasileiro. Como eu aqui disse, o relatório abre recursos para que o Governo Federal possa realizar várias ações, através de programas importantes, como esse do Habite Seguro, que é voltado exclusivamente para os profissionais da segurança pública, que vão ter a partir de agora condições de ter sua casa, sua moradia própria, sua casa segura, para que eles possam dar também para sua família a segurança merecida.

Portanto, agradeço a V.Exa. e também aos Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que nos ajudaram a aprovar o referido projeto de lei.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu queria comunicar a todos que o relatório do PLN 31/21 necessita de mais 15 minutos para que possa ser concluído.

Eu quero dizer que é extremamente conflitante, na última hora, no último momento, em razão dos pareceres que vieram da Secretaria-Geral da Mesa do Congresso Nacional, ter que fazer a divisão de um relatório de um projeto, excluindo uma parte dele, tendo em vista a decisão tomada pelo STF sobre a RP9. Mas tem que ser excluída essa parte, sob pena de amanhã incorrermos em um erro que vai anular toda a votação do parecer do PLN 31/21, que tem grande importância e é ansiosamente aguardado por todos.

Portanto, se V.Exas. permitirem, a menos que alguém queira fazer considerações, eu queria suspender esta sessão por 15 minutos.

Tem a palavra o Deputado Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Sra. Presidente, eu quero fazer uma pergunta. Eu não li a decisão do Supremo. Aliás, nem está completa, porque se vai completar hoje à noite ainda, mas tudo indica que vai ser a decisão encaminhada pela Ministra Rosa Weber. Ali me parece que se dá a orientação de que não sejam executadas as emendas. Aqui se trata





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

meramente de uma alocação, que não necessariamente será executada. Evidentemente, quem vai executar, a partir daí, é o Relator ao indicar para onde vão esses recursos.

Então, eu não sei se a orientação técnica é essa de não fazer nada, porque é uma situação que nós vamos ter que escolher aqui de onde se vai deixar de tirar, porque, na verdade, se está deixando de tirar de algum lugar para colocar em outro.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Zarattini, nós estamos diante de situação semelhante a de quando estamos na estrada e vemos uma placa que diz: "*Sob neblina, dirija com cautela*". O STF tomou uma posição, que é pública, não temos o texto em mãos, mas foi amplamente divulgada a decisão da Ministra Rosa Weber e depois colocada em votação, confirmando a decisão que ela havia tomado.

Quero alertar para a cautela que temos que ter não referente à execução, mas porque estamos votando uma matéria após uma decisão do STF, inclusive uma matéria que a assessoria da Casa considerou que veio para a Casa antes da referida decisão, o que não prejudica, de forma nenhuma, o entendimento da Consultoria e da Secretaria-Geral Mesa do Congresso Nacional de que ela está eivada de dúvidas sobre a sua tramitação e conclusão.

Nós iremos votar um PLN que trata de dois itens que envolvem a RP9. O aconselhamento e a orientação é para que se divida o relatório em duas partes, excluindo os itens da RP9 para que possamos tratar desse assunto posteriormente, logo após a promulgação do que foi tratado na discussão.

Eu entendo como V.Exa. entende, mas, infelizmente, a assessoria analisa de forma diferenciada.

Tem a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - Sra. Presidente, eu quero concordar com V.Exa.

Eu penso que esse é um tema que deve ser objeto de debate nesta Casa. Não é conveniente que outro Poder defina os mecanismos de distribuição e execução do Orçamento.

A decisão do STF é de conhecimento público. É um fato público, notório. Há uma decisão, por 8 votos a 2, definindo que a execução ou providências relacionadas à RP9 sejam suspensas. Claro que só teremos conhecimento preciso quando o acórdão for publicado. Pode haver alguma mediação, pode haver ainda algum tipo de embargo de declaração, essas coisas que no mundo jurídico nós conhecemos.

Mas é um fato. Acho que não é conveniente, não é correto, nós desconhecemos esse fato e adotarmos uma deliberação que logo na frente pode ser anulada. Decisão judicial se cumpre, mesmo que possamos questioná-la. E eu questiono a forma de interferência que,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

infelizmente, tem tido com muita frequência o Poder Judiciário em decisões do Poder Legislativo.

No que tange à RP9, acho que foi uma decisão que não é correta, do ponto de vista do mérito. Eu tenho discordância. As emendas de Relator sempre aconteceram — nós estamos aqui há muito tempo —, mas elas eram emendas que complementavam, ajustavam, faziam mediação sobre as prioridades dentro da própria estrutura do Orçamento.

No montante e com as características que há hoje nunca aconteceu. Portanto, é algo realmente questionável e está produzindo distorção na distribuição de recursos em muitos Estados da Federação. Mas, por mais que tenhamos questionamentos a fazer — e temos muitos questionamentos a fazer —, acho que esse episódio do STF, Deputado Claudio Cajado, Líder do Governo, deve nos servir de estímulo, vamos dizer, para todos nos envolvemos na busca de uma solução na Casa. Não acredito que seja uma boa solução votar tudo nessa quantidade para RP2. O que vai mudar se isso for feito? Torna a deliberação sobre isso na discricionariedade do Ministro ou do Poder Executivo.

Então, acho que este é um debate a ser feito. Nós devemos fazer este debate, devemos nos debruçar sobre ele, devemos fazer a interlocução na Casa. Mas, neste momento, é prudente, como V.Exa. encaminhou, que nós façamos a exclusão daqueles itens que estão ali rubricados como RP9 do PLN 31/21, até mesmo para preservar aquilo que eu considero como essencial, que é o pagamento das bolsas que os nossos jovens e os estudantes estão esperando.

Se nós tomarmos a decisão aqui de que ela não tenha sequência, vai ser um prejuízo para a sociedade e para o funcionamento desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - E contaminaria todo o processo da discussão do PLN 31/21.

Eu quero esclarecer também que, diante da saída encontrada pela assessoria e pela Mesa, a Mesa do Congresso, nós teremos o PLN 31-A e o 31-B, sendo que votaremos o PLN 31-A, e o PLN 31-B vai continuar tramitando na Casa até que possamos chegar a uma decisão terminal.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Só por um minutinho, eu pedi a palavra, porque eu estou saindo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Senador Izalci Lucas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sra. Presidente, sou autor de um projeto que vai ser votado agora, mas eu queria fazer um apelo aqui porque, vejam bem, o PLN 31/21 trata exatamente, dentre outras coisas, das bolsas da CAPES, e todos aqui sabem da importância delas.

Então, particularmente, eu gostaria muito que nós, de fato, não votássemos integralmente, que pudéssemos separar a RP9, para garantirmos nas votações de hoje as bolsas da CAPES, e votarmos amanhã cedo no Congresso sem polêmica.

Eu quero deixar aqui este apelo, para resolvermos esta questão da CAPES definitivamente.

Senadora, eu vou pedir licença, porque eu vou rapidamente lá ao plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não, Senador.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Enquanto aguardamos a apresentação dos dois relatórios, tem o Deputado Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Presidente Rose e demais Deputados, eu acho que a decisão de separar em dois o relatório, ouvindo as Consultorias, tanto a da Câmara como a do Senado Federal, é mais prudente.

O que há de mais urgente neste PLN é exatamente a questão das bolsas e dos recursos destinados às comunidades terapêuticas, enfim, tudo o que é urgente e que, de fato, atende diretamente a população, como, por exemplo, essas comunidades terapêuticas que atendem 80 mil pessoas no País. Então são coisas, como V.Exa. sabe, de extrema urgência, e devemos sim votá-las.

No caso da RP9, nós podemos aguardar, porque se quiséssemos decidir em cima da decisão da própria Ministra Rosa Weber, poderíamos fazê-lo sim. Mas estava em julgamento — terminou ontem, com 6 votos a zero —, e hoje é que vai ser concluído. Além disso, ainda vai sair o acórdão lá do Supremo Tribunal Federal.

Então, é prudente que se separe isso e que se vote aquilo que veio originalmente do próprio Governo, rejeitando todas as demais emendas apresentadas. Com isso, atende-se a essas entidades e também a questão das bolsas, que é de fundamental importância e tão badalado este assunto aqui nesta Casa.

Portanto, Sra. Presidenta, vamos aguardar. A Consultoria está trazendo o relatório. Já foi adiantado — e V.Exa. tem conhecimento — que são dois relatórios. Há o relatório original, que iremos votar até onde for possível legalmente, e o restante, que trata das emendas questionadas, nós jogaremos em outro PLN, que, posteriormente será discutido e será reaberto





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

prazo de emendas. Com isso, será dada a oportunidade a todos de exercerem, de fato, o direito de Parlamentares aqui, na própria Comissão.

Era só isso, Sra. Presidenta.

A SRA. ROSE DE FREITAS (MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Presidente Rose e demais colegas, primeiro, quero deixar claro o pensamento que tenho sobre toda essa polêmica envolvendo as emendas de Relator, as RP9. Entendo que há um lado positivo nesse debate, que é o de que se possa dar absoluta transparência. Isso é um princípio constitucional, é algo sobre o que — eu acredito e assim espero — nós temos consenso. Sobre essa transparência, alguns já podem estar fazendo isso no seu dia a dia, e eu acredito que seja a ampla maioria. E este é um dos problemas da política: às vezes, os bons pagam pelos maus.

Eu não tenho dúvida de que V.Exa., Senadora Rose... E eu via hoje V.Exa. atendendo Prefeitos com todo o zelo que sempre teve, desdobrando-se no trabalho desta Presidência e no contato com as suas bases do Espírito Santo. Da mesma forma, eu o faço, assim como os demais colegas aqui.

Uma das coisas que é da natureza da atividade pública, especialmente do Parlamentar — é da natureza até porque é também um dever dele dar transparência —, é divulgar aquilo que ele consegue. Eu tenho, obviamente, esta alegria: cada emenda que eu consegui ao longo da minha vida parlamentar eu fiz questão de dar divulgação, e dar uma boa divulgação. Aliás, isso é inerente ao nosso mandato. Se eu não divulgar o que estou fazendo, fica até difícil dar sequência à vida pública, voltar lá amanhã e dizer que eu desejo continuar representando aquela cidade. Então, a transparência, a divulgação, a informação, para mim, tem sido e continuará sendo essencial. E acho que o Congresso Nacional deve ver isso com naturalidade. E nós devemos nos debruçar sobre o assunto, para que haja absoluta transparência sobre como é aplicado cada centavo do Orçamento.

Quanto a esta matéria propriamente e dada a situação que vivemos, existe uma liminar vigente, um recurso sendo votado. Ainda que não tenha sido concluída a votação, fica evidente que a liminar será mantida. Portanto, entendo eu que V.Exa. está coberta de razão, assim como espero que seja a conduta do Relator com relação a este PLN 31/21.

Eu consultava a nossa assessoria, e já existem precedentes. Num primeiro momento, eu achei que poderíamos ter uma dificuldade, do ponto de vista regimental, de separar aquelas rubricas que não queremos aprovar no PLN 31/21. Ou seja, já tivemos situações anteriores em que um PLN se transformou, como V.Exa. disse, em PLN 31-A e PLN 31-B. Não há nenhum impedimento regimental. Então, eu acho que é a atitude mais prudente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não significa que nós estamos dando o assunto como encerrado, porque eu acho que ele ainda deve ser objeto de uma análise mais profunda, até para que também não fique pairando aquela dúvida de querer jogar todo mundo na mesma vala, dizer que está tudo errado, que é orçamento secreto, que não há transparência. Pelo menos da minha parte nunca houve isso e não quero fazer prejulgamento de ninguém.

V.Exa. está conduzindo muito bem os trabalhos. Vamos votar o PLN 31 porque ele é muito importante, resolve o problema do pagamento de bolsas, além de destinar recursos para a educação e outras áreas fundamentais. Vamos fazê-lo com a responsabilidade que esta Comissão sempre teve, separando-se a matéria que está *sub judice*. Aguardaremos uma decisão para que ela seja relatada no momento oportuno.

Essa é a nossa posição. Creio que possa, portanto, também falar pelo PSDB.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Agradeço a V.Exa. a contribuição.

Com a palavra o Deputado Rogério Correia. Em seguida, Deputados Juscelino Filho e Adriana Ventura.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Senadora Rose de Freitas, quero também parabenizá-la pela condução dos trabalhos e concordar com a decisão de V.Exa. Mas reforço a importância da aprovação do PLN 31, e o faço, além de outras rubricas, pela rubrica da educação.

Senadora, nós participamos ontem, pela Comissão de Educação desta Casa — eu, Deputada Professora Dorinha, Deputada Professora Rosa Neide, Deputado Ivan Valente e Deputada Alice Portugal —, de reunião muito importante na CAPES, onde fizemos uma análise de como anda o procedimento das bolsas dessa fundação, e o atraso de pagamento já chega a 2 meses. O crédito para isso consta do PLN 17, que já está na pauta de amanhã.

V.Exa. conduziu muito bem o processo na Casa quando essa questão do PLN foi analisada na Comissão Mista. À época foi feita, pelo conjunto de Deputados e Senadores e por V.Exa., a exigência de que o Governo também enviasse o restante dos recursos para as bolsas da CAPES, o que veio no PLN 31. O Deputado Carlos Zarattini relatou-me agora que essas verbas estão no valor que a própria CAPES tinha determinado como necessário para terminar o pagamento até dezembro. Então, é evidente ser importante aprovarmos logo a matéria, até para que todos os estudantes e o corpo docente tenham a tranquilidade de receber esses recursos.

Estavam ontem na CAPES a ANPG — Associação Nacional de Pós-Graduandos, a UNE, a ANDIFES, vários reitores de universidades e a Presidenta da CAPES, Profa. Cláudia, que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

também nos solicitou que buscássemos agilizar a aprovação dos dois PLNs em conjunto. É isso o que vamos acabar fazendo aqui.

Eu também quero parabenizar o Deputado Zarattini pela condução desse processo nesta Comissão. Faço essa solicitação para que tenhamos paciência e que se retire a parte de emendas de Relator, porque está realmente *sub judice*, e assim tem que ser tratado, sem entrar, portanto, nesse assunto. Aliás, não era para ele estar no PLN 31. Não veio do Governo assim, não sei nem por que isso entrou agora. Em todo caso, como será retirado, eu acho que atende ao conjunto dos Deputados e Senadores.

Quero parabenizar V.Exa., Senadora Rose de Freitas, e o nosso amigo e companheiro Carlos Zarattini pela condução desse procedimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Enquanto nossa Presidente vai fazer uma pausa na sala da Comissão, nós vamos prosseguir ouvindo o Deputado Juscelino Filho.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Sr. Presidente, como estamos no debate tratando justamente do momento que estamos vivendo com a decisão do Supremo Tribunal Federal em torno das emendas de Relator, quero ponderar e pontuar que esta Comissão vai ter um papel fundamental nesse ponto, já corroborando e apoiando a fala do Deputado Domingos Sávio. S.Exa. tratou da questão da transparência, e sempre é muito positivo trabalharmos em busca da transparência.

Eu venho aqui ponderar aos nobres colegas que esta Comissão vai ter um papel importante nisso. Havia um limite de emendas de Relator para o ano de 2021, e, conversando com o Relator do Orçamento, parece que nem 50% desse montante teria sido empenhado. Não sei o volume que foi liquidado e pago. O que sei é que, desse montante de 2021 — e quando se fala de emenda de Relator falamos de 2020 também —, há muitas obras em andamento, fruto de recursos de emendas de Relator dos anos de 2020 e 2021. São obras importantes, de todas as dimensões, maneiras e áreas no País inteiro. Há obras de escolas, obras de creches, obras de unidades de saúde, obras de pavimentação de vias, de estradas, de mercados. Há todo tipo de obra contemplada, de alguma forma, com recursos de emendas de Relator nos anos de 2020 e de 2021, as quais estão em andamento ou com medições. O que vai acontecer, e já chegou a nós preocupação por parte de diretores de diversos órgãos que operacionalizam essas obras, se não dermos uma solução o mais breve possível a isso, é que, se já temos muitas obras paralisadas, imaginem o que vai vir adiante em um momento como o que estamos vivendo, fora a paralisação, a quebradeira de empresas, o aumento do desemprego e a cadeia que isso puxa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, uma coisa é trabalhar para ampliar tudo isso, dar tempo à transparência e suspender qualquer novo empenho; outra coisa é bloquear isso, o que vai resultar em colapso e — acredito — agravar uma situação muito séria no País. Fora isso, há equipamentos vários que foram adquiridos para o Brasil inteiro, através de emendas de Relator, que já foram entregues e os fornecedores não saberão quando vão receber por eles.

Essas situações têm que ser tratadas com olhar diferenciado. Já não basta a intromissão por parte do Supremo Tribunal Federal nessa questão da execução dessa forma, de suspender sem olhar o impacto que isso vai gerar na vida de milhões de brasileiros. Isso vai levar à quebra de vários CNPJs e ao aumento do desemprego, que já está altíssimo no País, enfim, a uma série de condições.

Esta Comissão vai, com certeza, ter um papel muito importante, no sentido de ajudar a buscar uma solução para essas situações, porque o Brasil não pode parar por conta disso. Acredito que teremos que buscar construir um caminho — é claro! — para ampliar a transferência.

O nosso principal inimigo hoje se chama tempo, porque nós temos pouco mais de 45 dias de trabalho nesta Comissão de Orçamento para buscarmos e construirmos juntos as soluções desses problemas, os quais estão chegando a todo momento. Além disso, precisamos trabalhar e finalizar a construção do Orçamento de 2022 já nesse novo modelo que deve vir a ser apresentado, para que nós possamos, dentro do prazo legal, aprová-lo. Assim, abriremos o ano de 2022 com o Orçamento votado e aprovado neste ano, para que não aconteça como no ano passado.

Então, essas são nossas ponderações e colocações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado, Deputado Juscelino.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - A Deputada Adriana, como inscrita, tem preferência sempre. A Adriana nos lidera.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Só lembrando que amanhã teremos uma audiência pública, Deputado Juscelino, para tratar exatamente das emendas de Relator e com presença de vários técnicos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Esse requerimento é meu, e eu ia convidar todo mundo para participar desse debate.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Foi um requerimento brilhante.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Muito obrigada, Deputado. Se achou brilhante, subscreva-o, então. Vou adorar.

Presidente, eu gostei bastante da fala do Deputado Domingos Sávio. Esta Comissão vai promover amanhã — todos nós — uma audiência pública para tratar de emendas de Relator. O objetivo é justamente trazer luz para as emendas de Relator, discutir esse tema, até porque, da maneira como elas vêm sendo utilizadas — essa é a minha visão, e nós podemos ter divergência no olhar, mas sempre de forma muito respeitosa —, não há transparência nenhuma. Tanto é assim, e falo claramente, que não sei aqui quem indicou o que para quem. Essa transparência, ainda que o Deputado Domingos tenha dito algo muito interessante — *"Eu sempre dou transparência, eu falo"* —, fez alguns Parlamentares acionarem o STF, porque não há transparência interna quanto a essas emendas. Ninguém sabe quem indicou, quem recebeu, quem mandou.

Esse instrumento que a Casa aprovou precisa ser revisto, até para não criminalizar a política, até para colocarmos cada pinga no "i" e mostrar como o orçamento público é utilizado. O orçamento público é da população brasileira. É um princípio constitucional a transparência. Transparência não é publicidade. Transparência é mostrarmos como cada centavo é utilizado. Eu também tenho muita discordância em relação à intromissão do STF. Eu sou uma grande crítica às intromissões do STF. Muitas vezes ele interfere nos Poderes, mas, neste caso, não acho que foi uma interferência.

Vamos lembrar que Parlamentares acionaram o STF, que deveria ser somente o guardião da Constituição, para que discutisse transferência e isonomia, o que não está acontecendo nesta Casa. Então, nesse caso, não é intromissão. O que nós estamos discutindo é equilíbrio de poder. Por isso, eu discordo quando falam que é intromissão. Eu também discordo quando usamos emendas de Relator de maneira que não seja transparente.

O objetivo da audiência de amanhã, para a qual estão todos convidados, e a acho muito importante, é ser um debate técnico, e não de palco. Ninguém aqui quer palanque, palco, criminalizar. O que faremos com a questão das emendas de Relator? Como utilizaremos esse instrumento?

Eu gostaria muito que fosse um debate profundo, maduro, porque este Congresso tem que dar uma solução para essa questão, que não vem de hoje. Hoje o nome bonito é RP 9, mas antes era outro nome. Era utilizado nos Governos anteriores o nome RP 2. Agora estão chamando o RP 9 de "novo mensalão". Precisamos discutir esse assunto de maneira madura.

Então, todos estão convidados, todos os Parlamentares, para acharmos uma solução para isso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Obrigado, Deputada.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Está inscrito o Deputado Claudio Cajado. Se V.Exa. puder aguardar...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Eu aguardo.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Se V.Exa. quiser, o Deputado Domingos pode falar antes. É a hierarquia da idade.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - É sobre o mesmo tema.

Inicialmente, eu gostaria de concordar com a Deputada Adriana. Eu já havia dito que essa é uma oportunidade para o Parlamento se debruçar sobre a matéria, buscar dar absoluta transparência a ela. Uns fazem, mas outros não dão a devida transparência, não informam como está sendo aplicada a emenda, porque é feita dessa ou daquela forma. Acaba que depois todos correm o risco de pagar pelo erro de um ou de outro, ou, às vezes, pela interpretação que se está dando à matéria.

No primeiro momento, devo dizer que eu não estava na Comissão de Orçamento no ano passado, mas sempre tive algumas interrogações sobre como isso estaria sendo conduzido. Acredito que a transparência é inegociável, e esse é o nosso dever em primeiro lugar. No caso, eu concordo com a Deputada que essa não é uma questão de interferência ou de intromissão do Judiciário, até porque o Judiciário se manifesta a partir do momento em que ele é provocado. É muito comum, às vezes, vermos reações. Eu também tenho discordâncias com relação a algumas decisões do Judiciário. E as decisões do Judiciário das quais discordamos, a legislação prevê a possibilidade de que a parte interessada recorra, questione. Esse é o princípio fundamental da democracia. Em relação ao Supremo, costuma-se dizer que só se pode recorrer a Deus, não é, Deputado Cajado? E esse é um problema no Brasil, porque, muitas vezes, vem a questão da interpretação, e a decisão pode, às vezes, trazer-nos alguns dissabores. Um dia interpreta-se de um jeito; no outro, interpreta-se de outra forma.

Mas o que eu queria complementar ao que a Deputada Adriana disse e o colega que me antecedeu também é que essa matéria requer desta Comissão e do Congresso como um todo atenção muito especial. Em primeiro lugar, eu reitero que haja transparência e todo um esforço para que nós possamos garantir aquilo que é fundamental e inegociável: dinheiro público tem que ser usado para atender ao interesse público de forma muito clara, muito transparente. A qualquer momento em que isso não estiver sendo cumprido, tem que haver, sim, não só a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

correção, mas, se for o caso, até a punição, caso haja qualquer ilícito ou irregularidade. Eu entendo, portanto, que este é o primeiro passo: transparência e legalidade.

Mas existem alguns outros aspectos que foram mencionados pelo colega que me antecedeu. Nós estamos falando de uma decisão que alcança emenda de Relator, que ganhou, de 2 anos para cá, a denominação de RP 9 na Lei de Diretrizes Orçamentárias, não é na Constituição, dando-lhe um caráter diferente. Mas sempre houve emenda de Relator.

A emenda de Relator passa a estar sob questionamento do Supremo, mas não se está fazendo esse questionamento a uma emenda, e sim a todas. E aí entra a questão apontada pelo colega: corre-se o risco de os bons pagarem pelos maus mais uma vez, de se promover injustiça e se acarretar problemas sérios para a população. Pode-se ter uma creche em andamento, uma unidade básica de saúde em andamento, uma série de obras em andamento e, de repente, tudo vai ser paralisado. Por causa disso, nós não vamos enfrentar o problema? Não é o que eu estou dizendo. Nós temos que enfrentar o problema. É preciso haver transparência, legalidade, mas com o cuidado de assegurar que a execução orçamentária como um todo não seja interrompida. Se a execução orçamentária for interrompida de forma generalizada, para tentar resolver um problema, criam-se diversos outros problemas — e problemas sérios — na área da saúde, da educação, da assistência social, de obras.

Existem alguns mecanismos, e vou antecipar algo que eu pretendo falar na audiência pública de amanhã. Seria bom que nela estivesse presente alguém do Ministério da Economia, da área de planejamento, da Secretaria de Governo, para fazer uma discussão franca. Orçamento envolve Legislativo e Executivo. É jogo aberto, transparência, busca inclusive de soluções. A primeira delas, insisto: transparência e legalidade. Mas, no caso específico da execução orçamentária, eu quero deixar um alerta. Alguns têm falado: *"O Governo vai ter que mandar PLNs para transferir essas execuções RP 9 a outras rubricas"*. O prazo constitucional para mandar PLNs esgota-se daqui a alguns dias. Existe uma alternativa. Com muita razão, a nossa Lei Orçamentária Anual sempre traz um artigo dizendo que o Executivo não pode, por decreto, fazer mudanças, fazer alterações em emendas orçamentárias.

Penso eu que, como a emenda de Relator é objeto de questionamento judicial, seria razoável começarmos a avaliar a possibilidade de que houvesse uma mudança pontual no texto da Lei Orçamentária Anual, em que a emenda de Relator especificamente pudesse ser objeto de alteração. Isso para atender ao interesse público de não paralisar obras, o que não impede fiscalização, não impede controle, não impede nenhuma das ações, inclusive, que estão sob a orientação da liminar, que é de transparência.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esta é apenas uma reflexão de natureza técnica, Presidente, que pode nos ajudar a evitar uma série de transtornos. Se não enfrentados, eles podem prejudicar quem não tem nada a ver com o problema lá na ponta, que é o cidadão brasileiro. Ele tem que ser o beneficiário do uso do Orçamento, com transparência e com legalidade, mas sem interrupção. A interrupção pura e simplesmente pode, na tentativa de resolver um problema, criar vários outros.

É esse alerta que eu quero fazer e deixar registrado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Presidente, Deputado Zarattini, cumprimento V.Exa. e os demais membros da Comissão.

A discussão aqui está afeta a sobrestar, no PLN 31, a parte relativa ao RP 9. A decisão da Comissão de apresentar o relatório e podermos discuti-lo e votá-lo agora está correta, porque, se nós deixarmos o RP 9, estaremos votando algo que está determinado pela decisão e não pode prosperar. E, à luz disso, seria interessante nós lermos o teor da decisão da Ministra Rosa Weber, que foi ratificada pela maioria do Supremo Tribunal Federal.

Diz a Ministra:

Ante o exposto, conheço em parte da arguição de descumprimento e, nessa extensão, defiro o pedido de medida cautelar requerido, ad referendum do Plenário desta Corte — e para tanto estou a solicitar, nesta mesma data, ao Presidente do STF, a inclusão desta ADPF em sessão virtual extraordinária —, para determinar ao Congresso Nacional (Senado Federal e Câmara dos Deputados), à Presidência da República, à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério da Economia as seguintes medidas — são três medidas:

(a) quanto ao orçamento dos exercícios de 2020 e de 2021, que seja dada ampla publicidade (...).

A determinação é que o Orçamento do ano passado tem que estar em plataforma digital, divulgada a amplitude do que foi gasto com o RP 9, e, em 2021, da mesma forma.

Segunda medida:

(b) quanto à execução das despesas indicadas pelo classificador RP 9 (despesas decorrentes de emenda do relator do projeto de lei orçamentária anual), que sejam adotadas as providências necessárias para que todas as demandas de parlamentares voltadas à distribuição de emendas de relator-geral,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

independentemente da modalidade de aplicação, sejam registradas em plataforma eletrônica centralizada mantida pelo órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal previsto nos arts. 3º e 4º da Lei nº 10.180/2001, à qual assegurado amplo acesso público, com medidas de fomento à transparência (...).

Isso também é no prazo de 30 dias. Ou seja, S.Exa. determina a transparência em publicação em plataforma digital de tudo o que foi executado do RP 9 nos anos de 2020 e 2021.

Terceira e última medida :

(c) quanto ao orçamento do exercício de 2021, que seja suspensa integral e imediatamente a execução dos recursos orçamentários oriundos do identificador de resultado primário nº 9 (RP 9).

Ou seja, essa suspensão dar-se-á também, em minha opinião, em relação aos recursos que estão empenhados. Eles não poderão ser pagos, não poderão ter a continuidade assegurada. Então, se, por acaso, como disse o Deputado Domingos Sávio, a emenda está em andamento, haverá descontinuidade. Acredito que, em 2021, existir uma obra em execução é um pouco mais difícil, porque o Orçamento nós votamos em março deste ano, e os vetos, a liberação do Quadro de Detalhamento de Despesa — QDD e a liberação efetiva do Orçamento só ocorreram no final de maio. Portanto, de maio para cá, dificilmente vai haver alguma obra nova em andamento já com o recurso de 2021, a não ser que seja obra continuada. Caso seja obra nova, eu acho difícil. Porém, existem convênios já assinados. E esses convênios ficarão sobrestados, com prejuízos visíveis, claro, se forem nas áreas de saúde e de educação, em especial à população que iria se beneficiar.

Eu entendo que nós temos duas decisões a tomar.

Primeiro, a Câmara dos Deputados, na figura do Presidente Arthur Lira, através da diretoria jurídica da Casa, poderia entrar com embargo de declaração para clarear essa decisão e deixar notoriamente evidenciado se os empenhos em andamentos terão que ser cancelados, sobrestados até a decisão do mérito ou continuados até o pagamento. Então, até haver qualquer decisão relativa ao RP 9, nós temos que ter cautela. Em seguida, encaminhar para a Presidência da Câmara as ações jurídicas referentes à decisão que o Supremo tomou liminarmente pela Ministra Rosa Weber, inicialmente, e, em sequência, no Plenário virtual, ratificada pelos demais Ministros, com placar de 8 a 2, e também ao Senado, para que ambas as Casas, perfazendo o Congresso Nacional, possam se manifestar.

Isso, de fato, irá afetar o Orçamento de 2021. Nós já estamos com pouco mais de 45 dias do final do exercício do ano de 2021. Há muitas ações previstas que, se forem empenhadas,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

não serão executadas, o que significa um prejuízo claro para milhares de Prefeituras, dezenas de Estados, centenas ou milhares de órgãos, porque não vai dar tempo, mesmo que o recurso seja empenhado, de executá-lo. Na parte de aquisição de equipamentos na área da saúde, por exemplo, será impossível, se nós não deliberarmos na próxima semana, empenharmos e liberarmos esses recursos para serem adquiridos, até porque se prevê licitação e uma série de critérios para a aquisição de equipamentos hospitalares, ambulâncias etc.

Então, nós estamos, de fato, numa situação muito delicada.

Em relação ao PLN 31, temos que sobrestar esses recursos do RP 9, dar sequência ao restante do PLN 31 e assim por diante nos PLNs que deverão chegar. Se o Governo Federal irá transformar o RP 9 em RP 2, aí é uma decisão do Governo.

Para concluir, eu queria me reportar à questão RP 9. O RP 9 ficou desvirtuado, é um mal necessário. Mas qual o grande problema do RP 9? É a sua abrangência, como disse o Deputado Daniel Almeida. Concorro com V.Exa., Deputado, que o problema do RP 9 é a abrangência, porque ele foi criado, na verdade, para que o Relator, ao final dos relatórios setoriais apresentados, pudesse corrigir distorções, como, por exemplo, no caso do Seguro-Safra Agrícola e da Lei Kandir. Esses recursos eram para o Relator adequar a valores importantes de determinadas ações. O que houve? A partir de 2020, quando foi denominado o Resultado Primário 9, sequenciando as emendas impositivas, as emendas de bancada — RP 8, RP 7 e a emenda do Executivo, que ficou com RP 2 —, numerou-se esse resultado primário como emenda de Relator e sua abrangência ficou no Orçamento. Isso fere distorção, porque uma única pessoa, através de um ofício, encaminha a execução orçamentária. Então, é necessária a regulamentação disso.

Aliás, esse assunto já estava pautado para que pudéssemos discuti-lo no exercício do ano que vem. A emenda de Relator, do jeito como estava, dava problema e vai continuar a dar, como acabou dando, porque não acredito que o mérito dessa decisão seja julgado em 15 dias. Se passar para o mês de dezembro, acabou, não haverá tempo. O exercício finda em 31 de dezembro e não haverá tempo para que possamos empenhar as emendas de Relator.

Então, temos que dar uma solução que não seja para finalizarmos este exercício — parece-me que ainda temos algo em torno de 7 bilhões ou 8 bilhões de reais em RP 9 para serem empenhados — sem fazê-lo de outra forma. Percebo como mais eficiente e menos danoso para as políticas públicas que precisam ser efetivadas e foram, bem ou mal, definidas pelo Congresso Nacional, que votou o Orçamento com seus benefícios e seus malefícios.

Temos agora a oportunidade de corrigir as distorções e fazer o Orçamento para o ano de 2022 sem esse ruído, essa problemática e essa polêmica. É possível? Acredito que iremos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fazê-lo. Não há mal que não se corrija. Enquanto isso, temos que ser céleres não apenas na votação dos PLNs que já estavam sob deliberação da CMO e estarão amanhã no Congresso Nacional, como na dos que ainda vão chegar.

De fato, este ano foi extremamente prejudicado pelo atraso na votação do Orçamento, pela pandemia e pós-pandemia. Se imaginarmos que, no ano que vem, teremos um processo eleitoral pela frente, atrasar o Orçamento ou fazê-lo com problemas será ainda mais danoso à Nação. Portanto, a responsabilidade é de todos nós e começa na Comissão de Orçamento.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Mais algum Deputado quer usar da palavra?

O SR. VERMELHO (PSD - PR) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Tem a palavra V.Exa., Deputado Vermelho.

O SR. VERMELHO (PSD - PR) - Presidente, quero primeiro parabenizar, pelas belas palavras, a Deputada Adriana Ventura, profunda conhecedora do assunto, assim como o Deputado Domingos Sávio e o nosso companheiro Deputado Claudio Cajado, também um conhecedor do assunto.

Só não entendi algo e gostaria que o Deputado Cajado me esclarecesse: estaríamos deixando os recursos de RP 9 em um PLN em separado ou estaríamos abrindo-os em dois PLNs: o PLN 31 e o PLN 31-A? Seria mais ou menos essa a ideia, até que o embargo declaratório tenha uma decisão?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Neste caso específico, sim. Mas o que eu entendi do Deputado Cajado é a proposta de transferir esses recursos.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - São duas as situações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Não neste caso aqui.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - A do PLN 31 seria mais ou menos isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Está resolvido.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Isso resolveria o PLN 31, e votaríamos o PLN 31-A com o RP 9. Ele ficaria sobrestado para deliberação depois que houvesse o clareamento da decisão judicial. Em relação ao remanescente que não foi empenhado ainda, teríamos a possibilidade de transformá-lo em RP 2 através de PLNs.

O SR. VERMELHO (PSD - PR) - Estamos recuperando, por exemplo, o empenho da nossa Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Não é um valor tão significativo, mas está em RP 9.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, até que se tenha a clareza dessa decisão, que, de fato, é dúbia, concordo com V.Exa. O embargo declaratório há de clarear isso por parte das duas Casas. De fato, entendo que há uma interferência, sim, no Poder Legislativo. Com certeza, os desdobramentos dirão a verdade.

Mas não podemos também dispersar. Temos que deixar assegurada nem que seja essa modalidade do PLN 31-A, por exemplo. Acho que assim fica bom até que clareemos o assunto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Ainda estamos aguardando a chegada do relatório. Os técnicos da Comissão estão terminando o trabalho. O próprio Relator subiu. Vamos aguardar mais um pouco.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - V.Exa. permite um registro?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - É claro!

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Registro a presença de diversos Prefeitos da Bahia da frente que pauta uma agenda positiva do municipalismo.

Deputado Zarattini, V.Exa. sabe que os Prefeitos brasileiros passam por grande aperto financeiro. Apesar de ter havido um aumento da receita — de fato, foi entre 30% e 40% —, houve também um acréscimo extraordinário na despesa. Basta dizer que o combustível hoje pesa no orçamento dos Municípios de forma estrondosa. Municípios da Bahia, do Sertão baiano, com muitas estradas que cortam o interior do Município, as chamadas estradas vicinais, e que precisam de maquinários para dar manutenção de forma diária, estão com dificuldades de fazer os serviços de terraplenagem, aterramento etc. por conta do valor excessivo do *diesel*, da gasolina, do etanol.

Isso faz com que os Prefeitos acorram a Brasília desejosos não apenas de emendas parlamentares, que ajudam nos investimentos, como também de ações, como a da noite de ontem. Nós votamos a PEC 23, que não apenas abria espaço para o Auxílio Emergencial, dividindo o pagamento de precatórios em três parcelas, como também incluía o parcelamento em 240 meses das dívidas previdenciárias.

Muitas vezes, a interpretação de que os Prefeitos pedem muita ajuda é equivocada, porque eles querem apenas o que é de direito. Muitos Prefeitos de oposição que assumiram o mandato em janeiro herdaram dívidas impagáveis do INSS. Por quê? Porque o gestor anterior não quitou as obrigações previdenciárias. Quando chegou o final do ano, para regularizar a própria gestão, tentou fazer acordo com a Receita do Brasil ou o INSS para que o próximo pagasse as prestações. A Receita do Brasil não abriu o sistema para fazer os acordos. A eleição terminou no final de novembro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Governo duro.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - O Governo não abriu o sistema para o parcelamento, e os Prefeitos que assumiram em janeiro deste ano, quando procuraram fazer o parcelamento, muitas vezes já tendo sequestrado o FPM das contas municipais, não poderiam fazê-lo apenas em 60 meses. Isso porque o valor da parcela ficaria impagável para as gestões se tivessem de cumulativamente pagar a despesa do INSS, a guia do mês. Então, inviabilizou-se esse processo.

Eu defendi o parcelamento da dívida do INSS em 240 meses para os Prefeitos, o que ontem foi adicionado à PEC dos Precatórios, aprovada com 323 votos.

Trago a questão aos Senadores desta Comissão presentes pessoal ou virtualmente, pedindo que aprovem a PEC 23 no Senado da República para se fazer justiça aos gestores municipais.

Além disso, existem outras pautas que preocupam muito os Prefeitos, como o piso do magistério e programas que nós votamos e aprovamos, cujos recursos são pagos pelos Prefeitos, as despesas são efetivadas pelos Municípios. Hoje, não podemos mais criar programas cujas despesas não estejam previstas nos orçamentos municipais.

Aliás, em bom momento, lembro que houve na LDB a obrigatoriedade de que recursos voluntários em que haja contrapartida dos Municípios, de órgãos ou dos Estados Federados têm que estar previstos nos orçamentos desses entes, sob pena de não se fazer o convênio com o ente federal. Isso é importante, porque muitas vezes o Governo Federal faz um convênio com o Município com contrapartida mas, se não estiver previsto na lei orçamentária municipal, a contrapartida não é efetivada. Com esse tipo de determinação da LDO, fica evidenciada a necessidade de o contratante e o contratado terem asseguradas as dotações orçamentárias. Isso vem ao encontro do que os Prefeitos querem. Eles não querem que criemos programas aqui cujas despesas eles tenham que assumir lá na ponta sem que haja previsão orçamentária e financeira de repasse para os entes.

Questões como essas eu acho importante, Deputado Zarattini e colegas da Comissão, serem postas em evidência no intuito de termos entes da Federação, seja Estado, seja Município, beneficiados de forma responsável em programas que sejam importantes para a população brasileira.

Eu não tenho dúvida de que esse aprendizado que nós temos tido ao longo de tantos anos tem servido para melhorar muito a resposta da responsabilidade fiscal no País. E o Governo Federal, o Governo do Presidente Bolsonaro, tem demonstrado essa responsabilidade fiscal, tanto que hoje o teto de gastos não foi furado, e sim mantido. No ano





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

passado, houve uma excepcionalidade, como muitos países fizeram, sendo criado um orçamento paralelo e um "orçamento de guerra", para que pudéssemos enfrentar a pandemia. Neste ano, mesmo com a continuidade da pandemia, tivemos que estabelecer prioridades no orçamento sem furar o teto.

Era essa a colocação que eu queria fazer. Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Já chegou o relatório. Estou apenas aguardando a presença do Relator, que está sendo chamado neste momento.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Na verdade, eu só quero fazer uma pergunta.

Eu entendi que vamos separar o relatório, porque está sendo tirada a parte do RP 9, e precisamos atender às bolsas e ao CAPES, como tínhamos conversado. Mas o meu questionamento é se nós estamos aqui votando o relatório original. O relatório original retira uma parte do RP 9 e estamos votando o original.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Perfeito.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Ele tinha 78 páginas, e não sei quantas páginas tem agora. Se não for o original, eu acho que não dá para votar assim, porque não haverá tempo para se fazer a leitura. Eu quero fazer esse questionamento, porque eu li o original, mas não sei o que está nesse relatório.

Então, eu só gostaria que fosse feito esclarecimento se é o original ou não, ressalvada a parte do RP 9.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Exatamente isso, Deputada. O que se está fazendo aqui é excluir tudo aquilo que diz respeito ao RP 9, mantendo-se o texto original, sem acatamento de nenhuma emenda — o Relator sequer alterou o texto.

Portanto, peço ao Deputado Wilson Santiago que compareça à mesa e nos brinde com a leitura do seu voto.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Parecer ao PLN 31/21.

Antes de ler o voto do Relator, vou fazer um pequeno relato. Todos nós sabemos da história desse PLN, que tem alguns recursos do RP 2, emendas de Relator questionadas por um grupo de Parlamentares com decisão da Ministra do Supremo Tribunal Federal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por essa razão, nós tivemos que separar o relatório e colocá-lo em dois PLNs. O primeiro contém prioridades, como as bolsas, tão defendidas pela Presidente Rose de Freitas e por tantos outros companheiros desta Comissão, além de entidades representativas que de fato têm recursos destinados por esse PLN, que são de fundamental importância para a sobrevivência de entidades espalhadas pelo Brasil inteiro.

Agora, passo a ler o voto.

"II - Voto do Relator

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, por objetivar o reforço de dotação já constante na Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 46 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 (LDO/2021).

Do exame da proposição verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Em relação às emendas, entendemos que todas devem ser consideradas admitidas. Entretanto, consideramos que o acolhimento dessas emendas prejudicaria a efetivação das finalidades propostas pelo Poder Executivo que justificaram a edição do projeto de crédito suplementar, razão pela qual propomos rejeitar no mérito essas emendas.

Tendo em vista o julgamento da ADPF 554 no Supremo Tribunal ao Federal, relativa às dotações marcadas com RP 9, sugerimos por bem destacar essas dotações nos termos do inciso IV do art. 133 do Regimento Interno do Senado Federal, usado subsidiariamente, para constituição de proposição em separado.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN 31/21, na forma do substitutivo apresentado, pela constituição de projeto autônomo de parte da proposição principal e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 9."

Portanto, Srs. membros da Comissão, de acordo com o que determina o Regimento da Casa, sugerimos a criação do PLN 31-A, que é este aqui; e do PLN 31-B, que será o restante e continuará tramitando nesta Casa, com abertura de prazos para que sejam apresentadas emendas, já que as emendas apresentadas ao PLN 31-A estão prejudicadas porque estavam retirando recursos, na grande maioria, da RP9.

Por essa razão, este é o relatório.

Peço a aprovação de todos, já que tratamos dos bolsistas e tratamos das comunidades terapêuticas, que beneficiam em torno de 80 mil pessoas espalhadas pelo Brasil inteiro. E isso é de fundamental importância não só para a sobrevivência dessas entidades, como também





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

para o atendimento da nossa companheira e Parlamentar lá do Estado de São Paulo, a Deputada Adriana Ventura.

Portanto, Sra. Presidente, este é o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Muito obrigada, Deputado Wilson Santiago.

Antes de colocar em discussão, quero esclarecer exatamente a posição tomada aqui, porque ela será objeto de discussão inclusive com a mídia, com a imprensa. Diante da contaminação de parte desse relatório pelas decisões que tomaram acerca da RP9, nós o dividimos em dois. O primeiro trata substancialmente dos assuntos pertinentes a matérias votadas anteriormente e que necessitavam de complementação. Disciplinarmente está colocado no texto que poderia ser votado, sem nenhuma possibilidade de amanhã ser interpretado que estava contra o Regimento ou que gerava qualquer insegurança jurídica.

Portanto, o que o Deputado Santiago fez, com muita presteza e diligência, foi separar, como fez a assessoria, deixando para 31-B as demais matérias que estão contaminadas pelo parecer do STF. No entanto, eu queria deixar claro que isso não será objeto de discussão e votação nos próximos dias, até que concluamos o parecer sobre todas as decisões e o alcance delas tomadas pelo STF, cuja votação parece que ainda vai se realizar.

Portanto, vamos votar apenas a parte que esta Comissão tem interesse e que está livre de qualquer outro parecer que possa inclusive prejudicar o trabalho realizado até agora.

Vou abrir a palavra para discutir o relatório.

Em discussão o relatório do Deputado Wilson Santiago.

Tem a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente, primeiro eu quero parabenizar o Relator e V.Exa. pela decisão de separar os assuntos para não contaminá-los, como V.Exa. disse.

Ao mesmo tempo, quero tranquilizar os alunos que dependem dessa bolsa de 400 reais. V.Exa. sabe o quanto eles estão realmente aflitos com isso. Então, essa solução foi a melhor possível para que amanhã possamos votar esse projeto no Congresso Nacional e dar condições para que essas bolsas sejam pagas. Inclusive, quero ressaltar aqui que este PLN cobre as bolsas até dezembro. O projeto original que veio para cá, o PLN 17, V.Exa. sabe e interferiu muito bem, cobria apenas agosto e setembro. E o PLN 31-A está contemplando não só agosto e setembro, mas contempla até dezembro.

Eu não poderia também deixar de ressaltar a importância das comunidades terapêuticas. Trata-se de um serviço excepcional, que é feito principalmente nesse período de pandemia. O Governo não tem a mínima condição de atender realmente a demanda desses jovens e adultos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

também, de modo geral. E essas comunidades terapêuticas têm feito um trabalho excepcional. Realmente temos que agradecer muito a elas, porque muitos jovens são tirados das drogas, e adultos também, em função do trabalho dessas comunidades.

Então, parabeno o Relator também por contemplar as comunidades terapêuticas e as bolsas da CAPES e os demais, mas principalmente esses dois itens.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - Sra. Presidente, eu também quero cumprimentar V.Exa., que tomou uma atitude adequada, correta: não entrou no mérito da decisão do STF que se relaciona com a RP9, mas preservou o entendimento construído aqui no debate e que o Relator pôde expressar de forma tão clara.

Eu cumprimento o Relator Wilson Santiago, que quis exatamente garantir àqueles jovens o recebimento da bolsa da CAPES para oferecer a oportunidade de aulas, de conhecimento científico, de conhecimento técnico Brasil afora. Não é gente que está dentro das universidades, não, é gente que está espalhada pelo País, prestando um relevante serviço. Essas pessoas não poderiam ficar sem essa proteção, bem como as comunidades terapêuticas, que também dependem, às vezes, desesperadamente, desses recursos para continuarem exercendo suas atividades.

Portanto, sem entrar no mérito da decisão do STF e sem fazer o debate aqui que seguramente faremos em outra oportunidade a respeito da RP9, preservaram-se as atividades essenciais que esses setores podem produzir.

Parabenizo V.Exa., parabeno o Relator e peço voto a favor.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu também gostaria de parabenizar pela condução, Presidente. Eu achei muito ponderada essa solução.

Na verdade, eu gostaria também de entender só uma coisa, Relator, que para mim não ficou muito clara. A propósito, agradeço a V.Exa. também a ponderação e a coerência. Qual é o valor final do crédito, por favor? Para mim, não ficou claro. Separando esses dois, eu gostaria de saber qual é o valor final do crédito do PLN 31-A.

V.Exa. poderia, por favor, esclarecer isso para mim?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Enquanto a assessoria esclarece, a palavra está em aberto.

Não sei se o Deputado Claudio Cajado tinha manifestado o interesse de falar.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Pois não, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu perguntei se V.Exa. tinha manifestado o interesse de fazer uso da palavra.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Eu já falei, obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Na verdade, a pergunta da Deputada Adriana Ventura procede, porque temos uma terrível situação, a primeira com que me deparo, em oito mandatos — nunca havia me deparado com uma situação como essa —, mas quero parabenizar esta Comissão pelo esforço que estão fazendo para que possam votar esta matéria e que ela seja levada ao Congresso Nacional.

Evidentemente, há dois itens contaminados pela RP9. Não sei se foram calculados pelo Deputado Wilson Santiago, Relator.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Respondendo à Deputada Adriana Ventura, o PLN nº 31-A resultou em R\$ 721.321.565,00, e o PLN nº 31-B, que é este questionado, em R\$ 1398.271,00. Este, repito, será reaberto, devolvido à Secretaria da Comissão. A Sra. Presidente irá reabrir prazos de apresentação de novas emendas, já que houve algumas rejeitadas em decorrência deste conflito. Acredito que todos terão oportunidade de reapresentá-las, até novas emendas, se assim for suficiente.

Ou seja, o projeto que preservamos foi exatamente com aqueles itens priorizados pelo próprio Governo, pelos Ministérios, a pedido e sugestão de todas essas entidades e órgãos públicos do próprio Governo Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em discussão, ainda, o relatório.

Não havendo quem queira discutir...

Por favor, eu estou, toda hora, insistindo que nós acabamos de votar o Relatório nº 31-A, que atende a todas aquelas reivindicações colocadas nos debates quando do Relatório nº 17, e outros compromissos assumidos, outros relatórios que não tinham sido conferidos a qualquer PLN que esta Casa apresentou. Este é o resultado de um bom trabalho realizado por todos que aqui estão, principalmente o Senador Izalci Lucas e, agora, nosso Relator, que se encontra presente, o nosso Vice-Presidente, Deputado Claudio Cajado, e o Deputado Daniel Almeida.

Faço questão de registrar que estamos votando agora pela persistência, pelo trabalho, a dedicação e o foco que V.Exas. tiveram no debate de atendimento às reivindicações trazidas aqui pelos movimentos e instituições.

Posso colocar em votação?

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Pode colocar.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em votação o relatório apresentado na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Informo que o prazo para apresentação de emendas à LOA 2022 encerrará no dia 16 de novembro, terça-feira, às 18 horas. Novamente, digo que está no nosso *site*, está lá, comunicado pela Câmara. Então, ninguém pode dizer que não sabe de reunião, não sabe de emenda, porque está tudo devidamente avisado.

Informo ainda que será realizada reunião de audiência pública na próxima quinta-feira, amanhã — Deputada Adriana Ventura, amanhã —, quinta-feira, dia 11, às 14 horas, para tratar da emenda do Relator-Geral no Orçamento da União, sob nova modalidade, atendendo ao Requerimento nº 26/2021, da CMO, de autoria de Deputada Adriana Ventura.

Muito obrigada, Deputado Wilson Santiago.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Sra. Presidenta, semana que vem teremos Comissão?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Teremos Comissão.

Agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

**ATA DA NONA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2021**

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Esta reunião foi convocada com a finalidade de discutir sobre as emendas do Relator Geral no Orçamento da União, atendendo ao **Requerimento nº 26/2021 CMO**, de autoria da Deputada Adriana Ventura, aprovado na continuação da 9ª Reunião Deliberativa Extraordinária, ocorrida nos dias 28 e 29 de setembro de 2021. Foi registrado o comparecimento dos membros: **Deputados Titulares**: André Figueiredo, Charles Evangelista, Domingos Sávio, Eduardo Costa, Flávia Morais, Gilberto Abramo, Hildo Rocha e Zé Carlos; **Senadores Titulares**: Carlos Fávaro, Izalci Lucas e Simone Tebet; dos **Deputados Suplentes**: Adriana Ventura, Alceu Moreira, Célio Silveira, Dagoberto Nogueira, Domingos Neto, Gelson Azevedo, Ossesio Silva, Robério Monteiro, Toninho Wandscheer e Weliton Prado e dos **Deputados Não Membros**: Paula Belmonte, Rogério Correia e Tiago Mitraud. **ABERTURA**: às quatorze horas e sete minutos minutos, os trabalhos foram abertos pelo Segundo Vice-Presidente, Senador Izalci Lucas, que comunicou a finalidade da audiência pública e informou que a reunião ocorria de forma semipresencial com presença de parlamentares e convidados no plenário e de forma virtual, por meio da plataforma zoom. Comunicou, ainda, que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

para melhor ordenamento dos trabalhos, de acordo com o estabelecido no Art. 15, inciso III, da Resolução nº 01/2006 do Congresso Nacional, os palestrantes disporiam de 15 minutos, prorrogáveis, para sua exposição. E de acordo com o parágrafo segundo do Art. 94 do Regimento Interno do Senado Federal, os membros da Comissão poderiam, terminada a apresentação, interpelar os oradores exclusivamente sobre a exposição. O Presidente em exercício ressaltou também que, conforme estipulado nos parágrafos segundo e terceiro do Art. 94 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o parágrafo quinto do Art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os senhores Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos. A seguir, o Senador Izalci Lucas informou que as apresentações dos palestrantes estavam disponíveis na página da Comissão e abriu a lista de inscrições para o debate. Passou, então, a palavra à Deputada Adriana Ventura, autora do Requerimento nº 26/2021 CMO, que agradeceu a presença dos convidados e justificou a necessidade da realização desta audiência pública. Em seguida, o Presidente em exercício passou a palavra ao primeiro convidado, Sr. Eugênio Greggiani, Diretor da Coordenação de Legislação e Normas Orçamentárias da CONOF, que realizou sua apresentação através do uso de projetor de multimídia. Logo após, o Sr. Aritã Borges Ávila Maia, Consultor de Orçamento da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal fez suas considerações acerca do tema e fez uso de projetor de multimídia. Às quinze horas e cinco minutos a Deputada Adriana Ventura assumiu a condução dos trabalhos. Em prosseguimento, a Presidente em exercício chamou o Senhor Daniel Veloso Couri, Diretor do Instituto Federal Independente do Senado Federal – IFI (remotamente) que fez uso da palavra com suas considerações. A seguir a Deputada passou a palavra, ao Senhor Alessandro Aurélio Caldeira - Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União (remotamente) que sua exposição multimídia através do compartilhamento da tela de seu computador na plataforma zoom. A Presidente em exercício passou a palavra ao último palestrante, Senhor Gil Castelo Branco, Fundador e Secretário-Geral da Associação Contas Abertas (remotamente) que fez suas considerações acerca do tema. A Presidente em exercício passou a palavra aos parlamentares inscritos. Participaram do debate os Deputados Tiago Mitraud (remotamente), Rogério Correia (remotamente) e Paula Belmont (remotamente). Às dezesseis horas e treze minutos o Senador Izalci Lucas, Segundo Vice-Presidente, retomou a coordenação dos trabalhos e passou a palavra aos palestrantes para considerações finais. Por fim, o Segundo Vice-Presidente deu a palavra à Deputada Adriana Ventura, que fez suas considerações finais acerca do debate. Às dezesseis horas e trinta e cinco minutos a Deputada Adriana Ventura retomou a condução dos trabalhos. Antes de encerrar a reunião, a Presidente em Exercício agradeceu a participação dos palestrantes e solicitou que enviassem um texto sugerindo alteração na Resolução 01/2006-CN, como resultado do debate da Reunião Audiência Pública, para que a mesma, como membro, apresentasse à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. **ENCERRAMENTO:** às dezesseis horas e quarenta e três minutos, a Presidente em exercício, Deputada Adriana Ventura, agradeceu a participação dos convidados e encerrou a reunião. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Deputada Adriana Ventura e publicada no Diário do Congresso, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Declaro iniciada a 9ª Reunião de Audiência Pública Extraordinária de 2021 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de atender o Requerimento nº 26, de 2021, da CMO, de autoria da Deputada Adriana Ventura, aprovado na 9ª Reunião Deliberativa Extraordinária, para tratar sobre emendas do Relator-Geral do Orçamento da União.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial: pode haver Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares participando de forma virtual, pela plataforma Zoom.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Informo, ainda, que há convidados participando de forma virtual. Anunciarei o nome dos convidados em seguida.

O Gabinete do Procurador-Geral da República enviou um *e-mail* agradecendo o convite e informando que o Ministério Público Federal não pode enviar um representante.

Convidamos o Sr. Eugênio Greggianin, Diretor de Coordenação de Legislação e Normas Orçamentárias e Consultoria do Orçamento de Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados; o Sr. Aritan Borges Avila Maia, Consultor de Orçamento da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal; o Sr. Daniel Veloso Couri, Diretor do Instituto Federal Independente do Senado Federal — IFI; o Sr. Alessandro Aurélio Caldeira, Secretário de Macroavaliação, do Tribunal de Contas da União; a Sra. Tânia Lopes Pimenta Chioato, Secretária de Controle Externo de Aquisições Logísticas, do Tribunal de Contas da União; e também o Sr. Gil Castello Branco, fundador e Secretário-Geral da Associação Contas Abertas.

Conforme estipulado no art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, terminada a apresentação dos expositores, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 15, inciso III, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os palestrantes disporão de 15 minutos, prorrogáveis, para sua exposição.

Informo, ainda, que as apresentações dos palestrantes estão disponíveis na página da Comissão.

A lista de inscrição para o debate está aberta.

Passo a palavra imediatamente para a autora do requerimento, a nossa querida Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Sr. Presidente Senador Izalci Lucas, pela disponibilidade, pela condução e pela possibilidade de realizarmos esta audiência pública, que é tão importante para a sociedade brasileira sobre um tema muito relevante, o Orçamento da União, o Orçamento do nosso País.

Eu gostaria de enfatizar que o objetivo desta audiência pública é realmente trazer luz e debater de forma madura as emendas de Relator. Essas emendas de Relator têm sido muito questionadas e muito criticadas, e, na minha visão, com toda a razão, porque nós precisamos discutir qual é a melhor forma e como dar transparência ao Orçamento, até porque nós, como





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

políticos, Senador — V.Exa., como Senador, e eu, como Deputada Federal —, temos o nosso papel de fiscalizar o Executivo, cuidar do Orçamento e fiscalizá-lo. E esse Orçamento, nós não o temos fiscalizado e não temos como fiscalizá-lo, em virtude da falta da transparência. Na verdade, o objetivo desta audiência pública — e foi o que gerou a reunião — é trazer todos para discutir, os especialistas, até para falar tecnicamente.

Depois que passamos a ter como impositivas as emendas individuais, que desde 2015 são impositivas, e as emendas de bancada, que desde 2019 são impositivas, nós sabemos sobre as emendas de Relator, as RP 9, nós não sabemos, na verdade, quem são os beneficiários, como são escolhidos, quem os escolhe, quais são os critérios. O Relator indica tudo. Mas, informalmente, nós não sabemos quem escolhe. Nós não sabemos quais são os critérios que são utilizados para os valores, nós não sabemos. Essa falta de transparência, essa falta de eficiência na alocação, nós não temos como fiscalizar. Nós já fizemos aqui um seminário em que ouvimos que isso traz vários problemas para o nosso País, porque mostra claramente — isto está inclusive nos relatórios que o Tribunal de Contas da União — TCU trouxe, e espero que os apresente hoje de novo — que não há critério, que não há como fiscalizar, que não se consegue identificar por que um Município recebeu tanto *per capita* e o outro, tanto *per capita*. Portanto, o objetivo desta audiência pública é realmente construir.

Atualmente, até com a recente decisão da Ministra Rosa Weber, nós temos que dar uma solução, uma vez que, com a liminar, está tudo parado. Muitas obras estão paradas. Ontem, aqui na Comissão, os Parlamentares manifestaram essa preocupação com esse prejuízo das obras paradas. Como faremos? Nós também temos que discutir as soluções.

Eu agradeço imensamente a todos os nossos convidados.

E há um último ponto sobre o qual eu gostaria de falar: o que me motivou a requerer esta audiência pública foi que a sociedade civil tem-se manifestado com preocupação sobre esses tipos de emendas de Relator. Eu estou de posse de uma nota pública por meio da qual quase 40 entidades da sociedade civil se manifestam, vários institutos, várias associações. O último parágrafo, que não lerei inteiramente, mas somente uma parte, para que se entenda o teor do texto, diz assim:

(...) Não se pode admitir, no entanto, que o mecanismo em comento seja utilizado para beneficiar individualmente agentes públicos apenas a partir de seus interesses político-eleitorais, em detrimento de toda a população que sofre com a ausência de investimentos financeiros e se encontra à mercê das mudanças legislativas pautadas por expedientes antidemocráticos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E tenho aqui outra nota, uma nota pública da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento — ASSECOR, da qual vou ler só o último parágrafo, também, para que os senhores entendam o teor do documento:

A Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento — ASSECOR acredita que o trato republicano dos recursos públicos é fundamental para o fortalecimento da nossa ainda jovem democracia.

Em vista disso, nos manifestamos favoravelmente a que se dê ampla publicidade às emendas parlamentares em RP9, informando à sociedade, ao menos, os beneficiários, os critérios para a escolha das despesas, os objetos do gasto e as empresas contratadas para a sua execução. Como servidores de Estado especialistas no tema, estamos prontos para contribuir na tarefa de dar transparência a esses dados e informações.

Isto só reitera que o que nós queremos com esta audiência pública é construir. De maneira nenhuma é objetivo desta audiência criminalizar alguém, nem dar palanque, mas construir, discutir como resolver essa questão tão debatida, tão falada, a do "orçamento secreto" ou outras denominações.

Eu vou devolver a palavra a V.Exa., Senador Izalci Lucas, antes agradecendo a esta Comissão a abertura para o debate, para que a nossa democracia se fortaleça. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Deputada Adriana Ventura.

Ao mesmo tempo em que parablenho V.Exa. pela iniciativa, eu não poderia deixar de registrar — eu, que tive três mandatos como Deputado Federal, e agora exerço mandato como Senador — que essa questão do Orçamento é uma evolução, na Comissão Mista. Eu me lembro muito bem de que, no primeiro e segundo mandatos, quando eu era oposição ao Governo, naquela época nós não tínhamos emenda impositiva, nem individual nem de bancada. Portanto, aproveito a oportunidade para este esclarecimento. Na minha época, quando eu entrei, não havia isso. Eles tinham lá uma televisãozinha, e a cada discurso que você fazia contrário ao Governo, vinha uma cruzinha e um pequeno xis. Ou seja, durante o meu mandato na Câmara, eu praticamente não tive nenhuma emenda impositiva, porque não existia isso. Então, não tinha emenda. Mas fomos evoluindo, e foi bastante republicana essa iniciativa da emenda impositiva individual, onde todo Parlamentar tem uma parcela para atender os Municípios.

Portanto, é bom que se esclareça que os Parlamentares conhecem bem as bases. Não são os tecnocratas ou os burocratas, que estão no ar-condicionado, que conhecem exatamente qual é a realidade lá na ponta. Isso é exatamente a representação dos Parlamentares.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, foi uma iniciativa muito importante. Nós tínhamos aprovado já em 2016, na Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO, e depois transformamos em lei. E depois, na sequência, já em 2019, aprovamos a emenda de bancada, que foi criada exatamente para aqueles projetos estruturantes.

Por isso, a participação na Comissão Mista do Orçamento é muito importante. Eu louvo os vários Parlamentares que participam aqui ativamente, defendendo os interesses do seu Município, evidentemente. Então, digo isso somente como esclarecimento, porque muitas vezes se criminalizam as emendas, e as emendas, na prática, republicaneamente falando, vão para o Município. É evidente que cabe exatamente a nós Parlamentares fiscalizar, e cabe ao Executivo executar.

Também quero registrar, agora como 2º Vice-Presidente da Comissão, que desde o início, quando assumimos esta Comissão, sob a Presidência da Senadora Rose de Freitas, uma primeira questão foi levantada, e é um compromisso. Houve um início de conversa, já neste Orçamento que nós vamos ainda aprovar, de que realmente nós precisaríamos ter mais transparência, mais descentralização, para não ficar na mão de uma pessoa só, e também democratização. São assuntos que têm tudo a ver com esta audiência pública, que vai subsidiar inclusive uma alternativa para a elaboração dessas questões todas.

Portanto, faço apenas este esclarecimento, porque é importante, e parablenizo V.Exa., Deputada Adriana Ventura.

Passo imediatamente a palavra ao Dr. Eugênio Greggianin, Diretor da Coordenação de Legislação e Normas Orçamentárias, da Câmara dos Deputados.

O SR. EUGÊNIO GREGGIANIN - Boa tarde a todos!

Cumprimento o Senador Izalci Lucas, a Deputada Adriana Ventura e os demais colegas.

Vou falar sobre emenda de Relator no contexto do processo orçamentário, em quatro pequenas partes.

Primeiro, falarei sobre a questão controversa em si, que já é conhecida, a liminar; o dimensionamento, ou seja, qual é o volume de emendas de Relator e como isso evoluiu nos últimos 10 a 15 anos; a análise do papel, do significado das emendas de Relator, no contexto do processo orçamentário, do processo decisório; a compatibilização das emendas e também da programação do Executivo, não esquecendo que a questão de fundo é essa possibilidade, diante de uma programação genérica, de indicar beneficiário. Isso ocorre independentemente de ser emenda de Relator ou programação de emendas de bancada, de Comissão, etc.

(Segue-se exibição de imagens.)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Essa compatibilidade é a questão para a qual eu mais quero chamar a atenção e que está sendo um pouco esquecida no debate público, a necessidade de compatibilizar as transferências discricionárias com as políticas públicas — eu acho que esse é um passo importante, que deve ser dado; o caráter vinculante ou não, das vinculações. E darei um rápido olhar sobre a evolução das normas regimentais e como isso poderia agora, diante dos fatos, ser aperfeiçoado.

A controvérsia é conhecida, bastante conhecida. A decisão da liminar foi no seguinte sentido. Um, publicidade aos documentos encaminhados aos órgãos e entidades federais que embasaram as demandas e/ou resultaram na distribuição de recursos das emendas de Relator-Geral. Há uma programação, há um órgão de execução, o MDR — Ministério do Desenvolvimento Regional e tal, e houve indicações. Então, pede-se publicidade das indicações do que o Ministro poderia ou deveria executar. Dois, providências para que todas essas demandas constem do registro eletrônico em plataforma eletrônica, que é o SIOP — Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal —, usado já para as emendas individuais. Três, a medida mais forte, a suspensão integral e imediata da execução dos recursos orçamentários veiculados por emendas de Relator, na fase em que se encontram. Ou seja, se não está empenhada, não pode empenhar; se está empenhada, não pode pagar ou liquidar, e assim por diante.

Um antecedente importante para entender o que houve em 2019, 2020 e 2021 é indicado na LDO/2020, onde há uma tentativa, digamos assim, de tomar as indicações e prioridades das programações. Você tem o Orçamento, aprovado no Congresso, com aquelas rubricas genéricas que podem ser utilizadas para direcionar recursos para qualquer Município. Então, você quis dar um caráter vinculante. Isso foi vetado, e o Congresso não derrubou esse veto. Este é um aspecto importante: as indicações não são vinculantes, como é, por exemplo, de acordo com a legislação, a indicação no trato das emendas individuais.

Outro artigo importante, que está no meio desta discussão, é um dispositivo antigo da LDO — acho que já tem uns 10 anos ou 15 anos —, que mostrou, já desde aquela época, preocupação com o que fazer com essas programações genéricas que servem para transferir recurso para Estado e Município. Não há como, no Orçamento, especificar-se toda a listagem de Municípios e todo objeto da ação. Às vezes, há lá uma ação que pode servir para aquisição de equipamento, que pode servir para construção disso e daquilo, etc. Como fazer isso?

O entendimento, então — acho que há uma vontade e acho que a vontade tem que ser neste sentido —, vai no sentido de evoluir nessa questão da política pública, de construir não um limite totalmente aberto, mas construir faixas, um banco de projetos ou alguma coisa do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

gênero. O artigo da LDO diz o seguinte: a execução dessas transferências voluntárias, seja de emenda de Relator, seja qual for a origem, *"fica condicionada à prévia divulgação em sítio eletrônico, pelo concedente, dos critérios de distribuição dos recursos, considerando os indicadores socioeconômicos da população beneficiada pela política pública"*.

O que se quer? Existe um papel, e as transferências voluntárias existem e têm um caráter supletivo, que é conhecido. O Parlamentar é um excelente observador de onde estão faltando os recursos, uma vez que tem a demanda eleitoral, tem o retorno eleitoral, e isso é importante. Mas você tem que ter uma visão do País como um todo. Precisa olhar, do ponto de vista do Município e do cidadão, qual o papel das transferências voluntárias, no sentido de reduzir desigualdades sociais e regionais.

No eslaide nº 1, eu vou falar sobre o dimensionamento das emendas de Relator.

De fato, procede a observação de que as emendas de Relator, como mostra o gráfico, cresceram muito nos últimos anos. Esse crescimento do montante relaciona-se... Esse levantamento foi feito com as despesas discricionárias, que são justamente essas transferências voluntárias, *lato sensu*, inclusive transferências especiais. Essas emendas representam ou chegaram a representar quase um quarto das despesas discricionárias de todo o universo do Orçamento da União.

Essa pressão por maior atendimento de recursos das emendas de Relator geraram, inclusive, cancelamentos que foram questionados. Em 2019, houve cancelamento de pessoal, despesa obrigatória, e na LOA de 2021 também; depois, houve um recuo, que são os vetos.

Então, este é um ponto importante, que já nos mostra o seguinte: você tem, no Orçamento, dois aspectos de intervenção decisória, os acréscimos e os cancelamentos. O parecer preliminar — o que, depois, o Aritan vai detalhar melhor — é o documento mestre, principal, que regula a possibilidade de acréscimo e as possibilidades de cancelamento.

As emendas de Relator, como mostra o eslaide nº 2, vão especialmente, como é conhecido, para os Ministérios da Integração Nacional, do Desenvolvimento Regional e das Cidades; da Saúde, da Educação; da Defesa; da Agricultura; da Cidadania, etc...

Bem, no passado, nós tivemos muitas emendas de Relator, nós tivemos emendas de Relator para questões... As principais questões eram a Lei Kandir, pois havia aquela demanda permanente do Estado de São Paulo, da Lei Kandir; existia também o problema de equalização dos montantes destinados à saúde, média e alta complexidade; e principalmente, também, com o aumento real do salário mínimo, foram feitas emendas de Relator para suplementar despesas com Previdência, de modo a dar condições para que fosse aprovada uma legislação de aumento real do salário mínimo. Isso aconteceu muito tempo atrás.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No eslaide 3, damos uma ideia de como tem sido a execução.

Esta fotografia é, basicamente, a fotografia da liminar. No momento em que se suspende a execução orçamentária, você tinha, naquele momento, 21 bilhões e 800 milhões... É relativo à emenda à LOA 2020. Já havia um empenho de 21,4 bilhões, mas um pagamento de 8,13 bilhões, e um "restos a pagar" pago de 3,5 bilhões.

No Orçamento de 2021, havia 16,8 bilhões, já com os ajustes, em função do acerto das despesas obrigatórias; um empenho de 9,3 bilhões e um pagamento de 3,8 bilhões. Isso, principalmente no Ministério do Desenvolvimento Regional, na Saúde, na Justiça e Segurança Pública, etc.

No eslaide nº 4, temos o processo decisório. Vamos tentar focar na emenda de Relator e ver o que acontece e quais são os atores.

O Executivo elabora a proposta inicial. Nós temos aqui, no âmbito do Congresso, os quatro tipos de emenda — individual, de bancada, de Comissão e de Relator —, que foram se desenvolvendo ao longo do tempo, cada uma com vocação específica, embora existam algumas sobreposições.

Existe o parecer preliminar, que é um documento importante, que rege especialmente e inclusive as emendas de Relator, a ação dos Relatores. Isso volta para o Executivo. No caso de programações relacionadas a transferências, o Executivo recebe indicações. O caráter vinculante ou não da indicação, nós vamos examinar em seguida.

Os órgãos de execução são responsáveis, dentro do princípio da legalidade, por tomar todas as medidas necessárias de modo a examinar os impedimentos. E um dos impedimentos é justamente a coerência daquela indicação, no caso de uma indicação, como o PPA, os planos e os programas. Isso é importante porque, se houver uma indicação que aloque recursos despropositais num pequeno Município, o Ministério poderia alegar impedimento. Mas, neste caso, a questão é a seguinte: o que é desproposita?

Então, vem à tona o principal argumento, que nós queremos colocar aqui: a necessidade de melhorar o sistema de planejamento, de estabelecer faixas por habitante, valores por habitante, faixas mínimas e máximas. Eu não falo de uma coisa engessada, mas tem que haver um referencial. É claro que todos os Municípios, praticamente, são carentes de ações, mas existem Municípios mais carentes e outros menos carentes. Por isso é importante, acreditamos, tentarmos evoluir neste debate para construir uma espécie de *menu*, um cardápio com mais indicadores. E o próprio Parlamentar receberia isso e teria esse instrumento, porque ele tem que decidir de forma muito rápida — às vezes, em uma semana ou duas — e formatar essas indicações.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Depois, nós temos os demais entes realizando o convênio ou o termo de execução descentralizada.

No eslaide nº 5, eu tento me afastar um pouco e olhar o todo, mostrando Executivo e Legislativo, que participam de forma conjunta do processo decisório orçamentário.

Lembramos que, pegando no início, no Executivo, no PLOA, as emendas direcionam recursos justamente para esta parte aqui dos investimentos e do custeio finalístico. Uma vez que as despesas obrigatórias já ocupam quase 95%, nós temos o custeio administrativo, que ocupa aproximadamente 2% ou 3%, e o que sobra é muito pouco, na verdade. Daí a importância relativa das emendas, do que se pode transferir a Estados e Municípios.

O Legislativo se tornou o principal agente de política pública, uma vez que não sobrou praticamente nada, ou pouco, lá para o Executivo traçar a sua política. No Legislativo, nós temos, então, esses quatro tipos de emenda. As demandas de Prefeitos, Governadores, Ministros, bancadas, Líderes e tal surgem no Legislativo. E necessariamente, sem exceção, toda demanda que surge aqui tem que se transformar numa emenda. Nada entra no Orçamento, nada é incluído no Orçamento — o Aritan vai detalhar melhor —, justamente porque o sistema que regula entradas e saídas do Orçamento é matemático, nada entra sem ter uma emenda. Ou é emenda individual, assinada pelo Parlamentar; ou é emenda de bancada; ou é emenda de Comissão; ou é emenda de Relator. E o parecer preliminar, baseado nisso, tem algumas tarefas. Ele justamente disciplina os acréscimos e os cancelamentos e traça os limites dos Relatores.

Enfim, nós temos a lei aprovada. Quando você olha a lei, teoricamente todas as rubricas e as programações deveriam ser uma coisa com o mesmo significado normativo jurídico. Porém, existe uma marcação, que é marcada como RP 9. O RP 9, na verdade, é o indicador do resultado primário. O zero era despesa financeira; o 1, despesa obrigatória; o 2, discricionária. Com o advento das emendas individuais, o pessoal aproveitou, porque não queria criar um novo campo, o RP 6 para emenda individual; depois, colocou-se o 7 para bancada. Notamos que o 8 e o 9 vêm depois, e nós já percebemos um ciclo do orçamento impositivo.

Na verdade, todo o Orçamento, do ponto de vista conceitual, é considerado como impositivo, mas não daquele ponto de vista conhecido como a possibilidade de indicar beneficiário. Essa possibilidade vinculante só existe no texto quanto às emendas individuais. Então, as indicações ocorrem, então, nos órgãos setoriais, e você fecha esse ciclo.

Na compatibilização das emendas com o ordenamento, existe um papel das transferências constitucionais — eu queria mostrar o próximo eslaide. Se nós procurarmos na





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Constituição, vamos encontrar que os orçamentos, compatibilizados com o PPA, *"terão entre as suas funções a de reduzir as desigualdades inter-regionais segundo critério populacional"*. Então, se cada Parlamentar pensa na sua base e se preocupa com a sua base, de forma a manter o federalismo é importante que se pense também um pouco sobre o todo. Tem que haver uma conciliação entre esses objetivos considerados fundamentais da República Federativa do Brasil e esse norte que é orientar os recursos discricionários — que são esses que vêm de emendas e vêm da programação —, no sentido de reduzir desigualdades regionais e setoriais.

Novamente, vem o art. 86 da LDO e pede que o órgão de execução publique previamente os critérios quando as programações estão relacionadas com transferências voluntárias. Essa necessidade de convergência das transferências com as políticas públicas torna-se muito importante pelo seguinte: levantamentos preliminares mostram que Municípios menores — o que já se sabe — recebem, em média e em termos relativos, montante maior de despesas *per capita*. Até aí não há problema. O problema é que, considerada a mesma faixa populacional, Municípios com maior PIB *per capita*, mais ricos, digamos assim, mais desenvolvidos, recebem valor empenhado por habitantes superior àqueles com menor PIB *per capita*. Isso já mostra que, em função, provavelmente, da capacidade técnica da realização de convênios, haveria uma necessidade de investimento na melhoria dessa capacitação dos Municípios.

O caminho, parece-nos, é mapear as necessidades de políticas públicas em cada Município. Isso é papel do órgão do Governo, e tem que haver uma relativa estabilidade do Governo Federal no sentido de poder desenvolver uma matriz de indicadores, de modo que haveria com o tempo uma implantação gradativa de um banco de projetos contendo indicadores para subsidiar a decisão acerca das transferências. O Parlamentar receberia um banco já mais completo disso, que permitiria uma avaliação melhor das carências. Então, é essa a linha.

Um ponto importante que aparece no final, aqui, é o papel dessas transferências especiais. É um instrumento recente. Mostra-se que elas cresceram muito, o autorizado e o pago — está ali, no finalzinho. E elas têm um altíssimo índice de percentagem de pagamento sobre o autorizado.

Em 2020, as transferências especiais foram executadas em 100%, enquanto as demais, ligadas a emendas individuais, as demais transferências, não especiais, elas tiveram uma média de 63%, o valor pago. Em 2021, as transferências especiais tiveram um percentual de pagamento altamente eficiente de 97%; e as demais, de 59%.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Outra distorção que deve ser enfrentada com o tempo e analisada é essa diferença grande que existe entre os Estados e a média do valor empenhado por habitante, considerados os Municípios de cada Estado, como mostra o gráfico seguinte.

Em relação à indicação de beneficiários, o caráter vinculante ou não, eu queria chamar atenção a diferenças que existem no caráter vinculante na indicação do SIOP que o Parlamentar faz em relação às demais emendas.

Primeiro, no caso da LDO, essa disciplina decorre do art. 66, § 14, da Constituição, e aparece também na LDO, no art. 74. Existe um limite orçamentário predefinido, e a decisão da partilha entre os Municípios depende apenas de um único agente político. E existe uma correspondência biunívoca entre essa indicação do limite fixado e a programação indicada.

No caso das demais emendas, a própria Portaria SEGOV nº 6.145, de 2021, determina um caráter meramente sugestivo. E, de fato, na legislação não se encontram elementos para defender o caráter impositivo ou o caráter vinculante das indicações das demais emendas, exceto as individuais.

No caso das demais emendas, lembramos que o limite não é predefinido ou encontra-se definido, mas a decisão de partilha daquele limite depende de mais de um agente político, como acontece, por exemplo, nas próprias emendas de bancada, que dependem de uma vontade coletiva. Diz assim a Portaria nº 6.145, de 2021: "*Caso seja necessário obter informações adicionais quanto ao detalhamento da dotação orçamentária (...), poderá o Ministro da Pasta solicitá-las ao autor da emenda*". E diz que as informações não serão consideradas vinculantes.

Ainda sobre a indicação, eu queria lembrar que essa expressão já existe no Regimento Interno da Câmara. O que é a indicação? Qual é a natureza da indicação? Elas estão previstas — não a indicação orçamentária, mas a indicação de assuntos gerais — está prevista no Regimento da Câmara e no Regimento do Senado. É a proposição através do qual um Parlamentar sugere a outro Poder — então, é indicativo — a adoção de providência, a realização de ato administrativo. Ela tem características administrativas: "*(...) sugere a outro Poder (...) a realização de ato administrativo*".

Outro ponto interessante é que essas indicações do Regimento da Câmara e do Senado são publicadas, por requisito dos respectivos Regimentos.

Bem, reforçando, todas as despesas públicas constam da LOA, sejam originadas do PLOA, sejam de emendas. Quanto à questão do "orçamento secreto", a expressão "secreto" tem a ver mais com o nome que se deu a essa falta de publicidade das indicações, mas as rubricas estavam no Orçamento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

As emendas de qualquer tipo podem incluir ou acrescentar recursos.

No caso dessas programações conduzidas por transferências voluntárias, a especificação do beneficiário se dá realmente durante a execução. Então, o problema é tratar qual o critério que vai ser usado pelo órgão de execução, se ele deve se vincular ou não, voltando a essa questão.

O eslaide nº 9 mostra os tipos de intervenção. Cada um tem uma vocação. Já é bem conhecida essa matéria.

Lembramos que a Comissão não tem o montante delimitado, mas a própria Resolução nº 1, de 2006, previa que as emendas de Comissão deviam ter critérios, critérios de política pública. Já se previa isso, justamente para impedir um direcionamento mais polêmico durante a execução.

Em relação às emendas de Relator — e este é o último eslaide —, eu queria mostrar que a política orçamentária, dentro da política mais geral e dentro da política econômica e fiscal, gerou diferentes resoluções ao longo do tempo, na Comissão Mista, em diferentes Governos. Eu tentei classificar alguns períodos, identificar alguns períodos.

Antes da Constituição de 1988, cada ano o processo orçamentário era regulado por um ato do Presidente, não havia discussão. E é o precursor do parecer preliminar. Nós tivemos um período, após 1988, de inflação, de conflitos numa estrutura de poder dentro da Comissão, disputa de poder, e se sentiu a necessidade de uma disciplina regimental, que todo ano era feita. Durante alguns anos, todo ano havia uma resolução. Depois veio a CPI, que verificou os fatos já conhecidos.

Depois nós tivemos uma resolução também importante, a Resolução nº 2, de 1995, em que tivemos a estabilidade monetária, o Plano Real. Tivemos a crise cambial. Depois tivemos a LRF, um período em que as resoluções absorvem os relatórios fiscais; a questão do TCU, das irregularidades. A Comissão começou a pesquisar irregularidades, obras irregulares; criou-se toda uma sistemática para o TCU fazer esse controle.

Os aumentos de salário mínimo, aumentos reais, inclusive emendas de Relator, traduziram-se num crescimento: cresceu mais ou menos 5% do PIB a despesa primária, principalmente por causa da despesa obrigatória, e especialmente em função da Previdência, e especialmente do aumento do salário mínimo. Desde aquela época, o recurso para aumento do salário mínimo era apreciado aqui.

Nós tivemos uma fase áurea das emendas de bancada, das quais os Governadores se socorriam. Tivemos um período do PPI e PAC, em que o prestígio das emendas de bancada





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

caiu muito. Não eram mais executadas. O PPI e o PAC passaram a ter uma proteção de contingenciamento, uma proteção de cancelamento, vários níveis de proteção.

Para encurtar, tivemos mais recentemente, em 2014, em função justamente do elevado contingenciamento, que não era mais um contingenciamento fiscal, era um contingenciamento sistemático, porque a peça já era superavaliada no início, já se sabendo que isso traria um contingenciamento... E esse contingenciamento era mais ou menos assim: às vezes, começava em 100% nas emendas, e em 80% ou 20%, ou bem menos, nas demais programações.

Isso, assim como outros fatores de ordem política, causou um mal-estar. Veio o Orçamento impositivo, que definiu, teoricamente, um dever de execução. Parecia o fim do mundo, mas, na verdade, diga-se de passagem, não foi, porque depois os conceitos... Principalmente o fato de se permitir um contingenciamento mais proporcional é importante, assim como, depois, permitir, o que é uma coisa lógica, que, se houver um impedimento, deixe-se de executar. O gestor não pode simplesmente, por inércia ou por vontade política, dizer: "*Não vou executar*", e deixar de executar.

Outro fato importante, nessa questão dos impedimentos, é que se pode trabalhar e trazer as políticas públicas para dentro dessa análise do impedimento, como o banco de projetos.

Assim nós chegamos até hoje. Depois, tivemos a pandemia e tivemos esta nova crise relativa ao Relator-Geral. Acredito que se vão encontrar caminhos no sentido de se exigir algum critério, de se definir o montante. A peça-chave é o parecer preliminar, que é votado antes da apresentação de emendas de Relator.

Passo a palavra, então, ao meu colega Aritan, que vai tentar olhar mais para o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Sr. Eugênio Greggianin.

Passo a palavra ao Sr. Aritan Borges Avila Maia, Consultor de Orçamento do Senado Federal.

O SR. ARITAN BORGES AVILA MAIA - Boa tarde a todos!

Senador Izalci Lucas e Deputada Adriana Ventura, obrigado pelo convite. É um prazer para a Consultoria do Senado poder participar deste debate, um debate que tem cada vez mais motivado uma discussão a respeito dos temas orçamentários em geral. Desta vez, a emenda de Relator é a bola da vez. Talvez não se encontrasse uma semana mais propícia do que esta para discutir as emendas de Relator. Realmente, foi um tiro certo.

(Segue-se exibição de imagens.)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Depois dessa passagem bastante abrangente do Eugênio Greggianin, eu gostaria de focar a nossa apresentação e tentar trazer um pouco mais de atenção inclusive em soluções, em possibilidades de alteração. Vou tentar fazer um histórico normativo do que efetivamente influencia a atuação do Relator-Geral dentro do Congresso Nacional, o que delimita a atuação do Relator-Geral no processo de apresentação e aprovação das suas emendas.

Primeiramente, quero tentar estabelecer quais são esses normativos, o que de fato baliza a atuação do Relator. Nós temos, basicamente, a Constituição Federal, a Resolução nº 1, de 2006, e os pareceres preliminares discutidos e aprovados a cada ano aqui na Comissão Mista de Orçamento.

Na Constituição Federal, não temos basicamente nenhuma disposição específica sobre Relator-Geral. Os Relatores não são mencionados. A Constituição não se preocupou com isso, porque, afinal de contas, a Constituição Federal presta-se às normas mais gerais. Mas, já conhecendo esse histórico — muito bem relatado pelo Eugênio —, a Constituição se preocupou em, pelo menos, estabelecer algumas orientações específicas para as emendas, especificamente quanto aos cancelamentos possíveis às emendas, emendas de todo tipo.

Então, ela dispõe basicamente que as emendas são apresentadas na CMO, dando à CMO o caráter de participação no processo, e estabelece que as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual — PLOA e aos projetos de lei do Congresso Nacional — PLNs só podem ser aprovadas se compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente se indicarem os recursos necessários, entendidos como possíveis apenas os decorrentes de anulação de despesa. Então, esta é a interpretação da Constituição: só cancelamento de despesa pode atender emendas, sendo que a Constituição faz questão de resguardar três despesas específicas — com pessoal, com dívida e com transferências constitucionais — ou se forem relacionadas a correção de erros e omissões ou relacionadas ao texto do PLOA. A Constituição Federal trata basicamente disso.

Faço uma passagem rápida pela LDO e pela LOA. Como é natural, obviamente a LOA não trata do processo de apreciação de si mesma. E as LDOs não tratam efetivamente da tramitação, mas dispõem de algumas regras para as emendas. Apenas mais recentemente as emendas de Relator-Geral passaram a figurar nas LDOs. Na de 2020, houve a instituição do classificador RP 9 para elas. As demais disposições que elas dão são basicamente para a execução. Então, trata-se de proteção de contingenciamento desproporcional, como o Eugênio comentou, que já foi dada pela Constituição às emendas individuais de bancada, proteção contra cancelamentos unilaterais pelo Executivo nos créditos por decreto... Enfim, são todas disposições para a execução do Orçamento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Partindo mais especificamente para as normas que regulam o processo orçamentário, para podermos tentar entender esse contexto das emendas de Relator-Geral, vamos para a Resolução nº 1, de 2006, que dispõe sobre a CMO e sobre a tramitação dos projetos orçamentários. São diversos os dispositivos onde o Relator-Geral é mencionado, sendo que alguns são mais relevantes.

Primeiramente, há a instituição do parecer preliminar, a designação do parecer preliminar para fazer algumas disposições sobre o Relator-Geral. O art. 52 dispõe sobre o parecer preliminar da Resolução nº 1, dividindo-o em parte geral e em parte específica. A parte geral é basicamente uma análise do projeto que está em tramitação. Ela é bastante descritiva, é uma análise um pouco mais profunda. E a parte específica, onde efetivamente são discutidas as emendas de Relator e o que ele efetivamente vai poder fazer, traz as condições, restrições e limites para os Relatores quanto ao remanejamento e cancelamento de dotações e orientações específicas para a apresentação e apreciação das emendas de Relator. Aí já vemos a importância do parecer preliminar.

O segundo item é a efetiva autorização para o Relator-Geral fazer suas emendas. Na verdade, se olharmos para a lógica da resolução — o que o Eugênio comentou ali *en passant*, quando fez o histórico —, veremos que, nas emendas de Relator-Geral, autorizadas no art. 144, os relatórios somente podem apresentar emendas para corrigir erros e omissões de ordem técnica e legal.

Isto ocorre quando ele opera na peça orçamentária, corrigindo algum tipo de impropriedade; adequando a peça orçamentária a novas normas constitucionais e legais que tenham sido aprovadas; ou quando há conformações, obviamente, à melhor técnica orçamentária; ou quando ele recompõe dotações. Durante a tramitação, tivemos o cancelamento de dotações e redução de algumas dotações que foram enviadas pelo Poder Executivo. Os Relatores podem fazer esta recomposição, este retorno ao valor original. Obviamente, eles precisam de recursos para isso.

A terceira opção é onde aparece o parecer preliminar, e eles podem fazer emendas para atender às especificações dos pareceres preliminares. O parágrafo único fala justamente isto: as emendas que tenham por objetivo incluir programação ou acrescentar valores a programações são vedadas, exceto se para erros e omissões ou o que for disposto nos pareceres preliminares.

Há uma terceira atribuição dada na resolução que é bastante relevante. É uma competência que talvez tenha tido menos importância, tenha sido analisada menos, tenha sido menos debatida nos últimos tempos. É a competência para o Comitê de Admissibilidade de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Emendas propor a inadmissão das emendas. Todo mundo sabe que ele faz isso para as emendas de bancada, para as emendas de Comissão, isso é muito conhecido, mas para as emendas de Relator-Geral também; o Comitê tem a competência de propor a inadmissão. Ele avalia e propõe, eventualmente, a inadmissão.

É claro que, com o processo orçamentário ficando mais corrido, comprimido, às vezes se limitando a 3 semanas de discussão, desde o processo do primeiro relatório setorial sendo apreciado até a votação final no Congresso Nacional, sabemos que o CAE acaba tendo uma possibilidade de atuação bastante reduzida, mas esta é uma competência bastante relevante e que aponta para um resgate, talvez, dentro da Comissão, desta competência.

Descendo mais especificamente aos pareceres preliminares, acho que aqui é onde vale a pena se gastar um pouquinho mais de tempo. Os pareceres preliminares, basicamente — gostamos de dizer entre técnicos —, são as regras do jogo da tramitação do Projeto de Lei Orçamentária dentro da CMO. Ele é apresentado, discutido e aprovado a cada ciclo orçamentário e, como já vimos, ele estabelece condições, restrições, limites para o cancelamento e para as próprias emendas de Relator, e é constantemente alterado ao longo dos anos. A depender do que eventualmente esteja sendo discutido, do clima político, ele vai sendo alterado — claro que respeitados os limites constitucionais, obviamente, e os limites da própria resolução.

As emendas de Relator-Geral podem, sinteticamente, ser divididas em três. São três os tipos de intervenção que, basicamente, ele vai fazer no parecer. Em cada parecer preliminar, tecnicamente, fazemos uma segregação um pouco mais detalhada, mas ela certamente se enquadra em uma destas três que, acho, para discutirmos e compreendemos, são as principais.

Há as emendas de ajustes técnicos, em que ele realmente está atendendo a alguma questão externa, vamos dizer assim. Há um ajuste técnico porque o programa foi alterado; a ação foi alterada; houve uma readequação de classificação, atendendo um ofício do Executivo, que demonstrou uma necessidade; por um erro; por uma omissão; pela necessidade de ajuste na peça orçamentária ou por uma própria necessidade decorrente interna do Congresso Nacional, legislação, ou a própria necessidade de que o Congresso entenda que deva adequar a peça orçamentária.

Temos as emendas de acréscimo, de inclusão de dotações, de despesas. Estas são, efetivamente, as de mérito, que hoje estamos chamando de RP-9, e estão sendo as mais discutidas atualmente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E, claro, há as que dão suporte a estas emendas e ao resto da atuação do Relator-Geral, que são as emendas de cancelamento. Ele ajusta a peça, ele acresce ou inclui dotações, ou cancela dotações, justamente para poder atender a estas próprias emendas dele ou, eventualmente, para fazer acréscimos nas emendas não impositivas, que não têm recursos pré-estabelecidos, que são as de Comissão e a parte não impositiva das bancadas.

Como principais regras para tentarmos mostrar um pouco a sua evolução, destaco três, onde se concentra basicamente a discussão toda do parecer preliminar. Os pareceres preliminares são discutidos sinteticamente nestes três itens.

Há as autorizações para emendas de Relator-Geral. Em regra, temos um rol, uma lista de possíveis intervenções que podem, às vezes, significar uma ação orçamentária específica, onde ele vai poder colocar recursos; pode ser um setor específico, onde ele vai poder colocar recursos; pode ser um órgão. Não existe uma regra sobre como é este rol, exatamente, mas, enfim, ele pode fazer as suas intervenções.

Temos os limites para as emendas de Relator-Geral, que podem ser fixados individualmente, por item do parecer preliminar, por esse item de autorização, ou no globo.

E temos os critérios e limites para o cancelamento de despesas, que são os cancelamentos que darão suporte a estas emendas.

Tento agora mostrar uma linha do tempo, para vermos claramente como estes pareceres preliminares evoluem — na verdade, talvez esta não seja nem a palavra; como eles são alterados. Vários itens vão e vem, dentro da lógica do parecer preliminar. De 2010 para cá, em 2010 basicamente mostro as três principais emendas sobre as quais estávamos conversando. Em 2010:

- A emenda de ajuste técnico estava autorizada no parecer preliminar, como é de costume. Todos os anos, ela naturalmente é autorizada, até porque ela é constitucional.

- As emendas de acréscimo e inclusão — que seriam o RP-9 de 2010, vamos dizer assim — estavam autorizadas em dois itens apenas. Quem está acostumado com o parecer preliminar de hoje em dia sabe o quanto isso representa. No entanto, pela falta de formatação, estes dois itens falavam basicamente do orçamento inteiro. Havia dois itens que falavam de agricultura, economia, saúde, educação — tudo isso listado em apenas dois itens. Tento evidenciar, com isso, também, que a quantidade não necessariamente representa uma ampla atuação. Às vezes, com apenas dois itens, ele atua no orçamento inteiro. E não tínhamos a fixação de valor máximo para essas emendas.

- As emendas de cancelamento do Relator tinham uma fixação de percentual máximo de 5% e atuavam apenas nas despesas de custeio. O Relator só mexia quando queria fazer





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

algum tipo de cancelamento para dar suporte às suas emendas nas votações de custeio, e havia uma vedação total ao cancelamento de despesas obrigatórias.

Em 2011 — agora só olhamos a margem das alterações, considerando que o não comentado foi mantido —, fez-se a primeira fixação de limite financeiro às emendas de Relator. O primeiro foi a partir de 2010. Na verdade, esta fixação de limite vai e vem, como vamos ver. Houve a fixação limite de financeiro para alguns itens; alguns tinham limite, outros não tinham limite. No globo não havia um limite, mas havia limite para várias intervenções.

Em 2012, o limite é retirado novamente para estes itens, e todo o resto foi mantido — eram poucos itens, alguns setores —, sem valor máximo, com o cancelamento de 5% em custeio, apenas, e a vedação para o cancelamento de despesas obrigatórias.

Em 2015, a primeira ampliação da quantidade de itens abrangendo vários setores e a redução da possibilidade de cancelamento do Relator-Geral, de 5% para 4%, apenas sobre custeio.

É importante falarmos que esse percentual atua sobre todo o globo das dotações de custeio, até 2015, o que representa um valor bastante grande. Pensamos que 4% é um valor muito pequeno, mas se observarmos 4% de custeio de toda a dotação de custeio significa dezenas de bilhões.

Em 2016, há o retorno da fixação do limite financeiro por itens das emendas de Relator. Em 2016, esses limites abrangeram basicamente todos os itens de intervenção qualitativa que seriam à época o RP-9 do Relator. Ele só tinha na verdade uma segregação, era um limite específico para a saúde e outro limite para todo o resto.

Em 2017, há a ampliação para quantidade de itens que vemos hoje. Foram 32 itens, em 2017, de autorização do Relator-Geral, e foi mantida a fixação do limite financeiro para todo o globo das emendas de Relator. Não ocorreu por item específico, mas para todo o globo havia um limite financeiro.

Em 2018, novamente a retirada do limite financeiro para as emendas de Relator e a inserção, pela primeira vez, da possibilidade de cancelamento de despesas obrigatórias para subsídios e subvenções econômicas, no caso PRONAF, PROEX, PSI, Seguro Rural. Enfim, várias subvenções econômicas se enquadram nessa autorização para cancelamento de despesa obrigatória.

Recentemente, sob a égide do RP-9, em 2020, há a ampliação das possibilidades de cancelamento do Relator-Geral, onde foi retirado o limite de cancelamento, de 5%, 4%. Ele passou não só a poder cortar as despesas de custeio, mas também passou a cortar as despesas de custeio, de investimento e as de inversão financeira. Estamos falando





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

basicamente de todas as despesas discricionárias. Ele passou a poder fazer intervenção de cancelamento, basicamente, no orçamento inteiro, tendo sido mantido — é bom destacar — o cancelamento das despesas obrigatórias para subsídios e subvenções econômicas.

Em 2021, recentemente, no último parecer preliminar aprovado, houve a reinserção do limite percentual, mantida essa possibilidade abrangente de cancelamento para despesa de custeio, investimento e inversões financeiras, sem nenhum limite por subtítulo. Aliás, essa limitação de cancelamento por subtítulo — subtítulo é basicamente o nosso localizador, Estado, União, Município —, é o menor classificador qualitativo da proposta orçamentária que os Relatores Setoriais têm que respeitar. Eles têm um sublimite de atuação por subtítulo. O Relator-Geral nunca teve um limite de atuação por subtítulo.

Em 2021, também foi feita a retirada completa da limitação do cancelamento de despesas obrigatórias pelo Relator-Geral, especificamente. Obviamente, temos sim as limitações constitucionais, pessoais. É claro, as de transferência não podem ser mexidas, constitucionalmente. Fora isso, as despesas obrigatórias seguem uma lógica totalmente diferenciada das despesas discricionárias para a sua constituição, que geram obrigação a partir do momento que estão no Orçamento e começam a ser executadas, passam a ter o primeiro estágio da despesa. As despesas obrigatórias têm o direito adquirido por trás delas. Existe algo firmado por trás delas que faz com que seja estimado o seu valor para o Orçamento. Muito embora tenhamos essa lógica totalmente diferente, foi retirada no parecer preliminar de 2021 essa limitação.

Como observamos, são poucas as normativas que hoje delimitam a atuação do Relator-Geral, dentro do processo de apreciação no Congresso Nacional. Eventuais ajustes permanentes para a atuação do Relator-Geral naturalmente se enquadrariam em alterações da resolução. Estamos falando de elaboração. Ajustes pontuais a cada processo orçamentário, o parecer preliminar está lá para justamente suprir essa necessidade. Agora se a resolução não deixar nenhuma amarra para o parecer preliminar, ele vai ter total liberdade para poder fazer as designações, alterações, limitações e liberalidades a cada ano, a cada processo orçamentário.

É natural percebemos que, quanto menos regras gerais tivermos definidas, maior é a possibilidade de atuação do Relator.

Basicamente eram essas as nossas considerações.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Eu quero agradecer ao Sr. Aritan Borges, que é Consultor de Orçamento do Senado Federal pelas suas considerações.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passo a palavra ao Sr. Daniel Veloso Couri, Diretor do Instituto Federal Independente — IFI, do Senado Federal, por até 15 minutos.

O SR. DANIEL VELOSO COURI - Mais uma vez, boa tarde, Deputada, demais Parlamentares que participam desta reunião, presencialmente ou virtualmente, colegas, Alessandro com quem trabalhei no TCU, Aritan, meu colega de Consultoria do Senado, Eugênio, Gil Castello Branco, todas as pessoas que eu respeito e me inspiram muito no meu trabalho.

As falas do Eugênio e do Aritan me colocam numa situação um pouco complicada, porque eu acho que falta pouco a se dizer sobre essa questão constitucional e regimental sobre as emendas. Eles de fato dominam o assunto.

Do ponto de vista do IFI, o que eu gostaria de destacar? O efeito que tem esta discussão dessas incertezas em relação às emendas de Relator sobre um contexto maior, fiscal e macroeconômico.

Do ponto de vista do IFI, é o ponto que merece maior atenção. Estamos discutindo emendas de Relator, ou seja, emendas de um Parlamentar, que, nos últimos 2 anos, atingiram a cifra praticamente de 30 bilhões, como o Eugênio mostrou, e 29 bilhões, em 2020, 2021. Embora em 2021 o Orçamento já tenha sido autorizado na casa de 16 bilhões.

É natural pensar que o poder decisório, dentro do Orçamento de 20 bilhões, esteja concentrado numa pessoa?

Isso está por trás do risco fiscal que temos visto hoje, do desempenho da economia, da precificação dos ativos da economia e de toda essa incerteza que tem sido gerada.

Esse é um tempero para essa discussão sobre a PEC dos Precatórios, que o Senado vai enfrentar, a partir de agora, tendo sido aprovada na Câmara dos Deputados. Trata-se de uma mudança que abre um espaço no teto de gastos e que novamente veremos uma discussão sobre o uso desse espaço fiscal. Agora, com a decisão do STF, há essa incerteza se esse espaço vai poder ser utilizado por meio do RP-9.

Acredito que para o ano que vem, mesmo que não haja a RP-9, vai haver um espaço fiscal se a emenda for aprovada como está hoje. E onde ele será utilizado? Pode ser que vire RP-2, restituindo uma situação que existia antes da criação do RP-9. É curioso notar que o RP-9, que virou algo muito criticado, é uma identificação no Orçamento. Então, ele não deixa de ser um instrumento de transparência. E o problema efetivamente não é tanto a classificação, mas o que ele permite, o que ele traz, que é a inclusão de programação nova pelo Relator. Eu acho que esta é a discussão de fundo que temos que ter, se o Relator-Geral, que tem e tinha





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

inicialmente um papel mais de consertação do processo orçamentário, deve ter o poder de mexer tanto no orçamento discricionário.

Dentro desse contexto, temos uma fragmentação decisória que já vinha por meio das emendas individuais. Isso é uma característica brasileira muito forte. Temos hoje um processo legislativo orçamentário em que são incluídas cerca de 15 mil emendas individuais. Então, é uma fragmentação muito grande e que dificulta muito termos uma priorização estratégica do gasto público. Isso está um pouquinho por trás, é o pano de fundo dessa discussão.

Eu acho que passa muito pela definição, de novo, sobre a possibilidade, a prerrogativa do Relator-Geral de incluir programação nova. Essa prerrogativa não está na Constituição. Como o Aritan falou, as emendas de Relator não estão na Constituição, como estão hoje as emendas individuais e de bancada. Há uma certa assimetria normativa entre esses tipos de emenda, como bem lembrou o Ministro Gilmar Mendes em seu voto na ação da ADPF ontem.

As emendas de Relator estão na resolução. É lá que se permite que haja a criação de programação nova. Acho que esse pode ser o ponto focal, ou um dos pontos focais, para a discussão avançar. Se é razoável que o Relator-Geral tenha essa liberdade dentro do Orçamento, isso independe da existência do RP-9, ou não. Como o Eugênio mostrou, antes do RP-9, o Relator-Geral já podia fazer emendas. Ele sempre pôde fazer emendas. E não só a emenda de ajuste técnico. Como o Eugênio mostrou, já havia inclusão de programações, embora num montante muito menor.

Então, eu acho que a discussão passa um pouco sobre as prerrogativas que o Relator-Geral vai ter. É claro, passa também pela questão da transparência, mas isso eu acho que tem sido corretamente enfrentado pelo Supremo. Eu acho que na questão da transparência temos só a ganhar com a recente liminar concedida pelo Supremo. Vale lembrar que estamos falando de um orçamento discricionário dentro de um contexto em que o teto de gasto para 2022 não se sabe exatamente qual vai ser. Então, estamos aí com uma indefinição de emendas de Relator, dentro de um volume de emendas discricionárias também incerto, e até o teto de gastos é incerto. Isso gera uma incerteza; na verdade, uma falta de credibilidade e confiança na condução da política fiscal que é muito, muito preocupante.

Do ponto de vista do IFI, é isso que temos acompanhado um pouco mais de fora, e assim meio que sendo alimentados, abastecidos pelas informações das notas que a Consultoria tem divulgado sobre esse assunto.

Enfim, eu acho que da nossa parte é isto, é manter sempre a preocupação com o compromisso e com a sinalização de que os princípios orçamentários e a disciplina fiscal estão sendo cumpridos ao longo do processo orçamentário.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu agradeço, Deputada.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Sou eu quem agradece, Sr. Daniel Veloso Couri, do IFI.

Eu gostaria de anunciar também que os Deputados Domingos Sávio e Paula Belmonte estão nos acompanhando pelo sistema *on-line*.

Agora eu passo a palavra ao Sr. Alessandro Aurélio Caldeira, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União.

Sr. Alessandro, a palavra é sua.

O SR. ALESSANDRO AURÉLIO CALDEIRA - Obrigado, Deputada. Eu aproveito para cumprimentar todos os Parlamentares que acompanham esta audiência. Quero cumprimentar também os colegas de bancada, Eugênio, Aritan, Daniel e Gil Castello Branco, assim como todos os que nos acompanham pelas redes sociais.

Eu vou compartilhar uma apresentação aqui, que acho que os senhores já devem estar vendo.

(Segue-se exibição de imagens.)

Primeiramente, quero agradecer pelo convite para participar desta audiência, em nome da Presidência do Tribunal de Contas da União, em nome do Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal. É sempre uma satisfação poder contribuir com o debate no Congresso Nacional.

Em geral, nós podemos resumir em pelo menos três objetivos a atuação do Tribunal de Contas da União. O primeiro deles, eu acho que vale a pena citar aqui rapidamente, é garantir o cumprimento da Constituição e das leis, pela análise de conformidade, que é feita pelo Tribunal.

O segundo deles, vale a pena também citar, é assegurar a transparência das informações do Governo Federal, garantindo que as informações que o Governo Federal presta à sociedade reflitam de fato a realidade.

O terceiro é zelar pelo bom desempenho da atuação governamental, visando a garantia da entrega de bens e serviços de qualidade à sociedade.

A questão que hoje é tratada aqui nesta audiência obviamente está dentro desses objetivos que eu acabei de mencionar.

A execução das emendas do Relator em relação a 2020, no Orçamento de 2020, foi objeto de análise por ocasião das contas do Governo de 2020, que o tribunal fez e resultou no Acórdão nº 1.515, sobre o qual eu pretendo trazer algumas informações, além de outras informações de outros processos do Tribunal aqui hoje.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós não desconhecemos o fato de que emendar o Orçamento é uma prerrogativa inerente à atividade legislativa.

É uma atividade legítima e constitucional. É uma competência legítima e constitucional do Parlamentar, para a qual devem ser obviamente respeitados o regramento e os limites que são impostos pela Constituição.

Este eslaide aqui apresenta a abrangência da atuação do TCU no que tange ao Orçamento. As emendas de RP-9 que vão ser parte desse Orçamento também se enquadram aqui neste fluxograma. Inicia-se com a aprovação da Lei Orçamentária Anual. No diagrama que está dentro do círculo vermelho, nós temos três momentos de atuação no Tribunal.

O primeiro momento é na programação orçamentária e financeira, em que se busca avaliar a alocação dos recursos em termos de objeto e beneficiário da despesa, no que se refere às emendas parlamentares, para verificar se atende ao que dizem as leis, os programas e os planos setoriais, e se atende às prioridades governamentais.

O segundo momento diz respeito à execução do Orçamento, do empenho, liquidação e pagamentos, e, se for o caso, também de restos a pagar.

O terceiro momento se refere à aplicação dos recursos na ponta, quer dizer, em que se verifica se os procedimentos de licitação e de contratação no uso dos recursos das emendas foram feitos obedecendo às leis e aos regulamentos.

Em todos esses momentos em que o TCU atua, nós buscamos verificar a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a eficiência da atuação, princípios constitucionais, em busca de pregar um valor para a sociedade.

Passando agora já para dados que nós trazemos no nosso relatório e parecer das contas anuais de 2020, chama atenção aqui o volume alcançado de 30 bilhões, originalmente alocado para RP-9, para emendas de Relator, que depois diminuiu para 21,8 bilhões. Chama atenção também o valor alocado — principalmente o valor alocado originalmente — em outras despesas correntes, GND-3. Não que isso seja alguma irregularidade por si só, mas chama atenção o fato de que volume expressivo de despesas de custeio do Governo Federal esteja sendo sustentado por meio de emendas parlamentares.

O Eugênio já mostrou a distribuição por órgãos superiores. No caso de 2020, o MDR foi beneficiário dos recursos. Nós também tivemos distribuições para os Ministérios da Saúde, Justiça, Educação. Se nós abrirmos o orçamento do MDR, de 8,3 bilhões, nós verificamos que 61%, não, um pouco menos... Dos 8,3 bilhões, 4,7 bilhões foram descentralizados a outros órgãos. Então, por exemplo, a CODEVASF, que recebeu 205 milhões em lotação de RP, empenhou de fato 1,64 bilhão, por conta dessas descentralizações que o MDR fez.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ressalto aqui a questão da equidade. A Constituição Federal confere a distribuição dos recursos pelas emendas individuais, critério esse que não foi possível identificar no caso das emendas de Relator, se há uma relação em ordem crescente na distribuição *per capita* por Municípios.

Nós verificamos que alguns Municípios receberam *per capita* um valor bastante superior aos outros. Isso por si só também não é irregular, mas a questão que ressalta para nós é uma falta de critério objetivo transparente, que permita a distribuição dos recursos de forma justa.

Nós observamos parâmetros sociodemográficos, por exemplo, que estejam atendendo às necessidades da população. Uma vez que não existem esses critérios objetivos e transparentes, nós não conseguimos verificar se essa distribuição dos recursos se deu de forma equânime, atendendo a equidade.

Diferentemente das emendas individuais que dispõem de procedimentos centralizados, padronizados no âmbito do Governo Federal, as emendas de Relator não contam com tais procedimentos, prejudicam a equidade, o monitoramento e a avaliação da discussão da aplicação desses recursos.

Foram publicados também diversos procedimentos dos órgãos do Poder Executivo Federal nessa relação de comunicação entre os órgãos e o Relator do Orçamento. Então, existe uma diversidade de procedimentos. Por exemplo, o MDR fez isso por meio da Assessoria Especial de Relações Institucionais do Ministério. Outros órgãos já usaram ofícios via SEGOV ou mesmo mensagens via aplicativo.

Então, não houve um padrão de atuação nessa comunicação entre os órgãos do Poder Executivo e o Relator do Orçamento. Isso traz riscos para a efetividade do planejamento governamental no cumprimento de metas e prioridades, como eu já mencionei. Além disso, não havia procedimentos padronizados, sincronizados para o monitoramento pelo próprio Governo Federal, o monitoramento de avaliação da execução das emendas de Relator, o que prejudica bastante essa necessidade de transparência na aplicação e distribuição dos recursos.

No final do relatório, nós concluímos que restou comprometida essa transparência na aplicação do montante bastante expressivo do Orçamento de 2020, especialmente no que se refere aos critérios de distribuição, alocação das dotações.

Um dos fundamentos usados para essa conclusão foi justamente no art. 77 da LDO, que exige uma divulgação prévia, referindo-se às transferências voluntárias, dos critérios e disposição dos recursos. Quando a programação de crédito orçamentária não identifica o recurso na própria classificação. Isso é exigido que se faça previamente a disfunção e não foi verificado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há outro fundamento que foi usado na conclusão, por ser justamente no art. 163-A da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020. Esse dispositivo exige que a União, Estados e Municípios disponibilizem suas informações de dados contábeis, orçamentários e fiscais, de forma a garantir a rastreabilidade, comparabilidade e publicidade dos dados, que deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso ao público.

Em resumo, a conclusão foi que os procedimentos adotados para a execução das emendas não condizem com os princípios que regem o nosso Orçamento no Brasil. Não é razoável que não sejam assegurados dados abertos, sistemas centralizados de amplo acesso ao público que permitam ao cidadão, ao Congresso Nacional, aos órgãos de controle amplo acesso, ampla transparência a esses dados, a essa distribuição dos critérios de distribuição e alocação desses recursos.

Nisso o Tribunal emitiu duas recomendações para o Poder Executivo Federal: uma voltada para dar ampla publicidade aos documentos e critérios da distribuição de recursos do Orçamento de 2020; outra destinada visando a transparência do Orçamento a partir de 2021, recomendando o registro da plataforma eletrônica na execução orçamentária para garantir a transparência, a comparabilidade e a rastreabilidade desses recursos, conforme dispõe o dispositivo constitucional.

No Tribunal existem pelo menos dez processos de fiscalização, incluindo esse trabalho que foi feito nas contas do Governo, mas há também outros em andamento. Pelo menos, três deles já têm alguma decisão, acórdão.

Esses trabalhos estão sendo distribuídos pelas diversas unidades técnicas do Tribunal de acordo com a área de atuação de cada unidade técnica. Há outros acórdãos já emitidos pelo TCU. Já foram emitidos além do Acórdão nº 1515/2021, que foi o acórdão das contas de Governo, também mais recentemente o Acórdão 2.448, de Relatoria do Ministro Hélio de Oliveira.

Não se trata de uma decisão definitiva, mas de uma decisão cautelar que suspende a aquisição das máquinas, objeto da representação por parte da CODEVASF. E para os contratos que já foram assinados, que se abstenha de praticar qualquer ato que vise a sua execução, até que o Tribunal delibere em definitivo acerca dessa representação.

Outro acórdão que já foi emitido pelo Plenário é de Relatoria do Ministro Augusto Sherman também sobre a CODEVASF, mas agora visando pregões eletrônicos destinados a contratações de obras de pavimentação.

O acórdão faz algumas determinações à CODEVASF e também determina que o Tribunal realize ações de fiscalização, de controle para verificar a regularidade dos contratos já





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

firmados, da aplicação dos recursos desses contratos já firmados, se as licitações realizadas estão regulares e a aplicação dos respectivos recursos, se essa aplicação se deu com regularidade.

Bom, era isso que nós tínhamos que apresentar, e ficamos à disposição para qualquer dúvida e esclarecimento.

Obrigado, Deputada.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigada, Sr. Alessandro Aurélio Caldeira, por sua explanação.

Passo a palavra ao Sr. Francisco Gil Castello Branco Neto, Fundador e Secretário-Geral da Associação Contas Abertas, para a sua explanação, por até 15 minutos.

Logo após, começaremos a chamar os Parlamentares que estão acompanhando esta Comissão para que façam seus questionamentos e suas considerações.

Peço aos convidados que permaneçam na sala para que possam nos auxiliar nos questionamentos.

Sr. Francisco Gil Castello Branco Neto, a palavra é sua.

O SR. FRANCISCO GIL CASTELLO BRANCO NETO - Boa tarde a todos!

Sra. Presidente, Deputada Adriana Ventura, agradeço o convite de V.Exa.

Quero cumprimentar os Parlamentares que estão presentes, todos aqueles que nos assistem à distância, especialmente os técnicos que estão presentes — Eugênio, com quem aprendo muito, Aritã, Caldeira, Daniel —, todos aqueles que já expuseram e trouxeram de, forma muito clara, todo o regramento existente, as preocupações, no caso do Daniel, sobre o que está acontecendo e até que ponto está influenciando até na situação fiscal.

Quero também fazer um cumprimento muito especial ao jornalista Breno Pires, do jornal *Estadão*. Se não fosse o Breno Pires ter conseguido acesso àqueles órgãos, através dos quais alguns Parlamentares, sabe-se lá baseado em que critérios ou valores completamente diferentes, fundos outros... Deputados às vezes fazendo até emendas para outros Estados, e muitas vezes envolvendo situações que até a própria CGU comprovou que acabaram gerando sobrepreços, até corrupção mesmo, porque, em alguns casos, a despesa acabou sendo efetuada.

Acho que uma questão que precisamos colocar, depois de assistir à essas brilhantes exposições sobre todo o regramento, sobre as condições do TCU para fiscalizar, as perguntas que me surgem são as seguintes: Onde nós falhamos? O que podemos fazer para aprimorar? Os fatos saltam aos olhos, e a Contas Abertas inclusive teve oportunidade de trazer esses números à tona, até porque, circunstancialmente, o Siga Brasil, que os jornalistas comumente





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

usam, estava atualizado até 25 de outubro e, portanto, não trazia aquelas informações mais recentes sobre os dados próximos à votação da PEC.

A Contas Abertas, então, consultando o próprio Tesouro Gerencial percebeu que os valores de outubro já eram bastante atípicos, quer dizer, quase 3 bilhões de reais. Até então os valores estavam sempre na casa de 1 bilhão, 1 bilhão e pouco. O maior valor mensal até então tinha sido de 1 bilhão e 900, e no mês de outubro nós tivemos quase 3 bilhões. Mais do que isso: desses 2.950, 909 milhões aconteceram nos dias 28 e 29, quinta-feira e sexta-feira. Houve uma tentativa de votação no dia 27, que foi malsucedida. Nos dias 28 e 29 foram liberados em empenhos de emendas de Relator 909 milhões de reais. Esses valores, portanto, chamaram a atenção de todos e foram amplamente divulgados pela imprensa.

Eu digo aos senhores que, com os meus 69 anos, acompanho o orçamento público há uns 40 anos mais ou menos, eu diria, arredondando, nunca havia visto, até então, um instrumento tão promíscuo do relacionamento entre Executivo e Legislativo como foi essa situação das emendas de Relator, porque, sem a identificação do Parlamentar, é claro que se torna muito mais fácil haver essa cooptação para que os Parlamentares — aqueles que aceitam esse tipo de negociação — recebam emendas e, depois, votem como deseja o Governo ou aquela cúpula de poucas pessoas que estão ali comandando esse orçamento bilionário das emendas de Relator.

O TCU já havia alertado sobre isso — e acabou de ser exposto pelo Caldeira — em 30 de junho. Vejam só, nós estamos em novembro, e, desde 30 de junho, o TCU havia alertado e recomendado maior transparência, que todas essas operações fossem colocadas em sítios públicos. Mas, infelizmente, isso não aconteceu.

Houve até uma tentativa de saber com a Economia: *"Olha, quando serão implementados?"* Lembro que o jornalista Breno Pires fez essa tentativa: *"Quando serão implementadas as recomendações do TCU?"* — porque o TCU não determinava, não podia determinar, podia recomendar. E a resposta da Economia foi muito simplória, dizendo: *"Olha, o TCU não fixou prazo. Então, nós vamos implementar, mas ainda não temos uma data para que isso aconteça"*.

Então, nós ficamos desde junho — final de junho, o Relatório do TCU é de 30 de junho — , julho, agosto, setembro, outubro, quatro meses sem nenhuma providência depois que o TCU já havia recomendado essa transparência. E nada aconteceu.

Eu cheguei uma vez a também conversar isso com o Leonardo, com o Léo, do TCU, e ele disse assim: *"Olha, realmente, o TCU vai agravando as providências. Certamente, se nada for feito, nós vamos colocar isso no próximo relatório de avaliação da contas"*. Mas não deu





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nem tempo, porque alguns partidos naturalmente ingressaram no Supremo e conseguiram uma decisão, inclusive até surpreendente — 8 a 2 —, num placar que não é nem comum no Supremo por tudo aquilo que nós temos visto. A Corte se divide muito mais, e dessa vez houve um placar praticamente contundente contra essas emendas de Relator.

Então, o que nós estamos agora tentando descobrir — e a Deputada Adriana colocou isso logo no início — era o seguinte. O que está por vir agora? Qual vai ser a saída para isso? E eu tenho visto serem comentadas diversas hipóteses. Uma é a de que a Câmara vai fazer um pedido de reconsideração ao Supremo Tribunal Federal e vai propor ou vai aprovar um projeto de lei em que ela vai prometer uma transparência em relação a este assunto, as emendas agora se tornariam mais transparentes. Esta é uma hipótese. Depois, há uma segunda hipótese de que pudesse, então, isso ser transferido para um outro RP, que poderia ser o RP-8, das Comissões.

Eu até vi ontem uma matéria da *Folha* que falava na possibilidade de incrementar as emendas de bancadas e as emendas individuais, o que, a meu ver, também não seria adequado, porque as emendas individuais pulverizam muito os recursos, acabamos distorcendo as políticas públicas. Então, eu acho que, diante dessa situação, é muito importante...

Até porque foi a primeira exposição, talvez muitos não tenham tido a oportunidade de assistir às sugestões que foram apresentadas pelo Eugênio. Eu, constantemente, aprendo muito com o Eugênio. Aliás, aprendo com todos aqueles que aqui estão, mas com o Eugênio eu tenho mais contato, temos quase uma amizade pessoal de muitos anos. O Eugênio disse, de uma maneira muito clara, que o cerne — e a minha impressão é exatamente esta — é a questão de nós observarmos aquilo que a própria LDO já tem há muito tempo. A LDO já trata disso há algum tempo, e, apesar de as LDOs se repetirem nesse texto, nada acontece ou os avanços são muito poucos.

O art. 86 da LDO que está vigendo, por exemplo, diz:

Art. 86. A execução orçamentária e financeira, no exercício de 2021, das transferências voluntárias de recursos da União, cujos créditos orçamentários não identifiquem nominalmente a localidade beneficiada, inclusive aquelas destinadas genericamente a Estado, fica condicionada à prévia divulgação em sítio eletrônico, pelo concedente, dos critérios de distribuição dos recursos, considerando os indicadores socioeconômicos da população beneficiada pela política pública (...).





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, de certa forma, isso já está disciplinado na própria LDO. E percebo que nós precisamos de referenciais, como mencionado pelo Eugênio, ou seja, critérios para que essas programações genéricas possam ser realizadas.

Eu achei interessante também a ideia de um banco de projetos com esses referenciais para auxiliar os Parlamentares, de forma que eles pudessem fazer as suas emendas, que são legítimas, mas de acordo com certos referenciais. Nós precisamos ter bem claros esses indicadores socioeconômicos e muitos daqueles que estão no IBGE relativos a cada programa, a cada ação. Os Ministérios saberiam o que fazer, se predominassem realmente esses critérios.

Nós já tivemos também, por outro lado, o RP2. Eu penso: vai voltar a ser RP2. Com o RP2 nós também tivemos inúmeros problemas. Lembro que a Contas Abertas chegou a fazer inúmeros levantamentos na época em que Geddel Vieira Lima era Ministro. Praticamente todos os recursos para combate às enchentes eram, em percentual gigantesco, destinados exclusivamente à Bahia.

Então, também não é por aí a solução, no sentido de quem é que vai indicar, se vai ser o Executivo, com o Ministro, muitas vezes, direcionando tudo aquilo para o próprio Estado, onde ele pretenda se candidatar a Governador, ou se vai ser o Congresso Nacional, com os Parlamentares se preocupando em atender suas localidades, geralmente, de forma legítima, mas em outras tantas vezes preocupados com as eleições seguintes.

Precisamos avançar nesses critérios, nesses parâmetros socioeconômicos. E, a meu ver, essa é uma solução definitiva. É claro que surgirá agora uma solução de curtíssimo prazo, seja a reconsideração ou a mudança desse RP. Isso tudo vai acontecer, porque, como bem disse o Daniel, essa preocupação agora já está até relacionada à aprovação da PEC. Esse espaço no teto que está sendo criado de aproximadamente 96 bilhões de reais, um pouco mais, um pouco menos, dependendo da inflação até o fim do ano, não é só, todos sabemos, para financiar o Auxílio Brasil. Esse espaço que está sendo criado pode até ter uma parcela de correção de parâmetros, porque, no projeto de lei do Orçamento que está sendo apreciado no Congresso, esses parâmetros já chegaram defasados — e até se compreende —, porque a evolução deles tem sido muito acentuada.

O Orçamento foi entregue em 31 de agosto com parâmetros de julho, e, naturalmente, já chegou defasado. Então, era preciso um espaço no Orçamento para corrigir esses parâmetros. Mas também sabemos que o espaço que está sendo criado dará margem a que mais uma vez, seja como o RP9, seja como o RP8, seja como o RP2, continuem a acontecer essas barganhas políticas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nenhuma delas resolve totalmente o problema. Vejo de maneira muito clara: *“Vamos lá, agora passa a ser RP2”*. Nada vai impedir que o Presidente da Câmara converse com a SEGOV: *“Olha, acabou o RP9, mas agora tenho uma ideia: estou aqui com uma lista de Parlamentares que estão fazendo pleitos no Ministério do Desenvolvimento Regional. Posso lhe passar?”* *“Pode! Pode passar por WhatsApp, não tem problema.”* Aí, alguém na SEGOV vai ligar para o Ministro do Desenvolvimento Regional e dizer: *“Olha, você sabe, acabou o RP9, mas eu estou aqui com uma lista que me foi passada pelo Presidente da Câmara, e eu quero te mandar para você atender”*. E vai funcionar com menos transparência ainda, porque aí mesmo é que vai ser impossível saber o que aconteceu por debaixo desses panos ou nessas conversas por WhatsApp.

O RP2 também não é uma solução definitiva, ou o RP8, ou os individuais, ou o 6, ou o 7. Enfim, a solução mais definitiva, em meu modo de entender, é, sem dúvida alguma, tentarmos avançar na questão dos parâmetros socioeconômicos, na questão dos indicadores. Na próxima ocasião, poderíamos ter os diferenciais aos quais se referiu o Eugênio, e os Parlamentares também os conhecerem, porque muitos até são bem-intencionados e, certamente, iriam observar esses referenciais antes de fazer as emendas.

Vejo que é realmente nesse sentido que precisamos avançar. Quero dizer, como sociedade civil, que fico até mais à vontade para dizer, de maneira naturalmente menos formal, o que observamos em relação a essa questão. De fato, levamos tudo isso à imprensa, até pelo fato de o SIGA Brasil estar desatualizado naquele momento. Nós, então, alimentamos a imprensa circunstancialmente para mostrar, como o Breno o fez naquelas matérias, o quanto o uso das emendas de Relator, da forma como elas vinham sendo utilizadas, estava realmente, a meu ver, até ultrajando a própria democracia. Era inconstitucional, porque feria os princípios da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, e, mais do que isso, era uma afronta, um ultraje à própria democracia.

O STF decidiu corretamente. Como eu digo, mais cedo ou mais tarde vai surgir um paliativo. O Congresso não vai querer, evidentemente, não dispor desses bilhões que estão em mão de meia dúzia de pessoas. O Daniel falou na mão de uma pessoa, mas talvez sejam três. Há três ali atuando nisso, aos que se somam mais alguns da SEGOV. Talvez, seja até uma meia dúzia, Daniel, que esteja comandando esse orçamento paralelo. De qualquer maneira, Daniel está muito certo: seja um ou meia dúzia, o Orçamento da União, esses bilhões que estão sendo alocados — chega-se, no início, a pedir 30 bilhões de reais, como se fosse uma feira, mas faz por 20 bilhões de reais. Tem sido assim.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Precisamos acabar com isso. E a única forma de fazê-lo vai ser com a definição de critérios, de parâmetros socioeconômicos que orientem essas programações genéricas. Enquanto isso estiver em aberto, seja no Executivo, seja no Legislativo, essas situações vão continuar acontecendo. Vamos, assim, ter recursos públicos sendo pulverizados, distorcendo as políticas públicas, sem os objetivos que naturalmente nós sociedade gostaríamos que fossem alcançados.

Era só isso que eu queria dizer.

Agradeço muito à Deputada Adriana Ventura o convite. Vou continuar acompanhando, porque imagino que, talvez, tenhamos a oportunidade de avançar um pouco mais em relação a essa situação e vermos cumprido o que a LDO, já há muitos anos, vem colocando.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigada, Sr. Gil Castello Branco, pela sua explanação. Agradeço-lhe muito por ter aceitado o convite.

Agora vou abrir a palavra aos Parlamentares. Quero registrar a presença dos Parlamentares que estão nos acompanhando: Deputada Paula Belmonte, Senador Vanderlan Cardoso, Deputado Tiago Mitraud, Deputado Domingos Sávio, Deputado Samuel Moreira, Deputado Toninho Wandscheer e Deputado Rogério Correia.

Vou abrir a palavra aos Parlamentares e, depois, devolvê-la aos convidados para que façam as considerações finais.

Queria pedir aos Deputados que estão nos acompanhando que, se possível, sinalizem. Assim, coloco na ordem o pedido de fala.

Agora, vou passar a palavra ao Deputado Tiago Mitraud, nosso primeiro inscrito, para que faça suas considerações.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG) - Muito obrigado, Deputada Adriana Ventura. Boa tarde, demais Parlamentares, convidados da audiência.

Primeiramente, quero parabenizar a Deputada Adriana Ventura pela incansável batalha no combate contra a corrupção em sua campanha eleitoral. Essa foi uma de suas principais, senão a principal, bandeiras, e vem fazendo jus a isso nestes 3 anos na Câmara, não se esquivando de nenhum assunto polêmico, não tendo receio de colocar temas como esse em pauta, organizando formalmente as audiências públicas como parte da agenda da Comissão Mista de Orçamento e de tantas outras Comissões. Obrigado pelo convite, Deputada Adriana Ventura, e parabéns por colocar esse assunto em foco no Congresso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Infelizmente, não pude acompanhar todas as apresentações. Entrei em meados da apresentação do Alessandro Aurélio Caldeira e pude ouvir toda a fala do Gil Castello Branco. Queria só poder corroborar e enfatizar alguns pontos que considero essenciais neste debate.

O Brasil viveu, ao longo dos últimos 20 anos, das últimas 2 décadas, dois grandes escândalos de corrupção, que foram o mensalão e o petrolão. A meu ver, esses esquemas de corrupção foram institucionalizados nos últimos anos. O mensalão, que foi a compra de votos de Parlamentares via dinheiro no bolso deles, foi substituído pelas emendas parlamentares, especialmente as emendas de Relator, e o petrolão foi substituído, a meu ver, pelo fundo eleitoral. O petrolão, como todo mundo sabe, eram aqueles percentuais dos contratos que financiavam os partidos, supostamente como atividades de campanha, mas que financiavam os donos dos partidos.

É incrível as semelhanças que temos nesses dois mecanismos. Na época, como muita gente foi presa, arranjam uma forma de continuar fazendo a mesma coisa sem ninguém ir preso, pelo menos por enquanto. Mas espero que um dia também se possa vivenciar essa experiência, porque, no fim, o fundo eleitoral — que está às vésperas de ser ampliado para sabe-se lá quantos bilhões de reais — é dinheiro que antes se recebia das empreiteiras, dos contratos da PETROBRAS, e por aí vai. São 5 milhões, 6 milhões de reais — sabe-se lá quanto vai ser — que são controlados por um grupo muito pequeno de políticos, os caciques dos principais partidos políticos do Brasil, que botam dinheiro onde eles querem, nas campanhas dos políticos A, B e C. E sabemos que muito desse dinheiro de campanha vai para corrupção, vai para empresas laranjas.

Nas emendas de Relator, a semelhança com o mensalão é muito grande também, porque no fim é dinheiro que está sendo colocado sabe-se lá de que forma. As planilhas que circulam por aí, essa falta de transparência e essa falta de critério deixam bem claro que quem é mais próximo dos líderes partidários atuais, quem é mais próximo do Governo recebe milhões e milhões de reais, quem faz favor para o Governo em uma Comissão ou na liderança de alguma Casa do Congresso recebe milhões e milhões de reais para injetar em suas bases eleitorais. E muitos dizem que isso poderia ser republicano, mas eu não vejo nada de republicano alguns Parlamentares, individualmente, cooptarem recursos do orçamento público, pago por todos os brasileiros, para injetar em suas bases eleitorais. Não é republicano isso.

O Gil deu o exemplo da época do Geddel, quando milhões de reais iam para a Bahia, e nos últimos anos foram para o Amapá, e a cada hora vai ser o Estado de alguém que tem uma posição de liderança no Congresso ou na Esplanada. Isso, para mim, não é republicano. As emendas parlamentares, em geral, também não são utilizadas de forma republicana. A meu





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ver, não deveria ter outro instrumento para destinação de recurso público que não fossem debates na Comissão Mista de Orçamento, aprovados em sessões do Congresso e sob o escrutínio dos órgãos de controle da sociedade civil para entender onde ele está indo parar. Se o Parlamentar identificou uma necessidade na sua região, ele tem que comunicar essa necessidade para o órgão responsável por executar aquele orçamento, e precisa haver um critério técnico para definir se aquela necessidade é ou não prioritária.

Eu viajo muito por Minas Gerais. Sempre que eu vou a uma cidade no norte, no sul, no Triângulo, na Zona da Mata me falam da Rodovia da Morte. E são inúmeras as rodovias da morte no Brasil. Agora, quem tem de dizer qual rodovia tem que ser atendida primeiro não é o Parlamentar que viu ou não o buraco naquela rodovia, mas sim o DNIT. O Ministério da Infraestrutura é que deve ter um mapeamento das rodovias do Brasil e identificar, pelo fluxo, pelo número de acidentes, pelo índice de mortes, pelas condições das rodovias, se o dinheiro vai para a rodovia do Triângulo ou da Zona da Mata. Não é pelo fato de haver um Deputado no Triângulo, e não na Zona da Mata, que aquela população tem que ser atendida primeiro.

Eu acho que todo esse instrumento das emendas parlamentares está errado. Infelizmente, uns 500 Deputados não devem concordar comigo, e precisamos de 308 Deputados para conseguir acabar com as emendas. Vai demorar um pouquinho, mas até lá precisamos fazer o que a Deputada Adriana tem feito — e vejo que também o Deputado Rogério tem sido muito combativo com as emendas de Relator e outros tantos —, que é expor isso.

Eu agradeço o papel desempenhado pelos órgãos de controle, da imprensa e dos demais que estão aqui, porque precisamos, no mínimo, dar luz a isso, na medida do possível, já que muitas coisas são feitas embaixo do pano. Mas espero que o conjunto das nossas forças possa atuar para que barremos isso de alguma forma, assim como conseguimos a vitória esta semana no STF.

Enfim, vou encerrar, pois já falei muito, agradecendo e parabenizando a Deputado Adriana Ventura, que pode contar com todo o meu apoio.

E quero deixar claro que nem a Deputada Adriana, nem eu, nem ninguém da bancada do NOVO nunca recebemos um centavo sequer dessas emendas de Relator para votar contra ou a favor do Governo, de forma alguma. E aqueles Parlamentares que estão no Congresso para fazer realmente o seu papel de representar as ideias da população deveriam no mínimo se recusar a receber esse recurso sujo. Isso é, sim, compra de voto com o dinheiro público no Congresso Nacional, tal qual foi o mensalão. Foi um pouquinho diferente, mas o intuito é o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mesmo, infelizmente. Lamento muito que o Brasil tenha voltado a viver esse escândalo de cooptação no Congresso Nacional, e não esperávamos mais ver isso na política brasileira.

Agradeço a todos. Contem comigo para continuar apoiando iniciativas como esta. Um abraço!

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigada, Deputado Tiago Mitraud, pela sua participação e pelas suas considerações.

Agora, passo a palavra à Deputada Paula Belmonte.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF) - Deputada, eu vou falar rapidamente. Estou participando do Seminário Parentalidade Positiva e Desenvolvimento Infantil, mas acompanhei essa audiência pública tão importante, em momento crucial do Parlamento.

Primeiro, quero parabenizar V.Exa., Deputada Adriana, pela coragem de trazer esse tema para a Comissão Mista de Orçamento. É fundamental que façamos uso do dinheiro do contribuinte com transparência, eficiência e democracia.

Não sou a favor de emendas para Parlamentares. Penso que os Parlamentares têm conflito de interesses entre a fiscalização e a execução. Como vamos fiscalizar algo em que vamos mandar? Para mim, há um grande conflito de interesses nessa questão.

Não consegui acompanhar toda a audiência, mas com certeza eu vou revê-la. Parabenizo todas as pessoas que estão aí.

Precisamos estar firmes, não só como Parlamentares, mas como sociedade, todos os membros que estão aqui, para não deixar o dinheiro do contribuinte ser, mais uma vez, usado e perdido. Quando um Parlamentar se deixa levar por uma emenda parlamentar e muda seu voto, todos nós perdemos com essa situação.

Estou muito grata.

Que Deus abençoe todos.

Parabéns, mais uma vez, Deputada!

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Obrigada, Deputada Paula. V.Exa. é muito atuante. Fizemos um seminário parecido com esse na Frente contra a Corrupção. A demanda foi justamente trazer o debate para o outro lugar correto, que realmente pode fazer alguma coisa.

Passo a palavra ao Deputado Rogério Correia, para fazer suas considerações.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Deputada Adriana Ventura, quero parabenizá-la pela convocação desta audiência pública.

Nós fizemos algumas audiências na Comissão de Trabalho com esse tema, exatamente para verificarmos o que eram essas emendas parlamentares que vinham do Relator. Tivemos a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

presença do Ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, cujo Ministério é um dos que mais detêm recursos para pagamento dessas emendas. Ele próprio foi denunciado por ter utilizado, mesmo não sendo Parlamentar, emenda de Relator. Isso demonstra que dentro do Governo existem Ministros usando a emenda de Relator. Para que se tenha ideia do absurdo, o caso dele foi uma troca que ele fez com o Ministro do Turismo da época. O Ministro do Turismo concedeu a ele uma emenda na rubrica RP9 para que fizesse, em local em que foi beneficiado, o Rio Grande do Norte, um mirante. Até isso apareceu. Houve denúncia de utilização equivocada do dinheiro do Orçamento, por meio de emenda do Relator.

Foram muitos os exemplos e muitos milhões. Geralmente, isso está relacionado à aprovação de propostas, projetos de lei ou emendas constitucionais antipopulares. Nós aprovamos este ano na Câmara a autonomia do Banco Central, a PEC de ajuste fiscal, a flexibilização do licenciamento ambiental, a privatização da ELETROBRAS, a privatização dos Correios. Agora, vem a PEC 23, dos precatórios, que deu tanto pano para manga. E já se fala em usar esse recurso para a aprovação da reforma administrativa, para a privatização da prestação de serviços. É interessante como o Governo usa essas emendas para aprovar projetos ultraliberais. Portanto, é preciso ver que as pautas antipopulares estão aí relacionadas. Obteve muito voto também a proposta de voto impresso. Ninguém esperava que ela tivesse aquele tanto de votos. Quando se confere esses projetos que eu citei, percebe-se que houve liberação de recursos. Então, existe um "toma lá, dá cá" na base do Governo Bolsonaro. Ele está utilizando isso.

Eu queria deixar muito claro que é preciso terminar com esse tipo de financiamento e aprovação de medidas antipopulares com recursos. O caso da PEC 32 me assusta muito, porque estão dizendo que, para privatizar a prestação de serviços, vai haver 20 milhões de reais em emendas a quem se prestar a esse serviço. Com isso, vão liquidar com recursos do SUS e do FUNDEB, passando para a iniciativa privada. Eu acho que tem tudo a ver a aprovação de medidas antipopulares com RP9. Portanto, precisamos paralisar esse processo. Mas isso não tem nada a ver com fundo eleitoral, como disse o colega Deputado mineiro, meu amigo. Fundo eleitoral é outra discussão. O financiamento privado de campanha, esse sim, é um risco muito grande para perpetuar corrupção entre aqueles que querem lotear o Parlamento de acordo com seus interesses privados. Recurso público para que haja eleições e democracia é outra coisa completamente diferente. Eu pediria que S.Exa. não confundisse isso, senão colocamos no mesmo balaio medidas como as de "toma lá, dá cá", que podem ser tidas como compra de voto — e temos que checar isso —, e o financiamento da democracia no Brasil por meio do fundo eleitoral. São discussões completamente diferentes, distintas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputada Adriana Ventura, quero me solidarizar com o tema desta audiência pública, que vem em hora importante. Agora, a partir da decisão da Ministra Rosa Weber, já falam em dar um jeitinho, ajeitar mais ou menos, mantendo o RP9 de alguma forma, dizendo que haverá alguma transparência nela. Mas continuam os mesmos objetivos de financiar os projetos antipopulares do Governo Bolsonaro. É isso o que está em questão no RP9, que foi formada para financiar propostas antipopulares do Governo Bolsonaro. Esse é o motivo da existência do RP9, é para isso que ela está sendo utilizada. Eu não queria desviar o foco deste debate.

Parabéns! Estamos na luta contra o RP9, que, no meu entender, é compra de voto, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Obrigada, Deputado Rogério Correia, pelas suas considerações.

Eu gostaria de saber se os Senadores presentes vão falar. *(Pausa.)*

Creio que não.

O Deputado Domingos Sávio está na estrada e vai parar em algum lugar para tentar falar nesta audiência. Enquanto isso, vou fazer algumas considerações.

Primeiro, em relação aos nossos palestrantes — o Eugênio, o Aritan, o Daniel, o Gil e o Alessandro —, tecnicamente, cada um fez um recorte, o que é muito importante. Mas, de maneira geral, todos trouxeram os mesmos pontos: ausência de critérios, ausência de transparência, falta de indicadores. Problemas que encontramos: limites, que deveriam existir e não existem, do Relator-Geral; o que existe e o que não existe na Constituição Federal, no Regimento Interno, no Regimento Comum. Tudo isso foi muito explicitado. O Daniel também falou algo interessante: a fragmentação das emendas, a falta de priorização, a ausência de critério. Quando se traz a discussão de mudar para RP2, o Gil também contesta.

Nós realmente precisamos ter uma discussão madura de como vamos agir em relação ao nosso Orçamento. Vou falar como Parlamentar da Casa: eu também estou no escuro aqui, quero deixar bem claro. Faço parte da Comissão Mista de Orçamento e, graças a uma muito boa vontade, estamos fazendo esta audiência pública, porque o debate é importante. Mas eu, absolutamente, não sei para onde foram os recursos RP9! Não sei quem os indicou, não sei por que foram para o Município A ou B. Foi chocante para mim ver os números que o Alessandro trouxe aqui.

Em relação ao mapa de estudo de benefícios, se perguntarem por que um Município do Ceará e dois do Amazonas, que são os três primeiros da lista, receberam tantos recursos *per capita*, altíssimo, 25 maior do que o da tabela aqui, e nem são muitos Municípios, ninguém sabe, ninguém viu, ninguém pergunta. E eu não sei quem foi, qual o Parlamentar, por que foi para essa cidade. Então, é uma vergonha fazer isso com o orçamento público! Falta





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

planejamento, falta trabalho, falta clareza. É indecente, na minha visão, o que está sendo feito. Felizmente, a Comissão busca uma solução.

Agora faço a minha pergunta, que eu devolvo a todos. Gostaria que vocês fizessem um exercício, e falo principalmente com o Eugênio, com o Aritan, com o Daniel, que se debruçam sobre esse assunto há anos, que conhecem os limites, o Regimento, a Constituição, todas as brechas possíveis. A minha pergunta é: quais as soluções objetivas possíveis que não tragam os mesmos problemas? Porque não adianta mudar de RP9 para RP2. Eu achei até graça no comentário do Daniel, que disse: *"Agora, pelo menos, nós sabemos que é RP9, porque quando estava no RP2 ficava tudo no bolão"*. E é verdade, eu já ouvi isso várias vezes. Ele diz que agora, pelo menos, achamos a rubrica RP9 e podemos dizer: *"Nossa! Aqui tem uma emenda de Relator"*. Mas isso é indecente! Não sabemos o critério, não sabemos por que foi para lá, não temos indicador. Isso não está vinculado a programa nenhum, não estamos resolvendo o problema do País.

Quero pontuar o que o Gil trouxe. Ele disse que no final do mês de outubro, em 2 dias, foi liberado quase 1 bilhão de reais, valor empenhado antes da votação da PEC. Ele foi muito claro e explícito quanto a isso. A pergunta é: a serviço do quê? Como resolveremos esse assunto? Portanto, eu devolvo a palavra a vocês para saber se é possível uma solução objetiva que não dê tanta brecha, em que todos possam saber exatamente por que o dinheiro está indo para o Município A e para o Município B.

Eu gosto de chamar a atenção para outro problema. Eu até tenho um projeto de resolução para acabar com o RP9. Existe uma resistência, porque a destinação da emenda parlamentar é legítima, mas para isso já existem as emendas individuais, que são impositivas. O Parlamentar indica e manda o recurso para os lugares que achar prioritários. Mas, no caso do RP9, não existe isonomia.

O que ouvimos nos corredores — estou falando de corredor mesmo —, segundo as denúncias que foram feitas pelo jornalista Breno, que tem um mérito indiscutível e a quem eu parablenizo, um Parlamentar ganha 5 milhões de reais para isso, outro ganha 3 milhões de reais, outro ganha 10 milhões de reais, o Líder ganha 20 milhões de reais. Mas isso não sabemos. Se eu, que estou aqui dentro, não sei, imaginem a população brasileira!

Então, precisamos resolver esse assunto. Eu peço a vocês que, nas considerações finais, apontem um caminho que achem ser possível. É preciso alterar o Regimento Comum? Nós precisamos achar um caminho. Outro caminho propõe concentrar isso nas Comissões, voltar para as Comissões, principalmente a de saúde e a de educação. Eu gostaria de saber o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que vocês acham disso, quais são as implicações ou os riscos de se fazer isso, se cairemos no mesmo problema.

Estou com um estudo feito pela área orçamentária e financeira da consultoria, que trabalha de maneira muito aplicada. Eu pedi a ela um estudo com as prioridades, com os cinco maiores empenhos de cada Ministério. Vi valores para o Município A, B ou C, mas a questão aqui não é citar o Município A, B ou C. Fico perguntando: por que foram destinados 50 milhões de reais para um Município tão pequeno? São valores altos, e não sabemos quem os indicou nem por que foi para lá. Há ausência de critério técnico e de planejamento. Eu falo bastante nesta Comissão que o objetivo aqui é achar uma solução.

Nós temos outro problema a resolver, que foi levantado ontem na Comissão, após a decisão da Ministra de suspender tudo. Ontem mesmo, votamos um PLN que teve que ser dividido em dois — foi o PLN 31, que virou 31-A e 31-B —, porque teve que ser retirada do PLN a parte do RP9. Ainda bem que a Senadora Rose de Freitas fez isso, porque o 31-A era destinado às bolsas da CAPES. Mas ali havia uma contaminação de RP9. Ela retirou isso, de maneira muito correta, e fez o 31-B. E nós ficamos nos perguntando: vai travar tudo? Alguns Parlamentares perguntam o que acontece com as obras que estão em andamento. Como resolveremos isso?

Eu quero novamente agradecer a todos que participam desta audiência e à Senadora Rose de Freitas, que abriu a Comissão e nos deu espaço para fazermos este debate.

Tenho outra informação a dar. Eu mesma mandei vários requerimentos de informação para os Ministérios — da Saúde, da Economia, do Desenvolvimento Regional, da Agricultura, da Cidadania, para muitos — e para a Secretaria do Governo perguntando objetivamente quais são os critérios de indicação e os critérios de destinação. Foi feito um jogo de empurra, e não tive acesso às informações. Quero deixar isso bem claro. Enviei requerimento de informação para vários Ministérios, eles me jogaram para lá e para cá, e continuo sem resposta. Nós precisamos de uma solução para isso.

Agora, vou devolver a palavra a cada convidado por até 5 minutos, para suas considerações finais.

Passo a palavra, inicialmente, ao Sr. Eugênio.

O SR. EUGÊNIO GREGGIANIN - Agradeço o convite e esta oportunidade.

Foi feito um movimento de resgate das prerrogativas do Congresso em 1988 e, como já foi comentado, houve essa evolução das emendas. Não havia possibilidade de se fazer emendas. Até certo ponto as emendas desempenharam papel importante na democracia, especialmente nessa identificação do atendimento supletivo e na ampla cobertura dos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Municípios brasileiros. Então, desse ponto de vista, é um instrumento legítimo. Mas, à medida que foi crescendo o volume de emendas e até com o teto, percebemos que a responsabilidade de apresentação de emendas deixava de ser meramente supletiva e passava a ser um ator principal, em vez de um ator acessório.

Vemos o seguinte problema: há necessidade de se estabelecer critérios universais que balizem a execução orçamentária e a orçamentação também, algo que é comum em outros países. Uma coisa é decidir quanto vai para habitação, quanto vai para a saúde, quanto vai para a educação. Parlamentos votam fórmulas, critérios e balizamentos que devem orientar o órgão de execução na alocação daquele recurso público.

Lembro que, no contexto da federação, a lei tributária vale para todos os Estados. A tabela do Imposto de Renda é a mesma para os cidadãos de qualquer Estado e de qualquer Município. Existe um conceito de que o retorno deveria ser isonômico também, no que o habitante do Município A tem, em termos de retorno. Na tributação, o cidadão é tratado de forma universal, mas na orçamentação existe uma grande discrepância.

Qual é a solução? É investir na formulação de políticas públicas para definir esses critérios. Se isso não for feito, corremos o risco de ter dois orçamentos públicos. Na verdade, seria um orçamento fechado nos dois polos: no Executivo e no Legislativo. Isso é um grande problema, primeiro, porque o Parlamentar se torna basicamente uma unidade orçamentária e passa a exercer funções quase executivas. Isso é um problema para a democracia. Além disso, a formação de cotas condominiais pode prejudicar o debate social. Como é distribuído o orçamento relacionado ao saneamento urbano? E à saúde? Ele encontra cotas, ele tem que entrar em cada gabinete para discutir isso.

Essa é uma questão complexa e um problema que tem que ser repensado de modo a restabelecer as funções — a função executiva e a função legislativa, que estabelece e aprova o orçamento, e, nos detalhamentos, aprova os conceitos, as balizas, a matriz geral. Acredito que o caminho seja esse.

Lembro que, na resolução, com relação às emendas de Comissão, essa ideia de que as emendas têm que observar critérios e fórmulas já está contemplada inclusive para efeito de emendas de Comissão, estabelecendo-se que, além de ter caráter institucional, elas deveriam conter na sua justificativa elementos, critérios e fórmulas que determinem a aplicação dos recursos em função da população beneficiada pela respectiva política pública, ou seja, alguma correlação. Se a verba se destina, por exemplo, à habitação popular, você deveria levar em conta os Municípios mais carentes, tudo sempre tendo em vista o princípio constitucional da Federação, que é reduzir desigualdades, e não mantê-las.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É isso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Obrigada, Sr. Eugênio, pelas suas considerações finais e sugestões.

Agora eu devolvo a Presidência ao Senador Izalci.

Na sequência, passo a palavra ao Sr. Aritan Maia, para suas considerações finais.

O SR. ARITAN BORGES AVILA MAIA - Obrigado. Vou tentar ser o mais objetivo possível.

O Eugênio já tratou de modo bastante competente a questão. Ele fez uma comparação com países que realmente definem critérios bastante objetivos e rediscutem esses critérios de alocação dos recursos nas políticas públicas e transferências aos entes subnacionais. Enfim, isso é algo que nós no Brasil ainda não temos discutido no nível em que se discute em outros países.

Mas eu gostaria de começar lembrando o seguinte: a situação atual de percepção de descontrole e de desgovernança vem aparentemente de uma ausência de critérios específicos que balizem determinada atuação. E aqui estamos falando de emendas Relator, mas é claro que precisaríamos ampliar o debate um pouco mais, porque, na verdade, se deve avaliar a alocação em todas as políticas públicas. Tentando ser mais objetivo com relação às emendas do Relator-Geral, há ausência de critérios específicos para sua atuação. A questão é que, não havendo critérios específicos, é natural que devam valer os critérios gerais. O Poder Executivo tem critérios gerais e executa suas políticas públicas regularmente com critérios gerais. Esses critérios devem valer até que se disponha sobre critérios específicos para as emendas de Relator, já que elas existem, já que elas estão institucionalizadas, já que o RP9 está lá colocado.

Portanto, em termos de atuação possível do Congresso Nacional para tentar solucionar a questão de forma permanente durante a elaboração, não há alternativa senão alterar a Resolução nº 1, de 2006. Essa é a conclusão natural. E aí, é claro, a discussão tem que passar por esta questão: até que ponto se deve fazer esse controle da atuação do Relator? A atuação dos Relatores obviamente é reconhecida dentro das Casas, é algo natural para todo projeto de lei. Mas é natural também que ela tenha limitações, e é a resolução que tem que dispor sobre isso.

A alteração da resolução no sentido de eventualmente limitar a atuação do Relator é mais desejável do que deixar para cada ano a rediscussão de praticamente toda a atuação do Relator no parecer preliminar. Perde-se tempo rediscutindo tudo aquilo que o Relator deve ter como competência para atuar, mexer, trabalhar dentro do Orçamento todo ano. Enfim, o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

embate acaba sendo um pouco mais poluído, um pouco mais confuso durante a elaboração de cada Orçamento, que já tem por natureza que discutir todas as políticas públicas.

Pensando na elaboração, há a resolução. Na execução orçamentária, não há como falar de outra norma senão a lei complementar, nunca editada, prevista na Constituição, que regula os orçamentos, as leis orçamentárias, a elaboração e, inclusive, a execução. Infelizmente, ela nunca foi editada. Por isso, fica-se recorrendo anualmente à LDO para fazer inúmeras disposições sobre a execução orçamentária. Mas o natural é que, em algum momento, se discuta essa lei complementar e nela, em se entendendo que o papel do Relator-Geral é relevante a ponto de interferir na execução — digo "em se entendendo" porque há uma discussão que realmente tem que existir no Congresso Nacional —, se disponha sobre uma regra geral e permanente, que não deixe essa atuação sucumbir ao movimento político que estiver ocorrendo no momento, ao sabor político da ocasião, para tentar regulá-la melhor.

É claro que outro ponto natural também, decorrente da definição de critérios, é o reforço e a cobrança maior por fiscalização específica dos critérios gerais. Não havendo critérios específicos, os critérios gerais têm que valer. A própria LDO já tem um critério geral sobre as transferências voluntárias, inclusive com divulgação prévia, e isso realmente precisa ser requerido e exigido dos órgãos de alguma forma. Não digo de forma concentrada, não necessariamente centralizada num sistema, mas, de alguma forma, uma prestação de contas desses critérios tem que existir. Até onde sei, ela não existe atualmente.

Por fim, só para não deixar de atender à fala da Deputada sobre a questão de passar todo esse imbróglio do Relator-Geral para as Comissões, parece-me que há o risco de pulverizar ainda mais o problema. Se hoje, com o Relator-Geral recebendo essas indicações e repassando-as para o Executivo, tudo isso que vem acontecendo, passaríamos a ter, em vez de 1 Relator-Geral, 40 ou 50, se somarmos as Comissões das duas Casas. Então, haveria 50 atores fazendo intervenções de indicações ao Executivo, o que não retira, no final das contas, a necessidade dos critérios e de fiscalização dos critérios.

Na verdade, estar no Relator-Geral e passar para as Comissões não é a solução. A solução está realmente nos critérios, em defini-los melhor na resolução, para fins de elaboração; na lei complementar ou, não havendo a lei complementar, enquanto não houver, na LDO, para fins de execução; e, certamente, reforçar a fiscalização. Como o Eugênio lembrou, já temos a previsão da definição desses critérios para as Comissões, mas isso nunca foi feito com tanta clareza.

Então, acho que temos muito espaço para trabalhar nos normativos existentes e possibilidades rápidas de edição de outros normativos, se necessário.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado.

Já passo a palavra, para suas considerações finais, ao Sr. Daniel Veloso Couri, Diretor do Instituto Federal Independente — IFI, do Senado Federal.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, V.Exa. me dá licença?

Antes de o Daniel começar, quero só fazer uma pergunta específica, e não geral, a ele. Tenho uma dúvida que acho que todo mundo que está acompanhando esta Comissão tem. Esses levantamentos dos Municípios e tudo mais que vocês fizeram para onde vão? O que é feito? Como é encaminhado? Vocês fazem uma recomendação? Isso vai para a fiscalização mais profunda? Eu queria que você falasse de como o TCU finaliza o trabalho. Vocês fizeram esse levantamento dos Municípios, em termos *per capita*, sem critério, sem transparência. E aí? Devolvo a palavra.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O.k.

Tem a palavra, então, o Sr. Daniel Veloso Couri.

O SR. DANIEL VELOSO COURI - Obrigado, Deputada Adriana Ventura. Obrigado, Senador Izalci Lucas.

Quanto a essa questão do TCU, eu não sei se a Deputada gostaria de ouvir primeiro o Alessandro. Foi ele que fez esse levantamento, não é?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Confundi, Daniel. Você é do IFI. A pergunta é para o Alessandro.

Obrigada.

O SR. DANIEL VELOSO COURI - Vou fazer, então, um comentário rápido. O próximo eu acho que é o Alessandro mesmo, Deputada.

Vou fazer coro com o Aritan Maia e com o Eugênio Greggianin no sentido de que o Congresso deve investir nessa definição de critérios claros — ou reforçar os que já existem — que garantam uma utilização mais republicana e democrática das emendas não só de Relator, mas também individuais, e também, dentre as individuais, não só aquelas que vão para o chamado RP6, as emendas impositivas. Qualquer tipo de alteração no Congresso eu acho que é muito bom de forma geral, para toda a execução do Orçamento. Acho que o Eugênio comentou que isso valeria para tudo, não só para as dotações provenientes de emendas parlamentares. Acho que este é um ponto importante. Precisamos ter definições claras.

Eu não diria que é a minha opinião, mas uma discussão que eu gostaria de ver sendo feita pelo Congresso é justamente sobre a questão do número de emendas. No caso das emendas individuais, temos a possibilidade de fazer 25 emendas por Parlamentar, o que dá um





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

total de 14.850 emendas, praticamente 15 mil emendas. Acho impossível garantir algum tipo de orientação estratégica quando há um cenário com tantas emendas, mesmo considerando que temos 5 mil Municípios. Há de fato uma fragmentação decisória que acho que complica um pouco o processo alocativo e a participação no Congresso. Então, longe de ser uma convicção, acho que é uma discussão importante a ser feita pelo Congresso. Vale a pena discutir esse modelo com a possibilidade de tantas emendas individuais, dado que há um limite máximo.

Também gostaria de ver uma discussão sobre o uso maior das Comissões. Vale lembrar que as emendas de Comissão têm que ter caráter nacional e têm que ter uma pertinência temática, nas Comissões Temáticas. Do ponto de vista estratégico, eu acho que é quem melhor atende ao anseio da Constituição no sentido de ter um processo orçamentário e poder, de fato, alocar bem os recursos.

As emendas de Comissão são muito pequenas, mas são justamente elas que podem atender um pouco mais e ter, na verdade, um uso menos, digamos, paroquial. Infelizmente, temos que reconhecer que isso muitas vezes acaba acontecendo com as emendas individuais.

Por fim, outra discussão que eu já comentei, longe de ter uma convicção, mas acho que é muito importante passar por esse ponto — e o Aritan comentou isso também —, é sobre rediscutir, no âmbito da Resolução nº 1, de 2006, que regulamenta a CMO, qual é a função do Relator-Geral.

O Relator-Geral, independente de RP9, que são aquelas inovações trazidas ao projeto, já cumpre uma função importantíssima dentro do processo legislativo orçamentário. Como eu disse, é uma concertação. Ele é um maestro ali do processo. Ele impede que determinadas ações fiquem com uma dotação muito grande. Depois do processo de emendamento, ele faz correções de erros ou omissões, faz outros ajustes técnicos e alguns cancelamentos prévios. Enfim, ele já tem um papel fundamental. E ele já é um Parlamentar, mas ele também — e me corrijam o Eugênio e o Aritan se eu estiver errado — faz emenda individual. Ou não? Eu acho que sim. Então, ele já atua no processo. Portanto, eu acho que podemos discutir, sim, se vale a pena o Relator-Geral do Orçamento continuar tendo essa prerrogativa de mexer no Orçamento, para além dos ajustes que ele já faz.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado.

Eu acho que a colocação da Deputada cabe agora para o Alessandro, que é do Tribunal de Contas da União.

Quero aproveitar para dizer — até para que os oradores possam tecer alguns comentários sobre o que eu vou dizer — que se falou muito aqui na questão do controle.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Inclusive, é óbvio, o Tribunal de Contas da União é um órgão que auxilia o Congresso Nacional em termos de fiscalização. E, agora, estão fazendo mais concomitante, tendo em vista que, normalmente, os resultados apareciam 10 anos depois, quando já não havia mais como pegar de volta os recursos.

No que diz respeito à aplicação de recursos, eu sempre defendi o acompanhamento físico e financeiro da execução, porque hoje o que mais vemos são acórdãos mencionando desvios que ocorreram 15, 20 anos atrás. E não tem mais como recuperar o dinheiro, não tem mais como correr atrás da questão.

Registro dois fatos. Primeiro, nós não temos um plano de Estado, uma política de Estado. Nós temos política de Governo. Cada Ministério é um Governo diferente. E sempre foi assim. Nos Estados é a mesma coisa. Há vários Ministérios fazendo as mesmas ações. Por quê? Porque não sabemos onde queremos chegar. O último planejamento que eu vi foi o de Juscelino Kubitschek. JK tinha um plano de metas que foi cumprido. Brasília foi construída em mil dias. Então, está faltando isso. O Brasil arrecada bem. Não há nenhuma instituição mais organizada e competente para arrecadar do que a Receita Federal. Mas nós não temos aqui o instrumento da despesa nacional que deveríamos ter para acompanhar a execução de tudo.

Segundo, essas emendas de relator foram bastante aumentadas nesses dois períodos — e isso se deve também à posição do Executivo. Quem sempre disse e abriu mão dessas prerrogativas foi o Ministro da Economia. Antigamente, antes do alto valor das emendas de relator, como em 2019 e 2020, elas eram utilizadas mais para ajustes, como a questão da Lei Kandir. Agora, não. Como o Ministro Guedes sempre defendeu que o Orçamento é com o Congresso, deixou então para o Congresso resolver isso. Aí criaram essa figura que virou isso o que nós estamos discutindo aqui.

Ressalto aqui que nós, desde a posse desta Mesa Diretora, na primeira reunião, começamos a discutir essa questão. E esta audiência vai contribuir bastante para que possamos mudar inclusive a resolução — eu acho que o caminho é esse mesmo — do Congresso Nacional.

Para considerações finais, eu queria passar a palavra, então, para o Alessandro Caldeira, do Tribunal de Contas da União, que já vai inclusive fazer observações sobre a ponderação da Deputada Adriana Ventura.

O SR. ALESSANDRO AURÉLIO CALDEIRA - Obrigado, Senador.

De acordo com o que foi demonstrado, conversado e apresentado aqui nesta audiência, conseguimos enxergar claramente algumas distorções no uso da execução das emendas de RP9. Por exemplo, falta de delimitação da atuação do Relator-Geral, cancelamento de despesa





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

obrigatória para destinar emendas de relator, falta de garantia de que as emendas estão atendendo de fato às prioridades e aos programas necessários, de forma integrada, do Governo. Eu acho que tudo isso ficou muito bem claro aqui.

Parece-me que, de fato, essa questão que envolve as prioridades governamentais de atendimento à população é o ponto central. Isso fica muito evidente quando o Gil fala que não adianta apenas transformar o classificador RP9 em RP2 se o *modus operandi* de alocação dos recursos continuar o mesmo. Então, eu acho que isso fica muito claro.

Passo agora para as perguntas, em primeiro lugar, da Deputada Adriana Ventura. Deputada, esse levantamento, aquele quadro em específico foi feito para ser apresentado em decorrência da análise que foi feita da execução das emendas de RP9 no ano de 2020 para subsidiar o relatório, o parecer prévio do orçamento da prestação de contas de 2020. Não necessariamente as ações de controle vão se basear naqueles quadros apresentados naquele relatório de prestação de contas, mas, como eu mostrei no penúltimo eslaide da minha apresentação, têm uma relação de processos que estão correndo no TCU e que tratam das emendas de RP9. Eu posso falar que a maioria deles foca justamente na aplicação dos recursos.

Aqui dentro do TCU cada unidade técnica vai atuar de acordo com a sua área de atuação.

Nesse sentido, eu acho até que foi boa essa pergunta, Deputada, porque já colocamos à disposição não só a Secretaria a qual estou à frente, SEMAG, que trata especificamente de orçamento, mas também essas outras unidades técnicas do Tribunal que fiscalizam a aplicação dos recursos. Tenho certeza de que elas podem contribuir por meio dos achados que elas detectaram nos trabalhos de fiscalização até agora. E não começou neste ano essa apuração em cima da aplicação de emendas parlamentares, não é uma atuação que o Tribunal iniciou neste ano. Existem atuações anteriores, existe até um acórdão bastante importante, o Acórdão 2.704, de 2019, que avaliou obras de pequeno porte, de pavimentação de ruas públicas, etc. Enfim, detectou algumas distorções, como, por exemplo, desconhecimento das necessidades pelo próprio Município — ele mesmo não conhece as necessidades dele —, ausência de instrumento na indicação do Poder Executivo, ausência de instrumento que o Poder Executivo possa oferecer ao Parlamento, para que o Parlamento, na indicação das emendas, saiba quais são as ações prioritárias. Então, esse instrumento não existe. Existe até um instrumento novo, o CIPI, um sistema de investimentos e projetos do Poder Executivo Federal, que talvez possa suprir em boa parte essa demanda.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esse trabalho detectou também sobreposições da alocação. Ou seja, alocação de emendas quando a obra já tinha recursos alocados de outras fontes do Orçamento. Ou seja, a atuação dessas unidades técnicas também pode contribuir com o debate para apresentar justamente essas falhas que eles verificaram na aplicação dos recursos em si.

Com relação ao questionamento do Senador Izalci Lucas, o tribunal tem procurado atuar com a maior tempestividade possível. Eu posso citar aqui dois sistemas criados no Tribunal de Contas da União, SAO e ALICE, que emitem alertas para as unidades técnicas. É uma atuação que procuramos fazer com bastante tempestividade. Então, respondendo objetivamente, o Tribunal tem procurado atender e realizar as suas fiscalizações com bastante tempestividade.

Eu acho que seriam essas as minhas considerações finais. Agradeço o convite para participação nesta audiência e, novamente, coloco-me à disposição para outras conversas e debates.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigada, Sr. Alessandro, por suas considerações.

Eu gostaria de passar a palavra agora para o Sr. Gil Castello Branco Neto para suas considerações finais.

O SR. FRANCISCO GIL CASTELLO BRANCO NETO - Eu gostaria inicialmente de agradecer à Deputada Adriana Ventura pelo convite. É sempre interessante quando eu vejo que numa reunião com técnicos tão competentes também se procura ouvir a sociedade civil. Aqui eu sou apenas um modesto representante da sociedade civil, através da Contas Abertas.

Deputada Adriana, eu acompanhei seus esforços na tentativa de obter mais informações sobre RP9, e vi algumas respostas que me deixaram irritado. Cito o exemplo da demanda junto à Presidência que teve uma resposta irônica, eu diria. Ela dizia: *"Emendas dependem do Congresso Nacional, Deputada. A senhora deve procurar se informar aí"*. Não foi bem assim, mas o que ele quis dizer era exatamente isso, como se a Deputada precisasse daquela informação porque não sabia que emendas são do Congresso e que a Casa Civil não tinha nada a ver com isso. Chega a ser uma resposta irônica.

Acho que esta audiência foi muito interessante. Há um consenso pleno em relação à necessidade de termos referenciais e parâmetros para disciplinar essas programações genéricas, tal como acontece em alguns países, como foi mencionado pelo Eugênio e pelo Aritan. Por outro lado, tanto o Eugênio quanto o Aritan e o Daniel mencionaram a necessidade de se alterar a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. Nesse caso, eu vejo a necessidade de se alterar especificamente o art. 144. Sei que há um esboço de alteração do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

art. 144. Diante disso, fico pensando se, de alguma forma, já que há uma opinião de consenso... Eu sei que eles não falam pelas Casas, evidentemente, mas o Eugênio e o Aritan são técnicos importantes. Não seria possível se pensar num esforço para mudar a Resolução nº 1 sob essa óptica? O art. 144, especificamente, versa sobre os recursos à disposição dos Relatores e a forma como eles podem apresentar emendas. Nesse esboço que eu tenho certeza que existe, propõe-se a inclusão de três parágrafos dentro do art. 144. Se isso não existe, nós poderíamos avançar no sentido de tentar traçar um esboço?

As outras considerações do Aritan também são extremamente importantes. Na falta de critérios específicos, temos que seguir os critérios gerais. Se ainda não temos uma discussão mais adiantada sobre a lei complementar, por outro lado, temos que ter uma fiscalização desses critérios gerais, inclusive dos dispositivos que já constam da LDO e de outros normativos.

Talvez seja possível, a partir desta audiência, pensar em alguma coisa em que já possamos avançar — não sei se estou tirando uma conclusão precipitada — em relação àquilo que, de certa forma, foi um consenso. Há necessidade de se estabelecerem parâmetros. Outros países podem servir como referência, ainda que cada país tenha sua característica. Mas, de maneira geral, podemos saber como isso é normatizado lá fora. O Eugênio, o Aritan, o Daniel ou o Caldeira talvez já tenham essa informação. Seria alguma coisa avançando nesse sentido.

Outra possibilidade é alterar a Resolução nº 1 e ainda há a questão que também propõe o Aritan dessa discussão da lei complementar.

Então, são essas as minhas considerações.

Eu fico aqui torcendo para que possamos avançar, porque, como eu disse, vai haver uma solução paliativa agora, seja um pedido de reconsideração ou uma mudança da RP, mas acho que a questão central, que foi colocada por todos aqueles que aqui estiveram, é realmente uma definição de critérios mais de longo prazo, para que, seja qual for o Governo de plantão, nós tenhamos regras claras que privilegiem o interesse público.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Ventura. NOVO - SP) - Muito obrigada, Sr. Gil Castello Branco, por suas considerações.

Eu, na verdade, quero agradecer novamente a todos e fazer uma proposta de encaminhamento. Eu gostaria de saber se todos estão de acordo. Eu vou dar lição de casa para todo mundo, no sentido de caminharmos, porque acho que foi muito rica a audiência pública. Gostaria de fazer um pedido publicamente, tanto para a Consultoria de Orçamento da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Câmara como para a Consultoria do Senado, para o IFI, o Daniel, para o TCU e também para o Gil, até pela sua experiência de conhecer o Orçamento e tudo. Gostaria que essas sugestões que vocês colocaram fossem objetivadas na resolução comum, no artigo tal. Eu dou o prazo que vocês precisarem. Não sei se 15 dias é um prazo razoável para vocês.

Estou fazendo este pedido — que, se precisar, formalizarei de alguma forma, mas já estou falando publicamente — para que eu possa compilar essas sugestões e apresentá-las na Comissão Mista de Orçamento numa reunião, como resultado desta audiência pública. Como a Comissão está buscando soluções, eu acho que o resultado desta audiência, e tudo que foi sugerido pelos especialistas que conhecem e acompanham o tema, deveria ser trazido para a Comissão.

Eu posso, inclusive, fazer a peça, com a ajuda de vocês, naturalmente. Quero pedir aos Parlamentares da Comissão que apoiem a discussão. É claro que haverá discussão, outras sugestões, quem concorde e quem não concorde, e esse é o processo democrático, mas pelo menos faremos um encaminhamento.

Talvez numa próxima audiência pública, Gil, nós já tenhamos um caminho, para não ficar uma audiência pública que saia sem encaminhamento, sem alguma coisa objetiva.

Se vocês toparem me ajudar, eu agradeço muito. Gostaria que vocês me encaminhassem esses dados — Deputada Adriana Ventura, Gabinete 802 —, os quais me comprometo a compilar, trazer e levar à frente. Eu acho que isso é importante para a Comissão Mista de Orçamento, para o País e para todos os brasileiros.

Então, agradeço imensamente a todos vocês, Eugênio, Aritan, Daniel, Gil e Alessandro, por estarem aqui e por darem contribuições tão importantes neste momento em que o País se debruça sobre este tema.

Declaro encerrada esta audiência pública.

**ATA DA DÉCIMA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2021**

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Esta reunião foi convocada por solicitação do Deputado Paulo Azi, Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves - COI, desta Comissão, em atendimento ao disposto no art. 142, § 1º do texto da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021, com a finalidade de ouvir representantes do Ministério de Infraestrutura, do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR), do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Prefeitura de Palmas do Estado de



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Tocantins, bem como representantes do Tribunal de Contas da União, para discutir os indícios de irregularidades graves (IGP) apontados pelo Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 2579/2021-TCU/Plenário, em obras e serviços de engenharia sob a responsabilidade dos Órgãos supracitados com vistas a subsidiar as deliberações acerca do bloqueio ou desbloqueio de contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos a subtítulos nos quais forem identificados indícios de irregularidades graves. Foi registrado o comparecimento dos membros: **Deputados titulares:** Arnaldo Jardim, Eduardo Costa, Flávia Moraes, Hildo Rocha, Hugo Leal, Osires Damaso, Sanderson - **Senadores titulares:** Ângelo Coronel, Carlos Fávaro e Simone Tebet; - **Deputados suplentes:** Adriana Ventura, Aluisio Mendes, Célio Silveira, Dagoberto Nogueira, Gelson Azevedo, Hercílio Coelho Diniz, João Carlos Bacelar, Ossesio Silva, Pinheirinho, Weliton Prado, Wilson Santiago. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Carlos Gaguim e Claudio Cajado. **ABERTURA:** às dezesseis horas e quinze minutos, os trabalhos foram abertos pelo Coordenador do COI, Deputado Paulo Azi, que comunicou a finalidade da audiência pública e informou que a reunião ocorria de forma semipresencial com presença de parlamentares no plenário e com participação de forma virtual, através da plataforma zoom e comunicou que, para melhor ordenamento dos trabalhos, de acordo com o estabelecido no art. 15, inciso III, da Resolução 01/2006 do Congresso Nacional, os palestrantes disporão de 10 minutos, prorrogáveis, para sua exposição. E de acordo com o art. 94, §2º e §3º do Regimento Interno do Senado Federal, os membros da Comissão poderiam, terminada a apresentação, interelar os oradores exclusivamente sobre o tema da exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo os interelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos. A seguir, o Presidente em exercício informou que as apresentações dos palestrantes estavam disponíveis na página da CMO e abriu a lista de inscrições para o debate, pedindo aos palestrantes que se apresentassem antes de suas exposições. Em prosseguimento, passou à primeira Obra, referente à **Aplicação de Recursos Federais na Ferrovia Transnordestina** e concedeu a palavra ao Sr. Ismael Trinks, Diretor de Transporte Ferroviário, do Ministério da Infraestrutura, que fez a apresentação sobre a obra e respondeu questionamentos que foram enviados antecipadamente. Em seguida, fez uso da palavra, remotamente, o Sr. Maurício Ferreira Wanderley, Diretor da Secretaria de Infraestrutura Portuária e Ferroviária do TCU, que, após apresentar-se, fez suas observações. Passou-se a palavra ao Sr. Fernando Augusto Formiga – Superintendente Substituto de Transporte Ferroviário – ANTT que também fez uma consideração em acordo com a fala do Sr. Ismael do Ministério da Infraestrutura. O Coordenador do COI, Deputado Paulo Azi fez pergunta ao representante do TCU, Sr. Maurício Ferreira Wanderley, que respondeu em seguida. O Deputado Paulo Azi questionou também o representante do Ministério da Infraestrutura, Sr. Ismael Trinks e ao Sr. Fernando Augusto Formiga da ANTT e ambos responderam prontamente seus questionamentos. Os deputados João Carlos Bacelar e Cláudio Cajado também fizeram uso da palavra. Às dezessete horas e três minutos, o Presidente em exercício passou para segunda Obra, referente à **Adequação de Trecho Rodoviário na BR-116/BA**, remotamente o Sr. Luiz Fernando Ururahy de Souza - Secretário de Fiscalização de Infraestrutura e de Aviação Civil, do Tribunal de Contas da União, iniciou sua apresentação e depois passou-se a palavra aos representantes do DNIT Srs. Alisson Jobim P. Nascimento – Coordenador-Geral de Construção Rodoviária e Amauri Sousa Lima que fizeram suas exposições com auxílio de recurso multimídia. Discutiram sobre a obra os Deputado João Carlos Bacelar e Cláudio Cajado. Em seguida, o Sr. Luiz Fernando Ururahy de Souza do TCU, remotamente, prestou esclarecimentos aos deputados e passou-se à terceira obra: **Obras de Construção da BR-235/BA – km 282,0 a km 357,4**. Para tratar dessa obra, o Sr. Alisson Jobim P. Nascimento – Coordenador-Geral de Construção Rodoviária – DNIT – fez sua exposição. Apenas o Deputado Ozires Damaso fez uso da palavra. Em seguida foi tratada a **Obra do BRT de Palmas/TO**. Expuseram sobre essa obra, remotamente, o Sr. Samuel Sá Teles Soares - Diretor da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana do TCU e o Sr. Mauro José Ribas – Procurador Geral do Município de Palmas. Sem que houvesse parlamentares para discutir, passou-se para a próxima obra: **Obras de Construção da BR-040/RJ** - o representante do TCU, Sr. Luiz Fernando Ururahy de Souza fez sua exposição e em seguida a palavra foi passada ao Sr. Carlos Eduardo V. Neves – Gerente de Gestão Econômico Financeira da ANTT. Não houve discussão. Às dezoito horas e trinta e quatro minutos, foi apresentada a última obra da reunião: **Obras de Ampliação de Capacidade da BR – 290/RS**. Para tratar sobre a situação dessa obra, falaram o Sr. Luiz Fernando Ururahy de Souza do TCU e o Sr. Carlos Eduardo V. Neves da ANTT. Em sequência, o Presidente em exercício consultou os expositores caso quisessem fazer questionamentos um para o outro. Não houve perguntas. **ENCERRAMENTO:** às





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dezoito horas e quarenta e oito minutos, o Presidente em exercício encerrou a reunião. Antes, porém, agradeceu a participação dos representantes do Tribunal de Contas da União, dos Ministérios de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), bem como dos demais parlamentares. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente em exercício da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Paulo Azi**, Coordenador do COI e Presidente em exercício. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Boa tarde a todos os Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, senhoras e senhores que acompanham esta reunião.

Declaro iniciada a 10ª Reunião de Audiência Pública Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir representantes do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Infraestrutura, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT, da Agência Nacional de Transportes Terrestres — ANTT, do Ministério do Desenvolvimento Regional e da Prefeitura de Palmas, no Estado do Tocantins.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares participando de forma virtual através da plataforma Zoom. Informo ainda que há convidados participando de forma virtual.

Conforme a Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, no § 1º do art. 142, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021, a Comissão Mista poderá realizar audiência pública com vistas a subsidiar as deliberações acerca do bloqueio ou desbloqueio de contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos a subtítulos nos quais foram identificados indícios de irregularidades graves. Por esse motivo, esta Comissão convocou esta audiência pública com a finalidade de ouvir representantes de órgãos gestores e do Tribunal de Contas da União, para discutir os indícios de irregularidades graves — IGP apontados pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 2.579, de 2021 - TCU/Plenário, sob a responsabilidade de diversos órgãos e entidades.

O comitê conhece bem o histórico das irregularidades que levaram à sugestão de bloqueio da execução física, orçamentária e financeira das obras que serão objeto de exame nesta audiência pública. Neste momento, há especial interesse em conhecer a evolução recente da situação de cada obra ou contrato em 2021 e a posição atual dos indícios de irregularidades e medidas de saneamento das irregularidades.

Em função do breve prazo de que dispomos, necessitamos ser objetivos durante as explanações e, nesse contexto, encarecemos aos senhores representantes dos órgãos que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

priorizem a exposição dos fatos mais recentes, especialmente os ocorridos neste ano, os quais serão os mais importantes para efeito da decisão da Comissão de Orçamento.

Ouviremos os representantes do Ministério da Infraestrutura, da Agência Nacional de Transportes Terrestres — ANTT, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT, do Ministério do Desenvolvimento Regional e da Prefeitura Municipal de Palmas.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 15, inciso III, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os palestrantes disporão de 10 minutos, prorrogáveis, para as suas exposições.

Conforme estimulado no art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, terminada a apresentação dos expositores, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos.

Informo, ainda, que as apresentações dos palestrantes estão disponíveis na página da Comissão.

A lista de inscrição para o debate está aberta. *(Pausa.)*

Ferrovia Transnordestina.

Solicito que os participantes se apresentem antes de iniciar a fala.

Convido-os para tomar assento à mesa desta Direção dos trabalhos. *(Pausa.)*

Solicito a V.Sa. que se identifique, por favor.

O SR. ISMAEL TRINKS - Meu nome é Ismael Trinks, sou Diretor do Departamento de Transporte Ferroviário do Ministério da Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Concedo a palavra a V.Sa., que dispõe de até 10 minutos para a sua explanação.

O SR. ISMAEL TRINKS - Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar todos os presentes por meio da pessoa do Deputado Paulo Azi. Obrigado pelo convite.

A Transnordestina é um empreendimento muito importante para o Governo Federal e muito importante para a nossa Pasta, principalmente para a área ferroviária. Esse é um empreendimento disruptivo. Ele fica localizado na Região Nordeste do Brasil. Na verdade, nós temos três Estados interceptados pela Transnordestina: Ceará, Piauí e Pernambuco.

Esse é um empreendimento basicamente de pouco mais de 1.700 quilômetros, cujo orçamento previsto pela concessionária — não é o orçamento público — é de 14 bilhões de reais. Então, é um empreendimento bastante dispendioso, do qual já foi executada quase a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

metade, em torno de 7 bilhões de reais, perfazendo 50% do empreendimento, de acordo com a concessionária.

O empreendimento se iniciou em junho de 2006 e se previam, depois das prorrogações, 11 anos de obra, devendo, em princípio, estar concluído em 2017, o que, por óbvio, não ocorreu.

Como tivemos alguns problemas relacionados a orçamento derivados do próprio projeto, o TCU emitiu, em 2017, o Acórdão nº 67, no qual determina que VALEC, FINOR, FNE, FDNE, BNDES e BNDESPAR se abstivessem de destinar qualquer tipo de recurso público para as obras de construção da Transnordestina ou para a respectiva concessionária de alguma outra forma até que a Transnordestina apresentasse à ANTT todos os elementos de projeto, incluindo estudos geotécnicos solicitados pela agência, bem como até que a ANTT validasse as alterações do projeto e a definição do respectivo orçamento.

Depois, o TCU emitiu o Acórdão nº 2.532, também de 2017, no qual diz que, para a liberação dos recursos públicos, também haveria como requisito uma deliberação ulterior da Corte de Contas. Então, na verdade, para que sejam liberados novamente recursos para a Transnordestina, além da apresentação dos projetos e da validação da agência reguladora, haverá uma posterior deliberação do Tribunal de Contas da União.

Pois bem, a partir, então, de 2019, a Transnordestina começou a apresentar os projetos à agência reguladora. Ainda em 2019, quando ela apresentou todos os projetos, a agência reguladora pediu algumas retificações, as quais ocorreram em 2020, até meados de 2021.

Em 2021, a agência aceitou, validou, então, todos os projetos — agora, em meados deste ano —, por meio da Deliberação nº 238, de 2011, do corrente ano, na qual, no art. 2º, informa validar o orçamento do empreendimento da Ferrovia da TLSA no valor de 6,9 bilhões, ou seja, o orçamento regulatório, conforme o chamamos, o orçamento validado pela agência. Ele é um orçamento que, do ponto de vista técnico, está mais próximo do que seria a realidade da obra e diferente dos 14 bilhões apresentados pela própria concessionária ferroviária, no que também não há um grande problema, porque o empreendimento é privado da concessionária, e, como qualquer outra concessionária, ela tem que realizar para auferir receita, não importando bem o montante de valor.

Agora eu vou responder rapidamente a alguns questionamentos enviados de forma antecipada.

Precisamos de uma deliberação posterior do Tribunal de Contas da União para poder realmente liberar recursos públicos. Os recursos públicos que podem ser liberados são em torno de 1 bilhão e meio. Aí ele bate exatamente no teto do orçamento regulatório. Após isso, o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que ainda necessitar ser executado de obras precisa ser aportado pela própria concessionária, como qualquer outra concessionária ferroviária.

Além disso, o que é importante, a Transnordestina está com um processo de caducidade — é o segundo caso da história do setor ferroviário —, e o TCU, em conversas com o próprio Ministro, está aguardando a decisão do Ministério com relação a esse processo de caducidade. E nós estamos analisando uma solução diferente da própria caducidade, porque a caducidade pode afetar de forma bastante intensa a CSN, que é a controladora da Transnordestina.

Acho que todo mundo a conhece. A CSN é uma empresa grande. Ela gera milhares de empregos, é importante no próprio PIB brasileiro. Então, estamos verificando se há outra solução que não a caducidade que consiga de alguma forma dar uma resposta com relação à concessão ferroviária, mas que não penalize ou possa penalizar de forma tão profunda a empresa CSN. A nossa análise vai ocorrer inevitavelmente até o final do ano, até o fim de dezembro. Após isso, comunicaremos ao TCU a decisão pela caducidade ou não. E aí imagino que o TCU vá, sim, deliberar com relação a esse Acórdão nº 67, de 2017.

Outra questão levantada relaciona-se à paralisação da obra, no caso de não se ter a parcela pública ainda prevista neste valor de mais ou menos 1 bilhão e meio. Isso pode paralisar a obra? Não. Isso não tem o condão de paralisá-la. Por quê? Porque o restante do empreendimento, que não deve ficar pronto, de qualquer forma precisa de aporte privado, precisa de aporte da própria concessionária, o que ela já está fazendo. Ela já colocou em torno de 400 milhões, no período de 2019 até agosto de 2021, no empreendimento. E ela vai ter que fazer isso também para concluir esse empreendimento e começar a auferir receita.

Então, independentemente de a liberação do recurso público ocorrer rapidamente ou não, isso não tem o condão de paralisar a obra exatamente porque é preciso haver destinação de outras fontes de recurso que, a despeito de qualquer coisa, devem ser privadas.

É isso, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Agradeço a V.Sa.

Passo a palavra ao representante do TCU para fazer suas observações.

Solicito a V.Sa., que vai usar a palavra virtualmente, que se identifique, por favor.

O SR. MAURÍCIO FERREIRA WANDERLEY - O meu nome é Maurício Wanderley, eu sou diretor da secretaria do Tribunal que cuida de ferrovias. É na minha diretoria que está tramitando esse processo que trata do Acórdão nº 67 e, posteriormente, do Acórdão nº 2.532.

Aproveitando a sua orientação, Excelência, quero dizer simplesmente que o Ismael fez um resumo muito bom do que está acontecendo. O processo realmente está nesse aguardo a respeito do processo de caducidade, mas não estamos totalmente parados porque existe uma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

única pendência, que nasceu neste ano, relativa a uma solicitação da SUDENE de que o FDNE pudesse fazer aportes à obra de maneira escalonada. Essa decisão depende ainda de instrução da unidade. E essa instrução da unidade depende de algumas diligências que já foram feitas. Estamos na segunda rodada de diligências, mas nem todas as respostas chegaram ainda.

Então, mesmo nesse assunto que não está ligado diretamente ao mérito do processo, mas, sim, a uma solicitação que foi peticionada pela SUDENE, nós estamos aguardando as respostas ainda para poder fazer a nossa análise a respeito do assunto. Mas, no geral, o Ismael resumiu bem realmente o que está acontecendo dentro do processo.

Então, resumindo a minha fala, no que diz respeito ao processo, nós estamos aguardando a decisão do Ministério quanto às alternativas à caducidade. A única questão pendente, fora essa decisão de mérito, é a resposta ao questionamento da SUDENE. Nós estamos aguardando ainda a manifestação de alguns órgãos para que possamos analisar o conjunto completo.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Agradeço a V.Sa.

De pronto, passo a palavra ao Dr. Fernando Augusto, representante da ANTT.

V.Sa. dispõe de até 10 minutos.

O SR. FERNANDO AUGUSTO FORMIGA - Boa tarde a todos. Em nome da diretoria colegiada da ANTT, eu gostaria de saudá-los.

O Ismael resumiu bem o que está acontecendo hoje com relação ao processo da Transnordestina. A agência recentemente teve a oportunidade de apreciar os documentos encaminhados pela concessionária e editou, então, a Deliberação nº 238. Então, com relação ao Orçamento e com relação à parte da ANTT, nós já os analisamos e não temos nada a acrescentar neste momento.

É importante fazer apenas uma consideração. Com relação a este valor de 8,9 bilhões, pode ser que ele aumente um pouquinho em virtude de um pedido de reconsideração da concessionária, mas é uma coisa muito pontual. Acredito que não haverá muita alteração.

Então, Deputado, não tenho muito mais a acrescentar. Realmente, o Ismael pontuou muito bem a situação atual da Transnordestina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Eu agradeço a V.Sa.

Eu vou iniciar o debate para que os Parlamentares que desejarem se pronunciar assim o façam.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu começo fazendo algumas perguntas, solicitando alguns esclarecimentos, inicialmente ao representante do TCU.

O Acórdão nº 2.461, de 2018 - TCU/Plenário, mencionou que um levantamento piloto do sensoriamento remoto feito pelo Tribunal identificou diversas não conformidades entre obras e projetos ao longo de todo o trajeto da ferrovia. Existe uma posição mais atualizada sobre essa constatação? Foram feitos trabalhos de auditoria quanto à conformidade e qualidade da execução dos trechos já construídos da ferrovia? Nessa decisão de mérito do Tribunal sobre a validade jurídica do processo de concessão do novo trecho da Malha II, Nova Transnordestina, em 2005, sem licitação, cuja discussão foi iniciada no Acórdão nº 67, de 2017 - TCU/Plenário, das irregularidades até agora trazidas ao debate, os senhores veem modificações nos fatos que fundamentaram a medida cautelar de paralisação dos desembolsos federais à obra, haja vista a aprovação formal pela ANTT dos projetos da ferrovia em 3 de julho de 2021? O TCU recebeu esses documentos? Há alguma decisão acerca da conformidade dos projetos aprovados pela ANTT? Ainda que não haja deliberação do TCU, a unidade técnica já identificou eventuais não conformidades nos projetos aprovados pela agência reguladora?

Eram os questionamentos que eu gostaria de fazer ao Dr. Maurício Wanderley.

O SR. MAURÍCIO FERREIRA WANDERLEY - Pois não, Deputado.

Seguirei a ordem das suas questões. Se eu perdi alguma, o senhor, por favor, me desculpe, no final eu complementarei o que se tornar necessário.

O levantamento do acórdão que o senhor mencionou foi um levantamento que nós fizemos com o uso de geotecnologia. Obtivemos uma série de imagens de alta resolução de todo o traçado da ferrovia e fizemos uma análise quanto à construção, o que estava efetivamente construído ou não, e algumas informações que seriam possíveis àquela época identificar em termos de qualidade de trabalho.

Essas são as não conformidades mencionadas pelo levantamento que nós fizemos e que culminou nesse acórdão que o senhor citou.

Esse trabalho não foi em frente porque ao Tribunal não cabe analisar em campo a qualidade da instalação de uma concessão privada. Na verdade, como já foi dito pelo Ismael durante a fala dele, esse contrato é um pouco diferente, porque tem a sua parcela privada. Então, cabe, sim, à ANTT essa fiscalização, e ela está fazendo essa fiscalização.

Quanto à qualidade, é o que nós sabemos. Mas não fizemos nenhum acompanhamento posterior a esse levantamento no qual detectamos não conformidades, comparando-se o que se via nas imagens com os projetos — nós tivemos também acesso aos projetos válidos à época.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agora os projetos novos chegaram e estão no rol de coisas que devemos analisar. Mas a profundidade dessa análise também vai depender da decisão do Ministério com relação à caducidade, já que, no nosso entendimento, tratar disso agora não resolve absolutamente nada em termos da cautelar, porque, retomando um pouco as informações do Ismael, o Acórdão nº 67, de 2017, falava em execução, elaboração, apresentação e aprovação de projetos de orçamento, mas o Acórdão nº 2.532, de novembro de 2017, mudou um pouco essa interpretação. Inclusive, isso foi confirmado pelo Ministro no fim do ano. O que segura a cautelar hoje em dia, o que mantém a cautelar vigente não é mais a análise dos projetos, mas, sim, a decisão de mérito no processo. Esse final da redação da cautelar foi alterado no Acórdão nº 2.532. Então, hoje o que está segurando a vigência da cautelar é a análise quanto ao mérito do processo.

Assim entramos nas explicações que foram dadas anteriormente.

Nessa decisão de mérito é que vai haver a decisão quanto à validade do contrato. Antes dessa decisão de mérito, não podemos falar nada a respeito do que pode ser ou não pode ser decisão do Plenário da Casa.

O senhor falou também dos fundamentos. Como eu falei, o fundamento da cautelar não está mais ligado a recebimento, análise e aprovação desses projetos de orçamento pela ANTT, como constava na primeira versão do Acórdão nº 67. Agora é decisão de mérito. Então, enquanto não sair a decisão de mérito, entende-se que a decisão é vigente.

Isso era o que eu tinha anotado aqui. Não sei se perdi alguma coisa. Se eu perdi, os senhores já me desculpem antecipadamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Com relação à aprovação formal pela ANTT dos projetos da ferrovia, o TCU recebeu esses documentos? Já existe alguma decisão acerca da conformidade dos projetos? Ainda que haja deliberação do TCU, a unidade técnica já identificou eventuais conformidades nos projetos aprovados pela agência reguladora?

O SR. MAURÍCIO FERREIRA WANDERLEY - Não, Excelência. A resposta é simples: nós não fizemos a análise desses projetos, também pelo mesmo motivo. Se a decisão do Ministério vier pela caducidade, essa análise perde a função. Se a decisão vier por um reescalonamento ou por uma mudança no escopo ou por uma alteração na cobertura dessa ferrovia, como se via em comentários na mídia a respeito da execução ou não do Ramal Suape, isso muda o universo que vamos analisar.

Então, a nossa ideia é realmente esperar o momento adequado, para não haver retrabalhos desnecessários para a Corte, quando estamos bem assoberbados com informações. Só o processo de prorrogação da MRS está ocupando metade da minha diretoria.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Este é um processo gigantesco. Estamos simplesmente focando no que realmente pode trazer algum resultado para a sociedade e para a aplicação do nosso tempo e do recurso público.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Agradeço a V.Sa.

Quero registrar a presença nesta reunião do nobre Relator do Orçamento de 2022, o nobre Deputado Hugo Leal.

Convido V.Exa. para, se assim desejar, tomar assento à mesa e participar da condução dos trabalhos.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Agradeço a V.Exa., Deputado Paulo Azi, mas vou fazer o acompanhamento por aqui, porque muitas dessas matérias trazidas me interessam, especialmente na primeira parte, sobre a BR-040, que é exatamente na minha região. Eu fui um dos responsáveis por algumas dessas representações com relação a essa concessão e tenho todo o interesse em fazer o acompanhamento. Por isso, estou presente aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Agradeço a V.Exa.

Pergunto ao Dr. Ismael Trinks: sobre a viabilidade futura do projeto, foram materializadas propostas contratuais do concessionário ou de novos sócios privados que tenham entrado com recursos para viabilizar a continuidade da obra?

O SR. ISMAEL TRINKS - Não que eu tenha conhecimento. Quem sempre entra com alguma manifestação é a própria Transnordestina. Não é papel da Pasta ministerial verificar se ele tem outros parceiros. Ele também não trouxe isso até nós.

Então, não é do nosso conhecimento esse fato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Haja vista os argumentos trazidos durante a audiência pública deste Comitê durante a apresentação do PLOA de 2021, no sentido de que o Ministério da Infraestrutura pretendia investir cerca de 400 milhões de reais de recursos federais na construção da ferrovia, o que, dentre outros argumentos, foi utilizado como embasamento para a exclusão desta obra do Anexo VI da LOA de 2021, denotando, portanto, a inexistência de qualquer óbice para a aplicação de recursos provenientes do orçamento federal por parte do Congresso Nacional? Pergunta-se: houve a efetiva retomada de aplicação de recursos federais na ferrovia? Em caso positivo, qual foi o montante aplicado em 2021? Por parte da concessionária, quanto foi aplicado?

O SR. ISMAEL TRINKS - Com o Acórdão nº 67 do TCU, não houve nenhum tipo de aporte, em 2021, de recurso público federal. Mas, sim, a concessionária colocou recurso privado na obra. Ela retomou a obra. Ele não ocorreu só em 2021. A concessionária colocou,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

desde 2019, recurso na obra. De agosto de 2019 até agosto de 2021, foram colocados em torno de 370 milhões de reais totalmente privados, e nem 1 real público.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - O eventual não bloqueio orçamentário na LOA de 2022 permitiria a aplicação de novos recursos públicos no empreendimento? Para que seriam utilizados? Que tipos de gastos pretende o Ministério autorizar para o projeto? Existe uma modelagem do projeto para que sejam inseridos novos gastos com obra num quadro sustentável do empreendimento?

O SR. ISMAEL TRINKS - Hoje o Ministério não aporta diretamente nenhum recurso para a obra. Os recursos são provenientes de fundos de financiamento, como eu falei — FNO, FNE, FDNE —, que estão ligados à Pasta. Mas o DNIT tinha o papel de auxiliar na desapropriação do empreendimento, dos terrenos necessários para a implantação do empreendimento. Essa desapropriação também não está ocorrendo devido ao acórdão.

Então, a Pasta não prevê colocar nenhum recurso, no momento, no empreendimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Agradeço a V.Sa.

Pergunto ao Dr. Fernando Augusto, da ANTT: a proposta de caducidade da concessão das duas malhas feitas pela ANTT ao Ministério envolve uma série de acertos de contas entre o poder concedente e a concessionária. Existe um saldo final líquido deste encontro de contas? Em sendo decretada a caducidade, a União terá a pagar ou a receber da concessionária? Para esse cálculo, como foi apurado o resultado da execução do projeto da Nova Transnordestina que nós estamos executando?

O SR. FERNANDO AUGUSTO FORMIGA - Na verdade, foi feita, sim, uma estimativa inicial. Não é um cálculo ainda de indenização; é mais um levantamento de valores para que o Ministério possa tomar a decisão.

Então, a agência fez um levantamento prévio e encaminhou essas informações ao Ministério. Posteriormente, caso venha a ser decretada a caducidade, certamente terá que ser feito um levantamento mais detido sobre o valor de indenização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Mas V.Sa. poderia informar a esta Comissão se a União terá, por exemplo, a pagar ou a receber da concessionária, pelo levantamento que foi feito?

O SR. FERNANDO AUGUSTO FORMIGA - Esse número ainda não está fechado, Deputado. Por isso, eu não posso fornecer nenhum dado. Mas isso foi encaminhado ao Ministério, que vai oportunamente apreciar esse valor, esse montante que foi levantado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Os projetos entregues pela concessionária e aprovados pela agência em 13 de setembro de 2021 contemplam todos os trechos da obra?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. FERNANDO AUGUSTO FORMIGA - Sim. Foi feita agora uma análise do pedido de alteração do projeto, de algumas variantes. A agência analisou. Se eu não me engano, foram cinco alterações, cinco variantes. A agência analisou e não viu nenhum óbice em fazer essas alterações no projeto.

Em função da alteração no projeto, foi estabelecido o valor regulatório da obra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - A agência considera que o orçamento de 8,9 bilhões de reais significa estimativa idônea no custo total de construção de toda a ferrovia original ou de apenas parte dela?

O SR. FERNANDO AUGUSTO FORMIGA - Foi feito o levantamento considerando todo o projeto da ferrovia, os 1.750 quilômetros. E a agência, ao utilizar os sistemas de análise de custo e a metodologia de aferição e modelagem da concessão, achou adequado o valor de 8,9 bilhões de reais.

Ressalto que pode ser que isso aumente um pouquinho, em função do pedido de reconsideração feito pela concessionária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Agradeço a V.Sa.

Indago se algum Parlamentar deseja fazer algum tipo de questionamento aos representantes. *(Pausa.)*

Deputado João Carlos Bacelar, V.Exa. dispõe de até 3 minutos.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Sr. Presidente Deputado Paulo Azi, Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI; Sras. e Srs. Parlamentares aqui presentes; Srs. Diretores do DNIT e da ANTT, o estranho é que, corriqueiramente, vimos à tribuna desta Comissão de Orçamento, da Câmara e do Senado, para discutir essas obras com indícios de irregularidades, e são sempre as mesmas obras. Estamos falando agora da Transnordestina — vimos aqui a posição dos técnicos — e daqui a pouco vamos falar da BR-116, Lote 5, na Bahia.

O que me deixa muito desapontado é que já é a terceira vez que isso acontece aqui nesta Comissão. Eu acho que nós estamos fazendo o nosso papel parlamentar. O TCU é um órgão auxiliar da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, mas acho que o TCU está exorbitando, está passando do limite das suas competências a partir do momento em que não respeita as decisões desta Casa. Quando esta Casa decide retirar o Anexo VI, o Anexo de Metas, da obra com indícios de irregularidades, o órgão auxiliar da Comissão tem que respeitar essa decisão. Isso aconteceu no ano de 2019, aconteceu no ano de 2020 e está acontecendo agora no ano de 2021.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, Deputado Claudio Cajado — V.Exa. é Vice-Líder do Governo no Congresso e nesta Comissão —, eu peço o apoio de todos os pares para darmos uma sugestão na LDO a fim de que a decisão tomada nesta Comissão seja acatada definitivamente pelo TCU. O que está acontecendo aqui é um jogo de faz de conta. Nós fazemos de conta que retiramos; o TCU faz de conta que é retirado; no ano seguinte, ela bota novamente.

Faço uma sugestão a V.Exa., Deputado Paulo Azi: sugiro trazer aqui o Sr. Vladimir, técnico do TCU, para uma audiência pública presencial, junto com o Diretor-Geral do DNIT, o General Santos Filho; junto com o Presidente da VALEC, o Dr. André Kuhn; junto com os Superintendentes envolvidos — no caso aqui, temos o Dr. Amauri, Superintendente na Bahia —, para dirimirmos todas as dúvidas. Aqui temos o relatório de 2019, temos o relatório de 2020, e sempre, corriqueiramente, esse assunto volta a esta Comissão. Isso já é um processo de perseguição. Eu acho que o Dr. Vladimir precisa vir aqui dizer o porquê. Passou por aqui, em 2019, o Dr. André Kuhn, Presidente hoje da VALEC e antigo Diretor Executivo do DNIT, fazendo a sua defesa; passou por aqui Dr. Tarcísio, quando foi Diretor Executivo do DNIT, hoje Ministro da Infraestrutura do País; passou por aqui o General hoje atual Diretor-Geral do DNIT; passou por aqui o Diretor Executivo; passou por aqui o Diretor de Infraestrutura Rodoviária; passou por aqui o Superintendente. E nada disso prevalece para o TCU. Então, eu acho que o TCU quer ser o órgão executor. Nós não podemos admitir isso, não podemos admitir esse desrespeito ao que está sendo feito na Comissão de Orçamento. Eu estava vendo o escore da última votação, em 2020 — foi por unanimidade.

Fica registrado aqui — está nos Anais desta Casa — que o TCU está desrespeitando esta Casa.

Quando esta Comissão foi formada, eu comentei com a Presidente, a Senadora Rose de Freitas, que deveríamos ir até a Ministra Ana Arraes, a Presidente do TCU, antecipar essa situação, não só da Transnordestina, como também da BR-116, Lote 5, na Bahia. O tempo passou, houve o problema da pandemia, não estava ocorrendo reunião presencial, tivemos esses desencontros todos em virtude da COVID, e não foi possível fazermos essa visita de cortesia e de alerta. Mas, já que mais uma vez o TCU desrespeita a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, eu quero pedir encarecidamente a V.Exa. que, na próxima sessão, traga os técnicos do TCU e os técnicos do DNIT e da VALEC para fazermos aqui uma exposição de motivos e vermos quem está certo e quem está errado. Na minha concepção como engenheiro, na minha concepção como Deputado Federal da Bahia pelo quarto mandato consecutivo, o TCU está passando dos limites constitucionais, passando dos limites desta Casa ao desrespeitar uma decisão do nosso colegiado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

São essas as minhas considerações. Não é possível que o TCU queira desconstruir o RDC. Eu acho que o TCU quer voltar para o tempo de antigamente, o tempo dos problemas antigos, até porque, no RDC, quem dá a decisão de engenharia é a empresa vencedora, com anuência do órgão contratante. No caso específico da BR-116, Lote 5, que vai ser o próximo item da pauta, há um exagero de grande teor. No caso específico da VALEC, como V.Sa. disse aqui, Dr. Ismael, foram aplicados recursos de fundos e do acionista, ou seja, não foi aplicado dinheiro do Orçamento Geral da União.

Nós estamos acompanhando isso, não na Bahia, mas nos Estados nordestinos. A Transnordestina também está passando pela mesma perseguição que a BR-116, na Bahia, tem passado. As pessoas vêm num dos corredores rodoviários mais importantes do País, duplicado de Feira de Santana até a divisa entre o Estado da Bahia e o de Pernambuco, por 50 a 60 quilômetros, e depois entram numa via sem duplicação, sobre a qual se discute se a geografia é plana ou ondulada. Isso não teve impacto na licitação, não houve questionamento no processo licitatório e, mesmo assim, o TCU continua apontando indícios de irregularidade.

Então, quero sugerir que se traga aqui o Sr. Vladimir, que corriqueiramente coloca... Eu acho que ele tem uma perseguição com o Estado da Bahia, Deputado Cajado, Deputado Arnaldo. E nós não vamos admitir perseguição à Bahia, ao Nordeste, ao Brasil, a canto nenhum. Que ele respeite esta Casa! Que ele respeite a democracia! Que ele respeite a Constituição! Se um dia ele quiser ter voto, que se candidate lá no Estado dele, se eleja Deputado Federal ou Senador e venha defender as teses dele aqui nesta Casa! Impor algo e desrespeitar esta Comissão? Nunca, Sr. Presidente!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Deputado João Carlos Bacelar, o objetivo desta audiência pública é exatamente ouvir os representantes dos órgãos ministeriais e do TCU, para que esta Comissão, num primeiro momento, possa buscar o entendimento e, num segundo momento, possa formar o seu juízo de valor.

Este Parlamentar entende que muitas das considerações feitas por V.Exa. assistem razão. Eu, pessoalmente, entendo que o TCU deve agir principalmente de forma preventiva e colaborativa. Não tem sentido, ano após ano, mesmo em alguns casos com os devidos esclarecimentos sendo prestados, quando esclarecidas todas as dúvidas com relação a qualquer irregularidade, que o TCU se coloque numa posição de impedimento do atendimento final ao beneficiário.

Deputado Claudio Cajado, V.Exa. deseja falar? *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Presidente, quero apenas complementar rapidamente. O que aconteceu no caso da Bahia? Existia uma judicialização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Esse será o próximo item da pauta, Deputado.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - O processo foi parar na Justiça, o que vai acontecer também com a Transnordestina. Isso vai acabar sendo judicializado, porque não vai se admitir que uma obra dessa magnitude, uma obra ferroviária tão importante para destravar o corredor logístico e o modal de transporte brasileiro seja interrompida todo ano por causa do TCU.

Isso vai acabar sendo judicializado, e vai acabar sendo prejudicada a economia brasileira, a economia nordestina, a economia baiana. O caso específico da BR-116 já está judicializado, mas a juíza não despacha o processo, porque teme essa guerra que está acontecendo aqui dentro. O TCU é o culpado. Com isso, várias vidas estão sendo ceifadas.

V.Exa., que é do Município de Alagoinhas, Município circunvizinho à BR-116, sabe exatamente o que é isso. V.Exa., votado na Região Nordeste, no Estado da Bahia, sabe quantas vidas foram ceifadas, perdidas, porque técnicos como o Sr. Vladimir desrespeitam a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Sr. Presidente, quero apenas pontuar que, nessa questão, todos têm razão e ninguém tem razão. Como é possível isso? É tese interpretativa de questões técnicas.

Eu não posso aceitar passivamente que os engenheiros do DNIT, os técnicos que apõem suas assinaturas nessas obras que estão *sub judice*, como acabou de relatar o Deputado João, muitas delas embargadas, possam estar cometendo crime, principalmente servidor público do DNIT, do Ministério da Infraestrutura, que tem técnicos de excelência. Aqui nós temos um deles, o Superintendente da Bahia, o Dr. Amauri. Governo após governo, o Dr. Amauri está lá. E nunca houve indícios de irregularidades por má-fé, por malversação.

Então, nós temos que considerar o princípio da veracidade, da idoneidade do servidor público. E, se o DNIT interpreta de uma forma e o TCU, de outra forma — foi por isso que eu pedi a palavra, Presidente —, nós temos que dirimir essa questão ou na LDO ou no relatório preliminar do Orçamento da União. Tem que haver especificamente um regramento a respeito de como deliberar sobre essa questão, porque o RDC, que é o Regime Diferenciado de Contratações, é um avanço na gestão pública.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Se há problemas técnicos a serem enfrentados, se estão levantando dúvidas, o.k. Mas, em relação à pauta de que vamos tratar agora, da BR-116, é gravíssimo o que vai ocorrer, o que está acontecendo, porque a duplicação é fundamental, é necessária. É uma rodovia fundamental para o tráfego de veículos pesados, de carros de passeio, de ônibus coletivo, de transporte de cargas. Nós não podemos ver essa obra parada — quando a recomecem, param-na —, causando inúmeros problemas.

Então, do ponto de vista técnico, todos têm razão, e, ao mesmo tempo, ninguém tem razão. Nós temos que dirimir isso. Vai a sugestão, Presidente, para que V.Exa., como Coordenador do Comitê que avalia obras irregulares, promova um estudo através dos técnicos da Comissão de Orçamento e faça um indicativo para que o Relator-Geral do Orçamento do exercício de 2022, o Deputado Hugo Leal, possa adotar um regramento para dirimir questões como essa.

De fato, se nós colocamos como obra passível de alocação de recursos e o TCU susta, fica um jogo que envolve o Poder Legislativo, que é o Congresso Nacional — esta é uma Comissão Mista com Senadores e Deputados —, o órgão de fiscalização e, na ponta, as empresas, que não têm a segurança jurídica de poderem atuar na execução dos serviços contratados.

Portanto, vamos aproveitar essa polêmica, Presidente. Se V.Exa. achar conveniente acatar uma audiência pública para dirimir essas questões, peço que o faça. Mas é importante que nós demandemos dos técnicos da Comissão que apresentem uma solução a esse problema que já perpassa mais de 3 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - É importante, Deputado Cajado, que fique muito claro que nenhum de nós aqui está defendendo a continuidade de obra que tenha indício de irregularidade. O que nós queremos é buscar a solução para que os recursos públicos que já foram aplicados não sejam simplesmente perdidos.

Eu acho que esta Casa pode construir exatamente esse entendimento. Tenho certeza de que a sugestão de V.Exa. será acatada por esta coordenação, para que nós possamos, junto ao Relator-Geral, efetivamente, buscar uma solução para avançarmos.

Eu quero agradecer a presença do Dr. Ismael, do Dr. Fernando Augusto, do Dr. Maurício.

Vou dar início ao debate com relação à segunda obra objeto desta audiência, a duplicação da BR- 116, da divisa de Pernambuco com a Bahia a Feira de Santana.

Solicito que os participantes representantes do DNIT e do Ministério dos Transportes se apresentem. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero iniciar passando a palavra ao representante do TCU, a quem peço que se identifique para participar deste debate de forma virtual.

O SR. LUIZ FERNANDO URURAHY DE SOUZA - Sou o Luiz Fernando, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil do TCU.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Agradeço a V.Sa. e, de pronto, passo-lhe a palavra, para que possa fazer as suas considerações no tempo de até 10 minutos.

O SR. LUIZ FERNANDO URURAHY DE SOUZA - Deputado Paulo Azi, cumprimento V.Exa. e os demais Parlamentares, os componentes da Mesa e todos aqueles que assistem à audiência pelo Youtube.

Como V.Exa. havia pedido, eu pretendo ser bastante breve em relação a essa obra, uma vez que o caso já é do conhecimento da Comissão há alguns anos.

Houve uma fiscalização do Tribunal, em 2018, que apontou algumas irregularidades ligadas ao projeto executivo nas disciplinas de geometria, pavimentação, obras complementares e passarelas. Essas irregularidades foram inicialmente classificadas como graves, com indicativo de paralisação. Houve também, por parte do Relator, uma medida cautelar interrompendo as obras até que os pontos fossem esclarecidos.

Após algum tempo, até pelo fato de a obra ter entrado no quadro de bloqueio da LOA de 2019, o Relator suspendeu a medida cautelar de paralisação da obra. Posteriormente, a Comissão Mista de Orçamentos entendeu que essa obra deveria ser retirada do quadro de bloqueio. Ainda em 2019, ela deixou de fazer parte do quadro de bloqueio e, nos anos seguintes, isso ocorreu novamente. Hoje, ela não pertence ao quadro de bloqueio.

Como a fiscalização do Tribunal de Contas apontou essas irregularidades e também falou sobre as medidas saneadoras capazes de alterar a classificação, conforme previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e essas medidas saneadoras, até o momento, não foram cumpridas pelo DNIT, órgão executor da obra, o Tribunal, todo ano, mantém a obra com o indicativo de irregularidade grave que paralisa a execução. Porém, como eu já coloquei, a Comissão entendeu, desde 2019, que não seria o caso de manter essa classificação. Então, essa obra hoje não está no quadro de bloqueio. O Tribunal, todo ano, informa à Comissão que, do ponto de vista do Tribunal e conforme a auditoria que foi feita obedecendo a critérios, baseada em evidências, houve esse apontamento de irregularidade grave com paralisação, e as medidas saneadoras, até o momento, não foram apresentadas. Mas eu volto a dizer: a prerrogativa de considerar essa obra no quadro de bloqueio é da Comissão. E a Comissão, desde 2019, entendeu que não seria esse o caso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A última informação prestada pelo DNIT ao Tribunal, que é recente, não foi suficiente para que o Tribunal considerasse que as medidas saneadoras foram adotadas. Porém, em relação a essa última informação, ainda não houve deliberação do Plenário do Tribunal sobre o assunto.

Eu acho que essas são as informações mais importantes relacionadas à obra que eu queria colocar inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Agradeço a V.Sa.

Passo a palavra ao representante do DNIT, o Sr. Alisson Jobim Pereira Nascimento, para fazer suas considerações.

V.Sa. dispõe de até 10 minutos.

O SR. ALISSON JOBIM PEREIRA NASCIMENTO - Boa tarde a todos. Obrigado, Deputado Paulo Azi.

Nós preparamos uma pequena apresentação só para esclarecer um pouco mais a questão, dentro desses 10 minutos que nos foram passados.

(Segue-se exibição de imagens.)

Basicamente, nós vamos falar da BR-235 e de parte da BR-116. Nós vamos tratar mais de parte da BR-116, onde foram identificados pelo TCU indícios de irregularidades. Vamos falar sobre as providências tomadas com o objetivo de sanar as irregularidades apontadas.

Nós vamos falar basicamente da importância da BR-116, que é incontestável. Ela é um eixo comercial muito importante, próxima à cidade de Feira de Santana, a segunda maior do Estado. Então, em relação à importância da obra, acho que nem precisamos comentar mais.

Hoje, esse empreendimento é dividido basicamente em seis lotes. Os quatro lotes iniciais estão na fase de adequação. Temos ainda os Lotes 5 e 6. O Lote 6 está bem adiantado. Dos 40 quilômetros contratados, nós já temos 30 quilômetros executados. Mas, no Lote 5, nós estamos com esse impasse. Atualmente, ele está na fase de rescisão com a empresa. Vamos explicar um pouco melhor isso.

O Lote 5, hoje, está basicamente 15% executado. Nós tínhamos 14 quilômetros de terraplanagem executados quando a obra foi paralisada. Surgiu o pedido de suspensão da execução do contrato, que determinou que nós fizéssemos algumas modificações no projeto em si e também que fosse apresentado o orçamento naquele período.

Isso foi colocado também no Anexo VI em 2019. Tomamos as providências iniciais. Primeiro, nós não poderíamos proteger aquele serviço que já estava sendo feito, porque não tínhamos como empenhá-lo. Então, esse foi o ponto inicial. Nós explicamos isso ao TCU





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

naquele momento. Eles entenderam e realmente pediram para retirar essa cautelar. Foi retirada essa cautelar em relação a isso em 2019.

Também solicitamos à CMO que tirasse o empreendimento do Anexo VI, porque nós realmente precisávamos empenhá-lo. Isso foi feito. Nós conseguimos proteger, de alguma forma, os serviços que já estavam executados.

De lá para cá, algumas providências foram tomadas. Em 2019, foi editado um decreto legislativo para excluir o empreendimento do Anexo VI. Isso foi realizado. Para atendimento ao TCU, nós solicitamos à empresa a mudança do projeto, a apresentação do orçamento, e a empresa se recusou tanto a fazer essas modificações por completo, como nós tínhamos solicitado, como também a fazer a apresentação do orçamento. Então, como medida, nós abrimos um Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade — PAAR, justamente para averiguar essa não apresentação desses pontos colocados pelo TCU.

A empresa já ingressou na Justiça pleiteando a rescisão do contrato e também indenização por conta da paralisação da obra. Então, essa questão da rescisão está na Justiça. A Superintendência do DNIT já está em tratativas com relação à rescisão do mencionado instrumento, mas precisa, com isso, da decisão final por parte da Justiça. Então, é o que nós estamos aguardando.

Após a resolução desse problema da rescisão com a Justiça, nós já estamos pensando em convocar a segunda colocada para dar andamento às obras. Já foi feita uma conversa inicial com a segunda colocada para avaliar se a documentação está toda coerente e também se eles poderiam assumir o projeto, conforme o TCU tinha indicado inicialmente, se eles concordam com isso em relação a esse ponto. A intenção é justamente resolver esse problema da rescisão para que possamos chamar a segunda colocada e assim continuar a obra com a segunda colocada ou com a terceira, com a que puder seguir em frente.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Agradeço a V.Sa., Dr. Alisson.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas para esclarecer um pouco mais esta reunião.

V.Sa. informa que o contrato com a empresa responsável por esse trecho está judicializado, com pedido de rescisão unilateral. Inclusive, na audiência que ocorreu aqui em março, existia uma previsão de que essa demanda fosse rapidamente resolvida no âmbito judicial, mas, pelo que parece, ainda carece de uma decisão judicial.

Pelo que V.Sa. também informou, a primeira opção do DNIT, uma vez rescindido o contrato, é convocar a segunda colocada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A maioria dos questionamentos e dos levantamentos de impropriedades levantadas pelo TCU se refere possivelmente ao projeto que foi apresentado e aprovado pela empresa vencedora da licitação. Eu pergunto a V.Sa.: o projeto dessa empresa, a segunda colocada, vem no mesmo sentido do da empresa vencedora ou o projeto dessa empresa contempla já pontos que estão em acordo com aquilo que foi mencionado pelos órgãos do Tribunal de Contas da União?

O SR. ALISSON JOBIM PEREIRA NASCIMENTO - Eu vou passar a palavra para o Amauri, porque ele está tratando com a segunda colocada e está avaliando essa questão do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Pois não.

Dr. Amauri, V.Sa. tem a palavra.

O SR. AMAURI SOUZA LIMA - Boa tarde a todos.

Deputado Paulo Azi, com relação a essas informações, nós inclusive já fizemos a convocação da segunda colocada, analisamos a documentação do consórcio segundo colocado. Aceitaram a nossa convocação, aceitam o projeto da forma como está.

Com relação ao projeto em si, apenas uma alteração deve ser feita. O relevo da região é ondulado. Nós admitimos ao Tribunal de Contas que houve um lapso por parte do DNIT com relação à elaboração do projeto, que não o considerou ondulado. Essa é a única alteração que vai ser feita no projeto em relação à convocação do consórcio segundo colocado.

Eu adianto também que três outros itens foram colocados pelo Tribunal de Contas. Ele exige que se utilize brita graduada, o que é discutível, mas a segunda colocada apresentou brita graduada. Ele questionou também o New Jersey, que é o separador de pista de concreto, e a segunda colocada também tem New Jersey na proposta dela. Então, não há necessidade de se fazer qualquer alteração.

A terceira coisa que foi colocada tem relação com as passarelas. A primeira colocada — a RAP, com quem estamos fazendo a rescisão de contrato —, quando foi locar as passarelas nas travessias urbanas, identificou que teria que fazer algumas desapropriações, em função do tempo de projeto e da licitação, por isso resolveu fazer apenas sobre a pista duplicada, e não sobre as laterais. O Tribunal de Contas questionou. E, por sinal, a segunda colocada, que nós convocamos, atende 100%, fazendo as passarelas sobre a duplicação e sobre as ruas laterais. O consórcio que foi o segundo colocado aceitou 100% do projeto, fazendo apenas alteração de relevo nos segmentos onde ainda não foram executadas as obras.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Pelo que eu entendi, então, Dr. Amauri, a grande maioria dos itens que foram levantados pelo TCU será contemplada caso a obra seja executada pela segunda colocada.

Com relação a esse relevo ondulado que V.Sa. cita, quanto por cento da obra já foi executada com essa diferença de nível? E essa projeção coloca em risco aqueles que porventura vão trafegar pela rodovia?

O SR. AMAURI SOUZA LIMA - Olha, eu sou técnico. Tenho 40 anos de DNIT. Eu diria que há 100% de risco zero — risco zero! Mas, tecnicamente, o Tribunal de Contas analisou as instruções, e as instruções pedem que as pistas sejam iguais, por isso dois aterros foram executados nos 16 quilômetros de terraplenagem, nos 14 quilômetros que já estão concluídos e foram imprimados, totalmente desgastados em função da paralisação. Quem transita ali vai ver que não há problema nenhum. O usuário não vai identificar problema nenhum. Mas nós vamos fazer essas modificações. São apenas dois aterros, o que é insignificante diante da grandiosidade da obra.

O senhor perguntou qual seria a percentagem. Foram executados aproximadamente 15% da obra, em termos de valor, não de extensão. O restante, em função até da determinação do Tribunal de Contas de paralisação em 2019, é o que vai ser executado com as alterações de projeto. Vamos alterá-lo totalmente, atendendo ao Tribunal de Contas. Nós admitimos que alguns cortes e aterros podem, sim, ser alterados, por isso vamos atender ao Tribunal de Contas em 100% com a convocação da segunda colocada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Pelo que entendi, o nobre representante do TCU disse que essas informações complementares foram encaminhadas ao TCU, mas eles ainda não se consideram contemplados na totalidade. É isso?

O SR. AMAURI SOUZA LIMA - É, mas, veja bem, a obra está paralisada, está judicializada. Nós estamos de mãos atadas enquanto a Justiça não nos autorizar a rescindir o contrato com a primeira colocada e fazer a tramitação para a segunda colocada, que vai atender 100% ao TCU. Acho que é uma precipitação imensa do TCU trazer isso aqui para o Anexo VI, impedindo-nos, mais uma vez, de ter orçamento para conseguir trazer a segunda colocada e atender em 100% as exigências deles.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Eu agradeço a V.Sa., Dr. Amauri. Todos nós conhecemos a maneira séria e correta com que V.Sa. conduz o departamento na Bahia. Todos nós sabemos da importância dessa duplicação para o nosso Estado — o Deputado João Carlos Bacelar e o Deputado Claudio Cajado já tiveram a oportunidade de se referir a isso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Parece-me, Srs. Parlamentares, que nós estamos, neste caso específico, muito perto de chegar a um consenso. Eu queria até, antes de abrir o debate, saber se o nobre representante do TCU deseja fazer alguma consideração adicional sobre o que foi dito aqui pelo DNIT, ou se, de pronto, já posso abrir o debate para os Parlamentares inscritos.

Dr. Luiz Fernando, V.Sa. gostaria de dar alguma informação adicional neste momento?

O SR. LUIZ FERNANDO URURAHY DE SOUZA - Sim, Deputado.

Acho que as informações trazidas tanto pelo Alisson quanto pelo Superintendente Amauri são novas informações sobre o processo. No entanto — até respondendo ao Superintendente Amauri —, as informações que nós temos até o momento, obtidas com o DNIT, dizem respeito ao contrato vigente. E, em relação a este contrato, como o Alisson comentou, a empresa hoje contratada se recusou a fazer as alterações demandadas. Nosso posicionamento tem que se basear no contrato vigente, e, como as medidas saneadoras não foram adotadas, permanece o indicativo de IGP, com base na LDO.

Agora, sendo o contrato rescindido, se o segundo colocado continuar a obra fazendo essas alterações de projeto, isso tudo informado ao Tribunal — é claro que esse processo vai demandar alguma análise —, o tribunal vai se manifestar sobre a permanência ou não dos problemas. Então, essa indicação, que hoje permanece, diz respeito ao contrato que ainda está vigente. O tribunal não tem como falar sobre o que ainda vem por aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Perfeito.

Eu quero iniciar o nosso debate, passando às considerações dos nobres Parlamentares.

Tem a palavra o Deputado João Carlos Bacelar.

V.Exa. dispõe de até 3 minutos.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Sr. Presidente, caras senhoras e senhores presentes nesta sessão, eu queria deixar registrado para o Sr. Luiz Fernando, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura do TCU, que a obra está paralisada em razão de uma ação judicial. Se há uma ação judicial, o órgão não pode tomar nenhuma atitude, nem a segunda colocada pode adotar nenhuma ação para mitigar o problema, porque está tudo paralisado por causa desse imbróglio todo em que se envolveu o lote 5 da BR-116.

Acho que a primeira coisa que tem que ser feita é uma força-tarefa para tirar a judicialização. O juiz precisa julgar, ver se aceita a rescisão ou se não aceita a rescisão. Do contrário, a obra vai ficar paralisada. Não há o que o segundo colocado ou o órgão fazer perante uma decisão judicial. Ela não decidiu, está tudo paralisado. Essa é minha primeira consideração.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mas eu queria também deixar bem claro o custo dessa inclusão no Anexo VI da Lei nº 13.808, de 2019. Deputado Paulo Azi, V.Exa. também é engenheiro civil e sabe muito bem que esse custo é muito grande, não só o custo econômico e o custo das vidas ceifadas ao longo dessa rodovia paralisada, mas também o custo financeiro da obra. Este memorial fotográfico mostra exatamente o que eu referi aqui 1 ano atrás, 2020, sobre o que iria acontecer. Foi feita a imprimação — a imprimação estava lá, a céu aberto, não protegida —, e hoje a situação é de completo abandono, já com voçoroca, já com degradação em virtude das chuvas que caem. Este ano, o índice pluviométrico na Região Nordeste, em especial no Estado da Bahia, graças a Deus, foi muito grande, e continua sendo. Isso tudo gera prejuízo para a obra: prejuízo para a base, prejuízo para a terraplanagem feita... Eu queria saber quem vai pagar esse prejuízo. Essa é a primeira pergunta.

Segunda pergunta: qual é o custo de uma mobilização ou desmobilização? Quem vai pagar esse prejuízo? Eu queria que o Dr. Amauri respondesse isso, para que fique bem claro nos Anais desta Casa. Quem vai pagar esse custo é a sociedade brasileira, já vou antecipando. Quanto custa mobilizar e desmobilizar uma obra dessa, com os diversos equipamentos que estavam lá? Passamos nessa rodovia quase que semanalmente. Acompanhamos com olho clínico todo o desenvolvimento da obra. Qual vai ser o acréscimo de preço na contratação do segundo colocado? No mínimo, 50% do preço do primeiro colocado.

Deputado Claudio Cajado, membro assíduo desta Comissão, esse tipo de coisa precisa ser feito com muita atenção. Os técnicos do TCU precisam ter muita acuidade na hora de fazer uma indicação dessa. Eu me recordo de que, em 2019, estava eu sentado a essa mesa, na posição de V.Exa. hoje, e o Deputado Covatti Filho, que foi Secretário de Estado do Rio Grande do Sul e hoje voltou à Casa, sofreu a pressão feita pelo Sr. Vladimir, que eu queria que viesse aqui, para eu poder dizer isso olhando no olho. Eu peço que essa consideração seja acatada nesta Casa e ele venha presencialmente aqui.

O Sr. Vladimir, do TCU, induziu o Deputado Covatti Filho ao erro, inclusive intimidando alguns Parlamentares. Isso foi dito pelo Deputado Covatti Filho. Na época, eu contra-arguntei, dizendo que ia ser um escândalo na Bahia paralisar uma obra daquela, que ia ser um prejuízo econômico gigantesco para o Estado da Bahia, no corredor de tráfego. E o pai de V.Exa., o Deputado Jairo Azi, grande Deputado aqui nesta Casa, lutou com muito afinco com o meu tio, o ex-Senador Ruy Bacelar, para a implantação dessa rodovia, desde Alagoinhas, Feira de Santana até chegar à Ponte do Ibó, na divisa da Bahia com Pernambuco. Então, V.Exa. sabe quanto representa a duplicação nesse corredor de tráfego. E aí um técnico paralisa uma obra dessa, intimida esta Comissão. Isso não foi feito em 2019. Eu estava aqui e tive um





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

debate acalorado com o Deputado Covatti Filho, que me chamou depois ali na sala e me disse: *"Quer assumir o meu lugar, Deputado Bacelar?"* Eu perguntei por que, e ele me disse que o Sr. Vladimir estava dizendo que poderia apontar o CPF dos Deputados Federais que insistissem em tirar essa e outras obras do indício de irregularidade. Colocou prontamente todas as obras que havia com indício de irregularidade para a paralisação e conseguiu paralisá-las. Ou seja, olhem o prejuízo que isso foi para a Nação brasileira.

Então, isso tem que ser dito, tem que estar registrado nos Anais desta Casa. Quero aqui chamar o Deputado Covatti Filho, que retornou já a esta Casa como Parlamentar, para que dê o testemunho dele como ex-Coordenador desta Comissão tão importante, a fim de que diga aqui o que se passou no ano de 2019, quando a obra foi pela primeira vez paralisada. Em 2020, ela foi paralisada novamente, retiramos e, em 2021, novamente.

Isso é uma perseguição ao Estado da Bahia. Aqui vieram grandes técnicos, como disse o Deputado Claudio Cajado: o Dr. André Kuhn; o Dr. Euclides, hoje Diretor-Executivo — o Dr. André era Diretor-Executivo e hoje é Presidente da Valec —; o Dr. Lucas, Diretor em estrutura rodoviária; o Dr. Tarcísio, que defendeu arduamente o RDCI e é hoje contestado pelo TCU; o Dr. Amauri, que é o melhor Superintendente do Brasil e está hoje aqui falando pelo DNIT; o Sr. Alisson, que aqui falou também, como Coordenador-Geral de construção, ligado ao Dr. Lucas na Diretoria de construção rodoviária.

Será que esses técnicos todos estão equivocados? Será que esses técnicos todos estão querendo induzir o TCU a um erro? Será que há algum irresponsável aqui a esse ponto, Deputado Paulo Azi? Não, não admito. Não tem. O Dr. Tarcísio, quem criou o RDCI, é hoje Ministro da Infraestrutura do Brasil, um dos melhores da história deste País.

O TCU hoje está desrespeitando esta Casa, está tentando desmoralizar a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional. Não vamos permitir isso. Eu queria muito que V.Exa. trouxesse aqui todos esses técnicos. Acho que o Dr. Vladimir deveria ter feito uma explanação, não só o Sr. Luiz Fernando, mas ele, quem assinou uma vez, duas vezes e a terceira vez agora. Deveríamos trazê-lo aqui junto com os diretores do DNIT, com o Dr. Amauri, para podermos saber quem está certo ou quem está errado. Acatando a sugestão do Deputado Claudio Cajado, vem o dispositivo aqui, para que nós possamos incluir na LDO, para que a decisão tomada nesta Comissão seja prontamente acatada e não mais retornemos, no ano de 2022, a esse debate pela quarta vez.

Essas são as minhas considerações.

Muito obrigado, Deputado Paulo Azi. Parabéns pela explanação!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Agradeço a V.Exa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Concedo a palavra ao nobre Deputado Claudio Cajado, que sei que falará muito mais como baiano que é do que como Vice-Líder do Governo nesta Comissão.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - É claro. Além de Vice-Líder do Governo e Líder na Comissão de Orçamento, eu falo também pelo Governo. Obviamente há no Ministério da Infraestrutura e no DNIT órgãos do Governo Federal que nós temos que não apenas fazer a defesa do ponto de vista do Governo, mas também pela idoneidade, como disse anteriormente, dos seus técnicos.

Nobre Coordenador, Deputado Paulo Azi, os que estão aqui presencialmente e os que participam de forma virtual, eu não vou entrar no mérito de quem está certo, mas, quanto à questão que vem à tela para o debate, eu vou citar aqui três exemplos. Por isso, é necessário fazermos uma audiência pública, uma ampla discussão e encontrarmos o caminho da solução.

Por exemplo, essas obras são de RDC, como eles dizem RDC integrado. O que significa isso? Eles apresentam o anteprojeto, a empresa elabora, e o DNIT acata, correto?

Bom, no caso, a base para o projeto que o DNIT aceitou é de solo estabilizado. Eu não sou engenheiro, não sou técnico de engenharia nem de construção, não sei nem o que é tecnicamente falando solo estabilizado. Porém, o TCU entendeu que seria correta, a técnica que eles sugerem, a brita graduada.

Vamos lá. Nós não somos técnicos, Deputado Paulo Azi. V.Exa. é engenheiro e eu sou advogado. Se o DNIT aceita o solo estabilizado, por que o TCU vem e diz que tem que usar brita graduada? Essa é a questão para mim que tem que ser debatida. Quem está com a razão? Por que o DNIT acha que deve ser dessa forma e o TCU diz que tem que ser de outra? Isso estava na lei? Estava no edital? Nós precisamos clarear isso, para que o comitê dê o indicativo à LDO e ao orçamento preliminar na figura do Relator de como se proceder nesses casos.

Vou dar um segundo exemplo. O anteprojeto prevê a execução de New Jersey, que, para mim, é um Estado dos Estados Unidos.

O SR. AMAURI SOUZA LIMA - O projeto previa solo estabilizado e/ou brita graduada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Ah! É e/ou.

O SR. AMAURI SOUZA LIMA - O projeto previa, quando nós licitamos, um e/ou outro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Só para esclarecer, Dr. Amauri, esse processo licitatório foi previamente apresentado e aprovado pelo TCU ou não careceu de avaliação?

O SR. AMAURI SOUZA LIMA - Nós fizemos audiência pública na época e não é normal nós apresentarmos o projeto antecipadamente ao TCU. Ele faz uma auditoria posterior.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Dr. Amauri, V.Exa. me concede um aparte, por gentileza, só para enriquecer?

O SR. AMAURI SOUZA LIMA - Pois não.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Além desse questionamento que o TCU apontou aqui, de que não houve no processo licitatório nenhuma empresa questionando — isso foi dito pelos Diretores do DNIT —, se houvesse alguma empresa na licitação que questionasse se era projeto com geometria ondulada ou plana ou se era base estabilizada de brita graduada...

O SR. AMAURI SOUZA LIMA - O solo.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - O solo. Se tivessem contestado o preço da vencedora, haveria pelo menos um questionamento, mas nem isso houve. Esse é o primeiro ponto.

Segundo, hoje na contratação das obras federais do DNIT e outras mais, o Governo tem sido muito rigoroso perante o seguro, inclusive até questionável, porque está não só tirando o fôlego das empresas. Digo isso porque estou vendo aí: lote 3, 4, 5 da BR-116, e as empresas não querem mais renovar o contrato, em virtude do seguro. Isso eu vi já de três, e o Dr. Amauri pode reafirmar ou comentar aqui posteriormente.

As empresas, Deputado Paulo Azi, não querem mais renovar os contratos. Como não há empenho para a execução do contrato, toda vez que vence o contrato e tem que renová-lo, tem que haver um aporte, tem que haver um novo seguro. A taxa do seguro hoje está muito alta, o que está inviabilizando isso. Por quê? Porque foi votado aqui nesta Casa um reforço de seguro para esse tipo de obra. Então, além disso que está acontecendo, faz com que o órgão fiscalizador tenha segurança *"Olha, se a empresa não executar, porque ela não está botando brita graduada, e sim solo estabilizado e, mais na frente, estourar o pavimento, eu tenho como acionar o seguro. Existe o período de garantia da obra."* Portanto, o seguro é mais do que reforçado, como é na América, como é nos países desenvolvidos e como está sendo feito hoje aqui no Brasil.

Esse questionamento feito pelo TCU, Deputado Paulo Azi, dizendo que poderia comprometer a durabilidade da rodovia, o seu ano útil, o pavimento, se fosse o caso, cairia por terra a partir do momento em que se tem um seguro forte, garantindo a execução da obra. Então, essa tese do TCU, mais uma vez, é derrubada aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Sr. Presidente, vou dar o segundo exemplo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O anteprojeto previa a execução de barreira New Jersey como divisor das pistas nova e velha e foi aceito pelo DNIT. O TCU alterou para defesa metálica. Então, foram promovidas essas alterações. Vou dar o segundo exemplo. New Jersey, pelo que estou vendo, deve ser uma barreira que o TCU achou que deveria modificar para a defesa metálica. Ora, quem tem razão? Pergunto: isso altera o custo do projeto?

Quando nós aqui no Orçamento — aí já entro em outra discussão — elaboramos uma dotação para determinadas obras de infraestrutura, seja de manutenção, seja de construções novas, é uma briga no Orçamento, porque o dinheiro não está dando. Determinadas alterações que possam ser obviamente benéficas, não vou entrar no mérito de novo, mas que impliquem uma dotação orçamentária, vão comprometer o cronograma físico e financeiro. Esses atrasos, muitas vezes, podem comprometer não só a obra, como também os recursos que já foram alocados. Nós temos que pautar essa discussão, Deputado Paulo Azi.

Vou dar um terceiro exemplo e vou ficar apenas nesses três. As passarelas estavam diferentes das do anteprojeto porque, quando o consórcio foi locá-las na pista, havia necessidade de desapropriações. É o que eu digo em relação ao impacto orçamentário e financeiro. Portanto, o DNIT optou por fazer apenas nas pistas duplicadas e não nas laterais. O TCU não aceitou e teve que alterar o projeto.

Eu pergunto: quando o DNIT faz o projeto, que é aceito, e o TCU tem que fazer o projeto e elaborar o edital, o órgão executor, que é o DNIT, se fizer e for impedido, está perdendo a prerrogativa de fazê-lo? Eu não entendo. Eu estou aqui desenvolvendo uma lógica para que encontremos o caminho. Ora, se o projeto é competência do DNIT fazer e aceitar, ele tem que estar regular. Porém, dizer se a pista tem que ter defesa metálica, tem que ter barreira New Jersey, tem que ser solo duro, compactado, sei lá o quê ou brita... Espere aí. Essa é uma questão técnica que o órgão que desenvolve o projeto e que executa a obra tem que definir. Se está dentro de uma regra jurídica e, do ponto de vista econômico, é compatível com as suas dotações orçamentárias, o TCU entrar para alterar o projeto, eu acho, exemplificando, é a mesma coisa de nós estarmos aqui votando um projeto de lei e o TCU chegar e dizer: *"Epa, eu quero que bote uma vírgula aqui e altere esta palavra"*. Eu estou errado? Nós não podemos fazer isso.

E aqui eu repito: eu não vou entrar no mérito de quem tem razão, eu não quero dizer que o monopólio da verdade está com o TCU ou com o DNIT, eu não vou entrar nessa discussão; o que eu vou dizer, e estou debatendo, é que esse tipo de problema está sendo recorrente, e nós temos que achar o caminho da solução. E, como Deputado Federal pela Bahia, digo que não





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

podemos aceitar que obras de tamanha envergadura e importância fiquem paralisadas, comecem e parem, comecem e parem.

Quem trafega nessa pista, como eu, sabe da necessidade e da importância dela. Passa pelo Município de Tanquinho, pelo Município de Santa Bárbara e pelo Contorno de Feira de Santana, para quem vai para Coité, e liga várias regiões, de Serrinha até outros Estados, como Pernambuco. É lamentável vermos uma obra que estava a pleno vapor ter que ser paralisada por questões como essa, Sr. Presidente! Aí, demanda-se a Justiça. Aí, Deus sabe quando isso será solucionado, e quem sofre somos nós.

Eu encerro dizendo que este não é um assunto do COI, mas é um assunto que afeta os baianos e que, a partir de agora, eu vou debater. Vou pautar essa agenda.

Nós não podemos aceitar que a BR-324 continue com essa disputa judicial entre o Ministério da Infraestrutura e a VIABAHIA. Essa questão também precisa ser resolvida, porque o Ministério da Infraestrutura fica alegando que o contrato não está sendo respeitado, a concessionária fica alegando que o Ministério da Infraestrutura não está respeitando o contrato, um entra na Justiça e ganha de um lado, outro entra e derruba a decisão, outro recorre e ganha, outro recorre e perde. E a Bahia e os baianos que trafegam na BR-324, Sr. Presidente, Superintendente Amauri, são quem sofre.

Eu passo toda semana por essa BR. Por quê? Infelizmente, a única via de acesso, entrada e saída, à Capital do Estado é a BR-324.

E o Ministério da infraestrutura, talvez numa posição radical e intransigente, não aceita nenhum tipo de acordo, pactuação ou termo de ajuste de conduta com a empresa VIABAHIA, que é a concessionária, para poder resolver esse problema. Que se faça um TAC com o Ministério Público Federal, com o Tribunal de Contas da União! E que haja uma punição clara no regimento desse TAC a respeito de descumprimento contratual! Que se ajustem os termos, porque hoje se ganha um valor para se praticar de pedágio, entra-se na Justiça, derruba-se o valor, depois se recorre, aumenta-se o valor de novo, e nós não estamos vendo manutenção, nós não temos nenhuma interseção nas cidades.

Agora mesmo recebi uma demanda que está há anos paralisada, sobre o contorno rodoviário na altura de Amélia Rodrigues. Está na ANTT esperando um parecer, que não sai por conta dessa disputa. Questões como essa se arrastam por anos, Sr. Coordenador Paulo Azi, e nós não podemos mais aceitar isso passivamente.

Então, eu estou colocando isto, Superintendente Amauri: leve ao conhecimento do DNIT, leve ao conhecimento do Ministério da Infraestrutura essa questão da BR-324. Esta questão não é objeto da discussão do COI, mas tem a ver por paralisação de obra, por





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

comprometimento do tráfego, por prejuízos aos transeuntes que trafegam na BR-324, no trecho Salvador e Feira de Santana. É um absurdo continuarmos assistindo a isso passivamente. Vou pautar essa questão. Espero que o Ministério da Infraestrutura se acerte com essa concessionária da VIABAHIA.

Nós não podemos mais sofrer como estamos sofrendo. É um sofrimento. Há buraco quando chove. A manutenção é difícil em vários trechos. Está lá Santo Estêvão, cuja complementação do viaduto não fora feita. Na própria Capital, Salvador, naquele trecho de Valéria, comumente, perde-se 1 hora por dia no engarrafamento, tanto pela manhã, quanto pela tarde. São coisas que poderiam ser resolvidas, mas não. Existe uma intransigência não sei se de parte a parte, e nós — baianos — estamos pagando esse prejuízo. Nós não podemos aceitar.

Portanto, vou pautar essas discussões no plenário. Vou pautá-las nas Comissões. Pediria o apoio da bancada, para que o Ministério da Infraestrutura se entenda com a concessionária e vice-versa.

(Não identificado) - Conte com o nosso apoio, Deputado Claudio Cajado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Deputado Claudio Cajado, V.Exa., no início da fala, traz um assunto e uma colocação que me parecem bastante pertinentes. No fundo, existe uma disputa por atribuição, para não dizer uma usurpação de atribuição. Parece claro que a responsabilidade de se elaborar projeto, a responsabilidade de se preparar um termo de referência, editais de licitação é do órgão executor. Parece-me que não cabe ao TCU questionar os termos das especificações técnicas. Ele pode até recomendar previamente, num diálogo construtivo. Contudo, está parecendo que existe uma disputa entre o órgão auxiliar desse poder e aquele que efetivamente tem a responsabilidade da execução.

Fico satisfeito nesse caso particular, porque me parece que o encaminhamento é muito simples de ser dado. A grande maioria dos questionamentos feitos pelo TCU — e aqui não vou entrar também no mérito da justiça ou não — já estará contemplada nessa solução de buscar a segunda colocada ou a terceira, porque os projetos apresentados por eles contemplam essas propostas feitas pelo TCU. O grande problema é que, se essa obra for objeto de bloqueio por parte desta Comissão, uma vez sanada a pendência judicial e buscado o entendimento com a segunda colocada, ela não vai poder na prática executar, porque a obra está bloqueada. Parece-me que, nesse caso específico, estamos com a solução à vista.

Quero apenas comentar também a observação de V.Exa. No caso específico da BR-324 e nesse contrato de PPP com a VIABAHIA, eu me alinho à posição do Ministro Tarcísio, Deputado Claudio Cajado. Acompanho esse problema também desde quando era Deputado





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Estadual, lá atrás. Tenho o conhecimento de diversos termos de ajustamento de conduta que foram feitos e que, infelizmente, não foram cumpridos pela VIABAHIA.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Peço só 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Peço para concluir, Deputado Claudio Cajado, o meu raciocínio.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Ela herdou o contrato...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Já é uma sucessora.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Quando ela assumiu, os termos ajustados anteriormente não foram dela. Essa é a questão. Ela assumiu o contrato, mas não foi ela. Ela não fez nenhum termo de ajuste e se propõe a fazê-lo. Essa é a questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Ela é a sucessora, Deputado Cajado, e, salvo melhor juízo, ela também já fez termos de ajustamentos que não foram cumpridos. Agora, a questão, também, de fundo, de tudo isso, e aqui longe de nós queremos fazer qualquer tipo de repreensão ao Poder Judiciário, é que a morosidade da Justiça para julgar é impressionante. Essa questão da VIABAHIA já se arrasta. Há 3 anos, pelo menos, a disputa judicial ocorre e o contrato está na Justiça para ter uma decisão judicial. É impressionante a morosidade do Poder Judiciário. Paralisa os processos, gera aumento de custos, porque as empresas corretamente buscam o reequilíbrio dos seus contratos, principalmente em momentos como esse, de alta de preço dos insumos e com prejuízo ao País. Quer dizer, as pessoas não estão sendo beneficiadas, porque não estão tendo as obras concluídas, e o País vai perder lá na frente, porque vai ter que investir mais recursos para concluir as obras, Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Deputado Paulo Azi, foi muito bom aqui o debate, inclusive até saindo um pouco do Comitê de Obras Irregulares. Mas, com pertinência ao Estado da Bahia, o que está acontecendo no DNIT ou no Ministério da Infraestrutura, Deputado Claudio Cajado? Eu disse isso lá, recentemente: há dois pesos e duas medidas. Por exemplo, eu vou citar aqui: o Ministério quer dar caducidade ao contrato da VIABAHIA, BR-324 e BR-116 sul, por inexecução ou baixíssima execução, a maior inexecução do sistema de concessão brasileiro. Do outro lado, a VIABAHIA diz que tem direito a reequilíbrio contratual através de primeira revisão quinquenal, já chegando agora à segunda revisão quinquenal. São duas quinquenais, em 10 anos de concessão. Então, é aquele negócio: quem nasceu primeiro foi o ovo ou foi a galinha? É o cachorro mordendo o rabo, literalmente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O pior disso, Deputado Paulo Azi, é que temos, na parte rodoviária, a tentativa de dar caducidade e, na parte ferroviária, a FCA, que está lá — e isso é mais grave ainda — implantada na Bahia há 25 anos, ou seja, há um quarto de século.

Deputado Paulo Azi, V.Exa., que é do Município de Alagoinhas, sabe muito bem o que é uma rede ferroviária passar no Município, o desenvolvimento e também o subdesenvolvimento a partir do momento em que ela não investe.

A concessionária, agora, pediu, Deputado Claudio Cajado — peço a atenção de V.Exa...

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Qual concessionária?

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - A FCA, que pertence à VLI, solicitou uma antecipação antecipada do contrato dela, que tem o maior índice de inexecução do País. Nós temos lá uma ferrovia de 800 e tantos quilômetros de costa da Bahia com zero investimento, durante 25 anos — 25 anos, um quarto de século, uma geração se foi aí —, e agora essa concessionária pede uma antecipação antecipada do contrato e o Governo prestes a dá-la. Ou seja, são dois pesos e duas medidas.

Então, foi muito bom V.Exa. trazer isso aqui. Nos não estamos defendendo aqui empresa A, B, C nem D, mas não admitimos isso.

Expurga-se uma concessionária rodoviária, com o argumento de que ela está com inexecução, pedindo caducidade, pedindo execução das garantias, uma empresa que é multinacional, 100% do Governo canadense — um fundo de pensão 100% do Governo canadense —, e, do outro lado, está a FCA, que pertence à VLI e solicitou agora uma renovação antecipada com zero de execução. Ou seja, são dois pesos e duas medidas? Você toma do rodoviário e dá ao ferroviário?

Então, eu acho que é muito pertinente trazer este debate aqui, com o TCU do lado, a esta Casa, à Comissão de Infraestrutura, à Comissão de Orçamento e ao plenário, para discutir e tirar uma posição disso aí. Não vamos admitir e eu já disse isso ao Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Deputado Cajado, V.Exa. tem a palavra para concluir.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Deputado Paulo Azi, apenas para deixar clara a questão da VIABAHIA na BR-324, a proprietária da VIABAHIA é um fundo soberano — PSI, se eu não me engano —, do Canadá. Quando adquiriram o contrato, eles tiveram, na época do Governo Michel Temer, a segurança de que o passado seria levado em consideração, mas o importante seria ter uma nova empresa assumindo aquela concessão, para regularizar tudo aquilo que estava irregular.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eles entraram com o compromisso do Governo brasileiro da época, Deputado Paulo Azi. E o que é que eu coloco? Eles assumiram um contrato, sim, é verdade. Havia problema no contrato? Havia, mas o que acontece? Está faltando, na minha opinião, boa vontade em encontrar o termo do equilíbrio, porque, se de um lado a VIABAHIA diz que precisa do reequilíbrio financeiro previsto, depois de 5 anos no contrato, o Governo está dizendo: não, mas você tem que fazer os investimentos que não foram feitos. O.k. Colocam-se no papel os investimentos que têm que ser feitos, os prazos, o reequilíbrio, quando forem feitas essas obras, e quem não cumprir de parte a parte paga multa. No caso da VIABAHIA, tira. Ela tem que assinar que, se não fizer esse cronograma fixo financeiro, abre mão do contrato, sob pena que o TAC prevê.

Qual é o problema, Deputado Paulo Azi, em chamar o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público Federal para participarem desse Termo de Ajuste de Conduta, desse TAC, assim como a ANTT? Bota todos na mesa. Acho que está faltando boa vontade do Ministério da Infraestrutura. Está faltando boa vontade, sim, porque o que se deseja é tirar a empresa. E a empresa vai recorrer sempre à Justiça. V.Exa. acabou de falar sobre a morosidade da Justiça. Ganha-se num dia, perde-se no outro, recorre-se e, se ganhar de novo, entra-se com outro tipo de mandato. V.Exa. sabe que as leis no Brasil favorecem a chicana jurídica, ou seja, que se fique, ano após ano, demandando judicialmente várias questões. Nunca vai se concluir esse processo judicial e me parece que o Ministério da Infraestrutura aposta nisso, em ganhar a ação, e para isso não existe garantia, nem segurança, porque não depende da vontade do Ministério, nem do Ministro.

Acharia mais racional fazer um Termo de Ajuste de Conduta, porque, segundo eu sei, a VIABAHIA e a empresa que é controladora dela nunca fizeram o Termo de Ajuste de Conduta. Vamos dar a elas a oportunidade de assinar, comprometendo-se a executar e colocar de forma clara: vai ter que investir na duplicação, durante o primeiro ano, tantos bilhões. Vai ter que fazer a manutenção em tais trechos; vai ter que tirar o massapê que está em determinados trechos; vai ter que fazer os contornos; vai ter que resolver o problema da entrada em Valéria, em Salvador; vai ter que concluir a ponte e as passarelas em Santo Estêvão e outras cidades. Coloque tudo no papel, prazos e valores! É irracional isso!

Sinceramente, eu não vejo lógica na posição que o Ministério está adotando, se pode vir da empresa. Agora, se a empresa não aceitar, é claro, continuamos na peleja, mas pelo menos tentamos. Hoje, o que não se pode é apostar — como está sendo apostado — única e exclusivamente em quem ganha na Justiça, enquanto os baianos estão sofrendo — como eu e todos que trafegam na BR-324 — com engarrafamento, com falta de manutenção, com





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

insegurança. Principalmente, somos o único Estado em que a BR-116 não está duplicada. Não está duplicada no trecho de Feira de Santana até Minas. Um absurdo!

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - O Ministério, Deputado Claudio Cajado, com dois pesos e duas medidas. Um peso para o rodoviário, outro peso para o ferroviário. Isso que é o pior.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Aliás, Presidente, eu vou propor uma audiência pública aqui na Comissão de Orçamento sobre essa questão da VIABAHIA com o Ministério da Infraestrutura. Vou propor chamar o TCU e pedir o apoio dos colegas para chamar o Ministério Público Federal. Vamos esse debate aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Pois não, Deputado Cajado. Faço minhas as suas palavras.

Quero dar início ao objeto da discussão desta Comissão, as obras de construção da BR-235, Bahia, quilômetro 282 a quilômetro 357.

Antes, porém, quero cumprimentar e registrar a presença dos nobres Parlamentares, Deputado Osires Damaso e Deputado Hildo Rocha, presentes a esta Comissão.

Passo a palavra ao representante do TCU, Dr. Luiz Fernando Souza, para as suas considerações a respeito da obra BR-235, Bahia, quilometro 282 a quilômetro 357.

O SR. LUIZ FERNANDO URURAHY DE SOUZA - Sobre a BR-235, é importante dizer que esse contrato especificamente já está concluído. A obra tem um indicativo de irregularidade grave com retenção de valores. Foi feita essa retenção parcial de valores em relação a uma discussão existente sobre a substituição do subleito da rodovia. Foi um indício inicialmente classificado como proposta de IGP, mas foi reclassificado pelo próprio tribunal, pelo Relator do caso, como IGR.

Esse problema da discussão de valores permanece, mas como o contrato terminou já existe uma tomada de contas especial para discutir justamente esse problema de valores que remanesce.

Apesar de ter a indicação ainda de IGR pelo tribunal, a última instrução da área técnica propôs alteração da classificação da irregularidade de IGR para irregularidade grave com continuidade, uma vez que já existe a tomada de conta especial e o contrato já foi concluído. São essas as informações preliminares a trazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Agradeço a V.Sa.

De pronto, passo a palavra ao Dr. Alisson Nascimento, para falar pelo DNIT, por 10 minutos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ALISSON JOBIM PEREIRA NASCIMENTO - Nessa questão da BR-235, como o próprio TCU já informou, a obra praticamente já finalizou. Hoje, o empreendimento da BR-235 como um todo é muito importante para toda a região, a integração da regional, saindo de Sergipe até o Piauí.

Nós temos em torno de seis lotes. Desses seis lotes, quatro já estão concluídos e dois estão agora em execução, e um está praticamente concluído, esse do lote 5.

Existiam duas questões colocadas como irregularidade por parte do TCU. Uma, com relação à parte da terraplanagem. Nós fizemos todo um estudo em relação à jazida local e o apresentamos ao TCU. Mas essa situação realmente não foi acatada. Isso acabou indo para a tomada de conta especial. Hoje, nós temos uma cautelar para reter as medições. Nós fizemos isso, retivemos a medição, em torno de 6 a 8 bilhões de medições, por conta dessa cautelar. Outro problema foi a questão do solo mole. Nós também fizemos um estudo bem detalhado em relação ao solo mole, mas esse foi acatado pelo TCU, em relação a esse ponto.

Basicamente, em resumo, nós temos uma obra praticamente acabada. Estamos apenas aguardando a resolução dessa tomada de conta especial para passar a resolver a questão das medições que estão com a cautelar e, com isso, fazer o termo de recebimento da obra. Para concluir de vez, precisamos dessa decisão do TCE.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Quando V.Sa. fala de "praticamente conclusão" refere-se à obra como um todo ou especificamente ao trecho que está sendo objeto de impugnação do TCU?

O SR. ALISSON JOBIM PEREIRA NASCIMENTO - Não, é da obra como um todo, desse contrato em específico, 74 quilômetros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Todo o trecho?

O SR. ALISSON JOBIM P. NASCIMENTO - Todo o trecho já está concluído.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Da obra como um todo, que também é o trecho que está impugnado?

O SR. ALISSON JOBIM PEREIRA NASCIMENTO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Algum Parlamentar deseja fazer alguma consideração com relação à BR-235?

Vou entrar com a quarta obra, BRT de Palmas, que possivelmente vai ser objeto das considerações do nobre Parlamentar do Tocantins.

O SR. OSIRES DAMASO (Bloco/PSC - TO) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Pois não, Deputado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. OSIRES DAMASO (Bloco/PSC - TO) - Eu quero só tirar uma dúvida sobre a BR-235.

A BR-235 vem da Bahia, do Nordeste, e liga o Norte. Então, ela liga o Tocantins. Parte do Estado do Tocantins já tem alguns trechos pequenos com asfalto. A ponte que liga Piauí ao Estado do Tocantins já foi finalizada.

Então, acho que o trecho que o Alisson comentou deve ser trecho de um contrato que foi questionado, porque a BR-235 no Tocantins está em andamento e ainda tem muita coisa para ser feita. Então, não é a obra toda que está sendo concluída, é apenas um trecho do questionamento. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Correto. Se puder esclarecer, existe ainda o trecho total da BR-235. Parece que um trecho está sendo iniciado agora, se não me engano um trecho da Bahia.

O SR. ALISSON JOBIM P. NASCIMENTO - Ele está falando no caso do empreendimento como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Isso. Exato.

O SR. ALISSON JOBIM P. NASCIMENTO - E nós estamos tratando de um contrato específico, que é dos 74 quilômetros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Entendi. Perfeito. Exato.

Obra nº 4. Construção do BRT de Palmas, Tocantins.

Concedo a palavra ao representante do TCU. Por favor, gostaria que aquele que for utilizar da palavra se identifique.

O SR. SAMUEL SÁ TELES SOARES - Boa noite a todos.

Eu me chamo Samuel Sá Teles. Sou Diretor na Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana no TCU.

Vou falar um pouco já aqui sobre o empreendimento do BRT de Palmas. Fiscalizamos ainda o edital dessa obra no ano de 2016, quando foi proposta a inclusão desse empreendimento no quadro de bloqueio da LDO. Dentre as principais irregularidades constatadas, vimos que o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental se mostrava deficiente, entre outros achados. Constatamos projeto de engenharia também deficiente. A escolha do regime de contratação integrada nos pareceu também, à época, um pouco deficiente. Também houve uma restrição à competitividade do certame. Já devemos saber disso. É uma coisa que se arrasta há algum tempo.

No ano de 2017, após a nossa fiscalização, foi emitido o Acórdão nº 460, de 2017, encaminhado aqui para esta Comissão para comunicar da IGP desse empreendimento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Apresentou-se como medida saneadora que o Município de Palmas elaborasse, então, um estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental que tivesse a aprovação tanto do Ministério — à época, o Ministério das Cidades — quanto da Caixa Econômica Federal, que é a mandatária no caso desses recursos.

O BRT de Palmas é um contrato de repasse. Os contratos de repasse do Ministério das Cidades são, em grande medida, na sua maior parte, administrados pela Caixa Econômica, na qualidade de mandatária. Nessa determinação do Acórdão nº 460, esse estudo deveria quantificar a demanda de acordo com o tipo de transporte, a partir da escolha da melhor solução técnica para o empreendimento. E aí, ato contínuo, o Município de Palmas atendeu o envio desse estudo de viabilidade técnica. No entanto, o que foi constatado pela equipe é que o estudo encaminhado não era sustentável do ponto de vista econômico.

Por exemplo, o BRT é um tipo de empreendimento de mobilidade que até os manuais do próprio Ministério das Cidades dizem que é para transportar, em média, de 5 a 9 mil passageiros por hora. Contudo, o que se tinha nos estudos de viabilidade encaminhados pelo Município de Palmas era que esse tipo de demanda só seria alcançada em 2047, ou seja, daqui a bons anos. O próprio estudo também aponta que haveria outros tipos de soluções de transporte com custo bem inferior aos mais de 400 bilhões que poderiam ser empregados no BRT.

Por conta desses fatos que nós analisamos, à luz dos estudos enviados, o Acórdão 456 do TCU determinou ao Ministério das Cidades que promovesse a desconstituição do termo de compromisso, que tinha colocado o valor de 227 bilhões para essa obra, por conta da fragilidade desse estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental.

Já tinha um MDR, o Ministério das Cidades promoveu então esse distrato, a rescisão desse termo de compromisso. Além disso, esse empreendimento envolvia dois trechos: uma parte era contrato de financiamento com recursos do FGTS e outra parte com recursos do AGU. No caso, o Ministério fez a rescisão dos dois termos, tanto do contrato de financiamento quanto do contrato com recursos do AGU. Enviaram extratos de *display* dessa comprovação.

Por conta disso, no ano de 2020, ano passado, por meio do Acórdão 821, nós entendemos que esse empreendimento deveria sair do quadro de bloqueio, porque houve a perda do objeto. Não havia mais o contrato de repasse. Então, não há que se falar mais de qualquer irregularidade com recursos federais sendo aplicados no BRT de Palmas. Então, basicamente, essa é a situação. Isso já tinha sido comunicado. No Acórdão 851, nós pedimos para que a Presidência do Tribunal encaminhasse essa informação. Mas, por algum motivo, nós estamos aqui para conversar, para discutir.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Talvez, haja outras implicações, sobre as quais nós podemos conversar aqui. Mas da minha parte a apresentação é essa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Agradeço a V.Sa.

Convido para fazer uso da palavra o Dr. Mauro José Ribas, Procurador-Geral do Município de Palmas, que vai falar virtualmente nessa sessão, por até 10 minutos.

O SR. MAURO JOSÉ RIBAS - Inicialmente, boa tarde a todos os Deputados, aos presentes nesta Comissão, aos membros do TCU, e, especialmente, ao Dr. Samuel, que me antecedeu.

Basicamente, é isso. O edital foi suspenso em 2017/2018. Houve desde então uma decisão judicial anulando todo o edital. Houve essa decisão do TCU, suspendendo inicialmente preventivamente, depois de uma decisão judicial que houve também, em cumprimento liminar. Já houve a decisão final em primeiro grau. Por uma obrigação de duplo grau de jurisdição, foi para o TRF 1 para fazer a apreciação disso. Mas não há mais nenhuma movimentação. Não foi despendido nenhum valor da União para o Município de Palmas em relação ao BRT propriamente dito.

Na época, uma supersecretaria cuidava dessa parte aqui no Município. Ela já foi desmembrada, e, talvez, por isso, não tenha havido nenhuma revogação explícita desse edital. Intrinsecamente, ela não teve mais qualquer tipo de funcionalidade nem utilização para efeitos de nova fiscalização. Não houve nenhuma utilização de qualquer real em relação aos valores que haviam sido destinados inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Agradeço a S.Sa.

Quero apenas questionar muito rapidamente. Não existe mais o convênio federal, Dr. Mauro Ribas. O único ponto que parece estar pendente que fundamentou a permanência da obra no quadro é o edital de concorrência original, de responsabilidade da Prefeitura, que não foi revogado e nem anulado. Portanto, ainda pode ser objeto de nova tentativa de financiamento federal, mesmo com a demonstração judicial de diversas irregularidades nos estudos que embasaram a elaboração do projeto.

V.Sa. pode nos trazer alguma informação se houve alguma mudança nessa posição da Prefeitura e sobre eventual revogação desse edital relacionado ao sistema BRT?

O SR. MAURO JOSÉ RIBAS - Como eu havia mencionado no início da minha fala, anteriormente, havia a chamada Secretaria de Transporte e Mobilidade; era uma supersecretaria, digamos assim. Depois, com a assunção da Prefeita Cinthia Ribeiro, houve uma modificação interna. Por algum motivo, que, sinceramente, até desconheço, não houve a revogação ainda desse segmento. Não vou negar que, para a nossa surpresa, nós fizemos a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

análise, nessa semana, em torno do convite, e verificamos que não havia sido feito esse pedido ainda. Mas já foi feita uma deliberação. E, provavelmente, nós vamos fazer isso administrativamente agora, por esses próximos dias. Se houver necessidade, nós poderemos trazer a informação ao TCU ou a esta Comissão, como acharem melhor.

A decisão judicial, como disse, na Vara Federal da Seção Judiciária de Tocantins, foi pela impossibilidade da continuidade da licitação na época. E ela só subiu para efeito de PRF devido à necessidade do duplo grau de jurisdição, uma questão de ordem legal. Senão, ela já teria sido encerrada. E, conseqüentemente, talvez isso tenha ocorrido anteriormente. E, com a mudança de secretarias, talvez tenha sido entendido que, com a decisão judicial, automaticamente teria sido revogada a licitação. Mas, isso, administrativamente, não foi feito. E agora nós vamos finalizar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Seria importante, Sr. Mauro — e eu encareço à Prefeitura de Palmas e a S.Sa. —, que, assim que porventura seja procedida à revogação, os senhores encaminhem o documento a este Comitê.

Eu quero abrir a possibilidade de participação dos Srs. Parlamentares. Indago se algum Parlamentar desejar usar da palavra.

Não havendo mais participações, quero agradecer a presença do Dr. Mauro José Ribas e do Dr. Samuel Sá Teles, Técnico do Tribunal de Contas do Município.

A próxima obra é a construção da BR-040, Rio de Janeiro.

Passo a palavra ao representante do TCU, solicitando que S.Sa. se identifique.

O SR. LUIZ FERNANDO URURAHY DE SOUZA - Boa tarde, Deputado. Novamente vou me identificar. O meu nome é Luiz Fernando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Dr. Luiz, S.Sa. dispõe de até 10 minutos.

O SR. LUIZ FERNANDO URURAHY DE SOUZA - O.k. Muito obrigado.

Antes de falar dessa obra, e até por uma questão de dever funcional e de chefia, eu só queria comentar a colocação que foi feita pelo Deputado João Carlos Bacelar em relação ao Vladimir. Causa-me estranheza a colocação de que ele teria intimidado outros Parlamentares durante a reunião que houve há alguns anos. Isso, obviamente, não cabe a um técnico do TCU, e justamente por eu o chefiar, conheço-o já há alguns anos — ele ocupa hoje uma das Diretorias da Secretaria, da qual sou chefe, e chefia alguns auditores —, e até pela sua postura e por ser um auditor concursado do Tribunal. Causa-me estranheza essa colocação de que ele teria intimidado outros Parlamentares durante essa reunião.

Também a eventual opinião sobre a irregularidade de uma obra não coube somente a ele. Essa opinião ou essa anuência dele foi feita com base em um relatório de auditoria, que foi





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

feito por uma equipe do Tribunal, que passou por ele, por mim, pelo Relator da matéria, no caso, o Ministro Substituto Weder de Oliveira, e pelo Plenário do Tribunal. Então, não foi uma decisão isolada dele; foi uma decisão que passou por diversas instâncias no Tribunal, como é previsto na lei do Tribunal que isso seja feito.

Então, eu só queria prestar esses esclarecimentos.

Com relação à construção da BR-040, apesar de essa obra ter sido pública, ela foi feita dentro de um contrato de concessão, no caso, a conhecida Rio-Juiz de Fora, em que havia a necessidade de se construir a chamada obra da Nova Subida da Serra de Petrópolis. A União fez aportes de recursos nessa obra, o que atraiu a competência de fiscalização do Tribunal. Foram apontados alguns indícios de irregularidade nessa obra, que diziam respeito à avaliação do reequilíbrio econômico financeiro que precisava ser feito nesse contrato de concessão, além de sobrepreço no orçamento da obra e projeto executivo deficiente e desatualizado.

Essas irregularidades foram classificadas como graves, com indício de paralisação. A deliberação do Tribunal foi tomada ainda em 2017.

Cabe comentar que essa obra já havia sido paralisada, mesmo antes da indicação do Tribunal, por falta de recursos que seriam repassados pelo Governo Federal, uma vez que essa obra passou a constar do Orçamento Geral da União.

Até o momento, não foram apresentadas as medidas saneadoras em relação a essa obra. Por isso, ainda existe o indicativo de IGP para essas irregularidades. O contrato ainda continua vigente e permanece também a indicação dessas irregularidades.

Era o que eu tinha para explanar, Presidente. Eu permaneço à disposição desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Dr. Luiz, já existe deliberação de mérito do TCU acerca da legalidade do modelo contratual adotado para essa obra?

O SR. LUIZ FERNANDO URURAHY DE SOUZA - Deputado, o Tribunal discute especificamente, em relação a essa obra, o 12º Termo Aditivo, que fez a inclusão desses valores na obra. Justamente porque permanecem essas irregularidades, ainda não há uma deliberação de mérito em relação a esse termo aditivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Agradeço a S.Sa..

Convido o Dr. Carlos Eduardo Veras Neves para falar como representante da ANTT.

V.Sa. dispõe de até 10 minutos.

O SR. CARLOS EDUARDO VERAS NEVES - Vou pedir licença ao Deputado para tirar a máscara.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu gostaria de dar boa noite a V.Exa. e agradecer o convite feito à ANTT para que nós nos fizéssemos presentes aqui e pudéssemos fazer as explanações adequadas relacionadas a essas duas obras: BR-040 e BR-290.

Eu fiz uma pequena apresentação para poder facilitar aqui o raciocínio. Eu peço licença para exibi-la.

(Segue-se exibição de imagens.)

Temos aqui as duas obras. A primeira que vem para nós é justamente a da BR-040.

Antes até de adentrarmos no mérito da discussão, eu acho importante trazermos para a Comissão justamente o porquê, o que fundamenta se colocarem essas obras, ou não, no Anexo VI, que é justamente o art. 138, que fala que *"a obra deverá constar do Anexo VI, como IGP, se ela tiver materialidade, potencial de dano ao Erário, nulidade e graves desvios em relação aos princípios da Constituição Federal"*.

A própria Lei de Diretrizes Orçamentárias também estabelece, em seu art. 139, incisos I e II, alínea "g", que a reclassificação, que é um juízo técnico e político, pode ser feita pelo Congresso Nacional. E assim quis o legislador, desde 2010 ou 2012, quando esse dispositivo começou a constar de forma mais recorrente da Lei de Diretrizes Orçamentárias. O Congresso poderá avaliar as medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou da entidade para o saneamento dos indícios de irregularidade.

Por que eu trouxe esses dispositivos legais? É importante avaliarmos essas obras — e eu estou tendo a possibilidade de suceder aos colegas do DNIT, com quem os nobres Deputados tiveram a oportunidade de discutir um pouco isso — porque muitas vezes esse juízo técnico e político fica um pouco afastado e às vezes há um viés na adoção exclusivamente da posição do Tribunal de Contas da União. Por isso, é muito importante a abertura desse espaço aqui para trazermos os nossos argumentos, que, muitas vezes, são levados ao Tribunal de Contas, à unidade técnica e ao Plenário e que, em alguns momentos, sequer são devidamente avaliados.

Com todo respeito ao Secretário Luiz Fernando, da SINFRA Rodovias, nós que estamos do lado de cá do balcão e temos que tocar esse projeto percebemos que muitas vezes os nossos argumentos não são devidamente analisados pelo Tribunal de Contas da União. Então, é importante termos o Congresso como a instância que vai fazer a última avaliação dessas obras.

Quanto às obras de construção da BR-040, há indícios de irregularidades que já foram apontados pelo Luiz Fernando, basicamente sobrepreço e sobreavaliação. O único que eu gostaria de destacar seria a sobreavaliação decorrente de alíquotas de Imposto de Renda de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pessoa Jurídica e da CSSL. Eu gostaria de destacar de antemão que a aplicação desses impostos não é algo trivial. Sabemos que a nossa legislação tributária em grande medida é bastante confusa e os próprios aplicadores da legislação tributária muitas vezes têm dificuldade de fazer essa aplicação, quanto mais nós que estamos na área técnica fazendo essa análise. Então, um dos principais indícios de irregularidades apontados pelo tribunal decorre de uma interpretação acerca justamente da aplicação desses tributos no fluxo de caixa desse projeto. Na verdade, nas duas obras, tanto da BR-040 quanto da BR-290.

Aqui só mostrando, rapidamente, a questão financeira e orçamentária, vemos que houve desembolso nos anos de 2015 e 2016, depois não houve mais desembolso para essa obra. Hoje, a situação do contrato é que ele foi encerrado, mas deveria ter sido encerrado em fevereiro de 2021. Porém, por conta de duas decisões liminares que a concessionária ganhou, a Justiça determinou que o contrato não se encerrasse, que o reequilíbrio contratual se desse por prorrogação do prazo da obra. O contrato hoje vige por conta de uma decisão judicial, na verdade, duas decisões judiciais que expusemos ali.

Portanto, nós devemos também levar isso em consideração. E, a exemplo de outros contratos que foram discutidos aqui hoje, a ANTT também se encontra adstrita àquilo que pode ser feito dentro da decisão judicial e das discussões que ocorrem na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Dr. Carlos, muito rapidamente, dentro da decisão judicial, cabe uma tratativa? V.Sa. tem informação se há em andamento alguma tratativa para um acordo com a concessionária para tornar a incluir a obra no contrato de concessão?

O SR. CARLOS EDUARDO VERAS NEVES - Não, senhor, não há.

Em termos de providências adotadas, que eu acho que é importante de se discutir aqui na Comissão, a ANTT fez um termo de parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina em que, para atender aos anseios e às determinações do Tribunal de Contas da União, nós contratamos a universidade para fazer a elaboração do projeto executivo, justamente para tentar avaliar qual seria o valor justo de execução desse projeto.

A conclusão da análise por parte da área de engenharia ocorreu em setembro de 2021. Então, nós já temos, e isso é muito importante, uma proposta de valores para haveres e deveres em desfavor da concessionária. Isso tem que ficar muito bem registrado. Isso significa que, ao final do contrato, a concessionária estará devendo para a União. Nós já temos isso posto. E esse valor hoje, em termos de obras, é de 194 milhões, porque a ANTT chegou à conclusão de que o valor da obra, o custo da obra seria de 379 milhões, e o valor realizado, o valor executado equivaleria a 185 milhões. A data-base é 2012. É óbvio que esse valor é ainda





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

maior porque nós vamos ainda colocá-lo dentro do fluxo de caixa do projeto, aplicar os tributos e a taxa interna de retorno, para, então, vermos efetivamente quanto a empresa está devendo para nós. E esse processo já está em andamento.

Como eu coloquei ali, está sendo realizada a análise complementar por parte da área de gestão contratual, porque existem ainda alguns itens que deverão ser incluídos para a concessionária pagar. O processo para apuração de haveres e deveres já foi instaurado. Os valores apurados no âmbito do TED serão ainda incluídos nos fluxos de caixa do projeto, como eu falei. E a avaliação da área técnica é que, tão logo quanto possível, deve ser retirada a previsão orçamentária para a obra. Isso ainda não foi feito porque precisamos discutir até dentro da agência e com o próprio Ministério da Infraestrutura em que medida a decisão judicial que nós temos hoje nos permitiria pleitear a retirada da previsão orçamentária. Essa é uma questão que também estamos levando adiante em termos de discussão técnica na agência.

Era isso o que eu queria colocar sobre a BR-040.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Dr. Carlos, com relação à nova subida da serra, como estão sendo tratadas essas obras nos litígios judiciais travados com a concessionária? Ela pleiteia algum tipo de vantagem ou benefício em função do que realizou nessas obras? Caso positivo, qual foi a posição adotada pelo Judiciário nessa questão até agora?

O SR. CARLOS EDUARDO VERAS NEVES - Eu posso responder a V.Exa. que sim. A concessionária, por meio dessas liminares, como eu havia ressaltado, pleiteou o reequilíbrio contratual. Por isso, ela ganhou prazo dentro do contrato e está no trecho. O reequilíbrio contratual pode ocorrer tanto por aporte da União, que era o caso anterior, o caso inicialmente previsto, como por extensão de prazo. No caso, a concessionária conseguiu na Justiça que fosse estendido o prazo contratual dela.

Se V.Exa. me permite, vou voltar aqui no quadro da decisão liminar, que eu acho que fica mais fácil de ver.

Na decisão liminar, ela conseguiu uma decisão em fevereiro de 2021. Ela conseguiu prorrogar o contrato em 579 dias para fins de reequilíbrio. Obviamente, nós estamos junto com a procuradoria da agência brigando na Justiça para derrubar essas liminares. Mas elas estão vigendo. E nós estamos de mãos atadas. Se fosse estritamente pelo contrato, já era pra ele ter sido encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Agradeço a V.Sa.

Não havendo Parlamentar que queira discutir, passo para a última obra, objeto desta audiência pública: a ampliação de capacidade da BR-290, no Rio Grande do Sul.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passo a palavra ao Dr. Luiz Fernando, representante do TCU.

O SR. LUIZ FERNANDO URURAHY DE SOUZA - Essa obra na BR-290, no Rio Grande do Sul, tem uma certa semelhança com a obra da BR-040, porque são obras que receberam recursos do Orçamento Geral da União dentro de um contrato de concessão, especificamente nesse caso para construir a quarta faixa de um trecho da BR-290 lá no Rio Grande do Sul.

Mais uma vez, esse aporte de recursos atraiu a competência de fiscalização do tribunal. Ao fazer essa fiscalização, foram apontadas algumas irregularidades graves com recomendação de paralisação, dizendo respeito a superfaturamentos em relação à remuneração das obras, preços excessivos frente ao mercado, quantitativos inadequados e superfaturamento no serviço de instalação de telas de passagem e no transporte de material para bota-fora.

Como esse contrato já se encerrou, apesar de ainda existir o indicativo de classificação de IGP, porque ainda há valores em discussão — valores expressivos, em torno de 40 milhões de reais — com a própria agência reguladora, manteve-se a classificação, mas, como o contrato já terminou, há um processo de tomada de contas especial instaurado no tribunal, que trata de um superfaturamento calculado ao final em torno de 115 milhões de reais com data-base de 2019.

Essas são as principais informações. Permaneço aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Agradeço ao Dr. Luiz Fernando.

Passo a palavra ao Dr. Carlos Neves, que falará pela ANTT.

O SR. CARLOS EDUARDO VERAS NEVES - Agradeço novamente a V.Exa.

Vou voltar aqui a minha apresentação para auxiliar no nosso raciocínio sobre a obra.

(Segue-se exibição de imagens.)

De modo preliminar, uma vez que o meu colega do Tribunal de Contas da União mencionou isso, de fato, essas obras têm uma característica bastante peculiar, porque elas representaram uma prática bastante heterodoxa dentro da gestão normal dos contratos de concessão, pois se decidiu fazer aporte de orçamentos da União dentro de um contrato de concessão. E isso, obviamente, não só acabou atraindo a competência do Tribunal de Contas da União para fazer a devida fiscalização do recurso público, mas também atraiu para a ANTT uma responsabilidade e uma *expertise* com a qual ela não estava devidamente habituada.

Então, eu faço questão de fazer este esclarecimento preliminar porque muitos dos eventuais equívocos que o Tribunal de Contas da União apontou, especialmente nesse processo, nesse contrato da BR-290, muitos deles ocorreram por conta realmente de certo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

desconhecimento à época, uma certa falta de experiência dos técnicos da agência em fazer esse tipo de inclusão de obras nos contratos de concessões de rodovias.

Uma coisa que, ao longo da minha explanação, vai ficar muito clara é que, à medida que o tempo foi passando, a ANTT foi reconhecendo aquilo que estava eventualmente equivocado e foi incluindo correções no contrato, fazendo os reequilíbrios necessários para atender em grande medida aquilo que o TCU havia determinado durante o processo de fiscalização, ou seja, a ANTT procedeu com as correções necessárias.

Ao final da explanação, vai ser até importante entendermos por que, do ponto de vista do tribunal, diante de tudo isso e dos fatos, ainda permanece a indicação de IGP nesse contrato.

Ali estão os indicativos que foram feitos pelo Tribunal de Contas da União: basicamente supostos superfaturamentos no contrato. Devemos lembrar que esse contrato foi encerrado em 3 de julho de 2017. Temos ali o processo de fiscalização, o TC 010.370/2016-1, que está apurando suposto dano ao Erário, que está precificado no montante aproximado de 104 milhões de reais, processo ao qual o Secretário da SEINFRA se referiu, que é um processo de tomada de contas especial.

Essa funcional programática — e isso é muito importante —, segundo o próprio Tribunal de Contas da União indicou, ela está vazia. Não existe dotação orçamentária. Então, há rubrica, mas não há dotação orçamentária ali. Isso é muito importante na hora de considerarmos o porquê dessa obra estar ou não no Anexo VI.

Providências adotadas pela agência. Em 2016, por meio de diversas manifestações, a área técnica da própria ANTT procedeu com todas as retificações necessárias ao termo aditivo. Devemos entender aqui que, ao contrário do que ocorre em obras públicas — e eu falo isso porque trabalhei no DNIT durante 4 anos, lidei com o Tribunal de Contas da União lá no DNIT durante 4 anos —, olhar o orçamento e a execução contratual de uma obra pública é bastante distinto de olhar a execução contratual e o orçamento dentro de um contrato de concessão. São lógicas distintas. Uma coisa, por exemplo, que há no contrato de concessão são todas as questões de equilíbrio econômico-financeiro do contrato. E isso não é determinado sequer pelo contrato. Essa garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos é determinado pela lei e pela própria Constituição.

A ANTT prima por esse olhar sobre o equilíbrio econômico-financeiro. As coisas que vêm daí, como, por exemplo, as obras, a avaliação orçamentária, são feitas todas dentro desse prisma. Então, temos que considerar questões, por exemplo, que não consideramos em uma obra pública, como taxa interna de retorno, incidência de impostos ao longo do tempo, e por aí vai. Então, existem outras questões importantes que devem ser sempre consideradas.

173





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vale dizer que a única exceção em relação, digamos assim, ao que não foi adotado de pronto por parte da ANTT em termos de correção foi justamente a incidência daqueles dois tributos. Eles representaram uma dificuldade adicional na inclusão desses tributos dentro do fluxo de caixa, e isso representa uma divergência técnica grande com o Tribunal de Contas da União não só por conta da implementação propriamente dita, mas também da interpretação sobre a legislação tributária para que consideremos esses tributos dentro do fluxo de caixa da concessão. Então, isso é bastante relevante.

Temos uma deliberação, em 2020 já, em que aprovamos, preliminarmente, um reequilíbrio econômico-financeiro novamente em desfavor da concessionária da ordem de 141 milhões de reais. E por que fizemos essa deliberação preliminar? Justamente porque a procuradoria da agência ressaltou a necessidade de observarmos os prazos processuais para não perder o direito de cobrar a concessionária na Justiça.

Então, em função disso, de forma preventiva e proativa, a própria gestão da ANTT optou por soltar uma deliberação preliminar apurando haveres e deveres da concessionária, mesmo sabendo que ainda era um processo em curso. E isso demonstra boa-fé não só da área técnica da agência reguladora, mas também da sua própria diretoria colegiada.

E por que eu resalto a questão da boa-fé? Porque temos que lembrar que, no processo de tomada de contas especial, mencionado pelo colega do Tribunal de Contas da União, estão arrolados servidores da agência reguladora, inclusive o servidor que assinou uma nota informativa à época. A nota informativa, como o próprio nome diz, visava a informar, não visava a fundamentar a tomada de decisão. E desse servidor, por exemplo, dentre outros servidores, estão sendo cobrados, dentro do processo de tomada de contas especial instaurado pelo Tribunal de Contas da União, mais de 40 milhões de reais — de um servidor público federal da agência reguladora, da mesma carreira que eu.

E aí eu volto àquilo que os próprios Deputados colocaram muito bem aqui, que devemos também levar isso em consideração. Quer dizer, deve-se partir da premissa da má-fé de quem está ali na gestão contratual ou da boa-fé de quem tem de quem está ali? Devemos avaliar se houve de fato negligência, imprudência, imperícia, como a lei fala, ou devemos partir da premissa de que tudo isso ocorreu e por isso deve ser cobrado?

Então, é importante também termos isso em mente, porque esse processo representou um problema até do ponto de vista da própria gestão de pessoal da área.

No final agora, por último, foi proposta à diretoria colegiada a aprovação do valor final de haveres e deveres em desfavor da concessionária da ordem de 202 milhões de reais. Então, aquilo que o Tribunal de Contas da União cobra, em âmbito de tomada de contas especial, é





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

por volta de 104 milhões de reais, um pouco mais que isso. A ANTT está propondo, na sua deliberação final de ajuste de contas, um débito da concessionária da ordem de 202 milhões de reais.

E, novamente, de forma bastante prudente, esse processo ainda não foi deliberado porque está especificamente comigo sendo analisado, para que enviemos para a diretoria colegiada da agência um documento mostrando que há uma correspondência direta entre tudo aquilo que foi solicitado de correção, por parte do Tribunal de Contas da União, e tudo aquilo que foi apurado em termos de haveres e deveres, por parte da agência reguladora, para mostrar que, no final das contas, todos os eventuais indícios de irregularidades foram devidamente apurados.

Além disso, a ANTT foi além da análise do Tribunal de Contas da União, cobrando outros valores da concessionária, que, em princípio, o Tribunal de Contas não havia, por óbvio, identificado. Então, a ANTT está indo além daquilo que eventualmente haveria de dano ao Erário proposto pelo Tribunal de Contas da União.

Eu gostaria, então, de agradecer a V.Exa. a oportunidade novamente e me colocar à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Azi. DEM - BA) - Não havendo quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão.

Quero aqui cumprimentar o Dr. Carlos Eduardo Neves. Agradeço a participação de V.Sa., bem como dos técnicos do Ministério da Infraestrutura, do DNIT, que aqui também estiveram.

Agradeço a participação do Dr. Luiz Fernando, do TCU. Em seu nome, Dr. Luiz, peço que transmita aos demais membros dessa Corte os nossos agradecimentos pela participação. Quero dizer que este Parlamentar tem o maior apreço por esse importante órgão que presta um serviço relevante ao nosso País.

Tivemos aqui a oportunidade de identificar prejuízos que poderiam ocorrer ao Erário e que não se materializaram em função das considerações que esse tribunal fez. Apenas entendemos que, em alguns momentos, é possível que uma postura mais colaborativa possa fazer com que diversas obras possam ter o fim que todos nós desejamos, que é atender a população, respeitando, claro, as informações especificamente quando está se comprovando irregularidades, longe de qualquer Parlamentar aqui defender qualquer obra que tenha indícios de irregularidades. Mas quero aqui reiterar o nosso respeito, o nosso apreço e o nosso reconhecimento a essa importante Corte da nossa República.

Não havendo mais assunto nesta pauta, quero agradecer a presença de todos e declarar encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2021

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Esta reunião foi convocada para debater os resultados do estudo do UNICEF/IPEA do PPA 2016-2019, incluindo a comparação com o Orçamento previsto para 2022, em atendimento ao Requerimento n. 28/2021-CMO, de autoria do Senador Izalci Lucas e aprovado na 11ª Reunião Deliberativa Extraordinária ocorrida em 27, 28/10 e 03/11/2021. Foi registrado o comparecimento dos membros: **Deputados titulares:** Arnaldo Jardim, Bosco Costa, Coronel Tadeu, Eduardo Costa, Flávia Moraes, Hildo Rocha, - **Senadores titulares:** Carlos Fávaro e Simone Tebet; - **Deputados suplentes:** Alceu Moreira, Caroline de Toni, Célio Silveira, Dagoberto Nogueira, Delegado Marcelo, Dra. Soraya Manato, Heitor Schuch, Márcio Marinho, Ossesio Silva, Pedro Lupion, Robério Monteiro, Weliton Prado. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Carlos Gaguim, Marcelo Moraes e Paula Belmonte. **ABERTURA:** às dez horas e um minutos, os trabalhos foram abertos pelo Primeiro Vice-Presidente, Deputado Carlos Zarattini, que comunicou a finalidade da audiência pública e informou que a reunião ocorria de forma semipresencial com presença de parlamentares no plenário e com participação de forma virtual, através da plataforma zoom e comunicou que, para melhor ordenamento dos trabalhos, de acordo com o estabelecido no art. 15, inciso III, da Resolução 01/2006 do Congresso Nacional, os palestrantes disporão de 10 minutos, prorrogáveis, para sua exposição. E de acordo com o art. 94, §2º e §3º do Regimento Interno do Senado Federal, os membros da Comissão poderiam, terminada a apresentação, interpelar os oradores exclusivamente sobre o tema da exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpellados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos. A seguir, o Presidente em exercício informou que as apresentações dos palestrantes estavam disponíveis na página da CMO e abriu a lista de inscrições para o debate. Em seguida concedeu a palavra e a direção dos trabalhos a Deputada Leandre Del Ponte – Presidente da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, que fez suas colocações sobre a importância do tema a ser tratado na Audiência e a necessidade do tema, 1ª Infância, como uma das prioridades a serem incluídas no Orçamento Público, bem como a linha do tempo até chegar ao estudo do IPEA. Complementou ainda informando que foi feita uma Nota Técnica sobre o Orçamento da Criança e Adolescente que já foi encaminhada ao Relator-Geral e Relator da Receita da LOA para 2022 e complementou com um questionamento e pedido ao representante da SOF presente remotamente na reunião para que verificasse a possibilidade de incluir no SIOP a metodologia utilizada pelo IPEA para que o cidadão pudesse observar com transparência os valores investidos na Primeira Infância. Além disso, fez agradecimentos ao Senador Izalci Lucas solicitado essa audiência e à Senadora Rose de Freitas por tê-la pautado. A seguir passou a palavra a Srª Enid Rocha Andrade da Silva - Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais – IPEA que fez uso do auxílio de recurso multimídia para fazer sua apresentação sobre a Análise do Gasto Social com Crianças e Adolescentes (GSCA) nos PLOA dos anos 2019-2022. Segundo ela, o referido estudo tinha como objetivo auxiliar a Comissão Mista de Orçamentos a considerar o investimento nas políticas e programas destinados à infância e à adolescência e servir de ferramenta para acompanhar e monitorar os gastos sociais com essa demanda. Esclareceu ainda que o estudo é fruto do debate do Grupo de Trabalho do Orçamento para Primeira Infância que faz parte da Comissão Interinstitucional da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância criado por iniciativa da Deputada Federal Leandre com a participação de dezoito instituições governamentais e não governamentais. Apresentou ainda a metodologia utilizada no estudo criada pelo IPEA e a UNICEF, dados gerais observados, os resultados encontrados, bem como as solicitações de recomposição ao Relator-Geral. Às dez horas e trinta e seis minutos o Deputado Bosco Costa assumiu a condução dos trabalhos que concedeu a palavra ao Sr. Fernando Sertã Meressi - Subsecretário de Planejamento Governamental da Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria do Ministério da Economia. O representante do ministério fez sua exposição, remotamente por meio da plataforma Zoom, atendo-se às recomendações propostas e a metodologia





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apresentada no trabalho. A seguir, foi concedida a palavra ao Sr. Fernando Cesar Rocha Machado - Subsecretário de Estudos Orçamentários, Relações Institucionais e Tecnologia da Informação, representante da SOF, que remotamente parabenizou o trabalho exposto e também fez suas colocações. O presidente em exercício então concedeu a palavra à última convidada do dia, Srª Júlia Alves Marinho Rodrigues - Consultora de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados que, com o auxílio do recurso multimídia compartilhou com todos os presentes sua apresentação sobre a análise de políticas públicas mais especificamente às emendas parlamentares que tratam sobre o tema da Primeira Infância. Por fim foi aberta a discussão com a participação da Deputada Paula Belmonte e da Deputada Estadual do Ceará Erika Amorim, presentes em Plenário, que fizeram suas colocações. Por fim, as convidadas Srª Enid Rocha do IPEA e a Deputada Leandre Del Ponte prestaram os últimos esclarecimentos e agradecimentos e **ENCERRAMENTO**: às onze horas e vinte e sete minutos, o Presidente em exercício encerrou a reunião. Antes, porém, agradeceu a participação dos representantes do Ministério da Economia, do IPEA, da Câmara dos Deputados e dos demais parlamentares. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente em exercício da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integram esta Ata. **Deputado Bosco Costa**, Presidente em exercício. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Bom dia a todos.

Declaro iniciada a 11ª Reunião Extraordinária de Audiência Pública de 2021 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 28/2021 da Comissão Mista de Orçamento, de autoria do Senador Izalci Lucas, aprovado na 11ª Reunião Deliberativa Extraordinária, para debater os resultados do estudo do UNICEF-IPEA sobre o PPA 2016-2019, incluindo a comparação com o orçamento previsto para 2022, para incentivar o aumento do investimento, além da exposição de programas e detalhamento orçamentário realizado no âmbito do Ministério da Economia para compreensão dos critérios de aplicabilidade do orçamento, ações orçamentárias e integração de serviços para garantir a priorização da formulação, desenvolvimento e manutenção de políticas públicas para a primeira infância.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares participando da reunião de forma virtual através da plataforma Zoom. Informo ainda que há convidados participando de forma virtual.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 15, inciso III, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os palestrantes disporão de 10 minutos, prorrogáveis, para sua exposição.

Conforme estipulado no art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, terminada a apresentação dos expositores, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica.

Informo, ainda, que as apresentações dos palestrantes estão disponíveis na página da Comissão.

A lista de inscrições está aberta.

Estão aqui à mesa a Deputada Leandre, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância; a Sra. Júlia Alves Marinho Rodrigues, Consultora de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados; a Sra. Enid Rocha Andrade da Silva, Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do IPEA; e remotamente temos a participação do Sr. Fernando Sertã Meressi, Subsecretário de Planejamento Governamental da Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria, do Ministério da Economia, e do Sr. Fernando César Rocha Machado, Subsecretário de Estudos Orçamentários, Relações Institucionais e Tecnologia da Informação.

Passo a palavra e a condução dos trabalhos para a Deputada Leandre, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância.

Muito obrigado.

A SRA. LEANDRE (PV - PR) - Bom dia a todos.

Quero inicialmente agradecer a presença a todos os convidados e cumprimentar todos os que nos acompanham aqui no plenário e também pelas redes sociais.

Para nós da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, esta audiência pública é de extrema importância, principalmente por se tratar de algo muito relevante, num momento tão extraordinário que estamos vivendo, como o desta pandemia. Nós não temos dúvidas dos danos que ela já causou a nossa Nação. Mas nós temos dúvidas, e muitas dúvidas, sobre como será daqui para frente para aqueles que são as vítimas ocultas da COVID-19: as crianças e os adolescentes.

Agradeço à Comissão Mista de Orçamento, na pessoa da Senadora Rose de Freitas, por ter pautado esta audiência pública antes de nós concluirmos este ano legislativo.

Quero também agradecer ao Senador Izalci Lucas a sensibilidade de trazer este tema para a Comissão Mista de Orçamento, porque nós sabemos que criança é prioridade absoluta na lei e precisa também ser prioridade absoluta no orçamento público, porque essa é a melhor estratégia que temos para discutir políticas que mudem e transformem a vida das pessoas.

Eu quero também agradecer à Dra. Enid, que está aqui conosco, por ter aceitado o convite; ao Sr. Fernando, Ministério da Economia; e também à consultora Júlia, que tem feito





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

um grande trabalho e nos ajudado muito na luta para colocar as crianças no lugar em que elas merecem estar: em primeiro plano.

A Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância tem cinco eixos estratégicos. O primeiro e mais importante deles é a implementação do Marco Legal da Primeira Infância, lei sancionada em 2016 e hoje considerada uma das mais importantes do nosso País e do mundo, uma lei que traz a possibilidade de formularmos normas, planos, metas, políticas públicas que possam realmente dar às crianças a condição de pleno desenvolvimento.

Porém, para que possamos implementar um marco legal — a lei só se torna boa e importante se ela conseguir sair do papel —, nós precisamos de orçamento. Esse é um dos eixos também sobre o qual a Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância vem se debruçando desde 2019.

Em 2019, nós fizemos uma indicação ao Governo Federal para que no Plano Plurianual 2020-2023 ele colocasse a primeira infância como uma das prioridades, até porque é o período mais estratégico e a maior janela de oportunidades que nós temos efetivamente para reduzir as desigualdades sociais, combater a pobreza e mudar histórias de vida.

O Governo respondeu positivamente, trazendo a primeira infância como a prioridade número um para esse período de governo que vai de 2020 a 2023. Nós avançamos com certeza nesse período. Nós conseguimos que, além de estar no PPA, também na LDO fosse proibido o contingenciamento de recursos de programas voltados para primeira infância. Nós também conseguimos, na aprovação do FUNDEB, que recursos adicionais que foram incrementados pela esfera federal sejam destinados à educação infantil. Então, nós temos com certeza muitas coisas para comemorar.

No ano de 2021, nós começamos a trabalhar com um grupo de trabalho especificamente no orçamento, para que pudéssemos identificar, dentro do orçamento da União, tanto em termos percentuais quanto em termos de valores absolutos, qual era o montante investido hoje nas nossas crianças e nos adolescentes. Nós gostaríamos de fazer um estudo bem específico para a primeira infância. Infelizmente, nós ainda não temos essa possibilidade. Porém já contamos com mais uma vitória, que é a agenda transversal para as políticas da primeira infância. E quero também agradecer ao Ministério da Economia, que fez um grande trabalho nesse sentido.

O GT do orçamento foi buscar, então, diversos parceiros. Além de Parlamentares da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, hoje nós temos várias instituições que fazem parte desse grupo de trabalho. Entre elas está o UNICEF, que é o coordenador do grupo, e também o IPEA, que nos traz uma excelente metodologia, que será apresentada hoje.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Como o tempo era muito escasso para que pudéssemos aplicar a metodologia em 2022 especificamente para a primeira infância, o IPEA, com essa ferramenta, com o auxílio da nossa consultora Júlia e dos demais membros do GT, aplicou uma metodologia para olhar o orçamento da criança e do adolescente, o que, para nós, também é importante. A adolescência é uma segunda janela de oportunidades que nós temos para transformar muitas coisas que queremos mudar aqui no nosso País.

Para nós, realmente, é um momento importante podermos trabalhar isso. A nota técnica que fizemos de todo esse trabalho foi entregue ao Relator-Geral, o querido Deputado Hugo Leal. Nós também tivemos a oportunidade de discutir com o Relator Setorial da Cidadania, o Deputado Júnior Ferrari, e com o Relator dos Direitos Humanos, o Deputado Gonzaga Patriota. Mostramos a eles a importância de que, mesmo tendo avançado em termos de valores para o orçamento da criança e do adolescente, um orçamento que sai da casa de 88 bilhões de reais em 2019 e, no orçamento de 2022, vai para mais de 100 bilhões de reais, é realmente importante termos mais avanços. Haverá mais recursos investidos nessa faixa etária. Sabemos, contudo, que muito disso se deve à aprovação do FUNDEB. Os recursos serão destinados de forma obrigatória por conta do FUNDEB.

Nós não podemos aumentar uma receita em detrimento da diminuição de outras — e eu tenho certeza de que a Dra. Enid, na sua apresentação, vai demonstrar isso com muita clareza —, ainda mais se compararmos esses recursos com os de 2019, quando não existia a previsão de haver uma pandemia. Hoje, a maior oportunidade que nós temos de trazer uma discussão de recuperação pós-COVID é investindo onde sabemos que estão as políticas transformadoras. Temos de investir no brasileiro e na brasileira que estão aqui hoje e são vítimas de toda esta pandemia, vítimas de violência, vítimas da fome, vítimas de maus-tratos. E, infelizmente, eles ficaram sem acesso à educação por um longo período.

Então eu agradeço a todos a oportunidade e deixo aqui o meu reconhecimento à Senadora Rose de Freitas por ter trazido esta audiência pública para cá.

Gostaria também de deixar um pedido ao Ministério da Economia, em especial à SOF, que participa hoje desta audiência pública, de que verifique a possibilidade de incluirmos no SIOP essa metodologia do IPEA, para que qualquer cidadão brasileiro possa observar com transparência quais são os valores investidos na primeira infância.

Se no orçamento houver um marcador mostrando com clareza o que é destinado para as crianças e os adolescentes, eu tenho certeza de que tudo aquilo que o Governo faz em prol das crianças e dos adolescentes também não passará batido, vai ser reconhecido, vai ser visto como uma conquista. Então, deixo aqui essa solicitação para que, se possível, a SOF avalie





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

esse pedido, a fim de que nós possamos realmente ter essa possibilidade de enxergar com clareza, dentro do orçamento, aquilo pelo que tanto temos lutado, que é em especial fazer o monitoramento das políticas públicas, para que o próprio Tribunal de Contas possa cumprir o seu papel de fiscalizar a execução do Marco Legal da Primeira Infância, que determina que o poder público, seja o municipal, seja o estadual ou o federal, apresente à sociedade o valor investido na primeira infância, para que a sociedade saiba o quanto se investe nesse segmento e o quanto isso representa do Orçamento Geral da União.

Então, eu agradeço mais uma vez a oportunidade e, neste momento, passo a palavra à Dra. Enid Rocha Andrade da Silva, técnica de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do IPEA.

Antecipadamente, quero agradecer à senhora, Dra. Enid, todo o seu trabalho, todo o seu empenho. Eu tenho certeza de que, em relação ao que a senhora está fazendo hoje, no futuro nós vamos olhar e dizer que muita coisa boa começou fruto do trabalho e do esforço de vocês.

A senhora está com a palavra por 15 minutos.

A SRA. ENID ROCHA ANDRADE DA SILVA - Muito obrigada;

Eu gostaria de cumprimentar todos e todas e iniciar agradecendo o convite à Comissão Mista de Orçamento para o IPEA, junto com o UNICEF, apresentar o estudo realizado para servir de ferramenta para acompanhar e monitorar os gastos sociais com criança e adolescente.

Eu queria ainda esclarecer que esse trabalho é fruto do debate que ocorre no Grupo de Trabalho do Orçamento para a Primeira Infância, que faz parte da Comissão Interinstitucional da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, criado por iniciativa da Deputada Federal Leandre, à qual eu gostaria de explicitar os nossos agradecimentos. Esse GT conta com a participação de 18 organizações não governamentais e governamentais. Então, o que nós vamos apresentar aqui é fruto das discussões no âmbito desse grupo de trabalho, utilizando metodologia que foi criada pelo IPEA, juntamente com o UNICEF.

Vou rapidamente apresentar a metodologia.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós não vamos nos prender hoje a uma explicação detalhada dessa metodologia para não perdermos a oportunidade de apresentar os resultados do trabalho. Vamos rapidamente, então, dizer que se trata de uma metodologia muito ampla e que avança em relação a outras metodologias já desenvolvidas no País e também na América Latina, porque vamos até o detalhamento do campo dos planos orçamentários. Então, isso nos dá mais certeza para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

identificar se determinado gasto, ação ou programa, de fato, beneficia a população de zero a 18 anos incompletos.

Na implementação da metodologia, nós fizemos um exercício com o PPA 2016-2019 e trabalhamos com a análise do gasto liquidado desse PPA. É uma metodologia muito ampla, que vai além das Pastas da área social, e com toda a razão, porque a maior parte dos gastos sociais se concentra nos Ministérios da Educação, da Saúde e da área da Assistência Social, mas na nossa metodologia, nós fazemos uma garimpagem ampla para identificar todas essas ações voltadas a esse segmento.

Nossa apresentação vai procurar trazer muito mais informações comparadas em relação à proposta de orçamento para 2022. Eu acho que esse é o tema mais importante, porque ainda dá tempo de atuarmos para implementar os recursos e tomar conhecimento de como esta proposta contempla a criança e o adolescente.

Estes primeiros resultados que trazemos aqui na tela são os resultados do PPA 2016-2019. Eu só chamo a atenção — e esta vai ser a única tela referente ao PPA passado — para o fato de que esta metodologia já nos permite ver que aquilo que o Governo Federal investe na criança e no adolescente ainda é pouco significativo. Em relação aos valores liquidados em 2019 — aqui temos valores liquidados em reais —, os gastos federais com criança e adolescente são em torno de 3% do Orçamento Geral da União e apenas 1,2% do PIB. Então, realmente, é um gasto bem pouco significativo, comparado ao tamanho da população. Até citamos, para conseguirmos dimensionar um pouco mais esse gasto, que é um gasto em torno de 90 bilhões de reais, e ele é cerca de três vezes menor do que os valores pagos, por exemplo, aos fundos de investimentos, aos fundos previdenciários e aos bancos, na forma de pagamentos da dívida pública em 2019, pagamento que foi da ordem de 285 bilhões de reais.

Para a apresentação de hoje, então, nós não vamos mais analisar, não vamos mais tratar aqui do gasto liquidado, e sim do planejamento de gastos. Para isso nós aplicamos os mesmos ponderadores. Também é importante explicar que, como é uma metodologia ampla, quando se trata de gasto ampliado, como, por exemplo, o do Bolsa Família, que é destinado às famílias e a outras populações, nós aplicamos ponderadores especificamente para considerar naquele gasto planejado apenas a população formada por crianças e adolescentes. Então, nós aplicamos aqui os ponderadores de 2019. Para a apresentação de hoje nós não conseguimos fazer uma varredura de todas as mudanças de nome de ações e programas, mas para as ações que vamos apresentar aqui nós conseguimos fazer esse exercício, e isso pode explicar algumas variações de valores e de números.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Neste eslaide, trazemos o gasto com crianças e adolescentes em relação ao PIB e ao OGU, comparando o gasto planejado de 2019, 2020, 2021 e 2022. Ele nos mostra que, mesmo considerando a proposta orçamentária, o investimento em crianças e adolescentes ainda é modesto em relação ao PIB: 1,3%. E observamos que há, sim, um aumento de recursos investidos, quando comparamos este período, 2019-2022.

No entanto, como a Deputada Leandre já explicou, e nós vamos mostrar mais adiante, esse aumento, por exemplo, em relação à proposta de 2021 para 2022, que era de 96 bilhões de reais e foi para 110 bilhões de reais, reflete basicamente a ampliação do repasse do Governo Federal para o FUNDEB e alguma coisa na área da saúde em relação aos gastos planejados com a pandemia. Então, mesmo que se tenha ampliado esse gasto, quando o olhamos como proporção do PIB, até diminui a proposta orçamentária para criança e adolescente em relação a outros anos, como, por exemplo, 2019.

Aqui nós separamos em áreas: assistência social, educação e saúde. Elas representam basicamente 94% do gasto planejado com crianças e adolescentes. Essas são as principais áreas. Observamos que, na área de assistência social e combate à pobreza, para a qual temos orçados 33,7 bilhões de reais, mais de 80% são, basicamente, os gastos com o Programa Bolsa Família. Chamo a atenção para o fato de que aqui não estão ainda os recursos para a Renda Brasil, pois não conseguimos ter acesso a esses dados. E a ampliação dos gastos com educação tem aumento de cerca de 10 bilhões de reais — foi de 30 bilhões de reais para 41 bilhões de reais —, de 2021 para 2022. E isso se deve aos gastos com o FUNDEB e cerca de 4 bilhões de reais a mais na proposta de 2022 para a saúde. Então, aqui está o coração dos gastos com criança e adolescente no âmbito do Governo Federal.

Como podemos observar aqui, de fato, o aumento na proposta de 2022 reflete o gasto planejado com a complementação da União ao FUNDEB. Observamos que, desde 2019, ele vem crescendo. E houve um crescimento de 97,25% nesse período.

Aqui está o grande problema para o qual eu gostaria de chamar a atenção. Quando analisamos os dados, e isso traz bastante preocupação, observamos que o gasto planejado com as principais ações da assistência social que são voltadas para a criança e o adolescente, no período, teve uma redução de 198 milhões de reais. Então, mesmo que observemos aqui que, na proposta orçamentária, o Programa Criança Feliz tenha tido aumento de cerca de 20%, quando o comparamos com outros anos, ele não chega nem ao patamar, por exemplo, de 2020, que foi o seu melhor ano, em termos de alocação de recursos.

A grande preocupação na área da assistência social é com a redução de recursos para proteção social básica, já que ela vem sofrendo repetidas reduções nos gastos planejados,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mesmo com a pandemia. Mesmo a pandemia tendo ampliado as vulnerabilidades, observamos redução de 43% do orçamento dessa área no período. E é importante lembrar que a área da proteção social básica tem programas, como, por exemplo, o Programa de Convivência Familiar. Essa área tem as equipes volantes que visitam as famílias mais vulneráveis, identificam-nas, previnem a violação de direitos, fazem o encontro ou o acesso dessas famílias e crianças às principais políticas e aos direitos sociais. E ela é cofinanciada com Estados e Municípios. Os Municípios fazem projetos para a realização dessas ações. A partir do momento em que os recursos se escasseiam, os Municípios enfrentam problemas para a realização dessas ações, sobretudo no período pós-pandemia, e ainda com a pandemia podendo voltar neste ano com outra força. Os Municípios continuarão enfrentando esse tipo de problema.

Também houve redução de recursos na proteção especial. A proteção especial, dentro da assistência, é aquela que age quando os direitos de crianças e adolescentes e outros grupos já foram violados. São as crianças e os adolescentes que se encontram, por exemplo, nas instituições de acolhimento, em razão de violação de direitos no âmbito da família. Se essas instituições ficam sem recursos, como cuidar dos "filhos do Estado"? Nós os chamamos de "filhos do Estado" porque eles vivem nessas instituições porque o próprio Estado, para melhor proteção deles, colocou esses meninos e essas meninas lá.

Há um problema muito importante nessa área. E queremos mostrar que se fôssemos instados a dizer qual a principal redução na proposta orçamentária, diríamos que é dentro dessa área da assistência. É a principal redução em termos de tamanho. Mas nós temos outros problemas que encontramos, como, por exemplo, na área de segurança alimentar.

Todos sabemos que, não só por conta da pandemia, o Brasil voltou a fazer parte do Mapa da Fome. Ele havia saído desse mapa, e hoje vemos até várias notícias sobre busca de alimentos. O que avaliamos é que houve uma queda muito importante no orçamento para a segurança alimentar, uma queda de 417 milhões de reais nos últimos 4 anos. Essa área não tem vinculação de recursos, ou seja, ela não tem garantia de pagamento, e o problema da insegurança alimentar é muito grave.

Eu trouxe aqui um dado que mostra que, antes da pandemia, 57 milhões de pessoas viviam em situação de insegurança alimentar, sem acesso pleno e permanente a alimentos. Já em abril de 2021, esse número de pessoas em situação de insegurança alimentar foi para 116 milhões de pessoas, que passaram a viver insegurança alimentar grave, sendo que 43 milhões não têm acesso a alimentos em quantidades suficientes e 19 milhões têm insegurança alimentar grave, que é quando realmente falta o alimento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós não vemos uma justificativa para, neste momento em que volta a fome ao Brasil, em que a fome volta a figurar na pauta nacional, sofrermos redução de recursos para essa Pasta.

Dentro da área da segurança alimentar, é o Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE o principal componente. Ele significa mais de 80% dos recursos da área de segurança alimentar.

Esse programa, como os senhores observam, em 2019, contou com 4 bilhões de reais; na proposta orçamentária para 2022, a previsão é de 3 bilhões e 900 milhões de reais. Cai muito. Haverá redução de 200 milhões de reais no orçamento. Nós não encontramos uma explicação para essa queda projetada para 2022, sobretudo agora que se espera o retorno às aulas presenciais.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é responsável pela oferta de alimentação a todos os estudantes da educação básica pública no Brasil. Ele atende 41 milhões de alunos. E para muito desses estudantes a merenda escolar é a principal ou a única refeição do dia.

Trazemos aqui este alerta para as Sras. Parlamentares e os Srs. Parlamentares de que há uma importante redução nessa área, e seria necessário refletirmos sobre isso e repensarmos essa decisão.

Outra área, a da proteção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, congrega várias ações de proteção de direitos, por exemplo, a de centrais como o Disque 100, para denúncias sobre violações de direitos; a de adolescentes em conflito com a lei; a dos conselhos tutelares. Essa é uma área muito complexa, que está, sobretudo, no Ministério da Família e também há muito tempo vem com seus recursos estagnados. Isso é preocupante, porque os recursos estão estagnados, mas há crescimento de casos de violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes durante os 2 últimos anos, como revelou pesquisa do UNICEF muito recente.

Nós tivemos dificuldade de encontrar as ações dessa área, porque elas foram agregadas na Ação 21AR desde 2020. Ali foram juntadas várias dessas ações. E o que observamos e trazemos aqui como proposta é que ela precisaria crescer mais ou menos 41% nos seus recursos para chegar ao patamar de 2019.

Aqui eu chamo a atenção para algumas das ações que estão no amplo guarda-chuva dessa área, como, por exemplo, a promoção, a defesa e a proteção dos direitos da criança e do adolescente e dos direitos da pessoa com deficiência; o fortalecimento dos órgãos estaduais e municipais para o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial; a acessibilidade e a tecnologia assistida, porque, se não houver esse tipo de ação, como as crianças com deficiência, por exemplo, poderão frequentar as aulas? E não se trata só de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

frequentar as aulas, mas também de frequentar todos os espaços públicos. Nessa área estão também a promoção dos direitos da população em situação de rua; o direito a documentação, por exemplo, o registro civil, que é o primeiro documento de cidadania, e isso também está dentro dessa ação; e o atendimento às mulheres em situação de violência, muita delas mães que precisam dos abrigos e de todo apoio governamental.

Nós elaboramos no âmbito desse grupo, juntamente com as pessoas que trabalharam conosco, essa proposta de tabela para ficar como ferramenta de reflexão para esta Comissão. É uma tabela de solicitações ao Relator-Geral de recomposição do gasto social com crianças e adolescentes. Então, deixaremos isto aqui com vocês.

Para todas as ações contempladas aqui, partimos do princípio de busca de recomposição orçamentária ao patamar do ano de 2019. Por exemplo, dentro das ações de proteção social básica, é necessária a ampliação dos recursos em 77,72% no orçamento de 2022 para se aproximar do patamar mínimo definido, o ano de 2019. Para a proteção social especial, solicitamos ampliação dos recursos em 12% no orçamento de 2022, pois essa área também sofreu importante decréscimo de recursos, e nela estão todas as ações da assistência no âmbito dos CREAS das crianças e adolescentes que já se encontram com os direitos violados. No apoio à alimentação escolar na educação básica, também trazemos como sugestão a ampliação dos recursos em 4,87% no orçamento de 2022. Para o programa de desenvolvimento da primeira infância, temos um olhar para o ano de 2020, onde ele teve maior volume de recursos. Hoje, ele tem na proposta 451 milhões de reais, e achamos importante uma recomposição desses recursos, sobretudo nesse período em que teremos a agenda transversal, que precisa de governança. Para a área de promoção e defesa dos direitos, que está estagnada, também há uma proposta de recomposição orçamentária, saindo de 54 milhões de reais para 76 milhões de reais.

Como considerações finais, gostaríamos de enfatizar que é necessário ampliar investimentos em crianças e adolescentes. Esse é um passo importante. Temos conosco a felicidade de quem trabalha com pesquisa, a de contar hoje com esta ferramenta que vamos deixar com esta Comissão. Ela identifica quais são os gastos, as ações e os recursos propostos para crianças e adolescentes. É preciso, pelo menos, retomar os parâmetros de 2019 para as políticas voltadas para essa população.

Reitero o que tem acontecido com a proteção social básica e que nós consideramos muito grave. Essa área tem sofrido repetidas reduções nos recursos planejados, e essa é a polícia que está nos territórios, no âmbito dos CRAS. Quem conhece as famílias são as





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

equipes volantes. Sem recursos, como elas vão trabalhar? Como se vai evitar que os direitos sejam violados e os problemas aconteçam?

A insegurança alimentar é um problema urgente. Temos uma previsão orçamentária menor para a área da segurança alimentar, e nós estamos num contexto de volta da fome no Brasil. Então, propomos que sejam priorizadas justamente aquelas questões e situações que se agravaram no âmbito da pandemia, por exemplo, a insegurança alimentar e a evasão escolar.

Nós sabemos, e os estudos mostram, a dificuldade que é o retorno às aulas. Para muitas crianças que deixaram de frequentar as aulas, os estudos mostram que há dificuldade no retorno à escola. Então, é necessário investir não apenas na merenda escolar, mas também na retomada das aulas com segurança e na busca ativa desses meninos e meninas para que eles retomem à escola e não haja aumento na evasão escolar. E também há o agravante, durante a pandemia, na saúde mental de crianças e adolescentes e suas famílias e na violência doméstica contra crianças e adolescentes e suas famílias.

Como a Deputada Leandre informou, o estudo está no *site*. E nós ficamos aqui à disposição para conversar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Bosco Costa. PL - SE) - Passo a palavra ao Sr. Fernando Sertã Meressi, Subsecretário de Planejamento Governamental da Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria, do Ministério da Economia, por 15 minutos.

O SR. FERNANDO SERTÃ MERESSI - Bom dia, senhoras e senhores. Bom dia, Deputada Leandre.

Primeiro, quero agradecer o convite à Comissão Mista de Orçamento para estar nesta audiência pública tão importante. É uma honra estar nesta reunião.

Também quero parabenizar o IPEA e o UNICEF por esse trabalho, que será uma importante referência para o trabalho que estamos fazendo no momento sobre a implementação da agenda transversal e multissetorial da primeira infância.

Bom, quanto ao trabalho apresentado, eu vou me deter em dois pontos: primeiro, nas recomendações; segundo, na metodologia. Esses são dois pontos que eu entendo muito importantes para balizar o nosso trabalho de implementação da Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância, instituída pelo Decreto nº 10.770, de 2021.

Bom, quanto às recomendações, eu achei totalmente pertinentes e muito apropriadas todas as recomendações do trabalho do IPEA e do UNICEF, porque estão bem focadas naquelas ações que são as mais importantes para as crianças e os adolescentes,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

especialmente neste momento. Nós estamos falando do Programa Criança Feliz e do recurso para a governança da agenda instituída pelo Decreto nº 10.770. Nós estamos falando da proteção e defesa dos direitos das crianças. Nós estamos falando da proteção social básica; da alimentação escolar; da aquisição de alimentos da agricultura familiar para distribuição. São políticas fundamentais, especialmente para este momento. Gostaria de parabenizar os institutos por essas conclusões e essas recomendações.

E me parece apropriado o fato de que se propõe a retomada de um valor que já foi destinado a essas áreas em 2019. Eu não vou entrar na questão orçamentária. Eu só quero dizer que as ações para a recomposição foram muito bem selecionadas. Elas são as mais apropriadas para o momento. Isso eu tenho a falar sobre as recomendações.

Para nós, o estudo também foi muito importante. Nós participamos do GT coordenado pela Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, na qual temos um representante. Então, temos acompanhado os trabalhos e estamos tentando aplicar as conclusões no nosso dia a dia para a implementação da agenda.

Bom, para começar a falar sobre o nosso trabalho, vou fazer um pequeno retrospecto histórico.

A agenda da primeira infância foi instituída no Plano Plurianual 2020-2023 como uma prioridade. O PPA, como todos sabem, devido ao mandamento constitucional, fixa as diretrizes, os objetivos e as metas do Governo. Então, é um plano muito importante para dar rumo ao Governo. E, nesse caso, ele define como prioridade a agenda da primeira infância.

É preciso também enfatizar que o PPA é feito a partir de uma cooperação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, ouvida a sociedade. Nesse caso, o Poder Legislativo aprimorou muito o PPA ao incluir a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância como prioridade. Foi um aprimoramento no PPA feito pelo Poder Legislativo. Precisamos sempre fortalecer essa cooperação.

O que aconteceu? Uma vez na lei do PPA, nós tivemos que tomar as providências para tirar a agenda da lei, do papel, e implementá-la na prática. Só que se trata de um trabalho muito complexo por questões até da legislação.

O Marco Legal da Primeira Infância e o PPA determinam que as ações têm que ser intersetoriais, transversais e multissetoriais para enfrentar os problemas das crianças de forma integrada e integral, não fragmentada, porque de forma fragmentada o problema das crianças não é resolvido, uma vez que a criança é um ser integral. Por isso os problemas têm que ser atacados com várias ações do Governo. Mas isso envolve complexidade.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós dialogamos com todos os Ministérios envolvidos e fizemos um corte, porque essas ações têm que ser priorizadas. Então, nós elencamos algumas ações, em alguns Ministérios, para serem priorizadas, porque se ampliarmos muito o rol de ações, não teremos como priorizá-las, porque serão muitas. Seleccionamos então ações dos Ministérios da Cidadania; da Educação; da Justiça e Segurança Pública; da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; da Saúde; e também do Ministério do Turismo, por meio da Secretaria Especial de Cultura.

Além das muitas discussões, nós nos baseamos também em estudos pretéritos que analisaram profundamente a primeira infância; em trabalhos da Rede Nacional Primeira Infância, um trabalho que envolveu muitas instituições governamentais e não governamentais; e num trabalho que o Ministério da Saúde tinha feito para a primeira infância. Então, fizemos uma versão inicial e passamos o material para os Ministérios, a fim de que pudessem aportar na agenda as suas contribuições, excluindo ações, incluindo outras e alterando algumas. E, no final desse processo, chegamos ao Decreto nº 10.770, publicado em agosto de 2021. Esse decreto instituiu a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância.

Agora nós temos algumas tarefas: primeiro, priorizar essa agenda no orçamento; segundo, implementá-la de forma coordenada e articulada, em todos esses setores; e, terceiro, monitorar e avaliar as ações.

O primeiro passo agora é o rebatimento no orçamento. Nós já iniciamos esse trabalho. E a metodologia do estudo do IPEA, feito juntamente com o UNICEF, e os trabalhos do GT coordenado pela Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância vão servir de referência para o nosso trabalho no Poder Executivo.

Na semana passada, nós fizemos uma reunião com todos os Ministérios envolvidos. Havia 50 pessoas na nossa reunião, aproximadamente, inclusive um representante da SOF, que é a nossa grande parceira nesse trabalho dentro do Ministério da Economia. Na reunião explicamos como deveria ser o trabalho, ouvimos os Ministérios, fizemos a encomenda e nos colocamos à disposição para esclarecer dúvidas, auxiliá-los e apoiá-los no que for necessário.

A metodologia do trabalho do IPEA e do UNICEF é muito importante, porque há no orçamento gastos específicos para a primeira infância, mas há também gastos dentro de ações que têm que ser separados. Então, nós estamos trabalhando com o gasto ampliado e também buscando avançar para o gasto difuso. Já encomendamos esse trabalho para os Ministérios.

No caso do gasto ampliado e do gasto difuso, nós vamos usar os ponderadores, seguindo essa metodologia do estudo. É um trabalho complexo, é uma grande inovação na temática orçamentária e é um trabalho que está em construção. Juntamente com a SOF, nós vamos regulamentar o decreto por meio de uma portaria, que, imagino, em dezembro ou





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

janeiro estará pronta. Hoje o ofício deve sair daqui do Ministério da Economia para os demais Ministérios, com a encomenda desse trabalho, vamos dizer assim, de maneira formal, oficial, e vamos começar esse trabalho.

Dada a complexidade do trabalho, nós o dividimos por fases. A primeira etapa será identificar os gastos específicos, que é o mais fácil; num segundo momento, nós vamos identificar os gastos ampliados; e, num terceiro momento, considerando a conveniência e a oportunidade dos Ministérios, eles também poderão avançar para os gastos difusos. Mas a identificação do gasto difuso é feita conforme conveniência e oportunidade do Ministério. Nós vamos focar mesmo é no gasto específico e no ampliado. Então, nós estamos indo por fases, de forma a conseguirmos fazer essa marcação. Como eu disse, é uma inovação, mas, dada a importância do tema, todos nós estamos envidando esforços para implementar os comandos, tanto da lei do PPA quanto da LDO e também do Decreto 10.770/21.

Então, os trabalhos já estão em curso. Nós estimamos que no primeiro trimestre de 2022 estejamos com os gastos específicos e ampliados identificados pelos Ministérios. Talvez no primeiro quadrimestre já esteja tudo isso marcado e o difuso fique para um pouco mais a frente. Esse é o nosso planejamento, e nós entendemos que o estamos seguindo a contento.

Muito obrigado.

Eu fico por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Bosco Costa. PL - SE) - Agradecemos a participação do Sr. Fernando Sertã Meressi.

Eu passo a palavra ao Sr. Fernando César Rocha Machado, Subsecretário de Estudos Orçamentários, Relações Institucionais e Tecnologia da Informação, da Secretaria de Orçamento Federal.

Tem a palavra V.Sa. por 15 minutos.

O SR. FERNANDO CÉSAR ROCHA MACHADO - Bom dia a todos. Meus cumprimentos aos Parlamentares presentes, aos demais convidados desta audiência pública, especialmente ao meu colega e xará Fernando Sertã, aqui do Ministério da Economia, e a todos os que acompanham pelas redes sociais o tema e que estão presentes em nossa audiência.

Primeiro, eu gostaria de destacar a importância do evento, como o Fernando já comentou, por tratar de um tema de grande relevância. A Deputada Leandre, que faz parte da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, pontuou muito bem.

Também gostaria de parabenizar a Frente pelos avanços já conquistados. Nós sabemos que é um trabalho muito importante o que V.Exas. vêm realizando ao longo dos anos e gostaria de parabenizá-los pelos avanços que já foram destacados hoje nesta audiência.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Também quero parabenizar a todos pela apresentação do trabalho que foi feito, muito bem exposto nesta audiência, demonstrando a importância do esforço de apurar os dados orçamentários, as despesas e investimentos — eu acho que é muito bem colocado dessa forma. Quando tratamos do público da primeira infância, a criança e o adolescente, o termo "investimento" é muito importante.

Esse trabalho que foi apresentado pela colega possibilitou algumas análises muito interessantes. Nós já o tínhamos recebido também. Parabéns! Por isso é importante, para esse tipo de trabalho, para esse tipo de análise que foi apresentada, monitorar essas despesas.

A questão da agenda transversal, que saiu no decreto que nós publicamos em agosto deste ano, eu acho que o Fernando Sertã abordou muito bem, detalhou muito bem o contexto de como tudo aconteceu e os principais pontos e até alguns encaminhamentos em termos de prazo. Assim, eu não vou me alongar muito nesse tema. É um trabalho do Ministério da Economia, e, como ele destacou, a SOF está participando e apoiando esse processo. Mas eu vou falar mais da perspectiva orçamentária mesmo.

Com relação ao estudo, acho importante destacar a metodologia do IPEA e da UNICEF, principalmente no que diz respeito à utilização das ponderações. Essa é, vamos dizer, a técnica que faz toda a diferença nas experiências dos países que implementaram o acompanhamento orçamentário dessas agendas transversais, especificamente no caso da primeira infância.

O Fernando Sertã destacou bem que a tarefa de marcação orçamentária das ações específicas, como chamamos, é um pouco mais simples, porque aquelas ações são exclusivas para o público em questão. Agora, nas ações difusas, de caráter difuso, e nas ações e programações orçamentárias que atendem diversos públicos dentro da sua finalidade, realmente, a ponderação vem como uma ferramenta essencial. E o estudo considera na metodologia esse tipo de ponderação. Isso é importante. Nós temos a experiência da Argentina como exemplo, com o apoio da UNICEF, em que foi utilizado esse tipo de técnica.

No Orçamento Geral da União de um país continental como o nosso, com diversas Pastas e com muitas transferências para outros entes, com certeza, essa questão da ponderação vai ser muito importante, como a metodologia de identificação dos investimentos orçamentários. Então, vamos tratar como despesa.

Então, quero fazer só um comentário com relação até ao trabalho apresentado. Acerca da combinação das ações orçamentárias com o plano orçamentário, na nossa avaliação, ela pode apresentar resultados consistentes, mas tem que ser muito bem aplicada. Portanto, demanda um esforço contínuo, um grande esforço, principalmente no período inicial, de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

acompanhamento da programação de cada órgão setorial, que tem suas características específicas. Então, o sucesso desse tipo de acompanhamento está na marcação.

E essa questão da ação orçamentária e do plano orçamentário pode ser consistente, mas reitero que vai ter que haver um esforço muito grande de todos os envolvidos, inclusive e principalmente dos Ministérios que acompanham e conhecem as suas políticas e as suas programações com mais profundidade. Esse trabalho está sendo feito com o Ministério da Economia, e, como o Sertão destacou, também com a participação dos Ministérios que constam do decreto.

Como sugestão em relação trabalho que foi apresentado, as despesas que existem lá, realmente, sobretudo as que dizem respeito à educação, no âmbito do Ministério da Cidadania e do Ministério da Saúde, são realmente o coração, voltado ao público da primeira infância, as crianças, e os adolescente. Mas eu também colocaria, como observação, os investimentos no âmbito do Ministério da Justiça, onde existem políticas voltadas para esse público. Esta é só uma observação, uma sugestão para próximos trabalhos de levantamento e análise nesse sentido, mas o que existe lá realmente é o principal, conforme já destacou o Sertão.

Com as recomendações, eu concordo — são todas muito relevantes e enfocam realmente as principais ações orçamentárias —, mas só faria só uma observação, que já foi comentada nesta audiência, em relação ao contexto fiscal, porque os valores colocados lá são referentes a 2019. Como já foi destacado aqui na audiência, aquele era outro contexto fiscal; era a pré-pandemia. Acrescento, ainda, que o Orçamento 2019 foi elaborado no contexto do antigo PPA. Então, também há mudança. São dois Planos Plurianuais diferentes. Só para pontuar. Isso não quer dizer... O estudo é excelente, a análise está excelente. Quero só pontuar esse fato, fazer essa observação.

Eu citaria alguns desafios desse trabalho que o Fernando colocou, que é a intenção da Frente Parlamentar. E está sendo implementado esse esforço, tanto do Poder Legislativo como do Poder Executivo, que é uma característica do nosso Orçamento. Embora ele seja muito analítico e apresente muitos detalhes em relação a outros orçamentos, de outros países, e tenha uma considerável quantidade de classificações orçamentária, a marcação de despesas de caráter transversal não é uma tarefa simples. Então, o Ministério da Economia, junto com os outros Ministérios, vai implementar um esforço bem grande. Nós sabemos disso pela literatura, que nos mostra outras experiências, em outros países. Existe uma certa complexidade das políticas de cada órgão, das políticas públicas desenvolvidas em cada órgão setorial, que reflete em suas programações. Isso requer um esforço grande, e acho que todos os que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

acompanham a questão orçamentária sabem que, embora tenhamos um Orçamento bem analítico, com muitas classificações, vamos ter esse desafio grande pela frente.

Ainda é importante destacar que boa parte desses recursos voltados ao público da primeira infância, sobretudo, são executados via transferências, o que demanda uma atenção, um acompanhamento ainda mais robusto por parte do Governo Federal e dos Ministérios em cada política pública. Então, a marcação, o acompanhamento dessas despesas, dado que existem muitas transferências, exige um pouco mais; é um pouco mais complexo do que o das despesas diretas.

E, por fim, em termos de caracterizar a questão mais na perspectiva orçamentária, nós temos um desafio em curso, que é a marcação dessas despesas, para possibilitar esse tipo de análise, de trabalho, de melhor atuação do Congresso, do Poder Executivo, da sociedade em si. Mas temos um segundo passo mais à frente, dada essa marcação, esse acompanhamento orçamentário das despesas do tema, que é o acompanhamento das entregas. Isso é um desafio. Vamos cumpri-lo. Primeiro, vamos identificar os investimentos que estão no Orçamento. Mas eu colocaria esta questão também: o que resultou desse investimento? É claro que os órgãos de controle fazem suas auditorias já voltadas a algumas políticas públicas cujo público-alvo é o da audiência aqui envolvida, mas uma segunda etapa seria realmente trabalhar nas entregas.

Só para fechar, registro que o resultado desse trabalho, desse esforço que o Ministério da Economia está fazendo, com o apoio do Congresso e dos outros Ministérios, por meio desse trabalho que o Fernando Sertã, da SECAP, no Ministério da Economia, está liderando tão bem — estamos participando —, vai possibilitar realmente esse tipo de discussão que estamos tendo hoje aqui, de análises mais focalizadas, de dados bem qualitativos, para poder orientar o Congresso e o Poder Executivo na sua atuação e o terceiro setor, além do acompanhamento pela sociedade.

É importante também balizarmos esse trabalho. Quando focamos essa questão do monitoramento dos investimentos voltados para a primeira infância, a criança, e o adolescente, sobretudo para a primeira infância, foco que estamos dando no momento, temos que utilizar essas informações na tomada de decisões — isso é importantíssimo —, buscando priorizar sempre a política da infância; possibilitar o rastreamento dessas despesas, o que também é importante, principalmente para a atuação dos órgãos de controle, e a marcação orçamentária ajuda nesse sentido; facilitar a avaliação do impacto desses gastos; identificar gargalos; enfim, promover a eficiência, a eficácia dessa despesa, desses investimentos — a marcação orçamentária, um monitoramento melhor ajuda nesse sentido —, a fim de apoiar e sistematizar





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

a transparência. Foi destacado pela Deputada Leandre que isso seria importante. Essa marcação estando bem estruturada, é possível realmente organizar melhor essas informações para a sociedade, esclarecendo sobre esses gastos voltados para a primeira infância, as crianças, e os adolescentes.

Neste início, eu pontuaria essas questões.

Parabenizo a Comissão pelo evento, mais uma vez, e agradeço o convite.

O SR. PRESIDENTE (Bosco Costa. PL - SE) - Agradecemos a participação do Sr. Fernando César Rocha.

Passo a palavra, por 15 minutos, à Sra. Júlia Alvez Marinho Rodrigues, Consultora de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados.

A SRA. JÚLIA ALVES MARINHO RODRIGUES - Obrigada, Deputado. Primeiramente, quero agradecer a oportunidade à Deputada Leandre e à Deputada Paula Belmonte, duas grandes defensoras do tema, assim como o senhor.

Eu gostaria de compartilhar com vocês uma apresentação. Todo o foco da minha fala vai ser na contribuição que o Legislativo tem dado para essa pauta, para essa agenda da primeira infância.

Eu trabalho na Consultoria, então estou sempre em contato com os Parlamentares, produzindo dados, informações e análise. Sei da dedicação de todos desta Casa ao assunto.

A Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, de uma forma inédita, mobilizou diversos atores para esse grupo de trabalho interinstitucional. Há a participação de técnicos do Legislativo, da Câmara e do Senado, do Poder Executivo, de entidades da sociedade civil, dos órgãos de controle. Temos feito um trabalho bem intenso de análise dessas políticas públicas e também dos dados orçamentários.

(Segue-se exibição de imagens.)

O meu foco vai ser a apresentação desses dados, especificamente as emendas que foram apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022.

As emendas são o principal instrumento que os Parlamentares têm para intervir nesse debate, para aperfeiçoar as políticas públicas. Trata-se de uma das principais competências do Legislativo, de uma das leis mais importantes discutidas nesta Casa. As emendas têm a previsão constitucional e são também previstas na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. Basicamente, temos as emendas apresentadas pelos Parlamentares individualmente, as emendas coletivas, apresentadas pelas bancadas e pelas Comissões, e as emendas de Relator, cada uma com a sua competência, cada uma com um foco específico.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vou trazer resultados a partir do trabalho coordenado pelo IPEA e pelo UNICEF. Eles sugeriram um cardápio, um rol de ações com prioridade para alocação de recursos. Então, vou trazer aqui os dados das emendas que foram apresentadas pelos atores do Parlamento para essa programação sugerida pelo grupo de estudos.

Eu queria chamar a atenção para o fato de que há 2 anos o Congresso introduziu uma nova forma de execução das emendas: as transferências especiais. Podemos ter emendas com finalidade definida, nas quais, na proposta, já se indica a área em que aquele recurso vai ser gasto, ou, então, podemos ter as transferências especiais, nas quais são indicados os entes federados que receberão o recurso, e as áreas são definidas no momento posterior. Estes valores que eu trago aqui são os valores mínimos que serão gastos com essa temática da primeira infância. Saibam que eles podem ser muito maiores. Por quê? Porque as transferências especiais, quando chegarem lá na ponta, aos Municípios, também podem ir para essas áreas. Então, este é um conjunto mínimo de dados de um compromisso do Parlamento com a temática. Na prática, este valor ainda vai ser maior.

Daquelas ações que foram apresentadas pela Enid no início desta audiência pública, uma das principais era a ação da primeira infância do programa Criança Feliz. Foi previsto para o Orçamento do ano que vem um valor de 451 milhões de reais. Esses recursos foram acrescidos em 667 mil reais pelos Parlamentares, por meio das suas emendas individuais com a modalidade definida. Então, eles já indicaram que esses recursos serão direcionados para o programa da primeira infância.

A segunda ação sinalizada pelo grupo de trabalho foi a ação da proteção social básica, a 219E. Essa ação veio com uma previsão de 638 milhões de reais no Orçamento e com o valor sugerido de 1,1 bilhão de reais. As Comissões, especialmente a Comissão de Seguridade Social, têm sempre uma atenção especial para essas ações de assistência social. Então, nós temos o valor proposto pelas Comissões de 2,5 bilhões de reais para essa ação específica. Esse valor vai ser aprovado? Provavelmente não, porque as Comissões sugerem, propõem um valor, mas depois há uma compatibilização entre aquilo que foi pedido e aquilo que está disponível para ser alocado pelas Comissões.

Essa alocação é realizada tanto pelos Relatores Setoriais quanto pelo Relator-Geral. No caso da assistência, embora a ação principal sinalizada pelo UNICEF tenha sido a 219E, eu queria trazer outra ação que complementa essa anterior, a 219G, que é a estruturação da rede de proteção social. Ela atende tanto a proteção social básica quanto a proteção social especial. Vem sempre com um valor muito pequeno no projeto de lei, porque é uma ação destinada às emendas parlamentares.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Como vocês podem ver, nessa ação já temos um volume de recursos bem maior. Só de emendas individuais são mais 200 milhões de reais e de emendas de bancada impositivas são mais 69 milhões de reais, totalizando praticamente um acréscimo, já assegurado, com as emendas impositivas, de 270 milhões de reais para a rede de proteção social básica, que é principalmente implementada pelos Municípios. Nessa ação, foram propostas emendas de bancada não impositivas no valor de 410 milhões de reais e emendas de Comissão no valor de 4,2 bilhões de reais, sinalizando também a possibilidade de ampliação dos recursos para a área da proteção social pelo Relator Setorial e pelo Relator-Geral.

A ação da merenda escolar, de apoio à alimentação escolar, não teve nenhuma emenda. Por quê? Porque é uma ação obrigatória, e temos uma vedação no sentido de que os Parlamentares não façam emendas a gastos obrigatórios. Então, quem poderia recompor esta dotação seria apenas o Relator-Geral se for autorizado no parecer preliminar. Por isso, nesta ação do Ministério da Educação, da alimentação escolar, não foi proposta nenhuma emenda até o momento.

A penúltima ação é a de aquisição de alimentos. Neste caso específico, tratamos dos alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos — PAA. Então, há toda uma articulação também com a agricultura familiar. Novamente, nesta ação podemos verificar o valor expressivo que os Parlamentares já acrescentaram: de emendas individuais, 17 milhões de reais, e, de emendas de bancada impositivas, mais 28 milhões de reais. Então, já há um total de acréscimo de 45 milhões de reais para essas despesas em 2022. E ainda temos mais 130 milhões de reais de emendas de bancada não impositivas e 600 milhões de reais de emendas de Comissão, a depender agora da fase de atendimento dessas propostas.

A última ação é a do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, para atendimento de diversos públicos, sempre com foco na promoção dos direitos humanos. O valor previsto no Orçamento é de 54 milhões de reais, o valor sugerido pelo estudo é de 76 milhões de reais, e nós podemos verificar que só com as emendas individuais esse valor sugerido inicialmente já foi em muito superado. Nós temos emendas individuais no valor de 85 milhões de reais, emendas de bancada impositivas no valor de 9,6 milhões de reais, emendas de bancada não impositivas no valor de 20 milhões de reais e emendas de Comissão que podem chegar a 2,3 bilhões de reais.

Um detalhe importante é que se trata de uma ação genérica do Ministério dos Direitos Humanos. Então, esses recursos aqui são destinados a vários públicos, a pessoas com deficiência, mulheres, crianças e adolescentes, e à promoção da igualdade racial. Não são





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

exclusivos às crianças. Nós só conseguimos ter esse detalhamento na fase da execução da despesa, e não nesse momento agora de discussão da proposta.

O próximo quadro aqui sintetiza esses números que eu trouxe. Eu optei por comparar o valor que está proposto no Orçamento com as emendas impositivas, porque são aquelas que nós já temos a segurança de que foram apresentadas e que deverão ser executadas em 2022.

Então, de um total de 5,2 bilhões de reais destinados para esse conjunto de ações, a proposta já vai sair do Parlamento com, no mínimo, mais 410 milhões de reais. Voltando ali para o primeiro eslaide, é o Parlamento mais um ano demonstrando o seu compromisso com a pauta, com a agenda da criança e do adolescente.

É isso. Obrigada. Estou à disposição para tirar qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Bosco Costa. PL - SE) - Agradecemos a participação da Júlia, que foi rápida, sucinta e objetiva. Parabéns pela exposição!

Encerradas as considerações dos expositores, iniciamos o debate.

Há alguém que queira fazer as considerações finais? *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Paula Belmonte.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF) - Bom dia, Presidente. Bom dia, Deputada Leandre. Bom dia a todos os expositores. Cumprimento também a nossa consultora Júlia, que fez um trabalho excelente na Câmara Federal, não só com essa apresentação, mas também com o que fez no ano passado a respeito dos PPAs.

Por incrível que pareça, nós ficamos assustados quando vimos que os Estados e os Municípios não tratam as questões relacionadas à criança de acordo com o PPA. Na época, só dois Estados mencionaram a política da primeira infância. Realmente é fundamental trazermos esse debate para a CMO, para que possamos colocar em prática o que nós já temos na Constituição Federal, que é a prioridade absoluta das nossas crianças e adolescentes.

Então, para nós, é uma grande alegria ter a Deputada Leandre como Presidente da Frente Parlamentar, da qual eu sou Vice-Presidente, e hoje eu sou também Coordenadora da Comissão Externa de Políticas para a Primeira Infância.

Esse trabalho vem, sim, fazer diferença. E nós precisamos, Deputado e hoje Presidente desta Comissão, fazer a sensibilização, cada vez mais, nesta Casa, da importância desse investimento na nossa criança.

A Enid falou aqui a respeito de coisas básicas, como segurança alimentar. Noventa e oito por cento da segurança alimentar é tratada dentro da escola. Nós tivemos, por 2 anos, crianças fora da escola. E como ficou essa segurança alimentar?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A repercussão disso é de toda a sociedade. Então, hoje, esse problema não é um problema só do Parlamento, não é um problema só do Executivo, não é um problema só da sociedade civil. Esse problema é de todos nós, porque nós vamos ter um futuro que mostrará que, antes dele, não houve segurança alimentar, não houve qualidade na educação, e não há uma segurança ainda. Hoje saiu um dado mostrando que, de cada 10 crianças, uma está fora da sala de aula.

Então, essa responsabilidade é fundamental. Para a reconstrução do nosso Brasil, temos que colocar a criança e o adolescente como prioridade absoluta. A transparência e a metodologia com as quais esse trabalho foi feito são fundamentais para que possamos enxergar e fazer com que essas políticas se tornem indicadores para que possamos fomentar mais ainda, ou mesmo mudar o roteiro.

Esse é um compromisso que nós temos no nosso mandato. Pedimos a sensibilidade de todos que estão nesta Comissão — que é fundamental para o desenvolvimento do nosso Brasil neste momento, nesta Legislatura, neste ano —, principalmente porque a responsabilidade dobra, pois nós estamos em um momento de reconstrução pós-pandemia, e sabemos que ainda temos alguns caminhos a trilhar para que possamos falar, muitas das vezes, no novo normal. Ontem, eu ouvi uma expressão de que gostei muito: *"Um novo futuro"*. O novo futuro já é dessa maneira, e nós precisamos fazer com que a criança e o adolescente sejam prioridade absoluta, não só na Constituição Federal, mas na prática do orçamento do Executivo e do Legislativo.

Sou muito grata a todos.

Que Deus os abençoe!

Parabéns a todos os expositores.

O SR. PRESIDENTE (Bosco Costa. PL - SE) - Agradeço a participação de V.Exa., Deputada Paula Belmonte. A sua manifestação engrandece esta audiência quando V.Exa. fala na criança, no adolescente e na educação. Eu não acredito em avanços sem educação. A coisa mais bonita, mais linda que eu acho no ser humano é poder formar cidadãos e cidadãs. Então, eu acho que esta audiência vai por esse caminho. São as ferramentas que temos para podermos reconstruir o Brasil após esse tempo perdido, principalmente devido à pandemia.

Está aberta a palavra para as considerações finais.

Deputada Leandre, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. LEANDRE DEL PONTE - Obrigada.

Quero fazer algumas considerações, em especial em relação à apresentação da Júlia. Eu quero agradecer a ela a presença.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É importante registrarmos aqui que é lógico que nós, como Parlamentares, temos a prerrogativa de fazer alguma emenda. Mas eu sempre relutei e continuo relutando em aceitar isso, porque política de Estado tem que ser feita com recurso previsto no Orçamento vindo do Executivo.

Por exemplo, seguramente os 600 mil reais que foram colocados para o Programa Criança Feliz são uma quantia irrisória para um programa que tem que atender o Brasil inteiro. Como a criança, especificamente a primeira infância, está como prioridade no PPA, esse é um programa que precisa ser reforçado. O valor que foi colocado no Orçamento dá para atender aquilo que já está sendo estabelecido de meta nos Municípios, mas precisamos ampliar isso. Temos que lembrar que, a cada 10 milhões de reais que colocarmos, vagas serão abertas para novas crianças serem acompanhadas e inclusive empregos serão gerados.

Nós estamos aqui hoje para reforçar isso e para sensibilizar os Parlamentares da Comissão Mista do Orçamento, em especial o Relator, porque, a esta altura, só cabe emenda de Relator, e não mais emenda individual, até porque as emendas individuais são uma parte quase insignificante do Orçamento Geral, não passando de 1,5%. Não dá para se fazer política pública com emenda. Eu discordo, sempre discordei e vou sempre discordar disso.

Eu acredito que nós temos que ter um Orçamento efetivo, contínuo e ampliado, porque, se a pandemia trouxe desafios ao Brasil e ao mundo, para os vulneráveis os desafios são muito maiores. Imaginem os desafios para as crianças, que tiveram praticamente todos os seus direitos violados, sofreram quase todos os tipos de violência, de violação de direito, de privação. Precisamos pensar que futuro nós queremos. Antes da pandemia, nós já tínhamos, de cada dez crianças brasileiras, quatro vivendo em extrema pobreza.

Portanto, este é o apelo que eu quero fazer aqui para todos os Parlamentares desta Comissão: ajudem-nos a sensibilizar o nosso Relator, o nosso querido Deputado Hugo Leal, que foi muito receptivo à proposta que nós trouxemos, para que realmente olhe e pense no futuro que nós queremos para o nosso País, porque nós precisamos construir hoje o futuro daqueles que estarão no nosso lugar daqui a pouco e, se nós não aproveitarmos esta janela de oportunidades para tratar as causas dos problemas, nós não deixaremos, no futuro, de tratar os efeitos dos problemas, como fazemos hoje. Com certeza, é um investimento muito menor investir na primeira infância do que depois ter que ficar custeando medidas socioeducativas, presídios, crianças que precisam repetir o ano. Isso não é porque elas nasceram assim. Todos nós nascemos iguais. O que nos diferencia são as condições em que nós somos criados, as oportunidades que nós temos no momento mais estratégico da nossa vida. Como é que vamos garantir para a criança que nasce num ambiente de extrema pobreza que a diferença entre ela





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

e as demais vai ser menor, que nós vamos conseguir diminuir as diferenças? É por isto que tem que haver poder de Estado: justamente para podermos equilibrar essa balança, para podermos dar mais para quem mais precisa.

Então, o nosso apelo, em nome de todos os Parlamentares — Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras — que acompanham nossa Frente Parlamentar, é para que esta Comissão Mista de Orçamento neste ano possa dar um exemplo de retomada e recuperação pós-pandemia, começando por aqueles que a lei já determina como prioridade, mas que para nós têm que ser uma prioridade legítima, verdadeira e eficiente, porque, seguramente, se nós não conseguirmos proteger as crianças, não vamos conseguir proteger nada neste País.

Muito obrigada, Presidente. Agradeço mais uma vez à Comissão Mista de Orçamento e a todos os que junto conosco participaram.

O SR. PRESIDENTE (Bosco Costa. PL - SE) - Agradeço aos participantes e às participantes Enid Rocha, Fernando Sertã Meressi, Fernando César e Júlia Alves Marinho.

A SRA. ÉRIKA AMORIM - Presidente, com licença, seria possível que eu fizesse uma fala, só para prestigiar? Sou a Deputada Érika, do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Bosco Costa. PL - SE) - Pode, sim. Eu não a reconheci, Deputada. Desculpe.

A SRA. ÉRIKA AMORIM - É que eu apertei o botão e achei que o visor sinalizaria, mas não quis interromper.

Bom dia.

Eu me chamo Érika Amorim e sou Deputada de primeiro mandato no Ceará. Estive Presidente da Comissão da Infância e da Adolescência e estou representando o Ceará do Pacto Nacional pela Primeira Infância, no CNJ. Então, já estive em algum momento buscando beber desta água de conhecimento, através dos trabalhos da Deputada Leandre, a quem eu quero parabenizar, juntamente com a Deputada Paula. Elas são muito atuantes e têm tido importante trabalho na pauta da primeira infância, sensibilizando, de fato, todos os Deputados, os agentes e a sociedade para a pauta da primeira infância, que é extremamente importante. Precisamos reconhecer os bons trabalhos. Eu venho do Ceará, um Estado pobre, mas um Estado que, graças a Deus, reconhece a importância da primeira infância. Através do Governo e do Programa Mais Infância Ceará, temos tido avanços e temos priorizado os nossos meninos e meninas. Mas entendemos o que foi colocado aqui.

Eu quero parabenizar o IPEA, na pessoa da Enid; a Júlia; o UNICEF, que é importantíssimo no âmbito nacional para o estabelecimento dessa compreensão dos cuidados,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da prioridade absoluta que o art. 227 da nossa Constituição estabelece e da intersetorialidade que precisa acontecer.

A questão do Orçamento é relevante e precisa ser compreendida, precisa estar mais acessível a todos. Nós, no Ceará, vamos buscar, através do conhecimento desse estudo, da metodologia, aprofundar e trazer para a nossa realidade mais clareza. Vamos buscar também essa implementação lá.

Então, quero parabenizá-la, Deputada, e todos os envolvidos, colocando o nosso Estado e o nosso mandato à disposição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Bosco Costa. PL - SE) - Antes de encerrar, eu quero parabenizar o Senador Izalci pela autoria do requerimento para a realização desta audiência. No corre-corre do dia a dia, sabemos que infelizmente às vezes é impossível cumprir a agenda. Parabenizo o Senador por esta audiência e os participantes.

Eu fico feliz, Deputada Leandre, Deputada Paula e Deputada do Ceará, de ver como V.Exas., mulheres, cuidam das crianças, pelo fato de serem mulheres, de serem mães. Estão na audiência hoje, no debate, praticamente só mulheres. Parabéns!

Eu sou homem, mas tenho muito cuidado com as mulheres, tanto que, neste último mandato nosso — me parece, não sei —, sou o primeiro ou o segundo Deputado que apresentou mais projetos de lei em defesa da mulher brasileira. As mulheres hoje, a cada dia, são vítimas de violência em todos os segmentos: no trabalho, no esporte. Nós precisamos cuidar das mulheres e também dos homens, mas principalmente das crianças. Como falei aqui, não há nada mais bonito do que formar cidadãos e cidadãs.

Quero agradecer a participação de todas e de todos os expositores e dizer que estamos passando por um período difícil. Não quero aqui entrar em área político-partidária. Nós que fazemos o Parlamento brasileiro temos que unir forças, independentemente de sigla partidária. O Brasil está precisando da nossa contribuição. Tenho certeza de que V.Exas., mulheres, são capazes, unidas e preparadas para reconstruir um Brasil melhor para o futuro dos nossos filhos e netos e das futuras gerações.

Muito obrigado.

Declaro encerrada a presente audiência pública.

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2021

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Esta reunião foi convocada para discutir acerca do destino de receitas provenientes de operações de créditos previstos no Orçamento Geral da União para 2022, em atendimento ao Requerimento n. 37/2021-CMO, de autoria do Deputado Hildo Rocha e aprovado na 13ª Reunião Deliberativa Extraordinária ocorrida em 01/12/2021. Para isso, foram convidados os seguintes representantes: Sr. Otávio Ladeira de Medeiros - Subsecretário da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia; Sr. Joaquim Ramalho de Albuquerque - Diretor da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União (TCU); Srª Maria Lucia Fattorelli - Coordenadora Nacional da Entidade da Sociedade Civil Auditoria Cidadã da Dívida; Sr. Eduardo Brasileiro - Representante da Entidade da Sociedade Civil da Associação Brasileira pela Economia – ABEFC e Sr. Rodrigo Vieira de Avila - Representante da Entidade da Sociedade Civil do Observatório de Finanças da CBJP (Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB). Foi registrado o comparecimento dos membros: **Deputados titulares:** Bosco Costa, Domingos Sávio, Hildo Rocha, Marx Beltrão, Osires Damaso, Sérgio Souza e Zé Carlos - **Senadores titulares:** Carlos Fávaro e Simone Tebet; - **Deputados suplentes:** Aluisio Mendes, Caroline de Toni, Célio Silveira, Dagoberto Nogueira, Gelson Azevedo, Hercílio Coelho Diniz, Ossesio Silva, Pinheirinho, Robério Monteiro, Weliton Prado e Wilson Santiago. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Carlos Gaguim, Cláudio Cajado e Liziane Bayer. **ABERTURA:** às quatorze horas e vinte e dois minutos, os trabalhos foram abertos pelo membro da CMO e autor do Requerimento, Deputado Hildo Rocha, que comunicou a finalidade da audiência pública e informou que a reunião ocorria de forma semipresencial com presença de parlamentares no plenário e com participação de forma virtual, através da plataforma zoom. Também comunicou que, para melhor ordenamento dos trabalhos, de acordo com o estabelecido no art. 15, inciso III, da Resolução 01/2006 do Congresso Nacional, os palestrantes disporão de 10 minutos, prorrogáveis, para sua exposição. E de acordo com o art. 94, §2º e §3º do Regimento Interno do Senado Federal, os membros da Comissão poderiam, terminada a apresentação, interpelar os oradores exclusivamente sobre o tema da exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos. O Presidente em exercício informou também que as apresentações dos palestrantes estavam disponíveis na página da CMO e abriu a lista de inscrições para o debate. Em seguida, comunicou que, conforme consta no Requerimento 37/2021-CMO, foi convidado a participar desta Audiência representante do Banco Central, porém o Chefe da Assessoria Parlamentar do órgão enviou e-mail informando que o Banco Central não é autoridade fiscal e não tem competência institucional e legal para tratar de temas orçamentários, que são atinentes ao Ministério da Economia. Esclarecido o fato, concedeu a palavra ao Sr. Joaquim Ramalho de Albuquerque - Diretor da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União (TCU) que fez sua exposição compartilhando sua apresentação remotamente via plataforma Zoom para os demais convidados e parlamentares presentes. A seguir passou-se a palavra a Srª Maria Lucia Fattorelli – Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida que fez sua apresentação intitulada “Privilegio da Dívida – Projeto de Lei Orçamentária 2022”. Às quinze horas e dez minutos concedeu-se a palavra ao Sr. Rodrigo Vieira de Avila - Representante da Entidade da Sociedade Civil do Observatório de Finanças da CBJP (Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB) que fez sua exposição remotamente por meio da plataforma Zoom compartilhando sua apresentação sobre o tema. A seguir, foi concedida a palavra ao Sr. Otávio Ladeira de Medeiros - Subsecretário da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia que esclareceu alguns pontos levantados pelos convidados anteriores. O presidente em exercício então concedeu a palavra ao último convidado do dia Sr. Eduardo Brasileiro - Representante da Entidade da Sociedade Civil da Associação Brasileira pela Economia – ABEFC, que remotamente parabenizou os convidados presentes e também fez suas colocações. Por fim foi aberta a discussão com a participação dos Deputados Dagoberto Nogueira e Bosco Costa, presentes em Plenário, que fizeram suas colocações. Por fim, foi concedido até cinco minutos aos convidados para prestarem os últimos esclarecimentos e agradecimentos. **ENCERRAMENTO:** às dezesseis horas e quarenta e um minutos, o Presidente em exercício encerrou a reunião antes, porém, agradeceu a participação dos representantes dos órgãos convidados e dos demais parlamentares. Para constar, eu, Walbinson





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

crescendo. No ano passado, nós tivemos um aumento fenomenal, neste ano também, muito em função da inflação — nós sabemos disso. Mas há dúvidas em relação a todo esse endividamento. Então, para podermos esclarecer esse assunto, nós estamos aqui reunidos.

Inicialmente eu passo a palavra ao Sr. Joaquim Ramalho de Albuquerque, Diretor da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União — TCU.

V.Sa. dispõe de até 10 minutos.

O SR. JOAQUIM RAMALHO DE ALBUQUERQUE - Bom dia a todos. O meu nome é Joaquim Ramalho de Albuquerque, sou servidor lotado na Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União. Agradeço ao Deputado Hildo Rocha e aos demais Parlamentares, em nome da Presidente do TCU, a Ministra Ana Arraes, o convite para participar desta audiência pública para tratar sobre as operações de crédito do PLOA de 2022. Para o Tribunal, além do dever constitucional, é sempre uma satisfação poder contribuir para os trabalhos do Congresso Nacional em tão importante Comissão Mista. Cumprimento também os colegas de bancada e os demais Parlamentares.

Já passo para minha a minha apresentação e espero utilizar o prazo determinado pelo Deputado.

(Segue-se exibição de imagens.)

Antes de começar propriamente, é preciso falar sobre esse trabalho de atuação do Tribunal, que realiza o acompanhamento integrado da consistência fiscal nos projetos da LOA e em sua execução, para informar ao Congresso Nacional e à sociedade eventuais não conformidades e riscos à sustentabilidade da dívida pública, em vista dos efeitos danosos para o bem-estar da sociedade decorrentes dos prêmios de risco que são exigidos pelos agentes quando a solvência do setor público é posta em suspeita.

Serão usados como fontes dessa apresentação o próprio PLOA e a LDO e informações complementares anexas, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º bimestre, os Planos Anuais de Financiamento, os Relatórios de Dívidas, os Relatórios Mensais da Dívida, além dos acórdãos relativos ao tema, Acórdãos nºs 2.535, de 2021; 2.915, de 2021; 2.897, de 2020; e 1.321, de 2021, todos do Plenário do TCU, sendo os três primeiros de autoria do Ministro Jorge Oliveira e o último de autoria do Ministro Bruno Dantas.

Passo imediatamente para os eslaides que são tema do presente questionamento. Eis o quadro constante da mensagem presidencial que é objeto da presente audiência. Ele apresenta uma necessidade de operações de crédito de 2,34 trilhões de reais, resultado de despesas de 2,66 trilhões de reais e de receita de 316 bilhões de reais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há uma especificação das estimativas de utilização de cada um dos itens. Obviamente essa é uma informação de responsabilidade do Tesouro Nacional. Fizemos uma breve consulta ao SIOP — Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, para verificarmos a consistência desses números. Por óbvio, não houve diferença entre essas estimativas. Então, as despesas estão nesse valor, a abertura está em diversos itens. Aqueles que chamaram mais a atenção foram os referentes aos juros, aos encargos e às despesas de amortização.

Eis o quadro, que foi capturado lá no SIOP. Ele apresenta esse montante de 2,344 trilhões, dos quais o maior montante se refere exatamente às Fontes 143 e 144; ainda que haja um montante de 105,4 bilhões de reais referente a benefícios previdenciários, que são recursos condicionados à aprovação do Congresso Nacional, conforme legislação.

Além de abrir essas receitas no SIOP, fizemos o mesmo exercício para as despesas. E também chamo a atenção, primeiro, do pouco percentual alocado a investimentos e inversões financeiras, são montantes pequenos, se comparados aos juros e encargos da dívida e à própria amortização. Aqui aparecem outras despesas correntes, e esse grupo de despesas se refere àqueles benefícios previdenciários a que fiz menção no último eslaide.

Aqui, há uma abertura maior por função de Governo, para darmos uma olhada no que potencialmente esses recursos seriam empregados, e aparecem esses investimentos, como primária discricionária de 1,85 bilhões de reais. Mas o grosso das aplicações, além dos juros e encargos de amortização, são essas despesas previdenciárias, às quais já fiz menção.

As fiscalizações do TCU que têm conexão com o tema da presente audiência são as seguintes: a primeira delas é o acompanhamento da consistência fiscal das projeções do PLOA 2022, que resultou no Acórdão nº 2.915, de 2021, do qual falaremos posteriormente. A segunda e a quarta linhas se referem ao retorno das operações de financiamento de longo prazo e de instrumentos híbridos de capital e dívida que se encontravam em poder das instituições financeiras oficiais de fomento. O retorno desses recursos amenizou a necessidade de financiamento do Tesouro no triênio passado recente desse ano e também neste ano, provavelmente, porque ainda falta um montante não trivial para retornar. O cronograma de devolução dessa última parcela está na pauta do Tribunal de Contas da União da reunião de hoje e trata dessa devolução dos recursos, além daquela que já ocorreu no passado. Essa é uma das formas de diminuir a necessidade de solicitação de operações de crédito.

Mas eu quero falar ainda de mais duas outras, da terceira e quarta linhas, que falam de um tipo de auditoria que o Tribunal faz. A quarta linha fala sobre confiabilidade, integridade e fidedignidade dos componentes da dívida pública nas demonstrações contábeis que compõem o Balanço Geral da União. Isso foi feito no exercício de 2019, no de 2020 e está sendo feito





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

outra vez no de 2021. Portanto, esses números estão sendo acompanhados *pari passu* à sua execução. Quando começar a execução de 2022, esse trabalho terá continuidade para aferir esses números.

Por último, também está na pauta da sessão de hoje a estratégia de fiscalização de médio prazo da dívida pública, que compõe o TC 004.707/2018-4.

Apresento a seguir os principais resultados do Acórdão nº 2.915. Evidentemente, tudo o que está no PLOA depende de uma grade de parâmetros cuja execução, ou realização, depende de eventos futuros incertos. Portanto, a preocupação do Tribunal foi verificar a consistência desses números, consciente dos choques que podem se sobrepor à economia brasileira.

O primeiro dos principais achados desse acórdão é que as projeções oficiais atualizadas referentes à grade de parâmetros — esse acórdão foi encaminhado à Comissão Mista, é bem recente — indicam a possibilidade de que o Produto Interno Bruto e a Receita Primária Líquida fiquem, respectivamente, 141,6 bilhões de reais e 91,5 bilhões de reais, ambos acima dos valores originalmente estimados no PLOA para o exercício de 2022. Portanto, em que pese a projeção de déficit primário no PLOA de 49,6 bilhões de reais ser compatível com a meta estabelecida na LDO, poderá haver superávit primário de até 41,9 bilhões de reais.

O segundo ponto, que também tem grande ligação com aquelas operações de crédito, pois corresponde a 105 bilhões de reais de direcionamento daqueles recursos, é que os valores dos benefícios previdenciários do Regime Geral de Previdência Social deverão ficar acima das projeções feitas no PLOA, dado que deverá ser reajustado pelo INPC de dezembro, consoante o art. 29-B da Lei nº 8.213, de 1991. No momento de instrução desse processo que deu origem ao Acórdão nº 2.915, a inflação medida pelo INPC estava ainda bem abaixo dos números que os dados de outubro nos permitem verificar. Portanto, existe o risco de que essas despesas fiquem acima daquela projeção.

A terceira conclusão importante do Acórdão nº 2.915 é que a análise da sustentabilidade da dívida líquida do setor público indica que a proporção dessa dívida em relação ao PIB poderá atingir o máximo de 71,5% no ano de 2028, considerando a hipótese mais pessimista com juros reais de 5% ao ano, ou de 62,4% em 2022, considerando a hipótese mais otimista com juros reais de 2% ao ano.

Insisto que, neste acompanhamento, o Tribunal não encontrou, além dessas incertezas relativas a comportamento do PIB, comportamento da inflação e demais variáveis de impacto sobre as despesas de 2022, nenhuma observação de vulto que merecesse um reparo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, o procedimento que fizemos foi olhar para o passado, dado que o futuro é incerto, e verificar como havia sido o comportamento desses fatores determinantes no passado. O fator que julgamos mais importante é o resultado primário. Conforme mencionado no último quadro, existe, sim, a possibilidade de um resultado primário positivo. Evidentemente, a PEC dos Precatórios, que está sendo apreciada, pode trazer outras informações que, por enquanto, não estão sendo consideradas — não totalmente.

Esse gráfico é uma média móvel do resultado primário de 12 meses. Essas barras verdes correspondem ao resultado primário, em valores correntes. Elas são avaliadas pelo eixo da mão esquerda de quem está olhando para a tela. Do lado direito, estão os valores que representam a receita líquida de transferência, a receita primária, e a despesa total. Percebe-se, claramente, um comportamento do resultado primário absolutamente destoante, no período que vai de abril de 2020 a, digamos, agosto de 2021, em que a pandemia determinou gastos vultosos da ordem de 700 bilhões de reais, que tiveram impacto sobre o resultado primário. O próprio PIB referente ao ano de 2020 recuou 4,1%. Houve postergação de recebimento de tributos, evidentemente, concomitante aos aumentos de despesa. Então, esse é o principal fator que termina por tornar o exercício de se financiar pelo Tesouro mais difícil ou mais caro.

Olhamos em que itens haviam sido gastos os recursos em 2020. Então, aproximadamente 10 itens representam aqueles quase 700 bilhões. São os benefícios previdenciários urbanos; o auxílio emergencial de proteção social a pessoas em situação de vulnerabilidade devido à pandemia; o auxílio financeiro aos Estados e aos Municípios; o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública; os benefícios previdenciários rurais; a integralização de cotas no Fundo Garantidor de Operações; as sentenças judiciais transitadas em julgado que retornam, agora, naqueles 105 bilhões da fonte de recursos "944" condicionada; as aposentadorias e pensões civis da União; a integralização de cotas do Fundo Garantidor para Investimentos; o enfrentamento da emergência de saúde pública; os ativos civis da União; ativos, inativos e pensões militares das Forças Armadas.

Em resumo, as operações de crédito do período anterior parcialmente bancaram despesas primárias, algumas delas decorrentes do próprio evento da pandemia, outras da necessidade de se manter o Estado funcionando, mesmo com a queda na arrecadação por todos os motivos mencionados.

Agora, vamos falar um pouco sobre o Tesouro Nacional e sua estratégia de gerenciamento de ativos e passivos nas emissões e resgates. É evidente que a obtenção de recursos do montante de 2 trilhões ou mais para despesas de juros e de amortização da dívida não é uma tarefa trivial. A Secretaria do Tesouro Nacional tem se valido de várias





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

possibilidades para diminuir essa necessidade de ir ao mercado. Eu já comentei que, nas devoluções do BNDES e de outras instituições federais oficiais de fomento, tais como a Caixa, o Banco do Brasil e o próprio BNDES, os montantes são substantivos. O Tribunal acompanhou todas essas devoluções. Conforme também mencionado anteriormente, o cronograma de devolução dos recursos que ainda estão nas instituições é objeto da pauta do Plenário do tribunal hoje.

Há outro fator condicionante da necessidade de obtenção de operações de crédito pelo Tesouro: o resultado do BACEN e as desvinculações de receitas. Como eu mencionei anteriormente, o gerenciamento da dívida pública federal se dá contando com essa possibilidade de gerenciar ativos e passivos. E o elemento de ajuste dessa necessidade para fazer frente às condições de mercado é a subconta da dívida, também chamada de colchão de liquidez da dívida. Dados de outubro de 2021 do relatório mensal da dívida dão conta de que existe um colchão equivalente a aproximadamente 1 trilhão de reais. Esse montante poderia, em face de um exercício como o de 2022, que provavelmente se mostrará muito tumultuado, permitir que a Secretaria do Tesouro Nacional não ficasse refém dos compradores de títulos do Tesouro.

Há outras coisas que eu poderia acrescentar, mas não quero avançar num tema que certamente será bem abordado pelo Dr. Otavio Medeiros. De qualquer maneira, eu trouxe um quadro que registra o resultado obtido pelo Tesouro nos últimos exercícios — não sei se se vê com clareza o quadro. As setas descrevem, basicamente, uma trajetória com duas linhas de tendência. A primeira linha de tendência vai de junho de 2007 a junho de 2014. Ela é mais ou menos estável com relação ao custo acumulado em 12 meses da DPF — Dívida Pública Federal, que está representado no eixo da mão esquerda de quem está de frente para a tela, e ao risco pelo prazo médio de vencimentos em anos, que está representado no eixo horizontal. Então, vê-se claramente uma tendência de junho de 2007 a junho de 2014 e outra tendência de junho de 2015 a junho de 2021. Eu reputo como o principal fator que interferiu nessa distinção entre as duas tendências o resultado do teto de gastos.

É preciso dizer que a média de custo entre as duas tendências é de 130 pontos básicos, ou seja, de 1,3%, ainda que o desvio padrão seja absolutamente igual. Por essa representação de fato estilizado, vamos dizer assim, anedótico, temos que a melhoria dos resultados primários, após a emenda do teto de gastos, determinou condições razoáveis para esse binômio custo-risco representado pela dívida do Tesouro, mesmo no ambiente de crise vivido em 2020.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ainda há riscos, como repetimos em muitas de nossas apresentações, referentes à necessidade dessas operações de crédito. O mais visível deles é a ausência de limites para a dívida pública da União. Depois, existe alguma influência...

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) - Peço que conclua.

O SR. JOAQUIM RAMALHO DE ALBUQUERQUE - São esses os assuntos principais. Eu fico à disposição para responder qualquer pergunta. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) - Nós é que agradecemos a presença do Sr. Joaquim Ramalho de Albuquerque, Diretor da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, pelos esclarecimentos que trouxe aqui no presente momento.

Convidamos para fazer uso da palavra, neste momento, a Sra. Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida.

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI - Boa tarde, caro Deputado Hildo Rocha. Agradeço-lhe imensamente a honra de eu poder participar desta audiência pública.

Eu também tenho uma apresentação. Eu estou tentando colocá-la aqui. Acho que vai dar certo.

Nós da sociedade civil temos uma visão muito crítica do processo de endividamento público da forma como está acontecendo no Brasil.

(Segue-se exibição de imagens.)

Na minha apresentação, eu coloquei o título *Privilégio da dívida: Projeto de Lei Orçamentária 2022*, em consonância com o requerimento do Deputado Hildo Rocha de realização desta audiência pública para discutir acerca do destino de mais de 2 trilhões de reais de receitas provenientes de operações de créditos previstos no Orçamento de 2022 para a dívida. Então, esse é o tema desta audiência pública, e ele nos leva a uma conclusão inicial. Como assim 2 trilhões de reais em 1 ano?! Aliás, não são 2 trilhões de reais; são mais de 2 trilhões de reais. De cara, vemos a necessidade de uma auditoria da dívida com a participação da sociedade — nós temos que garantir a participação da sociedade. Como vou mostrar aqui, vários aspectos precisam ser observados nessa auditoria, que está prevista na Constituição Federal através de uma Comissão Mista do Congresso, o que nunca aconteceu. Então, é preciso lutar por essa auditoria.

O Tribunal de Contas da União investigou o crescimento da dívida, a pedido do Senado, e informou, em audiência pública naquela Casa, que a dívida não tem servido para investimentos no País. O auditor, muito competente, que esteve lá mostrou que a rubrica de investimento não tem nenhum financiamento com operações de crédito. Se vocês assistirem





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ao vídeo da audiência, cujo *link* está aí na apresentação, vão ver que o auditor mostra inclusive os dados. A dívida não está servindo para investimentos. Então, a pergunta é a seguinte: se ela não serve para investimentos, para que ela serve? Há vários *links* na apresentação que detalham: a dívida tem servido para alimentar os mecanismos financeiros que geram dívidas sem contrapartida, principalmente. E é uma pena que o Banco Central tenha declinado o convite para estar aqui, porque ele poderia esclarecer alguns pontos que eu vou colocar.

Para ajudar no debate, eu vou colocar cinco questões.

A primeira é: qual é o limite para a dívida pública federal? Não há. O art. 30 da Lei de Responsabilidade Fiscal — Lei Complementar nº 101, de 2000 — está até hoje descumprido pelo Poder Executivo e pelo Congresso Nacional. Então, está à vontade.

Segunda questão: qual é o limite para as operações de crédito? Nós temos uma previsão constitucional — ela está no art. 167, inciso III, da Constituição — de que o limite para as operações de crédito seria o montante das despesas de capital. O que são as despesas de capital? Os investimentos e as amortizações da própria dívida. No entanto, esse dispositivo vem sendo sistematicamente burlado devido à contabilização de grande parte dos juros da dívida como se fosse amortização. Criaram, Deputado Hildo Rocha, uma espécie de correção monetária paralela, ilegal. Não há previsão legal para fazer correção monetária paralela da dívida. Há menções a essa correção aqui e ali, mas uma autorização expressa para corrigir a dívida não há. Fazem essa correção paralela. E o que é a correção? É parte dos juros. Agora, então, que a inflação está alta, a maior parte são juros. E isso aí está sendo contabilizado como amortização, burlando o art. 167, burlando o limite de operações de crédito. Isso acontece todos os anos. Já foi denunciado pela CPI da dívida em 2009 e 2010, e nenhum Poder fez nada. É uma manobra.

Outra questão: qual é o limite para o gasto com a dívida? Também não há limite. O Deputado Hildo Rocha com certeza se scandalizou com o gasto de mais de 2,3 trilhões de reais com a dívida, senão não teria feito esse requerimento. Caro Deputado, foi de 2,3 trilhões e tanto, mas poderia ter sido de 5 trilhões de reais, de 10 trilhões de reais. Não há limite, Deputado. A dívida está fora do teto de gastos. Nós temos assistido a um crescimento descontrolado dela, devido a uma ausência de auditoria e devido à política monetária suicida do Banco Central. O Banco Central dispara juros sob a justificativa de combate inflacionário. É uma falsa justificativa, porque subida de juro não serve para combater a inflação que existe no Brasil. Aí, com a subida do juro, a dívida explode.

O Banco Central também remunera diariamente a sobra de caixa dos bancos, gera dívidas sem contrapartida, sem causa. Nós chamamos isso de bolsa-banqueiro sem limite.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Neste momento, nós estamos com o nosso povo catando osso, disputando osso com os cães nas ruas. O nosso povo está comendo lixo de supermercado. Eu estou falando de 20 milhões de brasileiros e brasileiras, irmãos nossos, nas ruas! Apesar disso, a bolsa-banqueiro está sendo paga diariamente sem limite, e os demais mecanismos que geram dívidas sem contrapartida continuam existindo. Os gastos com *swap* cambial, tudo isso vira dívida. O estoque dessa farra do *swap* já está quase em meio trilhão de reais. E o real foi a moeda que mais se desvalorizou no mundo ano passado. Então, é de uma incompetência total esse tipo de contrato, ademais sigiloso.

Todos os prejuízos do Banco Central viram dívida. Só em 2016, quando o Banco Central estava no auge da fabricação da crise, que derrubou o PIB em 7%, ele transferiu para o Tesouro 250 bilhões de reais de prejuízo, e isso virou dívida. Em 1 ano, Deputado, foi gerada uma dívida de 250 bilhões de reais para cobrir prejuízo da política monetária suicida do Banco Central, entre outros mecanismos.

O superávit primário de 1 trilhão de reais que tivemos durante 20 anos — nós produzimos, de 1995 a 2015, superávit de 1 trilhão de reais — não serviu para segurar a dívida, que saltou de 86 bilhões de reais para 4 trilhões de reais no mesmo período. Por quê? Porque a dívida está sendo usada para esses mecanismos financeiros, e não para investimento, como o próprio Tribunal de Contas já declarou.

Essa remuneração da sobra de caixa dos bancos explodiu em plena pandemia. Chegou a 1,6 trilhão de reais em agosto do ano passado e a 1,7 trilhão de reais em setembro. Isso tudo tem dívida pública por trás.

Essa operação é explicada por esse diagrama aí. Trata-se de uma remuneração do nosso dinheiro, do dinheiro da sociedade que está depositado nos bancos, que deveria retornar para a sociedade a juro baixo, mas não: o banco só empresta a juros extorsivos, amarrando a economia brasileira. Deposita esse dinheiro no Banco Central, e o Banco Central o remunera à nossa custa. Então, essa única operação, Deputado Hildo Rocha, que foi o principal fator a fabricar a crise de 2014, provoca escassez de moeda, elevação de mercado, explosão da dívida e rombo aos cofres públicos. Só essa operação, se computarmos o custo dos títulos doados pelo Tesouro ao Banco Central e os juros também doados pelo Tesouro ao Banco Central, dá 3,3 trilhões de reais de 2010 a 2020.

No início da pandemia, olhem quantas benesses o Banco Central liberou para os bancos. Trilhões! Isso está lá no relatório do Banco Central. Liberou liquidez, liberou capital, liberou várias coisas. Muitos desses itens — nós estamos estudando — vão desaguar na dívida





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pública. E quem é que fiscaliza o Banco Central? Ele está acima de tudo e de todos. Jogou trilhões em poucos meses para os bancos. É por isso que os bancos batem recorde de lucro.

A quarta pergunta é: de onde vem o privilégio abusivo da dívida? Deputado Hildo Rocha, vem de um dispositivo inserido na Constituição Federal, no art. 166, § 3º, inciso II. Colocou-se lá o serviço da dívida de forma escondida. Esse artigo vem sendo questionado, vem sendo objeto de inquérito civil público, porque esse texto da Constituição não foi votado em primeiro turno. Isso está explicado no artigo *Anatomia de uma Fraude à Constituição*. E a Procuradoria-Geral da República, analisando esse inquérito, concordou que houve inobservância das normas constitucionais.

Então, deixo aqui um apelo a V.Exa., Deputado Hildo Rocha, que já demonstrou sua coragem ao convocar esta reunião da Comissão de Orçamento, ao questionar o esquema da securitização de crédito. V.Exa. foi um dos poucos Deputados que levantou voz contra esse esquema fraudulento da securitização. Por isso, Deputado, peço que V.Exa. levante a sua voz também em defesa da revogação deste dispositivo que foi colocado sorrateiramente na nossa Constituição, no art. 166, § 3º, inciso II, letra "b". É por trás desse privilégio, sustentado por uma fraude à Constituição, que, quanto mais pagamos, mais devemos.

Vejam os dados oficiais do Tesouro Nacional e do Banco Central! Vejam o que pagamos anualmente de juros e amortizações da dívida! Se estivéssemos realmente amortizando a dívida nesses montantes colocados no SIAFI, essa dívida já teria sido paga várias vezes. Por que não foi paga? Porque isso não é amortização, é juro. Isso é juro contabilizado como amortização.

Olhem aí onde está o rombo das contas públicas. Olhem os gastos com o pessoal — é a linha vermelha lá embaixo — e olhem os gastos com a dívida pública.

Agradeço ao nosso colega Paulo Lindesay, do Núcleo da Auditoria Cidadã no Rio de Janeiro, a confecção desse gráfico.

Vamos ao PLOA 2022. Ele reserva 53,5% do orçamento federal para a dívida. Estão aí os números. O total do orçamento é de 2,471 trilhões de reais. Detalhando esses 2,471 trilhões de reais, o que temos? Uma parcela de juros de quase 400 bilhões de reais e uma parcela chamada de amortização de 2 trilhões de reais. Então, é evidente que, nesse item Refinanciamento da Dívida Externa, grande parte desse 1,8 trilhão de reais é de juros, decorrentes daquela manobra da atualização monetária paralela. Então eu convoco o Tribunal de Contas da União a olhar isso. Não é possível que essa nossa dívida continue sendo inflada por uma atualização monetária paralela ilegal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Falta dinheiro para o auxílio aos necessitados, para a educação, para a saúde, para a previdência, para a assistência, mas não falta para a dívida.

O Banco Central pode aumentar juro à vontade para remunerar a sobra de caixa dos bancos. Por quê? Porque a fraude do art. 166 ampara esse gasto, e a ausência da auditoria perpetua essa fraude. Até quando será assim?

O Presidente do Banco Central diz que vai levar a SELIC para onde precisar. Ele não tem que se preocupar com limite. Mas a desigualdade social está aumentando, e a nossa democracia está em jogo. O paradoxo Brasil está aí: Brasil batendo recorde de exportação de comida, e o povo catando osso; os bancos batendo recorde de lucro, e o povo desempregado. Nós estamos no avesso do Brasil que merecemos. Temos que enfrentar esse modelo econômico sustentado pelo sistema da dívida, pela política monetária suicida, pelo modelo tributário regressivo, pelo extrativismo irresponsável com as pessoas e com o ambiente.

A quinta pergunta que eu queria colocar é esta: quem são os detentores dos títulos da dívida? Há sigilo nessa informação, Deputado Hildo Rocha! Nós não sabemos quem são os detentores dos títulos da dívida pública brasileira. Isso é sigilo, como já foi respondido por escrito, inclusive para a CPI da Dívida. Nós só sabemos os grupos econômicos.

Esse gráfico aí foi elaborado pela Auditoria Cidadã porque o gráfico que está no *site* do Tesouro não computa aqueles 2 trilhões de títulos doados ao Banco Central e que não ficam de posse do Banco Central. O Banco Central os entrega para os bancos nas operações compromissadas.

Então, os bancos têm 43% da dívida; a previdência, inclusive as previdências privadas mantidas por bancos, 18%; os fundos de investimento, que também são controlados pelos bancos, 19%; as seguradoras, 3%; os estrangeiros, 8%; o Governo, 4%; e, dos outros 5%, apenas 1% está no Tesouro Direto, Deputado. Apenas 1% do estoque da dívida interna está com o Tesouro Direto. Essa era a última questão que eu queria colocar.

Já parto para a conclusão, propondo revogação do dispositivo fraudulentamente inserido na Constituição para privilegiar a dívida, o art. 166, § 3º, inciso II, letra "b", propondo também o cumprimento do art. 26 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, até hoje descumprido.

Precisamos desta Comissão Mista para realizar a auditoria da dívida com participação social, como foram as experiências internacionais no Equador, na Grécia e em tantos outros locais.

É preciso, Deputado, garantir vida digna ao povo brasileiro e desenvolvimento socioeconômico ao nosso rico País. Nós temos que sair do avesso. Temos que deslanchar





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nossa economia. Para isso, o juro tem que cair. E, para o juro cair, o Banco Central tem que parar de remunerar a sobra de caixa dos bancos através das compromissadas e do depósito voluntário remunerado. Isso é um escândalo! Isso está matando a economia brasileira.

O Banco Central tem que parar de subir juro e tem que parar de mentir, ao dizer que a subida do juro controla a inflação. Isso é mentira! A inflação brasileira tem sido provocada pelo aumento de preço dos combustíveis, pelo aumento dos preços administrados e pelo aumento de preço dos alimentos. Subir juro não diminui nenhum desses preços, então, não diminui a inflação. Subir juro só serve para aumentar o gasto com essa dívida, em grande parte ilegal e ilegítima, que precisa ser devidamente auditada com participação social.

Agradeço, Deputado Hildo Rocha, e fico à disposição para as perguntas.

Minha apresentação já está à disposição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) - Muito obrigado, Dra. Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, pela sua participação.

São informações valiosíssimas as que V.Sa. traz ao conhecimento da Comissão Mista de Orçamento. Já estamos com a sua apresentação aqui em cima disponível para quem queira.

Convido agora para fazer uso da palavra o Sr. Rodrigo Vieira de Avila, representante do Observatório de Finanças da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB.

O SR. RODRIGO VIEIRA DE AVILA - Obrigado, Deputado Hildo Rocha. É um prazer estar aqui. Agradeço muito pelo convite e pela possibilidade de colocar a visão da sociedade civil sobre este tema.

Eu também vou colocar aqui a minha apresentação. São algumas telas que eu preparei.

(Segue-se exibição de imagens.)

Em primeiro lugar, já que o requerimento original da audiência pública visava exatamente verificar o destino das receitas provenientes de operações de crédito, vamos então analisar para que vão ser utilizadas essas receitas, como até já foi colocado pela Maria Lucia e também pelo representante do TCU.

No PLOA 2022, o que nós temos basicamente? Nós temos receitas de emissão de títulos do Tesouro Nacional, que são as Fontes 43 e 44, as principais fontes de operações de crédito, são as emissões de títulos da dívida mobiliária interna federal. E, em 2022, está planejado pelo PLOA 2022 gasto de 2,342 trilhões de reais com esses títulos.

Analisando também o SIOP — Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, nós podemos ver que, desses 2,342 trilhões de reais, 2,236 trilhões de reais são destinados ao pagamento de juros e amortizações da própria dívida e 105,6 bilhões de reais são destinados





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

às áreas sociais, no caso, previdência e educação. Esse dado até já foi colocado aqui pelo representante do TCU.

É interessante avaliar quais são os mitos orçamentários que são deduzidos a partir dessa informação. O que geralmente se diz quanto a isso há muitos anos, mas principalmente nos últimos anos? Diz-se que o Estado brasileiro tem um déficit primário, está quebrado, não tem dinheiro, e, por isso, está precisando do endividamento para suprir as áreas sociais.

No caso do orçamento para 2022, seriam 105,6 bilhões de reais em emissão de títulos para as áreas sociais, como previdência e educação. E muitos deduzem a partir daí que a dívida pública tem sido um instrumento para financiar áreas sociais. Será verdade?

Para entendermos isso, nós temos que ampliar um pouco a visão e considerar, por outro lado, como serão financiados os gastos com juros e amortizações da dívida no ano que vem, segundo o PLOA 2022.

Esses gastos, como a Maria Lucia já colocou, serão de 2,471 trilhões de reais, sendo 2,236 trilhões de reais provenientes de operações de crédito, ou seja, dívidas para pagar juros e amortizações, e — olhem só que interessante — 235 bilhões de reais serão provenientes de outras fontes orçamentárias. Então, não são emissões de títulos. Vejam só que coisa! Serão 105 bilhões de reais que a dívida pública vai destinar para saúde e educação. Mas, por outro lado, nós temos que 235 bilhões de reais — ou seja, mais que o dobro daqueles 105 bilhões de reais — virão de outras fontes, por exemplo, remuneração da Conta Única, lucros do Banco Central, recebimento de dívida de Estados e Municípios. E esses recursos não entram no cálculo do déficit primário.

Quando nós consideramos essas receitas, nós verificamos que, na verdade, a dívida não tem financiado as áreas sociais. Ela, na verdade, tem subtraído recursos das áreas sociais. Por quê? Porque outras fontes de recursos, repito, lucros do Banco Central, recebimento de dívidas dos Estados e Municípios, remuneração da Conta Única, uma remuneração que o Banco Central tem que pagar o Tesouro... Ou seja, no ano que vem, a dívida não vai financiar as áreas sociais.

É muito importante isso, Deputado Hildo Rocha, porque, se a dívida pública não tem servido para financiar as áreas sociais, qual a razão para nós emitirmos mais de 2 trilhões de reais em títulos no ano que vem? Não é para fechar o rombo do Estado, porque não existe rombo no Estado, quando nós consideramos todas as receitas, inclusive as receitas que a metodologia do FMI para cálculo de superávit primário ocultam. A metodologia do FMI oculta diversas receitas que poderiam ir para as áreas sociais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aí muita gente poderia dizer: *"Ah, mas são só 100 bilhões de reais!"* Você vai pegar 105 bilhões de reais da dívida para financiar área social e, por outro lado, você vai pegar 235 bilhões de outras fontes e dar para a dívida. Então, a dívida vai sugar apenas 100 bilhões de reais. Isso é o que diz o PLOA 2022.

Nós fizemos aqui um histórico de 2014 a 2020 para ver como se comportou a dívida pública no País nesse período, e verificamos que essa história de déficit financiado por endividamento simplesmente é uma grande mentira.

Olhem só o que acontece. Por um lado, realmente, foram emitidos 908 bilhões de reais em títulos da dívida pública federal para financiar a área social. Nesses 7 anos, de 2014 a 2020, de fato, foram emitidos 908 bilhões de reais em títulos para financiar áreas sociais. E os analistas de muitos setores, inclusive de partidos de esquerda, costumam dizer isto: *"A dívida tem financiado a área social. Desde 2014, temos tido déficit primário, e a dívida serve para fechar esse rombo"*. Não existe isso! Por quê? Porque, por outro lado, outras contas do orçamento federal — sem contar a emissão de títulos — destinaram 1,8 trilhão de reais para o pagamento da dívida pública. Então, na verdade, essa é uma grande pegadinha. A dívida não está financiando as áreas sociais. A dívida não está servindo para o desenvolvimento nacional.

Muitos dizem que, realmente, a função original de uma dívida pública seria financiar o País. Concordamos! Em tese, a dívida seria para financiar investimentos. Mas o próprio representante do TCU na audiência pública citada pela Maria Lucia disse que a nossa dívida não serviu para isso e não serviu nem mesmo para pagar despesas correntes.

Nós vemos por esse mecanismo que, na verdade, isso é uma grande pegadinha, porque, por outro lado, várias outras receitas do orçamento que não têm nada a ver com a emissão de títulos servem para pagar a dívida pública. Então, na verdade, essa dívida não tem servido para financiar o Governo ou os gastos sociais. Não! Ela existe para subtrair recursos das áreas sociais.

E qual é o resultado disso? Qual é o resultado de gastar metade do orçamento com a dívida pública? É a concentração de renda, é pegar a riqueza produzida pelos trabalhadores e destinar para os rentistas. É um absurdo que pessoas defendam o pagamento da dívida, até via emissão de moeda! *"Ah, vamos emitir moeda. A dívida interna não tem problema nenhum. Pode emitir. O Estado não tem restrição para emitir. Então vamos emitir e pagar os bancos. Vamos pagar os rentistas."* Ou seja, defendem exatamente a mais valia — citada originalmente por Karl Marx —, com a riqueza sendo retirada dos trabalhadores para ser repassada para os rentistas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É interessante verificar que nós da Auditoria Cidadã sempre defendemos a emissão monetária, mas para gastos sociais, não para pagar dívida, como foi feito inclusive no ano passado. Muitos dizem que o Governo teve que se endividar para cobrir os gastos com a pandemia no ano passado e neste ano também. Isso é mentira! Na verdade, o Governo usou recursos do chamado lucro do Banco Central, a valorização das reservas internacionais, num total de mais de 300 bilhões de reais. E não é dinheiro que veio de algum lugar não, foi emissão de moeda mesmo. O Banco Central entregou para o Tesouro no ano passado mais 300 bilhões de reais. Para quê? Para pagar dívida pública. Para isso não há limite!

Nós da Auditoria Cidadã da Dívida, que inclusive é uma das entidades do Observatório de Finanças do CBJP, defendemos a emissão de moeda para investimentos sociais, não para pagar a dívida.

Vamos prosseguir, ampliando ainda mais esses argumentos.

Eu sei que está meio difícil para ler o que está nesta tabela, mas ela traz esse cálculo desde o ano 2000 para cá, desde a criação da chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, que surgiu como se fosse resolver o problema do País. E aí nós descobrimos que, desde o ano 2000 até 2021, mais especificamente até maio de 2021, que é até onde chegamos, essa diferença que a dívida subtraiu de áreas sociais somou mais de 2 trilhões de reais! Foram subtraídos 2,6 trilhões de reais das áreas sociais, desde o ano 2000.

Alguém poderia dizer: *"Não, mas vamos ver de 2014 para cá, porque foi quando houve déficit primário"*. Mesmo assim, foram mais de 900 bilhões de reais na pandemia! Se pegarmos o período da pandemia, por exemplo, 2020 e 2021 — aqui fizemos até maio —, veremos que sobrou recurso. A dívida não financiou a pandemia. Por quê? Porque é uma grande pegadinha isso. Por um lado, o Estado emite título para pagar a área social, mas, por outro, ele pega receitas de outros lugares, das áreas sociais, e usa para pagar dívida, ou seja, é uma grande pegadinha.

Então, é interessante nós discutirmos essa questão, porque isso mostra que o endividamento público não tem servido para financiar o País. Ele tem servido para quê? Para subtrair recursos das áreas sociais e entregar para os rentistas, concentrando a renda, concentrando o poder. Isso porque concentrar renda é concentrar poder. Há bancos comprando empresas de telecomunicações para aumentar o poder sobre as políticas do Estado, para convencer as pessoas sobre as suas políticas. Há bancos comprando terras. Quando bancos, rentistas compram terras, sabemos que não vai ser para o interesse do povo, não vai ser para produzir alimento para o povo. Não é por outra razão que há fome no País, é porque a riqueza nacional produz poder na mão de poucos. E isso é importante dizer.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para concluir, quais são os mitos orçamentários? Um deles é que a dívida estaria sendo usada para cobrir o déficit do Governo, o que é uma grande mentira. Outro é que a dívida pública tem servido para financiar áreas sociais desde 2014 em ambiente de déficit primário. Mentira! Na verdade, como nós mostramos, essa metodologia do déficit primário deixa de fora outras receitas que poderiam estar sendo destinadas para áreas sociais, sim, como lucros do Banco Central, remuneração da conta única, recebimento de dívidas dos Estados e Municípios. Isso é dinheiro, é recurso que não é contabilizado na metodologia do superávit primário. Então, é óbvio que vamos ter déficit.

É importante nós colocarmos isto: o sistema da dívida. Qual é a definição do sistema da dívida? Ele não aporta recurso para o País, ele subtrai recursos das áreas sociais. E aqui eu não estou nem citando o fato de que esses mais de 2 trilhões em títulos que estão sendo emitidos para pagar juros e amortizações também são dinheiro tirado das áreas sociais, sim! Eu não vou ficar só no valor dessa diferença que citei aqui. É importante colocarmos também que o sistema da dívida faz o País se endividar. Para quê? Para pagar juros.

Quando se faz um empréstimo para rolar uma dívida anterior, está-se fazendo um custo de oportunidade. Na economia se usa esse conceito de custo de oportunidade. Quando se faz um empréstimo para pagar juros ou para pagar amortização, chama-se isso de custo de oportunidade. Você poderia estar usando esse empréstimo para investir na saúde, na educação. Um país como Japão, onde o juro é negativo, Estados Unidos, Europa, a dívida serve para investir nas áreas sociais. E aí há o aumento da receita do Governo, o ganho na economia, o investimento na educação, o aumento do PIB, o aumento da renda, o aumento da produtividade, o aumento da receita do Estado, e isso gera recursos, ou seja, é a rolagem social, é a rolagem destinada para investimentos sociais. O resultado disso é uma roda que gira para frente.

Mas a rolagem feita aqui no Brasil é o quê? É dívida para pagar juros e amortizações anteriores. O que significa isso? Significa que a dívida vai aumentar, aumentar, aumentar, sem financiar nada das áreas sociais. É uma grande mentira o que vemos na televisão: que a dívida financia área social, que o País tem que cortar gasto, tem que fazer reforma administrativa, tem que fazer reformas mil para poder economizar e pagar a dívida. Isso é mentira. Na verdade, a dívida é que suga os recursos do País, e não a administração, os servidores públicos, a Previdência. Os servidores públicos não têm nada a ver com isso. O que se quer com essas políticas é, na verdade, tirar dinheiro das áreas sociais para encher os bolsos dos rentistas ainda mais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quais seriam as alternativas, já que colocamos a situação? Uma delas seria a auditoria dessa dívida, com participação da sociedade. Foi aprovada três vezes pelo Congresso Nacional, pelos senhores — os senhores aprovaram três vezes —, a auditoria da dívida pública com participação da sociedade. Outras formas de analisar a dívida seria pelo TCU, pela CGU, por esses órgãos, mas que não têm participação da sociedade civil, que é quem pode colocar esse ponto de vista que eu coloquei aqui. É muito importante o trabalho do TCU, que inclusive constatou que a dívida não serviu para investimentos. Foi muito importante essa descoberta do TCU.

A partir do momento em que vemos que a dívida não serve para investimento nem mesmo para cobrir despesa corrente, nós temos que pensar. O que nós vamos fazer com isso? Vamos continuar com essa dívida? Há 20 anos não se coloca 1 centavo nas áreas sociais e *(falha na transmissão)* e só aumenta. De onde vem essa dívida? Vem de outros mecanismos: operação de *swap*, juros sobre juros, juros altos para combater inflação de preço administrado pelo próprio Governo, que é uma dívida ilegítima, sim. Do que adianta aumentar juro se o próprio Governo aumenta o preço da gasolina para pagar 60 bilhões de dividendos para a PETROBRAS, para acionistas da PETROBRAS? Do que adianta aumentar sete vezes a taxa de juros, se o Governo aumenta mais de dez vezes o preço da gasolina? Para quê? Para pagar mais de 60 bilhões de dividendos para acionistas da PETROBRAS.

Trata-se de uma decisão política. Não há nada de mercado internacional, não é nada disso. É para pagar lucro, é para distribuir lucro para os acionistas da PETROBRAS. Isso não tem nada a ver com taxa de juros. Pode subir a taxa de juros, que o valor da gasolina não vai alterar. E isso gera dívida, dívida ilegítima, que tem de ser auditada. Auditorias servem, inclusive, para identificar os beneficiários dessa dívida, para ver quem são realmente os grandes beneficiários. Quando se fala isso, muita gente diz: *"Ah, mas vai afetar os pequenos, vai afetar a classe média"*. Não. Nós já mostramos isso aí. A Maria Lucia já apresentou dados que mostram que, para a classe média, para os pequenos, é uma fatia ínfima, uma fatia muito pequena da dívida.

É importante a auditoria até mesmo para que possamos identificar essas coisas, pegar as conclusões do TCU e aplicar. Se essa dívida não serve para investimento, nós temos que questioná-la. Não é possível! Falam: *"Ah, mas aí nós não vamos conseguir fonte de financiamentos"*. Ora, a dívida só tira dinheiro, não coloca. Vamos acordar!

Então, é isso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu apresentei a visão do Observatório de Finanças da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB. É muito importante debater isso, porque é aí que está a grande questão orçamentária do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) - Nós é que agradecemos a sua participação, Dr. Rodrigo Vieira de Avila, representante do Observatório de Finanças da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB. Muito obrigado pelas informações que trouxe à Comissão de Orçamento.

Convido agora para fazer uso da palavra o Sr. Otávio Ladeira de Medeiros, Subsecretário da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional.

O SR. OTÁVIO LADEIRA DE MEDEIROS - Agradeço, Deputado, a oportunidade. Agradeço aos demais participantes desta audiência. Desejo boa tarde aos senhores e às senhoras que nos escutam.

Fui convidado ontem ao final do dia e infelizmente não tive oportunidade de fazer uma apresentação. Vou trazer alguns elementos para contribuir com o debate, talvez esclarecer algum ponto que não tenha ficado claro para os debatedores.

Eu vi, a partir da fala de dois dos debatedores, uma compreensão talvez incorreta dos recursos apresentados no Orçamento. Então, esse é o primeiro ponto que eu gostaria de trazer e esclarecer melhor. Sobre o que foi mencionado, apareceram dois valores, eu não tenho um montante exato comigo, porque, como eu falei, fui convidado ontem às pressas e não sabia exatamente qual seria o direcionamento das discussões. Foi mencionado um valor próximo de 2,4 trilhões de reais — acho que 2,47 trilhões de reais, eu anotei aqui — de emissões de títulos públicos.

Acho que o primeiro ponto que seria interessante trazer para as pessoas terem a compreensão de como é que funciona a gestão da dívida pública é que esse valor de 2,4 trilhões de reais de arrecadação de títulos só existe se for utilizado para uma finalidade, que é a amortização da dívida pública. Explico: é feito um leilão de títulos da dívida pública para pagar uma dívida que está vencendo. No momento em que esse dinheiro for utilizado para outra finalidade que não o pagamento da dívida que está vencendo, o que vocês acreditam que irá acontecer no próximo leilão da dívida pública? Quem aparecerá para comprar os títulos da dívida pública no leilão seguinte, se não foi pago o título que venceu na semana anterior? Então, os 2,47 trilhões de reais só existem porque serão utilizados para refinaranciar a dívida que está vencendo, e não por outra razão. Não poderão e não serão emitidos, e as pessoas não





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

irão comprar títulos da dívida pública, se não for paga a dívida que está vencendo. É tão simples quanto isso. Não há mágica, não há mistério.

Se fôssemos uma sociedade não democrática, aí, sim, seria possível tomar os recursos dos cidadãos, tomar os recursos dos bancos, tomar os recursos das empresas e ter o financiamento que quiséssemos. Ou emitir moeda e, de repente, dobrar o tamanho da base monetária; a inflação iria para 40% ou 50%, mas isso, a Argentina lida com isso, nós, de repente, poderíamos lidar também. Talvez seja essa a solução. Mas, com emissão de títulos públicos que não sejam para pagar títulos públicos — a dívida que está vencendo —, no dia seguinte não existirá mais esse dinheiro, e o próximo leilão não irá ocorrer. É simples assim. Esse é o primeiro ponto que eu gostaria de trazer.

Desde 2014 as emissões de títulos públicos são utilizadas para refinarçar o principal, refinarçar os juros e financiar políticas públicas. Inclusive o Joaquim, talvez, não lembro bem, trouxe a utilização dos recursos em 2020. Está lá, quem busca no sistema consegue enxergar perfeitamente: emissão de títulos públicos para pagar Auxílio Emergencial. Vejam que, no momento em que precisamos, fomos a mercado, captamos 600 bilhões de reais, em uma situação emergencial, no meio da maior pandemia, talvez, da nossa história — não temos tantas informações de como foi em séculos passados —, fizemos um auxílio emergencial e levantamos 600 bilhões de reais para pagar uma série de despesas.

Sim, financiamos despesas primárias, Auxílio Emergencial, com emissão de títulos públicos. Está lá no sistema, para quem quiser ver. O recurso foi retirado do caixa da dívida pública para financiar programas sociais. Salvamos, levamos um conjunto muito grande de cidadãos de uma situação muito ruim para uma situação menos pior, no meio de uma pandemia, com a emissão de títulos públicos. Então, sim, políticas públicas foram financiadas com a emissão de títulos públicos.

E isso não é de agora. Em 2020 houve um recorde, mas, na verdade, desde 2014 o Governo tem déficit primário — por definição. As pessoas podem não gostar das definições, mas elas existem. O déficit primário tem toda uma metodologia, uma explicação, tem um sentido de existir com este nome, “déficit primário”; não é fetiche. É importante que haja definições claras para as pessoas fazerem as análises corretas.

Então, existe uma coisa chamada déficit primário, que são receitas primárias e despesas primárias. Desde 2014 nós temos déficits primários. Em 2014, 2015, 2016, em três Governos diferentes continuou o déficit primário; em 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e talvez 2023, significando que a sociedade, nós, vamos a mercado, buscamos recursos públicos para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

financiar despesas primárias da sociedade. No caso de 2022, inclusive, alguém apresentou num gráfico, 100 bilhões serão destinados para pagar a Previdência Social.

Então, recapitulando minha fala inicial, imagine que no dia 1º de janeiro façamos um leilão e não utilizemos o dinheiro para pagar dívida pública, façamos o que se chama de calote na dívida pública. No leilão da semana seguinte, ninguém vem, ninguém vai aparecer no leilão, por obviedade, e não teremos dinheiro para pagar a Previdência Social. Como vamos pagar os 100 bilhões de Previdência Social? Emitindo moeda?

Essa discussão lembra o que diz um pensador americano do início do século passado: para todo problema complexo existe uma solução simples e errada. Talvez seja essa uma solução simples e errada: emitir moeda para financiar despesas, como se a inflação não fosse o pior dos impostos, que corrói a riqueza do pobre, corrói a renda do mais pobre; como se não fosse o inverso do que se pretende.

Então, essa primeira fala minha é para entender que esse dinheiro não existe na sua essência, não é um dinheiro que está disponível, que simplesmente se pega. Ele só existe porque se segue a regra do jogo do financiamento da dívida pública. O segundo ponto que eu gostaria de trazer aqui é que é bastante cômodo, interessante para as pessoas, construir narrativas nas quais elas aparecem como vítimas, em que nós cidadãos aparecemos como vítimas, e existe um ser superior que toma de nós a nossa riqueza, e que nós não cometemos erros nas nossas decisões estratégicas. E aí ele vem e nos subjuga. É agradável para todos uma fala dessa, porque acalma em nossos espíritos os nossos erros cometidos no passado, e no presente, e no futuro até — às vezes continuamos cometendo erros no futuro. Colocamos o outro como algo muito ruim, odioso, e, conseqüentemente, somos os bonzinhos da história, aqueles que estão do lado certo.

Só que fomos nós que fizemos essa dívida ao longo do tempo. Originalmente, talvez, e até possivelmente, para investimento. É como o cidadão que ganha 10 mil reais por mês e gasta 12. Em um primeiro momento, os 2 que ele está gastando a mais são para cobrir uma despesa, eventualmente. Pode ser uma despesa nobre, pagar a escola das crianças, pode ser uma despesa de uma viagem para o exterior, não sei, mas o fato é que ele gasta 12; ganha 10 e gasta 12, ganha 10 e gasta 12, e no cartão de crédito, para simplificar nossa fala. Então ele passa a dever 2 no cartão de crédito; vem a conta, ele não paga; aí os 2 viram 4 no mês seguinte, porque ele continua fazendo déficit. E depois viram 6, viram 8, viram 10, até que um dia, de repente, ele olha e fala: "*50 mil reais. Eu ganho 10 e estou devendo 50!*"

De quem é a culpa disso? É culpa dos juros? A regra do jogo estava dada; estava escrito lá que, se ele não pagasse o cartão de crédito, ele geraria juros. E, eventualmente, quando





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

chegou aos 50 mil, ele olha para o valor e fala: *"O que disso realmente é gasto meu e o que disso são juros?"* Possivelmente a maior parte sejam juros; é bem possível que a maior parte sejam juros, mas não fora da regra do jogo, não diferente das decisões incorretas que todos nós cometemos.

Como falei, desde 2014 nós fazemos déficit primário; 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e, possivelmente, 2023, isso dá uma década de déficits primários, decisão nossa, da sociedade brasileira, principalmente do Poder Executivo e aprovada pelo Poder Legislativo. Nós, como sociedade, por meio dos nossos representantes, estamos completando 10 anos de déficit primário. Como que a dívida não é crescente? Como ela pode não ser crescente nesta situação?

Então são nossas decisões que fazem com que a dívida chegue onde ela está. Não é um elemento divino que vem e arrebatava de nós o nosso poder de capacidade de decisão. Somos nós, que tomamos decisões incorretas ao longo do tempo. Mais complexo que isso é que, quando nós fazemos déficit primário, o que significa que não vamos rolar nem o principal, nem os juros, é pior. Nós rolamos; refinanciamos o principal, refinanciamos os juros e ainda agregamos alguma coisinha, porque estamos fazendo déficit primário.

Mas é mais perverso do que isso, quando pensamos em uma década inteira. Quando pensamos em um ano de crise, como aconteceu em 2020, é até defensável. Mas quando se pensa em uma década, significa que estamos fazendo o seguinte: emitimos títulos públicos de 10, 15, 20, 30, até 40 anos. Estamos jogando despesas, gastos correntes da sociedade atual, do cidadão de hoje, para serem pagos pelo cidadão do futuro, que nem nasceu. Estamos gastando com previdência, com salário de servidor, com uma série de despesas primárias, despesas correntes da geração atual, financiadas pela geração futura. Isso é mais perverso, quando se está falando de déficit primário, jogando nas costas de quem nem nasceu a responsabilidade para pagamento das nossas despesas correntes.

Mas, em vez de fazermos um esforço na nossa fala, na nossa discussão, para reduzir esse déficit para zero, para nos movermos na direção do superávit, não, nós condenamos a dívida que nós mesmos criamos ao longo de uma década inteira. Nenhuma fala é contra o déficit, toda fala é contra o seu efeito, quebrando o termômetro. Em vez de trabalhar a febre, nós nos indignamos com o termômetro, que está dando 40 graus. Queremos quebrá-lo e continuar com a febre, como se os nossos problemas fossem resolvidos quebrando o termômetro.

Então acho que nós poderíamos caminhar na direção de uma discussão profunda, concreta, na direção de reduzir o nosso déficit, para que efetivamente façamos superávit, e a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dívida pare de crescer da maneira correta. Porque, quando fomos à sociedade, no ano passado, pegar 600 bilhões para financiar um auxílio emergencial do montante que foi, da relevância que foi, e graças a ele, inclusive, entre outros motivos, nossa economia está retornando, graças a ele pudemos proteger uma camada importante da nossa população; quando fomos a mercado buscar recursos, fomos recebidos e conseguimos captar recursos. Nessa hora, aplaudimos o mercado. Mas, na hora de pagar a conta dessa despesa, o mercado é condenado; é uma Geni, que, quando nos atende, vamos a ele, mas, quando não nos atende, nós o execramos e o transformamos em um demônio, um ser do mal, responsável por todos os nossos males, em vez de nos responsabilizarmos pelas nossas decisões ao longo do tempo.

Então queria trazer um pouco essa contextualização da relevância de entendermos melhor o processo, não tentarmos achar soluções fáceis nem criarmos seres externos e responsabilizá-los pelas nossas falhas.

Anotei aqui uma série de incorreções, de incompreensões sobre como funciona o orçamento público, essa discussão sobre a amortização, sobre operações compromissadas do Banco Central. Infelizmente o tempo não me vai permitir explicar, eu já cumpri os meus 10 minutos, estou indo para a segunda fase. Gostaria muito de discutir, de explicar em detalhes o que funciona, para desmistificar um pouco, porque às vezes algo que parece estranho na verdade são termos técnicos, termos que conseguimos explicar com bastante tranquilidade, mas que tomaria um tempo que nós não temos, infelizmente.

E gostaria de trazer um terceiro e último ponto para a nossa fala. O tema da auditoria cidadã me acompanha em toda a minha trajetória na gestão da dívida pública do Brasil. Começou em 1994, foi até 2014, depois saí para outras áreas do Governo, área fiscal, e voltei agora para a dívida pública. O tema da chamada auditoria cidadã me acompanha desde muito tempo, de um trabalho que foi feito no início da década de 2000, não vou me lembrar exatamente o período, e que eu acompanho de perto.

Primeiro, tenho certa dificuldade em entender as palavras “auditoria” e “cidadã”. Não consigo entender a associação entre as elas. Há auditoria, simples. No limite, podemos chamar toda auditoria no setor público de cidadã, porque se busca melhorar processos, descobrir fragilidades, se busca descobrir, de repente, irregularidades. Toda auditoria pode, nesse aspecto, ser vista como cidadã. Nenhuma em particular, mas todas, como a que o TCU faz. Aliás, agradecemos muito por ela; está sempre apresentando fragilidades no nosso processo, e nós vamos nos aperfeiçoando ao longo do tempo. Faz um belíssimo trabalho o Tribunal de Contas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mas me surpreende essas falas de que há algo errado na gestão de dívida pública, há algo errado com a dívida pública. A informação dos detentores da dívida é protegida pelo sigilo bancário. Sim, sigilo bancário, segundo a lei aprovada pelo Congresso Nacional. O Congresso Nacional aprovou uma lei dizendo que as pessoas têm preservado o seu sigilo bancário. Isso faz parte de um processo democrático.

Concluindo, o meu ponto aqui é o seguinte, depois de quase 20 anos ouvindo preocupações, pontos, críticas a artigos da Constituição aprovados há mais de 30 anos, leis existentes no Congresso Nacional que fazem ou deixam de fazer, leis que não foram aprovadas, que poderiam ter sido aprovadas, existe algo de concreto que possa ser encaminhado ao Tribunal de Contas?

O Tribunal de Contas audita a dívida pública desde sempre. Inclusive, o Joaquim trouxe aqui confiabilidade, integridade e fidedignidade da dívida de 2019, 2020 e 2021. O Joaquim falou: "*Não encontrei nada*". Obviamente, sempre há aperfeiçoamento. Ele não encontrou nada que criasse algum tipo de preocupação.

O TCU não é incompetente. Do contrário, é um órgão extremamente competente e subordinado inclusive ao Congresso Nacional. Por que não se apresenta ao Tribunal de Contas o que tem? Por que é preciso fazer uma auditoria fora do Tribunal de Contas? Ele não é competente para fazer auditoria? Apresentem a ele, e ele fará uma boa auditoria. Se ele até hoje não encontrou o que vocês encontraram, o que pode estar acontecendo? Ele não enxerga, não é capaz de ver ou não há nada para ser visto a esse respeito?

Então, eu acho que, para o bem da evolução — afinal, são 20 anos de discussão de auditoria cidadã — vamos apresentar ao Tribunal de Contas exatamente qual é o ponto de preocupação e deixá-lo, como um órgão de Estado, relevante como é, qualificado como é, fazer essa auditoria e chegar a alguma conclusão e por fim a esse tema, em vez de ficarmos aqui mais 10 anos nessa discussão.

Esse o ponto que trago para a reflexão de todos. São esses os meus comentários.

Agradeço ao Deputado o tempo e agradeço aos demais por me ouvirem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) - Muito obrigado, Otávio Ladeira de Medeiros, Subsecretário da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional, que trouxe informações bastante relevantes. Agradeço a sua presença.

Agora convido para fazer uso da palavra o Sr. Eduardo Brasileiro, representante da sociedade civil, da Associação Brasileira pela Economia.

V.Sa. dispõe de até 10 minutos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. EDUARDO BRASILEIRO - Muito obrigado, Deputado Hildo Rocha, pelo importante espaço de diálogo que estamos tendo aqui nesta tarde.

Eu gostaria de cumprimentar também os demais participantes, o Joaquim Ramalho; os meus queridos colegas, Rodrigo Vieira, do Observatório de Finanças da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, e também a querida Maria Lucia Fattorelli, que coordena Auditoria Cidadã da Dívida Pública, que tem um trabalho importantíssimo que faz uma série de entidades, movimentos e grupos da sociedade civil que são parte desse espaço do Estado brasileiro, da democracia brasileira, a orientar reflexões sobre o funcionamento das nossas finanças e da nossa economia.

Então, agradeço a ela, ao Rodrigo e a todo o Observatório de Finanças, o convite à Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara. Essa entidade tem um compromisso de discussão da economia de Francisco e Clara, que é um chamado global à discussão de novos pactos econômicos saindo da visão viciosa dos olhares sobre as nossas finanças e sobre o sentido da economia a partir do neoliberalismo.

Eu gostaria também de saudar o Otávio Ladeira, que fez a última fala e também dialogar com ela. Primeiro, acho que estamos em um diálogo sob o signo de esperança e de responsabilidade social. Esperança para milhões de brasileiros que encontram hoje na economia uma grande encruzilhada que é a economia a serviço da vida, dos interesses coletivos, ou a economia a serviço dos pequenos grupos sociais que estabelecem hoje um cenário de crises cíclicas do modelo econômico, baseado em um ciclo vicioso do nosso orçamento voltado para a dívida pública, construindo cada vez mais um Estado amarrado aos interesses financeiros de grupos econômicos e atacando diretamente, matando diretamente o orçamento público voltado para grupos sociais.

Estamos diante de uma grande encruzilhada. A crise que vivemos hoje aparece cobrando muito da vida do nosso povo, e a economia está cada vez mais concentrada nesse sentido. Por exemplo, quando a economia crescer, isso não acarretará em melhoria para as famílias, nesse cenário de olhar logicamente os interesses do orçamento no pagamento da dívida. Bancos e incorporações internacionais é que abocanham essa economia. Então, a ideia de separar a economia da política, como se a primeira fosse pautada por decisões técnicas e a segunda por ideologia é um completo equívoco. Estamos falando aqui, por exemplo, da participação democrática do povo ao determinar os caminhos do Orçamento. Isso é uma essência do exercício da democracia.

Dialogava inclusive com o Sr. Otávio, que falava justamente da questão da cidadania. Sabemos que a construção do Estado brasileiro se dá a partir dos parâmetros de que teríamos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

representantes e instituições fortes. Caberia ao povo exercer cada vez mais o seu exercício de acompanhamento dos projetos políticos e das decisões econômicas. Portanto, organismos da sociedade como Auditoria Cidadã da Dívida Pública, Observatório de Finanças, Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara têm um fundamental papel de participação cidadã. A cidadania nesse sentido está em questionar e propor rumos.

Quando temos uma grande parte da sociedade apontando outros rumos, é dever do Estado caminhar a partir dos interesses coletivos das maiorias, e a maioria hoje do povo brasileiro quer mostrar que as decisões econômicas afetam de forma diferente as pessoas e as camadas sociais. Quando se escolhe determinada política econômica não se trata de uma escolha puramente técnica, como é dito aqui, mas de escolher politicamente qual conjunto de pessoas e grupos estão escolhendo beneficiar, colocar os custos dessa política.

Quando falamos desse fundamento da economia, é uma doutrina política econômica que surge, em sua essência da vontade de limitação do poder do Estado de garantir direitos sociais, políticas públicas e um aumento ou não da presença na vida das pessoas de uma economia para a vida.

Acho que a conseqüente ascensão dessa ideia de liberdade individual, dos direitos individuais, da igualdade perante a lei, da proteção à propriedade privada e do livre comércio, choca-se cada vez mais com um Estado que não quer garantir os direitos das pessoas nas comunidades carentes, nas periferias. E é preciso que cada vez mais nos voltemos para essa função.

Eu represento um coletivo de grupos da sociedade que busca a mudança de um paradigma econômico. Na verdade, é não justificar o injustificável, que às vezes tentamos fazer nesses cenários de pegar planilhas e dar respostas a partir desse fundamento de onde vem e para onde vai. Na verdade, é buscar o sentido político da construção da economia.

Hoje temos um orçamento que sufoca a vida de brasileiros. Acho que essa provocação é a premissa de todo o nosso diálogo aqui, é a busca de um novo pacto econômico que priorize outras questões que não as de um setor financeiro que lucra e que abocanha boa parte do orçamento da dívida pública.

Então, multiplicar o investimento público na vida das pessoas deve ser o motor de organização do funcionamento do orçamento de 2022, com uma ruptura radical com essas ideias de austeridade e de ajuste fiscal, que cada vez mais coloca planilhas em cima de planilhas para justificar que é preciso encarecer e precarizar a vida das pessoas e, ao mesmo tempo, se vê um montante de dinheiro sendo transferido para a iniciativa privada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, é preciso resgatar o sentido do investimento público como garantia de bens comuns. Quando falamos em bens comuns, estamos falando do resgate, por exemplo, do SUS, que se tornou, durante a pandemia, um símbolo da importância do serviço público e sofre um sucateamento cada vez mais severo. É preciso estabelecer uma rede de reconstrução de empresas públicas brasileiras para facilitar a vida do brasileiro.

São exemplos como esses que devem passar à discussão dos Senadores e dos Deputados para aproximar os desafios políticos da vida dos brasileiros e das brasileiras, e não justamente esse cenário de aprovar um orçamento que vai estar em benefício diretamente de grandes grupos, no sentido do acúmulo de dinheiro, mas pequenos em relação à representatividade social.

É preciso cada vez mais estimular e articular a escuta, como o Deputado Hildo Rocha faz aqui, da sociedade civil, que vem dizendo constantemente, em manifestações, em reflexões, em estudos, que o orçamento deve estar a favor da vida — e a favor da vida não é um uso puro, é o uso político do sentido da vida, o sentido da garantia de políticas. Então, é necessário cada vez mais estabelecer o enfrentamento a essa lógica que justifica o orçamento do interesse de grupos pequenos.

Por isso, acho que precisamos também estabelecer que os mercados estão enraizados nas instituições políticas e sociais. Que o mercado reconheça que o sentido da dívida pública deve estar a serviço da construção de políticas sociais coletivas. O resultado de processos complexos dentro da economia e de interações entre os diferentes atores da economia, incluindo o Estado, que estabelece uma normativa estrutural de garantias de políticas para as comunidades e para o povo.

Esse é o debate que deve passar para determinar a aprovação ou a rejeição de um projeto de lei para a execução do orçamento de 2022. Não se trata só de respeitar a normativa. É uma questão estrutural. Como estabelecer um pacto socioeconômico orientado para o desenvolvimento social e econômico da população? O bem público constrói-se através de um planejamento conjunto recuperando o papel dos governos na criação do valor econômico e social.

Esse é um fundamento de construção de um orçamento a favor dos interesses coletivos da Nação.

Hoje foram feitas aqui longas falas, sobretudo falas de estudos apresentados pela Auditoria Cidadã da Dívida, do Observatório de Finanças, que nos remetem a uma profunda reflexão: o fim do ano será especialmente duro para 20 milhões de famílias brasileiras que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

covardemente são excluídas do auxílio emergencial e que não terão acesso ao Auxílio Brasil. Faltam empregos para mais de 30 milhões de pessoas e a comida está muito cara.

Esta audiência tem um sentido. Ele deve olhar, sobretudo, para o seguinte: dívida, como disse muito bem o Rodrigo, não é fonte de financiamento para superar essas mazelas que a população está vivendo. Como temos visto, a Auditoria Cidadã da Dívida já documentou fortemente indícios que a maior parte dessa dívida pública é resultado de altas taxas de juros. Precisamos superar esse olhar viciado sobre o sentido do pagamento da dívida pública e colocar na centralidade as pessoas e o sentido do investimento público brasileiro, para socorrer as populações nesse cenário que estamos vivendo. Na hora da regra política de organização do Estado prevalece a premissa inicial que é o resgate das vidas, e não o resgate das grandes fortunas que estabelecem a partir de alguns pequenos grupos.

Faço aqui esta saudação a todos e deixo esta reflexão, a partir da articulação brasileira, que vem estabelecendo um grande debate brasileiro ao lado da Auditoria Cidadã da Dívida, do Observatório de Finanças, sobre o sentido de uma economia para a vida.

Deixo aqui este nosso alerta, como também estudos e reflexões que temos feito com o povo brasileiro durante estes 2 últimos anos. Fomos convocados Papa Francisco para fazer este amplo debate relativo ao Orçamento. Sabemos que se o Orçamento estiver voltado para a vida será dada uma virada geral nesse sentido que está sendo dado para a LOA 2022.

O meu agradecimento a V.Exa., Sr. Presidente, Deputado Hildo Rocha, pela sua escuta nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) - Nós é que agradecemos a participação do Dr. Eduardo Brasileiro, representante da entidade da sociedade civil da Associação Brasileira pela Economia — ABEFC.

Passo a palavra ao Deputado Bosco Costa para que ele possa fazer as suas considerações.

O SR. BOSCO COSTA (PL - SE) - Sr. Presidente desta audiência pública, Deputado Hildo Rocha, primeiro eu quero parabenizar V.Exa. pela lucidez como trata este Parlamento.

Eu não ouvi a exposição de todos os expositores, mas fiquei impressionado com a importância desta audiência pública.

Nós precisamos, se for de comum acordo, criar uma Comissão para tratar exclusivamente desta pauta. É uma pauta importantíssima, quando se trata do déficit público no Brasil. É muito grave. Pelo que ouvi na exposição de Maria Lucia, não se faz auditoria dessas dívidas, conforme ela diz. Vejo a dívida pública com uma grande preocupação, em virtude de as novas gerações serem as responsáveis pelo endividamento. É como o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

endividamento do Estado e do Município. Eu, que já fui Prefeito, acho muito grave quando um Município ou até o próprio Estado se endivida demais, sem pensar no futuro ou nos outros administradores que virão.

Quero dizer, Deputado, da minha alegria de participar desta audiência pública. Sei que precisamos cuidar da dívida pública do Brasil. O Brasil é um país rico, apesar de existir desigualdade. O Brasil é um país rico — ninguém me convence de que o Brasil seja um país pobre —, porém, com concentração de renda. Há pessoas muito ricas, e há pessoas pobres, eu vou dizer, quase miseráveis, que estão abaixo do nível de pobreza.

Deputado, mais uma vez, parabênizo V.Exa. Parabênizo os expositores por um tema tão importante como este, nesta audiência pública de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

Muito obrigado, senhoras e senhores aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) - Eu é que agradeço a participação do Deputado Bosco Costa, que é sempre muito atuante aqui nesta Comissão. S.Exa. é um dos mais assíduos na Comissão de Orçamento, nas sessões deliberativas e também nas audiências públicas, que são realizadas para que possamos decidir em relação a este Orçamento e às demais peças orçamentárias, com base em informações que são trazidas aqui, como esta que aconteceu no dia de hoje.

O que nos deixa muito preocupados é que teremos, em 2022, um Orçamento de 4,7 trilhões de reais — um pouco mais que isso — e, desses 4,7 trilhões, 2,4 trilhões de reais serão justamente para o serviço da dívida, para pagamento de juros e amortizações. É mais da metade do Orçamento previsto para o próximo ano. Isso impacta diretamente na vida do brasileiro, que precisa de socorro do Governo Federal para gerar emprego, para ofertar serviços públicos, rodovias de qualidade, atendimento na saúde sem precisar de filas e precisar esperar mais de 1 ano para iniciar tratamento de combate ao câncer.

São várias dificuldades que a população tem, justamente por falta de recursos públicos, enquanto estamos anualmente aumentando, pagando juros e amortizando dívidas. Esse pagamento dos juros e de amortizações não faz com que a dívida diminua. Ela só cresce.

Então, isso preocupa a todos nós, que sabemos que há necessidade de investimento para que o Brasil possa crescer. O investimento público previsto — fora as estatais — para o próximo é de apenas 25 bilhões de reais. Nós vamos gastar apenas 25 bilhões de reais com investimento, e 2 trilhões e 400 bilhões com pagamento de juro da dívida e amortizações. A discrepância é muito grande. Nós só teremos desenvolvimento com investimento, e cadê o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

investimento? O investimento é só de 25 bilhões de reais, justamente porque os recursos que estão sendo adquiridos no mercado através de emissão de títulos não são usados para investimento. Eles são usados para justamente rolar essa dívida, pagar juros e amortizações.

Eu vou conceder até 5 minutos para cada um dos convidados, para que façam as suas considerações finais. Estamos caminhando para o encerramento desta audiência pública, que foi um verdadeiro sucesso.

Convido, primeiro, o Sr. Joaquim Ramalho de Albuquerque, Diretor da Secretaria de Macroavaliação Governamental, do Tribunal de Contas da União, para fazer as suas considerações finais.

V.Sa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. JOAQUIM RAMALHO DE ALBUQUERQUE - Eu pergunto se os senhores podem ver a minha tela.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) - Sim, está sendo possível vê-la sim.

O SR. JOAQUIM RAMALHO DE ALBUQUERQUE - Eu começo com dois temas que foram abordados durante os debates. O primeiro deles diz respeito a determinações que foram feitas em um processo específico, que resultou no Balanço Geral da União, no relatório e parecer prévio sobre as contas. O que, de fato, está acontecendo é o oposto do comentário que foi feito aqui anteriormente. O Tribunal, tanto em 2019 quanto em 2021, encontrou diferenças. Em 2019, foi de um valor estimado de 45 bilhões de reais. A classificação que estava sendo feita nas despesas de amortização e de juros e encargos tinha uma impropriedade. Essa impropriedade subestima a amortização e superestima os juros. O valor estimado dessa distorção, em 2019, foi de 45 bilhões de reais. Esse trabalho foi reproduzido em 2020 e encontrou o mesmo problema: uma diferença no valor estimado de 27 bilhões de reais.

A auditoria de 2021 para a verificação desses números já se iniciou. Obviamente, ao ser encerrada essa auditoria, o acórdão será encaminhado para a Comissão Mista.

Por último, quero fazer dois comentários breves. Quero dizer que existem auditorias feitas, numa base contínua, sobre os números da dívida, sua fidedignidade, todos os critérios do Tribunal. Evidentemente, existe a compreensão de alguns setores da sociedade de que essa despesa com juros é elevada. Esses dois achados indicam que, repito, nos 2 anos considerados, houve uma subestimação da amortização da dívida e uma superestimação dos custos.

Era o que eu tinha dizer.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) - Agradeço demais ao Sr. Joaquim Ramalho de Albuquerque as informações que trouxe para nós e a sua participação nesta audiência pública. Ele é Diretor da Secretaria de Macroavaliação Governamental, do Tribunal de Contas da União.

Agora convido o Sr. Otávio Ladeira de Medeiros, Subsecretário da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional, a fazer as suas considerações finais.

O SR. OTÁVIO LADEIRA DE MEDEIROS - Obrigado, Deputado. Agradeço a todos que nos assistiram até agora.

Não tenho nenhuma consideração adicional a fazer. Apenas agradeço a oportunidade que me foi dada.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) - Agradeço ao Sr. Otávio Ladeira de Medeiros, Subsecretário da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional, sua presença nesta audiência pública.

Convido agora a Sra. Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, a fazer as suas considerações finais, utilizando o tempo de até 5 minutos.

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI - Sou muito grata, Deputado Hildo Rocha. Agradeço imensamente esta oportunidade de participar e, como o Eduardo Brasileiro colocou, esta oportunidade de escuta da sociedade civil, que nós representamos.

Nós respeitamos imensamente os órgãos de controle do País. Inclusive, já estivemos em várias reuniões no Tribunal de Contas da União e já fomos convidados para falar em audiência pública dentro do Tribunal de Contas da União, quando expusemos vários desses tópicos. E as próprias pessoas dos Tribunais de Contas nos colocam os seus limites, e eu sei muito bem que limites são esses, porque fui Auditora da Receita Federal durante quase 30 anos. Eu sei dos procedimentos que recebemos, engessados, que não podemos olhar com a liberdade com que a sociedade civil olha. Então, nós não estamos aqui, de forma alguma, para criticar ou competir com os órgãos de controle. Muito pelo contrário, sempre estivemos no sentido de colaborar.

Os senhores podem ver isso na página da Auditoria Cidadã: "auditoriacidada.org.br". Basta que se faça uma busca com "TCU", e poderão ser vistas várias publicações de relatórios que fizemos, com o TCU, para contribuir com o Tribunal de Contas da União, para alertar o Tribunal de Contas da União.

Agora, na própria CPI da Dívida, o Tribunal de Contas nos relatou que não audita a dívida, que faz apenas um acompanhamento da dívida. Auditar a dívida é muito diferente de acompanhá-la. Ao auditar a dívida, por exemplo, como nós temos feito no âmbito da Auditoria Cidadã, de forma integral, nós criticamos os mecanismos que geram dívida. Nós não





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

demonizamos a dívida, como foi dito, infelizmente, pelo representante do Tesouro. Nós combatemos os mecanismos que geram dívidas sem contrapartida.

Em nosso modo de entender, é um descalabro isto: o Tesouro Nacional entregar 2 trilhões de reais em títulos para o Banco Central, doar sem contrapartida, doar juros sobre esses títulos, e o Banco Central usar esses juros e esses títulos para remunerar sobra de caixa dos bancos. E é justamente essa remuneração da sobra de caixa dos bancos, nesse volume, que chega a mais de 20% do PIB no Brasil, algo sem paralelo no planeta, é isso que está enxugando moeda, gerando escassez de moeda, provocando aumento do juro de mercado e explodindo a própria dívida.

Nós não temos dívida resultante de ganância financeira, como foi dito, não. Nós tivemos 20 anos de superávit primário. O Rodrigo mostrou, em sua exposição, os dados oficiais do que está acontecendo de 2014 para cá. Recurso proveniente de dívida para gasto social tem sido usado em montante infinitamente inferior ao das receitas de outras fontes. Poderiam ser gastas em investimentos sociais, mas estão sendo usadas para pagar a dívida. Mas só se fala desse caminho, da dívida emitida para alguns gastos sociais. Não se fala da utilização do montante, que poderia ser utilizado em investimentos sociais, e está sendo desviado para pagar a dívida.

Há outra coisa: o gasto de 2,4 trilhões de reais está ali, oficialmente, como juros e refinanciamento, mas o que está por trás disso? Isso é o que a auditoria tem que responder. Quanto desses 2,471 trilhões de reais é prejuízo de *swap* cambial ilegal, sigiloso, sem justificativa técnica? Quanto desses 2,471 trilhões de reais é juros sobre juros, anatocismo, ilegal, de acordo com a Súmula nº 121 do Supremo? Quanto desses 2,471 trilhões de reais é juro mascarado de amortização, por causa da atualização monetária paralela, que é muito diferente dessa subavaliação que acabou de ser mostrada pelo representante do TCU? É muito diferente! Nós estamos falando de coisas distintas. Quanto desses 2,471 trilhões de reais é gasto para remunerar sobra de caixa dos bancos? Quanto é gasto para cobrir prejuízos do Banco Central? Quanto? Quanto é gasto para cobrir aqueles mecanismos que o Banco Central resolveu dar aos bancos para aumentar a liquidez na época da pandemia? E essa liquidez não foi direcionada para empréstimos às empresas pequenas, que quebraram aos milhões. Isso tem que ser respondido, e não está sendo respondido.

Por isso, é preciso fazer a auditoria. A Auditoria Cidadã existe há 21 anos e vai continuar existindo até conseguirmos o cumprimento da Constituição Federal.

Foi também feita uma reclamação, a de que estamos denunciando dispositivo colocado de forma fraudulenta na Constituição há mais de 30 anos. É claro! Foi colocado lá de forma fraudulenta e até hoje não foi resolvido. Nós vamos deixar para lá? Não! Já foi feito reclamação





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

judicial. O Ministério Público já reconheceu que houve procedimento indevido. Então, isso não pode ser deixado para lá. Ou nós vamos ficar com o dispositivo fraudulento, incluído fraudulentamente na nossa Constituição, e que está dando respaldo a esse privilégio indecente, como o Deputado Hildo Rocha falou?

São 25 bilhões de reais para investimentos, Deputado Hildo Rocha! O que isso representa para o Brasil? Quase zero. E são quase 2,5 trilhões de reais — 100 vezes mais — para gastos com a chamada dívida. É uma dívida que só está servindo para alimentar mecanismos financeiros, sem contrapartida alguma, como o próprio Tribunal de Contas já admitiu perante o Senado. Isso tem que ser revisto. Esse caminho tem que ser revisto e será. Um dia será, com certeza.

Seguiremos mobilizando a sociedade civil e informando. Queremos muito contar com o Tribunal de Contas, com o Tesouro Nacional, com a CGU, com o Banco Central, para que essas instituições venham em defesa da Constituição Cidadã. Não falo da parte da Constituição que está sendo mudada para garantir mais privilégios ainda ao mercado, mas sim da Constituição Cidadã, que garanta vida digna para o nosso povo.

Nós não somos daqueles que combatem as instituições. Nós criticamos, criticamos aquilo que achamos que está errado e mostramos os dados. Mostramos que este País poderia estar em outro patamar de desenvolvimento socioeconômico, porque o Brasil é riquíssimo, mas a nossa riqueza tem sido sugada, tem sido desviada. E o sistema da dívida, juntamente com a política monetária suicida do Banco Central, têm sido os principais responsáveis por essa escassez e por essa miséria a que nós assistimos aqui no nosso rico País. Isso precisa mudar. O que pudermos fazer para contribuir com isso continuaremos fazendo e mobilizando a sociedade, para virar esse jogo.

Registro minha gratidão, Deputado Hildo Rocha. Cumprimento também o Deputado Bosco Costa, que falou das suas preocupações com as gerações futuras. Nós também temos essas preocupações, Deputado Bosco Costa. O tempo aqui não permite que eu coloque o que já descobrimos, o que a Auditoria Cidadã já descobriu. Descobrimos o tanto que essa atual geração — principalmente a dos jovens, que estão aí sem oportunidade alguma de emprego, sem possibilidade de manifestar suas potencialidades — já está pagando, por conta desse sistema da dívida, que está atuando desde a ditadura militar. Desde 1964, quando foi criado o Banco Central, temos esse sistema da dívida comprovadamente atuando aqui no Brasil.

Então, eu fico à disposição para depois encaminhar mais materiais, mais estudos, para os Deputados e as Deputadas desta Comissão. Seguimos à disposição para prosseguir com esse debate.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Muito grata a todos e a todas!

Boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) - Agradeço demais a participação da Sra. Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida...

O SR. JOAQUIM RAMALHO DE ALBUQUERQUE - Deputado, eu peço o obséquio de me deixar informar à Dra. Fattorelli que o que caracteriza a atuação dos auditores é a autonomia e a independência. Aqui no Tribunal não se altera relatório de auditor. A decisão é do Plenário, mas o que o caracteriza a atuação dos auditores é esse binômio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) - Queremos agradecer a presença e a contribuição da Dra. Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida.

Registro aqui a presença, nesta audiência pública, do Prefeito de Cantanhede, no Maranhão, o Sr. José Martinho dos Santos Barros. Ele está prestigiando esta audiência, para compreender melhor essa questão do endividamento. Está aqui também representando a Confederação Nacional de Municípios.

Agradeço também a participação dos diversos agentes de combate a endemias e também agentes comunitários de saúde que se encontram presentes. Muito obrigado a todos os senhores pela presença. (*Palmas.*)

Eu vou passar a palavra rapidamente ao Deputado Dagoberto Nogueira, que quer fazer um breve registro.

V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Presidente Hildo Rocha, primeiramente quero cumprimentá-lo por esta audiência pública tão importante, com este debate da questão da dívida pública. Nós temos que colocar o dedo nessa ferida, temos que enfrentá-la. E é nesta Comissão de Orçamentos que nós temos que exercer isso.

Mas eu pedi um segundo para V.Exa. para poder registrar isso o que V.Exa. acabou de registrar. É visível hoje, nesta Comissão, a presença maciça dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias.

Mas eu também queria fazer outro registro. Está aqui presente também o Vereador Tabosa, da Capital Campo Grande, que é o Presidente do Sindicato dos Agentes de Saúde e de Combate às Endemias lá em Campo Grande. Eu queria fazer esse registro e agradecer a presença dele.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero dizer aos agentes que nós estamos concentrados em resolver o problema de vocês, para derrubar o veto primeiro e depois fazer aquela reposição no Orçamento para que possamos contemplar vocês. Eu acredito que isso vai ser possível até sexta-feira, e nós vamos dar conta de atender esse pleito de vocês.

Esse era o meu registro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) - Muito obrigado, Deputado Dagoberto Nogueira. V.Exa. está sempre atuante também aqui na Comissão Mista de Orçamentos, formada por Deputados e Senadores, a única Comissão Mista do Congresso Nacional que é permanente. É a única, portanto, do Congresso Nacional que tem a obrigação de trabalhar com essa questão do endividamento, que preocupa a todos nós.

Quero convidar agora o Sr. Rodrigo Vieira de Avila, representante do Observatório de Finanças, da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, da CNBB, para fazer as suas considerações finais.

O SR. RODRIGO VIEIRA DE AVILA - Obrigado, Deputado Hildo Rocha. Obrigado pela oportunidade de estarmos aqui.

Eu gostaria apenas de concluir com algumas ideias que já colocamos na nossa apresentação. Por exemplo, o que tem ocorrido hoje é uma grande mentira: dizer que a dívida está cobrindo o déficit primário é uma mentira, que é discutida todo dia nos jornais, para se dizer que os servidores têm que perder os direitos, para se dizer que é preciso fazer reforma administrativa, para se dizer que as pessoas não têm como receber o Auxílio Emergencial. Isso é uma mentira! O Estado, na verdade, tem muitas receitas que não são consideradas no cálculo do déficit primário, como os lucros do Banco Central. No ano passado, mais de 300 bilhões entraram como emissão de moeda para o Tesouro pagar dívida pública. Disso não se fala. Se, por um lado, o Estado emite, de fato, títulos para pagar uma parte das despesas das áreas sociais, e isso a grande mídia aborda muito, por outro lado, várias outras receitas que não são receitas de emissão de títulos são usadas para pagar dívida. Isso é uma grande pegadinha.

Nos últimos 20 anos, de 2000 até maio de 2021, incluindo-se o período da pandemia, foram simplesmente 2 trilhões e 600 bilhões em valores correntes. Se fizermos a correção pelo IPCA, seriam quase 5 trilhões de reais os valores tirados das áreas sociais para pagar dívida pública! Por quê? Porque a metodologia do superávit primário não considera essas outras fontes, porque não são primárias, o FMI diz que não são primárias. Basta olhar lá! A propósito, as nossas telas vão estar disponíveis no *site* da Comissão, para que todos observem isso. A





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dívida no Brasil não tem servido para financiar as áreas sociais, tem servido, infelizmente, para tirar dinheiro das áreas sociais.

O País tem muito dinheiro, sim, tem muitas receitas, mas essas receitas são usadas para pagar dívida pública, que tem de ser auditada, sim, e com a participação da sociedade, sim, como disse a Maria Lucia. Órgãos como o TCU, a CGU, com os servidores autônomos, sim, têm a sua função, mas, lá no final, nas altas cúpulas desses órgãos, essas denúncias precisam ser realmente consideradas. Por exemplo, dívida com juros sobre juros, dívida que não serviu para investimento, o que fazer com isso? Não se pode ficar só no diagnóstico, é necessário se estabelecer uma diretriz a partir daí. Essa dívida tem que ser questionada. Não dá para continuar com uma dívida crescente que serve para concentrar renda, para tirar dinheiro dos trabalhadores e dá-lo aos rentistas. Então, é interessante colocarmos isso. Eu agradeço muito a oportunidade.

Eu quero só comentar outra questão, a de que não se poderia dizer quem são os detentores de títulos da dívida, em razão de sigilo bancário. Ora, sigilo bancário sobre recurso público? Eu nunca vi! Se é assim, teria que se tirar do ar todo o Portal da Transparência, por questão de sigilo bancário, ora bolas! Se uma ponte foi feita em determinada cidade e se pagou à empresa que fez a obra, não se pode mostrar quem fez a obra? É claro que pode! Isso é esdrúxulo. É claro que tem que mostrar quem detém a dívida pública, até para que se acabe com a mentira de que a dívida beneficia principalmente a classe média. O Tesouro Direto é apenas 1% da dívida. Então, coisas como essas que são colocadas têm que ser verificadas de fato.

Foi dito que emitir moeda gera inflação e não sei o quê. Mas, no ano passado, foram emitidos mais de 300 bilhões a título de lucro do Banco Central e se jogou isso no caixa do Tesouro para pagamento de dívida. Aí pode! Aí não há problema! Ou seja, existem recursos para pagar aos servidores, para pagar auxílio emergencial, para pagar a previdência. Não é preciso fazer reforma da Previdência, não é preciso fazer reforma administrativa. Na verdade, o Estado tem muito dinheiro. O problema é que querem tirar mais dinheiro ainda para pagar dívida pública. A dívida é um escoadouro de recursos, não é uma fonte de recursos. O ideal seria que fosse. Nós não demonizamos a dívida, nós queremos que a dívida financie as áreas sociais, mas infelizmente, no Brasil, não tem sido esse o processo.

Agradeço muito ao Deputado Hildo Rocha e ao Deputado Bosco também.

Estamos à disposição para contribuir com a proposta de auditoria cidadã da dívida.

Obrigado, Deputado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) - Agradeço a participação do Sr. Rodrigo Vieira de Avila, representante do Observatório de Finanças da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB. Muito obrigado pela presença.

Comunico a todos os assessores dos Parlamentares que estão presentes que já se encontram à disposição, na página da Comissão Mista de Orçamento, as apresentações que foram feitas aqui. Também estão disponíveis os demais materiais em relação ao que foi tratado nesta audiência pública.

Convido o Sr. Eduardo Brasileiro, representante da sociedade civil, da Associação Brasileira pela Economia, a fazer as suas considerações finais. Dispõe de 5 minutos.

O SR. EDUARDO BRASILEIRO - Obrigado, Deputado Hildo Rocha.

Obrigado também, Deputado Bosco, pela fala tão importante.

Nestas considerações, é nosso dever ressaltar a importância de uma auditoria cidadã da dívida pública e também o amplo leque de dívidas que a União absorve.

Quisemos ressaltar nesta importante Comissão quanto o sistema da dívida é uma engrenagem que possibilita esse domínio econômico do setor financeiro. Estamos falando de uma coisa que nunca deixou de existir no nosso Brasil: os interesses de grupos privados abocanhando os interesses públicos.

Esse movimento é um exercício maior da democratização, do fortalecimento das instituições tão importantes como essas com que dialogamos hoje aqui. É preciso que haja cada vez mais participação pública nesses espaços de decisão.

Esta Comissão vai consolidando cada vez mais a importância de uma auditoria. Esse tipo de discussão é uma ideia-força que passa por outros países também. Se o Brasil realiza uma auditoria cidadã da dívida pública, ele realiza um processo muito profundo de fortalecimento da democracia, de instrumentos democráticos de participação.

Isso não fragiliza um grupo ou outro e dá ao povo explicações e lhe apresenta horizontes sobre a destinação final do recurso público. É disso que nós estamos falando. Isso serve de alerta, eu acho, quanto a este importante momento de decisão a respeito da destinação do orçamento público de 2022.

Continuaremos, acho, enfrentando um cenário muito incerto no campo econômico, mas fazemos este alerta, o de que, mesmo no incerto campo econômico, há decisões políticas que retiram da vida do brasileiro e da brasileira um fardo muito grande, que é o endividamento, o custo de vida mais alto, a falta de acesso às políticas públicas. Em relação a isso, há um botão que se aperta aqui neste espaço, que significa aceitar que a dívida seja paga sem que ocorra





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

uma auditoria, sem que haja um olhar sobre ela, sem que ocorra de fato a destinação, que precisa acontecer, em favor da melhoria da vida das pessoas.

Deixo registrados os nossos cumprimentos e o nosso agradecimento pela possibilidade de estarmos aqui. Nós até brincamos na fala final: é para prevalecer a vida e não a dívida. Vamos buscando esses caminhos.

Muito obrigado, Deputado Hildo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. MDB - MA) - Eu que agradeço a participação do Sr. Eduardo Brasileiro, representante da Associação Brasileira pela Economia. Agradeço sua presença.

Antes de encerrar esta audiência pública, que foi bastante valiosa para todos nós, digo que se torna claro e nos preocupa ainda mais o endividamento do nosso País, a gestão da nossa dívida.

Eu sou Relator do PLN 9, que o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional, para apreciação. Pediu autorização para contrair dívidas para pagamento de despesas correntes, despesas de custeio. Eu fui bastante atento quanto a essa questão, que aumenta o endividamento do nosso País. De acordo com a chamada regra de ouro, os governos só podem contrair dívidas para fazer investimentos. Para que o Governo possa contrair dívidas para pagamento de despesas correntes, ele tem que pedir autorização ao Congresso Nacional. Esse PLN foi relatado por mim, ficou sob a minha responsabilidade. Eu fiz um estudo e vi que os 164 bilhões de reais, em relação aos quais o Governo pediu autorização, não seriam necessários, tendo em vista que há um considerável aumento de arrecadação, um excesso de arrecadação. Propus que, em vez de 164 bilhões, autorizássemos 28 bilhões, levando-se em conta o excesso de arrecadação. O Governo, em seguida, apresentou uma nova proposta, através de uma mensagem, a de que o valor fosse de pouco mais de 90 bilhões. Diminuiu cerca de 70 bilhões de reais. Por último, o Governo disse que só precisa de 40 bilhões de reais.

Ora, senhores, desse modo, podemos perceber que a gestão da dívida pública brasileira é muito frágil. Eu queria chamar a atenção do povo brasileiro para isto: se nós o tivéssemos autorizado a contrair dívida no valor de 164 bilhões de reais, iríamos pagar, no próximo ano, algo em torno de 19 bilhões de reais de juros, só em relação a essa dívida.

Com 19 bilhões de reais, seria possível acabar com o déficit habitacional em nosso País, pois essa quantia seria suficiente para construir mais de 400 mil casas populares. O povo está precisando dessas casas populares. Nós sabemos da realidade do povo brasileiro. Portanto, temos que ter responsabilidade com o dinheiro público. E essa responsabilidade está sendo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

exercida pela Comissão Mista de Orçamento. Se tivéssemos dado essa autorização, o Governo teria emitido títulos da dívida, e o povo brasileiro estaria devendo, após 12 meses, mais 19 bilhões de reais.

Isso nos preocupa bastante. Há realmente uma dívida muito grande. Esse é um exemplo claro. Sou testemunha disso porque sou Relator desse PLN, desse projeto de lei do Congresso Nacional. Os demais Deputados e Senadores desta Comissão já têm conhecimento dessa questão, que mostra a fragilidade da gestão da dívida do Brasil, a irresponsabilidade de se emitir título para se fazer qualquer coisa.

Isso foi o que nos preocupou e foi o motivo de realizarmos esta audiência pública, de convidarmos pessoas que sabemos que estão tratando sobre esse assunto no dia a dia. Os que foram convidados para vir aqui estão tratando sobre esse tema no dia a dia, como é o caso de Maria Lucia Fattorelli, Rodrigo Vieira de Avila, Eduardo Brasileiro e outros mais, que se preocupam com isso. Quero agradecer demais a presença de todos aqui.

Lamento a ausência do Banco Central, que deu uma desculpa esfarrapada. Como não é culpado pela dívida? É claro que o Banco Central tem que trabalhar essa questão da dívida. O Banco Central vive aumentando juro. Não tem nenhum compromisso com a dívida pública? Ao aumentar juro, é lógico que a dívida pública aumenta. E alguém está ganhando. Quem está ganhando com isso? Quem é que está ganhando com isso. É o povo que está ganhando com isso? É claro que não é! É claro que não é o povo! Alguém está ganhando com isso, e nós temos que fazer o combate. O dinheiro público e o esforço do povo brasileiro — isso é fruto do seu trabalho e gera impostos — têm que ser respeitados, têm que ser dignificados.

Agradeço demais.

Está encerrada a presente reunião.

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 1, 6, 7, 8, 9, 13, 14, 20 E 21 DE DEZEMBRO DE 2021.

No primeiro dia de dezembro de dois mil e vinte um reuniu-se, de forma semipresencial, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados e, virtualmente, por meio da plataforma zoom. Foi registrada a **PRESENÇA** dos(as) Senhores(as) **Deputados Titulares**: Adolfo Viana, André Figueiredo, André Fufuca, Arnaldo Jardim, Arthur Oliveira Maia, Bosco Costa, Carlos Zarattini, Charles Evangelista, Coronel Tadeu, Daniel Almeida, Domingos Sávio, Eduardo Costa, Flávia Moraes, Genecias Noronha, Glauber Braga, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hugo Leal, José Guimarães, Júnior Mano, Luciano Ducci, Mário Negromonte Jr., Marcelo Squassoni, Marx Beltrão, Osires Damaso, Paulo Azi, Sanderson, Sergio Souza, Uldurico Junior, Vinicius Carvalho e Zé Carlos; dos **Senadores Titulares**: Alessandro Vieira, Angelo Coronel, Carlos Fávaro, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Simone Tebet e Wellington





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Fagundes; dos **Deputados Suplentes**: Adriana Ventura, Alceu Moreira, Aluisio Mendes, Átila Lins, Beto Faro, Caroline de Toni, Célio Silveira, Dagoberto Nogueira, Danilo Forte, Delegado Marcelo Freitas, Domingos Neto, Dra. Soraya Manato, Gelson Azevedo, Heitor Schuch, Hercílio Coelho Diniz, João Carlos Bacelar, Júnior Ferrari, Juscelino Filho, Orlando Silva, Ossesio Silva, Pedro Lupion, Pinheirinho, Robério Monteiro, Toninho Wandscheer, Weliton Prado e Wilson Santiago; dos **Senadores Suplentes**: Esperidião Amin, Roberto Rocha, Soraya Thronicke e Vanderlan Cardoso; Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão Deputados (as): Aelton Freitas, Antonio Brito, Carlos Henrique Gaguim, Carmen Zanotto, Cássio Andrade, Claudio Cajado, General Peterlini, Gilberto Abramo, Jhonatan de Jesus, Liziane Bayer, Lucas Vergilio, Luis Miranda, Marcel van Hattem, Marcelo Ramos, Marreca Filho, Misael Varella, Paulo Ganime, Pompeo de Mattos, Tiago Mitraud, Vicentinho Júnior e Wellington Roberto. Registrou-se a **ausência** do membro titular: Senador Weverton.

ABERTURA: às treze horas e vinte e três minutos, do dia primeiro de dezembro do ano de dois mil e vinte um, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Carlos Zarattini, iniciou a reunião e passou a palavra à Deputada Adriana Ventura, que fez referência à nona Reunião de Audiência Pública, realizada nesta Comissão no dia onze de novembro de dois mil e vinte e um, na qual tratou-se das emendas do Relator-Geral ao orçamento da União e informou que, como produto desta Audiência Pública, as Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal formularam um diagnóstico que mostra os problemas encontrados e sugere melhorias para aprimorar e corrigir todas as distorções provocadas pelo RP 9. Informou, ainda, que este documento foi entregue ao Relator-Geral do Orçamento de 2022, Deputado Hugo Leal, para análise. O Presidente em exercício agradeceu à Deputada Adriana Ventura e solicitou que ela encaminhasse o documento à CMO, a fim de ser disponibilizado na página da Comissão. A seguir, usou da palavra o Deputado Arnaldo Jardim, Coordenador do Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE), que prestou contas dos trabalhos do Comitê, agradeceu o apoio das Comissões de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal na análise das emendas de Bancadas Estaduais e das Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Com relação às emendas em desconformidade com o prescrito pela *Resolução nº 1/2006 do Congresso Nacional*, foi aberto um prazo para ajustes, que foi divulgado para os Coordenadores de Bancadas Estaduais e para os Presidentes de Comissões das duas Casas do Congresso Nacional. Este prazo, que inicialmente encerrou-se dia vinte e nove de novembro, foi prorrogado até o dia três de dezembro, ao meio dia. Às treze horas e trinta e dois minutos, o Presidente em exercício suspendeu a Reunião para a aguardar a chegada do Relator da Receita, Senador Oriovisto Guimarães. Às quatorze horas e dezenove minutos, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, a Presidente, Senadora Rose de Freitas, reabriu a Reunião. **EXPEDIENTE**: A Presidente declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão do dia nove de novembro até a presente data, tendo em vista que essas informações se encontravam publicadas na página da CMO na internet. Em seguida, havendo número regimental para deliberação, conforme estabelecido no *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, solicitou a dispensa da leitura das seguintes Atas: 12ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada nos dias 9 e 10/11/2021; 9ª Reunião de Audiência Pública Extraordinária, realizada em 11/11/2021; 10ª Reunião de Audiência Pública Extraordinária, realizada em 23/11/2021; e 11ª Reunião de Audiência Pública Extraordinária, realizada em 25/11/2021. Não havendo manifestação em contrário, foi dispensada a leitura das Atas e, em votação, foram **APROVADAS**. Em seguida, a Presidente passou a condução dos trabalhos ao Primeiro Vice-Presidente, Deputado Carlos Zarattini. **ORDEM DO DIA**: Item 1 da pauta – **Apreciação do Relatório da Receita apresentado ao Projeto de Lei nº 19 de 2021-CN**, Relator Senador Oriovisto Guimarães. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2022, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados neste Relatório. Quanto às 3 (três) emendas apresentadas o relator ofereceu voto pela APROVAÇÃO à de nº 40830012, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso; e pela REJEIÇÃO das de números 41820013 de autoria do Senador Zequinha Marinho e de número 24490025, de autoria Deputado Efraim Filho. O Relator leu o Relatório e apresentou uma Complementação de Voto. Foi aberta a discussão e o prazo para apresentação de destaques, segundo estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Discutiram a matéria os Deputados Claudio Cajado, Hugo Leal e Domingos Sávio. Encerrou-se a discussão e o prazo para entrega dos destaques. Não foram apresentados destaques. O Presidente em exercício informou que o Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE não havia se manifestado quanto às emendas de Relator, conforme dispõe o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

*parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional, e solicitou autorização do Plenário para votar o Relatório da Receita sem a manifestação do CAE. Concedida a autorização para deliberação, o Relatório da Receita e a Complementação de Voto foram para votação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. **APROVADOS o Relatório da Receita e sua Complementação de Voto. Item 2 da pauta – Apreciação do REQUERIMENTO Nº 36/2021-CMO**, de autoria do Deputado Hugo Leal que “Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para analisar a situação das obras prioritárias no Brasil e os seus financiamentos”. Em virtude da ausência do autor, o Requerimento **NÃO FOI DELIBERADO. Item 3 da pauta - Apreciação do REQUERIMENTO Nº 37/2021-CMO**, de autoria do Deputado Hildo Rocha que, “Requer a realização de audiência pública para discutir acerca do destino de mais de dois trilhão de reais de receitas provenientes de operações de créditos previstos no Orçamento Geral da União para 2022”. O Deputado Hildo Rocha fez a justificativa de seu Requerimento. Subscreeveu o Requerimento o Deputado Bosco Costa. Foi iniciada a discussão, e não havendo quem quisesse discutir, o Presidente em exercício encerrou a discussão. Em deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, foi **APROVADO**. O Presidente em exercício informou que, mediante acordo firmado na Reunião do Colegiado de Líderes com assento na CMO, será submetida ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, a seguinte proposta de cronograma alterado para apreciação do PLN 19/2021-CN (PLOA 2022): - 3/12 publicação do relatório preliminar; - Até 20h do dia 3/12 apresentação de emendas ao preliminar; - 6/12 votação do relatório preliminar às 14h30; - 7 a 9/12 Publicação dos setoriais- Votação dos setoriais até 13/12; - Publicação do Relatório Geral até 16/12;- Votação do Relatório Geral na CMO e no CN até 17/12. **Item 4 da pauta – Apreciação do REQUERIMENTO Nº 38/2021-CMO**, de autoria Do Senador Roberto Rocha, que “Requer que sejam fornecidos a esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) os dados dos últimos 5 (cinco) anos das transferências via Fundo a Fundo do Orçamento da União aos Fundos Estadual de Saúde de São Paulo e Municipal de Saúde de Barretos-SP”. Em virtude da ausência do autor, o Requerimento **NÃO FOI DELIBERADO**. Fizeram uso da palavra os Deputados Claudio Cajado e Adriana Ventura. Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos, o Presidente em exercício suspendeu a Reunião e informou que sua continuação ocorrerá no dia seis de dezembro, às quatorze horas e trinta minutos. Às quatorze horas e quarenta e seis minutos, do dia seis de dezembro de dois mil e vinte um, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, a reunião foi reaberta pelo Segundo Vice-Presidente, Senador Izalci Lucas, que declarou haver número regimental para deliberação, conforme estabelecido no *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. **EXPEDIENTE:** O Presidente em exercício declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão do dia primeiro de dezembro até a presente data. **ORDEM DO DIA:** O Presidente em exercício informou que havia sobre a mesa requerimento de quebra de interstício de 2 (dois) dias úteis contados da publicação, conforme previsto no *art. 128 da Resolução 1/2006-CN* e de inclusão na pauta, do Relatório Preliminar com Emendas e da Complementação de Voto, apresentados ao PLN 19/2021-CN. Em votação, a quebra de interstício e a inclusão na pauta foram **APROVADAS**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senador Federal. **Extrapauta: Apreciação do Relatório Preliminar com Emendas e Complementação de Voto apresentados ao PLN nº 19/2021-CN (PLOA 2022) – Relator-Geral Deputado Hugo Leal.** Voto: pela aprovação deste parecer preliminar com as alterações decorrentes da aprovação das emendas 14 e 20 e pela rejeição das demais emendas. O Relator-Geral leu o Relatório e a Complementação de Voto. O Presidente em exercício iniciou a discussão e abriu o prazo para apresentação dos destaques, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Discutiram a matéria os Senadores Esperidião Amin (remotamente), Alessandro Vieira (remotamente) e Soraya Thronicke (remotamente) e Deputados Carlos Zarattini (remotamente), Adriana Ventura (remotamente), Hildo Rocha, Glauber Braga (remotamente), que formulou uma questão de ordem com base no *art. 37 da Constituição Federal, combinado com o art. 131 do Regimento Interno do Congresso Nacional* e do *art. 95 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, na qual informou que o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) apresentou uma ação perante o Supremo Tribunal Federal (STF) a fim de atacar o chamado “orçamento secreto” – as emendas de Relator e questionou sobre o descumprimento da decisão proferida pelo STF neste Parecer Preliminar apresentado à CMO. Solicitou também que essa parte do Relatório Preliminar fosse retirada do texto, sob pena de o PSOL obstruir a votação. Em resposta, o Presidente em exercício, Senador Izalci Lucas, informou que o relatório preliminar foi feito de acordo com o ato conjunto da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e que, além disso há a questão da PEC 23, que aguarda deliberação na Câmara dos Deputados e*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

foi aprovada no Senado Federal com a condição de que houve um acordo para que não haja mais emendas secretas. Discutiram ainda os Deputados Domingos Sávio, Claudio Cajado, Sergio Souza, Wilson Santiago, José Guimarães (remotamente) e Daniel Almeida (remotamente). O Presidente em exercício encerrou a discussão e o prazo para entrega de destaques. Foram recebidos 8 (oito) destaques. Em deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, foram **APROVADOS, ressalvados os destaques o Relatório Preliminar com Emendas e Complementação de Voto**. O Presidente em exercício informou que havia requerimento para votação em globo dos destaques e abriu a discussão. Entretanto, os autores dos destaques, Deputados Hildo Rocha e Adriana Ventura e o Senador Alessandro Vieira solicitaram a votação em separado dos destaques. Apreciação dos destaques – **Destaque 1** - Autor Senador Alessandro Vieira à emenda de nº 11. O autor do destaque fez sua justificativa. O Relator-Geral deu parecer pela rejeição do destaque. Em votação na representação da Câmara dos Deputados o destaque nº 1 foi **REJEITADO**, com votos contrários dos Deputados Glauber Braga (remotamente), Adriana Ventura e Hildo Rocha. Não foi à apreciação da representação do Senado Federal, conforme estabelecido no *parágrafo primeiro do art. 43 do Regimento Comum do Congresso Nacional (RCCN)*. **Destaque 2** – Autora Deputada Adriana Ventura à emenda de nº 33. A autora fez sua justificativa. O parecer do Relator-Geral ao destaque foi pela rejeição. Em votação na representação da Câmara dos Deputados o destaque foi **REJEITADO**, com votos contrários dos Deputados Adriana Ventura, Glauber Braga (remotamente) e Hildo Rocha. Não foi à apreciação da representação do Senado Federal, conforme estabelecido no *parágrafo primeiro do art. 43 do RCCN*. **Destaque 3** – Autora Deputada Adriana Ventura à emenda de nº 30. A autora fez sua justificativa. O Relator-Geral deu parecer pela rejeição do destaque. Em deliberação na representação da Câmara dos Deputados, o destaque foi **REJEITADO**, com votos contrários dos Deputados Adriana Ventura, Glauber Braga (remotamente) e Hildo Rocha e, conforme o *parágrafo primeiro do art. 43 do RCCN*, não foi à apreciação na representação do Senado Federal. **Destaque 4** – Autora Deputada Adriana Ventura à emenda de nº 35. A autora fez sua justificativa. O parecer do Relator-Geral ao destaque foi pela rejeição. Em votação na representação da Câmara dos Deputados o destaque foi **REJEITADO**, com votos contrários dos Deputados Adriana Ventura, Glauber Braga (remotamente) e Hildo Rocha. Conforme o *parágrafo primeiro do art. 43 do RCCN*, não foi apreciado pela representação do Senado Federal. Destaques 5 e 8 do Deputado Hildo Rocha, à emenda de nº 39. O destaque 8 foi **PREJUDICADO** por seu conteúdo ser igual ao do destaque 5. O autor fez sua justificativa. O parecer do Relator-Geral foi pela rejeição do destaque. Em deliberação da representação da Câmara dos Deputados o destaque foi **REJEITADO**, com votos contrários dos Deputados Adriana Ventura, Glauber Braga (remotamente), Hildo Rocha e Hercílio Coelho Diniz. O Deputado Hildo Rocha solicitou verificação nominal com o apoio dos Deputados Glauber Braga (remotamente) e Adriana Ventura, mas não alcançou o número estabelecido pelo *art. 136 da Resolução nº 1/2006 – CN* e, conforme o *parágrafo primeiro do art. 43 do RCCN*, o destaque não foi apreciado pela representação do Senado Federal. **Destaque 6** - Autor Deputado Glauber Braga, Supressivo do item 12 da parte especial do Parecer Preliminar. O autor (remotamente) fez sua justificativa. O parecer do Relator-Geral ao destaque foi pela rejeição. Em votação na representação da Câmara dos Deputados, o destaque foi **REJEITADO**, com votos contrários dos Deputados Adriana Ventura, Glauber Braga (remotamente) e Hildo Rocha. Não foi apreciado pela representação do Senado Federal, conforme o *parágrafo primeiro do art. 43 do RCCN*. **Destaque 7** – Autor Deputado Hildo Rocha, Supressivo da parte geral do Parecer Preliminar, Suplementação de despesas que tenham parcelas condicionadas na LOA por não atender à regra de ouro. O autor fez a justificativa de seu destaque. O Relator-Geral proferiu parecer pela rejeição do destaque. Em votação, o destaque foi **REJEITADO**, com votos contrários dos Deputados Hildo Rocha, Adriana Ventura, Glauber Braga (remotamente) e Carlos Zarattini. O Deputado Carlos Zarattini solicitou verificação nominal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) mas não alcançou o número estabelecido pelo *art. 136 da Resolução nº 1/2006 – CN* e, conforme o *parágrafo primeiro do art. 43 do RCCN*, o destaque não foi apreciado pela representação do Senado Federal. Às dezessete horas e quarenta e dois minutos, o Presidente em exercício, Senador Izalci Lucas, suspendeu a reunião, convocando sua continuação para o dia seguinte, sete de dezembro, terça-feira, às nove horas e trinta minutos. Às nove horas e cinquenta e oito minutos, do dia sete de dezembro de dois mil e vinte um, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, a reunião foi reaberta pela Presidente, Senadora Rose de Freitas, que declarou haver número regimental para deliberação, conforme estabelecido no *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. **EXPEDIENTE:** A Presidente declarou como lidos os expedientes recebidos pela





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Comissão do dia seis de dezembro até a presente data e às nove horas e cinquenta e nove minutos, declarou a suspensão da reunião. Às onze horas e cinquenta e dois minutos do dia sete de dezembro de dois mil e vinte e um, havendo o quórum regimental estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, a reunião foi reaberta pela Presidente, que declarou haver número regimental para deliberação, conforme estabelecido no *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. **ORDEM DO DIA:** A Presidente informou que havia sobre a mesa requerimento de quebra de interstício e inclusão na pauta, dos Projetos de Lei do Congresso Nacional de números 21, 22, 25, 27, 28, 29, 30, 32, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44/2021, de 2 (dois) dias úteis contados da publicação, conforme previsto no *art. 128 da Resolução nº 1/2006-CN*. Em votação, a quebra de interstício e a inclusão na pauta foram aprovadas. Em seguida, A Presidente informou que havia sobre a Mesa, nos termos do *art. 151 do Regimento Comum, combinado com o do item 5 da alínea d do inciso III do art. 235, do Regimento Interno do Senado Federal*, requerimento para votação em globo dos Projetos de Lei do Congresso Nacional de números 25, 27, 28, 30, 37, 41, 42 e 43/2021, que não receberam emendas. Em deliberação, a votação em globo foi aprovada. **Extrapauta: Apreciação em globo dos Relatórios apresentados ao PLN 25/2021-CN**, Relator Senador Luiz do Carmo. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma do Substitutivo apresentado, em virtude do acolhimento por esta Relatoria, na forma de emenda de Relator apresentada, de solicitação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Não foram apresentadas emendas. **PLN 27/2021-CN**, Relator Deputado Charles Evangelista. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto, não foram apresentadas emendas. **PLN 28/2021-CN**, Relator Senador Izalci Lucas. Voto: pela aprovação do PLN nº 28, de 2021, na forma proposta pelo Poder Executivo. **PLN 30/2021-CN**, Relator Deputado Domingos Sávio. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto, não foram apresentadas emendas. **PLN 32/2021-CN**, Relator Deputado Charles Evangelista. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto, não foram apresentadas emendas. **PLN 37/2021-CN**, Relator Senador Carlos Fávaro. Voto: pela aprovação do PLN nº 37, de 2021, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas. **PLN 41/2021-CN**, Relatora Deputada Dra. Soraya Manato. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. **PLN 42/2021-CN**, Relator Senador Vanderlan Cardoso. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto, não foram apresentadas emendas; e **PLN 43/2021-CN**, Relator Deputado José Guimarães. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto, não foram apresentadas emendas. A discussão foi aberta. Discutiu as matérias o Deputado Carlos Zarattini. Encerrada a discussão, passou-se à deliberação. Em votação nas representações das Câmara dos Deputados e do Senado Federal os **Relatórios apresentados aos Projetos de Lei do Congresso Nacional de números 25, 27, 28, 30, 37, 41, 42 e 43/2021 foram APROVADOS em globo**. **Extrapauta: Apreciação do Relatório apresentado ao PLN 21/2021-CN**, Relator Deputado Daniel Almeida. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto à emenda apresentada, o Relator ofereceu voto pela INADMISSIBILIDADE. O Relatório foi lido pelo Relator *ad hoc*, Senador Carlos Fávaro, em razão da ausência do Relator. Em conformidade com o disposto no *parágrafo 2º do Art. 146, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, a Presidente declarou inadmitida a emenda de nº 1, indicada pelo Relator no seu voto. A discussão foi iniciada. Discutiram a matéria os Deputados Daniel Almeida (remotamente), Claudio Cajado, Bosco Costa e Wilson Santiago. A discussão foi encerrada. Em votação nas representações das Câmara dos Deputados e do Senado Federal **o Relatório foi APROVADO**. **Extrapauta: Apreciação do Relatório apresentado ao PLN 22/2021-CN**, Relator Deputado Sanderson, Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto às 10 (dez) emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela INADMISSIBILIDADE. O Deputado Hildo Rocha usou da palavra e, em seguida, o Relator leu seu Relatório. Em conformidade com o disposto no *parágrafo 2º do Art. 146, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, a Presidente declarou inadmitidas as emendas de números 1 a 10, indicadas pelo Relator no seu voto. A discussão foi iniciada. Discutiram a matéria os Deputados Domingos Sávio, Wilson Santiago, Bosco Costa e Claudio Cajado. A Presidente transferiu os trabalhos ao Primeiro Vice-Presidente, Deputado Carlos Zarattini. O Relator, Deputado Sanderson, mediante acordo em Plenário, alterou seu voto, rejeitando as emendas de números 1, 2, 5, 6, 7, 8 e 10 e aprovando as emendas de números 3, 4 e 9. A discussão foi encerrada. Em votação, **o Relatório foi APROVADO** nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. **Extrapauta: Apreciação do Relatório apresentado ao PLN 39/2021-CN**, Relator Deputado





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

João Carlos Bacelar, Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma do Substitutivo apresentado. Quanto às 17 (dezesete) emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela APROVAÇÃO da de número 17; pela INADMISSIBILIDADE das de números 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9, e REJEIÇÃO das demais. O Relatório foi lido pelo Relator *ad hoc*, Deputado Arnaldo Jardim, em razão da ausência do Relator. Também foi lida a Complementação de Voto, com a rejeição da emenda de número 17. Em conformidade com o disposto no *parágrafo segundo do art. 146, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente em exercício declarou inadmitidas as emendas de números 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 indicadas pelo Relator no seu voto. A discussão foi iniciada e, em razão da ausência de oradores inscritos, foi encerrada. Em deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o **Relatório e a Complementação de Voto foram APROVADOS**, com voto contrário da Deputada Adriana Ventura. **Extrapauta: Apreciação do Relatório apresentado ao PLN 38/2021-CN**, Relator Senador Carlos Fávaro. Voto: pela aprovação do PLN nº 38, de 2021, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto às 5 (cinco) emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela REJEIÇÃO. O Presidente em exercício iniciou a discussão. Não havendo quem quisesse debater, a discussão foi encerrada. Em deliberação, o **Relatório foi APROVADO** nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. A seguir, às treze horas e seis minutos, o Presidente em exercício suspendeu a reunião. Às dezesseis horas e vinte e um minutos do dia sete de dezembro de dois mil e vinte e um, havendo o quórum regimental estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, a reunião foi reaberta pela Presidente, Senadora Rose de Freitas, que declarou haver número regimental para deliberação, conforme estabelecido no *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. Passou a palavra à Senadora Soraya Thronicke (remotamente) e em seguida, à **ORDEM DO DIA: Extrapauta: Apreciação do Relatório apresentado ao PLN 40/2021-CN**, Relator Senador Roberto Rocha. Voto: pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo apresentado, Quanto às 23 (vinte e três) emendas o relator ofereceu voto pela APROVAÇÃO das de nºs 14 e 21; APROVAÇÃO PARCIAL as de nºs 12, 13, 16, 17, 18, 19 e 20; INADMISSIBILIDADE das de nºs 2, 4, 5, 6 e 7, e REJEIÇÃO das de nºs 1, 3, 8, 9, 10, 11, 15, 22 e 23. O Relatório foi lido pelo Relator, Senador Roberto Rocha, que informou o recebimento do Ofício SEI nº 548/2021 ME, do Ministério da Economia, contendo a Proposta Modificativa ao PLN 40/2021-CN, pela a rejeição das emendas de números 3, 8, 9, 10, 11, 15, 22 e 23, pela aprovação parcial das emendas de números 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20 e pela aprovação das emendas de números 1, 2, 4, 5, 6, 7, 14 e 21. O Relator incluiu o conteúdo da Mensagem Modificativa em seu Relatório. Iniciada a discussão, somente o Deputado Claudio Cajado discutiu a matéria. A discussão foi encerrada e, em deliberação, o **Relatório foi APROVADO**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Usaram da palavra os Deputados João Carlos Bacelar, Claudio Cajado e os Deputados Hildo Rocha e Bosco Costa, que justificaram a retirada dos destaques que haviam apresentado ao Relatório inicial do PLN 40/2021-CN. **Extrapauta: Apreciação do Relatório apresentado ao PLN 44/2021-CN**, Relator Deputado Hercílio Coelho Diniz. Voto: pela aprovação do Projeto na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto às 12 (doze) emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela REJEIÇÃO. O Relator leu seu Relatório e Presidente iniciou a discussão e abriu o prazo para apresentação dos destaques, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Discutiu a matéria o Deputado Bosco Costa. A Presidente encerrou a discussão e o prazo para entrega de destaques. Foram recebidos 2 (dois) destaques. Em votação, o **Relatório foi APROVADO, ressalvados os destaques**, nas duas Casas do Congresso Nacional. Apreciação dos destaques – **Destaque 1** - Autor Deputado Wilson Santiago à emenda de número 3. O autor do destaque fez sua justificativa. O Relator deu parecer pela rejeição do destaque. Em votação na representação da Câmara dos Deputados o destaque 1 foi **REJEITADO**, com votos contrários dos Deputados Wilson Santiago e Hildo Rocha. Não foi à apreciação da representação do Senado Federal, conforme estabelecido no *parágrafo primeiro do art. 43 do Regimento Comum do Congresso Nacional (RCCN)*. **Destaque 2** – Autor Deputado Wilson Santiago à emenda de número 2. O autor do destaque fez sua justificativa. Usaram da palavra os Deputados Domingos Sávio, Adriana Ventura e Bosco Costa, contra o destaque e Hildo Rocha, a favor. O Relator deu parecer pela aprovação do destaque. Em votação na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o **destaque 2 foi APROVADO**, com voto contrário da Deputada Adriana Ventura. Às dezessete horas e dezessete minutos, a Presidente suspendeu a reunião para aguardar o Deputado Danilo Forte, Relator do PLN 29/2021-CN, incluído na pauta. Às dezessete horas e trinta e um minutos, do dia sete de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, a Presidente reabriu a reunião e convocou reunião do Colegiado de Lideranças Partidárias com assento na CMO, para tratar dos Relatórios Setoriais ao PLN 19/2021-CN





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(PLOA 2022) e a continuação desta reunião deliberativa para ocorrerem amanhã, dia oito de dezembro às dez horas e quatorze horas, respectivamente. Às dezessete horas e trinta e três minutos, a reunião foi suspensa. Às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos, do dia oito de dezembro do ano de dois mil e vinte um, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional* e quórum para deliberação, conforme o *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, A Presidente, Senadora Rose de Freitas, reabriu a reunião. **EXPEDIENTE:** A Presidente declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão até a presente data e informou que havia sobre a Mesa requerimento de quebra de interstício e inclusão na pauta, dos Relatórios Setoriais das áreas temáticas da LOA 2022, de 2 (dois) dias úteis contados da publicação, conforme previsto no *art. 128 da Resolução 1/2006-CN*. Em deliberação, **a quebra de interstício e inclusão na pauta foram APROVADAS**. Em seguida, passou a Presidência ao Segundo Vice-Presidente, Senador Izalci Lucas. **ORDEM DO DIA: Extrapauta: Apreciação do Relatório apresentado ao PLN 29/2021-CN**, Relator Deputado Danilo Forte. Voto: favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo apresentado. O Relator procedeu à leitura do Relatório. Aberta a discussão, discutiram a matéria os Deputados Domingos Sávio, Dra. Soraya Manato e Bosco Costa. O Presidente em exercício encerrou a discussão e concordou com o adiamento da votação do Relatório para o dia seguinte (dia 09/12/21). A seguir, colocou à apreciação do Plenário uma **autorização** para que os autores de emenda individual e de bancada, que não apresentaram o valor total destinado às emendas impositivas possam acrescentar esses valores nas emendas já apresentadas ao PLOA 2022, Bem como, autorizar as bancadas estaduais a acrescentarem às emendas apresentadas, independentemente do RP e do valor original da emenda, o valor estabelecido pelo parecer Preliminar como RP2, relativo aos vinte e cinco por cento do saldo da Reserva de Recursos. Em votação, **a autorização foi APROVADA** nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. Às dezessete horas e dezessete minutos, o Presidente em exercício suspendeu a reunião. Às nove horas e trinta e um minutos, de nove de dezembro de dois mil e vinte e um, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, a reunião foi reaberta pela Presidente, Senadora Rose de Freitas, que declarou haver número regimental para deliberação, conforme estabelecido no *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. **EXPEDIENTE:** A Presidente declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão até a presente data e passou a palavra ao Deputado Beto Faro. A seguir, informou que os requerimentos de procedimento deveriam ser enviados para o endereço de correio eletrônico cmo@camara.leg.br ou pessoalmente na secretaria da Comissão. **ORDEM DO DIA: Extrapauta: Relatório Setorial da Área Temática XII – Meio Ambiente.** Relator Setorial: Deputado Beto Faro. O Relator leu o Relatório e a discussão foi iniciada. Não havendo quem quisesse discutir, a discussão foi encerrada e, em deliberação, **o Relatório Setorial foi APROVADO**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Extrapauta: Relatório Setorial da Área Temática XV – Poderes.** Relator Setorial: Deputado Dagoberto Nogueira. O Relator leu o Relatório e a discussão foi iniciada. Discutiram a matéria o Relator-Geral, Deputado Hugo Leal e os Deputados Claudio Cajado, Glauber Braga (remotamente), Bosco Costa, José Guimarães e o Senador Esperidião Amin. O Relator, Deputado Dagoberto Nogueira, sugeriu à Presidente que a reunião fosse suspensa para haver uma conversa que possibilitasse um acordo entre os parlamentares. A Presidente acatou a sugestão do Relator e suspendeu a discussão. Passou, então ao próximo item, **Extrapauta: Relatório Setorial da Área Temática IX – Justiça e Segurança Pública.** Relator Setorial: Deputado Gilberto Abramo. O Relator leu o Relatório e a discussão e o prazo de apresentação de destaques foram iniciados, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Não houve inscritos para o debate e a discussão e o prazo de apresentação de destaques foram encerrados. Foram apresentados 2 (dois) destaques. Em votação, **o Relatório setorial foi APROVADO, ressaltados os destaques**, nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. Apreciação dos destaques – **Destaque 1** - Autor Senador Omar Aziz à emenda de número 71040015. **Destaque 2** - Autor Bancada do Amazonas à emenda de número 71040015. O Relator-Geral deu parecer pela rejeição dos destaques. Em votação na representação da Câmara dos Deputados os destaques foram **REJEITADOS** e não foram à apreciação da representação do Senado Federal, conforme estabelecido no *parágrafo primeiro do art. 43 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. A Presidente submeteu ao Plenário um requerimento de quebra de interstício e inclusão na pauta, dos Relatórios dos Comitês Permanentes, CAE (Comitê de Admissibilidade de Emendas), CFIS (Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária) e COI (Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com indícios de Irregularidades Graves), de 2 (dois) dias úteis contados da publicação, conforme previsto no *art. 128 da*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Resolução nº 1/2006-CN. Em votação, a **inclusão da pauta e quebra de interstício dos Relatórios foi APROVADA** nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. Às dez horas e vinte e quatro minutos, a Presidente suspendeu a reunião. Às quinze horas e sete minutos, do dia nove de dezembro de dois mil e vinte e um, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, a reunião foi reiniciada pela Presidente, Senadora Rose de Freitas, que declarou haver número regimental para deliberação, conforme estabelecido no *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. **ORDEM DO DIA: Extrapauta: Relatório Setorial da Área Temática XIV – Minas e Energia.** Relator Setorial: Senador Jean Paul Prates. O Relator leu o Relatório e a discussão foi iniciada. Não havendo quem quisesse discutir, a discussão foi encerrada e, em deliberação, **o Relatório Setorial foi APROVADO**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Extrapauta: Relatório Setorial da Área Temática XI – Ciência & Tecnologia e Comunicações.** Relator Setorial: Deputado Domingos Sávio. O Relator leu o Relatório e Complementação de Voto e a discussão foi iniciada. O Deputado Claudio Cajado discutiu a matéria e em seguida a discussão foi encerrada. Em deliberação, **o Relatório Setorial e a Complementação de Voto foram APROVADOS**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Extrapauta: Relatório Setorial da Área Temática XVI – Mulheres, Família e Direitos Humanos.** Relator Setorial: Deputado Gonzaga Patriota. O Relator leu (remotamente) o Relatório. A discussão foi iniciada e somente o Deputado Domingos Sávio discutiu a matéria. Em seguida, a discussão foi encerrada. Em deliberação, **o Relatório Setorial foi APROVADO**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Usaram da palavra o Deputado Glauber Rocha (remotamente) e o Senador Wellington Fagundes. A Presidente informou sobre as decisões do Relator-Geral e dos demais membros da Comissão, tomadas na reunião do Colegiado de Lideranças Partidárias com assento na CMO, na manhã desta quinta-feira (nove de dezembro), em que o Relatório-Geral do Projeto da Lei Orçamentária (PLOA) de 2022, que está com previsão de ser votado na Comissão no próximo dia dezessete de dezembro, deverá propor um corte linear de 6% (seis por cento) nas despesas não obrigatórias do Poder Legislativo (Senado e Câmara dos Deputados) e do Poder Judiciário. Os Deputados Claudio Cajado, Weliton Prado e o Relator-Geral, Deputado Hugo Leal, expuseram suas considerações e, às dezesseis horas e vinte e cinco minutos, a Presidente suspendeu a reunião. Às dez horas e vinte e dois minutos, do dia treze de dezembro de dois mil e vinte e um, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, a reunião foi reiniciada pelo Segundo Vice-Presidente, Senador Izalci Lucas, que declarou haver número regimental para deliberação, conforme estabelecido no *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. **ORDEM DO DIA: Extrapauta: Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, que trata sobre o “Exame de admissibilidade das emendas Coletivas apresentadas ao Projeto de Lei nº 19/2021-CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022” - PLOA/2022.** Autor: Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAE. Coordenador do CAE: Deputado Arnaldo Jardim. Voto: propõe que sejam consideradas inadmitidas as emendas de nºs: 50170003 e 50170004 da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; 50310001, 50310002 e 50310003 da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; e 60050001 e 60050002 da Comissão Assuntos Econômicos do Senado Federal, e as demais emendas coletivas devem ser consideradas admitidas, observados os ajustes propostos pelo CAE e solicitados pelos autores no sistema Sisel. O Relator, Deputado Arnaldo Jardim (remotamente) fez a leitura de seu Relatório. A discussão foi iniciada. Não havendo quem quisesse discutir, encerrou-se a discussão e passou-se à votação. Em deliberação, **o Relatório foi APROVADO** nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. O Presidente em exercício informou o recebimento do Ofício nº 467/2021, da Senadora Soraya Thronicke, segundo o qual declina de sua indicação para a Relatoria Setorial da Área Temática XIII – Presidência e Relações Exteriores do PLOA 2022, formulada por meio do Of. Pres. nº 175/2021/CMO. Informou ainda que, segundo o *parágrafo único do art. 64 da Resolução nº 1/2006-CN*, “O Relator Setorial que, no prazo regimental não apresentar seu Relatório, será destituído e a programação orçamentária da respectiva Área Temática e as emendas a ela apresentadas serão apreciadas exclusivamente pelo Relator-Geral”. Em seguida, passou ao próximo item **Extrapauta: Relatório Setorial da Área Temática II – Saúde.** Relator Setorial: Deputado Sanderson. O Relator leu o Relatório. O Presidente em exercício iniciou a discussão e abriu o prazo para apresentação dos destaques, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Discutiram a matéria os Senadores Esperidião Amin (remotamente), Simone Tebet (remotamente) e Wellington Fagundes e os Deputados Hildo Rocha, Claudio Cajado, Glauber Braga (remotamente).





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não houve destaques e, encerrada a discussão, passou-se à deliberação, na qual o **Relatório Setorial foi APROVADO**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com voto contrário do Deputado Glauber Braga (remotamente). **Extrapauta: Relatório Setorial da Área Temática X – Economia, Trabalho e Previdência.** Relator Setorial: Senador Ângelo Coronel. O Relator, Senador Ângelo Coronel (remotamente), leu o Relatório e a Complementação de Voto. O Presidente em exercício iniciou a discussão e abriu o prazo para apresentação dos destaques, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO. Discutiram a matéria os Deputados Adriana Ventura e Glauber Braga (remotamente). O Presidente em exercício encerrou a discussão e o prazo para entrega de destaques. Foi recebido 1 (um) destaque. Em deliberação, o **Relatório e a Complementação de Voto foram APROVADOS, ressalvado o destaque**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com voto contrário do Deputado Glauber Braga (remotamente). Apreciação dos destaques – **Destaque 1** - Autora Deputada Adriana Ventura, ao Substitutivo. O Relator deu parecer pela rejeição do destaque. Em votação na representação da Câmara dos Deputados o destaque foi **REJEITADO**, com votos contrários dos Deputados Adriana Ventura e Glauber Braga (remotamente) e não foi à apreciação da representação do Senado Federal, conforme estabelecido no parágrafo primeiro do art. 43 do Regimento Comum do Congresso Nacional. **Extrapauta: Relatório Setorial da Área Temática III – Desenvolvimento Regional.** Relatora Setorial: Senadora Simone Tebet. A Relatora fez a leitura do Relatório e da Complementação de Voto (remotamente). A Presidente, Senadora Rose de Freitas, retomou os trabalhos, iniciou a discussão e abriu o prazo para apresentação dos destaques, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO. Discutiram a matéria os Deputados Hildo Rocha, Glauber Braga (remotamente) e Wilson Santiago. A Presidente encerrou a discussão e o prazo para entrega de destaques. Não houve destaques. Em votação, o **Relatório e a Complementação de Voto foram APROVADOS**, na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com voto contrário do Deputado Glauber Braga (remotamente). **Extrapauta: Relatório Setorial da Área Temática I – Infraestrutura.** Relator Setorial: Deputado André Fufuca. O Relator leu seu Relatório e a Presidente iniciou a discussão e abriu o prazo para apresentação dos destaques, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO. A matéria foi discutida pelo Senador Esperidião Amin (remotamente), e pelos Deputados Weliton Prado, Hildo Rocha, Wilson Santiago e Claudio Cajado. A Presidente encerrou a discussão e o prazo para entrega de destaques. Foram recebidos 9 (nove) destaques. Em deliberação, o **Relatório foi APROVADO, ressalvadas as obras com indícios de irregularidades graves.** Nos termos do art. 70, inciso II da Resolução nº 1/2006-CN, a Presidente anunciou a votação das obras com indícios de irregularidades graves, ressalvados os destaques. Em deliberação, as obras foram **APROVADAS, ressalvados os destaques** nas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional. A Presidente registrou a ausência da autorização do Coordenador da Bancada do Espírito Santo para que o Deputado Evair Vieira de Melo pudesse apresentar destaques. Apreciação dos destaques – **Destaques 1 e 9-** Autor Bancada da Paraíba, às emendas nºs 71160009 e 71160005, respectivamente. – **Destaques 2 a 8-** Autor Bancada de Santa Catarina, apresentados pelo Senador Esperidião Amin, às emendas nºs 60010002, 60010003, 71260001, 71260002, 71260008, 71260010 e 71260011, respectivamente. A Presidente solicitou **autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques 1, 5 e 9, por tipo de voto do Relator pela aprovação parcial** segundo o parágrafo segundo do art. 139 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional. Em votação, a autorização para votação em globo foi **APROVADA** nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. Em deliberação, **foram APROVADOS PARCIALMENTE os destaques nºs 1, 5 e 9**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A Presidente solicitou autorização do Plenário para proceder à **votação em globo dos destaques 2, 3, 4, 6, 7 e 8 por tipo de voto do Relator pela rejeição** segundo o parágrafo segundo do art. 139 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional. Em votação, a autorização para votação em globo foi **APROVADA** nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. Em deliberação, foram **REJEITADOS os destaques nºs 2, 3, 4, 6, 7 e 8**, na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no parágrafo primeiro do art. 43 do Regimento Comum do Congresso Nacional. Às treze horas e vinte e dois minutos, a reunião foi suspensa. Às quinze horas e dezessete minutos, do dia treze de dezembro de dois mil e vinte e um, havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a reunião foi reiniciada pela Presidente, Senadora Rose de Freitas, que declarou haver número regimental para deliberação, conforme estabelecido no art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional. **ORDEM DO DIA: Extrapauta: Relatório**





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Setorial da Área Temática V – Cidadania e Esportes. Relator Setorial: Deputado Júnior Ferrari. O Relatório foi lido pelo Relator, Deputado Júnior Ferrari (remotamente) e foi iniciada a discussão e aberto o prazo para apresentação dos destaques, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Discutiu a matéria o Deputado Claudio Cajado. A Presidente encerrou a discussão e o prazo para entrega de destaques. Foi recebido 1 (um) destaque. Em deliberação, **o Relatório foi APROVADO, ressaltado o destaque**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do destaque – **Destaque 1-** Autor Bancada de Tocantins, à emenda nº 71280006. O parecer do Relator-Geral foi pela rejeição do destaque. Em deliberação, **o destaque foi REJEITADO** na representação da Câmara dos Deputados e não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *parágrafo 1º do art. 43 do Regimento Comum do Congresso Nacional*.

Extrapauta: Relatório Setorial da Área Temática VI – Agricultura. Relator Setorial: Deputado Sergio Souza. O Relator procedeu à leitura de seu Relatório (remotamente). A Presidente iniciou a Discussão e abriu o prazo para apresentação dos destaques, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Discutiu a matéria o Deputado Claudio Cajado. A Presidente encerrou a discussão e o prazo para entrega de destaques. Foram recebidos 3 (três) destaques. Em deliberação, **o Relatório foi APROVADO, ressaltados os destaques**, nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. Apreciação dos destaques – **Destaque 1** - Autor Bancada do Tocantins, à emenda nº 71280008. O parecer do Relator-Geral foi pela rejeição do destaque. Em deliberação, **o destaque foi REJEITADO** e não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *parágrafo 1º do art. 43 do Regimento Comum do Congresso Nacional*.

Relatório Setorial da Área Temática VX – Poderes. Relator Setorial: Deputado Dagoberto Nogueira. O Relatório foi lido pelo Relator no dia nove de dezembro e sua discussão foi interrompida para estabelecimento de acordo. O Relator, então, apresentou uma Complementação de Voto e foi reaberta a discussão, na qual usaram da palavra os Deputados Hugo Leal, Claudio Cajado, Domingos Sávio, Pompeo de Mattos e Hildo Rocha. A Presidente encerrou a discussão e o prazo para entrega de destaques. Não houve destaques. Em deliberação, **foram APROVADOS o Relatório e a Complementação de Voto**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Extrapauta: Relatório Setorial da Área Temática VII – Turismo e Cultura. Relator Setorial: Senador Weverton. Em virtude da ausência do Relator, leu o Relatório o Deputado Dagoberto Nogueira, nomeado Relator *ad hoc*. A Presidente iniciou a Discussão e abriu o prazo para apresentação dos destaques, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Não havendo oradores inscritos, a discussão e o prazo de entrega de destaques foram encerrados. Não houve destaques. Em deliberação, **o Relatório foi APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Relatório Setorial da Área Temática VIII – Defesa. Relator Setorial: Deputado Bosco Costa. O Relatório foi lido pelo Relator. A Presidente iniciou a Discussão e abriu o prazo para apresentação dos destaques, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Não havendo oradores inscritos, a discussão e o prazo de entrega de destaques foram encerrados. Não houve destaques. Em deliberação, **o Relatório foi APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Fizeram uso da palavra os Deputados Claudio Cajado, Hildo Rocha, Wellington Roberto e Wilson Santiago e a seguir, a Presidente suspendeu a reunião. Às dezoito horas e dois minutos, do dia treze de dezembro de dois mil e vinte e um, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, a reunião foi reiniciada pela Presidente, Senadora Rose de Freitas, que declarou haver número regimental para deliberação, conforme estabelecido no *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*.

ORDEM DO DIA: Relatório Setorial da Área Temática IV – Educação. Relator Setorial: Senador Wellington Fagundes. O Relator leu o Relatório e uma Complementação de Voto. A Presidente iniciou a Discussão e abriu o prazo para apresentação dos destaques, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO*. Discutiu a matéria o Deputado Wilson Santiago, que solicitou a retirada dos destaques de nºs 2 a 8 da Bancada da Paraíba. Discutiram, ainda, o Senador Izalci Lucas e os Deputados Glauber Braga (remotamente), Weliton Prado, Bosco Costa, Domingos Sávio e Hildo Rocha. A Presidente encerrou a discussão e o prazo para entrega de destaques. Foram recebidos 10 (dez) destaques. Em deliberação, **foram APROVADOS o Relatório e a Complementação de Voto**, na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com voto contrário do Deputado Glauber Braga (remotamente). Fizeram suas considerações os Senadores Wellington Fagundes e Izalci Lucas. Em prosseguimento, a Presidente informou aos parlamentares que está publicada na página da CMO a listagem com as indicações para execução de emendas de RP9, bem como os





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ofícios com as solicitações, conforme previsão da Resolução 02/2021-CN que altera a Resolução 01/2006-CN. As indicações foram enviadas à CMO pelo Relator-geral da LOA 2021, Senador Márcio Bittar. Informou, também, que as mesmas indicações publicadas na página da Comissão são encaminhadas aos Ministérios correspondentes para que sejam executadas. Em seguida, suspendeu a reunião. Às dezesseis horas e vinte e dois minutos, do dia quatorze de dezembro de dois mil e vinte e um, havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a reunião foi reiniciada pela Presidente, Senadora Rose de Freitas, que declarou haver número regimental para deliberação, conforme estabelecido no art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional. **ORDEM DO DIA: Extrapauta: Relatório do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com indícios de Irregularidades Graves – COI nº 3, que analisa os seguintes Avisos do Congresso Nacional, por meio dos quais o Tribunal de Contas da União encaminhou ao Congresso Nacional informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves: Aviso nº 10/2021-CN**, que encaminha cópia do Acórdão nº 1049/2021, nos autos do TC-022.713/2020-4, em especial quanto à comunicação constante do subitem 9.2 da referida deliberação, que trata de Relatório de Auditoria realizada nas Concorrências Públicas 001, 002 e 005/2019/SML/PVH, tendo como objeto a contratação de empresas especializadas para execução de obras e serviços de engenharia para recapeamento asfáltico, drenagem, pavimentação asfáltica, meio fio e sarjeta em vias urbanas do município de Porto Velho/RO. Voto: ARQUIVAR o Aviso, sem deliberação de mérito pelo Comitê. **Aviso nº 12/2021-CN**, que encaminha cópia do Acórdão nº 1527-2021, nos autos do processo TC-013.960/2021-0, que trata Auditoria de Conformidade realizada para fiscalizar o contrato das obras do Trecho 5 do Canal Adutor do Sertão Alagoano. Voto: DESBLOQUEAR a execução física, orçamentária e financeira do Contrato 58/2010-CPL/AL e ARQUIVAR o Aviso. **Aviso nº 14/2021-CN**, referente ao Aviso 1631/2021-GP-TCU e Acórdão 2156/2021 - Auditoria de conformidade realizada para fiscalizar o contrato das obras do Trecho 5 do Canal Adutor do Sertão Alagoano. Voto: DESBLOQUEAR a execução física, orçamentária e financeira do Contrato 58/2010-CPL/AL e ARQUIVAR o Aviso. **Aviso nº 16/2020-CN**, referente ao Aviso nº 1744 - GP/TCU e Acórdão nº 2.450/2021 - Relatório de auditoria, constante do Fiscobras 2016, que teve como objeto as obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis/RJ, pertencentes à rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora/MG - Rio de Janeiro/RJ. Voto: MANTER O BLOQUEIO da execução física, orçamentária e financeira do Termo Aditivo 12/2014 ao Contrato de Concessão PG 138/95-00 (subtítulo que já integra o Anexo VI da LOA/2021) e ARQUIVAR o Aviso. Autor: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com indícios de Irregularidades Graves - COI. Coordenador do COI: Deputado Paulo Azi. O Relator apresentou o Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Claudio Cajado, José Guimarães, Hildo Rocha, Dagoberto Nogueira, Daniel Almeida, Danilo Forte, Wilson Santiago e Domingos Sávio. Em votação, **o Relatório foi APROVADO**, na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Extrapauta: Relatório do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com indícios de Irregularidades Graves – COI nº 4, que “propõe alteração do Anexo VI - Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, integrante do Projeto de Lei nº 19/2021-CN” (PLOA 2022)**. Autor: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com indícios de Irregularidades Graves - COI. Coordenador do COI: Deputado Paulo Azi. Voto: pela aprovação deste relatório, com proposta de atualização do Anexo VI do PLN 19/2021 do Congresso Nacional (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022), nos termos do Anexo 2 a este Relatório, e o submetemos à apreciação do Plenário desta Comissão, na forma prevista no art. 24 da Resolução 1/2006 do Congresso Nacional, com as seguintes propostas de providências adicionais à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional: I) reiterar a solicitação ao Tribunal de Contas da União, já exposta em 2019 e 2020, para que não aplique a classificação de indicio de irregularidade grave com recomendação de retenção parcial de valores - IGR em situações nas quais estejam ausentes as condições demarcadas no art. 137, § 1º, inc. V, Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 (LDO/2022) para esse enquadramento, a saber, a autorização do contratado para retenção de valores a serem pagos, ou a apresentação de garantias suficientes para prevenir o possível dano ao erário, condições estas que estão ausentes nas sucessivas deliberações no âmbito do processo TC 025.760/2016-5; II) manifestar ao Tribunal de Contas da União que: a) a consolidação de informações e recomendações sobre políticas e desafios setoriais de infraestrutura sugerida no Acórdão 2579/2021 - TCU - Plenário será, sempre, extremamente valiosa como subsídio ao Congresso Nacional como um todo, não havendo objeção a que se agregue ao relatório Fiscobras, caso em que se sugere seja o mesmo apresentado também às demais comissões permanentes das Casas do Congresso





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nacional, por serem estas as detentoras da competência regimental para o tratamento das questões temáticas levantadas; b) não obstante, a continuidade da apresentação das informações individualizadas das obras e serviços abrangidos pelas autorizações da lei orçamentária anual, no grau de detalhamento hoje apresentado, mostra-se essencial para a própria viabilidade da atuação do Legislativo no controle do orçamento, tal como vem sendo desenvolvido nos termos das leis de diretrizes orçamentárias; c) o desenvolvimento de trabalhos e recomendações que abordem as oportunidades de melhoria identificadas no item 9.1.4 do Acórdão 2579/2021 - TCU - Plenário será, igualmente, de grande valia para o Comitê em sua função de subsidiar o aperfeiçoamento da alocação orçamentária no âmbito do Congresso Nacional; d) relativamente ao tratamento das garantias, considera crucial e urgente a elaboração pela Corte de instrumento regulamentar, nos moldes da minuta proposta na instrução do processo TC 041.436/2012-1, com os aperfeiçoamentos que considerar necessários em função de novas circunstâncias fáticas e do advento da Lei 12.846/2013, para orientar os órgãos jurisdicionados e sua própria atuação fiscalizadora, no âmbito da caracterização e implementação adequada das "garantias suficientes para prevenir o possível dano ao erário até a decisão de mérito sobre o indício relatado" que habilitam à classificação de IGR (atualmente regulamentada pelo art. 137, § 1º, inc. V, da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 - LDO/2022); e e) conquanto não detenha competência para pronunciar-se sobre a regulamentação de outras garantias previstas na legislação do processo no Tribunal, não vê objeções a que o tratamento das mesmas seja também inserido no mesmo instrumento normativo a que se refere a alínea anterior, se assim entender adequado a Corte III) manifestar à Presidência da República e ao Ministério da Economia o seu irrestrito reconhecimento e apoio ao processo de implantação do Cadastro Integrado de Projetos de Investimento, nos termos do Decreto 10.496, de 28/9/2020 e da Portaria SEGES/ME 25.405, de 23/12/2020, sem prejuízo das orientações contidas no Acórdão 1.228/2021-TCU-Plenário, enfatizando nesta oportunidade a necessidade de que seja mantida, frente a qualquer circunstância ou pretexto em contrário, a atual exigência de prévio registro da obra no Cadastro para a emissão de qualquer empenho relativo a obras e serviços de engenharia, e a conveniência de que tal exigência seja ampliada, tão logo quanto fisicamente possível, também para a emissão de ordens bancárias em favor de qualquer obra ou serviço de engenharia. IV) recomendar à CMO que, a partir da apreciação do projeto de lei orçamentária anual para 2023, conste da lei de diretrizes orçamentárias e do parecer preliminar respectivo a seguinte disposição (detalhada na seção 1.8 do relatório): a) todas as emendas à despesa que destinem recursos a obras, inclusive por meio das transferências voluntárias, tenham sua admissibilidade condicionada à informação, pelo autor, da identificação, situação e percentual de execução, no mencionado Cadastro Integrado de Projetos de Investimento, ou da ausência de cadastro; b) todos os relatórios setoriais e gerais demonstrem que, em relação à totalidade dos recursos por eles distribuídos, e segundo a segregação por tipo e autoria da emenda consideradas necessárias pela CMO, foram alocados inicialmente os demandados para projetos em andamento cadastrados no Cipi e a manutenção dos bens existentes, na forma da lei de diretrizes orçamentárias; posteriormente, para outros projetos cadastrados no Cipi não incluídos nas categorias anteriores; e somente depois de esgotado o atendimento de todos os projetos nessas condições, foram destinados recursos a outras programações; c) somente sejam permitidas exceções a essa regra de alocação para obras destinadas à resposta a desastres e a calamidades públicas reconhecidas na forma da legislação, desde que conste a respectiva identificação no Cipi e fiquem evidenciados no relatório os atos normativos e administrativos que formalizaram a condição de desastre ou calamidade da obra em questão; d) a inobservância desses critérios constitua impedimento técnico insuperável à execução da programação que porventura vier a ser inserida na lei orçamentária sem a sua observância; V) recomendar ao Relator-Geral a seguinte emenda de texto ao PLOA/2022 (PLN 19/2021), destinada a prevenir a ocorrência de obras inacabadas nos municípios por insuficiência de orçamento quando existem recursos disponíveis para completá-las: Acrescente-se ao art. 3º do PLN 19/2021 PLOA/2022) o § 4º e seguintes: § 4º As dotações dos orçamentos de que trata o caput, quando se destinem à realização de obras e serviços de engenharia por meio das transferências a que se refere o art. 25 da Lei Complementar nº 1 O 1, de 4 de maio de 2000, somente poderão ser empenhadas em favor de novos convênios, termos de compromisso ou instrumentos similares após a demonstração, por parte do executor, de que foram empenhados valores suficientes para atender a todos os saldos remanescentes de instrumentos vigentes que não apresentam quaisquer impedimentos de ordem técnica ou legal para a realização de novos empenhos. § 5º A demonstração de que trata o § 4º será organizada em periodicidade mensal por unidade orçamentária, no nível de agregação de categoria de programação, definido nos termos do mi. 5º, § 1º, da Lei nº





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

14.194, de 20 de agosto de 2021. § 6º Excetuam-se da vedação prevista no § 4º, exclusivamente, os empenhos destinados a atender: I - às transferências especiais, tal como criadas pelo art. 166-A, inc. 1, da Constituição Federal; e II - ao financiamento direto de obras de resposta a desastres e calamidades públicas, na forma da legislação, devendo neste caso constar da demonstração a associação entre cada empenho e os atos normativos ou administrativos que formalizaram a situação de desastre ou calamidade atendida pela obra beneficiada. VI) recomendar à CMO que faça chegar aos Relatores das próximas leis de diretrizes orçamentárias, bem como ao Poder Executivo para efeitos de inserção em projetos de sua iniciativa, a proposição de dispositivo nos termos do acima especificado, ampliado para abranger os recursos mais extensos que a LDO oferece à regulação da execução orçamentária, cm particular a extensão do mesmo princípio à execução de restos a pagar; VII) recomendar à CMO que faça chegar aos Relatores das próximas leis de diretrizes orçamentárias, bem como ao Poder Executivo para efeitos de inserção cm projetos de sua iniciativa, a proposição de dispositivo nos termos abaixo: "Art. A liberação financeira, nas respectivas contas vinculadas de convênio ou contrato de repasse, das transferências voluntárias referentes a obras e serviços de engenharia no valor de até R\$ 3 milhões será efetuada em parecia única." VIII) recomendar à CMO que considere a possibilidade de que o velo pendente de apreciação ao art. 83, § 3º, da LDO/2022 represente forma parcial de implementação, a curto prazo, da recomendação acima, sempre que se compreender sua aplicação restrita às transferências voluntárias, decorrentes ou não de emenda parlamentar; IX) recomendar à CM O que faça chegar aos Relatores das próximas leis de diretrizes orçamentárias, bem como ao Poder Executivo para efeitos de inserção em projetos de sua iniciativa, a proposição de dispositivo nos termos abaixo: "Art. No exercício de _____, mediante proposta, devidamente formalizada e justificada pelo ente beneficiário, ficam os órgãos e entidades da Administração Federal autorizados a pactuar convênios, contratos de repasse, termos de compromisso ou instrumentos similares com os entes federados com o objetivo de finalizar obras e serviços de engenharia inacabados, que tenham sido objeto de ajustes anteriores na forma do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e cujo prazo de vigência do instrumento original tenha expirado sem a conclusão do objeto pactuado, nos termos e condições fixados neste artigo. § 1º A celebração dos ajustes de que trata o caput: I- somente poderá ocorrer uma única vez no exercício; II - deverá incluir nos seus termos a obrigação do ente federado publicar o edital de licitação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a formalização do ajuste, sob pena de perda da respectiva validade e denegação das transferências correspondentes; III - somente poderá ocorrer à vista de prévia apresentação, pelo ente federado proponente, dos seguintes documentos, acompanhados das respectivas Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica na forma da legislação profissional de engenharia e arquitetura: a) laudo técnico atestando o estado atual da obra inacabada; b) planilha orçamentária com valores atualizados para sua conclusão, elaborada segundo as regras e critérios estabelecidos para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia contratados e executados com recursos dos orçamentos da União. IV - somente terá eficácia jurídica após o registro da obra pelo respectivo ente federal financiador no Cadastro Integrado de Projetos de Investimento, nos termos do Decreto nº 1 0.496, de 28 de setembro de 2020 e da Portaria SEGES/ME nº 25.405, de 23 de dezembro de 2020; V - nos casos cm que o laudo técnico de que trata o inciso III, alínea "a" deste parágrafo, atestar percentual físico inferior a 20% (vinte por cento), dependerá de parecer favorável do órgão federal repassador quanto à viabilidade técnico-econômica da obra; § 2º Em nenhum caso este artigo será interpretado como: a) dispensa da observância de qualquer dispositivo da legislação aplicável a licitações e contratos administrativos, nem de qualquer outra disposição da legislação orçamentária vigente, bem como da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e b) dispensa ou modificação das condições de responsabilização nas esferas penal, civil e administrativa aplicáveis aos agentes públicos responsáveis pela contratação e acompanhamento originais das obras, ou aos terceiros então contratados. § 3º Os recursos orçamentários destinados às pactuações de que trata este artigo: a) podem ser provenientes da proposta orçamentária do Executivo ou de qualquer das espécies de emenda parlamentar contempladas nesta Lei; b) serão alocados cm ação específica de cada órgão, admitido o seu desdobramento em mais de uma ação para identifica-los nos diferentes programas de trabalho de cada órgão, segundo a estrutura de sua programação orçamentária. O Relator apresentou o Relatório com Complementação de Voto e leu mais uma Complementação de Voto. Discutiram a matéria os Deputados Claudio Cajado, José Guimarães, Hildo Rocha, Dagoberto Nogueira, Daniel Almeida, Danilo Forte, Wilson Santiago e Domingos Sávio. Em votação, **o Relatório com Complementação de Voto e a Complementação de Voto feita em Plenário foram**





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

APROVADOS, na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Extrapauta: Relatório do Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária – CFIS, o qual passa a ser parte integrante do Parecer Preliminar que acompanha o PLN 19, de 2021, nos termos do art. 54 da Resolução nº 1 de 2006-CN.** Autor: Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS. Coordenador do CFIS: Deputado Danilo Forte. O Relator leu seu Relatório e a Deputada Adriana Ventura discutiu a matéria. Em deliberação, foi **APROVADO o Relatório**, nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. **Extrapauta: Apreciação do Relatório apresentado ao PLN 29/2021-CN**, Relator Deputado Danilo Forte. Voto: favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo apresentado. Retomou-se a apreciação deste Relatório, que foi iniciada no dia oito de dezembro e interrompida para estabelecimento de acordo sobre o assunto. O Relator, Deputado Danilo Forte, que já havia lido seu Relatório, apresentou uma Complementação de Voto. Não houve discussão. Em votação, **o Relatório e a Complementação de Voto foram APROVADOS** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às onze horas e quarenta e dois minutos, do dia vinte de dezembro de dois mil e vinte e um, havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a reunião foi reiniciada pela Presidente, Senadora Rose de Freitas, que declarou haver número regimental para deliberação, conforme estabelecido no art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional. A seguir, esclareceu que a Comissão tinha planejado votar hoje, a partir das 10 horas, o Relatório final do PLOA 2022, no entanto, em razão de o Relatório ter sido entregue na madrugada de hoje, não haveria tempo para que fosse devidamente conhecido, discutido e apresentados os destaques. Portanto, adiou a votação para amanhã (21/12). Usaram da palavra os Senadores Wellington Fagundes, Marcelo Castro e Esperidião Amin (remotamente) e os Deputados Daniel Almeida (remotamente), Adriana Ventura (remotamente) e Carmen Zanotto. Às doze horas e dezenove minutos, a reunião foi suspensa. Às dez horas e seis minutos, do dia vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e um, havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a reunião foi reiniciada pela Presidente, Senadora Rose de Freitas, que declarou haver número regimental para deliberação, conforme estabelecido no art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional. Em seguida, agradeceu a presença dos parlamentares, solicitou que aguardassem mais alguns instantes para que fosse concluída uma reunião do Colegiado de Lideranças Partidárias para fechar os últimos pontos acerca do Relatório Final apresentado ao PLOA 2022 e, às dez horas e onze minutos, suspendeu a reunião. Às treze horas e cinquenta e dois minutos, do dia vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e um, havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a reunião foi reiniciada pela Presidente, Senadora Rose de Freitas, que declarou haver número regimental para deliberação, conforme estabelecido no art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional. **EXPEDIENTE:** A Presidente declarou como lidos os expedientes recebidos pela Comissão até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet e informou que, em virtude do término da Sessão Legislativa, de acordo com o inciso VI do art. 3º da Instrução Normativa nº 12/2019, da Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal, os Expedientes publicados na página da CMO, neste ano, para os quais não houve manifestação de membro da Comissão, serão enviados ao arquivo. Em seguida, expressou agradecimentos aos membros e a todos os que participaram dos trabalhos desta Comissão. A Presidente anunciou que havia, na Mesa, requerimento de quebra de interstício e inclusão na pauta, do Relatório do CAE e do Relatório Final da LOA 2022, de 3 (três) dias úteis contados da publicação, conforme previsto no art. 128 da Resolução 1/2006 do Congresso Nacional. O Deputado Marcel van Hattem usou da palavra contra a quebra do interstício. Em votação, **a inclusão na pauta e a quebra do interstício foram APROVADAS** nas representações das duas Casas do Congresso Nacional, com votos contrários dos Deputados Glauber Braga (remotamente) e Adriana Ventura (remotamente). **ORDEM DO DIA: Extrapauta: Apreciação do Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, que trata sobre o “Exame de admissibilidade das emendas de Relator-Geral e de texto do PLOA 2022 (PLN 19/2021-CN)”.** Autor: Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAE. Coordenador do CAE: Deputado Arnaldo Jardim. Voto: propõe que todas as emendas de Relator-Geral e de texto apresentadas ao PLOA 2022 sejam consideradas admitidas. O Coordenador do CAE, Deputado Arnaldo Jardim, leu o Relatório (remotamente). A Presidente iniciou a discussão, na qual usaram da palavra os Deputados Glauber Braga (remotamente) e Marcel van Hattem. A discussão foi encerrada e, em votação, **o Relatório foi APROVADO**, na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Glauber Braga (remotamente) e Adriana Ventura





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(remotamente) e do Senado Federal, com voto contrário do Senador Alessandro Vieira (remotamente). **Extrapauta: Apreciação do Relatório Final e Complementação de Voto apresentados ao Projeto de Lei nº 19/2021-CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022”, (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022).** Relator-Geral: Deputado Hugo Leal. Foram apresentadas 6.753 (seis mil, setecentos e cinquenta e três) emendas. Voto: pela aprovação do PL nº 19, de 2021-CN (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022), na forma do Substitutivo que ora apresentamos, o qual contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas. O Relator-Geral fez a leitura do Relatório e da Complementação de Voto, enfatizando que “exclua-se do texto os termos PO 0002”. A Presidente iniciou a discussão e o prazo para apresentação dos destaques, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO. O Deputado Domingos Sávio sugeriu que fosse feita uma reunião em paralelo com o Relator-Geral, para dirimir dúvidas que houvesse em comum com outros parlamentares, com o objetivo de reduzir o número de inscritos para o debate. A Presidente acatou a sugestão e os parlamentares interessados deixaram o Plenário para participar da reunião separada, enquanto a reunião deliberativa continuava em andamento. O Primeiro Vice-Presidente, Deputado Carlos Zarattin assumiu a Presidência. Usaram então, da palavra, os Deputados Marcel van Hattem, Adriana Ventura (remotamente), Zé Carlos (remotamente), Glauber Braga (remotamente), Carlos Zarattini e Hildo Rocha. A Presidente retomou os trabalhos e passou a palavra ao Deputado Daniel Almeida. Em seguida, usaram da palavra os Deputados Bosco Costa, que solicitou a retirada dos destaques 3, 4, 5, 6, 7, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19, da Bancada de Sergipe, e Carlos Gaguim. O Segundo Vice-Presidente, Senador Izalci Lucas, assumiu os trabalhos e passou a palavra aos Deputados Ricardo Barros, Delegado Marcelo Freitas, Sanderson, Wilson Santiago, que solicitou a retirada dos destaques 48 e de 53 a 66, da Bancada da Paraíba, e Danilo Forte. Em seguida cedeu a Presidência ao Primeiro Vice-Presidente, Deputado Carlos Zarattini, que passou a palavra aos Deputados Tiago Mitraud (remotamente) e Paulo Ganime (remotamente). A Presidente, Senadora Rose de Freitas, reassumiu os trabalhos e passou a palavra aos Deputados Vicentinho Júnior, Claudio Cajado e Caroline de Toni (remotamente). Discutiram também a matéria os Senadores Wellington Fagundes, Marcelo Castro, Esperidião Amin (remotamente) e Izalci Lucas. O Relator-Geral, Deputado Hugo Leal, fez agradecimentos e considerações acerca do desafio da elaboração do Relatório. A Presidente encerrou a discussão, bem como o prazo para apresentação dos destaques. Foram apresentados 68 (sessenta e oito) destaques. Os Deputados Glauber Braga (remotamente), Adriana Ventura (remotamente) e Daniel Almeida, orientaram contra a aprovação do Relatório e o Deputado Sanderson orientou a favor da aprovação. Em votação, **o Relatório Final e a Complementação de Voto foram APROVADOS, ressalvados os destaques**, na Representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com votos contrários dos Deputados Glauber Braga (remotamente), Adriana Ventura (remotamente) e Caroline de Toni (remotamente). A Deputada Caroline de Toni (remotamente) pediu verificação de votação, com apoio da Deputada Adriana Ventura (remotamente), porém não atingiu o quórum prescrito pelo art. 136 da Resolução nº 1/2006 do Congresso Nacional. A seguir, a Presidente solicitou ao Plenário autorização para proceder à **votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator**, conforme o parágrafo segundo do art. 139 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional, segundo o qual, “Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque, após a aprovação de requerimento para a votação em globo dos destaques”. O Deputado Hildo Rocha solicitou a retirada dos destaques 71, 72, 73, 74 e 75, de sua autoria. Destaques com solicitação de votação em separado: 49 e 50, do Deputado Glauber Braga; 77, da Deputada Adriana Ventura; 23, da Deputada Caroline de Toni e 25, do Senador Alessandro Vieira. O parecer do Relator-Geral aos destaques selecionados para votação em globo foi pela rejeição. Em deliberação, **a votação em globo dos destaques, com tipo de voto do Relator-Geral pela rejeição, foi APROVADA**, na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Adriana Ventura e Glauber Braga (remotamente) e na representação do Senado Federal. **Os destaques 1, 8, 9, 10, 11, 12, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 67, 68, 69, 70 e 76 foram REJEITADOS** na representação na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Adriana Ventura e Glauber Braga (remotamente) e não foram à apreciação da representação do Senado Federal, conforme estabelecido no parágrafo primeiro do art. 43 do Regimento Comum do Congresso Nacional. Os destaques 2, 3, 4, 5, 6, 7, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 48, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 71, 72, 73, 74 e 75, foram retirados pelos autores. **Apreciação dos destaques para votação em separado** - Destaque 23 – Autora Deputada Caroline de Toni à





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

emenda de número 81000135. O Relator-Geral deu parecer pela rejeição. A autora (remotamente), defendeu seu destaque e usaram da palavra o Deputado Sanderson e Senador Jean Paul Prates. Em votação, **o destaque 23 foi REJEITADO**, na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Caroline de Toni (remotamente), Sanderson, Dra. Soraya Manato, Adriana Ventura (remotamente) e Glauber Braga (remotamente), não foi à apreciação da representação do Senado Federal, conforme o parágrafo primeiro do art. 43 do Regimento Comum do Congresso Nacional. Destaque 25 – Autor Senador Alessandro Vieira à emenda de número 81000135. A Presidente declarou **PREJUDICADO o destaque 25**, por ter conteúdo idêntico ao do destaque 23. Destaque 77 – Autora Deputada Adriana Ventura, supressão parcial do dispositivo referente ao Fundo Especial de Financiamento de Campanhas. O parecer do Relator-Geral foi pela rejeição. A autora (remotamente) fez a defesa de seu destaque e os Deputados Marcel van Hattem e Glauber Braga (remotamente) orientaram contra a rejeição do destaque. Em deliberação, **o destaque 77 foi REJEITADO**, na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Sanderson, Adriana Ventura (remotamente) e Glauber Braga (remotamente) e não foi à apreciação da representação do Senado Federal, conforme o parágrafo primeiro do art. 43 do Regimento Comum do Congresso Nacional. A Deputada Adriana Ventura solicitou verificação de votação, entretanto não obteve o número de apoiadores prescrito no art. 136 da Resolução nº 1/2006 do Congresso Nacional. Destaques 49 e 50 – Autor Deputado Glauber Braga, que solicitam recomposição total do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. O Relator-Geral deu parecer pela prejudicialidade dos destaques, em razão de já ter autorizado os valores propostos e procedido às recomposições solicitadas. A Presidente declarou **PREJUDICADOS os destaques 49 e 50**, por terem sido antecipadamente atendidos pelo Relator-Geral. **ENCERRAMENTO:** A Presidente fez seus agradecimentos e considerações finais e encerrou os trabalhos às dezessete horas e vinte e um minutos, do dia vinte e um de dezembro, do ano de dois mil e vinte e um. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Senadora Rose de Freitas, Presidente. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Há quórum regimental para abertura dos trabalhos. Declaro iniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta. Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Nós vamos suspender a sessão...

V.Exa. quer usar a palavra?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, eu lhe agradeço bastante por ter me passado a palavra e serei bem breve. Na verdade, eu só gostaria de fazer um registro.

Nós realizamos aqui, no dia 11 de novembro, uma audiência pública para tratar do tema das emendas de Relator-Geral. Nós votamos inclusive um projeto de resolução agora, mas nós realizamos uma audiência pública na busca de uma solução para as emendas de Relator-Geral, e eu me comprometi com a Consultoria e com todos os participantes da audiência em trazer o produto que encontramos para resolver a questão das emendas de Relator.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Foi feito um diagnóstico muito claro por parte da Consultoria desta Casa e também da Consultoria do Senado. As duas consultorias orçamentárias e financeiras, a da Câmara e a do Senado, fizeram um diagnóstico muito claro, mostrando os problemas e as inconsistências da Emenda de Relator, uma vez que elas ferem o princípio de isonomia, de transparência e de efetividade. É muito interessante que eles sugeriram melhorias para aprimorar e corrigir todas as distorções provocadas por RP9. A conclusão disso foi clara, e eles apresentaram várias sugestões, sugestões a serem realizadas no parecer preliminar, na LDO e na LOA. Produziram um documento muito bem feito, que explicava cada alteração que poderia ser feita para aumentar a transparência, para aumentar as distorções, para aumentar a clareza dos critérios que são utilizados para garantir a isonomia dos Parlamentares.

Esse documento traz três pontos específicos. Eles mostram que nós temos três problemas essenciais, que é a falta de ausência de critério objetivo para o atendimento de beneficiário nas programações, mostram que faltam publicidade e transparência na indicação do pedido dos autores e mostram o problema do impacto fiscal das emendas de Relator. Eles apresentaram sugestões de como resolver tecnicamente cada um dos problemas na resolução, no parecer preliminar.

Esse documento eu entreguei ao Relator, o Deputado Hugo Leal, mostrando as sugestões específicas que podem ser utilizadas para darmos transparência no parecer preliminar, que fala de processo de indicação das emendas de Relator-Geral, seleção dos pedidos, relatório de indicação, indicação de bancada estadual e critérios a serem utilizados, sejam socioeconômicos, sejam de distribuição, para atender aos Estados de uma forma isonômica também. O fato é que o Deputado Hugo Leal recebeu esse relatório e ficou de avaliar e entregar.

Era esse o relato que eu queria fazer, porque esta Comissão prestou um enorme serviço à sociedade brasileira tentando buscar uma solução nessa questão da transparência.

Finalizando, Presidente, eu também quero deixar bem claro que, na minha visão, o projeto de resolução que foi votado nesta Casa na segunda-feira em absoluto não atende os critérios de transparência. Apesar dos esforços do Senador Marcelo Castro, não estamos atendendo o critério de transparência, o critério de publicidade. A questão de se manter em sigilo os autores das indicações está em desacordo com o que foi determinado pelo STF. Temos, sim, que avançar no parecer preliminar para determinar esses critérios, para dar transparência.

Quero também mostrar a minha indignação em relação ao método de votação do projeto de resolução utilizado na segunda-feira.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Era isso o que eu queria fazer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado, Deputada.

São sempre bem-vindos esses estudos que tratam exatamente de aumentar a transparência do Orçamento Federal. Inclusive, sugiro que V.Exa. nos encaminhe esse estudo para o disponibilizarmos na página da Comissão.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Já me solicitaram isso, e eu faço questão de fazê-lo. Eu só combinei com as Consultorias que eu daria o devido crédito, pelo excelente trabalho que eles fizeram, especialmente o Eugenio, o Volpe e o Aritan, que trabalharam insistentemente. Eu vou disponibilizá-lo para que toda a Comissão tenha acesso a todas as sugestões de melhoria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado.

O Deputado Arnaldo Jardim está com a palavra.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu aproveito este momento da reunião da Comissão para prestar contas sobre o comitê que tem a responsabilidade de coordenar, que é o Comitê de Admissibilidade de Emendas. Saudando todos, quero dar conta daquilo que tem sido um trabalho importante das nossas Consultorias, tanto a da Câmara como a do Senado, que têm nos apoiado nesse trabalho. A elas agradeço.

Isso permitiu, Sr. Presidente, que num primeiro momento nós analisássemos todas as emendas que vieram das bancadas estaduais. Num segundo momento, analisamos as emendas apresentadas por Comissões, tanto da Câmara como do Senado. Numa primeira análise, nós identificamos que cerca de 150 emendas teriam uma desfuncionalidade ou uma incompatibilidade com as normas da Resolução nº 1.

Posto isso, comunicamos a todos os Líderes e coordenadores das bancadas estaduais e a todos os Presidentes de Comissões da Câmara e do Senado que nós abrimos um prazo para que procedessem a ajustes e que conseguiu a nossa Consultoria também indicar caminhos possíveis para que esses ajustes pudessem ocorrer. Nós comunicamos isso na semana passada, assim como também dei ciência aos membros desta Comissão. O prazo era até a última segunda-feira, mas tivemos por bem, em comum acordo na Comissão, prorrogar esse prazo para até o meio-dia do próximo dia 3, para que mais alguns ajustes pudessem ser feitos.

Hoje eu tive uma reunião com a Consultoria. Nós passamos mais um pente-fino nessas emendas, o que me deixou feliz porque boa parte delas já conseguiu ser tratada e bem





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

encaminhada. Mas temos ainda um prazo remanescente até o dia 3, ao meio-dia, para que isso possa ser feito.

Posto isso, Sr. Presidente, o Comitê de Admissibilidade terá condições de fazer a análise definitiva das emendas e obviamente trará o relatório a este Plenário para sua manifestação. Nós passamos a nos dedicar agora às emendas individuais, que, tendo ainda um prazo para sua apresentação, serão objeto de análise do Comitê.

Por questão de respeito a este Plenário, dou conta dos trabalhos e procedimentos que temos tido, dizendo que estamos nos preparando para cumprir rigorosamente os prazos para, oportunamente, dentro dos critérios estabelecidos, apresentar a esta Comissão o nosso relatório.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Agradeço ao Deputado Arnaldo Jardim e parabeno o trabalho da Comissão.

Aguardaremos o resultado de um Orçamento mais bem elaborado.

Nós estamos aguardando ainda o Relator, o Senador Oriovisto Guimarães, e a nossa Presidenta, a Senadora Rose de Freitas. Vamos suspender a reunião e reabri-la assim que eles chegarem.

Muito obrigado.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Há quórum regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro reiniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Eu gostaria de contar com a participação do Senador Oriovisto para complementar o quórum, haja vista que S.Exa. é fundamental nesta reunião.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Sim. Peço que registrem a minha presença, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão do dia 9 de novembro até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das seguintes atas: 12ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada nos dias 9 e 10 de novembro de 2021; 9ª Reunião de Audiência Pública Extraordinária, realizada no dia 11 de novembro de 2021; 17ª Reunião de Audiência Pública Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2021; e 11ª Reunião de Audiência Pública Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2021.

Caso os Srs. e Sras. Parlamentares tenham alguma retificação a fazer, peço que se manifestem.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Ordem do dia.

Apreciação do Relatório da Receita e complementação de voto apresentados ao Projeto de Lei nº 19, de 2021, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022. Relator da Receita: Senador Oriovisto Guimarães.

Antes de passar a palavra ao Relator para que faça a leitura do seu parecer, eu gostaria de solicitar ao 1º Vice-Presidente da Comissão Mista de Orçamento que assuma a Mesa enquanto eu me ausento para participar de reunião na sala contígua a esta.

Com a palavra o Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) - Sra. Presidente Rose de Freitas, Srs. Senadores e Srs. Deputados, o Relatório da Receita teve um trabalho bastante exaustivo de uma comissão técnica. Na verdade, nós rodamos essa receita por duas ocasiões. A última delas foi agora, com os últimos índices enviados pelo Governo Federal e Ministério da Economia, de forma que está bastante atualizada. E é essa receita atualizada que nós vamos relatar.

O relatório inteiro já foi disponibilizado no *site* da CMO e, como tem mais de 50 páginas, por óbvio não vou cansá-los aqui com uma leitura tão extensa. Por isso, preparei um resumo de pouco mais de duas páginas que, em poucos minutos, dará todas as informações essenciais para que possamos aprovar o relatório.

Passo à leitura.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"Resumo do Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) sobre o Relatório da Receita de que trata o § 1º do art. 30 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, relativo ao Projeto de Lei nº 19, de 2021, do Congresso Nacional, que 'Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022'.

1. Em atendimento ao disposto no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, em 31 de agosto do corrente ano, o Projeto de Lei nº 19, de 2021, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022.

2. Por indicação das Lideranças partidárias, em especial do Senador Alvaro Dias, Líder do Podemos, e designação da Excelentíssima Senhora Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), Senadora Rose de Freitas, foi-nos atribuída a honrosa tarefa de avaliar e relatar a receita para o exercício de 2022.

3. A avaliação das estimativas de receitas é realizada com fulcro no art. 166, § 3º, III, 'a', da Constituição Federal e em obediência ao disposto no art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

4. Por sua vez, a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que trata da tramitação das matérias na CMO, em seu art. 30, § 1º, determina que, na apreciação do projeto de lei orçamentária, a avaliação da receita seja feita em separado das demais funções desse colegiado, sendo o Relatório da Receita objeto de apreciação e votação antes da apresentação do Relatório Preliminar do Relator-Geral do Orçamento. Eventuais reestimativas de receitas são elaboradas nessa etapa, admitindo-se sua revisão em até 10 dias após a votação do último Relatório Setorial com base em avaliação do Comitê de Avaliação da Receita no caso de alteração posterior do cenário macroeconômico ou da legislação tributária.

5. O conteúdo deste relatório observa o estabelecido no art. 34 da mesma Resolução. Procurou-se nele, a partir do exame da conjuntura, da evolução recente da arrecadação e de hipóteses de comportamento das principais variáveis macroeconômicas, avaliar a metodologia e as estimativas de receitas contidas no Projeto de Lei Orçamentária para 2022.

6. O ano de 2021 foi melhor que o de 2020, mas ainda com efeitos negativos na economia em razão da pandemia, que embora tenha arrefecido, trará efeitos negativos de longo prazo no mundo e no Brasil. Há recuperação de empregos ao longo de 2021, mas persiste a queda de renda nas famílias que perderam entes queridos.

7. Não obstante a profunda alteração do cenário econômico e social para 2021 e 2022, em relação ao que se previa na data do envio do PLOA para 2022, os parâmetros





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

macroeconômicos utilizados nessa época não refletem mais a realidade. Apesar de terem sido revistos pelo Executivo diversos parâmetros, como IPCA, IGP-DI e SELIC, dentre outros, além da previsão de resultado primário constante do Projeto de LDO de 2022, não foi encaminhada ao Congresso mensagem modificativa, diferente do que ocorreu em outros exercícios, quando as condições fiscais mudaram e uma atualização foi enviada.

8. A conclusão deste relatório é que a estimativa de receita primária constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2022 (PLOA), embora fundamentada em muitas hipóteses plausíveis de comportamento das variáveis macroeconômicas e de outros indicadores, requer revisão, dado que existem prognósticos mais atualizados, referendados por avaliações das equipes técnicas do Executivo e do Congresso. Referimo-nos aos valores que foram usados na alteração da meta primária para 2022, além de recentes revisões de parâmetros constantes de dados do Ministério da Economia publicados em novembro e atualização da grade de parâmetros, que foram estimados pela Secretaria de Política Econômica e utilizados na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2022.

9. As receitas primárias foram reestimadas nesse relatório em R\$2.027.650.100,00, o que resulta em acréscimo de R\$72,1 bilhões ou 3,7% da estimativa de R\$1.955.572.300,00 da proposta para 2022" — aquela que foi enviada em agosto.

"10. Indicadores reforçam recuperação da economia no País desde junho deste ano. Segundo a Receita Federal do Brasil, a arrecadação total das receitas federais atingiu, em outubro de 2021, a marca de R\$178,7 bilhões, com acréscimo real de 4,92% em relação a outubro de 2020.

11. Quanto às receitas não administradas pela Receita Federal do Brasil, projetamos aumento nominal de R\$11,5 bilhões (5,4%). Em sua composição, destacam-se as estimativas de R\$95,8 bilhões em *royalties* e compensações financeiras pela exploração de recursos naturais, que apresentaram crescimento nominal de 12,5% na nossa estimativa.

12. Destaca-se o fato de o PLOA 2022 não ter incluído receitas que se espera arrecadar após a privatização da ELETROBRAS, sendo que, a título de outorga pela renovação da concessão às empresas do grupo, que sairá do controle da União, espera-se arrecadar cerca de R\$23 bilhões. Ademais, há a possibilidade de arrecadação oriunda da segunda rodada de licitações dos volumes de petróleo excedentes e de telefonia móvel 5G. Abstivemo-nos de incluir essas alterações no Orçamento de 2022 em virtude das incertezas presentes." Acrescento, *ad latere*, algumas ações judiciais que poderão suspender, por exemplo, a privatização da nossa ELETROBRAS. Então, elas não estão contadas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"13. Foram apresentadas emendas de receita, em número de 3 (três), duas de renúncia de receita e uma de reestimativa.

14. Nosso parecer foi pela rejeição da Emenda nº 41820013, do Senador Zequinha Marinho, em razão de ausência de estimativa de impacto fiscal e de parecer de mérito em Comissão Permanente, e da Emenda nº 24490025, do Deputado Efraim Filho, em razão de a estimativa de receita, constante da emenda, não ser oriunda do Poder Executivo ou de órgão técnico especializado em matéria orçamentária do Poder Legislativo, além de não ter sido demonstrada a existência de erro ou omissão na estimativa de receita que justifique as alterações propostas.

15. Nosso parecer foi pela aprovação da Emenda nº 40830012, do Senador Vanderlan Cardoso, com renúncia de receita de R\$322 milhões para 2022, decorrente do Projeto de Lei nº 4.726, de 2020, já aprovado no Plenário do Senado Federal." É aquela questão das cooperativas.

"16. Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2022, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados neste relatório, implicando a elevação de R\$72,1 bilhões na receita primária total do Governo Federal.

17. Saliento, por fim, que, aprovando este relatório, esta Comissão Mista de Orçamento estará participando de dois marcos nas finanças públicas brasileiras. Em primeiro lugar, as receitas primárias do Governo Federal vão ultrapassar a marca de R\$2 trilhões, chegando a R\$2.027.700,00 trilhões. Em segundo lugar, com as receitas apontadas neste relatório, caso esta Comissão o aprove, entregaremos o PLOA 2022 ao Relator-Geral muito próximo de um déficit primário zero, restando 'apenas' R\$2 bilhões para se chegar ao equilíbrio orçamentário em 2022. Isto será um feito histórico, interrompendo a sequência de déficits primários observados nos últimos 8 anos."

Se me permite, Sr. Presidente, só para completar o meu relatório, eu peço também uma complementação do voto. É uma simples correção de digitação que houve no relatório, para a eliminação de uma linha. Mas é coisa tão simples, que eu vou apenas entregar o documento, sem detalhar, porque é um erro de digitação, coisa sem importância.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado, Senador. Quero parabenizá-lo pelo seu relatório, pela atualização da previsão de receitas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Está iniciado o prazo de destaques, que será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Os formulários devem ser enviados ao *e-mail* cmo@camara.leg.br, através do *e-mail* SDR dos Deputados e pelo *e-mail* institucional dos Senadores.

Está em discussão.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Presidente, nós estávamos reunidos no Colégio de Líderes e firmamos um acordo, um compromisso de que, se o relatório de receita for votado agora, o Governo poderá enviar posteriormente uma mensagem modificativa, já que se abre a possibilidade de o relatório preliminar ser apresentado na sexta-feira e votado na segunda-feira. Essa mensagem, diante da não aprovação ainda da PEC, ficaria comprometida. Daí por que firmamos o acordo de que essa mensagem modificativa não poderá mais ser enviada pelo Governo a partir da aprovação do Relatório da Receita na CMO e do relatório preliminar na segunda-feira. O Relator-Geral do Orçamento, Deputado Hugo Leal, absorveria esse ofício do Governo equivalente à mensagem modificativa, como se a mensagem fosse. Então, eu queria que ficasse registrado nas atas esse acordo firmado no Colégio de Líderes com todos os partidos, porque estamos tratando da receita e, quando formos votar o relatório preliminar, obviamente o Governo não poderá dispor desse instrumento, porque haverá alterações substanciais na PEC 23 quando for votada pelo Senado e posteriormente pela Câmara para ser promulgada.

Ficou claro que os membros da CMO, que representam todos os partidos com assento na Câmara e no Senado — estavam presentes Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras —, desejam votar o Orçamento neste ano. Então, para que o calendário pudesse ser efetivado antes do recesso, com a votação da PLOA, nós teríamos que votar o Relatório da Receita agora, apresentar o relatório preliminar na sexta-feira e votá-lo na segunda-feira. Senão, não haveria prazo para até o dia 17 a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização dar a sua votação final, projetando-o para o Congresso possivelmente na própria sexta-feira, dia 17, ou em uma data que o Presidente Rodrigo Pacheco deverá definir. Mas o que se acordou hoje foi que seria votado até o dia 17 na CMO e possivelmente no Congresso.

Portanto, é importante que isso fique registrado, porque o Governo tem que ter esse entendimento, que foi feito com todos os partidos — o próprio Deputado Carlos Zarattini, que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

preside agora a CMO, estava presente e acordou —, para que não tenhamos nenhum tipo de empecilho às execuções públicas das políticas que o Executivo terá que fazer no ano que vem. Então, fica assegurada essa mensagem, através de um ofício a ser absorvido pelo Relator-Geral, o Deputado Hugo Leal, que está aqui. E esse ofício terá as mesmas características da mensagem modificativa, como foi acordado.

Em relação à PEC, a receita fica preservada. Esse, inclusive, é o entendimento dos técnicos do Governo. Eu estou aqui esperando algumas informações ainda do Governo. Eu pediria que nós prorrogássemos um pouco essa discussão até haver, de fato, essa segurança para o Governo se posicionar. Mas, a princípio, teríamos preservadas todas essas possibilidades de o Governo reajustar aquilo que considerar fundamental no Orçamento para o ano de 2022.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Só um minuto, Deputado Hugo Leal.

O meu entendimento é o de que o Relator receberá esse ofício com as características de mensagem e vai trabalhar em cima dele. Quer dizer, então é um ofício que vai trazer novas vinculações, novos parâmetros. Evidentemente, o Relator vai trabalhar em cima dele, fazendo o seu papel, que é até modificar, eventualmente, essa mensagem que vem na forma de ofício. Então, o meu entendimento é esse, certo?

Passo a palavra ao Relator.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sr. Presidente, quero deixar claro que aqui nós podemos muito, mas não podemos tudo, e o Relator-Geral segue a mesma linha.

A mensagem modificativa tem uma característica procedimental e tem um reconhecimento também do ponto de vista constitucional e infraconstitucional. O Relator-Geral, ao receber uma manifestação dessa natureza, pode, sim, incorporar ao seu relatório preliminar algumas questões. Outras são de ação exclusiva do próprio Governo. Nós precisamos definir isto, inclusive dentro do escopo do debate com o Governo Federal: o que, na mensagem modificativa, pode ser incluído no relatório preliminar, sendo instado pelo Governo Federal, pelo Ministério da Economia, e o que não pode.

Repito, esta Comissão pode muito, pode fazer ampliações — este é o nosso papel —, mas há certas questões que estão no âmbito exclusivo da competência do Poder Executivo. Vou mencionar uma coisa simples, só para termos comparativo, o PLN. Não existe PLN de iniciativa de Parlamentar, por menor que seja o valor. O PLN é uma ação de iniciativa do Poder Executivo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Só precisamos fazer essa definição, em vista do calendário, com o qual eu concordo 100%. Acho que temos um compromisso com o País de votar esse Orçamento este ano, mas só fico nessa pendência — aproveito a presença do Líder do Governo na CMO, o Deputado Claudio Cajado — desta expectativa: o que pode ser inserido no relatório preliminar, provocado pelo Governo através de um ofício, e o que estaria adstrito a uma mensagem modificativa, que tem uma característica procedimental diferente. É apenas isso. Trago essa preocupação para que não tenhamos nenhuma frustração.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Perfeito.

Inclusive volto a falar, Presidente, que eu apenas acho que temos, nesse caso particular, quando da apresentação do relatório preliminar, que deixar claro um parágrafo, uma definição dessa questão: diante de eventuais modificações a serem feitas, de pendências a serem decididas até a votação final do Orçamento, o Relator-Geral poderá receber, através de ofício do Governo — aí se especifica, não sei se da Casa Civil ou do Ministério da Economia, teríamos que ver com a equipe técnica daqui —, para que conste, Deputado Hugo Leal, no seu relatório preliminar, essa possibilidade.

O que nós precisaríamos deixar clara era essa questão. Foi acordado desse jeito para não prejudicar o calendário da votação geral do Orçamento.

Mas o Governo também não pode deixar de colocar a sua posição. Se houvesse um empecilho, um óbice jurídico, para que isso ocorresse, não poderíamos concordar com a votação, porque traria prejuízos enormes não ao Governo, mas ao País, às políticas públicas que precisam ser efetivadas. Não estamos falando de pouco recurso. Essa questão da PEC 23 traz, de forma grandiosa, recursos volumosos, que serão fundamentais na execução das políticas públicas. O que se trata aqui é de tirar do teto dos gastos ou de deixar no teto dos gastos. Porém, isso tem repercussão também em determinadas questões, como as próprias emendas, que serão indexadas e terão que ser reajustadas. Então, há uma série de fatores, e temos que deixar o Governo com a garantia de que o ofício terá a mesma condição, terá a equivalência da mensagem modificativa. Isso teria que constar do relatório preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Exato.

Alguém tem divergência desse entendimento do Deputado Cajado?

Eu tenho que proceder também à votação do relatório.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Presidente, só quero colaborar com o que acabou de dizer o Deputado Cajado. Eu participava de uma reunião há poucos minutos. Se não me falha a memória, V.Exa. também lá estava ou, pelo menos, estava, como representante do PT, o Deputado José Guimarães. E essa colocação foi feita, acho, de forma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

oportuna, porque ficamos diante de um impasse. Ao votarmos o relatório preliminar, ficamos constitucionalmente impedidos de receber o envio, por parte do Executivo, de qualquer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Isso já está resolvido na proposta que foi elaborada pelo Líder.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Exato. Houve um consenso, caso contrário haveria uma manifestação não só do Líder do Governo, mas também dos partidos que apoiam o Governo no sentido de não votar o relatório preliminar. Não votar o relatório preliminar prejudica todo o andamento do processo de votação orçamentária e prejudica o País.

Acho que foi muito madura a decisão dos Líderes, porque ali não se pensou como Governo, Oposição ou Situação, pensou-se no País. Eu acho que fica muito apropriado que o relatório preliminar apresentado pelo nobre Deputado Hugo traga esta clareza à situação, no sentido de que ele acolherá por ofício as modificações que, porventura, o Executivo possa ainda enviar em razão do que se está votando no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado.

Está esclarecida essa questão.

A discussão e o prazo para a apresentação de destaques estão encerrados. Tendo em vista que o Comitê de Admissibilidade de Emendas não se manifestou com relação às emendas de Relator, conforme dispõe o parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, solicito autorização do Plenário para a votação do Relatório da Receita apresentado ao Projeto de Lei Orçamentária para 2022.

A solicitação de autorização de votação do Relatório da Receita, sem manifestação do CAE, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Presidente, quero apenas deixar claro um detalhe: como o Relator é o Deputado Hugo Leal, faço questão de que constem na ata essas colocações que estou fazendo. Assim como o Relator Hugo Leal disse que há limites do que ele pode aceitar ou não, também há o arbítrio. Então, solicito que, no relatório preliminar, além da aceitação dos ofícios, destaque-se aquilo de que o Relator venha a discordar, para que a deliberação seja do Congresso — dos membros da CMO e do Congresso Nacional —, e não seja admitido unicamente o arbítrio do Relator, já que nós estamos abrindo mão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Deputado Cajado, acho que nós teríamos que fechar esse acordo com o Relator presente.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Como nós não vamos votar agora o relatório preliminar e temos ainda mais 1 semana, nós podemos ajustar essa questão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Na verdade, são 3 dias — quinta-feira, sexta-feira e segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Sim, mas vamos ajustar essa questão...

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Apenas quero deixar isso registrado, porque essa questão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Sim, é a posição do Líder do Governo.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados favoráveis à solicitação de autorização para votação permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores favoráveis à solicitação de autorização para votação permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

O Relatório da Receita e a complementação de voto estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados. *(Pausa.)*

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

O Relatório da Receita ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022 e a complementação de voto estão aprovados.

Item 2. Apreciação do Requerimento nº 37, de 2021, que requer a realização de audiência pública para discutir acerca do destino de mais de 2 trilhões de reais de receitas provenientes de operações de créditos previstas no Orçamento-Geral da União para 2022.

Com a palavra o autor do requerimento, o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Zarattini, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, apresentei esse requerimento para a realização de audiência pública no ambiente da Comissão de Orçamento porque nós tratamos muito das emendas de Relator, que somam pouco menos de 20 bilhões de reais, mas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nós não nos preocupamos com o destino das receitas oriundas da emissão de títulos da dívida pública, que, no próximo ano, representarão algo em torno de 2 bilhões de reais.

Nós não sabemos qual é o destino desse dinheiro — sabemos mais ou menos. Mas grande parte da Comissão Mista de Orçamento, da população brasileira e até mesmo do Congresso Nacional não sabem qual será o destino dessa receita que será obtida a partir de dinheiro do mercado financeiro.

Em função disso, nós estamos sugerindo e pedindo à Comissão que realize essa audiência pública, com os convidados que aí estão devidamente apontados. Peço o apoio de todos os colegas Congressistas.

O SR. BOSCO COSTA (PL - SE) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Deputado Bosco Costa com a palavra.

O SR. BOSCO COSTA (PL - SE) - Presidente, quero pedir permissão ao nobre Deputado Hildo, se possível, para subscrever o presente requerimento, sabendo da importância dessa audiência pública.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - De acordo.

O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo oradores, a discussão está encerrada.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está aprovado o Requerimento nº 37, de 2021.

Quero aqui relatar, para que todos tomem conhecimento, que foi combinado na reunião de Líderes o seguinte cronograma: hoje, 1º de dezembro, votação do Relatório da Receita e suas emendas — isso já foi feito; 3 de dezembro, publicação do relatório preliminar; 3 de dezembro, até 20 horas, apresentação de emendas ao relatório preliminar; 6 de dezembro, votação do relatório preliminar e suas emendas; de 7 a 9 de dezembro, publicação dos relatórios setoriais; até 13 de dezembro, votação dos relatórios setoriais; até 16 de dezembro, publicação do relatório-geral; 17 de dezembro, votação do relatório-geral; até 17 de dezembro, encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional; e até 17 de dezembro, votação no Congresso Nacional.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Essa é a proposta de cronograma que vai ser encaminhada ao Presidente do Congresso, o Senador Rodrigo Pacheco.

Nós vamos suspender a presente reunião.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Presidente, V.Exa. me permite dar mais uma palavrinha?

Apenas quero manifestar a demonstração de que os Parlamentares — Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas — desejam votar o Orçamento neste ano. A premissa desse calendário que V.Exa. apresentou agora é o desejo de votar o Orçamento neste ano. No ano que vem, haverá eleições, ainda devemos lidar com essas questões da COVID, e os Parlamentares, na sua ampla soberania, demonstraram a preocupação de não ingressarmos o ano sem a peça orçamentária que não permita que o Governo tenha agilidade na execução das suas políticas públicas. Então, essa foi a premissa que ensejou esse acordo, esse calendário, que está muito apertado. Ele só será possível graças ao consenso de todos os partidos. Não foi só a Base do Governo, mas a Oposição também tem esta visão de que é necessário para o País que o Orçamento seja votado neste ano ainda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado, Deputado Cajado.

Está suspensa a presente reunião para...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Deputado Carlos Zarattini, pode me dar 1 minuto, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Sim.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu gostaria só de entender esse cronograma. Falaram que a reunião está sendo suspensa, porque haverá votação do relatório preliminar na segunda-feira, às 14h30min, correto? A próxima sessão será na segunda-feira, às 14h30min?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - A previsão é de que seja na próxima segunda-feira, às 14h30min.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu só gostaria de deixar consignado que não dá para votar o relatório preliminar se nós não tivermos tempo hábil para análise.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Exato.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu só quero deixar isso bem claro. A Comissão decidiu e resolveu isso — está tudo certo. Mas a minha posição tem que ser muito clara. Eu só estou concordando com esta suspensão para votação, na segunda-feira, às 14h30min, se efetivamente o relatório preliminar estiver disponibilizado na sexta-feira, para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

podermos fazer a devida leitura, a devida análise, para não votarmos de supetão. Eu só queria deixar isso consignado.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado, Deputada.

Está suspensa a presente reunião até o dia 6 de dezembro, às 14h30min, quando votaremos o relatório preliminar.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Há quórum regimental para reabertura dos trabalhos.

Declaro reiniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, do dia 1º de dezembro até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet.

Quebra de interstício e inclusão na pauta do relatório preliminar da LOA 2022.

Há sobre a mesa o requerimento de quebra de interstício e inclusão na pauta, do relatório preliminar com emendas apresentadas à LOA 2022 e sua complementação de voto, de 2 dias úteis contados da publicação, conforme previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

A quebra de interstício e inclusão na pauta está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Deputado Izalci, é a Deputada Adriana Ventura.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Pois não, Deputada Adriana. *(Pausa.)*

O SR. MARX BELTRÃO (PSD - AL) - Sr. Presidente, eu quero registrar a minha presença.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - A quebra de interstício que nós estamos fazendo é referente ao prazo exíguo para a leitura do relatório preliminar, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - É isso! Exato.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - É isso que nós estamos votando?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Exatamente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Na verdade, nós estamos dizendo que o relatório foi protocolado ontem, domingo, às 13 horas, e será votado hoje, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Sim, para abrir o prazo das emendas.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - O.k. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - A quebra de interstício e inclusão na pauta está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Pois não, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Eu estou inscrito e peço a palavra a V.Exa. para, quando for possível, por favor, uma advertência pública a respeito de uma portaria que o Ministério da Economia publicou no dia 29 de novembro, que cancela — naturalmente deve ter sido isso — apenas recursos de Santa Catarina para infraestrutura, inclusive de suplementações que nós obtivemos com o PLN 15 e o PLN 20. Então, assim que V.Exa. puder me conceder a palavra, eu preciso detalhar isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O.k., Senador Esperidião Amin. V.Exa. é o primeiro inscrito. Logo passarei a palavra a V.Exa.

Extrapauta.

Apreciação do relatório preliminar com emendas e complementação de voto apresentado ao Projeto de Lei nº 19, de 2021, do Congresso Nacional, que *"estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022"*. Relator-Geral: Deputado Hugo Leal.

Foram apresentadas 39 emendas.

O voto é pela aprovação desse parecer preliminar com as alterações decorrentes da aprovação das Emendas nºs 14 e 20 e pela rejeição das demais.

O Relator estará com a palavra para a apresentação do relatório.

O relatório preliminar e a complementação de voto...

O SR. MARX BELTRÃO (PSD - AL) - Sr. Presidente, eu preciso registrar a minha presença, mas não está disponível pelo Infoleg.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Deputado Marx Beltrão, está registrada a sua presença.

O SR. MARX BELTRÃO (PSD - AL) - Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Com a palavra o Deputado Hugo Leal, Relator-Geral.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, nós vamos fazer aqui a leitura do parecer preliminar sobre o Projeto de Lei nº 19, de 2021, do Congresso Nacional, que *"estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022"*.

Vou direto ao resumo, Sr. Presidente, para depois estabelecer aqui as nossas prioridades.

“(Resumo)

Em atendimento ao disposto no art. 51 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, submetemos à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) o parecer preliminar sobre o Projeto de Lei nº 19, de 2021, do Congresso Nacional, que 'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022' (PLOA 2022), encaminhado ao Congresso Nacional em cumprimento ao disposto nos arts. 84, inciso XXIII, e 166, § 6º, da Constituição.

Nos termos do art. 52 da referida resolução, este parecer preliminar compõe-se de Parte Geral e Parte Especial.

A Parte Geral apresenta visão geral do projeto; examina o cenário macroeconômico e as metas fiscais consideradas em sua elaboração; trata da compatibilidade da proposta orçamentária com o PPA e as diretrizes orçamentárias; analisa as despesas previstas no projeto; e cuida das obras com indícios de irregularidades graves. Vale ressaltar que o aprofundamento do trabalho de análise do PLOA 2022, por área temática, será efetuado, oportunamente, pelos Relatores-Setoriais.

A Parte Especial define regras que deverão orientar o processo de apreciação e alteração do projeto de lei orçamentária no âmbito do Congresso Nacional, tais como: critérios para apreciação de emendas individuais e coletivas; dotações passíveis de serem canceladas pelos Relatores-Setoriais e Relator-Geral; vedações ao cancelamento de dotações; constituição, distribuição e utilização da reserva de recursos; competências dos relatores; conteúdo dos relatórios setoriais e geral.

Visão Geral do PLOA 2022

No PLOA 2022 as projeções de receita e de despesa totalizam R\$4.716,2 bilhões. No entanto, parte das operações de crédito, no valor de R\$105,4 bilhões, ultrapassa o limite constitucional conhecido como 'regra de ouro' das finanças públicas. Nesse caso, as previsões de receitas e despesas correspondentes a esse excedente das operações de créditos não





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

podem ser autorizadas pela lei orçamentária. Assim, embora constem das programações da receita e da despesa do PLOA 2022, esses recursos têm a execução condicionada à aprovação, pelo Congresso Nacional, de um projeto de lei de crédito suplementar específico para esse fim, mediante quórum qualificado de maioria absoluta, em cumprimento ao disposto no art. 167, inciso III, da Constituição. No projeto de lei, a totalidade dos recursos condicionados está destinada a benefícios previdenciários no âmbito do Fundo do Regime Geral de Previdência Social.

Do valor total do PLOA 2022, R\$96,5 bilhões referem-se ao orçamento de investimento das estatais e R\$4.619,7 bilhões aos orçamentos fiscal e da seguridade social. Destes, R\$1.884,9 bilhões referem-se ao refinanciamento da dívida pública, que consiste na amortização do principal da dívida contratual ou mobiliária com recursos obtidos a partir da realização de novas operações de crédito (emissão de títulos).

Considerando-se os valores líquidos do refinanciamento da dívida, a projeção de receita para 2022 relativa aos orçamentos fiscal e da seguridade social alcança R\$2.734,8 bilhões, sendo R\$2.071,2 bilhões (75,7%) referentes à receita corrente e R\$663,6 bilhões (24,3%) à receita de capital. A receita corrente líquida (RCL), apurada em conformidade com o art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000, está estimada em R\$1.062,6 bilhões.

Destaque-se que a integralidade das despesas da seguridade social (R\$1.233,1 bilhões) não pode ser atendida por suas receitas (R\$1.063,2 bilhões). Assim, o *deficit* de R\$169,9 bilhões é coberto por receitas do orçamento fiscal, no qual se projetam receitas de R\$1.671,6 bilhões e despesas de R\$1.501,7 bilhões.

Quanto ao orçamento de investimento das estatais, há uma redução de 33,1% dos valores propostos para 2022 em relação aos de 2021. As receitas estimadas para 2022 (R\$96,5 bilhões) originam-se de recursos próprios (R\$87,7 bilhões), aporte de recursos para aumento de capital (R\$3,5 bilhões), operações de crédito de longo prazo (R\$4,7 bilhões) e outros recursos de longo prazo — debêntures (R\$562,4 milhões).

Meta de resultado primário

A Lei de Diretrizes Orçamentárias prevê meta de deficit primário de R\$170,5 bilhões para os orçamentos fiscal e da seguridade social. Uma vez que o *deficit* primário considerado no PLOA 2021 se apresenta inferior (*deficit* de R\$49,6 bilhões), as alterações a serem promovidas pelo Congresso Nacional poderão elevá-lo, desde que também seja observado o teto de gastos da União.

Teto para a despesa primária





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A Emenda Constitucional nº 95, de 2016, determina que as despesas primárias dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União observem limites individualizados, definidos para o Poder Executivo e para os órgãos dos demais Poderes e órgãos autônomos elencados nos incisos II a V do *caput* do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Os limites aplicáveis ao exercício de 2022 correspondem àqueles vigentes no ano anterior, cujo somatório corresponde a R\$1.485,9 bilhões, atualizados pelo IPCA acumulado em 12 meses encerrados em junho de 2020 (8,35%). Assim, o atual teto de gastos da União alcança R\$1.610,0 bilhões.

Gastos com educação

Por força do art. 110, inciso II, do ADCT, a aplicação mínima em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) para 2022 deve corresponder ao valor mínimo para 2021 (R\$55,6 bilhões) corrigido pelo IPCA.

Assim, ao se considerar a inflação de 8,35% medida pelo referido índice no período de julho de 2020 a junho de 2021, chega-se a R\$60,2 bilhões referente ao valor mínimo que deve ser aplicado em MDE em 2022.

No PLOA 2022, a aplicação de recursos em MDE alcança R\$111,2 bilhões, considerando-se todas as fontes de recursos, montante que abrange R\$30,1 bilhões referentes à complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Partindo-se do total aplicado em MDE, após a dedução do valor mínimo constitucional e os valores relativos a vinculações legais de recursos, verifica-se que o projeto prevê a aplicação de R\$10,6 bilhões adicionais nessa área.

Gastos com saúde

O piso constitucional de saúde para 2022 é de R\$134,2 bilhões. O montante corresponde ao piso de 2021, no valor de R\$123,8 bilhões, corrigido em 8,35% (variação do IPCA entre julho de 2020 a junho de 2021). A esse valor, devem ser acrescidos R\$950,0 milhões, oriundos das receitas decorrentes de *royalties* e de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural aplicadas na saúde por força da Lei nº 12.858, de 2013.

Despesas decorrentes de sentenças judiciais

O projeto prevê despesas decorrentes de sentenças judiciais de R\$89,1 bilhões, relacionados a gastos com pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes e inversões financeiras. Esse montante representa aumento nominal de 78,7% em relação ao pago no exercício de 2020 (R\$9,9 bilhões) e de 60,2% sobre o autorizado para 2021 (R\$5,6 bilhões).

Autorizações para emendas de Relator-Geral





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

As autorizações contidas neste relatório preliminar confere ao Relator-Geral prerrogativas para apresentar emendas que busquem o aperfeiçoamento dos orçamentos da União. As hipóteses para apresentação dessas emendas estão relacionadas a ajustes de diversas ordens, tais como os: (i) relativos à repartição tributária decorrente da reestimativa da receita; (ii) decorrentes da mudança de parâmetro macroeconômicos; (iii) os que constituam ajustes de ordem técnica ou legal; (iv) cancelamentos prévios necessários à constituição da reserva de recurso; (v) solicitados pelo Poder Executivo; e (v) vinculados à avaliação de mérito relativa a programações a serem incluídas nos orçamentos, ou que devam simplesmente ter as dotações aumentadas.

No último caso mencionado, as emendas devem obedecer ao limite financeiro máximo e às autorizações expressas no item 12 deste relatório preliminar, tudo em conformidade com o que prescreve o art. 53, inciso IV, parágrafo único da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, com redação dada pela recente Resolução nº 2, de 2021, do Congresso Nacional.

Constituição e distribuição da reserva de recursos

A reserva de recursos, cuja constituição e distribuição encontram-se detalhadas no Anexo II, totaliza R\$90,6 bilhões em termos brutos, considerando-se as fontes provenientes da reestimativa bruta de receita (R\$71,8 bilhões), de reservas de contingência específicas (R\$16,2 bilhões) e de cortes prévios (R\$2,7 bilhões).

Os cortes incidem linearmente nas programações discricionárias (RP2) do Poder Executivo classificadas como outras despesas correntes (GND 3), investimento (GND 4) e inversões financeiras (GND 5), quando suportadas por fontes de recursos passíveis de utilização no atendimento das emendas. Esse procedimento implica redução de 2,6% no total dos recursos alocados em programações discricionárias do Poder Executivo.

Da reserva de recursos bruta são deduzidos os valores a:

- a. emendas individuais (R\$10,5 bilhões);
- b. emendas de bancada de execução obrigatória (R\$5,7 bilhões);
- c. repartições constitucionais e legais da receita com Estados, Municípios e Distrito Federal (R\$24,6 bilhões);
- d. apropriação em outras despesas não sujeitas aos limites estabelecidos no art. 107 do ADCT (teto de gastos) e reserva financeira (R\$47,2 bilhões, valor correspondente a reestimativa líquida da receita); e
- e. de Relator-Geral autorizadas neste parecer preliminar (R\$1,2 bilhão, valor que poderá ser aumentado até o limite previsto no art. 53, parágrafo único, da Resolução 1/06-CN).





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Após referidas deduções, obtém-se o saldo para distribuição no valor de R\$1,5 bilhão, sendo assim repartido:

- a. 55% para os Relatores-Setoriais (R\$825,0 milhões);
- b. 25% para as bancadas estaduais (R\$375,0 milhões); e
- c. 20% para o Relator-Geral (R\$300,0 milhões).

Observe-se, por fim, que o valor mínimo para o atendimento das emendas de comissão é de R\$225 milhões.

Possibilidade de cortes adicionais

Além dos cortes prévios, que contribuem para a constituição da reserva de recursos, propõem-se autorizações para que tanto os Relatores-Setoriais como o Relator-Geral possam efetuar, no âmbito das respectivas relatorias, cortes adicionais que permitam aumentar o montante de recursos destinados ao atendimento de emendas.

Emendas apresentadas

Foram apresentadas 39 emendas à nossa proposta de Parecer Preliminar, as quais podem ser categorizadas em cinco diferentes grupos.

O primeiro deles compreende as emendas que autorizam o Relator-Geral a destinar recursos para o atendimento de determinadas políticas públicas (14 e 20). Considerando que as áreas indicadas, cafeicultura e seguro rural, não estavam explicitamente contempladas no rol inicial de políticas públicas, nosso parecer é pela aprovação dessas emendas.

Em um segundo grupo, as emendas visam reverter cancelamentos prévios considerados em nossa proposta (Emendas 1 a 5, 12, 13, 18, 23, 25 e 37). Esses cancelamentos são necessários para a obtenção de recursos que viabilizem o trabalho dos Relatores-Setoriais e o andamento do processo legislativo nesta Comissão. E como de praxe, foram feitos segundo um critério linear aplicável a todas as despesas que passaram nos filtros técnicos.

Vale destacar que o cancelamento linear nessa etapa faz-se necessário por conveniência técnica, dado o pouco tempo que dispomos para apresentação deste relatório após o último ajuste no cronograma. Portanto, estamos propondo a rejeição dessas emendas, considerando que os Relatores-Setoriais e o Relator-Geral poderão, posteriormente, avaliar o mérito das programações canceladas e procurar recompor determinadas dotações que tenham sofrido redução neste momento.

As emendas do terceiro grupo (21, 22, 33, 34) dizem respeito à incorporação dos efeitos da PEC 23/21 em caso de aprovação dessa proposição. As Emendas 20 e 21 permitiriam o envio de uma mensagem modificativa, ainda que sob a forma de um ofício, após o início da votação do parecer preliminar, o que contraria o art. 28 da Resolução nº 1, de 2006. Além





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

disso, receber ofício como mensagem modificativa após o parecer preliminar é uma impossibilidade fática, pois alterações já promovidas, como o corte prévio, seriam desfeitas, fazendo com que o processo tenha que retroagir a uma etapa anterior. Ressaltamos ainda que o não recebimento da mensagem modificativa dentro do prazo, que se encerra com a votação do parecer preliminar, não impede que incorporemos a nossa proposta sugestões enviadas oficialmente pelo Executivo. Por essa razão, acatamos apenas parcialmente essas emendas, incorporando ao item 10, II, a previsão de que o Executivo deve encaminhar as alterações sugeridas na forma de ofício do Ministério da Economia.

Já a Emenda 33, que propõe a atualização do demonstrativo da reserva de recursos após a aprovação da PEC 23/21, resultaria na distribuição dos novos recursos para todas as áreas temáticas, contrariando a regra da PEC que destina esses recursos exclusivamente para a área de seguridade social. A Emenda 34, por sua vez, autoriza a incorporação dos efeitos da PEC 23/21 somente se essa proposição for aprovada nesse exercício, o que nos parece uma restrição desnecessária. Por essas razões, propomos a rejeição dessas duas emendas.

Em um terceiro grupo, estão as emendas que extrapolam o conteúdo do relatório preliminar (7, 9, 15, 17, 19, 24, 27 a 29, 31, 32 e 39). Vale lembrar que, nos termos do art. 51 da Resolução 1/06, o relatório preliminar estabelece os parâmetros e critérios que devem ser obedecidos na elaboração dos relatórios setoriais e geral, ou seja, as regras do parecer preliminar disciplinam exclusivamente o processo legislativo orçamentário, não abrangendo etapas posteriores à aprovação da LOA.

Já as emendas citadas, ainda que possam dispor sobre assuntos relevantes e trazer aspectos meritórios, como a definição de critérios gerais para as indicações de Relator, dizem respeito à fase de execução do orçamento. A exceção à regra é a Emenda 15, que será rejeitada por estar propondo acréscimo na despesa fora do prazo. Assim, a despeito de trazerem questões que precisam ser discutidas, não nos resta outra opção a não ser rejeitar as emendas por estarem fora do escopo do relatório preliminar.

Apesar disso, consideramos que as sugestões apresentadas devem ser avaliadas como possíveis aprimoramentos da Resolução 1/06, ou ainda como regras a serem incorporadas em uma nova instrução normativa da CMO sobre as indicações decorrentes de emendas de Relator. No caso da emenda 27, que estabelece requisitos para a celebração de convênios, registramos ainda que as regras propostas poderiam ser acrescentadas a portaria anual do Executivo que disciplina a operacionalização das emendas individuais, de bancada estadual, e de Relator-Geral (atualmente, Portaria 6.145/21).





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No quarto grupo, as Emendas 6, 8, 10, 11, 16, 26, 30 e 36 buscam restringir as autorizações para apresentação de emendas de Relator-Geral. De modo geral, as Emendas 6, 8, 26 e 36 limitam as intervenções do Relator-Geral apenas a ajustes técnicos e legais, encontrando-se na contramão da recente alteração da Resolução 1/06, que reafirmou a legitimidade das emendas de Relator que se destinam ao aprimoramento e ampliação de políticas públicas. As Emendas 10 e 30, por sua vez, engessam excessivamente o cancelamento de despesas obrigatórias e limitam a possibilidade de o Congresso atualizá-las e reavaliá-las, ainda que registrando as justificativas pertinentes a cada caso no relatório geral. Por fim, destacamos que o limite proposto na Emenda 11, de R\$5 bilhões, seria insuficiente ainda que se pretendesse apenas efetuar ajustes nas despesas associados à aprovação da PEC 23/21 e os referentes à repartição das receitas reestimadas.

Por fim, as Emendas 35 e 38 definem critérios para a destinação das emendas de Relator voltadas para o atendimento de políticas públicas. Assim como apontamos para as decisões sobre recomposição do cancelamento prévio, consideramos que o instrumento mais adequado para essas definições é o relatório geral, cuja elaboração está acompanhada de uma análise mais apurada das políticas públicas que necessitam de mais recursos.

Voto

Em face do exposto, somos pela aprovação deste parecer preliminar com as alterações decorrentes da aprovação das Emendas 14 e 20 e pela aprovação parcial das Emendas 21 e 22, bem como pela rejeição das demais emendas."

Esse é o relatório e o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Determinamos o registro da Senadora Soraya.

Vou pedir a interrupção por 2 minutos, porque a *TV Câmara* está fora do ar e vai ter que reiniciar. Em 2 minutos nós retornamos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Só quero lembrar que estou inscrito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Sim, V.Exa. é o primeiro inscrito, Senador Esperidião Amin.

(Pausa prolongada.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Senador Izalci, tenho uma pergunta: as inscrições nós fazemos pelo *chat*, pelo grupo do WhatsApp ou só pedindo a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - V.Exa. está inscrita.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Senador Izalci, eu quero apenas frisar que tenho duas intervenções a fazer: uma, em que estou inscrito; e outra, para fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O.k. Retomando, terá V.Exa. a palavra para a questão de ordem.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Senador, por favor, V.Exa. poderia nos dizer a ordem dos inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Senador Esperidião Amin, Deputada Adriana Ventura e Deputado Glauber Braga.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Quero me inscrever também, Sr. Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Deputado Carlos Zarattini, veja se V.Exa. trata bem a Deputada Angela Amin. Não fique sonhando o seu voto, a urgência que ela pediu e ao mérito, por favor...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Já votamos a urgência. Eu votei favorável.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Eu sei disso. Estou pedindo...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Mas isso é lógico. V.Exa. sabe do meu respeito e admiração pela família.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - A admiração é recíproca. Portanto, não é de graça. *(Risos.)*

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) - Presidente Izalci, aqui fala o Senador Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - V.Exa. está se inscrevendo, Senador Vanderlan?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) - Senador, eu só queria ver a ordem das leituras dos relatórios. Eu fiz o relatório do PLN 42 e queria saber a ordem de leitura, porque estou no interior do Estado e parei no Município de Caldazinha para fazer a leitura. Caso esteja muito longe...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Nós não estamos votando ainda, Senador Vanderlan, os PLNs. Nós estamos votando primeiro o relatório preliminar e depois vamos incluir os PLNs, porque haverá reunião do Congresso, e vamos colocar em votação primeiro os PLNs. Ainda não iniciamos esse processo. O Relator acabou de ler o parecer preliminar, vamos entrar nas questões de ordem e conceder a palavra aos inscritos. Dá tempo de V.Exa. ir até outra cidadezinha a uns 30 quilômetros e na próxima parada entrar novamente, porque precisamos desse relatório aprovado hoje para entrar na pauta do Congresso. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Está registrada a presença do Deputado Domingos Neto.

Nós estamos aguardando, porque a *TV Câmara* está fora do ar. Estamos reiniciando a transmissão no Youtube e na *TV Câmara*.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Senador Vanderlan Cardoso, se V.Exa. não puder relatar, nós indicaremos alguém para ler o relatório de V.Exa.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) - O.k., Senador Izalci. Eu agradeço.

Estou aqui fazendo visitas a alguns Municípios. Caso eu não tenha condições, já queria deixar com V.Exa. essa incumbência.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O Deputado Domingos Sávio já se prontificou aqui a ler o relatório.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Presidente, é o relatório setorial? Isso não está na pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Não, é o PLN ainda, Deputado Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Ah! O PLN. Nós vamos votar hoje PLN?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - É porque o Senador terá que sair da cidade de onde parou para participar da reunião, mas está com o relatório do PLN 42.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Mas está na pauta de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Nós vamos colocar os PLNs na pauta, porque, se quisermos ainda neste ano...

A próxima reunião do Congresso está marcada para amanhã, às 14 horas. Como decidimos que não se aprova nada no Plenário sem passar aqui na Comissão, a proposta é discutir vários PLNs que estão na pauta.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Mas, sem análise, não dá, Senador.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Presidente! Presidente Izalci. Peço a palavra. Sou o Deputado Sanderson.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Eu sugiro que os PLNs sejam votados amanhã pela manhã.

Veja bem, Sr. Presidente, a pauta de hoje define o relatório preliminar, e a sessão do Congresso é amanhã à tarde. Então, nós podemos, na parte da manhã, fazer os debates sobre os PLNs. Nós não vamos atrasar, não vamos impedir que seja votado no Congresso. Acho que pela manhã poderemos ter uma reunião e, se houver acordo, há a questão da presença, pode-se encerrar esta reunião e abrir outra.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Nós não colocamos isso ainda em discussão, Deputado Zarattini, mas é uma questão. São 14 relatórios que estão prontos para que possamos votá-los, e não há nenhuma dificuldade. Eu só estou dizendo que chegaram esses relatórios, estão prontos para serem votados, e vamos discutir aqui se passa para amanhã ou não. Eu não tenho nenhuma dificuldade. Logo após a *TV Câmara* ajustar aqui para reiniciarmos a reunião, iniciaremos essa discussão.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Sr. Presidente, por gentileza. Eu faço aqui um registro. Sou um dos Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Está suspensa ainda a reunião, se V.Exa. puder aguardar... Suspendemos, porque não está sendo transmitida ainda pela *TV Câmara*.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Quanto ao PLN 22, apresentei o relatório na sexta-feira e estou com ele em condições de leitura aqui. Eu peço que os PLNs sejam votados hoje, pois amanhã teremos quatro a cinco Comissões paralelas à CMO, e, na terça-feira de manhã, é sempre mais difícil de, acumulando funções, termos a manhã inteira, no caso da terça-feira disponível para fazer essa votação.

Então, eu peço que os PLNs sejam votados hoje ainda, segunda-feira, já que a única Comissão que está funcionando é a CMO.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Vamos colocar isso daqui a pouquinho em discussão.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, desculpe, mas não é uma simples questão de liberalidade a colocação em votação ou não. Eu pergunto a V.Exa. se a pauta foi previamente publicada com os itens que os Parlamentares estão querendo que sejam votados na reunião de hoje, porque, caso não sejam, não pode haver esse tipo de deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Na prática, Deputado Glauber, é extrapauta, mas não estamos discutindo, estamos fora do ar, aguardando. A reunião está suspensa, nós só estamos conversando, mas seria extrapauta. Também só vamos votar se houver acordo. Aqui, só se vota por acordo.

Então, são 14 PLNs. Alguns são muito simples, mas vamos discutir daqui a pouco, não há nenhuma dificuldade de se votar hoje ou se votar amanhã. Já estão todos disponíveis na página da CMO. Vamos daqui a pouco discutir isso. V.Exa., inclusive, está inscrito para uma questão de ordem. Primeiro, será o Senador Esperidião Amin, depois, será V.Exa.

A Deputada Adriana Ventura está inscrita para falar, mas não é questão de ordem.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Pode me colocar no final da fila, Senador. Estou bem, estou tranquila.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Já já reiniciaremos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Reiniciada, então, a reunião.

Tem a palavra o Senador Esperidião Amin para uma questão de ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Sr. Presidente, eu quero lhe agradecer e quero pedir a atenção do nosso Relator-Geral, o prezado amigo Deputado Hugo Leal.

V.Exa. acompanhou, Senador Izalci, a luta da bancada de Santa Catarina para obter a recomposição dos valores orçamentários para as nossas rodovias federais. Vou ser muito sintético. Ao longo dos meses de fevereiro até outubro, a bancada de Santa Catarina promoveu uma grande discussão, a busca de um grande entendimento com o Governo Federal, que resultou na seguinte decisão — vou simplificar. O Governo do Estado de Santa Catarina alocou 465 milhões de reais do orçamento do Estado de Santa Catarina para suplementar 300 milhões para a BR-470, 100 milhões para a BR-163, 50 milhões para a BR-280 e 15 milhões para a BR-285.

Levamos 9 meses para concluir essas negociações na Comissão de Infraestrutura do Senado. Vejam bem: são recursos que não são provenientes de financiamento, mas do Tesouro do Estado, para complementar essas obras.

Conseguimos aprovar aqui na Comissão Mista de Orçamento os PLNs 15 e 21, sendo que no PLN 15 estavam previstos 15 milhões a mais para a BR-163. Foram retirados 4 milhões pelo Relator, o que ensejou um protesto de minha parte. E, posteriormente, o PLN 21 recompôs recursos para a BR-470, para a BR-280, rodovias federais em Santa Catarina,

Agora, tenho aqui em mãos a Portaria nº 13.959, de 26 de novembro de 2021, publicada no *Diário Oficial da União* do dia 29, segunda-feira passada, de uma maneira que eu não posso dizer que não seja transparente, porque foi publicada, mas da maneira mais disfarçada possível, na página 349. No *Diário Oficial da União*, essa portaria, que tem 18 páginas, ocupa as páginas 349 a 367. E o que ela faz? Ela retira 25 milhões de reais da BR-470 e 14 milhões e 600 mil reais da BR-163, que é mais de 30% do valor total do orçamento. Portanto, ela transgride as regras orçamentárias. Vou repetir: a Portaria da Secretaria do Tesouro nº 13.959 retira da BR-163 14 milhões e 600 mil reais, valor que ultrapassa o total de 30% do total das dotações consignadas para essa obra.

Eu quero, portanto, interpor-me a isso na CMO, muito embora seja uma portaria do Executivo, para que o Relator-Geral conheça esse tipo de arbitrariedade — e, o que é pior, são





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dezoito páginas em meio a uma série de outras publicações relativamente obscuras. V.Exa. pode dizer que isso não cabe aqui na CMO. Como não? Nós suplementamos, passamos 9 meses discutindo com o Ministro da Infraestrutura, para que fossem transferidos recursos do orçamento do Estado para essas obras, e, numa manobra sorrateira — eu vou usar esta expressão —, esses recursos, os 25 milhões da BR-470 e os 14 milhões e 600 mil da BR-163, são retirados das dotações federais e transferidos para outros usos.

De forma que eu não posso silenciar. Em nome da bancada de Santa Catarina, trago aqui este protesto. Formulo ao Deputado Hugo Leal uma solicitação de diligência, porque isso extrapola o que as normas de execução orçamentária permitem. Repito: ultrapassando 30% da dotação global para a BR-163, faz-se politicamente uma desconsideração com Santa Catarina, mas, do ponto de vista legal, uma exorbitância grave à legislação que versa sobre programação e execução do Orçamento Federal — isso tudo se refere ao ano de 2021. De igual sorte, já solicito ao Relator-Geral, o Deputado Hugo Leal, que tome nota dessas observações, porque pretendo, junto com a bancada federal de Santa Catarina, tratar deste assunto com muita energia e lealdade com o meu Estado.

Não sei se o Deputado Hugo Leal está presente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Está e com boas notícias para V.Exa.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Estou e estou ouvindo V.Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Está presente?

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Por óbvio. Eu sou o Relator-Geral e estou presente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - V.Exa. podia estar desatento.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Estou bastante atento, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Eu quero levar a V.Exa. o meu pedido inicial de consideração e de solidariedade, uma vez que recebi dos três Senadores da Bahia — o Senador Otto Alencar, o Senador Angelo Coronel e o Senador Jaques Wagner... Não sei por que eles mandaram um abraço muito afetuoso para o Deputado Hugo Leal e para o Fluminense, não sei por que eles estão movidos por esse sentimento de alegria e gratidão. Da minha parte, V.Exa. tem a minha amizade e a minha vigilância.

Muito obrigado.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Perfeitamente, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Deputado Hugo Leal, V.Exa. tem a palavra.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Quero só complementar essa questão de ordem de V.Exa., Senador Esperidião Amin.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu tenho toda a preocupação com relação à infraestrutura deste País. Nós sabemos que o orçamento do próprio DNIT ficou muito aquém do que deveria ter sido apresentado. O que foi feito — só no parecer preliminar, para deixar claro — foi um corte linear, que poderá ser recomposto na discussão dos Relatórios Setoriais, que se abrirá logo em seguida à aprovação deste parecer preliminar. Depois ainda vamos fazer essa discussão durante a apreciação do Relatório Geral. Então, a reclamação de V.Exa. é totalmente pertinente, e recai exatamente sobre a minha pessoa essa responsabilidade. Nós sabemos que não só o Estado de Santa Catarina, mas também todos os Estados que têm rodovias federais necessitam desse tipo de recuperação. Então, V.Exa. tem na minha...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Deputado, neste caso, a exorbitância é de tal ordem que constitui crime de responsabilidade.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Porque ultrapassa os limites que a União, que o Executivo pode praticar, além da barbaridade de retirar recursos que nós conseguimos suplementar, porque eram insuficientes. O Estado aportou recursos do Tesouro Estadual. Então, além da injustiça, há uma ocorrência que leva ao crime de responsabilidade, se não for corrigida.

Muito obrigado.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Senador Esperidião Amin, acho que a resposta do Relator...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Quanto ao Fluminense, eu perdoo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Glauber Braga. (*Pausa.*)

Está com a palavra para discutir a Deputada Adriana Ventura. (*Pausa.*)

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, perdão. Eu estou em deslocamento, mas agora já consegui retomar o meu áudio.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Pois não, Deputado Glauber. V.Exa. tem a palavra para a questão de ordem.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, a questão de ordem é baseada no art. 131 do Regimento Comum, combinado com o art. 95, e no art. 37 da Constituição Federal, que trata desse princípio da publicidade (*falha na transmissão*) na administração pública (*falha na transmissão*) do que é chamado de "emendas de Relator", ação (*falha na transmissão*) que foi de autoria do PSOL ao Supremo Tribunal Federal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Deputado Glauber, está muito ruim o som. Não conseguimos entender o que V.Exa. está dizendo. Se V.Exa. puder, busque um ponto melhor aí. Nós passaremos a palavra para a Deputada Adriana, enquanto V.Exa. providencia isso.

Deputada Adriana Ventura, na falta do Deputado Glauber Braga...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Por favor, eu quero pedir a V.Exa. a gentileza de chamar o próximo da lista, porque estou finalizando aqui uma ligação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Deputado Glauber, parece-me que melhorou a conexão. Se V.Exa. puder, fale mais alto, que será melhor. *(Pausa.)*

Deputado Glauber, não conseguimos ouvir o que V.Exa. está dizendo. Está falando muito o áudio.

Deputado Carlos Zarattini, V.Exa. tem a palavra.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, nós estamos muito preocupados com essa ideia de acelerar as votações. Acho que é fundamental, se quisermos estabelecer algum acordo aqui para chegarmos ao dia 17 com o Orçamento aprovado, que discutamos preliminarmente o que vai estar em debate nas sessões. Esta sessão de hoje foi convocada exclusivamente para a discussão do relatório preliminar, e não dos PLNs. É evidente que, na lista de PLNs, há alguns que nós temos o interesse de votar. Porém, não são todos. Eu acho que temos que estabelecer, então, uma proposta de avanço em relação a isso.

Segundo ponto: o relatório estabeleceu recursos para a RP 9, que permanece sendo utilizada, mas nós não temos nenhuma clareza sobre como vai ser distribuída a RP 9. Gostaríamos de saber como o Relator vai abordar este tema no seu relatório final.

Terceira questão: nós estamos com várias questões pendentes, principalmente o que o Presidente do Congresso vai promulgar da PEC dos Precatórios, chamada também de "PEC do Calote". Qual é a proposta que ele vai nos apresentar para promulgar? Vai promulgar parcialmente ou vai remeter para a Câmara, para votação final? Isso define muita coisa. Uma das emendas do Senado é sobre a utilização de qualquer sobra do teto para programas sociais, programas de saúde. Portanto, estabelece uma limitação a esse tipo de recurso. Nós gostaríamos também de saber como o Relator propõe tratarmos dessa questão, que é uma questão fundamental. Temos essa definição, que tem que ser adotada ainda, e eu acho que não está clara. Evidentemente, o relatório é feito sobre as bases do que está em vigor hoje, mas gostaríamos de ter essa opinião, essa informação do Relator, sobre como ele pretende trabalhar a questão, caso seja promulgada a PEC na sua totalidade, com as emendas do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Senado, ou, caso contrário — e nós vamos lutar contra a promulgação parcial, mas isso talvez aconteça —, como ele pretende tratar desse excesso de arrecadação.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Eu vou passar a palavra ao Relator.

Antes, reforço o seguinte: de fato, nós aprovamos a PEC 23 no Senado com alguns acordos, inclusive feitos com o Líder do Governo e também com entendimento com o Presidente do Senado, que é o Presidente do Congresso. Fizemos a redação e aprovamos, exatamente para que não houvesse exclusão, muito menos fatiamento da PEC. Então, a nossa expectativa — quando eu falo "nossa", é do Senado, porque foi um acordo — é de que o texto do Senado seja votado aqui na Câmara. De fato, muda significativamente a questão orçamentária.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Estamos de pleno acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Vou passar a palavra ao Deputado Hugo Leal, tendo em vista que isso está sendo discutido ainda. Parece que vai haver uma reunião às 16 horas.

Tem a palavra o Relator, o Deputado Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sr. Presidente, apenas para esclarecimento, quero dizer que nós estamos votando este relatório, este parecer preliminar neste momento exatamente porque temos prazo. Deixo claro que esta Comissão, num entendimento do Colégio de Líderes, na semana passada, estabeleceu esse cronograma. Então, eu estou respeitando o cronograma.

Lembro a todos os pares, Senadores e Deputados, que este relatório, este parecer preliminar está previsto lá no art. 51 da Resolução, e não impede em absolutamente nada o prosseguimento dos debates aqui. Por que nós estamos fazendo a votação deste parecer preliminar neste momento? Para que se possa abrir o prazo da discussão dos Relatórios Setoriais ao longo da semana, e, se possível, para votarmos até a segunda-feira todos os Relatórios Setoriais. Com certeza, a partir da votação hoje do parecer preliminar e dos Relatórios Setoriais, até lá nós já teremos promulgado o que será a PEC 23, se parcialmente, se integralmente, de acordo com o entendimento das duas Casas.

Então, só para deixar claro, este parecer preliminar não vem sob os auspícios da aprovação da PEC. Por isso houve essa questão do corte linear, por isso os esclarecimentos que têm sido feitos.

O Deputado Zarattini faz as colocações de forma razoável, mas quero só deixar claro que o que está sendo votado aqui hoje é um parecer preliminar, o que está nas exigências da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Resolução nº 1, de 2006, para que nós possamos iniciar tanto a parte geral quanto a parte especial, que são as disponibilidades.

Nós teremos a oportunidade de debater os Relatores-Setoriais, teremos tempo para isso, o que não se teve em gestões anteriores — não se tinha tempo para avaliar os Relatórios Setoriais. Aí haverá a possibilidade de algumas recomposições. Ainda teremos a fase do Relatório Geral, quando também poderá haver recomposições ou ajustes, até para a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Senador Zarattini, V.Exa. está satisfeito com a resposta?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Eu só não estou satisfeito porque ainda não sou Senador, mas pela resposta eu estou agradecido. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Está ótimo. É o que esperamos também.

Foi restabelecida a conexão com o Deputado Glauber? *(Pausa.)*

Não?

Deputada Adriana Ventura, V.Exa. já está pronta?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu já estou. Obrigada, Senador.

Na verdade, também era uma questão de ordem, mas o Deputado Hugo Leal já colocou os pontos, as razões. Eu tenho uns questionamentos, sim, em relação a todos os PLNs da extrapauta. Acho que, no mínimo, temos que ter previsibilidade nesta Comissão. Não dá para votar um monte de PLNs sem saber que estavam na pauta. Esse é meu posicionamento.

Também queria fazer um pedido ao Relator-Geral. Acho que o Deputado Hugo tem toda a boa vontade para atender demandas, inclusive para escutar as demandas dos Deputados e Senadores, mas o prazo que temos para fazer as coisas é completamente exíguo.

Eu acho que esta Comissão tem que trabalhar no sentido de nos dar maior previsibilidade, para sabermos o que será votado e termos o relatório em tempo hábil, com mais tempo para emendas e tal. Realmente, foi acordado no Colégio de Líderes, e estão todos cumprindo aqui o acordado, mas eu espero que, nas próximas votações, tenhamos mais tempo de discussão e para nos debruçarmos sobre os temas.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Deputada Adriana.

Nós não estamos forçando a barra para votar nada hoje, não. Podemos votar isso amanhã, não há problema, mas se pudermos adiantar hoje, será melhor, porque são 16 PLNs. Grande parte deles não tem polêmicas. Podemos separar alguns.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Deputado Hildo Rocha pediu a palavra.

Meu Líder, Deputado Hildo Rocha, V.Exa. está inscrito para o debate.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Peço para falar também.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Obrigado, Senador Izalci, que eu cumprimento, na Presidência desta sessão da Comissão Mista de Orçamento, grande Senador do Distrito Federal.

Cumprimento o Relator-Geral do Orçamento para 2022, o Deputado Hugo Leal. Cumprimento todos os Senadores e Senadoras que aqui estão presentes e os que estão participando por via remota, assim como cumprimento todos os Deputados Federais e todas as Deputadas Federais presentes e os que estão participando de forma remota.

Quero cumprimentar o Deputado Hugo Leal, que fez um parecer muito bem elaborado. Cumprimento-o pelo esforço que fez para apresentar este relatório no dia de hoje. Nós fizemos um acordo para que hoje fosse votado, o que está sendo cumprido tanto pela Presidência da Comissão, através da Presidente Rose de Freitas e do Senador Izalci, quanto pelo Relator. Nós apresentamos as emendas até sexta-feira. Ele apresentou o relatório preliminar na sexta-feira, e o prazo se encerrou na própria sexta-feira. Então, ele praticamente não descansou no fim de semana, trabalhou para analisar todas essas emendas. Foi um trabalho hercúleo do Relator, que quero parabenizar.

Eu quero concordar com o que disse o Deputado Zarattini. Nós combinamos realmente de votar este parecer preliminar, e não os PLNs, mas acredito que os PLNs aos quais não tiverem sido sequer apresentadas emendas não há problema em votar. Se não houve emenda é porque não despertou o interesse de nenhum Deputado, de nenhum Senador, é porque é algo consensual. Portanto, acho que poderíamos votá-los. No caso daqueles aos quais apresentaram emenda, acho que poderíamos votar amanhã pela manhã, da forma como foi proposto aqui. Acho que não há problema, que não atrapalha a sessão do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Eu já acato a sugestão de V.Exa. Vamos votar aquilo sobre o que há consenso hoje, e aquilo sobre o que não há consenso e houver emenda fica para amanhã.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Pronto. É muito simples.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Suspendemos a sessão, para amanhã votarmos os PLNs sobre os quais não há consenso ainda.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Correto.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Era justamente o que eu ia propor, Presidente.

O Deputado Hildo Rocha, como sempre...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O Deputado Hildo Rocha tem experiência.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - É o mestre da Comissão.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Estou apenas contribuindo para os trabalhos da Comissão, Sr. Presidente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, quando possível, conceda-me a palavra. Já estou à disposição para fazer a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Daqui a pouquinho.

Deputado Hildo Rocha, V.Exa. tem a palavra para concluir.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Presidente, a questão do Deputado Zarattini, que foi muito bem respondida pelo Deputado Hugo Leal, essa questão das emendas de Relator, é algo que preocupa a todos nós. Isso tem sido noticiado nos meios de comunicação, o que inclusive faz com que todas as emendas parlamentares sejam mal vistas pela população.

As emendas impositivas individuais têm transparência — nada mais transparente existe no Brasil. As emendas impositivas individuais têm uma transparência muito grande, tanto é que, quando eu destino recursos para um Município, outro Prefeito já me liga perguntando por que destinei aqueles recursos para um Município e para o outro Município não destinei o mesmo valor. Então, há uma transparência muito grande em relação a isso.

As emendas de bancada também têm transparência, não tão perfeita como a das individuais.

Agora, realmente, as emendas de Relator não têm transparência nenhuma — isso é verdade —, e acaba que as concentramos nas mãos de apenas duas pessoas: do Presidente do Senado e do Presidente da Câmara, que fica responsável pela distribuição.

Nós estamos neste dilema: qual é o texto da PEC 23 que vai valer, que vai ser promulgado? Vai ser o texto da Câmara ou o texto do Senado? Eu acredito que tem que tramitar normalmente aqui. Se for prevalecer o que a Câmara aprovou, nós vamos ter um aumento no Orçamento de 16 bilhões e tantos milhões de reais, quase 17 bilhões, e nós estamos autorizando já, neste relatório preliminar, o Relator a fazer os ajustes, se aprovada a PEC 23. Está dito no relatório dele, está dito no relatório dele. Vamos autorizá-lo a fazer os ajustes. Não está errado. Agora, o que está errado é deixar na mão do Presidente do Senado e do Presidente da Câmara a distribuição.

Eu apresentei uma emenda — e inclusive vou discutir mais na frente, porque destaquei —, e o Relator levou em consideração apenas os parâmetros. O art. 51 diz que têm que ser estabelecidos parâmetros e critérios. Ele falou de parâmetros. Ele rejeitou as emendas, tanto





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

as minhas quanto as da Deputada Adriana e de outros Senadores também, levando em consideração o parâmetro, mas não levou em consideração o critério. O legislador quis dizer o que é critério, e é o que justamente nós estamos colocando lá. Vou discutir isso mais na frente.

De qualquer forma, parabênizo o Relator. Eu sei do esforço dele, sei da inteligência e da capacidade dele e o parabênizo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado.

Antes de passar a palavra ao Deputado Glauber Braga, quero só reforçar mais uma vez, Senador Cajado, futuro Senador Cajado, hoje Deputado, que a PEC 23 foi aprovada no Senado por acordo. Na votação dela havia uma desconfiança muito grande de que a Câmara poderia desprezar aquilo que aprovamos no Senado. Então, foi fechado um acordo, foi feita uma redação — inclusive, não é a melhor redação, do ponto de vista da técnica legislativa —, mas de forma que não houvesse brechas para mudança. Foi feito um acordo com o Líder do Governo, com o Presidente do Senado e com todos os Senadores. Só votamos daquela forma em função desse acordo. Nesse acordo, até 2026, tudo está direcionado, vinculado ao Auxílio Brasil, à Previdência, à saúde. Não há emenda secreta, não há emenda de Relator, nada disso, para ficar claro que a PEC 23 aprovada e acordada elimina tudo isso.

Eu fiz questão de suspender a sessão, para depois não dizerem que a sessão também foi secreta, que não estava sendo transmitida na Câmara.

Então, parabéns a V.Exa.

Senador Jean Paul, a presença de V.Exa. já está marcada.

Passo a palavra ao Deputado Glauber Braga, para uma questão de ordem.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, temos uma divergência com o último ponto que V.Exa. colocou, mas agora eu vou me ater à questão de ordem.

Antes disso, pergunto, porque eu perdi parte da sua explanação, o que ficou combinado. Então, votamos o preliminar hoje e deixamos os PLNs para amanhã. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Foi feita aqui uma sugestão, que eu acatei imediatamente. É a seguinte: aqueles PLNs que já foram publicados, com relatório sem nenhuma emenda, que estão exatamente como foram publicados, pela proposta, votamos hoje; aqueles que tiveram emendas e cujo relatório pode gerar alguma polêmica ou alguma discussão nós vamos deixar para amanhã de manhã.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Eu peço a V.Exa., então, que, além da emenda, fique consignado que só se coloque em votação aquilo que não tiver divergência antecipada, e o que tiver divergência que se deixe para o dia seguinte.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mas a questão de ordem que faço a V.Exa. é sobre o relatório preliminar, baseada no art. 131 do Regimento, combinado com o art. 95 do Regimento Interno da Câmara, combinado com o art. 37 da Constituição.

O Senado Federal tomou uma decisão...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Deputado Glauber, repita, por favor. Está muito ruim ainda a ligação. Quais são o artigo e o parágrafo?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Art. 37, *caput*, da Constituição Federal, acompanhado do art. 131 do Regimento Comum e do art. 95 do Regimento Interno.

O PSOL apresentou uma ação ao Supremo Tribunal Federal para atacar o chamado "orçamento secreto", as emendas de Relator. A avaliação que fazemos é a de que está havendo, de maneira sistemática, o descumprimento daquilo que foi a decisão que saiu do STF. Esse descumprimento segue no dia de hoje, com o relatório preliminar que foi aqui apresentado, na Comissão de Orçamento. É exatamente nesse sentido que fazemos uma solicitação: que essa parte do relatório preliminar seja retirada do texto.

Para aqueles que estão nos acompanhando neste momento da sessão quero informar que são inúmeras as inconstitucionalidades. Teoricamente, a emenda de Relator se destinava a corrigir erros e omissões ou para recompor dotação que foi cancelada, total ou parcialmente, só que agora há um Relator incluindo 16 bilhões — e já fica indicado para aonde vai o recurso. Não há transparência, não há critério socioeconômico para a distribuição dos recursos. A lógica é de irrigação de base eleitoral e troca de recurso público por voto. O volume de recursos para essa finalidade é altíssimo, igual à soma de todas as emendas individuais e de bancada; 2 vezes o total de recursos destinados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; mais de 6 vezes o total destinado ao Ministério do Meio Ambiente; 15% de todo o orçamento do Ministério da Educação; 10% de todo o recurso federal destinado à saúde; igual ao volume de recursos destinados ao Ministério da Infraestrutura; mais de 5 vezes o total de recursos destinados para a CAPES; mais de 13 vezes o total de recursos destinados ao CNPq; metade de todo o recurso destinado para o ensino superior. Isso não é razoável, isso é um escândalo.

Então, solicitamos que essas emendas de Relator sejam retiradas daquilo que ainda abre a lacuna para fazê-lo no relatório preliminar, nesse valor de 16 bilhões de reais. Se isso não for feito, de antemão, já anunciamos a obstrução por parte do PSOL em relação a essa matéria. Nós não toparemos esse descumprimento de uma decisão que atacou o que é o "orçamento secreto", emenda de Relator, para irrigar a base eleitoral de Parlamentares "bolsonaristas", a partir de uma decisão combinada entre o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado, o Relator e o Governo de Jair Bolsonaro. Que esse escândalo seja suprimido do texto, inclusive

291





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

porque há descumprimento fático de uma decisão já adotada na ação que o PSOL ingressou no Supremo Tribunal Federal.

Esta é a questão de ordem, Presidente. Repito: já estou anunciando, de antemão, que, se esse ponto do texto não for retirado do relatório preliminar — refiro-me à lacuna que permite a colocação em prática dos 16 bilhões de reais —, o PSOL já anuncia de antemão, e não vai precisar fazer isso novamente, o seu processo de obstrução.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Deputado Glauber, quero informar que o relatório preliminar foi feito de acordo com o ato conjunto, da Câmara e do Senado, que foi aprovado, se não me engano, por 37 e alguma coisa.

De qualquer forma, já colocamos aqui a questão da PEC 23, que aprovamos com esta condição: houve um acordo para que não haja mais emendas secretas. Estamos aguardando a votação da PEC na Câmara. Aprovado o texto que foi combinado com o Governo e com o Senado, evidentemente, essa figura do "orçamento secreto" desaparecerá do Orçamento geral.

Passo a palavra agora ao Senador que foi inclusive autor da PEC alternativa, que participou do debate e que foi fundamental nesse acordo celebrado no Senado, o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) - Obrigado, Sr. Presidente Izalci.

Colegas Senadores e Deputados, minha fala será muito breve e no sentido de que tenhamos a compreensão exata do alcance do que estamos legislando.

Na discussão em torno da resolução que tratava do apelidado "orçamento secreto" — e não precisamos perder tempo com esses apelidos, com esses nomes mais midiáticos —, a todo o instante o Relator do texto vencedor, o Senador Marcelo Castro, fazia referência à importância do relatório preliminar, justamente para o estabelecimento de critérios e limites para o exercício do poder do Relator na distribuição de valores de emendas.

Eu, particularmente — e isto é notório —, defendo o fim desse tipo de manobra, exceto no tocante àquilo que está estritamente na Constituição, que são os ajustes de texto, para omissões e lacunas, mas me curvo à decisão do colegiado, haja vista que foi mantida na resolução. Certamente isso será novamente judicializado, mas foi mantido.

Então, é necessário focar nossa atenção numa limitação de alcance daquilo que é — como reportava o Deputado Hildo Rocha, com toda a experiência que tem — um excesso de poder concentrado em poucas mãos. O indicador, se não estiver enganado no momento, teria algo em torno de 17 bilhões de reais, que podem ser acrescidos, à medida que o Relator arvora para si o poder de fazer remanejamentos, para adequações decorrentes da PEC 23.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não me parece que esse seja o melhor caminho. Parece-me importante, neste momento, desde logo, estabelecermos um patamar, um teto para essas emendas e termos, daí sim, qualidade de discussão.

Nada impede que os ajustes que forem consequência da aprovação ou não da PEC sejam marcados como RP 2 pelo Relator. Não existe nenhum problema nesse sentido. Mais adiante, com um pouco mais de tempo e maturidade, podemos discutir mecanismos para que, se a ideia for a de que o Congresso tenha participação mais ativa na distribuição de verbas, ela se dê dentro de critérios técnicos e constitucionais, sem improvisos, sem atropelos.

Então, Senador Izalci, eu já reforço a necessidade de avaliação em separado do destaque que apresentamos para a Emenda nº 11, emenda que atribui um limite, um teto para as RP 9, no valor de 5 bilhões de reais, o que nos parece uma margem mais do que segura para ajustes que tenham correspondência com o texto constitucional.

Este é o ponto em relação ao qual eu gostaria de ter o acolhimento e a análise detida dos colegas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O próximo inscrito é o Deputado Domingos Sávio. Na sequência falarão o Deputado Claudio Cajado e a Senadora Soraya Thronicke.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Sr. Presidente, prezado amigo Senador Izalci, prezado Relator, amigo Deputado Hugo Leal, e demais colegas Parlamentares, eu quero me dirigir ao Relator para manifestar a minha preocupação no sentido de que nós possamos, embora num prazo curto, porque o prazo que temos é exíguo... Por isso já me antecipo dizendo que devemos votar, sim, os PLNs cujos relatórios já estejam aptos e que não sejam objeto de muita polêmica.

Eu mesmo fui Relator de um PLN e mantive o texto original. É um PLN que envolve vários Ministérios. Se ele não for aprovado nós vamos prejudicar lá na ponta o cidadão, que aguarda a execução de algumas emendas de colegas Parlamentares. O PLN que me coube relatar faz a adequação orçamentária de emendas impositivas de colegas Deputados e Senadores que tiveram algum problema na execução da emenda impositiva. Foi necessária alguma adequação, alguma correção no Orçamento. Se não votarmos o PLN, esse Deputado, esse Senador que indicou aquela emenda impositiva para saúde, para educação, para infraestrutura urbana, não terá condições de corrigir isso e aproveitar a emenda dentro do exercício de 2021. Perde lá na ponta o cidadão, porque não chega lá o recurso do Governo Federal, e perde o Parlamentar, e perde por causa da burocracia aqui.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Qual é o problema de deixarmos para amanhã? Amanhã haverá sessão da Câmara e sessão do Congresso. Quando começa a Ordem do Dia, nós temos que parar os trabalhos. São muitos PLNs, e ainda temos, como já foi dito aqui, o relatório preliminar. Então, a primeira palavra é no sentido de fazer coro com V.Exa. e com os demais colegas: votemos ainda hoje todos os PLNs que for possível votar e sobre os quais haja consenso.

Nosso querido Relator, eu cheguei a acionar a nossa Assessoria para que refletisse sobre a apresentação de algumas emendas ao relatório preliminar e me absteve disso, porque, primeiro, confio em V.Exa., Relator — e digo isso de público. Confio plenamente, conheço-o bem, Deputado Hugo Leal. Tenho por V.Exa. um enorme respeito. Convivemos por muitos anos na Comissão de Viação e Transportes e nas demais Comissões desta Casa.

Eu falo isso porque precisamos tomar cuidado com as generalizações. Está sendo generalizado um conceito pejorativo de emenda. Há dúvidas sobre determinadas emendas, sobre emendas de Relator, sobre a forma como foram executadas. Tudo na vida pública tem que ser feito com transparência total. Para isso existem os órgãos de controle, tanto externos, como o Tribunal de Contas e o Ministério Público, quanto aqui dentro desta Casa e dentro do Poder Executivo. É preciso haver transparência total. Eu sempre tenho muito orgulho das emendas que indico e as divulgo amplamente.

Ao longo da história — e eu já participo desta Comissão desde o meu primeiro mandato, em 2010 —, não é a primeira vez que um Relator apresenta emendas. Sempre, que eu saiba, desde que existe a estrutura orçamentária — e isso existe junto com a democracia —, há um Relator, e o Relator apresenta emendas. A polêmica veio a partir de 2019, exercício de 2020, não com a emenda de Relator. O problema é a forma de execução. O Relator sempre fez emenda, só que fazia emenda RP 2, que são verbas discricionárias do próprio Poder Executivo. As emendas passaram a ser a rubrica RP 9, e, na hora da execução, o Relator continua fazendo a indicação, compartilha isso com as Lideranças da Casa, com os Presidentes da Câmara e do Senado, com Prefeitos etc. Votamos agora, nesses dias, um complemento à Resolução nº 1, que é a regra regimental desta Casa, a resolução que orienta como fazer o Orçamento. Ali deixamos claro que esse procedimento terá que ser seguido desde a publicação, por esta Comissão e num *site* na Internet, para qualquer cidadão consultar, indicando-se claramente para aonde está sendo destinada a emenda de Relator, quem está indicando, se é o Deputado, se é o Prefeito, para aonde ela está indo, qual a sua finalidade, a fim de que essa execução seja acompanhada rigorosamente pela população. A minha expectativa é de seguirmos nessa direção de transparência total.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mas eu finalizo voltando ao Relator. Eu entendo que precisamos do Relator, porque o Orçamento da forma como veio não contempla tudo o que nós estamos vendo lá na ponta. As nossas emendas individuais não têm capacidade de alcançar problemas maiores. Eu vou citar dois exemplos para o Relator, da nossa área de transporte. Eu digo "nossa" porque a acompanho de perto, estou todo o ano lá na Comissão, e V.Exa. também. Refiro-me ao DNIT. O orçamento do DNIT é uma tristeza. Agora, vivo lá em Minas Gerais um pesadelo com a BR-494, que o Deputado Izalci conhece. A rodovia corta a área urbana de Divinópolis, em direção à querida Araújos, onde V.Exa. nasceu — vem de Oliveira e corta Divinópolis. Há pessoas morrendo com frequência lá, porque é uma via localizada numa área urbana e que nem acostamento tem. Nós precisamos duplicá-la. O DNIT não vem com o orçamento. A minha emenda individual não é capaz. Tem que ser feito um apelo ao Relator.

A BR-265 corta a área urbana de Lavras. Está virando um pesadelo. O orçamento do DNIT não veio com previsão. Como Relator, se eu puser 100% da minha emenda individual, não resolverei esse problema. Então, tenho que fazer um apelo ao Relator. Esse diálogo tem que existir com transparência. Eu quero que isso conste de maneira clara. Não vou ter nenhum constrangimento de chegar a Lavras e dizer que pedi ao Relator dinheiro para melhorar a BR-265 e de chegar a Divinópolis e dizer que pedi recursos ao Relator. Transparência! É usar o dinheiro público onde é necessário, para acabar com as obras inacabadas na educação, para fortalecer os nossos institutos federais e as universidades. Faremos esses apelos ao Relator e vamos dar transparência a isso.

Essa é a minha contribuição, nobre Deputado Hugo Leal. Não apresentei emenda. Quero acompanhar *pari passu*. Eu não tenho dúvida de que V.Exa., com a sensibilidade que tem, pode sim fazer emendas de Relator para resolver problemas estruturantes, para corrigir desequilíbrios que tenham vindo na peça original, mas tudo isso com muita transparência. É o nosso desejo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Lembro que metade das emendas de V.Exa. é destinada para a saúde.

Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queria cumprimentar o Relator, o Deputado Hugo Leal, e dizer da nossa alegria de estar, presencialmente, ao lado dos colegas Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas.

Cumprimento os Parlamentares que estão virtualmente participando desta reunião da Comissão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós ficamos hoje com um prazo, definido pela Comissão, de apresentarmos o relatório preliminar e o votarmos. Pedimos a inclusão extrapauta de vários PLNs que estão com os relatórios prontos e sem emenda alguma.

Quando pedi a palavra, Sr. Presidente, eu ia justamente na vertente de raciocínio do Deputado Hildo Rocha. Não há por que os PLNs não serem votados agora, haja vista que são PLNs importantes e que dizem respeito a políticas públicas nacionais. Não é uma política de governo. Vou dar um exemplo, para que as pessoas possam ter noção de quais PLNs...

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Um deles é sobre o vale-gás, para ser viabilizado o vale-gás.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - É isso.

Vejam: o PLN 42 é sobre o vale-gás; o PLN 43 é sobre o auxílio emergencial para pessoas em vulnerabilidade social; o PLN 21 e o PLN 22 são sobre a abertura de diversas agências da Caixa Econômica; o PLN 30 é sobre transferências para o Ministério da Saúde e o Ministério da Cidadania; o PLN 38 é sobre ajuste de emendas impositivas — ou seja, não temos o que fazer, são emendas impositivas que vieram com encaminhamentos equivocados e que agora nós podemos votar; o PLN 41 é sobre a EMBRAPA, uma empresa que todos aqui, tanto da base do Governo quanto da Oposição, defendem e incentivam. Há outros PLNs também importantes e que estão sendo apresentados agora. Chegou aqui o PLN 27, da área da saúde, que também é muito importante. Então, eu pediria que esses que tivessem o relatório pronto e esses que eu citei... Não há um dos que eu citei que pode ser retirado da pauta.

A Liderança do Governo aqui na Comissão, através da minha pessoa, está entrando em contato com os Deputados de oposição, com as Lideranças dos partidos, para formalizar um consenso. De acordo com esse consenso, votaríamos esses PLNs, já que amanhã será um dia supercarregado: haverá reuniões pela manhã; a Comissão também está convocada para amanhã de manhã; à tarde haverá sessão do Congresso; de manhã, haverá reunião de Líderes para a sessão congressual, em que se vai votar uma série de vetos e PLNs. A sessão congressual de amanhã vai ser extensa.

Então, nós queríamos, ao votar o relatório preliminar e os PLNs hoje, Deputado Hugo Leal, ir liberando a pauta, para a Comissão de Orçamento se debruçar sobre os Relatórios Setoriais e cumprir o prazo de votarmos aqui na Comissão no dia 17. O prazo não é elástico, é extremamente restrito. O relatório de V.Exa. abordou as questões mais a fundo. Obviamente, a única questão que ficou para discussão mais ampla é a da RP 9, mas nós temos que ver se haverá a promulgação da PEC 23. O Senador Izalci, que preside a Comissão neste momento,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

expôs claramente o acordo. Vamos aguardar. Eu tive conhecimento pela imprensa de que hoje estaria havendo uma reunião com os Líderes partidários no Senado, para haver essa decisão.

Por outro lado, sobre a RP 9, em relação à qual nós votamos alteração aqui, através da Resolução nº 1 — ficou como PLR 4; não é isso? —, ainda não houve uma decisão do Supremo. Se o Relator — e eu conversava com S.Exa. hoje pela manhã — colocar essa questão da RP 9 no valor de 16,2 bilhões, e o Supremo não vier a reconhecer, nós vamos perder esses recursos. Ou seja, estamos diante de um enorme dilema e, o que é pior, com um prazo fatal para deliberar.

Eu acredito que até quarta-feira ou quinta-feira, quando os Relatórios Setoriais serão apresentados, para serem votados, nós não podemos deixar essa questão em aberto, Deputado Hugo Leal. Não podemos deixá-la em aberto.

Eu queria apelar para os Presidentes das Casas, do Senado e da Câmara, para que tomassem uma decisão. Se não, vai comprometer o resultado do trabalho que nós estamos fazendo aqui.

Ao lado disso, eu queria deixar claro que — peço mais 1 minuto apenas, Presidente —, em conversa com o Deputado Hugo Leal, as emendas que apresentei foram parcialmente atendidas pelo Relator. Ele vai fazer um ajuste no relatório, para que o Governo possa ter a tranquilidade de enviar, a partir da votação de hoje do relatório preliminar, os ofícios com os efeitos para a mensagem modificativa.

Nós criamos toda a parte técnica, do ponto de vista da formatação desse parágrafo, e agradeço ao Helio, ao Walbinson e ao Wagner, que colaboraram, juntamente com a Liderança do Governo, para que pudéssemos ter a redação sem nenhuma questão de critério antijurídico.

Portanto, quero agradecer ao Deputado Hugo Leal. Aliás, S.Exa. tem sido muito atencioso e está recebendo os Deputados que ainda não tiveram a oportunidade de conversar com ele. S.Exa. está aqui na Comissão diuturnamente. Só não gostei muito porque ele não pagou o almoço hoje para nós, mas o Senador Izalci também não estava presente.

Então, muito obrigado.

Eu queria dizer isso. Vamos ver se nós conseguimos, Presidente, depois da votação do relatório preliminar, fazer a votação em globo dos destaques. Parece-me que já está aí o requerimento para votarmos em globo. Votamos o preliminar e passamos aos PLNs que, como eu disse, são fundamentais para as políticas públicas. E não são uma questão de governo, são uma questão de Estado todos eles.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tem a palavra agora a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, membros desta Comissão Mista de Orçamento, eu quero deixar pública aqui hoje a minha posição contrária em relação à possibilidade de emendas de Relator-Geral para programações orçamentárias sem um critério claro para a definição dos benefícios desses recursos.

Desde o seu advento, as emendas de Relator-Geral em programações orçamentárias arranham a imagem deste Congresso Nacional dando margem a ilações de toda monta sobre a nossa dignidade.

O Congresso tem o direito e o dever de comandar o Orçamento da Nação, mas também deve defender os preceitos da nossa Constituição que prezam pela transparência dos atos administrativos. E o que tem ocorrido com as emendas de Relator vai contra esses preceitos.

Nesse sentido, eu quero solicitar destaque para votação em separado das Emendas nºs 16, 19 e 24 apresentadas ao parecer preliminar e que vão no sentido de imprimir maior transparência e também critérios mais claros na execução desse tipo de emenda, caso se decida pela sua existência.

Então, é importante deixar claro aqui que algumas flexibilizações são necessárias. Às vezes, a lei é muito limitada, mas não podemos nos esquecer em nenhum momento da transparência e da publicidade. É importante que cada Parlamentar — ele tem essa obrigação — busque recursos inclusive fora do Orçamento, das nossas emendas individuais de execução obrigatória.

Nós temos, sim, o direito de correr atrás, como foi dito por vários Parlamentares aqui. A questão é: para onde foi? Quais foram os critérios? Isso nós precisamos saber. Não é possível que, neste momento, depois de termos tido uma CPI do Orçamento, em que regras foram criadas após essa CPI, nós estejamos vivendo um outro momento nebuloso e obscuro, como o que estamos enfrentando neste instante.

Portanto, é importante que nós tenhamos consciência, tenhamos nas nossas mentes que há, sim, a obrigação de transparência e de publicidade em todos os atos administrativos, e que nós devemos isso para a população brasileira.

Gostaria de pedir apoio aos colegas nesses destaques.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Senadora Soraya, ainda está no prazo de apresentação de destaque. V.Exa. teria que pedir à Assessoria para fazer o destaque. V.Exa. falou do 16, do 19 e do 24.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - Exatamente. A minha Assessoria já vai protocolar o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Ótimo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - Eu quero pedir aos colegas que apoiem estes destaques. Posso repeti-los aqui, Senador? São as Emendas nºs 16, 19 e 24.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Senadora.

Tem a palavra o Deputado Sergio Souza.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) - Sr. Presidente, Senador Izalci, caro Relator, Deputado Hugo Leal, e todos os colegas, eu até já falei com o Relator e quero fazer coro com todos os meus colegas em relação ao que disseram sobre o Relator, que realmente tem sido muito solícito, tem ouvido as posições e as necessidades colocadas pelos colegas Parlamentares no que diz respeito às causas que aqui defendem.

Todos nós representamos uma base de uma Unidade da Federação, da qual temos o dever de representar as causas. E eu, como Coordenador da Frente Parlamentar Agropecuária, tenho a responsabilidade de ser aqui o porta-voz da FPA em algumas das suas causas. E uma delas é uma emenda que nós apresentamos ao relatório preliminar, que é para incluir no texto a subvenção econômica ao Prêmio do Seguro Rural. Se não estiver no texto, nós não teremos nem como...

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Já foi acatada a emenda de V.Exa., Deputado Sergio Souza.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) - Deputado Hugo...

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Já está incluída no texto.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) - ...assim os meus elogios a V.Exa. aumentam ainda mais, porque sabemos da competência e do trabalho de V.Exa.

A questão do seguro rural — só para nós entendermos aqui — salva principalmente os pequenos nos locais de maiores intempéries climáticas neste País. Ele pega o Nordeste, pega as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, onde se perdem lavouras com geada, perdem-se lavouras com granizo, com seca. Então, o seguro rural é a garantia de subsistência principalmente do pequeno produtor rural.

Agradeço a V.Exa., Deputado Hugo Leal.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Deputado Sergio.

Passo a palavra, então, ao último inscrito, antes de entrarmos na votação, o Deputado Wilson Santiago. **O SR. WILSON SANTIAGO** (Bloco/PTB - PB) - Sr. Presidente, de fato, esta





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Comissão tem, durante este ano, realizado um grande trabalho, com várias ações, com várias conquistas ou recuperação daquilo que no passado tinha sido abolido. Ou seja, os PLNs passavam por aqui e iam direto para o Plenário, era como se não existisse a Comissão de Orçamento. Então, graças a essa nova gestão, esses critérios e essas condições regimentais estão sendo cumpridas. Nós precisamos reconhecer que essa foi uma conquista desta Comissão.

Em um segundo ponto, quero parabenizar o Relator Hugo Leal pela agilidade, por cumprir, sim, essa agenda, com essas datas, para que tenhamos condições de, até o dia 17, aprovar o Orçamento. Com isso, daremos condições à própria sanção governamental e também, na prática, à execução do Orçamento com mais rapidez no ano de 2022.

Outro ponto é a questão da RP9. Nós estamos preocupados porque não temos ainda a definição sobre o cumprimento do prazo dado pela própria Ministra no que se refere às alterações, em relação ao cumprimento da emenda de Relator em 2021. Essa é uma das nossas preocupações, particularmente. Tenho conversado com alguns companheiros, e todos estão apreensivos porque talvez não haja tempo de a própria Justiça fazer essa alteração e cumprir a aplicação desses recursos agora no ano de 2021, passando a cumprir a nova alteração da Resolução nº 1 a partir de 2022.

Em relação à questão dos PLNs, foi muito importante o que foi dito aqui. Se hoje tivermos condições de votar os PLNs aos quais não foram apresentadas emendas, isso dará uma agilidade muito grande à própria execução do Orçamento. Ou seja, quanto mais se segura ou quanto mais não se aprova isso, o resto do ano, os dias do ano ficam mais curtos para executar o restante desse Orçamento de 2021. Então, precisamos apelar a todos os companheiros desta Comissão para que agilizemos a aprovação hoje desses PLNs em que há acordo, ou seja, que estão acordados. Em relação àqueles que não estão acordados, vale dizer a quem não apresentou emendas que não haverá mais tempo de apresentá-las e que temos de votá-los. Amanhã de manhã votaremos os PLNs que têm emendas, que não são muitos. Com certeza, isso dará ao Governo, ao Poder Executivo, a possibilidade de executar o mais rápido possível o restante do Orçamento de 2021, para que esses benefícios cheguem de fato à ponta, cheguem à população espalhada por todo o Brasil.

Era só isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente Izalci. Quero parabenizar V.Exa. por estar nessa linha de defesa, por fazer com que haja agilidade na execução do restante do Orçamento de 2021.

Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Encerradas as inscrições, a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Lembro à Senadora Soraya que ainda não chegou o destaque das emendas, e nós vamos encerrar...

Nós vamos entrar agora na discussão.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Presidente, pela ordem, é o Deputado José Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Tem a palavra o Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Sr. Presidente, eu sou Relator de um dos PLNs e estarei, até hoje à noite, avaliando para soltar o relatório. Eu sei que o prazo de emendas terminou, mas não libero o PLN hoje para votação. Eu acho que nós precisamos sentar.

Nós tínhamos conversado na semana passada sobre a chegada dos PLNs, ficamos de recompor questões orçamentárias de algumas áreas, como, por exemplo, a da educação. E, pelo que me consta, isso não foi feito ainda.

Quero dizer agora para os membros, amigos e amigas, companheiros e companheiras Parlamentares da CMO, que nós temos todo o interesse em votar o Orçamento conforme o calendário que nós estabelecemos, mas não sem diálogo e, sobretudo, sem deixar de cumprir aquilo que nós acordamos com a Presidenta da CMO, a Senadora Rose de Freitas.

Nós precisávamos conversar para saber se o Ministério da Educação... Lembrem que nós temos uma reunião com o Ministério da Educação. Disseram que iriam recompor isso e aquilo, mas até agora nada foi comunicado a nós, membros da CMO — pelo menos a mim, como Coordenador da bancada do PT, não foi.

Portanto, eu não vou liberar o meu PLN, do qual eu sou Relator, para votarmos hoje, por essas razões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Deputado José Guimarães, nós acordamos que aqueles PLNs que não têm relatório ou que têm divergência ou que têm emendas não serão votados hoje.

Nós vamos suspender a reunião depois e passá-la para amanhã, às 9h30min. Então, só vamos votar hoje aqueles PLNs que têm acordo, aqueles que não têm emenda e que não têm dificuldade de votação. Dessa forma, o de V.Exa. está fora da pauta de hoje, vai para a pauta de amanhã.

Bem, a discussão e o prazo de apresentação de destaque estão encerrados. Temos oito destaques.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - Sr. Presidente...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Tem a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - Presidente, eu acho que seria conveniente, dentro desse entendimento — eu concordo com o que o Deputado José Guimarães expôs —, nós já identificarmos quais dos PLNs se enquadram nesse critério de não ter polêmica, de não ter emenda, para que nós pudéssemos, em seguida, preparar a apresentação do voto.

Por exemplo, no PLN 21, do qual eu sou o Relator, há emenda que, acho, tem alguma polêmica, mas não sei se, no critério que V.Exa. encaminhou, ele estaria para ser relatado hoje ou não.

Se pudéssemos já ver aqueles que poderiam ser relatados e aprovados, ajudaria, na minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Deputado Daniel, aqueles PLNs cujo relatório tem emendas, nós vamos passar para amanhã. Nós só vamos votar hoje aqueles que não apresentaram emendas, que possuem exatamente o texto original e que têm acordo aqui. Esses aí vão ficar para amanhã de manhã.

Obrigado.

Foram apresentados oito destaques.

O relatório preliminar está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal...

Está em votação o relatório preliminar, com a complementação de voto que foi lida aqui pelo nosso Relator-Geral.

Em votação na representação do Senado Federal, ressalvados os destaques.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório preliminar, com complementos, com as emendas e apresentação do...

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Ressalvados os destaques, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - ...do voto apresentado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2021, da LOA, ressalvados os destaques.

A matéria está em discussão.

Há um requerimento para votação em globo dos destaques.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não estou de acordo, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Não, só estou dizendo que há requerimento, e agora nós vamos discutir.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Entendo perfeitamente e concordo com V.Exa.

Há um requerimento de votação em globo. Já vi aqui algumas manifestações. Vamos tirar, então, aqueles que poderão seguir num acordo.

Deputado Hildo Rocha, qual é o requerimento de V.Exa.?

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - São dois destaques.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Destaques nºs 7 e 8.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Destaques nºs 7 e 8.

Há mais algum?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) - O destaque da Emenda nº 11, Senador Izalci Lucas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Quem está falando?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) - Sou eu, o Alessandro.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O Destaque nº 11.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Não, é o Destaque nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - É o Destaque nº 1.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Senador, deixe-me entender. Estão retirando o destaque para ser votado separadamente? Estão pinçando os destaques, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Exatamente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Então, eu gostaria de pinçar os meus três, que são os de nºs 30, 33 e 35, por favor.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Destaques nºs 2, 3 e 4, da Deputada Adriana Ventura.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Não é emenda, Deputada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Muito obrigada. São os Destaques nºs 2, 3 e 4.

O nosso querido Relator já me ajudou. São os Destaques nºs 2, 3 e 4.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Então, podemos votar cada um, porque acho que já foram retirados todos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não retirei nada, não!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Estão aqui os Destaques nºs 1, 2, 3, 4, 7 e 8.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, é melhor votar logo todos, porque só ficou... Vamos votar.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Vamos votar, sim.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Vamos votar os destaques.

Dá para votarmos em bloco, por autor?

Deputado Hildo Rocha, dá para votarmos os dois de uma vez? Ou V.Exa. quer... *(Pausa.)*

Não. Vamos votar individualmente.

O.k., então vamos lá.

Vamos votar agora o Destaque nº 1.

Vou passar a palavra para o nosso querido Senador Alessandro Vieira, por 3 minutos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) - Obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se do destaque que ressalva a criação de um teto para a RP9. Isso me parece essencial nesse momento que nós vivemos, garante uma segurança maior ao Orçamento, como já foi bem retratado por vários colegas e, em particular, atende também o anseio de que possamos ter um Orçamento de melhor execução no futuro.

Então, peço a compreensão e o apoio dos colegas.

Fica mantido, por meio do destaque, a RP9, mas apenas estabelece um teto equivalente a 5 bilhões de reais para esse tipo de emprego.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Bem, o destaque...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, eu só queria que fosse registrado em ata aquilo que eu já havia dito: na votação do texto principal, a orientação do PSOL foi "obstrução".

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O.k., está compreendido.

Vou passar a palavra ao Relator, para que profira o parecer ao destaque.

Quero só lembrar que estamos dependendo ainda da PEC. Se ela for aprovada da forma como veio do Senado, não haverá essa emenda do Relator.

Tem a palavra o Relator-Geral, o Deputado Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sr. Presidente, o Senador Alessandro apresenta o Destaque nº 1 à Emenda nº 11, para a inclusão do item 30.1, colocando limite máximo para a emenda de Relator. Eu vou votar pela rejeição desse destaque por alguns motivos que deixo agora claros.

O Senador Alessandro Vieira, ao apresentar esse destaque, estabelece um limite máximo para as emendas de Relator-Geral dos itens 10 e 11. O item 10 trata do art. 144, incisos I e II, que são sobre corrigir erros, omissões e inadequações. O item 11 trata dos cancelamentos de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dotações prévias à atuação dos Relatores-Setoriais. No momento em que S.Exa. apresenta um destaque desta natureza, para retirar das emendas de Relator-Geral esses itens, limita-se não só o valor das emendas do Relator-Geral, mas também todas as outras possibilidades, inclusive as inadequações de ordem técnica.

Então, apesar de entender a lógica de S.Exa. na apresentação do destaque, não vejo como isso possa prosseguir, exatamente porque ele restringe todas as outras ações do Relator-Geral, não só o item 12, que está ali previsto para essas de apropriação, mas também os itens 10 e 11.

Quero só lembrar S.Exa. de que essa matéria já foi objeto também de apreciação — aí sim, por resolução — da Resolução nº 2, de 2021, que estabeleceu um limite financeiro, que está lá no inciso IV, parágrafo único. O limite financeiro de que trata o inciso IV não poderá ser superior ao valor das emendas de que tratam os §§ 11 e 12 do art. 166 da Constituição Federal e não se aplica às emendas elaboradas nos termos dos incisos I e II do art. 144, ou seja, essa manifestação já foi objeto de apreciação de resolução conjunta do Congresso Nacional.

Portanto, respeitando a visão de S.Exa., eu entendo que essa emenda não pode ser acatada.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O voto do Relator é pela rejeição.

O destaque está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a rejeição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, manifesto o voto favorável do PSOL e deixo registrado que queremos votar o nosso destaque, que trata da exclusão das emendas de Relator.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O.k.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Sr. Presidente, eu quero registrar o meu voto a favor do destaque que diminui o valor da emenda de Relator, já que não podemos acabar com ela.

Então, eu voto a favor do destaque do Senador Alessandro.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Está bem.

O destaque, então, foi rejeitado na representação da Câmara dos Deputados, com os votos contrários da Deputada Adriana Ventura, do Deputado Glauber Braga...

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - E o meu também.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - ...e do Deputado Hildo Rocha.

Passamos à votação do destaque na representação do Senado. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ah, foi rejeitado.

Destaques nºs 2, 3 e 4, da Deputada Adriana Ventura.

V.Exa. permite a votação em globo?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não, não permito.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Ou individual?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Individual.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Em votação o destaque...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Espere aí! Eu tenho que apresentar, correto?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Vamos votar o Destaque nº 2.

Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura, autora do destaque, por 3 minutos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Muito obrigada, Presidente.

Serei bem breve, até porque todos estes pontos já foram trazidos.

O objetivo do Destaque nº 2 é fazer com que as alterações das despesas obrigatórias sejam sempre acompanhadas de um laudo técnico que apresente as premissas e a memória de cálculo de cada um. Lembramos que recentemente, durante o processo de votação do último Orçamento, o Relator do Orçamento de 2021 cancelou 26 bilhões de reais em despesas no seu parecer, despesas obrigatórias.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Deputada Adriana, posso interrompê-la?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não, não pode. V.Exa. não vai me deixar falar?

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Eu vou deixar, mas V.Exa. está fazendo a fundamentação de outro destaque. O Destaque nº 2 corresponde à Emenda nº 33.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Isso.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Ah, Deputado Hugo! Obrigada pelo toque. Deixe-me voltar. Serei mais breve ainda.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Veja que eu não quis fazer interferência que não correspondesse à realidade. Fique tranquila.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - V.Exa. foi muito gentil. Obrigada, Relator.

Vou começar de novo, mas serei breve, porque isto é muito simples e, inclusive, já foi discutido aqui.

O Destaque nº 2, que trata da Emenda nº 33, fala justamente sobre o Anexo II do parecer preliminar, que está na página 61.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O que solicitamos aqui? A função primordial do parecer preliminar é definir alterações e limites para adequação de estrutura, conforme o Relator-Geral já disse. Ele traz em questão a PEC dos Precatórios. No Anexo II, se V.Exas. repararem, verão que o item 2.3.2 tem 47 bilhões que talvez precisem ser realocados.

Então, a questão toda é: como vai ser distribuído isso, já que é um valor tão alto, se a PEC dos Precatórios realmente for aprovada e tudo ficar resolvido? A questão é que votar este quadro neste momento sem uma reavaliação, depois, desses valores que são altos é como dar um cheque em branco. Por mais que eu goste do Deputado Hugo Leal e conheça sua competência, na minha visão, esta Comissão precisaria revisar e aprovar este quadro, que tem 47 bilhões que podem ir ou não para a seguridade social. Esta PEC ainda não está aprovada. Por isto destaquei este ponto: para chamar a atenção desta Comissão e do Sr. Relator-Geral.

Obrigada, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Tem a palavra, então, o nosso Relator, para apresentar seu voto de destaque.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, mais uma vez a Deputada Adriana Ventura traz questões bastante ponderadas, como sempre.

Mas vou ousar discordar de V.Exa. exatamente porque, na página 63, onde está o anexo do demonstrativo da reserva de recursos — imagino que V.Exa. esteja falando deste, porque é este que já está aprovado —, o que há ali é apropriação de outras despesas sujeitas a limites. Sobre os 47,162 bilhões, trata-se de excesso de arrecadação, reestimativo de receita. Isso aqui já está previsto no parecer preliminar.

O que nós estamos discutindo aqui, Deputada Adriana Ventura, é exatamente o parecer preliminar. Nós teremos ainda a oportunidade de fazer o debate sobre os setoriais e, depois, o relatório final. Em caso de aprovação e promulgação da PEC 23, essa reestimativa será feita e a análise e o debate ocorrerão no momento de nós avaliarmos, aqui na CMO, o Relatório Geral.

Então, eu entendo. O que V.Exa. estaria tentando aqui na Emenda nº 33, Destaque nº 2, é que nós não votássemos o relatório preliminar. Nós estamos vencendo essa etapa, para podermos abrir a perspectiva de, aí sim, com os Relatores-Setoriais e também com o Relator-Geral, na apresentação do Relatório Geral, final, fazermos a reestimativa, incluindo o excesso ou os valores oriundos da promulgação da PEC 23.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O voto do Relator é pela rejeição do destaque.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O destaque está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a rejeição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado — portanto, não vai ao Senado —, mas com o voto divergente do Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Peço que seja registrada a obstrução do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Está registrada, bem como, evidentemente, o voto contrário da autora.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - E com o voto contrário também do Deputado Hildo Rocha, a favor da Deputada Adriana.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O.k., Deputado Hildo Rocha.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, eu pergunto a V.Exa.: qual é o número do destaque do PSOL, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O destaque do PSOL? Nós estamos votando ainda os três destaques da Deputada Adriana Ventura.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Eu entendo. Indago só para que eu possa me planejar aqui. Eu gostaria de saber em que momento será apreciado. É o que exclui as chamadas emendas de Relator.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Qual é o destaque do PSOL? Há destaque do PSOL? *(Pausa.)*

É o Destaque nº 6. O Destaque nº 6 é do PSOL.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Nós estamos votando o Destaque nº 3, da Deputada Adriana Ventura, referente à Emenda nº 30.

Tem a palavra a autora do destaque.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Presidente, por me lembrar que se trata da Emenda nº 30.

Esse destaque, na minha visão, é importantíssimo, porque fala justamente de alteração de despesa obrigatória. No caso de alterações de despesas obrigatórias, elas devem sempre estar acompanhadas de um laudo técnico que acompanhe as premissas e memória de cálculo da nova estimativa.

Nós sabemos, como eu estava falando na defesa anterior, que, no Orçamento de 2020/2021, o Relator cancelou 26 bilhões de reais do seu parecer. Da Previdência Social — uma aberração, na minha visão —, foi cancelado o valor de 13 bilhões. E também tivemos aquela grande discussão do Censo, porque retiraram o valor do Censo. Depois, o Relator





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mudou de opinião e renegociou. Mas a questão é que isso não pode ocorrer, por isso esse é um cuidado adicional.

Eu acho que nós devemos ter uma trava no sentido de que qualquer cancelamento de despesa obrigatória, necessariamente, tenha que vir acompanhado de embasamento técnico, de fundamentação e de memória de cálculo indicando todas as premissas que foram utilizadas. Isso é para que evitemos uma situação parecida, para que possamos coibir esse tipo de atitude, que não possa prejudicar, por exemplo, o Censo Demográfico, como aconteceu no último Orçamento.

Por isso, eu peço o apoio de todos os colegas para que realmente coloquemos isso como uma regra.

Obrigada, Sr. Presidente

Obrigada, Sr. Relator. Por favor, Sr. Relator, aceite pelo menos alguma emenda minha ou o meu destaque.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Tem a palavra, então, o Relator, para apresentar o seu voto ao destaque.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Deputada Adriana Ventura, aceitar eu aceito, eu só rejeito, mas eu aceito o destaque como tese de debate aqui. E quero ponderar com V.Exa. que, apesar de total pertinência com o tema, a sua preocupação é muito ponderada e tem a ver com o nosso debate aqui. É claro que temos uma preocupação grande com relação à questão do cancelamento das despesas obrigatórias, e, às vezes, pode haver até um excesso.

Mas eu quero lembrar a V.Exa. que essa está dentro das prerrogativas aqui, tanto da Comissão Mista de Orçamento quanto das prerrogativas do Congresso Nacional, inclusive no debate sobre as despesas obrigatórias.

A anulação das despesas obrigatórias, obviamente, deve vir acompanhada sim de memória de cálculo, de análise técnica, de laudo técnico. Quando não vem e são aprovadas, é porque o componente pode ter sido político.

Repito: o Relator-Geral, apesar de poder muito, não pode tudo. Tudo o que o Relator-Geral faz é de acordo com a Comissão Mista de Orçamento e com o Congresso Nacional. Uma vez colocado, pautado e aprovado, isso passa a ser regulamentação do Congresso Nacional.

Ao fazer essa colocação, essa ponderação, V.Exa. poderia até mencioná-la no relatório final. Acho que até há pertinência para mencioná-la no relatório final, na fundamentação dessas premissas, memória de cálculo e laudo. Porém, o que eu não posso fazer é colocar como exigência prévia, porque, repito, isso poderia dar o impedimento da análise do próprio Parlamento, que tem a palavra final, e não o Relator-Geral.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, apesar de entender as razões totalmente fundamentadas aqui, eu rejeito o destaque de V.Exa. Comprometo-me até de fazer um debate mais apropriado no relatório final exatamente nessas premissas com relação à preocupação que V.Exa. tem — eu também tenho — com as despesas obrigatórias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O voto do Relator é pela rejeição do destaque.

O destaque está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a rejeição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado, com o voto contrário do PSOL, do Deputado Glauber Braga, da autora, a Deputada Adriana Ventura, e também com o voto contrário do Deputado Hildo Rocha.

Destaque nº 4, também da Deputada Adriana Ventura, da Emenda nº 35.

Tem a palavra a autora do destaque.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Sr. Presidente.

Na verdade, esse destaque quer que toda programação que tenha caráter nacional, com inclusão de dotações orçamentárias baseadas nas informações regionais, utilize informações públicas do IBGE de uma maneira justificada e que seja publicizada.

Sabemos que o parecer preliminar dá ao Relator-Geral autorização para fazer emendas e uma série de programações orçamentárias de caráter nacional. Até aí o.k.. Mas, na nossa visão, é importante que seja apresentado um memorial de cálculo de como se chegou a esses valores, que seja publicizado e, principalmente, que haja critérios claros na hora de distribuir essas emendas de Relator. Por isso, é necessário que se incluam critérios regionais, com base em dados oficiais do IBGE, para que a alocação de recursos seja direcionada de uma forma justa e transparente. Por isso, é importante que haja publicidade na memória de cálculo na hora de distribuir essas emendas.

E precisamos ter clareza do porquê de a locação ter sido feita em determinado lugar, como o Relator chegou a esse cálculo. Precisamos ter essa clareza. Em que pese haver caráter político, algum fundamento para, inclusive, garantir justiça, isonomia e outros critérios vai trazer menos crítica à execução orçamentária. E então teremos critérios objetivos. Eu acho, Sr. Relator, que isso vai evitar, na minha visão, que o seu trabalho seja contestado. Evita a contestação de como foi feita esta alocação, de como foi feita a decomposição. Isso resguarda o trabalho de V.Exa., o da Comissão e a imagem do Congresso Nacional.

Por isso, eu também gostaria de pedir aos colegas apoio para este destaque.

Muito obrigada, Sr. Presidente e Sr. Relator.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Com a palavra o Relator, para apresentar o seu voto de destaque.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sr. Presidente, trata-se do Destaque nº 4 da Emenda nº 35.

A emenda, como todas que vêm da lavra da Deputada Adriana Ventura, vem com bastante fundamento, porém tenho algumas ponderações.

Ao colocar aqui — e até rejeitei as outras emendas nesse sentido — "programações que tenham caráter nacional", até aí, eu acho que essa é a lógica que nós já estamos obedecendo para essas emendas de RP9.

A inclusão de "dotações orçamentais calculadas com bases regionais e oficiais do IBGE" é um parâmetro. Esse parâmetro, particularmente, eu não entendo que possa ser colocado aqui no relatório preliminar. Eu me comprometo a fazer outros parâmetros, ou seja, estabelecer novos parâmetros para essa questão da aplicação e da justificação com esses dados.

No sentido da emenda apresentada, eu vou fazer a rejeição do destaque, comprometendo-me a estabelecer esse diálogo com a Deputada Adriana Ventura, como tem sido aqui desde que nós iniciamos o debate na CMO, para saber onde nós poderemos incluir essa questão do "caráter nacional" e também das "informações baseadas no IBGE".

Então, em princípio, eu estou dando voto pela rejeição do destaque, abrindo essa perspectiva do diálogo com a Deputada Adriana Ventura, para uma possível inclusão no relatório geral.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O.k., então, o voto do Relator é pela rejeição parcial, porque, daqui a pouco, S.Exa. vai atendê-la no relatório final.

O destaque está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a rejeição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - O PSOL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Rejeitado o destaque, com voto contrário da representação do PSOL, também do Deputado Hildo Rocha e também da autora, a Deputada Adriana Ventura.

Os dois destaques do Senador Hildo Rocha... do Deputado Hildo Rocha — futuro Senador, se não quiser ser Governador — tratam do mesmo tema. Os Destaques nºs 8 e 5 falam da Emenda nº 39, ambos os destaques.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Eu tenho a Emenda nº 39, que trata da distribuição das emendas de Relator: como se dá, como vai se dar. E há a outra, que seria a de nº 40 ou 41, sobre a regra de ouro.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - As duas que estão aqui, Senador, estão com a de nº 39.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Não houve destaques de outras emendas.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Não, há sim. Deixe-me só fazer esse esclarecimento aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O Relator vai esclarecer isso.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - O que acontece é que o Destaque nº 5 e o Destaque nº 8 tratam da mesma emenda. Ocorre que, num deles, V.Exa. utilizou um tipo de requerimento aqui, e o outro foi o correto, o destaque na programação correta. Mas eles tratam do mesmo tema, da Emenda nº 39.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Muito bem. Há o Destaque nº 7 também, que vai ser ainda...

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - O Destaque nº 7 é outro.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Vamos, então, analisar a Emenda nº 39, o Destaque nº 5 e o Destaque nº 8.

Pois não, reponham o tempo de S.Exa. Liberem o tempo e reponham o tempo de 3 minutos.

Eu complemento o tempo, Deputado Hildo Rocha, V.Exa. pode falar.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Obrigado, Senador Izalci.

Quero esclarecer a toda a Comissão de Orçamento que esta Emenda nº 39 pretende fazer com que a emenda de Relator não seja extinta — e ela não será extinta, até porque não se pode fazer isso, eu não posso, não tenho poder para isso —, mas que sejam adotados critérios. Qual critério está sendo adotado? O critério é que um terço seja indicação dos Parlamentares, indicado por Parlamentares. Que um terço desses recursos, que são 16 bilhões e 225 milhões de reais, seja indicado pela quantidade de Deputados e Senadores, que dá o total de 594, se eu não me engano, e não por apenas dois Parlamentares, no caso, o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado. Todos os Deputados e todos os Senadores terão direito de indicar um terço.

Outro terço será indicado pelas bancadas estaduais. As bancadas se reúnem e decidem onde vai ser alocado um terço desse dinheiro, ou seja, um terço de 16 bilhões de reais.

E o outro terço será pelos Ministérios. Nós vamos alocar para os Ministérios, para que os próprios Ministérios... No caso, na Saúde está faltando dinheiro. O Deputado Sanderson falou





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que estão faltando 3 bilhões de reais. Então, isso já vai servir para que esses 3 bilhões de reais sejam destinados à saúde, ou à ciência e tecnologia. E nós vamos decidir isto aqui: para qual Ministério vai. Nós não vamos indicar qual Município ou qual Estado: nós vamos indicar para os Ministérios. É o que está dito aqui.

O Relator, que eu respeito muito, Sr. Senador Izalci, levou em consideração o que diz o art. 51. O art. 51, é verdade, estabelece parâmetros, mas estabelece também critérios. E S.Exa. está dizendo que nós aqui não estamos tratando de parâmetros. É verdade, mas nós estamos tratando de critérios também, no relatório preliminar. Cabe tratar de critérios. E nós estamos estabelecendo critérios. Qual é o critério? A representatividade, o critério que nós estamos adotando aqui é o da representatividade. Os Deputados e Senadores têm representatividade. Então, é um critério que nós estamos adotando aqui, é um critério que nós estamos adotando! Por que um só, que não tem o tamanho da representatividade que têm a Câmara e o Senado, vai poder alocar esse recurso, e não o conjunto da representatividade?

O art. 51 é bastante claro. Estabelece parâmetros, mas estabelece critérios. E o que estou colocando em minha emenda são critérios, que dizem o seguinte: os Parlamentares, representantes do povo e representantes das unidades da Federação, estão dizendo que um terço vai ser indicado pelos Deputados, um terço vai ser indicado pelas bancadas estaduais e um terço vai ser indicado pelos Deputados para os Ministérios. Então, é isso que está sendo dito aqui.

Espero contar com o apoio de todos os colegas Deputados e Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Com a palavra, então, o Relator.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sr. Presidente, por óbvio, o Deputado Hildo Rocha, que tem larga experiência e por quem tenho muito respeito, faz uma manifestação pautada em razoável fundamentação, mas eu quero fazer aqui o contraponto e explicar a rejeição desse destaque.

Primeiramente, Deputado Hildo Rocha, V.Exa., quando estabelece esse critério de um terço para os 584 Parlamentares, um terço para as bancadas e um terço para a RP2, parece-me dizer que estaríamos desconsiderando, em meu modesto entendimento, o que está previsto no art. 69-A da resolução que acabamos de votar. Falo da Resolução nº 2, de 2021. Faço a leitura aqui para V.Exa.

Diz o seguinte o art. 69-A:

Art. 69-A. O relator-geral poderá realizar indicações para execução das programações a que se refere o inciso IV do art. 53 — do qual V.Exa. pede a mudança —, oriundas de solicitações recebidas de parlamentares, de agentes públicos ou da sociedade civil.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

§ 1º As indicações e as solicitações que as fundamentaram, referidas no caput, serão publicadas individualmente e disponibilizadas em relatório em sítio eletrônico pela CMO e encaminhadas ao Poder Executivo.

Veja V.Exa. que a transparência, que foi requisitada e que foi pedida, está sendo feita. Quando V.Exa. estabelece esse um terço, em minha modesta opinião, isso deveria estar modificado na resolução. Neste entendimento aqui, desculpe-me, no parecer preliminar, não vejo como avançarmos nesse sentido, mesmo se tratando do Orçamento de 2022. A minha rejeição vai nessa linha de que nós estamos aqui, parece-me, não respeitando, aí sim, a Resolução nº 2, de 2021, na lógica que ela estabeleceu, desses critérios.

Digo mais para V.Exa. Talvez, dentro da lógica que V.Exa. traz, estaria no momento de nós inserirmos nesta Comissão... Ao encerrar o ano, ao entregarmos o nosso material, o relatório votado, a CMO permanece. Ela deveria permanecer. E o que nós temos aqui no art. 27 da Resolução são os comitês de assessoramento. Talvez uma lógica para poder impedir ou para poder não se ficar apenas no segmento dos dois Presidentes seria retomarmos aqui a criação desse comitê de acompanhamento, de apoio ao Relator-Geral, para fazer essas apreciações também. Imagine o número e a quantidade de documentos que poderão advir disso.

Portanto, com todas as vênias que devo a V.Exa., não entendo que essa proposta de V.Exa. amplie ou traga algum critério que possa ser estabelecido como razoável, depois de nós termos aprovado a resolução. E nós já temos na Resolução nº 1, de 2006, a questão desse acompanhamento e assessoramento, que é a preocupação de V.Exa. e de muitos desses Parlamentares.

Portanto, eu vou rejeitar o destaque de V.Exa. nesse sentido.

Obrigado.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sr. Presidente, eu queria contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Pois não.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Veja bem, o Relator, por quem tenho muita consideração e respeito, rejeitou a emenda com base no art. 51 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. Em momento nenhum, S.Exa. levou em consideração a resolução nova, a Resolução nº 4, de 2021, que foi trabalhada. E não é essa a interpretação do legislador. O legislador que a apresentou foi o Senador Marcelo Castro, e S.Exa. não fez com esse intuito. O intuito é dar transparência. Agora, o critério de distribuição... Eu não estou falando aqui de critério de transparência, não estou contestando isso. O que eu estou falando é que, em vez de o recurso ser distribuído por duas autoridades, seja distribuído por 594, ou





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

seja, que um terço seja apontado por Deputados e Senadores, que um terço seja pelas bancadas e um terço seja pelo conjunto dos Deputados para os Ministérios.

Isso nada impede que sejam atendidos os pleitos da sociedade civil e de outros mais, até porque o que o Deputado e o Senador apontam aqui é um pedido da sociedade civil, sem dúvida nenhuma. Então, está-se confundindo alhos com bugalhos. Eu não estou tratando aqui da questão da transparência, eu estou falando aqui do critério de distribuição desses 16 bilhões de reais do ano que vem.

E aqui estamos tratando apenas da Lei Orçamentária de 2022. Pode ser que o outro Congresso que vem aí, estabeleça outros critérios, porque a Lei Orçamentária é anual, não é fixa. Contudo, as regras também podem ser mudadas no relatório preliminar. Agora, o que nós aprovamos nesta resolução é para a vida toda. Aliás, pode ser mudada, mas tem uma vida útil muito maior do que a Lei Orçamentária Anual. Então, eu não estou dizendo que o que vai valer será isso. Eu estou dizendo que, para 2022, seja estabelecido dessa forma.

Inclusive, eu vou pedir verificação nominal nesta votação. Estou com o apoio do PT para fazermos a verificação nominal, tendo em vista que o Relator rejeitou o nosso destaque.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O.k. Apenas lembro, para ficar claro para os nossos telespectadores da *TV Câmara* e para os nossos ouvintes da *Rádio Câmara*, que, em sendo aprovada na Câmara a PEC aprovada no Senado, esta discussão é inócua, porque na LDO de 2022 não há mais esse recurso do Relator.

Passo a palavra a V.Exa., para então colocar a matéria em votação.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Eu só queria fazer uma ponderação ao Deputado Hildo e justificar mais uma vez a minha rejeição ao destaque.

O que V.Exa. propõe aqui, na realidade, é base de execução. Nós estamos ainda na fase do parecer preliminar. Talvez seja exatamente esta a discussão aqui, a premissa da nossa discussão. Eu continuo entendendo que esta discussão aqui... No relatório preliminar, no parecer preliminar, que é o art. 51 da resolução, não se estabelece esse tipo de critério de que V.Exa. está falando. O que nós temos aqui é a etapa da execução, apenas isso.

E mantenho a rejeição ao destaque de V.Exa.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Vamos pedir verificação nominal, Sr. Presidente. E vamos pedir aos colegas Deputados que apoiem esta nossa emenda, através deste destaque.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O voto do Relator é pela rejeição.

O destaque está em votação na representação da Câmara dos Deputados, votação nominal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Cada Parlamentar, Sr. Presidente, cada Parlamentar...

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Sr. Presidente, V.Exa. vai dar de ofício? Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Em votação.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Cada Parlamentar vai poder indicar 25 milhões de reais, sem precisar se sujeitar ao critério de duas pessoas, o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Deputado Hildo Rocha, nós estamos em votação. Agora, V.Exa. está pedindo...

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Questão de ordem, Sr. Presidente, questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Pois não, Deputado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - V.Exa. deverá colocar a matéria em votação. Após o resultado, S.Exa., o Deputado, pede a verificação. Temos que ver a declaração de apoio, para proceder à nominal.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O.k.

O destaque está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

O parecer do Relator é pela rejeição.

Aqueles Deputados que aprovam a rejeição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Rejeitada.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - O PSOL entra em obstrução.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu sou favorável ao destaque, Sr. Presidente.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Só aí eu já tenho apoio do PSOL e do...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Deputado Hildo Rocha...

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Quero lembrar que o Deputado, que eu respeito muito, não é membro da Comissão. S.Exa. não é membro da Comissão, então não tem...

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Deputado, eu posso orientar como Líder do Governo. Eu não voto.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Não, não pode.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Eu posso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Pode orientar, não pode votar.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Posso orientar, posso encaminhar, só não posso votar.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - S.Exa. é Vice-Líder, e tem que haver encaminhamento da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Deputado Cajado...

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Deputado Hildo Rocha, eu estou aqui organizando, estou sugerindo. Já está o ofício na Comissão. E eu não estou atrapalhando, estou querendo encaminhar corretamente, para que esta não haja uma votação equivocada.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Mas V.Exa. não deixou nem o Presidente resolver ou decidir!

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - V.Exa. pediu a verificação antes da votação. A não ser que S.Exa., o Presidente, desse de ofício. Então, eu estou querendo encaminhar corretamente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O Deputado Hildo Rocha pediu a verificação. Quem apoia o Deputado Hildo Rocha?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - A Deputada Adriana Ventura apoia.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Eu também apoio a verificação, Presidente. Apesar de obstruir, a verificação...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O Deputado Glauber apoia.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Já deu os 10%. São 10%. Eu represento dois, e cada partido aqui... São só quatro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - O PT está apoiando também.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Não, Deputado Hildo. É preciso haver mais dois apoiamentos.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Mas o PT está apoiando também.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Não, não há declaração. Há? *(Pausa.)* Não há.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Então, eu vou pedir ao Deputado Gonzaga Patriota que, por favor, apoie este nosso destaque.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O destaque foi rejeitado. Então, não vai ao Senado.

O Destaque nº 8 foi prejudicado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passamos ao Destaque nº 6.

Tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Obrigado, Presidente.

O nosso destaque é bem objetivo. Propõe a extinção desse expediente das chamadas emendas de Relator, por todos os motivos que já foram elencados e pelo desastre e escândalo que representa esse tipo de destinação de recursos, que é um "toma lá, dá cá" para garantir voto de Parlamentares em matérias impopulares.

"Não" às chamadas emendas de Relator, "não" ao orçamento secreto, "sim" ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O.k.

Tem a palavra o Relator, para apresentar o voto de destaque. É supressão.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sr. Presidente, eu quero votar pela rejeição do destaque.

Em respeito que tenho ao Deputado Glauber Braga, do meu Estado, apesar de toda a manifestação, quero só lembrar a S.Exa. e aos demais pares que, na apreciação desta matéria pela Ministra Rosa Weber, uma vez que esta matéria foi judicializada, em nenhum momento a Ministra Rosa Weber ou qualquer integrante dos que apresentaram voto manifestaram algum impedimento sobre a questão das emendas RP9. Sugiro aos nobres pares, inclusive a S.Exa. também, que possam ler a pág. 27 da manifestação da Ministra Rosa Weber, que fala exatamente sobre a instituição da classificação RP9 a partir de 2020.

Não obstante o respeito que tenho por S.Exa., estou votando pela rejeição desse destaque, exatamente porque a manutenção prioritária dessas emendas de Relator não tem só o condão de apropriação, e sim de outras mudanças que são pertinentes. E elas existem há mais de 20 anos nessa matéria orçamentária.

Portanto, Sr. Presidente, voto pela rejeição do Destaque nº 6.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O voto do Relator é pela rejeição.

O destaque está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam a rejeição permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Rejeitado, com voto contrário do autor, Deputado Glauber Braga...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Sim, do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - ...do Deputado Hildo Rocha e da Deputada Adriana Ventura.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu só quero registrar o meu voto de apoio ao destaque, em que pese o que o Relator falou. Pela essência de ser contra a RP9, eu apoio o destaque. Sei que já aprovamos a resolução e considero o que o Relator falou, mas, mesmo assim, apoio o destaque, pelo conceito.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Já foi ressaltado.

Há aqui o Destaque nº 7, que é de autoria do Deputado Hildo Rocha.

Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sr. Presidente, primeiro, quero lamentar que os colegas Deputados não tenham apoiado esse destaque. Não sei se não estavam atentos ou se estão também pegando recursos de emendas do orçamento secreto.

O que é o orçamento secreto? São esses 16 bilhões de reais. Nós temos um Orçamento de 4 trilhões de reais, e vamos ter um orçamento de 16 bilhões e 225 milhões de reais que é secreto. Esse é o famoso orçamento secreto, que duas pessoas — o Presidente do Congresso, Senador Rodrigo Pacheco, e o Presidente da Câmara, Deputado Arthur Lira — entregam para quem quiserem, do jeito que quiserem. Contudo, tem que haver a condicionante: votar em quem eles desejam, contra ou a favor. Geralmente, é a favor do Governo, em matérias mais polêmicas. Esse é o chamado orçamento secreto, mais conhecido também como emenda de Relator e RP9. De 2 anos para cá, passou a ser RP9, não RP2, porque passou a ser obrigatória.

Ou seja, no ano que vem, o nobre Deputado Hugo Leal será um Ministro responsável por um orçamento de 16 bilhões e 225 milhões de reais, sujeito ao critério de escolha de dois senhores, que vão mandar: o Senador Rodrigo Pacheco e o Deputado Arthur Lira. Essa é a realidade.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Um aparte, Deputado.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Não posso conceder, estou encaminhando a votação.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Peço só 1 minuto. Ele pode mandar, mas o Relator pode não aceitar.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Tem isso.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Então, é S.Exa. quem manda e desmanda mesmo.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Mas há a combinação da rachadinha. Não é assim que dizem lá no Palácio do Planalto?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu queria que restabelecessem meu tempo, Sr. Presidente, já que o Deputado Cajado me atrapalhou.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Sem problema, Presidente. V.Exa. tem a palavra.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Esse destaque à emenda que nós fizemos é da regra de ouro. Essa regra de ouro, da forma como está no relatório preliminar, é uma pedalada ao teto de gastos. Por quê? Porque, no próprio teto de gastos, há o extrateto. Qual é o extrateto? É o FUNDEB e o pagamento de dívidas.

Ora, nós vamos ter uma receita extra, segundo o relatório da Receita, de 47 bilhões de reais. Vai-se ter a mais, vai-se arrecadar mais de início, fora o que vai ser arrecadado a mais. Para que fazer regra de ouro?

Para terem uma ideia — eu sou o Relator da regra de ouro deste ano —, o Governo mandou pedir 164 bilhões de reais. Eu disse que era muito dinheiro e não autorizei os 164 bilhões de reais; autorizamos 28 bilhões de reais. O Governo baixou para 90 bilhões de reais e, em seguida, baixou para 40 bilhões de reais. A diferença entre 164 bilhões de reais e 40 bilhões de reais é aproximadamente 120 bilhões de reais. Juros de 12% ao ano sobre esse valor dariam quanto? Seriam quase 15 bilhões de reais de juros que o Brasil teria que pagar, se eu não tivesse freado essa tramoia que existe.

Eu não sei quem se beneficia disso. Alguém está ganhando. Se estão deixando o Brasil 15 bilhões de reais mais pobre, alguém está ganhando com isso. Não sei se é o Paulo Guedes, não sei se é o Presidente Bolsonaro dividindo com o Paulo Guedes. Não sei quem é que ganharia esses 15 bilhões de reais, mas alguém iria ganhar esse valor.

Da mesma forma, está no relatório preliminar para o ano que vem. Então, não se precisa disso. No ano que vem, nós vamos ter excesso de arrecadação. Para que garantir já de antemão a regra de ouro? O que é a regra de ouro? Explico para as pessoas que estão na televisão nos acompanhando: regra de ouro é quando o Congresso Nacional autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimo para pagar despesas correntes, despesas de luz, despesas de passagem, despesas de combustível, de hotéis cinco estrelas ou seis estrelas. É isso que se faz quebrar a regra de ouro.

Isso é impossível de ser autorizado. Por quê? Porque quem vai pagar daqui a 10 anos é outra geração, não somos nós. A próxima geração não vai usufruir disso. Quando se pede dinheiro emprestado para construir uma ponte, como a Rio-Niterói, o Sr. Deputado Hugo Leal é beneficiado, o pai dele foi beneficiado, o avô dele foi beneficiado, o filho dele vai ser beneficiado, e o neto e o bisneto dele vão ser beneficiados. Mas autorizar empréstimo para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pagar passagem, para comprar combustível? Que se economize, que se economize para não ter que gastar, porque nós estamos jogando conta para os nossos netos e os nossos filhos pagarem. Isso não é justo, não é correto.

É por isso que eu apresentei essa emenda retirando essa excrescência, porque isso está enricando alguém do Governo. Eu ainda não identifiquei quem é, mas, com certeza, iremos identificar em breve, porque a Polícia Federal está atenta a isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado.

Presidindo esta sessão, eu me sinto na obrigação de, mais uma vez e a cada momento, reforçar, Deputado Claudio Cajado, Líder do Governo, que nós votamos a PEC no Senado por acordo com o Governo, com o Senador e Presidente do Congresso Rodrigo Pacheco. E só aprovamos porque lá na PEC se acaba com a Emenda de Relator, não há nada de secreto. Se for mantido o acordo, e espero que o Presidente da Câmara vote aquilo que foi acordado, não haverá promulgação fatiada dessa PEC.

Passo a palavra para o Relator, para dar o voto com relação ao Destaque nº 7.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sr. Presidente, a matéria aqui pedida do Destaque nº 7 é matéria de supressão. S.Exa. está pedindo a supressão das despesas que, conforme S.Exa. fala, não atendem a regra de ouro.

Na realidade, eu faço duas ponderações a V.Exa., Deputado Hildo. Primeiramente, ao suprimir, V.Exa. está tirando um texto que diz assim: *"Contando a União com recursos que possam suportar parcialmente as despesas condicionadas, não haverá mais necessidade de abertura de crédito suplementar para o próprio Poder Executivo, mas apenas a troca de fonte, efetuada por meio da Secretaria do Orçamento Federal."* Esse trecho está sendo também suprimido.

Eu só quero lembrar a V. Exa. que nós estamos votando aqui um parecer preliminar. Esta matéria aqui, da forma que está descrita, é uma repetição da LDO. A contestação que V.Exa. faz e a manifestação que tem ponderação é justa, mas deveria ter sido feita no momento em que estaríamos votando a LDO, e não neste momento do parecer preliminar.

Portanto, apesar da justeza da sua manifestação, eu vou votar pela rejeição do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O voto do Relator é pela rejeição do destaque.

O destaque está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a rejeição permaneçam como se encontram.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Verificação, Sr. Presidente. O PT pede verificação.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu apoio também.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Eu endosso a verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Quem está falando?

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Eu, eu endosso a verificação.

Quem falou foi o Deputado Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Deputado Carlos Zarattini, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O Deputado Carlos Zarattini, é isso?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Não estou vendo V.Exa. aqui no...

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Sr. Presidente, o Governo aqui orientaria da seguinte forma. Com relação a essa questão da regra de ouro, nós temos visto que a regra de ouro são receitas que, se efetivadas, condicionam as despesas pré-apresentadas para o gasto. Então, veja, se hoje nós tínhamos uma previsão de 164 bilhões de reais, e baixou para 40 bilhões, 50 bilhões ou 60 bilhões, foi porque a receita se efetivou. Então, Deputado Hildo, o Governo não age com má-fé; pelo contrário, ele age com previsibilidade. E não pode ser irresponsável de determinar despesas que não possam ocorrer por falta da receita. Aí o Orçamento seria uma peça fictícia.

E, se nós formos ver a execução do Governo Federal, ela está absolutamente sensata com o exercício que estamos tendo, pelo que foi apresentado pelo Governo na sua peça orçamentária. Seria extremamente perigoso não deixarmos, em um momento de pandemia, em um momento de crise, agora que aparece uma nova variante, a ômicron, nós não deixarmos as receitas serem efetivadas para pagarmos Previdência, para pagarmos as transferências para as pessoas vulneráveis, os auxílios.

Portanto, essas despesas condicionadas que estão hoje na regra de ouro, acho que é muito perigoso o Congresso Nacional tomar a medida de excluí-las. Isso não é sensato. E eu sei que V.Exa., Deputado Hildo Rocha, é um homem sensato, tanto que, ao relatar o PLN que define os valores da regra de ouro para a sua despesa, V.Exa. foi a fundo, estudou, conversou com o Governo. Essa conversação ainda não chegou a uma posição, mas tem avançado. Nós devemos votar, acredito, antes do recesso, antes do final deste exercício, aqui na CMO e no Congresso.

Então, eu acho que pedir verificação nesta matéria e colocar em risco a regra de ouro é extremamente nocivo à execução do Orçamento nas políticas públicas, principalmente para as





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

peças mais vulneráveis. Estou deixando clara e estou pedindo que se registre em ata esta posição.

E eu pediria não só a S.Exa., o Deputado Hildo Rocha, como também ao Deputado Zarattini que pensassem nessa verificação, que repensassem porque a regra de ouro, nós a estamos prevendo no relatório preliminar. Estabeleceremos o valor na votação do Orçamento, no relatório final, e ainda terá que vir uma suplementação orçamentária no ano que vem, para que nós possamos efetivá-la. O que estamos nós colocando aqui é apenas uma previsibilidade cautelosa, para que essas despesas condicionadas não tenham prejuízo na solução de continuidade.

Portanto, eu chamo a atenção de S.Exas. para que essa verificação possa ser retirada e para que possamos de fato ter um Orçamento equilibrado, real, e não uma peça fictícia.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Eu vou só indagar ao Deputado Zarattini...

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Eu não ia nem falar, mas já que o Deputado Cajado falou, lembro que a Deputada Adriana comentou agora há pouco a respeito do cancelamento da Previdência do ano passado. A consequência do cancelamento da Previdência do ano passado é justamente a regra de ouro. É isso que querem fazer: dar espaço para cancelar uma despesa, geralmente a Previdência. Então, cancela-se no Orçamento para pagar com o dinheiro da regra de ouro! Isso está errado, Sr. Presidente. É isso que o Cajado está defendendo, ou seja, que continue a mesma condição: que se cancele, que se permita o cancelamento para usar a regra de ouro, é isso.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Não, não, desculpe-me, Deputado Hildo, o que houve foi que, com a reforma da Previdência, houve um superávit. Não houve cancelamento do recurso da Previdência; pelo contrário, foi pago e, com a reforma, que foi votada pela Câmara e pelo Senado, houve um acréscimo, e esse recurso de fato sobrou dentro do que estava previsto no Orçamento. Agora, foi por isso mesmo que se diminuiu do valor total da regra de ouro. Pelo contrário, aqui é matemática.

Então, o Governo não está agindo, em hipótese nenhuma, de má-fé nem com irresponsabilidade; pelo contrário, está agindo com extrema responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Nós temos uma questão técnica, porque V.Exas. sabem que esta sessão presencial e virtual está acontecendo em função do Senado, porque o Senado não exige ainda a votação presencial. Na Câmara, para votar, tem que se estar participando presencialmente. Então, eu vou perguntar ao Deputado Carlos Zarattini...

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Sr. Presidente, desculpe-me...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Na sequência, passarei a palavra a V.Exa. Vou passar a palavra ao Deputado Zarattini.

V.Exa. confirma o pedido de votação nominal, tendo em vista que tem que ser presencial? E também a sessão aqui é presencial. É evidente que pode cair. Deve cair, se não tiver...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Sr. Presidente, mas nós não seguimos a regra do Regimento Comum?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Deputada Adriana, V.Exa. vai falar na sequência. Eu só fiz uma pergunta ao Deputado Zarattini. Na sequência, vou passar a palavra para V.Exa.

Primeiro, falará o Deputado Carlos Zarattini, depois a Deputada Adriana Ventura e, em seguida, a Deputada Dra. Soraya Manato.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Sr. Presidente, nós temos todo o interesse em culminar, no dia 17, com a aprovação do Orçamento, temos todo o interesse. Porém, nós gostaríamos também de fazer a coisa com o devido debate. O Deputado Hildo Rocha colocou questões que exigem aprimoramento. Nosso objetivo é exatamente abrir mais discussões sobre o assunto, debater melhor, entender melhor essa questão que foi levantada pelo Deputado Hildo.

Por conta disso — e nós sabemos a dificuldade de se obter quórum — é que nós estamos apoiando a verificação. Aliás, pedimos a verificação e a estamos apoiando, para que não haja sombra de dúvida sobre questões que estão sendo discutidas. Acho que podemos suspender esta sessão. Acho que faltam poucos destaques. Retomamos amanhã com os destaques, votamos o relatório e votamos os PLNs que estiverem já com os seus relatórios apresentados. Acho que seria uma medida interessante, para podermos analisar com mais calma esses destaques e amanhã estarmos aqui logo cedo. Podemos retomar a sessão às 9h30min da manhã, às 9 horas da manhã, às 8h30min da manhã. Na hora que V.Exas. quiserem, nós estaremos presentes. Queremos aprovar o Orçamento até o dia 17, mas também queremos que haja um bom debate e que fique um Orçamento correto.

Discordo dos argumentos que o Deputado Cajado apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Deputado Zarattini, quero só esclarecer a V.Exa. que este é o último destaque. Então, se a sessão cair, não há prazo para convocar outra sessão, porque nós iríamos apenas suspendê-la. Então, o calendário elaborado, inclusive





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

com a participação de V.Exa., será prejudicado, se a sessão cair. Estamos só vendo a verificação.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Antes de votarmos, Sr. Presidente, o senhor suspende a sessão, e não realizamos a votação agora.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Presidente, nós estamos em processo de votação. Tem que se concluir a votação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Deputado Zarattini, nós estamos já em processo de votação. Já foi anunciado o resultado pela rejeição e foi pedida a verificação. É o que eu estou perguntando a V.Exa. Já foi dado o voto pela rejeição, então foi pedida a verificação. E eu estou confirmando: V.Exa., o Deputado Hildo, que está aqui presente, a Deputada Adriana, o Deputado Glauber Braga confirmam o pedido? Porque, se pedirem, vai cair a sessão, e não faremos amanhã.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu confirmo, eu confirmo o pedido.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Estou propondo, Sr. Presidente, de fazermos um acordo de deixar os PLNs para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Não, não tem problema, PLN não é a discussão. Sobre os PLN nós já tínhamos, inclusive, acordado.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Não, trata-se de um acordo. Nós retiramos a verificação...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Deputado Hildo, está propondo um acordo o Deputado Zarattini: deixarmos o destaque para amanhã e aprovarmos a rejeição dessa supressão.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Mas, Presidente, eu posso fazer um apelo ao Deputado Zarattini?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Sim, a S.Exa., ao Deputado Hildo e à Deputada Adriana.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Deputada Adriana, Deputado Zarattini, eu quero fazer um apelo a V.Exas., inclusive presencialmente também ao Deputado Hildo Rocha.

Vejam, nessa questão dessa verificação, diante dos argumentos que eu usei, nós iríamos um pouco além do que deveríamos em termos de cautela. A regra de ouro está sendo expressa dentro do Orçamento já há vários Orçamentos. É uma determinação da LDO, ou seja, nós temos aqui que cumprir a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Como é que nós votamos a LDO, mas chegamos ao Orçamento e descumprimos a LDO? O Congresso está dando um péssimo exemplo. Nós temos que seguir as regras que foram definidas pela Lei de Diretrizes





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Orçamentárias. E essa regra de ouro foi definida. A questão dos valores, nós vamos discuti-la no relatório final, não agora no preliminar. Se retirássemos isto, nós estaríamos descumprindo a LDO e fulminando de morte já no princípio do Orçamento e desrespeitando a LDO. Isso é uma incoerência!

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Eu fiz uma proposta de acordo, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Deixe-me propor um acordo.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Deputado Carlos Zarattini, eu proponho a V.Exa... Esses PLNs que nós temos aqui são PLNs de políticas públicas, da EMBRAPA, do Bolsa Família, dos auxílios emergenciais. Não dizem respeito a Governo, são para o benefício das pessoas em vulnerabilidade social, na sua grande maioria. Por que retirar de votarmos hoje? Os mais complexos, que têm emenda, ficarão para amanhã. E por que queremos votar hoje? Porque o Congresso amanhã vai votar vetos, vai votar PLNs. De manhã, teremos Colégio de Líderes, teremos a CMO, teremos o início de várias Comissões permanentes. E o calendário da Comissão foi estabelecido para que nós possamos votar o Orçamento até o dia 17.

Então, eu faço este apelo. A verificação não tem sentido, diante das regras que votamos na LDO e diante do fato de ser um relatório preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Quanto à questão do pedido, primeiro, eu estou discutindo um acordo, até porque ainda não há o apoio, não há quórum. O Deputado Glauber Braga não está mais conosco já há algum tempo. Mas eu estou fazendo um apelo ao Deputado Carlos Zarattini e à Deputada Adriana Ventura, para que nós possamos concluir esta votação — é o último destaque —, para nós discutirmos depois o PLN.

A sugestão nossa são aqueles PLNs que não têm emendas, que não têm destaques, que têm acordo, a sugestão é votamos hoje. E amanhã, todos aqueles que receberem emendas. O próprio Líder José Guimarães está apresentando o dele ainda. O nosso, o da Ciência e Tecnologia, o Deputado Bacelar também ainda não o apresentou. Fica tudo para amanhã. Mas vamos votar amanhã. Contudo, aqueles que têm acordo, não faz sentido passá-los para amanhã.

Portanto, eu faço a indagação a V.Exas., Deputado Zarattini e Deputada Adriana. Primeiro, ainda não há esse apoio. Aqui nós temos o Deputado Zarattini, o Deputado Hildo, pelo MDB...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eles são Líderes, representam mais Deputados, Senador!

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Nós garantimos o apoio. Só o PT já garante, Sr. Presidente, a verificação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Deputada Adriana, eu estou explicando: nós temos aqui o Deputado Carlos Zarattini, que conta um. O Deputado Hildo Rocha representa a si e o Deputado Sergio, que é o Líder. Então, são dois. São três. Há aqui a Deputada Adriana Ventura. Pronto, falta um.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Estou falando em nome da bancada do PT, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O Líder é o Deputado José Guimarães, mas eu estou fazendo um apelo para V.Exa., que participou da reunião, de uma agenda.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Sr. Presidente, V.Exa. está presidindo a sessão. V.Exa. pode perfeitamente, em função de um acordo para concluirmos esta votação hoje e o relatório preliminar, deixar os PLNs para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Não, vamos deixar para amanhã, Deputado Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Inclusive, podemos até votar em globo alguns deles.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Podemos deixar para amanhã, não há problema, não. Eu só quero concluir a votação.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Se houver esse acordo, nós retiramos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Então, está acordado. Vamos deixar os PLNs para amanhã, às 9h30min da manhã. Vamos fazer esse acordo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não, espere um pouco! Eu não entendi, Presidente Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Nós vamos concluir a votação aqui desse último destaque, que é o Destaque nº 7, que já foi rejeitado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - V.Exa. fez o acordo somente com o Deputado Carlos Zarattini, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Ele já foi rejeitado, não vai ao Senado.

Nós vamos suspender a sessão até amanhã, às 9 horas e 30 minutos, quando iniciaremos a votação pelos PLNs. Vamos deixá-los para amanhã. Não só os que têm acordo, como também aqueles que estão chegando agora com os pareceres.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Sr. Presidente, eu volto a fazer o apelo: V.Exa. vai deixar o vale-gás para ser votado amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Deputado Cajado, a sessão será às 9 horas e 30 minutos de manhã.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - E se não der tempo de votar esse PLN no Congresso à tarde?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Que diferença faz entre hoje e amanhã de manhã?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Não haverá distribuição de vale-gás de hoje até amanhã às 9 horas e 30 minutos.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Claro que não, mas é que nós queremos votar esse PLN no Congresso à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Nós votaremos esse PLN de manhã e votaremos ele à tarde, no Congresso.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Deputado Zarattini, eu vou conversar aqui no celular para fazer um apelo a V.Exa., enquanto concluímos a votação, porque sei que V.Exa., como Líder, fala também em nome dos membros do PT e da Oposição. E quando se iniciar a votação dos PLN, nós conversamos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - A votação já foi concluída. Não vai ao Senado. Já foi concluída.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Então, Presidente, eu faço um apelo para que, pelo menos, votemos em bloco aqui o PLN 42, que é o vale-gás, e o PLN 43, que é o Auxílio Emergencial.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Esse PLN 43 é do Deputado José Guimarães, mas S.Exa. ainda não apresentou o relatório.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Ah, não apresentou o relatório ainda!

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Sr. Presidente, eu quero que V.Exa. registre o meu voto a favor do destaque do Deputado Hildo Rocha, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Estão registrados os votos de V.Exa. e do Deputado Hildo Rocha.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Sr. Presidente, nós votaremos tudo amanhã de manhã. É muito fácil!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Isso.

Então, vou suspender a sessão.

Amanhã, às 9 horas e 30 minutos, estejam todos aqui para votar os PLNs.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Perfeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Está suspensa a sessão.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Há quórum regimental para reabertura dos trabalhos.

Declaro reiniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Quero pedir desculpas, primeiro, pela ausência de ontem, foi impossível estar presente à reunião; em segundo lugar, quero também pedir desculpas por este momento, mas ainda há alguns problemas que vamos tratar na sala ao lado, por isso vamos suspender por mais meia hora esta reunião.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Há quórum regimental para reabertura dos trabalhos.

Declaro reiniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Há sobre a mesa, novamente, um requerimento de quebra de interstício e inclusão na pauta dos PLNs 21, 22, 25, 28, 29, 30, 32, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44, de 2 dias úteis contados da publicação, conforme previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

A quebra de interstício e inclusão na pauta está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Todos que a apoiam na Câmara dos Deputados permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vamos passar à Ordem do Dia.

Há requerimento sobre a Mesa:

Requeiro, nos termos do art. 151, do Regimento Comum, combinado com o art. 235, III, "d", 5, do Regimento Interno do Senado Federal, a votação em globo dos PLNs 25, 27, 28, 30, 32, 37, 41, 42 e 43.

Esclareço que esses relatórios, após a discussão com os Líderes e a aprovação de todos, são aqueles que não tiveram emendas. Portanto, são os votados na forma original.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Peço a palavra para discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Aguarde um minutinho. *(Pausa.)*

Alguém mais esteve aqui na mesa e disse que gostaria de discutir.

Em primeiro lugar, tem a palavra o Deputado Zarattini. Os outros inscritos, por favor, manifestem-se.

Obrigada.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Sra. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, nós somos favoráveis à votação em globo desses projetos. No entanto, eu queria realçar o PLN 42, que trata de crédito especial de 300 milhões de reais para iniciar o Auxílio Gás.

Nós aprovamos o Auxílio Gás, por unanimidade, na Câmara dos Deputados e, quase unanimidade, no Senado, de forma que todo o Parlamento reconheceu a necessidade de que tenhamos uma política específica para resolver esse problema gravíssimo hoje, que é o aumento do valor do gás. As pessoas não conseguem mais comprar um botijão de gás. Estão cozinhando com lenha, com álcool, com qualquer coisa e colocando inclusive em risco a sua saúde e a saúde de crianças.

O Poder Executivo decidiu pelo atendimento de despesas voltadas à concessão desse auxílio, no montante de 300 milhões de reais, em 2021. Mas o que nós queremos questionar aqui é a justificativa. Nós entendemos que 300 milhões de reais, neste ano, é para iniciar o programa, que vai atender cerca de 5 milhões de famílias. No entanto, na justificativa, o Governo coloca que, a partir do próximo exercício, o programa admitirá a entrada gradativa de mais famílias, de modo que, em setembro de 2023, todos os beneficiários do Programa Auxílio Brasil sejam atendidos.

Veja bem, Sra. Presidente: os beneficiários do Programa Auxílio Brasil serão cerca de 17 milhões de famílias. Esse programa, pelo desenho que nós aprovamos, abrangerá 24 milhões e meio de famílias. Ele é mais amplo que o Programa Auxílio Brasil, porque a linha de corte





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dele é uma linha maior, mais ampla. E o Governo vem dizer que, em setembro de 2023, é que vai atender? É uma vergonha! É um absurdo!

Nesse caso, eu queria ressaltar que nós vamos votar a favor, mas queria destacar, inclusive para a atenção desta Comissão Mista de Orçamento, que, no Orçamento do próximo ano, nós precisamos contemplar todas as 24 milhões de famílias, para que essas famílias que precisam sejam efetivamente atendidas, e não o Governo vir aqui dizer que vai atendê-las daqui a 1 ano e 9 meses.

Portanto, Sra. Presidente, eu queria registrar o meu voto favorável. Porém, eu discordo dessa justificativa e queria chamar a atenção do Relator e desta Comissão para essa questão. Nós precisamos atender o conjunto de famílias que precisa do gás mais barato.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Há mais algum Parlamentar que queira discutir a matéria? *(Pausa.)*

Então, primeiro, votaremos o requerimento em globo, combinado inclusive com a votação, conforme o Regimento Interno do Senado.

A votação será em globo, com a votação em plenário, presentes os Parlamentares da Câmara dos Deputados.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Quais são os PLNs? V.Exa. poderia repetir?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - PLNs 25, 27, 28, 30, 32, 37, 41, 42 e 43.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Esses são todos que não têm emendas, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - São os que não tiveram emendas.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há aqui um esclarecimento, embora eu o ache absolutamente desnecessário. Nós acabamos de votar o requerimento para votação em conjunto. Então, agora, passaremos a votar as referidas matérias.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vou repetir: os PLNs colocados em votação são aqueles que não tiveram emenda nenhuma. São eles: os PLNs 25, 27, 28, 30, 32, 37, 41, 42 e 43.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados.

Matérias extrapauta.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 21, de 2021-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, em favor da Caixa Econômica Federal, da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, da Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil e da Empresa Gerencial de Projetos Navais, crédito especial no valor de R\$61.605.170,00, para os fins que especifica. Relator: Deputado Daniel Almeida.

O Deputado Daniel Almeida estava na reunião. Peço para que S.Exa. seja substituído pelo Senador Carlos Fávaro, como Relator *ad hoc*.

O Relator está com a palavra para apresentação do parecer.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) - Sra. Presidente, peço vênica para ir direto ao voto, para que possamos agilizar os trabalhos. Pode ser?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) - Muito obrigado.

Bom dia a todos.

Trata-se de parecer da "Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Projeto de Lei nº 21, de 2021-CN, que 'abre ao Orçamento de Investimento, em favor da Caixa Econômica Federal, da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, da Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil e da Empresa Gerencial de Projetos Navais, crédito especial no valor de R\$61.605.170,00, para os fins que especifica'.

(...)

II. Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

objetiva a alocação de programações novas, não previstas na Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021).

Observa-se ainda que a proposta guarda conformidade com os diversos diplomas jurídicos de regência da matéria: Constituição Federal, Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 (LDO-2021).

Encontram-se particularmente satisfeitas as disposições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição Federal. Citados dispositivos constitucionais vedam: (i) a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes; e (ii) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

As prescrições constantes do art. 43 da Lei nº 4.320/1964 foram também obedecidas, pois os recursos indicados para fazer face às suplementações objeto deste crédito são provenientes de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II do projeto, e de geração própria de recursos.

As disposições pertinentes à LDO-2021, em especial as constantes de seu art. 46, restam cumpridas, considerando que o crédito:

- restringe-se a um único tipo de crédito adicional (especial) (§ 1º);
- contém, em exposição de motivos, justificativa referente à necessidade das novas dotações, indicando declaração dos órgãos solicitantes no sentido de que as programações objeto do cancelamento proposto não sofrerão prejuízos em sua execução (§ 3º); e
- declara que as alterações decorrentes de sua abertura não afetam a obtenção do resultado primário fixado para 2021 (§ 4º).

Vale mencionar, ainda, que as disposições do Novo Regime Fiscal, estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, não alcançam a presente proposição, uma vez que referido regime foi instituído no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, enquanto o crédito em tela está adstrito ao Orçamento de Investimento.

No que se refere à compatibilidade da proposta com o PPA vigente, o crédito não contraria os dispositivos do Plano Plurianual 2020-2023.

Assim, as informações prestadas, ao lado da análise aqui exposta, indicam haver coerência dos termos do crédito especial em exame com as disposições da legislação orçamentária em vigor, bem assim denotam a correspondente adequação e compatibilidade com a LDO-2021 e com o PPA 2020-2023.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto à única emenda apresentada (0001), verifica-se que a proposição indica, como fonte compensatória, cancelamento de dotação consignada para programação que não consta do projeto de lei, atraindo a hipótese de inadmissibilidade prevista pelo art. 109, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006-CN. É o caso, portanto, de inadmissão da emenda 0001.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN 21, de 2021-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, em 7 de dezembro de 2021."

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006-CN, declaro inadmitida a Emenda nº 1 indicada pelo Relator em seu voto.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos passar à votação na Câmara dos Deputados.

Por favor, eu tenho que registrar que, na hora em que eu anunciei o Relator *ad hoc*, o Deputado Daniel estava chegando e permitiu que o Senador Carlos Fávaro lesse o relatório. Portanto, agora tem a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - Agradeço a V.Exa., Senadora Rose de Freitas, e ao Senador Carlos Fávaro, que conseguiu ler o voto de forma muito brilhante, como sempre. Quero dizer que eu estava numa reunião do Colégio de Líderes do Congresso Nacional, tentando combinar, em nome da bancada do PCdoB, as deliberações sobre vetos que faremos logos mais e os procedimentos para esta semana. Por isso, eu cheguei um pouco atrasado.

Queria agradecer à Senadora Rose de Freitas a minha designação para relatar este PLN 21. Também queria falar da alegria de perceber que a Caixa Econômica Federal vai se constituindo como um banco público essencial para o nosso País. Em alguns momentos, esse papel da Caixa Econômica foi atacado, desconhecido. Em outros momentos, caminhou-se na linha do desmonte, da destruição da Caixa Econômica Federal. E este PLN faz exatamente uma inversão desse papel da instituição Caixa Econômica Federal, buscando ampliar suas ações, buscando abrir novos espaços para atendimento e, especialmente, buscando fazer com que a Caixa Econômica possa chegar ao Norte do País, um território extenso e com pouca presença do poder público. E este PLN destina 33 milhões de reais exatamente para o fortalecimento e a estruturação da Caixa Econômica Federal.

Senadora Rose, nós gostaríamos que essa expansão fosse muito maior, para que a Caixa pudesse chegar com mais agências ao Espírito Santo, a Bahia, sobretudo ao interior do Estado. Nós queremos que mais recursos sejam destinados, Deputado Claudio Cajado, para a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

estruturação da nossa querida Caixa Econômica no interior da Bahia. Não foi possível fazer essa ampliação neste PLN, mas este é um desejo — aliás, é mais do que um desejo, é uma necessidade — que o Brasil tem: ver a Caixa Econômica fortalecida para cumprir o seu papel de apoiar os programas de habitação e saneamento e ser uma porta de entrada, de acesso ao sistema financeiro que a Caixa Econômica tem potencial de produzir.

Muito obrigado, Senadora Rose de Freitas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Está aberta a discussão.

Para discutir, tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

Antes, farei apenas uma comunicação. Nós acabamos de marcar uma reunião com o Ministério da Economia sobre os programas da educação. Às 12h30min, havendo votado as matérias da pauta, vamos suspender a reunião e vamos fazer aquela nossa reunião relativa aos óbices que nós temos até agora por parte do Ministério da Economia em relação aos programas da educação.

Senador Roberto Rocha, Deputado Hildo Rocha, suspenderemos a reunião às 12h30min. Vamos ter que compactar nosso tempo.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - O Senador Izalci vai pedir o almoço para todos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Estamos aceitando sim. S.Exa. é sempre o patrono do almoço de todos aqui.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - O japonês dele é insubstituível.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Providenciaremos alguma coisa para não ficarmos com fome completamente.

Tem a palavra o Deputado Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - E o Deputado Misael trará a sobremesa: goiabada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, este projeto, como bem dito e exposto pelo Relator *ad hoc* e pelo Deputado Daniel Almeida, é fundamental não apenas para os Estados nordestinos, mas também para os demais Estados brasileiros. A interiorização da Caixa Econômica Federal é fundamental para os Municípios. Eu quero, inclusive, deixar a minha crítica porque, em muitos casos em que nós solicitamos essa interiorização, eu, pessoalmente, não tive o beneplácito da Caixa Econômica, como nos Municípios de Jucuruçu e Iramaia, dentre outros. Esses Municípios não tiveram, depois da vistoria da Caixa, aprovação para terem uma agência bancária. Eu me insurgi contra isso e pedi uma nova avaliação, porque são Municípios que não têm agências bancárias, mal têm posto.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Recentemente, nesse fim de semana, o Município de Crisópolis teve as duas agências bancárias explodidas, tanto a do Bradesco quanto a do Banco do Brasil. Ou seja, nós temos que ter a vertente da interiorização e também, no aspecto da segurança, a visão por parte dos governantes de que temos que criar, ao instalarmos uma agência, a segurança necessária para que se evitem esses assaltos, roubos e explosões que prejudicam a população.

Se, de um lado, nós temos um prejuízo enorme por falta das agências, por outro, quando elas abrem, se não houver o planejamento correto, nós podemos também ter solução de continuidade diante do fechamento da agência por motivo de roubo. Na Bahia e no Nordeste tem acontecido muito isso.

Eu quero aqui dizer que vou continuar insistindo nisso junto à Caixa Econômica Federal. Eu não sei se há prepostos da Caixa Econômica aqui acompanhando os trabalhos da Comissão, mas eu lamento muito que nós estejamos aprovando PLNs que robustecem a instituição com novas agências a serem criadas e instaladas em diversos Municípios, enquanto, na Bahia, citei aqui casos em que nós solicitamos essa instalação de agências e não tivemos a aprovação desse pedido. *"Ah, mas existe um critério técnico!"* Eu penso que a Caixa Econômica e o Banco do Brasil têm visão social. Então, eles têm que ter também a visão social do benefício à população.

Um Município que tem Prefeitura, Câmara de Vereadores, comércio, serviço e setor agropecuário não pode deixar de ter uma agência, principalmente em se tratando de agências de instituições públicas como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica. Não basta um posto avançado. É preciso que seja uma agência com recursos modernos, como máquinas em que se possam efetuar pagamentos. Muitos estão dizendo, Presidente: *"Ah, mas existe o correspondente bancário, como os Correios!"* Isso não é a mesma coisa.

A aprovação desses PLNs vem nessa vertente. E eu quero deixar claro que nós vamos cobrar e vamos continuar cobrando esse tipo de procedimento. Se precisam de mais recursos, nós vamos aqui aprovar com boa atenção e boa vontade essas suplementações orçamentárias, para que essas agências sejam criadas e implementadas.

Mas nós precisamos levar em consideração não apenas o aspecto econômico da lucratividade. Por isso, eu quero que a Caixa Econômica Federal leve em consideração o que a Comissão de Orçamento está fazendo aqui, ao votar e aprovar os dois PLNs que estão robustecendo os recursos da Caixa Econômica para a criação de novas agências, sem deixar de levar em consideração que nós estamos desejando que essa ampliação continue, mas também tenha uma visão social.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não podemos aceitar algo diferente disso. Deixo claro que, para os Municípios de Jucuruçu e Iramaia, na Bahia, eu solicitei a abertura de agências, através de ofício, e fizeram o estudo. Mas tanto o Prefeito de Jucuruçu, Lili, quanto o Prefeito de Iramaia, Tunga, fizeram os estudos, demonstraram a quantidade de população, demonstraram quanto se arrecada de FPM, ICMS e ISS e se colocaram à disposição para depositar na instituição inclusive a folha de pagamento da municipalidade, seja a da Prefeitura, seja a da Câmara de Vereadores, para fortalecer ainda mais o pedido de instalação da agência, mas veio uma negativa. E essa negativa prejudica muito não apenas o desenvolvimento desses Municípios, como também a população. No caso de Jucuruçu, a pessoa tem que se deslocar por mais de 80 quilômetros para a cidade de Itamaraju em busca de uma agência bancária. Isso é um absurdo!

Então, eu quero fazer um apelo para que a Caixa Econômica Federal leve em consideração essas disposições. Nós vamos ficar aqui atentos, Sra. Presidente. Não falo aqui como Líder do Governo, mas em meu nome pessoal, como Parlamentar que sou, e afirmo que ficaremos atentos às próximas solicitações da Caixa Econômica de suplementação orçamentária, a fim de verificar se está sendo atendido também o viés social. Enquanto existirem Municípios distantes que não têm posto, não têm agência, não têm nenhuma estrutura bancária, nós vamos ter que exigir que as instituições públicas, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, supram esse vazio, principalmente a Caixa Econômica, porque ela tem diversos convênios formalizados com os Municípios, com os entes municipais, e isso também acaba beneficiando a instituição.

Eu me lembro de quando minha esposa, Andreia Xavier, era Prefeita do Município de Dias d'Ávila. Nós colocávamos todos os recursos de convênios na Caixa Econômica. Então, a Caixa, além de ser um banco de varejo, também recebe recursos dos convênios através dos contratos que são assinados pelos Ministérios. E o volume de recursos é considerável! A Caixa recebe por isso. Quando se deslocam fiscais e engenheiros para auditar uma obra, para fazer medições, etc., isso é descontado dos convênios que estão sendo repassados para os Municípios por intermédio da Caixa Econômica Federal. Então, nós fortalecemos a Caixa Econômica, nós robustecemos a Caixa Econômica, e não é justo que toda essa priorização, que toda essa boa vontade esbarre apenas no conceito de lucratividade. Isso não é aceitável, não é crível. E eu deixo aqui, aproveitando que o projeto será aprovado...

Veja que nós estamos votando aqui, e, ainda que eu, pessoalmente, esteja insatisfeito com a Caixa Econômica Federal, diante da recusa em instalar até mesmo postos avançados nesses dois Municípios, estou votando a favor. Estamos aprovando a matéria, para não dizer que é retaliação. Mas nós temos que convencer a Caixa de que ela tem que ter um viés social.

337





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O próprio Presidente da Caixa, o Dr. Pedro, tem utilizado a Caixa Econômica nesse vetor, aproximando a Caixa dos Municípios, dos pequenos agricultores, para poder estar presente, fazendo vídeos junto à população, inclusive a mais humilde. Isso é louvável. Eu penso que é uma política de aproximação com a sociedade, com os microempreendedores, com os agricultores familiares. E a Caixa tem que ter realmente essa visão, esse tipo de postura e de atuação.

Agora, não é aceitável que, nessa mesma vertente, nós façamos solicitações e tenhamos uma recusa, que eu considero que não foi bem-vinda, diante do estudo que foi feito por esses Municípios e que foi objeto de uma análise, na minha opinião, muito superficial, por parte da Caixa.

Então, Presidente, aprovando, dando aqui o nosso posicionamento favorável, eu deixo este protesto. Espero que a Caixa Econômica Federal mude a sua posição com uma visão mais social em casos como este, que eu aqui relatei amplamente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em discussão. *(Pausa.)*

O Deputado Bosco Costa está com a palavra.

O SR. BOSCO COSTA (PL - SE) - Sra. Presidente, Senadora Rose, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, serei breve para cumprimentar e parabenizar o nobre Deputado Daniel Almeida pelo relatório e para falar da importância da Caixa Econômica para o Brasil, também me referindo ao Município de Porto da Folha, em Sergipe, um Município com pouco mais de 28 mil habitantes, cujo Prefeito, Miguel de Loureiro, esses dias me procurou para ir em busca da Caixa Econômica Federal para ver a possibilidade de abertura de uma agência da Caixa Econômica no Município de Porto da Folha.

Deputado Cajado, eu entendo que a Caixa Econômica também deve fazer a sua parte social. Num Município com quase 30 mil habitantes, principalmente num Estado pequeno, é justa a reivindicação do Prefeito Miguel de Loureiro.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Deputado Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente, Deputada Rose... desculpe-me por chamá-la de Deputada, Senadora Rose de Freitas, porque V.Exa. está em outro patamar. Mesmo assim, acumula tudo, todas as tarefas, tanto da Câmara, como do Senado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, eu gostaria, Sra. Presidente, não só de, em parte, elogiar a iniciativa — e eu digo até o trabalho desta Comissão — dos pleitos encaminhados à Caixa Econômica Federal, mas também de elogiar a inclusão de alguns Municípios.

Como bem disse o Deputado Cajado, na Paraíba, nós temos prioridade, sim, para a abertura de quatro agências da Caixa Econômica em Municípios que entendemos que são polos. O Município de Queimadas, que já está contemplado, ou seja, já está nessa lista de aprovação a criação da Caixa Econômica Federal no Município de Queimadas, é um Município de 55 mil habitantes, próximo à cidade, à terra de Campina Grande, um Município extremamente econômico. E temos também outros pleitos, como o da criação de agência da Caixa Econômica no Município de Uiraúna, no Município de São João do Rio do Peixe e também no Município de São José de Piranhas, lá no Sertão da Paraíba.

Esses pleitos foram reivindicados à Caixa Econômica Federal, mas não se fazem constar nesta lista atualmente existente. Portanto, reiteramos o pleito da criação da Caixa Econômica nesses Municípios de Uiraúna, de São João do Rio do Peixe e de São José de Piranhas e também agradecemos a inclusão do Município de Queimadas na relação já aprovada pela Caixa Econômica Federal.

Sra. Presidente, esta reivindicação nossa é reiterada, levando em consideração a importância desses Municípios, tanto para a economia, como também para o atendimento na área social, já que a Caixa Econômica tem um papel social fundamental no interior e também em todos os Estados da Federação. Reivindicamos mais uma vez isso e, com certeza, esperamos que a Caixa Econômica aja de bom senso no que se refere à criação dessas agências, mais agências, no interior da Paraíba, nesses Municípios citados.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Parabenizo V.Exa. pelas palavras. Há uma demanda muito grande em relação à abertura de novas agências, para prestação de serviço aos clientes da Caixa Econômica no interior. Já está dispersado esse atendimento, que tanto reiteramos nesta Casa.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Queria acrescentar uma informação, Sra. Presidente. Nessas cidades já existiam agências da Caixa Econômica há muitos anos. Foram fechadas, e agora poucas delas foram retomadas. Nós esperamos que sejam de fato reabertas essas agências que foram fechadas no passado, em decorrência da importância desses Municípios, tanto economicamente como em termos populacionais. E não posso deixar de mencionar o papel social da Caixa Econômica para esses Municípios e suas respectivas regiões.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Passa-se ao debate. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não havendo quem queira debater o presente projeto, vamos colocar em votação o relatório apresentado.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Sra. Presidente, posso fazer um registro?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - A Ministra Rosa Weber, ao liberar a execução das RP9, as emendas de Relator, baseou-se no Projeto de Resolução nº 4, elaborado pelo Senador Marcelo Castro. Então, eu queria fazer, em meu nome e espero que de toda a Comissão, elogios ao brilhante trabalho do Senador Marcelo Castro. *(Palmas.)*

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Aliás, brilhante como sempre, Deputado Cajado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em apreciação o relatório apresentado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22, de 2021, que abre ao Orçamento de Investimento para 2021, em favor da Caixa Econômica Federal, da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, da Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A., da Companhia das Docas do Estado da Bahia e da Companhia Docas do Pará, crédito suplementar no valor de R\$109.288.191,00, para os fins que especifica.

Com a palavra o Relator, Deputado Sanderson.

Antes de passar a palavra ao Relator... O Deputado Sanderson se encontra?

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Estou aqui, Deputada — desculpe-me, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu não tenho cara de Senadora. Eu já disse isso.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Tem cara de Senadora, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Brincadeira. *(Risos.)*

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas nºs 1 a 10 indicadas...

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente, eu queria contestar essa inadmissão, porque ela é de minha autoria.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu estou lendo um texto. Logo em seguida, dou a palavra a V.Exa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Declaro inadmitidas as Emendas nºs 1 a 10 indicadas pelo Relator em seu voto.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Eu quero recorrer dessa decisão e explicar o porquê.

Veja bem. O que diz o Relator aí? Que as emendas que estão sendo inadmitidas trazem programação nova. E aí ele joga para o artigo da Resolução nº 1 que diz que crédito suplementar não pode abarcar programação nova. Ocorre que as minhas emendas tratam de agências que já estão dentro da própria programação da Caixa Econômica. O que acontece é que a Caixa Econômica prevê a construção de 19 novas agências bancárias no Estado do Maranhão. O critério que eles utilizaram é população acima de 40 mil habitantes. Acontece que essas agências era para terem sido instaladas este ano, e este ano no Maranhão só foi instalada uma única agência.

Então, o que eu quero é usar o poder de Deputado para garantir essas agências no projeto de lei que cria a suplementação do orçamento da Caixa Econômica. Eu não estou colocando programação nova. Quem orientou o Relator orientou errado, porque ele não chegou nem a olhar qual é o objeto da proposta do PLN 22, que, no que diz respeito à Caixa Econômica, é para a expansão da rede física em 91 novas unidades. Então, esse recurso é para expansão da rede física.

Portanto, Sra. Presidente, ela não pode ser inadmitida, ela não tem como ser inadmitida, principalmente usando esse argumento, porque ela não é programação nova. Ela faz parte da programação da própria Caixa Econômica. Eu gostaria até de ver quem é o consultor que orientou o nobre Relator, para conversar com ele, porque orientou errado. E ele sabe que orientou errado.

Se nós temos o Regimento, ele tem que ser acatado. Nós temos que usar o Regimento de forma correta. E aí ele está usando um artigo que não tem nada a ver com isso, porque não é programação nova. É uma programação da própria Caixa Econômica. Eu estou apenas ratificando o que a Caixa Econômica já botou.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado, V.Exa. tem razão. Há apenas uma questão regimental que eu gostaria de observar, não seguindo literalmente, tentando equacionar a discussão que vai se formar sobre esse assunto. V.Exa. teria que apresentar essa contestação por escrito. No entanto, eu vou dar a palavra ao Relator ou suspender, para que possam, junto com o Relator, junto com o assessor ou com a sua assessoria, chegar a um denominador comum.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - O.k. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - É o art. 140 do Regimento Interno.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Presidente Rose de Freitas, Senadora, Srs. Deputados e Senadores, o Deputado Hildo Rocha e eu já tínhamos conversado anteriormente, mas eu vou pedir autorização para fazer a leitura do relatório, do parecer.

E aí, Deputado Hildo Rocha, eu sugiro que nós nos reunamos depois da leitura e antes da votação, para tentar dirimir essa dúvida, e, havendo impropriedade técnica, que essa impropriedade seja corrigida.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Sanderson, querendo ajudar e entendendo que há um princípio regimental, ainda na discussão, na fase de apresentação do relatório e ainda na contestação que ele apresentou, eu queria que o Deputado Hildo apresentasse isto por escrito, para que não seja nulo e tenha efeito contrário ao que nós esperamos que aconteça.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Perfeito. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Eu tenho o relatório, a parte das emendas que foram apresentadas e o voto do Relator.

Eu vou, então, diretamente, se V.Exa. me permitir, ao item 2, que trata das emendas apresentadas.

"Foram apresentadas 10 emendas ao projeto, todas elas com o propósito de ampliar a rede física de atendimento bancário da Caixa em localidades não constantes da LOA, razão pela qual se conclui pela inadmissibilidade das referidas emendas, visto que, nos termos do art. 109, III, 'a', da Resolução nº 1, de 2006-CN, não se pode propor programação nova em projetos de lei de crédito suplementar.

III - Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, uma vez que objetiva exclusivamente reforçar dotações de categoria de programação na Lei Orçamentária Anual vigente. Não se constata, ademais, contrariedade a dispositivos constitucionais e legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições do Plano Plurianual 2020-2023, da LDO 2021 e da LOA 2021.

No que tange à consistência do projeto com a atividade de orçamentação pública, entretanto, cabem apenas algumas ponderações em benefício da boa técnica orçamentária e da qualidade do gasto público. Afinal, conquanto as empresas estatais tenham a necessidade de 'planejamento flexível', tal como sustentado na exposição de motivos que acompanha o projeto em exame, é pertinente indicar eventuais oportunidades de aperfeiçoamento no





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

processo de planejamento orçamentário dessas empresas, em suas diversas dimensões. No aspecto relativo ao dimensionamento da escala de investimento dessas empresas, menciona-se o expressivo incremento pleiteado pelo PLN 22/2021 para o número de postos de atendimento bancário em determinados Estados, comparativamente ao inicialmente previsto na LOA 2021. Tal fato se destaca, entre outros fatores, em função do momento de apreciação do projeto vertente, em fim de exercício, quando também pode haver dificuldades operacionais para a execução dos créditos orçamentários em tempo hábil. Paralelamente, quanto ao aspecto atinente a custos, verifica-se que o custo unitário médio dos novos postos pleiteados comporta expressiva amplitude, na medida em que varia de 840 mil reais a 2,7 milhões de reais, a depender do Estado. No aspecto concernente à dinâmica temporal do planejamento, cita-se que o crédito pleiteado pela TSLE, ao fazer referência a sinistro ocorrido em janeiro de 2020 no Município de Santa Vitória do Palmar, aponta para oportunidade de melhoria na tempestividade do planejamento orçamentário da empresa.

Sem qualquer juízo preliminar de mérito, pontua-se, tão somente, que tais aspectos merecem atenção continuada em benefício do desempenho do gasto público.

Consignadas as ponderações pertinentes, diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 22/2021-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2021.

Deputado Sanderson

Relator"

Consta aqui, Presidente, o anexo demonstrativo das emendas ao PLN nº 22, que foram declaradas inadmitidas pelo Relator.

Era este o relatório, Presidente, Senadora Rose de Freitas.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente, eu queria sugerir ao Relator que, em vez de ele considerar inadmitidas as 10 emendas, ele as considerasse rejeitadas, para que nós possamos fazer um acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu proponho isso também, na direção do Deputado Hildo Rocha, porque, se rejeitadas as emendas, ele poderá fazer o destaque necessário para que se possa ter a oportunidade de debatê-lo.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Perfeito. Eu teria que fazer uma complementação de voto escrita, ou faço isso oralmente?

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Só aceitando. Em vez de rejeitadas, inadmitidas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pode fazer oralmente. Os caminhos parecem iguais, mas não são. A contestação teremos que votar, o destaque teremos que discutir e votar.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Perfeito. Então, eu vou fazer aqui verbalmente a retificação do parecer ao PLN 22/21.

Consignadas as ponderações pertinentes, diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 22, de 2021, na forma proposta pelo Poder Executivo, rejeitando as emendas tituladas pelo Deputado Hildo Rocha, de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9.

A Emenda nº 10 é do Deputado Sidney Leite. Então, rejeitamos as emendas apresentadas pelo Deputado Hildo Rocha.

Este é o relatório.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2021.

Deputado Sanderson, Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em discussão o relatório apresentado, do Deputado Sanderson.

Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha, para discutir.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, Srs. Deputadas, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, este projeto de lei abre crédito suplementar para vários órgãos, entre eles a Caixa Econômica Federal.

A Caixa Econômica Federal pretende expandir o volume de agências espalhadas no Brasil inteiro, num total de 91 novas agências, e há um critério para isso. Qual é o critério? O critério é que elas sejam instaladas em Municípios com população acima de 40 mil habitantes. Onde não há agências da Caixa Econômica Federal, esses Municípios, considerados médios em alguns Estados, principalmente do norte e do nordeste, vão receber uma agência da Caixa Econômica Federal. O Maranhão foi contemplado com 19 novas agências, de acordo com esse critério de população acima de 40 mil habitantes.

A previsão de instalação, entrega e inauguração das agências era para este ano de 2021. Ocorre que apenas o Município de Vitorino Freire, no Maranhão, foi contemplado com uma agência. Não vou dizer por qual motivo aqui neste presente momento, porque não cabe o fato. Mas os outros 18 Municípios estão esperando suas agências. A Caixa Econômica apresentou inúmeras desculpas depois de ter sido anunciada a construção ou a instalação dessas agências — as Prefeituras podem alugar ou ceder prédio, mas não estão conseguindo. A população criou expectativa porque a notícia foi anunciada pela própria Caixa Econômica e reforçada pelo Presidente da República. Essas pessoas, principalmente empresários e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

trabalhadores, aguardam a abertura das agências, porque os serviços que a Caixa oferece são úteis. A população precisa dessas agências.

Das 10 emendas apresentadas, eu apresentei 9 que foram destinadas a Municípios onde sou votado e, portanto, tenho representação legítima. Eu fui votado, na eleição de 2018, para representar aquela população. Por isso, eu apresentei as emendas. Eu estou aqui, portanto, defendendo a instalação imediata dessas agências ou, no mais tardar, no próximo ano, com esses recursos que nós estamos autorizando para serem gastos em agências. Espero que sejam priorizadas as agências de Itapecuru Mirim, de Amarante do Maranhão, de Lago da Pedra, de Governador Edison Lobão e de Santa Quitéria do Maranhão, entre outras agências que nós colocamos aqui em outros Municípios. Ocorre que as emendas foram erroneamente inadmitidas, porque poderiam ser rejeitadas, e não inadmitidas.

Eu já contestei isso. Meu gabinete está trazendo por escrito essa contestação. Mas eu gostaria de poder contar com o apoio dos colegas Deputados e Deputadas, porque estou apenas cumprindo com o meu papel de Parlamentar, que é o de representar a população que me escolheu como seu representante.

Muito obrigado, Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Continua em discussão o relatório apresentado pelo Deputado Sanderson.

Enquanto isso, eu gostaria que o Deputado Sanderson dialogasse com o Deputado Hildo, para chegarem a um entendimento.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Presidenta, eu posso registrar a presença de um conterrâneo ilustre?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pode, Deputado. Todos nós ficaremos felizes.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Pelo seu olhar, vejo que V.Exa. já o reconheceu.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Nós o reconheceremos sempre.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Quero registrar que se encontra aqui conosco na Comissão o ex-Deputado Federal, ex-Vice-Prefeito e agora Prefeito de Feira de Santana, a maior cidade do interior da Bahia, Colbert Martins, ilustre figura, pela qual todos nós temos um carinho especial. É um Deputado histórico do MDB, que entrou na política por meio da família, do seu pai.

Ficamos muito satisfeitos, Colbert, que venha prestigiar a Comissão Mista de Orçamento, da qual sempre foi membro. Foi também um Parlamentar atuante e articulado. Faço questão de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

registrar, com carinho, a presença dessa figura maravilhosa, que se chama Colbert Martins, Prefeito reeleito de Feira de Santana. Esperamos que continue brilhando no seu mandato.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Se nós tivéssemos aqui, na Comissão, dez Colbert, demoraríamos 10 dias para aprovar um projeto desse. Ele discutia até a vírgula.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Mas era sempre para aprimorar o projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - É um prazer vê-lo aqui conosco, Prefeito Colbert. Seja feliz na sua administração em Feira de Santana!

Continua em discussão o relatório.

Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Sra. Presidente, eu estou acompanhando o debate e as questões colocadas pelo nobre colega Deputado Hildo Rocha. Ele hoje, inclusive, falou por algumas vezes em relação ao Regimento.

O que me preocupa é o seguinte: de fato, a inadmissibilidade, colocada inicialmente se fundamenta no princípio de que essas ações — a nossa assessoria foi verificar isso, e eu me dirijo também ao Relator — que se pretende suplementar não constam do orçamento das estatais.

Portanto, de fato, há uma questão regimental muito clara na Resolução nº 1, de 2006, que rege em que se pode suplementar ou não uma dotação orçamentária. Então, nesse sentido assiste razão à orientação da Consultoria pela inadmissibilidade. O que precisa ficar claro é que uma matéria como essa ficará sujeita a um veto de natureza muito clara, por um flagrante atentado a um princípio legal que estaria sendo desconsiderado. Então, quanto ao mérito não há o que discutir, é louvável.

O problema é que hoje foi, inclusive, levantada pelo próprio Deputado Hildo a questão regimental. Neste caso, salta aos olhos, não consta nos orçamentos das estatais essa iniciativa que se pretende acrescentar por emenda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Vamos continuar a discussão, com os oradores inscritos.

Nós vamos aguardar o Relator, o Deputado Sanderson.

A matéria continua em discussão.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sr. Presidente.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Peço a palavra para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - O Deputado Wilson Santiago está com a palavra.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - V.Exa. tem preferência, Deputado.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sr. Presidente, era somente para contestar esse posicionamento da Caixa Econômica em determinar que só serão beneficiados Municípios com população acima de 40 mil habitantes. Eu entendo como um exagero da Caixa. Há municípios com 20 mil, 25 mil, 15 mil habitantes que têm uma importância muito grande na economia de algumas regiões do Nordeste, especificamente. Dependendo do tamanho do Estado, são poucos os Municípios com mais de 40 mil habitantes. É o mesmo que dizer que não se quer levar a agência ou o benefício e muito menos atender aquela população carente, deixando a Caixa nessas regiões de cumprir o seu papel fundamental, que é o papel social.

Então, eu entendo que a Caixa Econômica deve rever esse critério de exigir população acima de 40 mil habitantes em uma cidade para instalar uma agência. Do contrário, não cumprirá o seu papel fundamental, que é o papel social de abranger e de atender as necessidades das populações desses Municípios no Brasil inteiro.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. BOSCO COSTA (PL - SE) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - O Deputado Bosco Costa tem a palavra.

O SR. BOSCO COSTA (PL - SE) - Presidente, com o mesmo raciocínio do nobre Deputado Wilson Santiago, quero dizer que isso é impossível para um Estado pequeno, como Sergipe.

O Município de Porto da Folha, que é um Município médio em Sergipe, Deputado Wilson, tem mais de 28 mil habitantes. A Caixa não pode priorizar apenas Municípios com mais de 40 mil habitantes, porque isso vai inviabilizar principalmente os Municípios pequenos.

Eu concordo perfeitamente, Deputado Wilson, com a colocação de V.Exa. Espero que a Caixa pelo menos estabeleça o limite em 20 mil habitantes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu tenho que ser solidário com todos os colegas que necessitam priorizar ações políticas e benefícios para os Municípios que representam, afinal de contas, os Deputados são representantes do povo. Cada um dos Parlamentares que aqui chegam tem que lutar para levar benefício às suas bases. É o que o Deputado Hildo Rocha está fazendo. Então, como outros Parlamentares, como o Deputado Wilson Santiago, eu mesmo acabei de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fazer aqui uma crítica construtiva de que a Caixa Econômica tem que ter um viés social também.

Eu espero que nós consigamos fazer um acordo para atender o Deputado Hildo Rocha, como também espero que a Caixa Econômica Federal leve em consideração a minha argumentação. De fato, há uma questão técnica que está sendo superada por um entendimento. Se pudermos fazer um acordo que conste no relatório, será ótimo. Senão, vai ter que haver um compromisso assumido pela Caixa no sentido de viabilizar isso, até porque, no caso do Deputado Hildo Rocha, já está prevista a criação dessas agências, segundo ele relatou ali.

Então, o que nós queremos, Sr. Presidente, Deputado Zarattini, é que a Caixa tenha todo o apoio necessário. Nós reconhecemos que é uma instituição absolutamente elogiável e competente. Agora, nós não podemos deixar que questões como o não viés social sirva de empecilho para a abertura de novas agências.

Eu quero fazer este registro. E vi que há um representante da Caixa aqui, o Sr. Henrique. Espero que ele ouça os nossos pronunciamentos. Depois eu quero conversar com S.Sa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito bom, excelente, Deputado. Muito obrigado.

Deputado Sanderson, V.Exa. poderia concluir o seu relatório?

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Presidente Zarattini, Srs. Deputados, o autor das emendas, o Deputado Hildo Rocha, apresentou aqui as suas argumentações. E nós fizemos o acatamento no sentido de...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Deputado Cajado, V.Exa. está obstruindo a reunião.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Presidente Zarattini, Srs. Deputados, Srs. Senadores, acatando o pedido do Deputado Hildo Rocha, que apresentou aqui argumentos — e nós concordamos com eles —, atendemos parcialmente o emendamento que ele apresentou.

Então, mantemos o voto do Relator apenas na parte final, rejeitando as Emendas nº 1, 2, 5, 6, 7, 8 e 10 e admitindo as emendas apresentadas e tituladas pelo Deputado Hildo Rocha. Então, admitimos as Emendas nº 003, que trata de agência da Caixa Econômica Federal no Município de Lago da Pedra; a Emenda nº 004, que trata de agência da Caixa Econômica Federal em Itapecuru Mirim; e a Emenda nº 009, que trata de agência da Caixa Econômica Federal em Amarante do Maranhão. Essas três emendas apresentadas ao PLN 22/21 pelo Deputado Hildo Rocha foram admitidas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com isso, concluímos o relatório do PLN 22/21, que abre o orçamento de investimento para 2021, em favor da Caixa Econômica Federal, da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, da Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A., da Companhia das Docas do Estado da Bahia e da Companhia Docas do Pará, crédito suplementar no valor de R\$109.288.191,00 para os fins que especifica.

Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2021.

Deputado Sanderson, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado, Sr. Relator.

Nós vamos colocar em votação o relatório do Deputado Sanderson com as alterações sugeridas pelo Deputado Hildo Rocha, incluindo as Emendas nºs 3, 4 e 9, aprovadas.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Eu queria, Sr. Presidente, rapidamente agradecer a V.Exa. pelo apoio. Também à Presidente da CMO, a Senadora Rose de Freitas, agradeço demais pela colaboração para o Relator, o Deputado Sanderson, acatar as emendas. Eu lhes agradeço demais.

Eu agradeço também ao Deputado Sanderson, por acatar as nossas emendas, ao Deputado Cajado, que fez a defesa aqui de forma bastante veemente, e ao Deputado Wilson Santiago. Muito obrigado.

A SRA. ROSE DE FREITAS (MDB - ES) - Sr. Presidente, permita-me só uma palavra. Quero pedir a V.Exa. para que apenas votemos esse novo PLN, uma vez que teremos reunião importantíssima sobre economia e educação, na sala ao lado. Aí teremos de suspender novamente esta reunião, mas depois recuperaremos o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 39, de 2021, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Ciência e Tecnologia e Inovações, crédito suplementar no valor de R\$279.387.421,00, para reforço de dotações constantes na Lei Orçamentária vigente.

O Relator *ad hoc* é o Deputado Arnaldo Jardim.

Foram apresentadas 17 emendas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tem a palavra o Relator *ad hoc*, o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Sr. Presidente, agradecemos a indicação.

Ressaltamos que este relatório foi originalmente feito pelo Deputado João Carlos Bacelar, mas faço alguns comentários sobre o parecer dele, que eu incorporo com uma correção que vou discriminar em seguida.

O mencionado PLN é de muito relevante importância. No fundamental, ele garante ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento recursos da ordem de R\$128.271.000,00, destinados ao fomento da atividade agropecuária com foco em programas para pecuária, para agricultura e pecuária familiar e produtores que necessitam desse apoio.

Por outro lado, o Ministério de Ciência e Tecnologia, a partir deste PLN, terá complementada a sua dotação em R\$151.116.421,00. Destaco que esses recursos do Ministério já estão totalmente comprometidos para o atendimento de 82 projetos já contratados, entre os quais se destacam Centelha II e Tecnova II, do Rio de Janeiro, *campi* universitários regionais e novas universidades, feitos através de uma chamada desde 2018, e projetos institucionais também objetos da Chamada 03, de 2018, e da Chamada Pública 04, de 2018. No fundamental, todos esses recursos serão a partir do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico, o CNPQ, que recebe também desses recursos a alocação de R\$100 milhões na ação de fomento a projetos institucionais de ciência e tecnologia.

A origem desses recursos se deve à anulação de dotações orçamentárias e não implica, portanto, ampliação de dotação orçamentária. É um remanejamento que se faz, respeitada também a regra de ouro.

O parecer eu o complemento aqui. Faço uma complementação já formalizada junto à Mesa e divulgada, que, no fundamental, preserva aquilo que foi a intenção do Deputado Bacelar. Nós consideramos inadmitidas as Emendas nºs 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09, por contrariarem dispositivo da Resolução nº 1, de 2006, ao proporem programação nova em crédito suplementar, e rejeitamos a Emenda nº 017, por ser incompatível com a destinação pretendida. Quanto às demais emendas, várias delas, inclusive algumas de minha autoria — no caso, três de minha autoria —, nós optamos por rejeitar, para que não haja descaracterização da proposta original. Vamos lembrar que esta Comissão tem um histórico com relação a isso.

O PLN é do Executivo, mas foi por nós acordado. Destaco a participação do Senador Izalci Lucas na gestão junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. O Deputado

350





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sanderson a nós fez chegar suas observações e eu próprio diligenciei também para que essa complementação de recurso pudesse ocorrer junto ao Ministério da Agricultura.

Essa é a razão pela qual apresentamos este parecer, que reconstitui a proposta original vinda do Governo. E nós propomos que ela seja admitida por esta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9, indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Deputado Carlos Zarattini, peço que registre o meu voto contra, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Voto contrário da Deputada Adriana Ventura.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o PLN 39.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 38, de 2021, do Congresso Nacional, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$104.953.146,00, para os fins que especifica. Relator: Senador Carlos Fávaro.

O Relator está com a palavra para apresentação do relatório.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Zarattini, demais colegas Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, peço vênha para ir direto à análise do projeto, diante da entrega do relatório previamente e conhecimento de todos os membros da Comissão.

"(...)

II. Análise

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo está articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, por objetivar a realização de despesas para as quais não há dotação orçamentária específica, sendo autorizado por lei, nos termos do art. 46 da LDO 2021.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Observa-se, ainda, que a proposta está formulada em conformidade com o disposto na Constituição Federal; na Lei nº 4.320, de 1964; na Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); na Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 (LDO 2021); e na Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 (Plano Plurianual de 2020 a 2023).

As alterações promovidas pelo crédito especial são resumidas na demonstração das suas aplicações e origens, conforme tabela a seguir."

Para aqueles que tiverem interesse, a tabela consta do relatório.

"A exposição de motivos esclarece que as alterações propostas decorrem de solicitações formalizadas por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento — SIOP e, segundo os órgãos envolvidos, as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízos na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício, e estão em conformidade com os ofícios oriundos das bancadas parlamentares dos Estados do Acre, do Ceará, do Rio de Janeiro, de Rondônia e de Roraima, a saber:

- Ofício nº 26, de 9 de junho de 2021, do Senador Sérgio Petecão, Coordenador da Bancada do Estado do Acre;
- Ofício nº 59, de 27 de agosto de 2021, do Deputado Genecias Noronha, Coordenador da Bancada do Estado do Ceará;
- Ofício nº 80, de 10 de setembro de 2021, do Deputado Gurgel, Coordenador da Bancada do Estado do Rio de Janeiro;
- Ofício nº 51, da bancada de Rondônia, e Ofício nº 52, também da bancada de Rondônia, de 4 de agosto de 2021, do Deputado Lucio Mosquini, Coordenador da Bancada do Estado de Rondônia; e
- Ofícios nºs 16 e 17, de 16 de setembro de 2021, do Deputado Hiran Gonçalves, Coordenador da Bancada do Estado de Roraima.

Não obstante o mérito das emendas apresentadas, somos pela sua rejeição, pois, conforme mencionado anteriormente, o crédito visa atender solicitações das bancadas do Acre, Ceará, Rio de Janeiro, Rondônia e Roraima, cujos cancelamentos decorrem de emendas impositivas das próprias bancadas estaduais mencionadas, conforme indicado nas programações do RP7 — Identificador de Resultado Primário 7.

III. Voto do Relator

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, votamos pela aprovação do PLN 38/21, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 7 de dezembro de 2021.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Senador Carlos Fávaro.

Relator."

É esse o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado, Sr. Relator.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está aprovado o Projeto de Lei nº 38.

A reunião está suspensa. Haverá uma reunião na sala da CMO neste instante.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Havendo número regimental para a reabertura dos trabalhos, declaro reiniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para a deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Está inscrita para falar a Senadora Soraya Thronicke.

Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, membros da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, eu gostaria de abordar um assunto extremamente delicado, mas que urge ser tratado, justamente porque estamos no findar do ano e precisamos entregar a peça orçamentária.

Infelizmente, após muito tempo de discussão, ainda não foi resolvida a contento, da forma republicana como deve ser resolvida, a questão da relatoria setorial em relação às áreas da Educação e da Presidência da República e Relações Exteriores. É um problema que se deu dentro do nosso bloco, que é o segundo maior bloco do Senado Federal, o qual compreende os partidos Podemos, PSDB e PSL. Eu, no dia 13 de julho deste ano, fui indicada pelo Líder do bloco, Senador Lasier Martins, como Relatora do setor da educação. Como segundo bloco, nós temos a condição de escolher em quarto lugar, dentro da sequência proporcional.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pois bem, no dia 5 de agosto, o Senador Izalci Lucas assina, juntamente com o Senador Wellington Fagundes, um ofício para a Presidente Rose de Freitas, em que S.Exa. indica o Senador Wellington Fagundes, e assina como Líder do Bloco Podemos/PSDB/PSL. Isso afronta de forma impressionante o que está dito no art. 16, inciso VIII, da Resolução nº 1, de 2006, que determina primeiramente que um partido não pode atuar na mesma área temática no ano subsequente. Ocorre que, no ano passado, o Deputado Zé Vitor, do PL de Minas Gerais, foi o Relator-Setorial da Educação. Então, neste ano não poderia o PL novamente relatar matéria desse setor. Em segundo lugar, o Senador Izalci Lucas não é o Líder do bloco. Então, isso foi feito à revelia da nossa Liderança.

Não há nenhuma justificativa para tal atitude da Presidência desta Comissão, o que nos deixa muito desconfortáveis, justamente porque estamos na iminência de entregar as relatorias. Quero dizer aos senhores que não é correto que eu entregue uma relatoria para a qual não fui legitimamente indicada. Isso abre um precedente que muito nos preocupa e pode acontecer com qualquer um dos indicados. As justificativas dadas tanto pela Presidente da Comissão quanto pelos Senadores envolvidos — Izalci Lucas e Wellington Fagundes — não se sustentam de forma alguma dentro da legislação.

Não estou aqui levantando nenhuma questão de ordem, porque isso já foi respondido, já ultrapassamos essa fase, já recorremos à CCJC. E hoje o Senador Lasier Martins, que é o Líder do nosso bloco e que deveria ter sido respeitado, vai levantar a questão de ordem na sessão do Congresso Nacional. Caso seja necessário, nós iremos até mesmo ao STF. Nós precisamos manter a regularidade, a obediência à legislação. Nós somos legisladores e, portanto, os primeiros que devem obedecer à lei. Então, não existe acordo, não existe absolutamente nada que tenha sido selado entre nós do bloco, dentro do Senado Federal, que justifique a atitude dos nossos caros colegas.

Por isso, eu, bastante constrangida neste momento, tenho que levantar essa questão, para que não tenhamos nenhum precedente aberto e alguém diga que um dia foi assim. Eu quero alertar os senhores e dizer que nós iremos fazer de tudo, pedir liminares para que essa peça orçamentária não saia antes dessa deliberação, antes de a legislação ser cumprida dentro da Casa de Leis mais alta do País.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Antes de dar continuidade aos trabalhos, e o Senador Izalci Lucas não está presente, não quero ampliar o debate sobre essa questão, mas devo dizer o seguinte, Senadora Soraya Thronicke: pela última forma, já presidi esta Comissão, como presidi por 2 anos o Congresso, substituindo o Presidente Sarney, não





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sou uma pessoa indiferente a Regimento e inclusive a acordos que produzam trabalhos, que tragam resultado para as Comissões da Casa e para o Congresso Nacional...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - Olhe a sua decisão, Senadora Rose de Freitas, a única...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu a ouvi com atenção, não a interrompi. Portanto, eu gostaria de dizer que na última...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - A senhora está agindo contra a lei, agora não tem mais nem...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. deseja falar? Eu posso ouvi-la novamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - Eu não quero entrar em nenhuma discussão, porque todas as medidas cabíveis que nós poderíamos tomar, principalmente invocando a legislação cabível, já foram tomadas. Esta poderia virar até uma discussão desnecessária, e eu não gostaria de entrar nesse embate com V.Exa. O que V.Exa. tem que fazer é formalmente publicar o meu nome como a indicação do bloco para a relatoria da área da Educação, e fazer o mesmo na ordem proporcional do que cabe ao PL. A senhora tem que cumprir a lei, com todo o respeito, *data maxima venia*. Eu não gostaria de entrar em discussão, mas alertar os colegas, alertar o País que os senhores vão atrasar a peça orçamentária, vão prejudicar o País por conta de situações absolutamente inexplicáveis.

Agradeço a V.Exa., mas a única coisa que V.Exa. tem a fazer é voltar atrás e cumprir a legislação. É apenas isso que estamos pedindo. Não vejo motivo para nenhuma discussão. Já passamos de todos os limites, cara Presidente Rose de Freitas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Agora eu vou colocar a posição que estava explicitando a V.Exa.

Os recursos vieram de lado a lado, inclusive aqueles que promoveram entendimento dentro do seu partido. O Líder Izalci falou que não é Líder do bloco, como V.Exa. já esclareceu e também sabemos. No entanto, eu vou dar uma última, definitiva e derradeira forma a esse assunto.

Já me sentei várias vezes para conversar com o Líder Lasier Martins, com V.Exa., com os Senadores Izalci e Wellington Fagundes. Então, amanhã, às 9 horas, eu estarei novamente sentada na sala da Comissão de Orçamento, aguardando V.Exas. Se V.Exa. não quiser comparecer, é seu livre arbítrio, não vou lhe dizer o que deve ou não deve fazer, eu não teria essa ousadia. Mas quero dizer a V.Exa. que, amanhã, estarei aguardando os Senadores Izalci Ferreira, Wellington Fagundes, Lasier Martins e V.Exa. na sala, para dar uma última e





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

derradeira forma a esse conflito de interesses, já que tanto V.Exa. como os demais não só requereram como também ultimaram os pareceres das Comissões, da CCJ, da assessoria desta Comissão, para tratar do mesmo assunto que motivou todo esse desentendimento.

Amanhã, às 9 horas, aguardo V.Exa. e os demais para darmos uma última forma a esse conflito de interesses.

Muito obrigada.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - Então, por favor, me mandem o *link* da reunião, porque eu estou em uma missão oficial do MERCOSUL.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O *link* da reunião está com V.Exa., Senadora. V.Exa. está falando por meio dele.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - Esse é o *link* da reunião de amanhã?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Amanhã será uma reunião presencial. Se V.Exa. não estiver aqui, não tem problema, podemos gerar um *link*.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - Eu agradeço. Estaremos juntos.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Ou, então, o Senador Lasier representará V.Exa. na reunião. Muito obrigada.

Passemos agora à Ordem do Dia.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 40, de 2021, o Congresso Nacional, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$889.569.732,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Sr. Relator, Senador Roberto Rocha, está com a palavra.

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB - MA) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, eu me permito ir direto ao voto e dispensar a leitura.

Vou falar um pouquinho mais baixo para não atrapalhar os demais.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Senador, peço a V.Exa. que não faça uso da palavra enquanto o Plenário não o estiver ouvindo.

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB - MA) - Presidente, tendo em vista que V.Exa. acaba de ler a ementa do projeto, eu vou dispensar a leitura para ir direto ao voto, também dispensando o relatório, uma vez que este já está publicado e consta do sistema.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto ao mérito, votamos pela rejeição das Emendas nºs 3, 8, 9, 10, 11, 15, 22 e 23, pela aprovação parcial das Emendas nºs 12, 13, 16, 17, 18, 19 e 20 e pela aprovação das Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6, 7, 14 e 21.

Acolho também, em sua integralidade, o Ofício SEI nº 548, de 2021, do Ministério da Economia, do Ministro Paulo Guedes.

Quero registrar que, por acordo nesta Comissão, foram assim acolhidas estas emendas: Emenda nº 1 (5 milhões); Emenda nº 2 (1 milhão); Emenda nº 4 (1 milhão); Emenda nº 5 (1 milhão); Emenda nº 6 (1 milhão); e Emenda nº 7 (1 milhão).

Comunico que os anexos, tendo em vista os entendimentos que foram feitos desde cedo até ainda há pouco, com os membros da Comissão, estão recebendo a última forma na Consultoria de Orçamento do Congresso Nacional e serão entregues ainda hoje.

Considerando a constitucionalidade, a juridicidade e o mérito da matéria, votamos pela aprovação do PLN 40/21, na forma do substitutivo.

Esse é o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Nós estamos diante de uma pequena dificuldade, mas vamos todos trabalhar para superá-la.

Gostaria que mencionasse de novo as emendas aprovadas parcialmente. Não temos aqui esse relatório, mas o teremos. Pergunto, diante da urgência que tem, se V.Exa., após discriminar as emendas parcialmente aprovadas, vai permanecer até o final da votação, para esclarecer todas as dúvidas.

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB - MA) - Fico, é claro, com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pode repetir as emendas?

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB - MA) - O voto é pela rejeição das Emendas nºs 3, 8, 9, 10, 11, 15, 22 e 23.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Emendas nºs 3, 8, 9, 10, 11, 15, 22 e 23.

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB - MA) - Aprovação parcial das Emendas nºs 12, 13, 16, 17, 18, 19 e 20.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Essas foram pela aprovação...

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB - MA) - Essas foram pela aprovação parcial.

Vou repetir: aprovação parcial das Emendas nºs 12, 13, 16, 17, 18, 19 e 20.

E aprovação das Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6, 7, 14 e 21.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Emendas nºs 6, 7, 14 e 21?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB - MA) - Essas já estavam publicadas no relatório desde a manhã cedo.

As que ainda não foram publicadas e agora estão sendo objeto de conclusão no anexo são estas: Emenda nº 1 (5 milhões); Emenda nº 2 (1 milhão); Emenda nº 4 (1 milhão); Emenda nº 5 (1 milhão); Emenda nº 6 (1 milhão); e Emenda nº 7 (1 milhão). O.k.?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O.k.

Em discussão o relatório.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado, para discutir o relatório.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Presidente, eu queria apenas fazer uma observação. Com o acatamento de emendas, recursos da administração direta foram anulados, cancelados. Isso trará prejuízo para a gestão de algumas áreas. Eu faço questão de deixar claro isso aqui.

Cito o atendimento de contrato do Serviço Federal de Processamento de Dados — SERPRO relativo a manutenção e produção na área no ano de 2021. Relaciona-se a despesas pertinentes à diretoria, a tecnologia, informação e contratos administrativos. Então, toda essa parte de manutenção e tecnologia está perdendo recurso.

Menciono também o atendimento à folha de pagamento dos conselheiros do Conselho de Recursos da Previdência Social e a manutenção do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas.

Também se está retirando recurso da Secretaria Especial da Receita Federal, quanto à manutenção de contratos de tecnologia e informação com o SERPRO e a DATAPREV.

Na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a questão diz respeito aos funcionários das unidades e ao pagamento de faturas relativas à manutenção do sistema da DATAPREV.

No Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia — INMETRO, refere-se a compromissos estabelecidos em convênio com os órgãos da RBMLQ-I.

No Instituto Nacional do Seguro Social — INSS, diz respeito a despesa de custeio administrativo, pagamento de faturas relativas à manutenção do sistema junto à DATAPREV referente à defesa judicial da Previdência Social.

E, por fim, no Fundo de Amparo ao Trabalhador, a funcionamento das unidades descentralizadas da Secretaria de Trabalho.

Estou deixando claro, portanto, que o acatamento dessas emendas, mencionadas agora pelo Senador Roberto Rocha, trará prejuízos à administração direta nas áreas citadas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Continua em discussão o relatório.

(Pausa.)

Está encerrada a discussão.

Alguém deseja fazer alguma observação sobre o projeto que estamos votando agora? Foi apresentado o relatório, com a indicação das emendas que foram aprovadas, das que foram rejeitadas e das que foram aprovadas parcialmente.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam... *(Pausa.)*

V.Exa. quer acrescentar algo a respeito do ofício? Está sendo necessário esclarecimento sobre o ofício que V.Exa. aceitou.

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB - MA) - Eu fiz esse registro, Presidente. Disse que também o acolho em sua integralidade, o Ofício SEI nº 548, de 2021, do Ministério da Economia. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - A assessoria alerta que V.Exa., ao aceitar o ofício, promoveu alteração no seu relatório.

Foram referidas as emendas aprovadas, as rejeitadas e as aprovadas parcialmente.

Se o Plenário fizer questão, podemos mencioná-las novamente. *(Pausa.)*

Está clara quais são as emendas rejeitadas?

Confira, por favor, Senador. São as Emendas nºs 3, 8, 9, 10, 11, 15, 22 e 23.

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB - MA) - Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Foram aprovadas parcialmente as Emendas nºs 12, 13, 16, 17, 18, 19 e 20.

E foram aprovadas integralmente as Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6, 7, 14 e 21. *(Pausa.)*

Peço que aguardem um minuto, por favor.

Sr. Relator, poderia vir à mesa?

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB - MA) - Sim, é claro.

(Pausa prolongada.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vamos à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB - MA) - Eu só gostaria de concluir.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não, Relator.

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB - MA) - Quero só deixar claro ao Deputado Cajado que, em relação àquele ofício enviado pelo Ministério da Economia, a respeito de recursos para o Ministério da Defesa, que foram retirados do FGTS, foi o próprio Governo que fez a alteração. Não foi esta Comissão. E as emendas que foram citadas são emendas que foram atendidas parcialmente. Esse recurso, que foi objeto dessa alteração final, conforme o ofício aqui mencionado, foi definido pelo próprio Poder Executivo. Então, não fomos nós que tiramos dinheiro do FAT, foi o próprio Executivo que fez essa definição. Quero deixar isso mais claro ainda.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Senadora Rose de Freitas...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O Deputado João Carlos Bacelar está com a palavra.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Senadora, boa tarde.

Eu deixo registrado nesta Comissão o meu repúdio pelo que aconteceu hoje pela manhã.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Como? Onde?

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Deixo registrado o meu repúdio pelo que aconteceu hoje pela manhã. Eu me refiro à mudança de relatoria do PLN 39.

Eu estava no sepultamento de uma pessoa muito querida da minha família, que é da nossa família, mãe de um dos maiores empresários da Bahia e do Brasil, que faleceu nessa madrugada. Avisei ao Deputado Claudio Cajado, Vice-Líder do Governo no Congresso, Líder nesta Comissão, que eu estava a caminho de Brasília, às 10h30min, em avião fretado inclusive, porque não havia mais voo pela manhã para Brasília. Sei da importância desta Comissão. Pedi a ele que, se possível, solicitasse inversão de pauta, pedi que informasse à assessoria de V.Exa. Tentei inclusive contactar algumas vezes o Senador Eduardo Gomes, Líder do Governo no Congresso Nacional. Cheguei aqui, e fui surpreendido com minha substituição da relatoria do PLN 39.

Deixo então registrado nesta Casa e nesta Comissão o meu repúdio a esse ato desumano que foi feito em relação a mim.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado, eu gostaria de pedir desculpas a V.Exa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Primeiro, não chegou a mim essa comunicação. Quero ser clara. Não é comum ao Deputado Cajado deixar de fazer uma comunicação dessa natureza. Eu não teria nenhuma dificuldade. E o relatório de V.Exa. está sendo votado agora. Peço desculpas. Eu me esforcei, até porque o relatório de V.Exa. era um dos mais importantes e, além do mais, disputado por vários colegas seus. Quando fiz a primeira relação, disse inclusive ao Sr. Walbinson que gostaria de contemplar V.Exa. com a relatoria. E assim fiz quanto à mais cobiçada relatoria, por se referir a uma área estratégica, uma área que foi objeto de debates, de demandas. Então, eu, particularmente, peço desculpas a V.Exa.

Vou dar palavra ao Deputado Cajado. É algo indesculpável, mas precisamos ter compreensão do que aconteceu de fato.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Presidente, senhoras e senhores membros da Comissão, tenho enorme apreço pelo Deputado Jonguinha Bacelar. Primeiro, quem ligou para S.Exa. fui eu. Não foi ele que me ligou. Eu liguei quando o Colégio de Líderes, em parte presente, decidiu que esse PLN havia sido concebido através da iniciativa da Presidente da Comissão, a Senadora Rose de Freitas, em atendimento ao Senador Izalci, que, por diversas vezes, estava se colocando em obstrução por conta da recomposição dos recursos da ciência e tecnologia e da educação, e foi dito que, havendo emendas, não seria objeto do acordo a deliberação das emendas. Essa foi a conversa na sala da Presidência, na sala de reuniões.

Eu tive então a delicadeza e a atenção de ligar para o Deputado Jonguinha Bacelar para avisá-lo desse fato. Quando falei ao telefone, ele me disse que estava num avião. Eram 10h30min. Entendi que ele estava indo para o sepultamento, porque ele disse: *"Estou indo agora, estou aqui pegando um avião..."*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - V.Exa. não disse que estava voltando, disse: *"Estou pegando um avião agora"*.

Segundo, S.Exa. não me pediu que fosse solicitada a inversão de pauta, porque, se tivesse me dito isso, eu teria dito para todo mundo. Inclusive, quando eu estava falando na reunião, disseram: *"Olhe, desligue o celular, estamos em reunião"*. E eu tive que desligá-lo. A nossa conversa foi um pouco sustada diante dessa situação, porque eu estava em reunião no Colégio de Líderes. Quando estávamos debatendo essa questão, eu o avisei.

E não houve, Deputado Jonga Bacelar, um ato deliberado da Presidente Rose, mas sim do colegiado, em função do acordo prévio de que havia sido objeto esse PLN.

A questão, portanto, não foi a destituição de V.Exa., foi a não aceitação de emenda, inclusive de autoria do Senador Marcelo Castro, que me indagou, durante o transcurso da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

reunião, por que não tinha sido aceita a emenda e aprovado o relatório. Expus a ele o que todos que participaram do acordo disseram. Eu fui apenas quem transmitiu a mensagem do acordo e o que houve.

Eu sei que V.Exa. pode ficar chateado, mas tenha a certeza de que ninguém agiu aqui com má-fé ou com intenção de desmoralizá-lo ou prejudicá-lo. Foi apenas um PLN que havia sido promovido por pressão, por iniciativa, por solicitação do colegiado, inclusive das oposições presentes, que queriam a recomposição desses recursos.

Quero apenas deixar claro que, nesse caso, não houve...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Está claro. Está claro, Deputado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Não houve, Presidente, a solicitação de inversão da pauta. Se tivesse havido, eu teria dito. Talvez, pelo tumulto da ligação, eu possa ter tido outro entendimento. Eu não vou admitir que o Deputado Jonguinha tenha agido de má-fé.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu não acredito que tenha sido isso.

V.Exa. queria complementar, Deputado Bacelar? Nós temos que dar andamento à reunião.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Eu queria, Senadora, até porque foi objeto da reunião do Colégio de Líderes a área da ciência e tecnologia e não a da agricultura. Foi objeto a ciência e tecnologia e não a agricultura. Deixo isso registrado nesta Casa. Se havia uma emenda do Senador Marcelo Castro, e acatei a emenda do Senador Marcelo Castro relativa à agricultura, isso não foi objeto do acordo.

Manifesto o meu repúdio, duplamente, pelo ato ocorrido aqui hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não vou permitir que continue essa discussão. Quero pedir desculpas a V.Exa. Peço que diga se há alguma maneira de compensá-lo. Na verdade, a matéria poderia ter sido votada posteriormente. Não haveria problema. O Colégio de Líderes apenas pactuou que votaria em bloco os relatórios que não tinham emendas. E assim se procedeu. Peço desculpas novamente.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente, eu quero retirar os destaques...

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Era exatamente isso que eu ia falar.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - ...que fiz ao PLN 40. Retiro os destaques.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Parabenizo o Senador Roberto Rocha pelo belíssimo trabalho que ele faz no Congresso Nacional. É um Senador que defende o Presidente da República, é um Senador que defende o Governo, mas é um Senador que sabe que os Deputados e Senadores estão aqui para reivindicar benefícios para as suas localidades. É por isso que foram eleitos.

Os Deputados e Senadores que estão fazendo esse pedido aqui, através de emendas, estão agindo de forma republicana, transparente, diferentemente de outros tipos que se conseguem aí pelos corredores do Palácio do Planalto, pelos corredores da casa do Presidente Arthur Lira, pelos corredores da casa do Presidente Rodrigo Pacheco. Eu quero deixar isso bastante claro.

Parabenizo o Senador Roberto Rocha pelo belíssimo trabalho que ele fez, de forma transparente, diferentemente de outros Deputados que vêm aqui defender a obscuridade do orçamento público.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Na mesma linha do Deputado Hildo, eu gostaria de pedir a retirada do Destaque nº 1 ao PLN 40, já que o relatório do Senador Roberto Rocha contemplou, de fato, aquilo que anteriormente foi injustiçado pelo relatório preliminar.

V.Exa., Relator, atendeu parcial e totalmente algumas emendas de alguns Parlamentares por serem de essencial importância para essas comunidades beneficiadas.

Portanto, pedimos que seja retirado o Destaque nº 1 ao PLN 40.

Parabenizamos o Senador Roberto Rocha pelo relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Retirados os destaques, está concluída a votação do PLN 40.

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 44, de 2021, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Economia, da Educação, da Justiça e Segurança Pública, da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$1.054.909.000,00, para os fins que especifica. Relator: Deputado Hercílio Coelho Diniz.

Foram apresentadas 12 emendas.

Tem a palavra o Relator.

O SR. HERCÍLIO COELHO DINIZ (MDB - MG) - Sra. Presidente Rose de Freitas, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, peço permissão para passar direto à leitura do voto.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, por objetivar a alocação de novas programações não previstas na Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 46 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 (LDO 2021).

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO 2021, do Plano Plurianual — PPA 2020-2023, e à sua conformidade com a LOA 2021.

Quanto às emendas apresentadas, não obstante o mérito e a relevância das propostas, mas com vistas a evitar a descaracterização do crédito proposto, optamos pela rejeição de todas elas.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 44, de 2021, na forma proposta pelo Poder Executivo."

É o voto, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vamos colocar em discussão o relatório apresentado pelo Deputado Hercílio.

Em discussão.

Tem a palavra o Deputado Bosco Costa.

O SR. BOSCO COSTA (PL - SE) - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero apenas parabenizar o Relator, o Deputado Hercílio, pelo relatório equilibrado.

Eu o parabenizo também, Deputado Hercílio, pela retirada das emendas apresentadas ao PLN 44.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Continua em discussão o PLN 44. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação o projeto, ressalvados os destaques.

Encontram-se sobre a mesa dois destaques apresentados ao relatório.

Vou colocar o projeto em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vou colocar o projeto em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovado no Senado Federal.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Ressalvados os destaques.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Está sempre destacado, uma vez apenas.

Vamos colocar em votação os destaques apresentados à Mesa.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente, eu retiro os destaques. Pode retirar os meus destaques.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Hildo, constam na mesa apenas dois destaques, apresentados pelo Deputado Wilson Santiago, esclareço a V.Exa.

O primeiro destaque apresentado é o Destaque nº 3...

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Desculpe-me. Não foram apresentados mesmo. Nós pedimos que não fossem apresentados.

Está bem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O que V.Exa. disse?

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - V.Exa. tem razão. Nós pedimos que não dessem entrada aos destaques ao PLN 44 porque eu tinha um feito acordo com o Ministro Rogério Marinho e com o Relator, o Deputado Hercílio Diniz.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

Tem a palavra o Deputado Wilson Santiago, para falar sobre o Destaque nº 1, apresentado à Emenda nº 3.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, este destaque trata de uma grande necessidade que temos no interior da Paraíba. Nós somos de uma região seca, do Semiárido nordestino. Essa região está sofrendo muito com a falta d'água, não tem água. O destaque trata da perfuração de poços para solucionar parcialmente o problema dessa região carente da Paraíba, tanto para beneficiar a população quanto para solucionar a questão de alguns carros-pipas que atendem essa região, em decorrência da falta d'água.

Nada é mais urgente e necessário do que socorrer a população com perfuração de poços e também com atendimento por carros-pipa, para sanar a sede de muitos daqueles. São apenas 2 milhões de reais, para atender 5 Municípios com perfuração de poços, por causa da falta d'água, através de um consórcio composto por 10 Municípios.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Relator, para dar o seu parecer.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. HERCÍLIO COELHO DINIZ (MDB - MG) - Deputado Wilson, apesar de entender a relevância da proposta, com vistas a evitar a descaracterização do crédito proposto, vou optar pela rejeição da emenda. Mantenho a rejeição.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vamos colocar em votação o parecer do Relator sobre o Destaque nº 1, apresentado à Emenda nº 3.

Aqueles que votam com o Relator permaneçam como se encontram, dando o voto a favor do Relator. *(Pausa.)*

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Do destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Destaque rejeitado, com o voto da Deputada Adriana, do Deputado Hildo, do Deputado Santiago.

Vamos ao segundo destaque apresentado, à Emenda nº 2.

Tem a palavra o Deputado Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - O Destaque nº 2 segue a mesma linha, sendo que, em vez da CODEVASF, é o DNOCS. São outros Municípios, que também estão sofrendo com a falta d'água. É o DNOCS que atende esses Municípios. É uma região do Semiárido beneficiada e coberta pelo DNOCS.

Se os colegas Parlamentares acharem que o atendimento à população que sofre com a falta d'água com carro-pipa e perfuração de poços não é uma urgência, que urgentes são outros fatos, eu entenderei o posicionamento de cada um, embora conteste.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Sra. Presidente, permita-me. Eu serei muito breve.

Eu compreendo a angústia do colega. Vivo isso também no norte de Minas, como outros vivem. O problema é que, quando nós vamos tirar do Ministério do Desenvolvimento Regional para pontuar especificamente um, é aquela história do cobertor curto. Eu também quero emendar para as cidades da área da SUDENE. Para V.Exa., Senadora Rose, trata-se de área da SUDENE no Espírito Santo.

Então, não nos entenda dessa forma, se nós não votarmos um destaque como esse, que retira especificamente para alguns Municípios, porque esse é um drama que nos vivemos aqui na Comissão. Vamos ser realistas e sinceros uns com os outros. Se passar a ser uma prática fazermos essas emendas e destinarmos para os Municípios, o que eu não fiz naquele relatório que coube a mim, vai haver centenas de emendas. Deputado Wilson, esteja certo de que estou sensível e o parabenizo por tomar esta iniciativa, por mostrar sua preocupação, mas eu tenho que votar contra, justamente porque não vejo como ser justo, se o problema não é especificamente só desses Municípios.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A área da SUDENE, por exemplo, se fosse pelo menos uma emenda que dissesse "*é para a área da SUDENE, vai pegar vários Estados da Federação, onde a seca aflige a todos*"...

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Deputado, é para o DNOCS, para os Municípios...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Para o DNOCS.

O DNOCS alcança mais ainda, porque o DNOCS cobre o Brasil inteiro, Municípios em que há seca.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Nas o caso da Paraíba é específico.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Tendo em vista que é pontual, para Municípios específicos, aí complica.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - No caso específico, contemplam-se 71 Municípios, que estão com carência...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Pois é. Mas não há nenhum de Minas Gerais aí, há? Como é que fica o Relator,...

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Então V.Exa. vote contra, sim. Eu entendo.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - ... que é um colega mineiro, e a área da SUDENE está lá?

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Mas os demais Parlamentares não apresentaram destaque nem...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Eu só estou explicando a V.Exa.,...

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Não apresentaram emenda nem destaque.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - ...porque V.Exa. argumentou, disse o seguinte: "*Se para nós não é importante a seca*". É claro que é. É justamente por ser importante que nós entendemos que o tratamento deve ser igual para todo mundo.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente, eu queria fazer uso da palavra, para tratar deste assunto.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Com licença, Presidente.

Eu só queria corrigir o voto. Vou votar com o Relator no destaque anterior, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Uma pessoa está falando junto com a outra, e não estou conseguindo entender.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu só queria fazer uma retificação.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Só 1 minutinho.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Queria falar sobre o mesmo assunto que está sendo tratado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, eu quero esclarecer que o Deputado Wilson Santiago fez o correto. Ele apresentou uma emenda, ele é Deputado eleito, ele tem o dever e a obrigação de defender o povo da Paraíba. Ele não pode defender o povo de Minas Gerais.

Acho que o povo de Minas não está sendo bem representado, porque os Deputados de Minas estão dormindo muito, estão comendo muito queijo, tomando muito leite, comendo muita galinha com quiabo e estão dormindo no ponto. Então, ele deveria ter feito a emenda. Se Minas Gerais está precisando de recursos, é obrigação dele levar. A Paraíba está precisando, e o Deputado Wilson Santiago fez a emenda, porque a Paraíba precisa, como Minas precisa e o Maranhão precisa. Eu também fiz emenda, apresentei destaque, acertei com o Ministro Rogério Marinho, para que ele atenda o Maranhão. Por isso retirei os destaques. Mas ele está certo. O Deputado Domingos Sávio é que está errado, porque ele cochilou. Ele tem o direito de apresentar emenda para defender Minas. Então, ele está aqui dormindo no ponto. Se ele não aproveita as oportunidades, desculpe-me, mas ele não está representando bem o povo mineiro. Se é assim...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Deputado Hildo, eu sempre tive muito respeito por V.Exa., e V.Exa. está ignorando o fato de que o Relator da matéria é um mineiro, que eu respeito muito. O que eu disse foi justamente, consciente de que o recurso não deve ser tratado de maneira pontual, para este ou para aquele Município, que o Relator se absteve...

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Mas esse dinheiro vai para algum Município!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - O Relator se absteve de dar esse tratamento, e V.Exa. agora vem nos acusar de estar cochilando, dormindo no ponto?

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - É claro!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Ora! V.Exa. não está sendo, no mínimo, sensato, porque ele ainda está relatando a matéria. Então, de repente, ele faz uma emenda...

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Mas já passou o prazo das emendas!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - ...e atende todos os Municípios lá da região que nós sabemos que é carente desse investimento...

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Mas ele não pode fazer isso como Relator.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - ...e aí prejudica o seu Estado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ora! Que falta de bom senso!

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Mas ele, como Relator, só pode atender as emendas.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Agora, Presidente, a briga pela relatoria vai ser assim? *"Eu vou ser Relator para resolver o meu problema pontual"*. Ora, não é assim que se estrutura uma Comissão Mista de Orçamento, muito menos, Deputado Hildo, V.Exa. vir fazer esse tipo de ataque à minha pessoa.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Tanto é que o Regimento proíbe!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Sempre respeitei V.Exa.

V.Exa. tem que ter um pouco mais de moderação antes de fazer essas considerações.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Mas V.Exa. está acusando o Deputado Wilson Santiago...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Eu sempre fui extremamente respeitoso com ele. Fui extremamente respeitoso com ele. Apenas justifiquei porque não votaria a favor.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Quer dizer que o Nordeste é pior do que Minas?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Pelo amor de Deus!

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - V.Exa. está discriminando o Nordeste e defendendo Minas.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Estou discriminando o Nordeste?

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - É!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Ah!

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - É isso o que V.Exa. está dizendo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HERCÍLIO COELHO DINIZ (MDB - MG) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Podemos prosseguir?

Eu vou dar a palavra ao Relator.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - O Deputado Domingos Sávio é de um Estado rico. Nós somos Parlamentares de Estados...

(O microfone é desligado.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O que aconteceu a esta altura? Depois das 17 horas subiu a temperatura?

Ouçam bem: agora vão fazer as pazes.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Domingos Sávio, um momento.

Relator, um momento.

Não há necessidade disso. Eu vi que todos os Relatores que apresentaram relatório não advogaram em causa própria. Tanto quanto podemos aqui, eu fui totalmente imparcial, porque é o meu dever ser. Uma vez ou outra reconheci que há um problema com certa gravidade que precisa, em algum momento, de uma mão estendida, para se resolverem problemas hídricos, problemas habitacionais, problemas educacionais.

Eu conheço a veemência de V.Exa., sou sua admiradora sempre, mas, neste momento aqui, precisamos de um pouco de parcimônia.

Gostaria de ouvir o Relator e, em seguida, que encontrássemos uma solução.

O SR. HERCÍLIO COELHO DINIZ (MDB - MG) - Eu tive uma conversa com V.Exa. e com o Líder Cajado, e o Deputado Domingos Sávio colocou aqui com bastante clareza que inclusive havia apresentado um relatório com uma emenda de 10 milhões para atender o Sudeste. Em busca do atendimento, porque sei que a proposta do Deputado Wilson é muito sensata, é necessária, quero contar com a anuência de V.Exa., Deputado Domingos, para aceitar esta emenda. Numa outra situação, nós compensaremos Minas Gerais, a nossa região.

Então, em busca do bom relacionamento, do bom entendimento, eu gostaria, então, de opinar pela aceitação da emenda.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Obrigado, Relator. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. pode repetir, com muita tranquilidade? É pela aprovação do destaque?

O SR. HERCÍLIO COELHO DINIZ (MDB - MG) - Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu parablenizo V.Exa., por um detalhe: pela sensibilidade que, no final dessa acalorada discussão desnecessária, aconteceu.

Vejam bem: são 2 milhões de reais que atendem destaque de um Parlamentar dedicadíssimo. Pensem em pessoas que brigam uma com a outra: o Deputado Santiago e eu. Mas tenho que reconhecer que a luta dele é renhida, como é a do Deputado Domingos Sávio.

Temos muita batalhas pela frente.

Muito obrigada, Relator.

Deputada Adriana Ventura, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Presidente.

Bom, eu não quero acalorar nenhuma discussão, mas quero dizer que concordo com o Deputado Domingos Sávio. Em que pese respeitar que cada Parlamentar brigue por sua região





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

— e entendo bem o que ele falou, estou bem alinhada com ele —, o que nós temos que fazer é discutir critérios. Falar que um Estado é pobre e que o outro é rico, para mim, não faz sentido nenhum, porque São Paulo tem 46 milhões de habitantes e inúmeros bolsões de pobreza, que precisam ser atacados.

Eu não quero entrar nessa discussão, mas acho que V.Exas. estão defendendo agora o papel do Relator e a maneira como tem que ser conduzida esta Comissão, pensando no todo. Estou completamente alinhada e acho que nós temos que discutir critérios claros, baseados em critérios socioeconômicos — dados do IBGE —, porque ficar no discurso de mais pobre e mais rico, de puxar mais para o seu ou para o meu, pode sempre ter sido feito, mas, na minha visão, é equivocado. Nós vemos que acontece muita distorção, inclusive nos Estados mais pobres. Estou falando isso para o Deputado Wilson Santiago.

Eu não acho que este deve ser um lugar de guerra entre Parlamentares. Nós temos que pensar no País como um todo. Somos Deputados Federais. Cada um tem que defender sua região e trazer seus pontos, mas nós temos que pensar num critério que atenda a todos e seja justo para todos. Essa é a minha visão. Presidente, na verdade, eu só gostaria de retificar o meu voto anterior em relação ao destaque, sobre o que eu já tinha conversado. Voto com o Relator no anterior e neste vou votar contra o Relator, porque estou alinhada com o Deputado Domingos Sávio.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Bosco Costa.

O SR. BOSCO COSTA (PL - SE) - Sra. Presidente Rose de Freitas, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu sou muito de ouvir e acho que esta Comissão tem muita importância para o Brasil.

Parabenizo mais uma vez o Deputado Hercílio Coelho Diniz pelo relatório, mas também voto com uma sugestão à opinião dele.

Deputado, a Paraíba não é diferente de Sergipe, nem do Maranhão, nem do Rio Grande do Norte. Todos nós temos problemas no que se refere à seca. O Ministro Rogério Marinho tem feito, nesses últimos anos, principalmente pelo Nordeste, na questão hídrica, o que não fizeram 10 anos atrás. Então, apenas quero fazer esse registro. Acho que os debates são importantes. Muitas vezes há discordância.

Concordo também com o nobre Deputado Domingos Sávio, companheiro aguerrido, lutador, não apenas nesta Comissão, mas no Congresso Nacional. Tive a oportunidade de conhecer o Deputado Domingos Sávio na Comissão de Viação e Transportes.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quando trabalhamos juntos, Deputado Wilson Santiago, conhecemos mais as pessoas. Mas vamos deixar que as coisas aconteçam, vamos para a harmonia.

O Deputado Wilson tem toda a razão. Eu deveria ter apresentado também algum destaque.

Acho que eu cochilei também, Senadora. *(Risos.)*

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Presidente, peço só um minuto, por favor.

Quero dizer à Deputada Adriana Ventura que, quando eu falo em "pobre", cito a real situação do Semiárido do Nordeste. Nós estamos passando por uma crise de falta d'água. É um caso que não existe em São Paulo. Quando aconteceu uma ameaça em São Paulo, quase caiu o mundo, inclusive para os representantes aqui no Congresso Nacional. No Nordeste está faltando água. Precisamos perfurar muitos poços, precisamos de carro-pipa. Enfim, infelizmente, ainda vivemos nessa situação, apesar de ter sido entregue parte da transposição, o que beneficiou outras regiões do Estado, mas ainda falta muito.

Eu agradeço ao Relator por acatar a emenda. Quero dizer que o nosso objetivo é esse. Isso faz parte não só do exercício parlamentar, mas também do próprio direito que cada Estado tem, que cada representante tem de defender os interesses dos seus Municípios, do seu Estado e da sua região.

Deputada Adriana Ventura, digo mais uma vez: parabéns a V.Exa. por residir, trabalhar e morar no Estado mais rico do País, o qual não vê muito essa situação de falta d'água. Nós sofremos muito com isso. Esse sofrimento de fato nos obriga a nos posicionarmos em favor dessas principais ações de cobrança ao próprio Governo, a quem tem a oferecer. Estamos aqui prontos, sim, para continuar o diálogo, para debater, discutir aquilo que interessa a todos nós, brasileiros. Obrigado a V.Exa., especificamente. Tenho uma atenção muito grande por V.Exa.

Obrigado, Relator.

Um abraço, Deputado Domingos Sávio.

De fato, o Deputado Domingos Sávio tem feito um grande trabalho nesta Comissão. Às vezes, ele se posiciona de uma forma que nos surpreende, mas é o dever e o direito de cada um.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente, eu gostaria, primeiramente, de me desculpar com o Deputado Domingos Sávio, porque fui um pouco duro com ele. Ele não está dormindo, ele é sempre ativo. V.Exa. retratou bem a figura dele. Eu até me admiro, pela idade





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que ele tem, quase igual a minha — ele é um pouco mais novo que eu —, de ver o esforço dele. Ele é muito dedicado. *(Risos.)*

Com toda a sinceridade, eu vou preferir que qualquer Deputado e qualquer Senador escolha um pedaço desse orçamento para levar para o seu Município a isso ser feito por alguém do Ministério. Quem lá de dentro do Ministério da Agricultura conhece melhor o Espírito Santo do que V.Exa., Presidente? Ninguém. Dentro do Ministério da Agricultura ninguém conhece melhor a Paraíba do que o Deputado Wilson Santiago. Então, ele é que sabe quais Municípios estão realmente precisando de mais recursos. Para isto ele foi eleito, para representar a população. É isso o que eu estou dizendo, não estou dizendo que é para puxar para A ou para B. Todo mundo tem direito a apresentar emenda. Devemos estar atentos. Quando entra emenda, eu olho. Para aquilo que interessa ao Maranhão eu coloco. Mesmo não sendo a favor do Governador, eu coloco emenda para o Maranhão, como coloquei 5 milhões, para o Governador administrar, porque sei que vai ser em benefício do Estado do Maranhão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Nós estamos ainda em votação. O segundo destaque foi aprovado pelo Relator.

Vamos colocar em votação o parecer do Relator na Câmara dos Deputados.

Aqueles que votam com o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer do Relator, com o voto contrário da Deputada Adriana Ventura.

Agora votaremos no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço ao Deputado Hercílio Coelho Diniz.

Recebemos comunicado do Deputado Danilo Forte, de que ele está se dirigindo para o plenário para apresentar o seu relatório.

Nós vamos apreciar em seguida o relatório apresentado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional — PLN nº 29, de 2021, que abre ao Orçamento de Investimento, em favor da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., da Refinaria de Mataripe S.A. e da Refinaria de Manaus S.A., crédito especial no valor de 132 milhões e 320 mil reais, para os fins que especifica. Relator: Deputado Danilo Forte.

Estamos aguardando a entrada do Deputado em plenário.

Alguém gostaria de fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

Como ninguém quer fazer uso da palavra, eu vou suspender a sessão, apenas por 10 minutos, enquanto aguardamos a chegada do Deputado Danilo Forte, o Relator do PLN 29.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(A reunião é suspensa.)

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Declaro reaberta a sessão.

Em face das dificuldades do Relator Danilo de se dirigir a este plenário e apresentar o seu relatório, nós vamos suspender novamente a sessão, convocando para amanhã, às 10 horas, reunião de Líderes com o Relator-Geral e Relatores-Setoriais para a discussão sobre o andamento dos trabalhos da Comissão; e também, às 14 horas, votação dos relatórios setoriais que se apresentarem durante o dia de hoje até amanhã cedo.

Com a palavra a Deputada Adriana.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, muito obrigada.

Na verdade, eu só tenho uma pergunta, um esclarecimento, até porque eu não participei da reunião hoje de manhã: quanto à sessão do Congresso Nacional, já há data definida? Será segunda-feira, quinta-feira, sexta-feira? Ou ainda não está definida?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu não gostaria de me adiantar à decisão que será tomada. O conhecimento desta Mesa é de que a reunião está suspensa hoje e que a sessão será na segunda-feira, mas ainda não há nenhuma chamada ou comunicação através dos nossos veículos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não está claro. A princípio, será segunda-feira?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - A princípio, é isso que está anunciado.

Portanto, está suspensa a presente sessão até amanhã às 14 horas para a votação de relatórios setoriais que forem entregues.

Muito obrigada a todos e peço desculpas.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Há quórum regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro reiniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes na pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares presentes aqui e Parlamentares participando remotamente.

Declaro como lidos os expedientes recebidos pela Comissão até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet.

Há sobre a mesa requerimento de quebra de interstício e inclusão na pauta dos relatórios setoriais.

O requerimento da quebra de interstício e inclusão na pauta está em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham.
(Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se acham.
(Pausa.)

Aprovado.

Nós temos na Ordem do Dia apenas o PLN nº 29/21. Apreciação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 29/2021-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, em favor da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., da Refinaria de Mataripe S.A. e da Refinaria de Manaus S.A., crédito especial no valor de R\$132.320.000,00, para os fins que especifica.

O Relator é o Deputado Danilo Forte, a quem eu passo a palavra.

Eu gostaria de pedir ao Senador Izalci que me substitua na Presidência para que eu possa fazer prosseguir as reuniões ao lado.

Obrigada.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Senadora Rose, nossa Presidente, a quem tenho orgulho de servir como mero membro desta Comissão, e que tem nos tratado com tanta presteza e dignidade nesta Comissão; Senador Izalci Lucas, que preside os trabalhos, eu apresentei o relatório. O relatório está aí apresentado. E eu tenho uma compreensão muito clara de que, em se tratando de um recurso oriundo da própria PETROBRAS, cabem as definições de execução orçamentária a esta Comissão, e temos aqui tratativas de entendimentos diferenciados.

Quanto à questão do gasoduto, é uma questão pública, e necessária, inclusive, para o abastecimento de gás de regiões industrializadas importantes do Brasil. E, no momento de crise energética que nós atravessamos, precisamos agilizar os recursos para viabilizar a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

entrega do gás. Nós temos dois problemas que precisam ser melhor entendidos no que diz respeito à privatização — ao desinvestimento, como a PETROBRAS chama — tanto da Refinaria de Mataripe como da Refinaria de Manaus, inclusive, com negociações já em andamento com grupos econômicos que assumiram essas empresas. E toda a sociedade brasileira precisa, claramente, saber que elas já não fazem mais parte do patrimônio da PETROBRAS.

Diante disso, o meu relatório vem no sentido de que nós possamos garantir os recursos para o gasoduto. No entanto, não faz mais sentido fornecer recurso público de uma empresa estatal brasileira que é orgulho de todos nós para refinarias que estão sendo privatizadas.

Portanto, o meu relatório é nesse teor.

Compreendendo que alguns Deputados fizeram alguns questionamentos porque não tinham lido o relatório ainda e em função de ser uma matéria nova, quando se trata de um processo de desinvestimento da própria PETROBRAS, eu estou aqui aberto tanto para votar, se assim V.Exas. acharem e compreenderem que podem votar porque o relatório está consistente, como também para adiar essa votação, em função da necessidade de alguns de aprofundar o conhecimento sobre a matéria.

Eu tenho muita clareza sobre o que eu estou fazendo e tenho muita convicção do que estou defendendo, mas esta é uma Casa democrática, e eu respeito o colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Deputado Danilo.

O relatório está em discussão.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Sr. Presidente, V.Exa. vai dar continuidade à votação?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Sim, eu estou colocando em discussão. Se alguém questionar ou pedir que adiemos...

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Então, eu vou ler o relatório para uma melhor compreensão de todos. Posso ler o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O Líder do Governo está analisando com a Senadora Rose de Freitas. Vamos aguardar a discussão com o Líder do Governo. Há uma dúvida com relação... V.Exa. não tem dúvida alguma, eu também não tenho, mas... Estamos pedindo esclarecimentos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - O Deputado Danilo poderia ler. Na dúvida, se for o caso, nós pedimos vista ou votamos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Sim.

Deputado Danilo Forte, peço que faça, então, a leitura do relatório, por favor.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Obrigado, Sr. Presidente.

"Nos termos do art. 61, § 1º, inciso II, alínea 'b', da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 559, de 29 de outubro de 2021, na origem, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 29-CN, de 2021, que abre ao Orçamento de Investimento, em favor da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., da Refinaria de Mataripe S.A. e da Refinaria de Manaus S.A., crédito especial no valor de R\$132.320.000,00, para os fins que especifica.

O art. 2º do projeto de lei dispõe que os recursos necessários à abertura do crédito decorrem de geração própria de recursos, conforme indicado no Anexo.

A Exposição de Motivos (EM) nº 00276, de 2021, do Ministério da Economia, de 1º de outubro de 2021, que acompanha a proposição, informa que o crédito tem por objetivo adequar as dotações orçamentárias incluindo novas ações no Orçamento de Investimento das empresas, de modo a assegurar seu desempenho operacional e a consecução dos empreendimentos prioritários estabelecidos para 2021.

Começando com o crédito da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. — TBG, no valor de R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), cuja finalidade é a ampliação da capacidade do trecho sul do Gasoduto Bolívia-Brasil, com vista a atender a demanda adicional por gás natural.

Já com relação às refinarias Mataripe S.A. e Manaus S.A., que são empresas recém-constituídas e não integraram o orçamento de investimentos na LOA-2021, trata-se de empresas controladas temporariamente pela PETROBRAS S.A., com vistas à conclusão do processo de desinvestimento em refino. As dotações orçamentárias solicitadas visam dar às novas empresas condições de prosseguimento de suas atividades e manutenção de sua planta industrial no decorrer deste exercício.

Com relação ao resultado primário, a LDO-2021 estabelece, em seu art. 3º, que a elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2021 para o Programa de Dispendios Globais das estatais federais devem ser compatíveis com a obtenção da meta de déficit primário de R\$3,97 bilhões, excluindo os grupos PETROBRAS e ELETROBRAS. Dessa forma, a solicitação das empresas não gera impacto no resultado primário, pois está excluída do cálculo por pertencerem ao grupo PETROBRAS.

A PETROBRAS assinou, no dia 25 de agosto de 2021, o contrato de venda da Refinaria de Manaus (Refinaria Isaac Sabbá) e seus ativos logísticos associados, pelo valor de US\$ 189,5 milhões, o que equivale a R\$994,15 milhões.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A Refinaria Isaac Sabbá ou Refinaria de Manaus — REMAN é uma refinaria de petróleo brasileira localizada no Município de Manaus, Capital do Estado do Amazonas. É a única refinaria de petróleo da Região Norte. Foi fundada em 1957, incorporada ao sistema PETROBRAS em 1974 e desde 2000 opera com capacidade de processamento de 7 milhões e 300 mil litros de petróleo por dia, ou seja, 46 mil barris por dia.

Seus principais produtos são GLP, nafta petroquímica, gasolina, querosene de aviação, óleo diesel, óleos combustíveis, óleo leve para turbina elétrica, óleo para geração de energia, asfalto. Ela atende aos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

Com relação à Refinaria de Mataripe, é a planta mais antiga do Brasil, inaugurada em 1950. É a maior empresa da Bahia, responsável por cerca de 30% da produção industrial do Estado, foi vendida ao grupo árabe Mubadala por um valor 34% inferior ao preço estipulado inicialmente. A capacidade diária de processamento da refinaria é de 333 mil barris de petróleo por dia, o que representa 14% da capacidade total de refino de petróleo do Brasil.

O trabalho nas refinarias compõe um longo processo de produção dos combustíveis até chegar à bomba e representa parcela importante do preço dos combustíveis ao consumidor final.

Vale lembrar que o Tribunal de Contas da União — TCU reiterou em relatório recente uma preocupação já explicitada pela Agência Nacional do Petróleo — ANP no ano passado: a ausência de uma regulação para um mercado de refino com vários agentes causará sérios riscos de desabastecimento. Ou seja, além de pagar mais, a população pode até mesmo ficar sem os derivados.

Agora, o mais impressionante e sem sentido é o Parlamento colocar recursos públicos, tão escassos, em empresas já privatizadas. Não faz o menor sentido.

Dessa forma, nomeado Relator do crédito especial em análise, resolvi fazer um substitutivo, sugerindo a aprovação dos recursos para o crédito da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. — TBG, no valor de R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) e retirando os recursos da Refinaria de Manaus e da Refinaria Mataripe S.A. no valor total de R\$114.320.000 (cento e quatorze milhões trezentos e vinte mil reais).

Os recursos não utilizados permanecerão no caixa da PETROBRAS — Petróleo Brasileiro S.A., empresa de capital aberto (sociedade anônima), cujo acionista majoritário é o Estado brasileiro, como forma de proteção do patrimônio público.

II. Das emendas apresentadas

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto de lei.

III. Voto do Relator





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Do exame da proposição, constata-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva exclusivamente incluir novas categorias de programação na Lei Orçamentária Anual vigente — LOA 2021.

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO para 2021, Plano Plurianual — PPA 2020-2023, e à sua conformidade com a LOA de 2021 (Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021).

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 29, de 2021-CN, na forma do substitutivo apresentado.

Sala das sessões, 8 de dezembro de 2021."

Deputado Danilo Forte, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O relatório está em discussão.

Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Sr. Presidente, ouvi atentamente o relatório do Deputado Danilo Forte. Cumprimento o nobre colega, sempre muito estudioso das questões que afetam o interesse de todo o povo brasileiro, como questões no campo da energia. Este PLN, de maneira mais específica, trata de um assunto diretamente do interesse da PETROBRAS e, conseqüentemente, do interesse de todos os brasileiros, mais especificamente da Região Norte, que o Deputado Danilo tão bem conhece.

Portanto, ao ouvir as justificativas do Deputado, eu percebi com clareza o mérito de todo o raciocínio que S.Exa. desenvolveu e que o motivou a buscar um substitutivo, retirando parcela significativa dessa destinação, algo na casa de mais de cem milhões de reais.

Meu primeiro raciocínio é pela concordância, observando os argumentos enumerados pelo nobre Deputado Danilo. Porém, como eu disse, e o próprio Deputado Danilo mencionou isso logo quando foi instado a apresentar o seu parecer, é uma matéria que pode exigir uma análise e um estudo melhores. Eu mesmo admito que não sabia das condições em que se havia realizado o leilão e a venda dessa refinaria de Manaus, muito menos o montante cuja cifra chega a quase 1 bilhão de reais. Assim como também não sei — de fato, não sei se o Deputado Danilo teve oportunidade de conhecer — as condições em que se deu essa operação de venda.

E aí vem a minha dúvida. Se, no processo de venda, já estava prevista a algum tipo de situação que acabou demandando esse projeto de lei, talvez nós tenhamos que atender a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

demanda do Executivo e aprovar o projeto da forma que nos foi encaminhado, para que se cumpra o compromissado e se garanta a segurança jurídica, até porque o Brasil hoje realiza uma série de leilões que são necessários, tanto para privatização quanto para concessões, como o 5G. E a segurança jurídica nesse campo é muito importante. A credibilidade do País, a segurança jurídica, é muito importante. E é isto o que me preocupa: fazermos a modificação do projeto e, de repente, vemos que há algum dado que ainda não dominamos.

Por isso, com todo respeito ao nobre Deputado, que, reitero, merece todo o aplauso pelo estudo que fez, eu queria propor que nós adiássemos esta votação. Pelo menos esta informação eu gostaria de ter — não sei se o Deputado já a possui —, se a motivação da PETROBRAS e, portanto, do Governo Federal, ao se dispor a fazer esta aplicação de recurso, deve-se à obrigação contratual ou não. Se a motivação for por força contratual, por obrigação de fazer, por questão de defesa da segurança jurídica e da seriedade nos atos públicos, acredito que teríamos que manter o projeto original. Senão, se for uma mera deliberação, não há dúvida de que 100% de razão assiste ao Deputado Danilo, posto que há demandas as mais diversas e não podemos imaginar que o dinheiro público venha a socorrer a iniciativa privada sem que haja uma obrigação de fazer.

Neste sentido, Deputado Danilo, se houver concordância de V.Exa. e dos demais pares, eu sugiro, Presidente, que adiemos por, pelo menos, 24 horas, nos termos regimentais, a votação deste PLN.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Está inscrita a Deputada Dra. Soraya Manato. Na sequência, falará o Deputado Bosco Costa.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria parabenizar o Deputado Danilo Forte, mas eu concordo com o Deputado Domingos Sávio quanto à importância de se discutir melhor, já que foi reduzido de 32 milhões de reais para 18 milhões de reais. Parece que a PETROBRAS tinha compromisso, sim, com uns passivos, tinha acordo com essas empresas para que esses passivos fossem honrados. Eu acho que temos que discutir melhor. Concordo com o Deputado Domingos Sávio sobre um adiamento de pelo menos 24 horas, para chegarmos a um acordo e termos uma melhor votação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Com a palavra, então, o Deputado Bosco Costa.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. BOSCO COSTA (PL - SE) - Presidente Izalci, também quero parabenizar o nobre Deputado Danilo, que é atuante e estudioso. Mas as palavras do Deputado Domingos Sávio e da Deputada Soraya são as minhas palavras.

Como V.Exa., Deputado Danilo, é trabalhador, foi o primeiro a entregar. Mas sugiro que tenhamos pelo menos mais essas 24 horas para discutirmos melhor.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Nós vamos encerrar, então, a discussão e deixar a votação para amanhã, conforme sugestão dos nossos colegas.

Fica adiada a votação para amanhã.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Posso só esclarecer algo?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Pode, lógico.

Com a palavra o nosso querido Relator Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Obrigado, Presidente Senador Izalci e demais colegas.

É lógico que tivemos a preocupação de averiguar se a venda não foi para o leilão. A venda é uma negociação direta que a PETROBRAS está fazendo. Toda compra e venda de empresa hoje tem uma cláusula de recálculo, até porque essas transições não são automáticas, não é o simples fato de comprar ou de vender. Sobre essa questão de recálculo de passivo e ativo, sempre há encontro de contas que ficam pendentes à medida que a negociação e a incorporação vão se dando pelas novas empresas.

Mas é lógico que eu sou muito transparente nas minhas coisas. Eu não tive acesso ao contrato em si e acho prudente também que possamos, nesse período, ter acesso ao contrato, até para não causar nenhum desconforto, do ponto de vista operacional, a essa instituição que tanto admiramos e queremos bem, que se chama Petróleo Brasileiro S.A — PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Deputado Danilo.

Eu vou ler um pedido de autorização, para que possamos deliberar sobre ele:

Autorização

Solicita ao Plenário autorização para que os autores de emenda individual e de bancada, que não apresentaram os valores totais destinados às emendas impositivas, possam acrescentar esses valores nas emendas já apresentadas ao PLOA de 2022. Bem como autorizar as bancadas estaduais a acrescentarem às emendas apresentadas, independentemente do RP e do valor original da emenda, o valor estabelecido pelo parecer preliminar da RP-2 relativo aos 25% do saldo de reservas de recursos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a autorização permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam a autorização permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada.

Eu vou suspender a sessão.

Amanhã, então, continuaremos com a votação do parecer do Deputado Danilo Forte e dos demais itens da pauta.

Está suspensa a sessão.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Bom dia a todos.

Há quórum regimental para reabertura dos trabalhos.

Declaro reiniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares presentes física ou remotamente.

O SR. BETO FARO (PT - PA) - Presidente, permita-me expressar uma preocupação. Eu acabei ficando em Brasília, mas conseguir passagem para o meu Estado não é tão simples. Os próximos voos que posso pegar são à meia-noite de hoje ou amanhã cedo. Eu sou o Relator-Setorial da área do meio ambiente e fui o primeiro, inclusive, a entregar o relatório. Está tudo organizado. Peço que, dentro do encaminhamento de ontem...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - É o que estamos fazendo agora.

O SR. BETO FARO (PT - PA) - Inclusive, se possível, quero ser o primeiro a apresentar o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Informo que os requerimentos de procedimentos deverão ser enviados para o e-mail cmo@camara.leg.br ou entregues pessoalmente na Secretaria da Comissão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passamos ao primeiro item da pauta. Relatório da Área temática XII — Meio Ambiente, cujo Relator-Setorial, o Deputado Beto Faro, do PT do Pará, muito gentilmente já se encontra no recinto.

O Relator-Setorial está com a palavra para apresentação do seu relatório.

O SR. BETO FARO (PT - PA) - Sra. Presidenta, demais pares da Comissão, eu vou fazer aqui a leitura de três aspectos que nós estamos trazendo no relatório, com a aprovação, obviamente, de todas as emendas impositivas e individuais, com o corte preliminar feito pelo Relator-Geral e devolução de 10 milhões de reais, em tese. Eu peguei esses 10 milhões de reais e os estou dividindo entre aquelas emendas que foram enviadas a esta relatoria pelas Comissões, tanto da Câmara como do Senado, acatando todas e definindo as prioridades pelo montante dos recursos, distribuindo apenas esses 10 milhões de reais que foram liberados.

Então, passo a ler o relatório.

“1. Relatório

(...) Por designação da Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização, Senadora Rose de Freitas, coube-me a missão de apreciar, como Relator-Setorial, a proposta orçamentaria relativa à Área Temática XII, constituída do Ministério Meio Ambiente e unidades orçamentárias a ele vinculadas. (...)

Recentemente, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais divulgou que a taxa de desmatamento na Amazônia Legal Brasileira ficou em mais de 13 mil quilômetros quadrados, de agosto de 2020 a julho de 2021. Precisamos trabalhar para mudar essa realidade.

O nosso relatório, mesmo com o pouco recurso disponível, com a pouca atenção que é dada a essa área tão importante, tentou priorizar as ações orçamentárias que tratam da Prevenção e Controle de Incêndios Florestais e também da Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental.

Já passou da hora de priorizarmos o nosso meio ambiente e de refletir isso na nossa lei orçamentária, pois de nada adianta o discurso ser de proteção e preservação se os recursos necessários não forem destinados para essa finalidade.

Ainda em relação à questão da biodiversidade e da recuperação ambiental, a preservação e conservação dos rios de igarapés precisam ter o nosso foco. (...)

Em algumas bacias hidrográficas, igarapés representam 90% de toda a extensão dos cursos d'água, além de serem as cabeceiras dessas intrincadas redes hídricas. Interligados em um sistema único, os impactos sofridos por eles em função da degradação florestal ecoam nos rios maiores, que, por sua vez, já estão impactados por grandes obras de infraestrutura, como as usinas hidrelétricas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tendo em vista essa reflexão trazida acima, gostaríamos de indicar ao Relator-Geral que atenda nosso pleito para a conservação dos rios e igarapés e nos auxilie no convencimento dos demais pares para que consigamos manter os biomas preservados. Ademais, apresentamos outras ações que entendemos ser importantes para um meio ambiente sustentável e preservado não só para esta geração, mas também para as próximas gerações.

Importante mencionar que nós ouvimos as entidades da sociedade civil que acompanham o tema para tomar as nossas decisões (...)."

Foram apresentadas, nesta área temática, 73 emendas à despesa. Destas, 68 foram apresentadas por Parlamentares, e outras 5, por Comissões. Não há indicação de parecer pela inadmissibilidade para nenhuma emenda do setor. Apesar da possibilidade de efetuar cortes, preferimos preservar as programações constantes do projeto de lei.

"De qualquer modo, contamos com montante oriundo da reserva de recursos aprovada no parecer preliminar. Esse valor foi distribuído entre as emendas apresentadas na área da seguinte forma (...)."

Aí vêm as cinco emendas que foram apresentadas pelas Comissões, emendas de que todos têm conhecimento, porque já foi distribuído o relatório. Entre todas elas nós fizemos a distribuição dos 10 milhões de reais. E essas emendas foram aprovadas nas Comissões do Senado e da Câmara.

"Portanto, considerando as limitações de atuação impostas aos Relatores-Setoriais, indicamos ainda ao Relator-Geral a alocação de recursos na forma a seguir (...)."

Estamos aqui apenas sugerindo ao Relator algumas emendas para que ele acolha no relatório-geral, por todas as demandas que foram levantadas e que não foram aprovadas nessas emendas de Comissão. Só ele pode acolher essas emendas, já que no relatório setorial não se pode fazer isso.

"Por fim, ressalta-se que as programações do Ministério do Meio Ambiente foram reduzidas pelo Relator-Geral por meio de corte prévio no parecer preliminar. Sugerimos, em razão da importância dessas programações, não apenas a recomposição dos cortes realizados no parecer preliminar, mas também que não sejam realizados cortes adicionais nas programações do setor.

2. Voto do Relator

Ante o exposto, votamos pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2022, no que concerne às unidades orçamentárias constantes da Área Temática XII — Meio Ambiente, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas."





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Era isso, Sra. Presidente.

Obrigado pela confiança.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Quero agradecer a V.Exa. a presteza, a preocupação e o compromisso com a Comissão.

Eu queria alertar os Relatores que por acaso estejam nos ouvindo nos demais recintos da Casa para o fato de que nós votaremos todos os relatórios apresentados até o momento.

Vamos passar à discussão do relatório apresentado.

Em discussão na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Em discussão no Senado Federal. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos passar à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o relatório apresentado pelo nosso companheiro Deputado Beto Faro permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Parabenizo V.Exa., Deputado.

V.Exa. deseja fazer alguma consideração?

O SR. BETO FARO (PT - PA) - Quero só agradecer a confiança ao meu partido, que me indicou como Relator desta parte importante do orçamento. Apesar de os recursos serem poucos, essa é uma área importante para a atual conjuntura. O mundo inteiro discute a questão ambiental no nosso País. E estamos saindo agora da COP com muitas responsabilidades. Então, espero ter contribuído com o debate e com o aprimoramento do nosso orçamento.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Beto, V.Exa. vai viajar hoje à meia-noite?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Se V.Exa. tiver um tempo disponível, eu gostaria, depois, de conversar com V.Exa. na Comissão, porque nós vamos voltar ao assunto da questão ambiental dentro do relatório de V.Exa. e com as expectativas que ainda podem ser construídas sobre uma matéria tão importante.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. BETO FARO (PT - PA) - Estarei o dia todo aqui à sua disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Parabenizo V.Exa.

Em seguida, votaremos o Relatório da Área Temática XV — Poderes.

Tem a palavra o Relator-Setorial Dagoberto Nogueira, do PDT de Mato Grosso, para apresentar o relatório.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu fiz um resumo, até porque eu não alterei muito o relatório, com exceção de um pedido do Ministro Toffoli para deslocarmos um recurso de um lugar para outro, sem mexer no relatório final. Portanto, eu fiz um resumo breve que vou ler agora para V.Exas.

"A Área Temática XV — Poderes compõe-se da programação orçamentária integral dos órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União.

Encerrado o prazo, não foram apresentadas emendas nesta área temática. No entanto, apresentamos uma emenda de Relator, com base no art. 144 da Resolução nº 1, de 2016, para correção de erro ou omissão de ordem técnica ou legal, conforme Ofício GAB-DG nº 5383/2021, de 6 de dezembro de 2021, do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que solicita remanejamento de R\$2.270.000 (dois milhões, duzentos e setenta mil reais) da ação orçamentária 'Julgamento de Causas e Gestão Administrativa', grupo de despesa: Outras Despesas Correntes, do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, para o projeto de Usina de Energia Fotovoltaica do próprio Tribunal.

Recebemos também o Ofício CSJT. GP.SG nº 568/2021, de 1º de dezembro de 2021, da Ministra Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, solicitando que os valores constantes da proposta orçamentária da Justiça do Trabalho para 2022 sejam preservados. Ciente dos prejuízos aos órgãos decorrentes de eventuais cortes nas programações constantes do projeto de lei, esta relatoria não promoveu nenhum cancelamento nas programações propostas.

Diante das restrições legais e regimentais para apresentação de emendas em favor dos órgãos dessa área temática e considerando a possibilidade do aumento do limite individualizado para as despesas dos órgãos desse setor, caso aprovada a PEC 23/21 — a PEC dos Precatórios —, esta relatoria solicita ao Relator-Geral que seja priorizada a alocação de recursos em investimentos no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em Mato Grosso do Sul, do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e da Justiça Federal de Mato Grosso do Sul.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 19, de 2021-CN, na parte referente à Área Temática XV — Poderes, com a alteração proposta neste relatório."

Este é o meu relatório. Espero a aprovação das Sras. e Srs. Deputados e das Sras. e Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vou colocar em discussão o relatório apresentado pelo Deputado Dagoberto.

Está em discussão o relatório na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sra. Presidente, posso fazer só uma ponderação?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Relator-Geral, o Deputado Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Quero fazer uma ponderação, Sra. Presidente, mas não só sobre este relatório setorial em discussão.

Eu tenho me manifestado sobre o orçamento, inclusive em alguns meios de comunicação, e digo que nós todos aqui temos que ter uma responsabilidade muito grande, porque estamos tratando do orçamento público federal. E é interessante que os grandes meios de comunicação estão sempre focados em alguns dos temas da nossa Comissão, especialmente a questão das emendas RP9, as emendas de Relator. E estão focados também no tema do fundo eleitoral. Esses são temas que chamam a atenção e que acabam sendo destaque. Mas, na realidade, nós estamos mais do que maduros também para começar a avaliar outros temas da nossa Comissão.

Eu digo que, quanto mais pessoas estiverem acompanhando a execução do orçamento, melhor para a sociedade. Essa fiscalização torna esse trabalho que está sendo realizado melhor.

Eu estou falando isso neste momento de discussão do relatório do Deputado Dagoberto porque ele traz aqui a questão dos Poderes da República. E nós temos que começar a discutir também a questão desses Poderes, os valores dos seus orçamentos. Por isso eu faço essa ponderação aqui.

Eu estava conversando com o Deputado Dagoberto e dizia a ele que nós precisamos lançar luz sobre o custo dos Poderes. Nós precisamos lançar luz sobre o custo não só do que nós estamos discutindo aqui, como as RP9, as emendas de Relator, as quais têm custo de 16 bilhões de reais, mas também sobre o custo dos Poderes da República. Tudo isso tem que ter acompanhamento, transparência. Nós todos aqui somos favoráveis isso.

Então, eu indago de V.Exa., Deputado Dagoberto, do ponto de vista genérico, como é o acompanhamento, por exemplo, dos valores que estão sendo investidos ou atribuídos aqui aos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Poderes. Vamos avaliar o nosso orçamento. Vamos começar pelo nosso orçamento, que está na faixa de 10 bilhões de reais, entre Câmara e Senado. É um orçamento alto? O que nós podemos fazer para reavaliar o nosso orçamento? Esse é o nosso papel. Nós temos que chegar e avaliar se isso não está em excesso, o que temos que retirar daqui. E aí temos que começar a avaliar também o tamanho dos orçamentos do Tribunal de Contas, da Justiça do Trabalho, da Justiça Eleitoral, da Justiça Federal. E nós não podemos, por sermos da Comissão de Orçamento, ter dedos com relação a essa matéria.

Por exemplo, às vezes, o foco do debate cai sobre o fundo eleitoral. Esse é um debate que acaba acontecendo nesta Casa. Mas qual é o custo da Justiça Eleitoral, Deputado Dagoberto? É um custo que a sociedade continua disposta a pagar? O custo da Justiça Eleitoral está na faixa de 10 bilhões de reais por ano. Esse é um custo importante, é um custo relevante, é um custo que tem retorno para a sociedade?

Eu falo aqui, com todas as vênias, por exemplo, da Justiça do Trabalho. Ela é importante? Ela desempenha um papel importante? Desempenha. Mas a sociedade está disposta a pagar um custo de 21 bilhões de reais por ano para a manutenção da Justiça do Trabalho, ou nós podemos fazer uma condensação dela, pelo que tem acontecido, até porque a legislação do trabalho tem mudado de forma muito célere?

Nós estamos falando aqui de dois ramos especializados do Poder Judiciário, a Justiça do Trabalho e a Justiça Eleitoral, que juntos somam um gasto na faixa de 30 bilhões de reais. Se o custo do Parlamento é alto, vamos sentar e rever esse custo. Se o custo da Justiça é alto, nós temos que chegar a um momento de reavaliá-lo também. Se o custo do Poder Executivo, que obviamente tem todas as ações das políticas públicas, é alto, nosso papel aqui também é avaliar e rever esse custo, para que haja mais recursos para outros direcionamentos.

Eu fiz esse apontamento, Deputado Dagoberto, compreendendo perfeitamente as restrições que V.Exa. tem como Relator-Setorial e as restrições que eu tenho como Relator-Geral. Mas eu não gostaria de deixar isso passar em branco, de deixar de fazer este registro, para que a sociedade comece a questionar também não só os temas que acabam sendo levados à luz pelos meios de comunicação, mas também esses temas que expus aqui. Esse é o nosso papel. Nós não podemos abrir mão disso.

Obrigado, Sra. Presidente.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Sra. Presidente, posso responder?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Primeiro, eu acho que o Deputado Hugo Leal tem toda a razão. Se esta Comissão assim entender, eu revejo a minha posição com





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

tranquilidade. Eu estou disposto a fazer a modificação, de acordo com o Relator-Geral. Portanto, eu fico a sua disposição até o final da votação do orçamento geral, para que o texto possa ser alterado de acordo com a conveniência e com a vontade da Comissão. Eu acatarei essa modificação.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Cumprimento V.Exa., Sra. Presidente, o Senador Esperidião Amin e os demais membros da Comissão.

Eu penso que o que traz à luz este debate promovido através da leitura do relatório do Deputado Dagoberto e da intervenção do Deputado Hugo Leal é, principalmente, a questão de vermos se todos esses indicativos de valores de orçamento dos Poderes estão coerentes ou não, se são sensatos ou não, se foram amplamente debatidos ou não, se são suficientes ou se estão além do suficiente. Esse é um debate que nós precisaríamos fazer, porém com mais profundidade. Eu não vejo que, neste momento, apresentado o relatório, que está na iminência de ser votado, nós possamos alterar alguma coisa aí.

O Deputado Dagoberto, de fato, manteve integralmente o texto oriundo do Executivo. Portanto, não houve alteração, a não ser uma solicitada pelo próprio Ministro Toffoli, emenda que o Relator acatou por ser uma demanda do próprio Judiciário.

Creio, Deputado Hugo Leal, que V.Exa. traz à luz um debate que esta Casa terá que fazer, na minha opinião, a partir do próximo ano de fato. V.Exa. tem razão ao dizer que a mídia, principalmente, pinça apenas alguns pontos de todo um conjunto que nem sequer é levado em consideração. E isso tem trazido uma imagem distorcida do processo. V.Exa. citou as emendas RP9, mas há também o fundo eleitoral e outras discussões que são pinçadas, retirando-se do conjunto ou, digamos, do cenário macro, aquilo que interessa à sociedade discutir a fundo.

Eu sugiro, inclusive, que V.Exa., no Relatório Geral, dê esse indicativo ao próximo Relator-Geral, que será oriundo do Senado, para que o próximo Relator-Geral do orçamento, que trabalhará o orçamento para 2023, debata essa questão dos valores destinados aos Poderes, em relação aos gastos que têm, para aferirmos se esses gastos são compatíveis com o serviço prestado. E digo isso porque V.Exa. expõe aí o valor destinado à Justiça do Trabalho de 28 bilhões de reais, não é isso?

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - São 21 bilhões de reais.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - São 21 bilhões de reais para mantermos a Justiça do Trabalho. E o Tribunal Superior Eleitoral, com todas as suas...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Gasta de 9 bilhões de reais a 10 bilhões de reais.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - São quase 10 bilhões de reais para o Tribunal Superior Eleitoral. Ou seja, esses valores, Deputado Dagoberto, tenho certeza de que não são de conhecimento público. E este debate é apenas sobre dois tribunais: o Tribunal Superior do Trabalho e o Tribunal Superior Eleitoral. São mais de 30 bilhões de reais! Ou seja, é o valor da RP9 em dobro! E essas questões têm que ser debatidas.

V.Exa. traz à luz esta discussão, que é importante. Mas não vejo como agora possamos alterar essa situação, nem o próprio Relator-Geral. Eu acho difícil. Porém um indicativo de V.Exa. no texto de apresentação do Relatório Geral acho que pode trazer luz à questão. E, para o próximo orçamento — não para esse de 2022, mas para o de 2023 —, essa questão poderá e deverá, sim, ser discutida amplamente, para que a sociedade tome conhecimento dela, participe da discussão e sugira alterações também.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Eu gostaria de me manifestar, Presidente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, assim que possível, peço que registre a minha necessidade de fala, por 1 minuto, por favor, para registrar a posição do PSOL no conjunto das matérias.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Glauber, tem V.Exa. a palavra.

Temos inscritos, ainda, o Deputado Bosco Costa e o Senador Esperidião Amin, para falar sobre a questão levantada pelo Relator-Geral Hugo Leal.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, em razão do atropelar das votações, o que já se tornou uma regra nas medidas relativas ao orçamento e em relação aos relatórios setoriais, inclusive, e isso se dá exatamente em razão da política de desmonte implementada também a partir das prioridades ou da falta de prioridades orçamentárias, a bancada do PSOL está em obstrução em relação ao conjunto de matérias que estão sendo deliberadas e que são relativas ao orçamento.

No momento adequado, vamos nos aprofundar em relação a pontos específicos, como já tivemos a oportunidade de fazer anteriormente, quando da crítica ao chamado "orçamento secreto", as emendas de Relator, na votação do que foi o material preliminar apresentado pelo Relator.

Então, repito: o PSOL está em obstrução no conjunto das matérias. E eu peço que essa posição seja registrada em ata e nas orientações das votações.

Muito obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Só para esclarecer ao Deputado Glauber Braga, que prezo muito, nada pode ser feito fora do prazo regimental apresentado. Desde o momento em que são elaboradas as propostas, as mensagens que chegam a esta Casa, tudo, absolutamente tudo, é divulgado. O prazo é discutido. Se necessário, aumenta-se o prazo; se não necessário, votamos no prazo do calendário que o Regimento permite ser apresentado.

Então, vai ser registrado em ata...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, com todo o respeito...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não vamos falar ao mesmo tempo. V.Exa. quer falar novamente?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Apenas quero dizer que, com todo o respeito a V.Exa., mantenho a posição e a orientação da bancada do PSOL de obstrução, pelos motivos alegados.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado, perfeito. Eu não tentei dissuadi-lo, apenas informá-lo da melhor maneira.

Com a palavra o Deputado Bosco Costa. Em seguida, falará o Senador Esperidião Amin.

O SR. BOSCO COSTA (PL - SE) - Sra. Presidente desta Comissão, Senadora Rose de Freitas, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o Deputado Hugo Leal faz um comentário sobre o qual precisamos refletir muito.

Concordo, Deputado Cajado, que não existe tempo suficiente para essa discussão. Agora, o Congresso Nacional, em especial esta Comissão, não pode deixar que as coisas aconteçam dessa maneira.

A classe política — nós, políticos — deve muito à sociedade. Somos nós que elaboramos as leis no País. Os senhores do Executivo executam os recursos públicos. Agora, essa questão de Orçamento, principalmente o dos Poderes, tem que ser discutida, porque a sociedade, muitas das vezes, cobra apenas da classe política. Sim, ela deve cobrar da classe política. Por que não cobrar? Agora, também não podemos fechar os olhos para um Orçamento de 21 bilhões ou de 10 bilhões. Quer dizer, essa é uma questão que deve ser mais bem discutida.

Eu me somo ao pronunciamento, à fala do Relator, Deputado Hugo Leal, e à do Deputado Cajado.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Senador Esperidião Amin.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Eu gostaria de oferecer, Sra. Presidente, uma modesta contribuição no mesmo sentido. Nós somos governados mais pela inércia do que pelas iniciativas, certo?

Tenho uma pequena contribuição acadêmica. Desde que foi escrito, em 1991 ou 1992 — portanto, há 30 anos —, o livro *Reinventando o Governo*, de Osborne — e dele me utilizei tanto para minha dissertação de mestrado, quanto para minha tese de doutorado —, muita coisa evoluiu no serviço público ocidental: a nova administração pública, a administração por objetivos, várias formas de estrutura e o novo serviço público. Foi até onde eu li matéria versando sobre isso.

Ou seja, nós, de vez em quando, temos que sacudir a árvore do organograma do País para saber o que alguns ramos estão fazendo. Se isso puder ser feito continuamente, como um exercício, estabelecendo o custo-benefício dessa existência da árvore, Deputado Hugo Leal, dos seus ramos e dos seus frutos — o mais importante é avaliar os frutos —, eu acho que seria de bom alvitre que o Relator sempre tivesse, no seu trabalho, um item, um capítulo destinado a essa prospecção e a essa avaliação. Então, eu sou favorável às intervenções nesse sentido e até me disponho a oferecer algumas contribuições da minha experiência administrativa e acadêmica.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Mais alguém gostaria de discutir? (Pausa.)

Então, eu gostaria de me manifestar, primeiro, quanto à coerência do discurso do Relator-Geral, Hugo Leal.

Proponho ao Plenário que não votemos essa matéria agora, mas amanhã, para pararmos e refletirmos sobre o relatório apresentado, já que o próprio Relator entende que essa discussão é pertinente. É uma discussão que significa um marco de avanço. A palavra do Senador Esperidião Amin é absolutamente verdadeira. Eu, que estou no oitavo mandato nesta Casa, quero dizer que é assim mesmo, administrar pela inércia. Muitas vezes, é melhor não mudar nada, ainda que reconheçamos que é necessário mudar, que é necessário criar novos critérios, o que dará mais transparência.

Nós estamos discutindo há quantos dias o relatório da educação? Não nos afastamos um centímetro. E ontem o que foi oferecido aqui à Comissão de Orçamento foram apenas 2,3 bilhões de reais dos 4,5 bilhões de reais necessários para que nós possamos exercitar um Orçamento pelo menos compatível com as necessidades fundamentais da educação, para voltarmos aos patamares de 2019, como colocado aqui pelos reitores e diretores, quando era





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

permitido pagar assistência estudantil e outras modalidades de compromisso financeiro nas universidades e nas escolas, para continuarem funcionando.

Então, Deputado Dagoberto, gostaria de propor a V.Exa., evidentemente, com aplausos muito grandes ao nosso Relator — eu não esperava nada diferente dele, pelo tempo há que o conheço —, com a observância do nosso mestre de sempre, o Senador Esperidião Amin, para darmos um tempo para que V.Exa. se sentasse com todos nós, inclusive Relatores de outras áreas e representantes dos setores que precisam ser reavaliados.

É verdade: liga-se o piloto automático e se vai pela estrada fora. Muitas vezes, só cumprir o calendário não nos satisfaz. Muitas vezes, eu vou para casa angustiada, porque naquele momento poderia ter sido feito mais. Como V.Exa. é extremamente competente e dedicado, eu pergunto se aceita que nós deixemos essa matéria para ser votada um pouco mais à frente, para que essa discussão possa permear as Lideranças, para talvez até oferecerem uma sugestão diferenciada que V.Exa. possa analisar.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Sra. Presidente, nós não poderíamos suspender em vez de votar aqui agora? Nós conversaríamos rapidamente sobre isso e, depois, voltaríamos com uma decisão já tomada. E, se for o caso, nós votamos ainda hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Podemos. Podemos, se todos se dispuserem.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Eu acho que poderia, porque não há muita coisa. Acho que é mais no geral.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Nós temos apenas mais um relatório para votar e, em seguida, podemos nos sentar...

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Isso. Suspenderíamos e, em seguida, votaríamos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Ele deixará alguém conosco aqui, que poderá inclusive oferecer subsídios.

Eu concordo com a proposta de V.Exa. Não sei se todos concordam.

Se todos concordarem, vamos votar apenas mais um relatório e suspender a sessão, sob o comando do nosso Relator, Deputado Dagoberto, com o auxílio do Deputado Hugo Leal e de todos os que estão presentes, mais a colaboração do Senador Esperidião Amin.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Presidenta, pela ordem. É o Deputado José Guimarães.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Deputado José Guimarães.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Quero pedir uma informação. Só dois Relatores entregaram seus relatórios setoriais?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Três Relatores.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Três relatórios.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - E alguns já estão chegando aqui. Estão fazendo revisão. Nós teremos acredito que mais quatro relatórios para serem votados daqui a pouco.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Viu, Líder Cajado? Quero registrar que o primeiro relatório apresentado já votado foi relatado pelo Deputado Beto Faro, do PT.

Veja, Deputado Dagoberto, em que pese a inércia do Governo, nós aqui nesta Comissão — não é V.Exa., não —, quando encaminhamos a discussão com o Relator-Geral, há uma dificuldade do Governo de encaminhar, de se posicionar e ajudar na celeridade com que esta Comissão está trabalhando. E ainda há Deputado que diz que o PT atrapalha, e tal.

O primeiro relatório votado aqui nesta Comissão foi do Relator Deputado Beto Faro. Vejam a nossa responsabilidade! E eu espero que nos próximos anos, 2022 ou 2023, quem sabe, se nós estivermos governando o Brasil, V.Exas. tenham essa mesma atitude republicana de que esta Comissão, Presidenta, não é uma Comissão de Governo ou de Oposição, é uma Comissão que trata das questões relacionadas ao País, às políticas públicas, enfim.

Quero só fazer o registro, Presidente, para constar em ata da Comissão a nossa disposição de colaborar para que a Comissão vote tudo até o dia 17, Deputado Cajado.

Obrigado, Presidente.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Deputado Guimarães, V.Exa. me dá uma parte?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Ele já concluiu. Eu agora não vou dar a palavra a V.Exa. Permite-me?

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não vai ficar chateado?

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Quero apenas reconhecer isso. V.Exa. mesma agradeceu ao PT pela prestação. Então, a própria Comissão agradeceu.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu já vivi guerras aqui desde a Constituinte, guerras em que Oposição e Situação queriam se devorar. E no entendimento de que o País passa por uma crise que precisa ser ajustada na política, evidentemente, com princípios e práticas democráticas, é preciso reconhecer também que o colégio que se construiu aqui e em outras Comissões tem contado com a Oposição permanentemente, permanentemente. Eu sou testemunha, razão pela qual digo que um determinado partido me





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

disse: "A senhora deu uma relatoria especial para o José Guimarães". E aí eu disse: "Ele é igual a mim, a você e a qualquer outra pessoa".

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - E eu entreguei o relatório do PLN 43 rapidamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Verdade.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - E mais, o 1º Vice-Presidente da Comissão é do PT. E V.Exa. disse: "Vamos manter o acordo". V.Exa. manteve, bancou, e a Comissão se houve muito bem, está se havendo muito bem com o Deputado Carlos Zarattini como 1º Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Muito bem. E V.Exa., como Governo, tem sido um indisciplinado. (*Risos.*)

Vamos em frente.

Declaro agora que está suspensa a votação do relatório apresentado pelo Deputado Dagoberto. Em seguida, vamos à sala ao lado. Não será uma perda de tempo. Será um momento construtivo para caminharmos. E que a próxima Comissão, a partir de abril do ano que vem, possa seguir nessa sequência de nós construirmos novas práticas, refletindo... De repente, é o Deputado Hugo Leal que vira e fala: "Olha, não poderíamos pensar um pouco mais sobre isso?" E nós trabalhamos dentro da lógica da máxima construída aqui de que é na inércia que tem sido administrado o País e que têm sido tomadas as decisões nesta Casa também. Portanto, eu aplaudo V.Exa. pelo gesto.

Vamos votar agora o terceiro item. Está suspensa essa votação. O relatório está apresentado. Quero destacar que não foi votado. Portanto, ainda... É muito comum, V.Exas. não sabem, quando nós instamos o nosso assessor, ele dizer assim: "Já foi". Não foi, vai. Vamos adiante. Em seguida, faremos a reunião na sala ao lado.

Agora vamos ao próximo item.

Área Temática IX - Justiça e Segurança Pública.

O Relator-Setorial é o Deputado Gilberto Abramo, do Republicanos de Minas Gerais, que já está com o relatório em mãos e vai fazer a sua apresentação.

Com a palavra o Deputado Gilberto Abramo.

O SR. GILBERTO ABRAMO (REPUBLICANOS - MG) - Sra. Presidente, eu quero ser breve na leitura do meu parecer, uma vez que ele já foi divulgado e todos têm ciência do conteúdo.

"1.3. Emendas Apresentadas

No âmbito da Área Temática 9 foram apresentadas no prazo regimental 270 emendas, todas de apropriação; não tendo sido apresentada emenda do tipo 'remanejamento'. Das





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

emendas coletivas, 33 são de bancada estadual e 19 de Comissão (totalizando 52 emendas coletivas). As emendas individuais totalizaram 218.

No atendimento dos pleitos foram utilizados, especialmente, os critérios de prioridade ao combate à criminalidade, necessidades setoriais e regionais e a expectativa de execução de cada ação. Dessa forma, as ações que visam a apoiar os investimentos na área de segurança pública receberam especial atenção, especialmente considerando os esforços do Ministério na integração das esferas federal, estadual e municipal no combate à criminalidade.

Nesse contexto, foi priorizada por esta relatoria emenda da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado em favor da administração direta do Ministério, a fim de possibilitar a realização de curso de formação de profissionais de segurança pública no âmbito da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Penal Federal, com vistas ao fortalecimento desses órgãos.

1.3.1 Emendas Individuais

As emendas individuais apresentadas foram integralmente aprovadas, atendidas por meio de repasses advindos de reserva própria de recursos, em montante de R\$104.025.095,00.

1.3.2 Emendas Coletivas

1.3.2.1 De Apropriação

No atendimento das emendas coletivas, esta relatoria utilizou os recursos que lhe foram disponibilizados, em conformidade com a regra estabelecida no art. 57 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. (...)

Ciente dos potenciais prejuízos causados aos órgãos decorrentes de eventuais cortes nas programações constantes do projeto de lei, esta relatoria não promoveu qualquer cancelamento nas programações propostas no projeto de lei. (...)"

Os valores totais atendidos foram de R\$553.165.033, com o atendimento de emendas individuais e coletivas.

"Em termos globais, considerando os acréscimos desta relatoria e os cancelamentos efetuados no parecer preliminar" (...)

Apenas, Presidente, eu gostaria de fazer uma observação ao Relator:

"A par das restrições de recursos que esta relatoria teve, entendemos necessário alertar para a importância de que seja avaliada a possibilidade de recomposição dos cancelamentos ocorridos na programação de despesas correntes do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

2. Voto





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 19, de 2021, do Congresso Nacional, na parte referente ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, conforme discriminado em anexo.”

Este é o meu parecer.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu peço 1 minuto, por favor.

(Pausa prolongada.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Por favor, desculpem-me.

Nós estávamos aqui discutindo com o Presidente Pacheco a possibilidade de termos mais um tempinho para concluirmos os trabalhos até o dia 17 pela manhã. O prazo fixado pelo Presidente é o dia 16.

Eu estou vendo todo mundo trabalhar no seu tempo e, inclusive, atendendo as pessoas. O Relator terá um trabalho bagual, bem dormido, até esse dia. Portanto, vamos todos colaborar para que consigamos fazer isso até dia 16. Em não conseguindo, teremos apenas a manhã do dia 17, porque, a partir da 14 horas, a Câmara e o Senado estarão reunidos para aprovar o Orçamento.

Em discussão o relatório apresentado. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, tem a palavra o Sr. Relator. *(Pausa.)*

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Desculpe-me, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu entendo, é permanentemente a discussão.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Não, está perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - É apenas para dizer que nós estamos colocando a matéria em votação e há dois destaques sobre a mesa.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Destaque? Não tem destaque, não.

Teve destaque no seu relatório, Deputado Gilberto Abramo?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Há dois destaques sobre a mesa. Eu posso dizer a V.Exa. quais são. É da bancada do Amazonas, Sr. Relator.

Nós vamos colocar a matéria em votação, ressalvados os destaques.

Mas eu queria que o Relator conhecesse do que estamos tratando, porque, pelo efeito bumerangue, vão voltar a S.Exa. os dois destaques apresentados.

Eu vou colocar em votação o relatório, já que não há quem queira discuti-lo na Câmara e no Senado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação o relatório apresentado, ressalvados os dois destaques apresentados pela bancada do Amazonas.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos passar agora à discussão dos destaques apresentados.

Passamos ao primeiro destaque. Não estão presentes aqui os representantes da Região Amazônica.

Há alguém da Região Amazônica que queira falar alguma coisa sobre os destaques apresentados? *(Pausa.)*

Passarei a palavra ao Relator, para que ele dê seu parecer aos dois destaques apresentados, os Destaques nº 1 e nº 2.

A informação aqui, Sr. Relator, é que se trata da mesma emenda. Então, V.Exa. pode apresentar seu parecer.

V.Exa. conhece os destaques?

O SR. GILBERTO ABRAMO (REPUBLICANOS - MG) - Não tenho conhecimento dos destaques, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Por favor, peço que forneçam os dados necessários ao Relator.

Vamos aguardar um momento para que o Relator possa conhecer os destaques.

(Pausa prolongada.)

O SR. GILBERTO ABRAMO (REPUBLICANOS - MG) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não, Relator. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GILBERTO ABRAMO (REPUBLICANOS - MG) - Sra. Presidente, sou pela rejeição desses destaques, por já terem sido contemplados no relatório que nós apresentamos. O atendimento já é parcial, a aprovação é parcial. Então, não faz sentido a aprovação desses destaques, pois já foi atendida a bancada.

A aprovação que solicitam é pela substituição da rejeição por aprovação parcial. Então, eu sou pela rejeição dos destaques, uma vez que já houve parcialmente a aprovação no relatório.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O Relator apresenta o parecer pela rejeição, inclusive ressaltando que, parcialmente, os destaques já foram atendidos.

Portanto, vamos colocar em votação o parecer do Relator.

Aqueles que votam na representação da Câmara dos Deputados com o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O destaque foi rejeitado.

Portanto, não vai ao Senado.

Vamos ressaltar que esta reunião continuará tão logo nos reunamos com o Deputado Dagoberto Nogueira e também sejam feitas as correções nos relatórios setoriais que já estão na Casa.

Vamos votar a quebra de interstício.

Há sobre a mesa o requerimento de quebra de interstício e inclusão na pauta dos Relatórios dos Comitês Permanentes, CAE, CFIS e COI, de 2 dias úteis contados da publicação, conforme previsto no art. 128 da Resolução nº 1/2006-CN.

A quebra de interstício e inclusão na pauta está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Vamos suspender a reunião, para nos reunirmos com o Deputado Dagoberto Nogueira.

Antes, porém, eu queria fazer uma sugestão. Nós abrimos a reunião para os Relatores, os seus assessores e os Deputados. Quando o Relator estiver lendo seu relatório, para que nós todos possamos ouvi-lo com atenção, é necessário que nos ajudem fazendo silêncio. Pode ser assim?

Muito obrigada.

Está suspensa a presente reunião.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Havendo quórum regimental para a abertura dos trabalhos, declaro reiniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares presentes e Parlamentares participando da reunião remotamente.

Passamos a apreciar o Relatório da Área Temática XIV – Minas e Energia. O Relator-Setorial é o Senador Jean Paul Prates, do PT do Rio Grande do Norte.

O Relator-Setorial está com a palavra para a apresentação do relatório.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Presidenta, obrigado! Passo à leitura.

"I. Relatório

Em cumprimento ao disposto no art. 84, inciso XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Presidente da República, por meio da Mensagem nº 421, de 2021 (na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentária Anual da União (PLOA) para 2022 (Projeto de Lei nº 19, de 2021–CN), que *'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022'*.

Por designação da Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), na forma estabelecida pelo art. 17 da Resolução nº 1, de 2006–CN, e em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo Parecer Preliminar, coube a este Relator analisar a programação orçamentária da Área Temática XIV – Minas e Energia, composta pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e suas respectivas unidades orçamentárias.

Na Área Temática, há 08 (oito) unidades orçamentárias afetas ao Orçamento Fiscal E da seguridade social e, quanto ao Orçamento de Investimento, foram contempladas com dotações, neste ano, 35 (trinta e cinco) unidades orçamentárias."

Vou resumir bastante o relatório aqui, para dar celeridade. Ele está publicado na sua integridade. Tem setenta e tantas páginas.

A proposta do Poder Executivo traz justamente recursos programados distribuídos entre o Orçamento Fiscal e o Orçamento de Investimento.

"(...)

O destaque desta área temática é o volume do Orçamento de Investimento, no valor de R\$85,8 bilhões, o qual representa 91% do total de despesas programadas para o MME. Tal orçamento apresenta a programação de empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, e nele devem constar todos os investimentos realizados por essas empresas, independentemente da fonte de financiamento





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

utilizada. Não são incluídas no Orçamento de Investimento as empresas cuja programação conste integralmente do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Se considerarmos todos os investimentos no PLOA 2022 (GND 4), a participação da programação da Área Temática XIV no montante de investimentos totais continua bastante significativa (...). Ou seja, de um total de R\$122,2 bilhões investidos e previstos para todos os órgãos que estão na PLOA 2022, o MME, portanto, contempla 70,33% desse total."

Entidades envolvidas aqui diretamente através do Orçamento Fiscal são nomeadamente: Ministério de Minas e Energia — Administração Direta CPRM, ANP, ANEEL, EPE, ANM, INB e NUCLEP. Passando diretamente à questão das transferências, na PLOA 2022, dos 3,8 bilhões de reais de Reserva de Contingência, colocados ali apenas para salientar onde foram essas contingências, 1.574,5 milhões de reais estão na programação da ANP, alocados em sua maior parte — 1,2 milhões de reais — pelas receitas originárias de Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluídos. Temos em seguida ANM, com 747,7 milhões de reais em reservas, além do próprio Ministério de Minas e Energia, que tem contingenciados 547,9 milhões de reais, INB, com 448,6 milhões de reais, ANEEL, com 360,2 milhões de reais, e CPRM, com 138,7 milhões de reais.

No Orçamento de Investimento, estão contempladas 35 empresas estatais. Os investimentos dessas empresas correspondem a 85,6 bilhões de reais, valor que é 36% inferior ao previsto na PLOA 2021. Os maiores decréscimos ocorreram nas unidades orçamentárias da Petróleo Brasileiro S.A. e da Petrobras Netherlands B.V., relacionados com a cessão onerosa.

Também chama a atenção recursos destinado à estatal Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S/A, Parques Eólicos de Geração de Energia Elétrica, no Município de Itaguaçu, Eletrobrás Termonuclear, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS, CHESF, Furnas e as demais.

Passando direto às emendas apresentadas, no âmbito da Área Temática XIV foram apresentadas cinco emendas, sendo uma individual, de autoria do Deputado Nereu Crispim — Emenda nº 41210004 —, e quatro coletivas da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. Não foram apresentadas emendas de bancada estadual.

Portanto, as emendas foram direcionadas às Unidades Orçamentárias Ministério de Minas e Energia — Administração Direta —, CPRM, ANM e Centrais Elétricas do Norte do Brasil — ELETRONORTE, conforme estão no relatório.

Quanto ao atendimento das emendas, a emenda impositiva individual foi atendida integralmente, segundo o valor solicitado. O valor necessário deriva dos recursos administrados pelo Relator-Geral, no montante de 100 mil reais.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para atendimento das emendas coletivas, este Relator-Setorial tem, no que tange ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, duas modalidades de recursos disponíveis, a saber: a parcela da Reserva de Recursos que trata o art. 56 da Resolução nº 1, de 2006-CN, e os recursos provenientes de eventuais cancelamentos na programação orçamentária de Minas e Energia. Já para a emenda apresentada ao Orçamento de Investimento, o único recurso disponível para atendimento deriva de cancelamentos na programação da mesma unidade orçamentária, a saber, Centrais Elétricas do Norte do Brasil — ELETRONORTE. Portanto, de ELETRONORTE para ELETRONORTE há rubricas diferentes.

Os cancelamentos na programação orçamentária de cada área são adstritos, conforme regra estabelecida no parecer preliminar, tão somente a cortes de dotações no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social relativas a despesas com investimentos e com inversões financeiras, no limite de 40% do total programado para cada subtítulo, restringindo-se a um corte global de 20% dos totais programados nesses grupos de natureza despesa.

"Por outro lado, a possibilidade de realização de cortes no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social no setor de Minas e Energia revelou-se limitada em função da escassez de programações que poderiam ser canceladas sem que o orçamento do Ministério fosse prejudicado. Cabe ressaltar que as unidades orçamentárias desta Área Temática utilizam, em boa parte, fontes legalmente vinculadas a aplicações específicas, o que dificulta ainda mais o remanejamento de dotações.

Assim, para atendimento das emendas coletivas ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, foram utilizados apenas os recursos provenientes da Reserva de Recursos distribuídos a esta relatoria, por força regimental, que totalizam 8,3 milhões de reais, direcionados integralmente para o atendimento das emendas da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

Já para o atendimento da emenda coletiva ao Orçamento de Investimento, por força do disposto no Parecer Preliminar, somente são passíveis de utilização, pelos Relatores-Setoriais, recursos decorrentes do cancelamento de até 20% das dotações da respectiva unidade orçamentária, respeitado o limite de 40% por subtítulo.

Como reputamos a aprovação da mencionada emenda como imprescindível para a ampliação do sistema de transmissão de energia elétrica na Região Norte, um dos principais gargalos para a agregação daquela região ao Sistema Interligado Nacional, procuramos atender à proposição com o máximo possível de recursos sem, contudo, prejudicar as demais ações orçamentárias da ELETRONORTE. Sendo assim, efetuamos alguns cancelamentos pontuais em três programações da ELETRONORTE, cujos valores foram integralmente





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

utilizados no atendimento da emenda da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados."

Obviamente, foram cancelamentos parciais e minoritários, a saber: aquisição de equipamentos para ampliação de capacidade das usinas hidrelétricas — sem comprometer essa ampliação — de Curuá-Una, no Pará, e de Coaracy Nunes, no Amapá, e recursos para preservação e conservação ambiental em empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica, que foram mantidos em mais de 130 milhões de reais, Presidenta. Portanto, fizemos uma ginástica para preservar essas três rubricas, de forma que nenhuma delas fosse aniquilada de todo. Tiramos um pouquinho de cada uma para colocar na rubrica solicitada.

Vamos ao voto.

"Diante do que foi aqui relatado, propõe-se a aprovação do Projeto de Lei nº 19, de 2021-CN, na parte relativa à programação das unidades orçamentárias da Área Temática XIV — Minas e Energia, com as alterações propostas neste relatório decorrentes das emendas aprovadas por esta relatoria.

Sala da Comissão, em 9 de dezembro de 2021.

Senador Jean Paul Prates

Relator-Setorial — Área temática XIV."

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Nós é que agradecemos, Senador.

Passa-se à discussão do relatório.

Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Jean Paul Prates na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, passa-se à votação do relatório na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passa-se à votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório foi aprovado por unanimidade.

Nós agradecemos ao Senador Jean Paul Prates, sempre muito eficiente e competente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Muito obrigada mesmo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vamos à leitura do Relatório da Área Temática XI — Ciência, Tecnologia e Comunicações.

O Relator-Setorial, Deputado Domingos Sávio, do PSDB de Minas Gerais, está com a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Sra. Presidente, prezada amiga que tanto admiro, Senadora Rose de Freitas, quero agradecer a V.Exa., aos demais pares desta Comissão e, naturalmente, à Liderança do meu partido a generosidade de me designarem Relator de uma área tão especial para todos nós — ciência, tecnologia e comunicações —, que, sem dúvida, é fundamental para o desenvolvimento do País, especialmente em tempos em que a inovação precisa ser priorizada nos governos para prepararmos um futuro melhor.

Vou ao relatório, Sra. Presidente.

"Da Relatoria da Área Temática XI — Ciência, Tecnologia e Comunicações sobre o Projeto de Lei nº 19, de 2021-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022.

I - Relatório

1 - Introdução

Em atendimento ao disposto no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 421 (...)."

Sra. Presidente, com a permissão de V.Exa. e dos demais pares, vou direto ao voto, porque acredito que é o que substancialmente mais interessa, uma vez que o relatório, na íntegra, já está disponível no *site* da Comissão Mista de Orçamento, não só para os membros desta, mas também para todo o Parlamento.

Antes do voto, vou mencionar as emendas, que são substanciais e mereceram toda a nossa atenção.

Foram apresentadas 123 emendas à programação da Área Temática XI, sendo 103 emendas individuais, 9 emendas de bancadas estaduais e 11 emendas de Comissões, no valor total solicitado de 3,92 bilhões de reais, assim distribuídas: emendas de bancada, 9, totalizando 217,65 milhões de reais; emendas de Comissão, 11, totalizando 3,67 bilhões de reais; emendas individuais, 103, totalizando 36 milhões de reais. Ao todo, foram 123 emendas, como eu disse, totalizando 3 bilhões, 925 mil, 714 reais, que é o que demandaria para atendermos integralmente todas essas emendas.

"6.1 - Dos recursos para o atendimento das emendas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para atendimento das emendas individuais apresentadas, foram utilizados os recursos destinados a essa finalidade, conforme disposto no item 19.I do Parecer Preliminar, Parte Especial."

Dada a prerrogativa regimental, as emendas individuais, que são de natureza impositiva, foram 100% atendidas na íntegra e representaram a maior parte das emendas, pois foram 103, embora com valor menos expressivo — 36 milhões de reais.

"Por sua vez, para atender às emendas coletivas de apropriação, esta relatoria utilizou os recursos transferidos pelo Relator-Geral, conforme previsto no item 20.I, do mencionado Parecer, no total de 33 milhões, 249 mil, 370 reais."

Como se pode observar, é uma quantia bem inferior ao que era desejado, uma vez que as emendas coletivas totalizavam quase 4 bilhões de reais. Pouco mais de 3,8 bilhões de reais seria o necessário para atender às emendas de Comissão e de bancada.

"Com relação aos cancelamentos previstos no item 24 do Parecer Preliminar, resolvemos cortar em somente duas ações, totalizando o valor de 30 milhões de reais para o atendimento das demais emendas.

A Tabela 8 apresenta a distribuição dos recursos entre os tipos de emendas."

O valor solicitado para as emendas de bancada foi de 217 milhões de reais, e o valor aprovado foi de 78 milhões de reais. Para as emendas de Comissão, o valor solicitado foi de 3 bilhões, 671 milhões, 547 mil reais, e o valor aprovado foi de 28 milhões de reais. Para as emendas individuais, o valor solicitado foi de 36 milhões, 516 mil e 400 reais, e o valor aprovado, 36 milhões, 516 mil e 400 reais, portanto, na integralidade, conforme eu já havia mencionado.

"6.2 - Emendas Individuais

Todas as emendas individuais foram todas analisadas, ajustadas quando necessário, e atendidas exatamente no valor solicitado.

6.3 - Emendas Coletivas

Na análise das emendas coletivas (Comissões e bancadas estaduais) procuramos observar, além do mérito de cada proposição, a adequação das emendas às normas legais e regimentais, como também às orientações do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE.

7 - Ajustes Técnicos

Quando da elaboração dos respectivos pareceres, algumas emendas foram ajustadas, ou para adequá-las às normas vigentes, ou para corrigir inadequações técnicas. De todo modo, restou preservada a intenção manifestada pelos autores nas justificativas das emendas.

II - Voto do Relator





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 19, de 2021-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo, relativamente aos órgãos orçamentários integrantes da Área Temática XI com as alterações decorrentes das emendas aprovadas."

Passo à complementação de voto.

"A relatoria setorial da área de Ciência e Tecnologia e Comunicações, ao mesmo tempo em que desafiadora, nos trouxe a satisfação de contribuir para um setor estratégico do desenvolvimento com inclusão social. Em que pese à falta de recursos, atendemos integralmente as emendas individuais e parcialmente as emendas apresentadas pelas Comissões e bancadas estaduais."

Aqui eu destaco que todas as emendas apresentadas pelas Comissões, seja da Câmara, seja do Senado, foram acolhidas, porém com valores parciais, pela razão óbvia: tivemos proposições de emenda que totalizavam, como eu disse, algo em torno de 3,9 bilhões de reais. E o que nos foi disponibilizado, não por decisão apenas do próprio Relator, mas por força regimental, foi que coube ao Relator-Geral passar a este Relator-Setorial apenas 33 milhões de reais.

A alternativa que encontramos, como eu disse, para não prejudicar a iniciativa de nenhuma das Comissões e das bancadas estaduais, foi contemplá-las, todas, na mesma proporção — ou, pelo menos, próximo disso —, dando a elas a possibilidade de discutirem também com o Relator-Geral, dentro do que lhe for possível, a ampliação. Por isso, faço um acréscimo nesta indicação ao Relator-Geral.

"Entretanto, algumas ações são extremamente relevantes para o desenvolvimento digital dos Municípios e para a formação e capacitação dos nossos pesquisadores na área de ciência e tecnologia. Foram as mais demandadas pelo conjunto dos Parlamentares. Sendo assim" — na incapacidade de recursos por parte deste Sub-Relator de atendê-las na íntegra —, "solicito ao Relator-Geral do Orçamento da União que reforce, que aumente o máximo possível as seguintes ações:

21C8 - Operação da Infraestrutura da Rede de Serviço de Comunicação de Dados do Programa Conecta Brasil;

15UI - Implantação da Infraestrutura para a Prestação de Serviço de Comunicação de Dados para Inclusão Digital."

Destaco que essas duas rubricas, essas duas ações são fundamentais para o programa de universalização digital, também conhecido como Wi-Fi Brasil, que possibilita, por ação do Governo Federal, seja levado o sinal de Internet a comunidades rurais, a escolas, a postos de saúde, a localidades distantes, universalizando a Internet em comunidades que não dispõem





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

hoje dessa possibilidade e que demandam, portanto, uma ação governamental. Essas duas ações são fundamentais para isso.

Este Relator gostaria que, além do que se pôde alocar, se pudesse ampliar ainda mais. Por isso, faz essa indicação ao Relator.

Prossigo com a última ação:

"- 00LV: Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Científico."

Aqui estão contempladas bolsas do CNPq e uma série de programas de capacitação, de formação que estão dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia, que, aliás, já foi objeto de uma atenção especial da Presidente desta Comissão, por ocasião dos últimos PLNs que aqui votamos e da busca de reforço orçamentário para atender o Ministério da Ciência e Tecnologia. Aqui estamos fazendo a indicação para que, no Orçamento do ano que vem, além de se recompor o que hoje veio do Governo Federal, possamos ter, por parte do Relator-Geral, esse esforço de ampliar os recursos necessários nessa área.

Sra. Presidente, é esse o nosso relatório.

Mais uma vez, agradeço a V.Exa. e aos demais colegas Parlamentares.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Agradecemos ao nobre Relator o trabalho exaustivo, a dedicação e, sobretudo, a iniciativa de debater com os colegas todas as dificuldades encontradas para satisfazer as emendas apresentadas.

O Relator-Setorial apresentou um relatório amplamente discutido, quero ressaltar, com a observância de que houve, inclusive, discussão com o próprio Relator-Geral e, mais uma vez, com o colegiado de Líderes.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Presidente, cumprimento V.Exa., o Relator, Deputado Domingos Sávio, e demais Parlamentares que participam desta sessão, virtual e presencialmente.

Quero dizer que esse relatório espelha o que a Comissão pensa, Deputado Domingos Sávio, em especial o indicativo para o Relator-Geral. Eu sou um admirador do Programa Wi-Fi Brasil, lutei muito por ele. Há 3 anos, eu venho dizendo ao Governo que era importante desenvolvermos esse tipo de programa, tanto que destinei emenda individual já por 2 anos para que pudéssemos atender as comunidades mais distantes, principalmente carentes, onde há alunos que não têm acesso à Internet. E, no momento contemporâneo, haver escolas que não dispõem de Internet *wi-fi* dificulta muito o acesso à educação e a abrangência que a educação hoje permite.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ao lado disso, se nós Parlamentares pudermos ampliar esse programa, permitindo que maior número da população brasileira, principalmente a carente, estudantes, distritos e povoados, que integram dezenas, talvez milhares de localidades no País, estaremos também fortalecendo algo fundamental, que vem ao encontro do relatório que estarei apresentando amanhã na Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, que é a Estratégia Nacional de Defesa e a Política Nacional de Defesa.

Nós precisamos integrar o País, ter facilidade de comunicação, pensando também no viés da soberania nacional. Então, quando disponibilizamos Internet nas localidades mais distantes, nós estamos permitindo uma série de benefícios. Eu tenho certeza que nem V.Exa., Relator Domingos Sávio, pensava e poderia alcançar que a estratégia de defesa estaria embutida numa situação como a que V.Exa. agora coloca de priorização desse tipo de programa para o Ministério das Comunicações.

Daí por que, Sra. Presidente, eu reforço — e quero aqui fazer minhas as palavras do Relator — que a Comissão possa aprovar esse relatório e o Relator-Geral, o Deputado Hugo Leal, aquiescer na sua sugestão de ampliar ainda mais esses recursos.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Continua em discussão o relatório.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos passar à votação na Câmara dos Deputados. As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)
Aprovado no Senado Federal.

Está aprovado o Relatório da Área Temática XI — Ciência, Tecnologia e Comunicações.
Agradeço ao Deputado Domingos Sávio e o parabenizo.

Por uma questão já conhecida por todos, nós estamos promovendo aqui sessões semipresenciais, contando com a participação também remotamente de vários Senadores e Deputados, para que possamos, em tempo planejado e necessário, aprovar o Orçamento apresentado a esta Casa.

Tem a palavra o Deputado Gonzaga Patriota, que participa remotamente desta reunião.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) - Minha querida Presidente Rose de Freitas, meus colegas Deputados da Comissão de Orçamento, nos termos dos arts. 84, 23 e 165, *caput* e § 5º, da Constituição, foi submetido à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

19, de 2021-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022.

Por designação da Presidente da Comissão, a eminente Senadora Rose de Freitas, a respeito do Orçamento da União, coube-me a missão de apreciar, como Relator-Setorial, a proposta orçamentária da Área Temática XVI, que abrange o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e as unidades orçamentárias a ele vinculadas.

A proposta para 2022 consigna dotação total de 762 milhões de reais para órgãos da área temática.

No âmbito da Área Temática XVI, foram apresentadas 209 emendas, sendo todas de apropriação (ou seja, não há emenda de remanejamento). Das emendas coletivas, duas são de bancada estadual; seis, de Comissão da Câmara dos Deputados; quatro, de Comissão do Senado Federal; e uma, de Comissão Mista do Congresso Nacional, totalizando 13 emendas coletivas. Foram apresentadas 196 emendas individuais.

O parecer preliminar, na sua parte especial, prevê que o Relator-Setorial pode realizar cortes para atender emendas. Apesar dessa possibilidade, preferimos preservar as programações constantes do projeto de lei. De qualquer modo, contamos com montantes oriundos da reserva de recursos aprovada no parecer preliminar. Esse valor foi distribuído pelas emendas coletivas não impositivas, observando o interesse coletivo.

Por fim, considerando as limitações de atendimento de emendas impostas aos Relatores-Setoriais, indico ao Relator-Geral:

- 1º) A recomposição dos valores que foram cortados no parecer preliminar;
- 2º) A ampliação das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em especial as ações 21AR — Promoção e Defesa de Direitos Humanos para Todos e 00SN — Apoio à Implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres.

Voto do Relator.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 19, de 2021, do Congresso Nacional, na parte referente aos órgãos da Área Temática XVI — Mulheres, Família e Direitos Humanos, com as alterações oriundas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, conforme discriminado nos anexos deste parecer.

Eu agradeço a atenção das Sras. e dos Srs. Deputados e das Sras. e dos Srs. Senadores, em especial da nossa querida Presidente Rose de Freitas e do nosso querido Relator.

Gostaria de ver aprovado este nosso relatório.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não, Deputado Gonzaga Patriota.

V.Exa. sabe do carinho que todos temos por V.Exa. Sabemos da urgência que o levou ao seu Estado e permitimos excepcionalmente que V.Exa., ainda em trânsito, lesse o seu relatório.

Quero dizer aos outros Relatores-Setoriais que essa foi uma exceção aberta nos procedimentos de votação da Comissão. Isso não se repetirá.

Para discutir o relatório, tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Sra. Presidente, comungamos desse sentimento de V.Exa., até pela história de extrema dedicação do Deputado Gonzaga Patriota neste Parlamento — já participei com ele de várias Comissões. Ele, de fato, comunicou que uma situação urgente o levou a ter que se deslocar desta Casa ao valoroso Estado de Pernambuco, que aqui ele representa. Especialmente na Comissão de Orçamento, os prazos têm que ser cumpridos com rigor, e, às vezes, situações como essa se impõem. Nós jamais poderíamos avançar na discussão do Orçamento sem que fosse relatada e contemplada a área temática relativa às mulheres, à família e aos direitos humanos. Obviamente ainda mantemos — isto vale também para o relatório que fiz a respeito da área de ciência e tecnologia — o desejo de que o Relator-Geral suplemente, amplie os valores orçamentários dessa área temática tão importante. Faço aqui o registro do esforço da Ministra Damares numa área tão sensível.

É necessário que todos tenhamos clareza da importância da valorização da mulher e da criança e do respeito aos direitos humanos. Portanto, isso tem que se materializar num orçamento forte, um orçamento que permita que sejam dadas respostas à sociedade. Ali há rubricas importantes, sobre assistência aos conselhos tutelares e às crianças e jovens em situação de risco e de fragilidade, sobre apoio às mulheres de modo geral.

Cumprimento o Relator. Acredito que, pela importância do tema e pela necessidade de concluirmos o trabalho para que nosso País tenha sim o Orçamento pronto para ser votado pelo Congresso em tempo hábil para execução no próximo ano, 2022, devemos aprovar o relatório.

Cumprimento o nobre colega Deputado Gonzaga Patriota pelo seu trabalho.

É essa a nossa opinião, Presidente. Somos, portanto, favoráveis à aprovação do relatório ora mencionado, lembrando que todos os relatórios, na íntegra, estão disponíveis na plataforma da Comissão Mista de Orçamento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Obrigado, Presidente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, peço a palavra, por favor, para que V.Exa. tire uma dúvida.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não, Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, quero uma confirmação.

O relatório da área de educação vai ser avaliado e deliberado só na segunda-feira, correto?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Glauber, estamos fazendo uma grande movimentação nesta Casa, desde o início aqui na CMO, para reposição dos recursos que foram, ao longo desse tempo, retirados de vários relatórios e das ações que envolvem investimentos na educação no Brasil, desde a básica até a universitária. Temos tido algumas dificuldades.

O Relator se encontra presente. Fizemos permanentemente reuniões com a economia e com a educação. Voltamos a ter reuniões permanentes também com o Presidente da Comissão de Educação do Senado, com o nosso Relator da educação, o Senador Wellington Fagundes, e todos que fazem parte da frente da educação no Congresso Nacional.

Pensávamos que seria possível votar amanhã. Não será possível. Estamos discutindo e rediscutindo isso. Havia o compromisso de reposição, pela proposta feita pelos reitores, pelos representantes de todas as instituições de educação no Brasil, de um aporte de 4,7 bilhões em relação àquilo que foi retirado da educação no Brasil. Temos uma sinalização de que haverá, até agora, uma reposição de 2,3 bilhões. Até que possamos obter resposta satisfatória quanto ao compromisso assumido, nós continuaremos debatendo, trabalhando, ouvindo, juntamente com os consultores, na tentativa de equacionar, com todas as propostas de emenda das Comissões, o problema que está colocado. Esta Comissão não está descansando, ela está debruçada sobre esse tema.

Digo a V.Exa. que não será votado amanhã. Segunda-feira, nós o colocaremos novamente na pauta, esperando que até lá o Governo e toda a Casa tenham encontrado uma forma de substituição para a proposta ou que haja o cumprimento dela tal qual foi apresentada pela CMO.

Tomamos para todos nós a responsabilidade de resolver esse assunto e dissemos que a Comissão de Orçamento não tem a menor disposição de votar a matéria sem que seja atendido aquilo que todos os reitores do Brasil e representantes de instituições das áreas de educação apresentaram como proposta para equacionar, no mínimo no patamar aplicado em 2019, a questão da educação no Brasil.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Obrigado, Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Aproveito a oportunidade para dizer que acabo de vir do Ministério da Economia, onde estive falando com o Esteves. Quero mostrar a todos os membros da Comissão a preocupação de V.Exa.

Várias reuniões a Presidente Rose já fez. Todos nós e todas as Lideranças definimos que a prioridade é a recomposição relativa à educação. O Ministério da Educação e o da Saúde são duas Pastas que foram extremamente impactadas.

É bom esclarecer que os Relatores-Setoriais têm muito pouco recurso. Eu já estou trabalhando para atender a todos de forma igualitária, mas existe esse trabalho junto ao Relator-Geral para, numa segunda fase, poder discutir muito mais isso.

Eu quero dizer a todos, inclusive àqueles que nos assistem, brasileiros, que nós, nesta Comissão de Orçamento, através da Presidente, da Relatoria-Geral e de todos os Relatores-Setoriais, estamos fazendo de tudo para que haja a retomada econômica no País e, principalmente, o retorno das nossas crianças, com segurança, às escolas.

Ontem na reunião, por unanimidade, definiu-se esse conceito por parte das Lideranças.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Ainda participa remotamente desta reunião o Deputado Gonzaga Patriota.

Vou colocar em discussão o relatório apresentado, já discutido pelo Deputado Domingos Sávio.

Alguém mais deseja discutir esta matéria? *(Pausa.)*

Em votação o relatório na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório apresentado permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório apresentado pelo Deputado, a quem agradecemos por ter enfrentado as difíceis condições em que operou o seu relatório.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) - Muito obrigado, meus queridos Presidente, colegas Deputados e Senadores.

(Pausa prolongada.)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Antes de passarmos ao próximo item da pauta, eu gostaria de dar um informe importante e necessário.

Na última reunião, realizada na parte da manhã, sobre as decisões tomadas pelo Relator-Geral e demais membros da Comissão, foi feita uma proposta. Tendo sido efetuado um corte de 6% no relatório apresentado pelo Deputado Hugo Leal, nós depois nos deparamos com alguns problemas da natureza desse que mencionei aos senhores e às senhoras, que foi exatamente de falta de continuidade do compromisso do Governo Federal quanto à educação. O Deputado Cajado, o Deputado Juscelino, a Deputada Soraya, o Deputado Wilson, o Deputado Domingos Sávio, o Senador Jean Paul, todos presenciaram.

O que eu gostaria de acrescentar é que ainda se encontra em debate — essa é a razão pela qual teremos que interromper a reunião — que um dos questionamentos feitos ante a falta de cumprimento do Governo Federal quanto à reposição de recursos da educação é que o corte aplicado em todas as áreas também alcance efetivamente a questão dos Poderes. Foi aprovado por todos, e está em discussão o que seria esse corte. Esse corte não atinge o funcionalismo, mas diz respeito diretamente aos gastos que cada uma dessas instituições tem, inclusive o Parlamento. O Parlamento já devolve anualmente um recurso, mas, diante da análise do que significaria um corte dessa natureza, vimos que a educação ainda precisa de 2,2 bilhões de reais para repor recursos que estávamos frisando antes, sobre assistência estudantil, auxílio ao estudante, condições em que as aulas são dadas, dificuldade de o estudante ter inclusive instrumento de trabalho. Trata-se de tudo isso e dos investimentos para manutenção das escolas básicas, das universidades.

O que nós queremos dizer com isso? Queremos dizer que estamos fazendo uma cruzada dentro desta Casa para que se cumpra o compromisso. O Brasil pode passar por todas as dificuldades, viver um período pandêmico como o que vivemos e estamos vivendo, e não sabemos se viveremos dessa forma amanhã. Mas, diante de todos os quadros, inclusive o de fazer uma enorme mobilização para que as aulas retornem, para que os professores, ainda com risco, ministrem as aulas, com as dificuldades que existem hoje para abrir uma escola, para fazer funcionar uma creche, para reabrir as portas de uma universidade, eu quero dizer que, diante disso, a Comissão Mista de Orçamento se sente mobilizada a discutir outros cortes que possam ser realizados para aportar recursos que possam fazer frente à necessidade, à urgência e, sobretudo, ao compromisso do Governo Federal para com a educação.

Esse é o sentimento de cada Parlamentar. Não há ninguém nesta Comissão que esteja discordando dessa posição. Agora precisamos nos debruçar para encontrarmos juntos a saída. Aqui não há nada contra a Justiça do Trabalho, contra qualquer esfera de poder da República,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mas entendemos que o esforço para superar as dificuldades e alcançar os objetivos mais nobres que uma Casa de Leis pode ter passa pela verificação das possibilidades de atendermos isso e também levarmos o Governo a cumprir o compromisso que foi assumido com esta Comissão. Não há novidade. Não há um fato superveniente que esteja sendo colocado agora. Há, sim, uma retórica daquilo que foi falado no primeiro dia de trabalho desta Comissão.

Também é objeto de trabalho exaustivo considerar as questões que envolvem obras paralisadas no País inteiro. É incrível que tenhamos permanentemente que discutir por que não se concluem as creches, tão importantes para assegurar que mulheres, mães, familiares que tomam conta de crianças tenham esse apoio. A mulher, familiares precisam trabalhar. Essas crianças, Deputado Cajado, vivem em risco permanente, algumas são deixadas em qualquer lugar, às vezes com qualquer pessoa, e obras de creches foram iniciadas. Anos atrás, foram anunciadas 3.600 creches. Quanto a essas creches, estamos expedindo um boletim que informa o que, afinal, aconteceu com cada uma delas.

Antes de passar a palavra ao Deputado Cajado, quero reiterar o compromisso de encontrarmos uma solução, junto com o Relator-Geral, que tem sido incansável no trabalho de auxílio aos Relatores-Setoriais, também procurando tirar leite de pedra. O Governo pode ter um excesso, um extra, uma receita fantástica, que vai nos deixar com um número admirável, mais de 300 bilhões, que não poderão ser, devido à regra do teto, utilizados para qualquer outra despesa ou investimento.

Neste momento vamos paralisar as nossas atividades. Continuaremos trabalhando, mas em reunião permanente como a que teremos agora, novamente, com o Governo. Acabou de fazer um depoimento sobre isso o Senador Wellington Fagundes

Ouç o Deputado Claudio Cajado, que, acredito, vai falar sobre o tema.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Sra. Presidente, quero apenas dar um justo testemunho de que V.Exa., desde que assumiu a Presidência da Comissão de Orçamento, vem batendo nesta tecla: a da prioridade para a educação. É preciso complementar os recursos que faltam para várias áreas, a área das universidades, a área dos institutos federais, assim como para a conclusão de obras.

É bom que se deixe claro, Presidente, que estamos falando aqui não das obras com indícios de irregularidade, das obras que são objeto de suspeição do Tribunal de Contas ou estão fora do quadro de despesas do Orçamento, mas sim de obras que precisam de recursos para que sejam concluídas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

V.Exa. tem tido uma atuação extremamente proativa para que tenhamos sempre como prioridade nesta Comissão a área da educação. Eu sou testemunha de que V.Exa., por várias vezes, convidou representantes do Ministério da Economia, representantes do Ministério da Educação, do FNDE, para se encontrar o caminho e a solução. Já conseguiu um avanço muito grande, porque parte dos recursos que são necessários, 4 bilhões e meio, já foram viabilizados. V.Exa. está nessa luta, e essa luta não é só de V.Exa., é também do colegiado. Na reunião de Líderes, foram pautadas essas questões, e todos foram solidários a essa luta.

Então, eu quero aqui, em nome não apenas da Liderança do Governo, mas também dos partidos da base do Governo, dar o testemunho de que essa luta tem acontecido desde o início, quando V.Exa. foi eleita Presidente da CMO.

V.Exa. foi bem clara quando disse que precisamos priorizar a educação, ter um olhar diferenciado, e eu vejo sua luta, principalmente com o Ministério da Economia, para mostrar que tem de se buscar os recursos necessários. Parte deles já foi conseguido, 2,3 milhões. Com a publicação da PEC, na próxima terça-feira, que vai complementar a que foi já promulgada, a dos precatórios, nós acreditamos que vai se abrir o espaço necessário para a complementação desses recursos. Com isso, V.Exa. sairá, no ano que vem, da Presidência da CMO com duas marcas. A primeira é a de ter sido a única mulher a presidir esta Comissão por duas vezes. Não sei se, ao longo da história da República do Brasil, daqui para frente, vão bater esse recorde. Além disso, V.Exa. será a que de fato conseguiu uma bandeira e a fincou, diante de tantos obstáculos, no pedestal do sucesso, do objetivo alcançado. Essa luta de V.Exa. tem que ser a de todos nós. É bom que o Relator, o Deputado Hugo Leal, o homem mais forte da República, depois do Presidente Bolsonaro, esteja aqui ouvindo e seja um parceiro nessa luta. Eu não tenho dúvida de que o Deputado Hugo Leal irá encontrar os recursos complementares para atender o pedido pelo qual V.Exa. tem lutado, tem pontuado, tem falado, mas que não é só seu, é do colegiado da CMO.

Então, eu quero fazer frente a isso, solidarizando-me, demonstrando os fatos na sua inteireza, e dizer que essa luta, com certeza, será vitoriosa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Quero lhe agradecer, Deputado Cajado. V.Exa., mesmo na coordenação dos trabalhos, como Vice-Líder do Governo, tem nos ajudado nessa interface com o Governo, tem acompanhado e trazido também o sentimento da Bahia. Os reitores com os quais falamos destacam a dedicação de V.Exa. Quero agradecer a parceria com os seus colegas. E é isso. Vamos seguir juntos, unidos!

Com a palavra o Deputado Weliton Prado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. WELITON PRADO (Bloco/PROS - MG) - Quero cumprimentar todos e todas e saudar a Senadora Rose de Freitas pela condução dos trabalhos neste momento realmente tão difícil do País, de pandemia, de desemprego. Eu a parabeno por isso. Sou testemunha, já faço parte desta Comissão há muitos anos, do empenho da Senadora Rose em conversar com todos os Deputados, independentemente de partido político. Discutiu com paciência cada tema, cada pauta importante para o País.

E quero reconhecer o trabalho do Deputado Hugo, Relator, que está fazendo um relatório realmente magnífico, também com a participação de todos os partidos. Quero cumprimentar V.Exas. pela condução, principalmente em relação à recomposição dos recursos da educação, o que realmente não é fácil, é uma tarefa muito difícil.

O Reitor da Universidade Federal de Uberlândia, Prof. Valder, liga para mim todo dia, tem se mobilizado muito. Sabemos como a educação é importante. E houve o empenho da nossa Presidente Rose e do nosso Relator, o Deputado Hugo Leal, nessa mobilização para garantir a recomposição.

Então, eu só queria agradecer e parabenizar pelo empenho a nossa Presidente e o nosso Relator. Espero que realmente possamos avançar na pauta e aprovar um orçamento mais justo, preocupado principalmente com as questões sociais.

Quero dizer que estamos aqui nos mobilizando para garantir os recursos para a continuidade das obras do novo pronto-socorro da Universidade Federal de Uberlândia, a obra mais importante para Uberlândia e região. Há um déficit na região de mais de mil leitos, e esse novo pronto-socorro vai ter 249 leitos. É uma obra que eu consegui quando fui Relator, em 2011. A obra está sendo tocada agora com 10 milhões, emendas que nós conseguimos, só que vai ficar sem recurso. Para não paralisar a obra, tem que haver mais recurso no Orçamento. Essa obra é para diminuir o déficit de leitos em Uberlândia e região. Então, é uma obra fundamental.

Eu queria agradecer também ao nosso Relator, Deputado Hugo Leal, a grande mobilização e empenho para garantir esses recursos para a continuidade das obras do novo pronto-socorro da UFU. E eu queria parabenizar o Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, que foi quem encampou, foi o nosso padrinho lá, essa mobilização para garantir esses recursos para a continuação das obras do novo pronto-socorro da UFU.

Então, parabéns, Presidente Rose, Deputado Hugo e Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Muito obrigada, Deputado. V.Exa. está sempre presente, é um companheiro nas jornadas mais difíceis desta Casa, excelente Deputado Federal, que acompanho há muito tempo.

Antes de encerrar a reunião, eu queria perguntar ao Relator se gostaria de fazer uso da palavra.

Eu queria informar, apesar do cansaço de todos que estão aqui, alguns adormidos, que nós já votamos o relatório da Justiça e Segurança Pública. Votamos um, dois, três, quatro, cinco relatórios. Poderíamos votar mais, porém, em razão da reunião que agora teremos no Poder Executivo para tratar do mesmo assunto, eu digo que tentaremos voltar amanhã para votarmos os relatórios que estão aqui na Casa.

Não votamos os relatórios da Infraestrutura, Saúde, Desenvolvimento Regional, Educação, obviamente, Cidadania e Esporte, Agricultura, Turismo e Cultura, Defesa, Economia, Trabalho e Previdência, Presidência e Relações Exteriores e Poderes.

Portanto, eu só quero perguntar, antes de encerrar, se o Relator gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sra. Presidente, volto para a bancada aqui debaixo exatamente para ficar mais à vontade, para ter mais disposição e me permitir falar exatamente como eu fiz na manifestação do Relatório Setorial dos Poderes.

Nós estamos numa fase bem interessante e importante desta Comissão. E, como aqui não é diferente, essas coisas acabam acontecendo sempre no fim. É no fim que nós temos que fazer esse enfrentamento dos valores que estão sendo disponibilizados.

Eu acho que, se há uma marca que nós temos que implementar neste Orçamento, a marca principal deste Orçamento para 2022 é para a avaliação e para o cuidado na área de prestação dos benefícios da assistência social, seja com relação ao espaço que estamos abrindo na faixa de mais de 50 bilhões para a questão do Auxílio Brasil, seja para a atualização dos benefícios — Previdência, BPC, abono salarial, abono de emprego, seguro-desemprego. Tudo isso são ações... As pessoas não têm a dimensão e acabam discutindo somente os valores que eu chamo de tangenciais, não vão ao que é a essência.

Eu estava fazendo uma análise com a equipe: só para Auxílio Brasil e atualização desses benefícios previdenciários, nós estamos colocando no Orçamento do ano que vem 72 bilhões de reais. Vou repetir para a senhora: 72 bilhões de reais para os benefícios da ampliação do Bolsa Família, que se transformou no Auxílio Brasil. Isso vai gerar um impacto em torno de 50 bilhões, mais, em média, uns 30 bilhões de atualização desses benefícios de Previdência.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, o espaço que nós vamos achar a mais já está sendo contemplado, como defenderam hoje V.Exa. e o Senador Wellington Fagundes, como Relator-Setorial da Educação. O Deputado Weliton Prado e vários outros Parlamentares vêm apresentando uma demanda mais do que justa para a educação.

O entendimento de V.Exa. hoje, na Presidência, na condução dos trabalhos, ficou bem claro. O primeiro passo que esta Comissão assumiu como responsabilidade foi recompor de forma imediata o corte que eu fiz no parecer preliminar da saúde e educação. Além disso, todo o espaço que nós obtivemos ainda na discussão e na interpretação da PEC dos Precatórios foi no sentido de fazer a recomposição para as áreas de educação e saúde.

Só para se ter uma ideia, um outro cálculo que nós estamos fazendo, o cálculo base de 2021 para a área de saúde estava em torno de 127 bilhões de reais. A atualização à época, antes da modificação do teto, era 134 bilhões. Com a modificação do teto, fomos para 140 bilhões, fora o que estamos discutindo com relação à vacina — mais ou menos 4,5 bilhões — e fora as emendas individuais e de bancada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Desculpe. Eu não entendi o da vacina. É quanto?

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - São 4,5 bilhões.

Isso se refere a ações que vão ser implementadas na área da saúde.

Ao fazer esse somatório, estamos falando da soma das emendas de bancada e das emendas individuais. As emendas individuais são 10 bilhões, sendo metade para a saúde — 5 bilhões —, mais as emendas de bancada, que são 5,8 bilhões. Vou colocar um pouco menos do que a metade, porque nem todas foram para a saúde, mas vou colocar mais 2 bilhões. Então, estamos falando de 7 bilhões. São 140 bilhões mais 7 bilhões mais a previsão do que nós temos para os imunizantes, que é a vacina. Estamos falando de algo em torno de 152 bilhões para a saúde. A isso é que nós temos que dar luzes aqui.

Eu fiz uma manifestação hoje pela manhã sobre a preocupação que tínhamos com o corte — e eu tive muitas demandas em relação a esses cortes — de 6%, um corte linear, que atingiu só as despesas discricionárias. Eu trouxe aqui para o debate a questão de que nós devíamos estender o corte aos demais poderes: ao Legislativo, Câmara e Senado, ao Judiciário e ao Executivo, no que ele pudesse, além das políticas públicas. Não é justo que eu tenha de fazer um trabalho no parecer preliminar, apresentar cortes dessa natureza e preservar os Poderes. Nós não podemos fazer isso. Temos que enfrentar. Eu recebi aqui o respaldo dos colegas de todos os partidos, para que pudéssemos avançar nesse sentido.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Acho que esse tema ainda está em aberto. Vamos continuar fazendo esse debate aqui sobre a readequação do nosso orçamento, do orçamento da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso. Se tiver que haver corte, tem que haver corte em todos os Poderes.

Eu fazia aqui questionamento, Deputado Juscelino. Acho que todos os órgãos têm a sua relevância, o Judiciário tem o seu papel, mas hoje há despesas expressivas, por exemplo, no Tribunal Superior Eleitoral, de cerca de 10 bilhões de reais. É importante? É. A Justiça do Trabalho, que também tem a sua importância, tem a despesa de 21 bilhões de reais. Com as duas juntas, estamos falando de 31 bilhões. O Parlamento todo, Câmara e Senado, custa algo em torno de 11 bilhões. Nós podemos reduzir? É claro. Vamos saber onde vai ser reduzido e o que está acontecendo no Orçamento de 2021 que pode ter sido considerado excesso.

Essa pandemia nos trouxe um ensinamento que temos de incorporar. Por isso, acho que nós não podemos nos afastar. O nosso papel aqui, Presidente Rose de Freitas, é colocar luzes sobre a questão do orçamento público e priorizar, primeiro, aqueles que mais precisam, aqueles que estão na ponta, aqueles que precisam desse benefício, desse auxílio, porque é questão de sobrevivência; depois, os demais, a área de saúde e a área de educação, sem perder de vista a ciência e a tecnologia e também a infraestrutura, porque o País precisa muito de investimentos na área de infraestrutura.

Então, eu comungo das palavras de V.Exa., no início, ao falar dessa defesa do Deputado Claudio Cajado e dos demais, que permanecem até agora, para que possamos fazer esse enfrentamento.

Estou aqui 100% à disposição. Repito: aqui o Relator-Geral pode muito, mas não pode tudo, e só pode quando há consenso entre os colegas, quando há consenso na Comissão e no Plenário. É assim que funciona esta Casa. Sempre foi a Casa da discussão e do debate. É assim que eu quero permanecer aqui alguns anos ainda para podermos oferecer à sociedade cada vez mais o processo de transparência que nós estamos realizando.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Quero agradecer a V.Exa. e ao Deputado Juscelino Filho, que aqui está. S.Exa. foi o nosso Relator da LDO e promoveu um grande avanço e entendimento para discutirmos assuntos importantes.

Eu só queria registrar, Sr. Líder, Sr. Relator-Geral, primeiro, o agradecimento a V.Exa. Nem me confronto muito com o Relator-Geral, mas vai chegar uma hora em que todos nós teremos de acertar as diferenças em relação aos pontos de vista, e V.Exa. tem tido essa paciência, conversando harmoniosamente com todos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ministros e representantes da sociedade civil, eu queria apenas registrar o sentimento — nunca faço isso — que me acolhe neste momento. Na primeira vez em que fui escolhida para presidir a CMO, lembro-me de tantos jornalistas amigos e de tantos amigos dizendo: *"Não faça isso. A CMO tem uma marca indelével de..."* Não tem marca indelével nenhuma! Cada um dá o que tem e mostra o compromisso que exercita. Naquela sala onde fico junto com os Líderes, efetivamente é o trabalho que determina o comportamento desta Comissão. Eu vou sempre levar o sentimento de que nós trabalhamos, pelo menos da minha parte e de todos que estou vendo à minha frente, para cumprir um dever. Não há volta. Não há retrocesso nesta Comissão. Eu disse isto à época: ou haverá uma participação republicana e voltada aos interesses do País, ou não haverá assento, será expurgado do colegiado com posições diferenciadas. Aqui só se exercitam o trabalho e a discussão.

Quis eu, Deputado Hugo Leal, que V.Exa. estivesse aqui neste momento para começar a fazer o marco histórico em que se mudam as prioridades não ao bel-prazer, com dinheiro jogado em qualquer lugar, para obras que não existirão no futuro, estarão paralisadas. O que esta Comissão deseja é terminar as obras paralisadas. Veja bem: não estamos falando de obras irregulares, estamos falando de obras paralisadas, a exemplo desses milhares de creches e escolas que estão por aí afora paralisadas por falta de recursos, porque os recursos foram colocados em áreas absolutamente desnecessárias. Se existiu um teto — e chegamos a tê-lo, se não me engano, com a PEC 95, não tenho certeza, que colocou um teto para os gastos deste País —, é porque os gastos estavam de mais, não podia se prosseguir por aquele caminho.

Com relação a esse caminho da educação, espero que o próximo Presidente ou Presidenta, a partir de abril do ano que vem, esteja determinado a não sermos pedintes e cumpra o dever que este País tem.

Eu lembro que escrevi uma Constituição, Deputados Claudio Cajado e Juscelino Filho, ajudei a escrever esta Constituição, que tinha os deveres do Estado. A cada dia se tira a responsabilidade do Estado e a transfere para os Prefeitos, que não têm arrecadação para manter uma creche funcionando. *"Ah, então, por que é Município?"* Temos que discutir o todo a seu tempo e a sua hora.

A única coisa que eu digo aos senhores, àqueles que estão nos acompanhando inclusive: não vamos arredar o pé para termos a recomposição do orçamento da educação, os 4,7 bilhões que foram acordados numa discussão republicana dentro do Poder Executivo. Caminhamos um pouco, mas vamos chegar lá. Eu tenho certeza de que nós vamos chegar lá.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por isso, eu peço a todos também que permaneçam atentos à Comissão de Orçamento. A toda hora está chegando um relatório que temos de discutir, a exemplo do relatório do Deputado Dagoberto Nogueira, a exemplo do relatório do Deputado Danilo Forte. Quando sentimos que o relatório contempla única e exclusivamente uma visão lateral do problema e não apresenta para o todo uma solução razoável, não interpreta a proposta de maneira razoável, nós voltamos ao relatório original, a exemplo do PLN 17, que era um PLN importante, mas nós fizemos voltar à forma original, é lógico, com a reconsideração feita pelo Senador Roberto Rocha.

Por que eu acho que daqui para frente é diferente? *"A Rose é otimista demais!"* Não é otimismo, é determinação. O exemplo desse pequeno confronto de objetivos é sair com mais solidariedade para a construção do objetivo maior, que é dedicar parte do Orçamento à recomposição. E mais: vejam o trabalho que está fazendo o Senador Wellington Fagundes, junto com o Relator. Encontrarão ali razões de sobra para que nós não arredemos o pé do nosso propósito de recuperar a dignidade da educação neste País.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Presidente, permita-me dizer que nossos prazos estão sendo cumpridos e que dia 13, segunda-feira, é o prazo fatal para estarmos com todos os relatórios votados.

Então, esta é a sugestão que eu daria: à medida que V.Exa. for recebendo os relatórios setoriais, que possamos avisar no grupo dos membros da CMO, com uma antecedência de, pelo menos, 1 hora, para que as pessoas possam participar virtualmente da reunião, e, assim, darmos continuidade, se possível até no sábado e no domingo, Senadora Rose de Freitas. Se os relatórios forem chegando, nós os publicamos, convidamos os membros através do grupo e damos celeridade, para fazermos discussão de alto nível, com tempo, e não sobrecarregarmos os funcionários, os servidores da CMO, para que na segunda-feira nós tenhamos todos os relatórios discutidos e votados, como fizemos hoje e como fizemos ontem. Trago esta sugestão apenas no intuito de colaborar com os trabalhos, que V.Exa. desenvolve de forma brilhante. Eu sei que, se trabalharmos no fim de semana também, isso facilitará muito os trabalhos na segunda-feira e nos demais dias, para que estejamos com o relatório do Deputado Hugo Leal votado, no máximo, até quinta-feira.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. percebeu que acabou de acordar o Relator? Ele estava dando uma cochiladinha, para continuar. V.Exa. o sacudiu, e ele acordou novamente. *(Risos.)*

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Foi um aviso. Até a quinta-feira da semana que vem, ninguém tem direito a dormir e deve comer pouco. V.Exa. é o espelho da Comissão!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Contanto que V.Exa. não me obriguem mais a fazer café e pãozinho na chapa. (*Risos.*)

Eu queria fazer três agradecimentos. Em primeiro lugar, agradeço novamente ao Deputado Hugo Leal.

Tenha o meu apoio integral, Deputado! Estou com V.Exa., a qualquer momento, disposta a fazer qualquer debate, onde for necessário. Conte com o nosso apoio!

Em segundo lugar, eu queria agradecer muito ao Senador Wellington Fagundes, muito! Agradeço à sua equipe, à sua assessoria. Eu hoje fiquei até com vergonha, porque, quando eu olhava para eles, estavam pedindo, pelo amor de Deus, para dormir um pouco! Nós ficamos aqui até ontem à noite.

O terceiro agradecimento dirige-se ao Senador Rodrigo Pacheco. O Senador Rodrigo Pacheco tem sido solidário na causa da educação, inclusive ajustando o calendário de execução e, efetivamente, do trabalho da Comissão. S.Exa. marcou o dia 16, já fomos para o dia 15. Estamos caminhando num ritmo de trabalho e vamos concluir a votação.

Há quem diga — e não pensem que tudo é um caminho de arcanjos, pois não há arcanjos — e muitas vezes algumas pessoas disseram: *“Se não fizer dessa maneira, não votaremos”*. Votaremos, votaremos. Um sentimento menor não campeará, de maneira alguma, ou não secundarizará um sentimento maior da Comissão, que é o de chegar ao objetivo. Se tudo conseguirmos fazer, muito bem; se não conseguirmos fazer tudo, Deputado Hugo Leal, nós conseguiremos vencer o desafio que nos foi colocado pela educação do Brasil.

Deputado, V.Exa. gostaria de falar?

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Eu só queria fazer um registro, Sra. Presidente, porque eu recebi aqui uma comunicação agora. Imagino que todos nós aqui estejamos preocupados com essa perspectiva, principalmente quanto à emenda de Relator. O Governo Federal acaba de publicar um decreto, o Decreto nº 10.888, de 9 de dezembro de 2021, dispondo exatamente — e acho que é o desdobramento da resolução que nós fizemos aqui, a Resolução nº 2, de 2021 — *“sobre a publicidade e a transparência das comunicações entre os órgãos, fundos (...)”*, com relação à RP 9. E deixa bem claro aqui: *“(...) classificadas com identificador de resultado primário 9 - ‘RP 9’, observarão os procedimentos estabelecidos neste Decreto”*. Então, nós vamos fazer essa análise aqui. Eu acho que isso contribui com o trabalho que nós já estamos fazendo nesta Comissão. Estou tomando conhecimento desse decreto neste momento e imagino que isso tudo vá colaborar também para esse aperfeiçoamento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E é bom que nós tenhamos cada vez mais luzes para esse propósito. Acho apenas que não tem que ser só no RP9, acho que tem que haver em todos os RPs esse monitoramento, especialmente por parte da Comissão Mista de Orçamento.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Deputado, só para eu entender, o Governo Federal também publicou um decreto regulamentando a execução do RP9 pelo Executivo, está correto?

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Isso, exatamente.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - O.k.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Para quem quiser saber, trata-se do Decreto nº 10.888, de 9 de dezembro de 2021. Eu vou colocá-lo na página da CMO.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu pediria a V.Exa. que fizesse isso, Sr. Relator.

Faço somente uma pergunta, Sr. Relator. É possível que haja uma nova perspectiva de abrangermos a totalidade da nossa meta da educação. Pela execução apresentada até então, quando tomamos pé disso, ainda na discussão dentro do Supremo, percebemos que havia uma margem para que se pudesse utilizar. *(Pausa.)*

Só o Deputado Hugo Leal tem essa informação.

V.Exa. poderia divulgá-la, Deputado Hugo? Poderia colocar isso no grupo da Comissão? *(Pausa.)*

Não, não é um decreto secreto.

Portanto, acho que temos uma boa e alvissareira notícia em relação à educação. Existe um residual que não foi utilizado, ninguém sabe por que também, mas pode alcançar o nosso objetivo em relação à educação.

Vamos suspender mais uma vez a reunião da Comissão de Orçamento, colocando que, a qualquer momento — e não será de madrugada —, nós votaremos os relatórios que estão sendo revisados aqui na Comissão.

Está suspensa a presente reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Há quórum regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro reiniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes na pauta.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares participando de forma virtual, por meio da plataforma Zoom.

Item 1 da pauta.

Conforme o disposto no art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, passaremos à apreciação do relatório apresentado pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE, sobre o exame de admissibilidade das emendas apresentadas ao PLN nº 19, de 2021, Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2022. Autor: Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE. Coordenador: Deputado Arnaldo Jardim.

No voto propõe-se que sejam consideradas inadmitidas as Emendas nºs 50170003 e 50170004, da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; 50310001, 50310002 e 50310003, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; e 60050001, 60050002, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; e as demais emendas coletivas devem ser consideradas admitidas, observados os ajustes propostos pelo CAE e solicitados pelos autores do sistema SISEL.

Concedo a palavra ao Coordenador, Deputado Arnaldo Jardim, para a apresentação do relatório.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Muito obrigado, Senador Izalci.

Senhores membros da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, primeiramente eu quero destacar aquilo que foi o apoio que nós tivemos. Eu, na condição de Coordenador daqueles Parlamentares que integram o Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE, devo mencionar, por justiça, os Deputados Jhonatan de Jesus, Eduardo Costa, Charles Evangelista, Mário Negromonte Jr., Zé Carlos e Caroline de Toni. Pela representação do Senado, integram este colegiado o Senador Esperidião Amin, o Senador Roberto Rocha e o Senador Alessandro Vieira.

O nosso Comitê, Sr. Presidente, enfrentou uma situação, conforme o nosso relatório detalhado e aqui apresentado, conforme comunicações enviadas às bancadas estaduais ou às Comissões da Câmara e do Senado, que apresentaram emendas que nos permitiram, ao longo do processo, de acordo com aquilo que determina o art. 25 da Resolução nº 1, do Congresso Nacional, propor a admissibilidade de emendas apresentadas, inclusive as de Relator, aos projetos de lei orçamentária, de diretrizes orçamentárias e ao plano plurianual. Nós, nesse papel, Sr. Presidente, aprovamos, nesta Comissão, o nosso primeiro relatório, que conteve as





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

diretrizes e as orientações para o exame de admissibilidade das emendas. Após isso, nós procedemos, recebidas as emendas das Comissões temáticas e as emendas das bancadas estaduais, ao exame técnico de admissibilidade. Foram identificados, inicialmente, inúmeros casos de admissibilidade. Devo mencionar 117 emendas, 93 de origem de bancadas estaduais e 24 emendas de Comissão.

A partir disso, enviamos esforços, realizamos diligências. Eu agradeço muito à nossa assessoria técnica, composta por profissionais extremamente qualificados da Câmara e do Senado, que nos ajudaram no diálogo com as bancadas, com as Comissões temáticas, com os pedidos de correção pelos autores. A partir desse diálogo, foram efetuados no sistema informatizado da própria CMO, no SISEL. Dessa forma, nós conseguimos, encerrados os prazos e depois do trabalho de busca de soluções saneadoras, reduzir significativamente o montante inicial de emendas com indicação pela admissibilidade.

As emendas coletivas não contempladas neste anexo, que é o Anexo 1, onde estão as inadmitidas, de 117, remanesceram apenas sete nessa condição. Estão admitidas. Por outro lado, quanto às emendas de bancada estadual, tivemos a preocupação e destacamos alguns aspectos. O Comitê considerou viável, nos moldes do ano anterior, a destinação de recursos pelas bancadas estaduais para atendimentos de hospitais de referência situados nas Unidades de Federação, desde que atendam pacientes de outros Estados.

Quanto às emendas de Comissão, foi considerado que trechos da malha rodoviária federal, que constam do Sistema Nacional Viário, podem ser considerados de interesse nacional, para fins de atendimento aos arts. 44 e 45 da Resolução nº 1, do Congresso Nacional, ou seja, consideramos esses trechos como eixos estruturantes, formando uma malha integrada fisicamente contínua e interdependente.

No que se refere à necessidade de repartição de emendas de bancadas estaduais apresentadas nos Orçamentos anteriores, este Comitê diligenciou no sentido de informá-los previamente sobre as emendas que deveriam ser reapresentadas e, formando as Comissões, nós tivemos êxito, ou seja, as diferentes bancadas acabaram por repetir, nas emendas impositivas, aquilo, garantindo continuidade às obras iniciadas. Repetir emendas de bancadas aprovadas ficou sob a análise dos colegiados estaduais e do Distrito Federal.

Na análise quanto à necessidade de repetir programações, não foram consideradas aquelas que se encontram descritas de forma genérica, sem apontar emenda específica.

Portanto, Sr. Presidente, senhores membros da nossa Comissão de Orçamento, consideramos que houve uma notável evolução na análise, o que nos permitiu, ao final, não





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

poder considerar somente sete emendas como admitidas, por fugirem exatamente do escopo de atribuições das Comissões mencionadas.

O exame de admissibilidade das emendas individuais, como ocorreu em anos anteriores, está delegado aos relatórios setoriais, que deverão apresentar o seu relato.

Dessa forma, as emendas constantes, sete, já mencionadas pelo Senador Izalci no início, no Anexo I são consideradas inadmitidas, e as demais, portanto, admitidas, para a consideração do Relator-Geral e desta Comissão, quando da resolução.

Este é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

O Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Muito obrigado, Sr. Presidente, e a todos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Parabéns, meu Relator. Obrigado, Deputado Arnaldo.

Recebemos o Ofício nº 467, de 2021, da Senadora Rose de Freitas; e um ofício da Senadora Soraya Thronicke, do PSL de Mato Grosso do Sul: *"Considerando que V.Exa. indicou-me indevidamente para a relatoria setorial da Área Temática 13, Presidência e Relações Exteriores do PLOA 2022, uma vez que a mim caberia, conforme determinado pelo Líder do Bloco Podemos/PSL/PSDB, para o setor da Área nº 4, venho, por meio deste, declinar da indicação formulada por meio do Ofício do Presidente nº 175, de 2021, CMO, de 30 de novembro de 2021."*

Conforme art. 64 do Regimento, o Relator Setorial que, no prazo regimental, não apresentar o seu relatório, será destituído. No caso, ela declinou da indicação. Ocorrendo o previsto no *caput*, a programação orçamentária da respectiva área temática e as emendas a ela apresentadas serão apreciadas exclusivamente pelo Relator-Geral.

Passamos ao próximo item.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Item 3.

Relatório Setorial da Área Temática II: Saúde.

Relator-Setorial: Deputado Sanderson, do PSL do Rio Grande do Sul.

O Relator-Setorial está com a palavra para a apresentação do relatório.

O prazo de destaque será finalizado no término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Com a palavra o Relator.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Presidente, Senador Izalci Lucas, Srs. Deputados, cumprimento o Deputado Claudio Cajado, que está conosco, a Presidente, Senadora Rose de Freitas, os Deputados que estão aqui presencialmente e aqueles que estão conosco virtualmente.

Coube a nós relatar a Área Temática II, Saúde, do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022, sobre o PLN nº 19, de 2021.

Presidente, o relatório é extenso, então eu farei a leitura do resumo do parecer setorial da saúde do PLOA 2022. O relatório já está no sistema, desde a última quinta-feira, à disposição de todos os integrantes da CMO. Então, passarei direto ao relatório.

"I - Relatório

Nos termos do art. 165, *caput* e § 5º, e do art. 84, XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Presidência da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 421, de 2021, o Projeto de Lei nº 19, de 2021, do Congresso Nacional, que *'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022'*, compreendendo os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Por designação da Presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, coube-me a missão de relatar a proposta orçamentária relativa à Área Temática II — Saúde, que compreende a programação do Ministério da Saúde, respectivas unidades orçamentárias a ele vinculadas direta ou indiretamente, e agências reguladoras com atuação na área temática da saúde.

(...)

2 Programação para a Área de Saúde

No âmbito do Orçamento da Seguridade Social, a proposta de orçamento para 2022 consigna valores no Órgão '36000 — Ministério da Saúde', além das agências reguladoras. O volume total de despesas é da ordem de R\$147,5 bilhões, não havendo programação





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

condicionada à aprovação de crédito adicional (cf. art. 167, III, da CF). Constan ainda no PLOA 2022, vinculados ao Ministério da Saúde, no Orçamento de Investimento, R\$356,9 milhões, relativos à HEMOBRÁS."

Nos tópicos seguintes serão feitas comparações entre os montantes alocados no PLOA 2022 com as despesas executadas pelo Ministério da Saúde em anos anteriores.

Nesse particular, (...) verifica-se que, em 2020, foram abertos créditos extraordinários, em favor do Ministério da Saúde, da ordem de R\$64,2 bilhões de reais para o combate ao Coronavírus, dos quais R\$42,2 foram empenhados. Do saldo não utilizado, R\$21,6 bilhões foram reabertos em 2021. Adicionalmente, no corrente ano, foram previstos R\$666,7 milhões na lei orçamentária para enfrentamento da pandemia, além de terem sido abertos novos créditos extraordinários no valor de R\$25,5 bilhões para a referida finalidade, totalizando despesas autorizadas de R\$47,7 bilhões para investimentos da pasta. Já no PLOA 2022 constam R\$7,1 bilhões em planos orçamentários afetos ao enfrentamento da pandemia.

Assim, para fins de comparação com o PLOA 2022, as despesas empenhadas em 2020 e autorizadas em 2021 para enfrentamento da pandemia serão informadas de forma segregada das despesas relacionadas ao orçamento regular de cada ano. Ademais, os saldos remanescentes dos créditos extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício anterior e reabertos no corrente ano serão apresentados no tópico 6.1 do relatório.

2.1 Por Unidade Orçamentária

A Tabela I, Orçamento do Ministério da Saúde por Unidade Orçamentária, apresenta, segundo a proposta encaminhada pelo Executivo, a distribuição dos recursos por unanimidade orçamentária, comparando os valores do PLOA 2022 com os empenhados em 2019 e 2020, e com o autorizado em 2021."

Agora consta aqui no relatório, que já está no sistema, como eu falei:

"Tabela I — Orçamento do Ministério da Saúde por Unidade Orçamentária (2019-2022).

Sem considerar as despesas afetas ao enfrentamento da emergência de saúde pública (Coronavírus), o valor proposto para 2022 é 3% inferior ao autorizado pelo Ministério da Saúde para 2021. Em comparação com os valores empenhados em 2020 e 2019, o valor contido no projeto é 6% e 3% superior, respectivamente.

O FNS, que responde por 92% do total das despesas do Ministério para 2022, teve redução de 3% em relação ao montante de recursos autorizados em 2021 (novamente sem considerar os recursos destinados ao combate à pandemia). Além do FNS, a ANVISA e a ANS também apresentaram variação negativa nos recursos programados, da ordem de 16% e 27%, respectivamente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por outro lado, houve acréscimo de 2% nas programações do Grupo Hospitalar Conceição, de 20% nas da FUNASA e de 5% nas da FIOCRUZ, quando comparadas com o autorizado em 2021.

(...)

4 Piso de Aplicação em Saúde

(...)

O PLOA 2022 apresenta-se em consonância com o entendimento do TCU quanto às despesas computadas para fins de cumprimento do piso constitucional da saúde, exceto em relação às despesas da ANVISA, conforme item abaixo.

4.2 Natureza Especial Conferida às Agências Reguladoras (Lei nº 13.848, de 2019)

A Lei das Agências Reguladoras (Lei nº 13.848, de 2019) dispôs que a natureza especial das citadas agências *'é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos, bem como pelas demais disposições constantes desta Lei ou de leis específicas voltadas à sua implementação'* (cf. art. 3º da citada lei).

Dessa forma, essas entidades da administração indireta passaram a constituir-se em órgão setorial específico, e não mais em unidade orçamentária vinculada ao respectivo órgão supervisor. Essa alteração no *status* organizacional das agências reguladoras tem reflexos nos dispêndios considerados para alcance do piso da saúde.

(...)

Dessa forma, a desvinculação orçamentária da Agência Nacional de vigilância Sanitária — ANVISA, do Ministério da Saúde deve ensejar a reclassificação para Identificador de Uso (IU) 0 de dotações da ordem de R\$642 milhões, hoje classificadas no PLOA como ASPS (IU 6).

4.3 Recursos mínimos a serem aplicados em ASPS no PLOA 2021.

Nos termos do que previa o art. 110, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT, para o exercício de 2022, a aplicação mínima em ASPS deveria corresponder ao valor do mínimo calculado para 2021 corrigido em 8,35% (variação do IPCA no período de julho de 2020 a junho de 2021). Assim, uma vez que o valor mínimo para 2021 alcançava R\$123,8 bilhões, o PLOA 2022 deveria consignar recursos da ordem de, no mínimo, R\$134,2 bilhões. Esclareça-se que o expressivo volume adicional de recursos alocados para a saúde em 2020 e 2021 para o enfrentamento da pandemia não impacta o valor mínimo de aplicação para 2022, em vista do critério de cálculo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Porém, em 08 de dezembro de 2021, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 113, de 2021, que alterou as normas para correção do piso da saúde durante o Novo Regime Fiscal. Segundo a nova redação do inciso II do § 1º do art. 107 do ADCT, o piso passa a ser corrigido pela variação do IPCA apurado no exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Dessa forma, o valor mínimo de aplicação para 2021 é ajustado para 127,01 bilhões de reais e, considerando o Relatório Focus de 03 de dezembro de 2021, o valor mínimo a ser aplicado em saúde durante 2022 passa a ser R\$139,95 bilhões.

(...)

Após as deduções para adequação ao piso constitucional, as despesas originalmente programadas no PLOA 2022 para ASPS encontravam-se 6,11 bilhões de reais abaixo do mínimo da saúde exigido para o período. (...) — com as emendas aprovadas na fase setorial, essa diferença é de 6,9 bilhões de reais.

"5 Das emendas.

5.1 Considerações gerais.

Não só devido à obrigatoriedade de se destinarem pelo menos metade do valor das emendas individuais (Deputados Federais ou Senadores) a ações e serviços públicos de saúde, como também em razão da evidente necessidade de recursos para a área, do total das 6.689 emendas à despesa apresentadas ao orçamento, a Área Temática II — Saúde (Ministério da Saúde) recebeu 2.569 emendas (38,4% do número total de emendas à despesa).

Das emendas apresentadas, 2.567 foram de apropriação e apenas 2 coletivas de remanejamento, conforme definição constante dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 1, de 2006-CN. Dentre as de apropriação, 2.460 são emendas individuais de Parlamentares da Câmara ou Senado, 96 de autoria de bancadas estaduais e 11 de Comissões (...).

(...)

5.2 Admissibilidade das emendas.

De acordo com o art. 25 da Resolução nº 1, de 2006-CN, cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas ao PLOA 2022. O Comitê sugeriu ajuste em diversas emendas e, no último relatório, considerou todas admitidas.

Até a entrega do presente relatório, não havia ocorrido a votação do relatório do CAE. Entretanto, em consonância com o citado documento, consideramos que, após os ajustes promovidos pelos autores, as emendas atendem as disposições constantes da Resolução nº





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

01, de 2006, do Congresso Nacional, e estão em consonância com as orientações do relatório de atividades do CAE.

No que diz respeito às emendas individuais, não houve pronunciamento do referido Comitê. Entretanto, em conformidade com o art. 70, III, 'c', da Resolução nº 1, de 2006-CN, no sentido de que as relatorias indiquem as emendas com parecer pela inadmissão, considero que, após os ajustes promovidos pelos autores e por este Relator, todas as emendas individuais apresentadas a esta Área Temática adequaram-se à legislação vigente e às orientações constantes do Relatório de Atividades do CAE.

5.3 Recursos para atendimento de emendas.

No atendimento das emendas individuais e coletivas, foram mobilizados cerca de R\$8,15 bilhões da Reserva de Contingência.

Foram canceladas, ademais, dentro dos limites permitidos, programações para atendimento das duas emendas de remanejamento.

Registro que não foram realizados cortes adicionais em programações constantes da proposta orçamentária destinadas a investimentos no Ministério da Saúde. Optou-se por manter os recursos em suas programações originárias, como forma de privilegiar uma margem de discricionariedade na atuação da pasta na elaboração, implementação e execução dos planos e das políticas públicas voltadas para a promoção, prevenção e assistência à saúde da população, que já é bem inferior ao necessário para a execução de políticas públicas.

5.3.1 Emendas individuais.

No que diz respeito às emendas individuais, todas foram aprovadas, o que implicou a utilização de R\$5,49 bilhões.

5.3.2 Emendas coletivas.

5.3.2.1 Emendas de bancada com obrigatoriedade de execução (RP 7).

A Emenda Constitucional nº 100, de 2019, garante a obrigatoriedade de execução das programações orçamentárias provenientes de emendas de bancada de Parlamentares de Estado ou do Distrito Federal. No âmbito da Saúde, houve 88 emendas, que receberam recursos específicos da ordem de R\$2,52 bilhões.

5.3.2.2. Demais emendas coletivas.

Para atender aos demais pleitos de apropriação das bancadas e Comissões, foram utilizados R\$133 milhões. Mesmo diante da escassez de recursos, busquei ouvir todos os que me procuraram e distribuir os recursos segundo o mérito das propostas, sempre perseguindo o equilíbrio e a justiça nas alocações.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para as emendas de Comissão, destinamos o montante de 49 milhões de reais, tendo em vista o caráter nacional das propostas apresentadas relacionadas, principalmente, com incremento temporário de recursos para custeio da atenção primária em saúde, bem como para o custeio da assistência hospitalar e ambulatorial.

Com relação às bancadas, buscamos atender todas as emendas apresentadas, após empreender um juízo de ponderação quanto ao mérito de cada proposta visando à alocação dos recursos. Como resultado, alocamos R\$84 milhões nas referidas emendas, com prioridade para despesas de custeio, sendo cada bancada contemplada com, no mínimo, R\$2 milhões. Após a distribuição dos recursos, às emendas com menor atendimento foram destinados R\$100.000,00, possibilitando aos seus autores buscar reforço de dotações.

Foram ainda aprovadas as duas emendas de remanejamento apresentadas pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

(...)

5.5 Correções e ajustes em emendas por solicitação do autor ou para adequação técnica.

Diversas alterações em emendas apresentadas foram consideradas no parecer em atendimento a solicitação de autores, tanto para atender recomendações do CAE quanto para corrigir erros, imprecisões, ambiguidades ou lacunas em elementos de programação orçamentária identificadas posteriormente. Tais solicitações foram registradas no mesmo sistema SISEL.

(...)

6. Outras informações exigidas por normas internas.

6.1 Créditos adicionais abertos nos últimos quatro meses.

Em cumprimento ao art. 70, inciso I, 'c', da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que determina a análise nos relatórios setoriais dos efeitos dos créditos especiais e extraordinários aprovados ou em apreciação pelo Congresso Nacional nos últimos 4 meses do exercício, registra-se, relativamente ao Ministério da Saúde, três créditos especiais e um crédito extraordinário.

O crédito especial correspondente ao PLN nº 15, de 2021, convertido na Lei nº 14.209, de 30 de setembro de 2021, autorizou despesas da ordem de R\$5,0 milhões à FUNASA. Já o PLN 32/21, em tramitação no Congresso Nacional, propõe autorizar despesas de R\$ 5,0 milhões de reais ao Hospital Nossa Senhora da Conceição. Por fim, o PLN 38/21, também sob apreciação do Legislativo, propõe autorizar despesas de R\$2,1 milhão à FUNASA.

Quanto ao crédito extraordinário, a Medida Provisória nº 1.062, de 9 de agosto de 2021, em tramitação no Congresso Nacional, autorizou despesas de R\$9,1 bilhões ao Ministério da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Saúde, dos quais R\$8,4 bilhões foram destinados ao FNS, R\$705,2 milhões à FIOCRUZ e R\$15,3 bilhões de reais ao Hospital Nossa Senhora da Conceição.

6.2 Outras informações obrigatórias conforme Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Em cumprimento ao disposto do inciso II do art. 70 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, registre-se que, no âmbito do Ministério da Saúde, não há obra em relação à qual foram identificados indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação.

7. Correção de erros e omissões - emendas de Relator.

Conforme determina a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os Relatores somente poderão apresentar emendas à programação da despesa com a finalidade de corrigir erros e omissões de ordem técnica ou legal.

A análise da programação do setor apontou algumas inadequações técnicas conforme itens subsequentes:

7.1 Ajuste de classificador de despesa - ANVISA

Conforme exposto no item 4.2 deste Relatório, a Lei nº 13.848, de 2019, promoveu a desvinculação orçamentária da ANVISA do Ministério da Saúde. Dessa forma, a fim de adequar a proposta orçamentária ao que determina a Lei Complementar nº 141, de 2012, e a citada Lei das Agências Reguladoras, com base no inciso I e parágrafo único do art. 144 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e no item 9 da Parte Especial do Parecer Preliminar, apresentamos emendas de Relator (8002-0001 a 8002-0007) para reclassificação do identificador de uso das programações da ANVISA de '6' para '0'.

7.2 Ajuste de classificador de despesas - Hospital Nossa Senhora de Conceição

Nos termos da Mensagem nº 658, de 2 de dezembro de 2021, a Presidência da República propôs a inclusão de programação destinada a sentenças judiciais transitadas em julgado de pequeno valor (Ação nº 0625), em favor do Hospital Nossa Senhora da Conceição. A programação constante da referida Mensagem foi classificada como esfera fiscal ('F') e como identificador de uso igual a '0'. Contudo, por se referir à despesa com pessoal (GND1) do Ministério da Saúde, ela deve ser classificada na esfera de seguridade social ('S') e com o identificador de uso igual a '6'. Com vistas a adequar a proposta orçamentária, com base no inciso I e parágrafo único do art. 144 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e no item 9 da Parte Especial do Parecer Preliminar, apresentamos emenda de Relator para promover os referidos ajustes. (8002-0008)

8. Indicações ao Relator-Geral





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Conforme mencionado nos itens 4 e 5.3.3 deste relatório, o PLOA 2022 foi encaminhado ao Congresso Nacional em agosto do corrente exercício com base nas normas então vigentes para apuração do piso constitucional. Entretanto, a recém aprovada EC nº 113, de 2021, alterou o referido cálculo e as despesas originalmente programadas para 2022 deixaram de ser suficientes para atender o mínimo constitucional.

O montante mínimo a ser empregado em programações classificadas como ASPS durante o exercício de 2022 é da ordem de R\$139,95 bilhões, sendo necessário o reforço de, ao menos, R\$6,09 bilhões. Diante disso, encaminhamos à relatoria-geral as indicações a seguir.

8.1 Solicitação do Ministério da Saúde — Reforço de Programações Obrigatórias

As programações do Fundo Nacional de Saúde são as principais responsáveis pelo financiamento de procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial — MAC (Ação 8585) e do Piso de Atenção Primária à Saúde — PAP (Ação 219A), respondendo por parcela significativa de todo o custeio do sistema de saúde nacional.

Em função da natureza, tais recursos são classificados na proposta orçamentária como transferências obrigatórias (RP 1) e, dessa forma, não se submetem à restrição imposta pelo art. 167, inciso X, da Constituição, podendo, inclusive, ser utilizados para o pagamento de pessoal pelos entes subnacionais beneficiados. Entretanto, como mencionado no item 2.7.2.1 deste Relatório, em comparação com o orçamento corrente, o PLOA 2022 prevê recursos para essas programações com incrementos bastante inferiores à correção aplicada ao piso da saúde para 2022.

O Ministro de Estado da Saúde, por meio do Ofício nº 1427/2021/(...) (Anexo II), informou haver necessidade de expansão de algumas dotações dessa natureza consignadas no PLOA 2022.

Conforme o citado expediente, apesar de a ampliação da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde para 2022 haver sido majoritariamente destinada ao enfrentamento da COVID-19 e suas repercussões para o Sistema Único de Saúde, ainda seria necessário o reforço de determinadas despesas.

Dessa forma, solicita que seja considerada a possibilidade de reforço das seguintes programações: (...)"

Aqui consta a tabela, como eu disse, o relatório constante no sistema: Ação Orçamentária nº 8.585, com valor acrescido de R\$5,7 bilhões; Ação Orçamentária nº 219A, com valor a ser acrescido de R\$2,4 bilhões; Ação Orçamentária 20YE, com valor a ser acrescido R\$1,4 bilhão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"8.2 Reforço de Programações Discricionárias para custeio

Em linha com o Ministério da Saúde no que tange à atual carência de recursos destinados ao custeio dos serviços de saúde, a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados apresentou emendas para o incremento temporário do custeio da atenção primária em saúde (Emenda nº 50210001, na Ação 2E89) e dos serviços hospitalares e ambulatoriais (Emenda nº 50210002, na Ação 2E90). Todavia, em razão das inúmeras demandas recebidas e das limitações financeiras desse" relator "setorial, não foi possível atender tais emendas de forma adequada. Por essa razão, indicamos à relatoria-geral o reforço das referidas programações no valor de R\$500 milhões cada emenda.

8.3 Reforço de Programações Discricionárias para Investimentos

O atendimento adequado do Sistema de Saúde exige a ampliação e a modernização de unidades de saúde. Considerando o reduzido montante de recursos previsto para 2022, indicamos à relatoria-geral o reforço de programações afetas à Ação 8581 — Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde — Nacional e 8535 — Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde — Nacional, respectivamente em R\$ 100 milhões e R\$300 milhões.

II - Voto do Relator

Diante de todo o exposto, votamos no sentido de que esta Comissão Mista:

a) aprove o Projeto de Lei nº 19, de 2021, do Congresso Nacional, no que concerne à Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA, à Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS e às unidades orçamentárias do Ministério da Saúde, com as emendas de Relator de que trata o item 7 deste relatório e as alterações decorrentes das emendas individuais e coletivas aprovadas;

b) autorize o Relator-Geral a implementar as indicações constantes do item 8 deste relatório.

Sala da Comissão, em 13 de dezembro de 2021.

Deputado Sanderson, Relator-Setorial da Saúde."

Sr. Presidente, obrigado pela atenção.

Quero aqui, depois de ter feito a leitura do relatório setorial que me foi designado pela Presidente, Senadora Rose de Freitas, cumprimentar os consultores da Saúde da Comissão Mista de Orçamento Mario Gurgel, Rafael, Aritan, Marcel e a minha assessora de gabinete Dinajara Santana, que foram incansáveis e dedicados para que, sobretudo, nessas últimas duas semanas, pudéssemos fazer a conclusão do relatório setorial com as limitações, obviamente que temos como Relator-Setorial.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Todas as emendas que foram apresentadas, e aqueles autores das emendas que nos procuraram, foram atendidas, e agora, claro, cabe ao Relator-Geral cumprir com o seu mister.

Tenho certeza de que a Comissão Mista de Orçamento será sensível aos termos do nosso relatório.

Com isso, encerramos a nossa participação ao entregar o Relatório Setorial da Área Temática II, que trata da saúde pública, para 2022.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Deputado Sanderson.

O relatório está em discussão.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Sr. Presidente, eu me inscrevo para debater o relatório, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Está inscrito o Senador Esperidião Amin.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sr. Presidente, eu quero me inscrever também.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O.k.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Sr. Presidente, houve a minha inscrição, Deputado Glauber Braga?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - V.Exa. está com a palavra.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Eu ou o Senador Esperidião?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Então, se é a minha vez, serei muito breve, Presidente.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Deputado Sanderson pelo trabalho benfeito — sua assessoria também o ajudou — e quero enaltecer especialmente a importância que esse assunto tem. Nós estamos agora escrevendo o Orçamento do terceiro ano pós-pandemia. Ou seja, em 2020, tivemos que improvisar; em 2021, escrevemos um Orçamento considerando que a pandemia iria encerrar brevemente, mas, infelizmente, não foi isso que aconteceu; e agora estamos de novo acreditando que a pandemia acabou ou está acabando. Então, eu gostaria de dizer que, com todas essas variáveis, o trabalho do Deputado Sanderson merece o meu respeito.

Tenho um dado técnico sobre o qual peço a sua observação, Deputado Sanderson. O que mais tem contribuído para a desigualdade nas questões de saúde no Brasil é o não acompanhamento do gasto *per capita* de recursos do SUS, compreendendo aí atendimento





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

básico e de média e alta complexidades. Enfim, a soma de todas as rubricas funcionais resulta num *per capita* por unidade federada, e, intrarregionalmente, essa desigualdade é muito ruim para o País.

Mesmo no nosso caso do Sul do Brasil, V.Exa. imagine que, há 20 anos, não tínhamos nenhum serviço de alta complexidade no oeste do nosso Estado de Santa Catarina e sobrecarregávamos, portanto, os Estados vizinhos, Paraná e Rio Grande do Sul. Mas o pior é que o *per capita* do oeste sempre ficava se distanciando do *per capita* de Santa Catarina. Temos feito um esforço, infelizmente sem continuidade, para reduzir isso.

Eu acompanhei, tanto quanto pude, o seu relatório, mas não ouvi nenhuma referência a essa avaliação de dotações *per capita* por unidade federada. Estou olhando ali o nosso Senador Angelo Coronel, da Bahia, com a sua extensão territorial grande. Como fica o atendimento nas microrregiões de um Estado como a Bahia se o confrontarmos com os seus vizinhos Sergipe e Alagoas? Sem diminuir a importância desse Estado, a sua extensão pode impor deslocamentos cruéis especialmente, por exemplo, para atendimento oncológico. Nós vivíamos isso aqui: um deslocamento de 150 quilômetros para se ter atendimento de quimioterapia e radioterapia. Isso foi reduzido.

Então, o *per capita* dos Estados tem essa função de dar um tratamento menos desequilibrado às pessoas. E eu lamento não ter ouvido se houve referências ao *per capita* dos Estados em todas as dotações, mas especialmente no tocante à média e alta complexidades. Peço desculpas e peço informação.

Em segundo lugar, como eu fui Relator da Emenda Constitucional nº 100, vejo, com satisfação, que tanto as emendas individuais quanto as emendas de bancadas federais por Estado contribuem para reduzir essas desigualdades que já mencionei. E o nobre Relator mencionou isso quando abordou o item 6.1 e também quando se referiu aos itens que fazem parte da componente nº 8 do seu relatório.

Então, aqui fica a minha indagação: como foi a evolução do *per capita* especialmente nas média e alta complexidades? E aí eu incluo, é claro, o atendimento durante este período emergencial da COVID. Mesmo que haja várias desmobilizações, eu acho que o que foi recuperado em matéria de redução de *per capita* de um Estado em relação ao outro deve ser preservado, sob pena de o Orçamento de 2022 nos redirecionar para um desequilíbrio indesejável.

Portanto, há uma pergunta e uma solicitação que deixo pendentes tanto para o Relator Setorial quanto para o Relator-Geral.

Muito obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Passo a palavra ao Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sr. Presidente Izalci, Senador do Distrito Federal, que preside a sessão da Comissão Mista de Orçamento no presente momento, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Sras. Deputadas, membros da Comissão Mista de Orçamento, eu ouvi aqui o relatório do Deputado Sanderson, a quem quero parabenizar pela confecção de um relatório de boa qualidade no que diz respeito à saúde pública.

Deputado Sanderson, V.Exa. é um Parlamentar de primeiro mandato, mas tem se destacado, de forma bastante brilhante, pela dedicação com que assume missões que lhe são entregues. Portanto, eu vejo que V.Exa. terá facilidade em aprovar esse seu relatório aqui. Eu mesmo vou votar a favor.

Agora, fica uma preocupação que não tem nada a ver com o relatório. Como nós ainda não votamos os vetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, eu queria chamar a atenção dos Srs. Deputados e Senadores. Existem alguns vetos, entre eles o dos agentes de saúde, o de nº 44, item 8, que poderá ser derrubado no Plenário do Congresso Nacional. Pelo que tenho conversado com os Deputados e Senadores, a maioria vai votar pela derrubada desse veto porque se trata dos agentes de saúde e dos agentes de combate a endemias.

Senhores, nós estamos tratando aqui de duas categorias de grande importância para a saúde pública, principalmente para a saúde preventiva. Ainda estamos na onda de uma pandemia causada pela COVID-19, e esses profissionais, durante o ano passado, foram bastante elogiados, tanto os agentes de saúde como os agentes de endemias, porque fizeram um belíssimo trabalho no combate à COVID-19. Foram de casa em casa, sem medo de, ao ter um infectado nela, contrair a doença. Eles continuaram fazendo o trabalho deles, e não terão reajuste no ano que vem. Mas, se nós derrubarmos o veto, obrigatoriamente eles terão esse reajuste.

Então, fica aqui uma preocupação muito grande. Eu quero indagar ao Presidente da Comissão no momento, Senador Izalci: como é que vai ficar — a consultoria pode orientar — se nós derrubarmos o veto? Pergunto isso porque estamos fazendo todo esse esforço, e faz dias que os agentes estão vindo aqui. V.Exas., Deputados e Senadores, já devem ter visto nos corredores da Câmara e do Senado os agentes de saúde, através das suas representações, conversando com os Deputados. Eles foram em todos os gabinetes, procurando apoio para a derrubada desse veto. Se nós aprovarmos hoje esse relatório preliminar da saúde, eu quero saber se vai haver alguma implicação no que diz respeito ao veto que deve ser derrubado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós inclusive marcamos para hoje, através de um acordo, uma sessão do Congresso para derrubar esses vetos, mas, pelo que eu vi, isso já mudou. Já está convocada a sessão do Congresso para deliberar sobre o PLN 32. Eu não entendi o que houve. Aqui dentro se faz um acordo e depois, lá fora, se faz outro. Os acordos não estão valendo de nada.

E, por falar em acordo, eu fui o Relator do Orçamento Setorial da Saúde, Sr. Anderson. Eu gostaria que V.Exa. prestasse bem atenção porque V.Exa. deve ter feito um compromisso. Eu vi aqui que V.Exa. destacou inclusive recurso para a Subcomissão de Saúde, da Comissão de Seguridade Social, no valor de 46 milhões de reais, se eu não me engano. V.Exa. fez correto. Eu vi o seu relatório. Eu sou daqueles que gostam de ler. O que eu não entendo eu procuro interpretar, pedindo apoio a outros para me ajudarem. Mas V.Exa. deve ter feito alguns acordos, eu vi aqui que foram atendidos os pedidos. Mas depois V.Exa. vai ter dificuldade com o Governo para executar esses acordos.

Eu fiz acordos com o Governo Federal para que fossem cumpridos, em 2021, determinados recursos para a saúde. O meu Estado do Maranhão foi prejudicado. Nós colocamos 96 milhões de reais. O Presidente da Comissão era o Senador Marcelo Castro, que inclusive está presente aqui. Graças ao Orçamento de 2021, que nós confeccionamos, a saúde teve recursos para poder combater a COVID num primeiro momento. Depois, foram necessários mais recursos. Mas, graças a esse trabalho que fizemos — eu fiz esse mesmo ajuste que V.Exa. fez com a ANVISA —, sobrou espaço para que pudéssemos gastar mais com a saúde.

Na minha relatoria, foi inaugurado o que V.Exa. também está fazendo. Eu quero apenas alertar V.Exa. para que tenha bastante cuidado com esses acordos que muitas vezes são feitos aqui, porque o Governo chega todo bonzinho, mas depois, na hora de efetivá-los, ele não o faz. Digo isso porque sou testemunha disso, aconteceu comigo e com outros Parlamentares aqui.

Por isso, eu deixo esse meu desabafo. Não vale muito a pena mais acreditar na palavra de mulheres e de homens que estão no Parlamento representando o povo.

Mas eu parablenizo V.Exa., porque fez um excelente trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O Relator vai explicar um detalhezinho com relação aos agentes de saúde. Eu parablenizo V.Exa. pela posição, que também é a minha posição.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Obrigado ao diligente, competente e dedicado Deputado Hildo Rocha, que nos ensina todos os dias, em diversas searas, sobretudo na





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

questão orçamentária. V.Exa. é um dos maiores conhecedores da matéria "orçamento" aqui no Congresso Nacional. Obrigado pelas palavras.

Cumprimento também o Senador Esperidião Amin, que fez as suas considerações.

Obrigado, Senador Esperidião Amin, meu vizinho catarinense.

Quero dizer que nós apresentamos, no relatório setorial, obviamente, um acréscimo de 8,1 bilhões de reais. Claro, isso estará sob a jurisdição e competência do Relator-Geral, que, de acordo com a oportunidade e conveniência, pode atender ou não. Mas nós indicamos que ele acrescente 8,1 bilhões de reais justamente para atender, Senador Esperidião Amin, esse acréscimo a que o senhor se referiu na sua fala.

Deputado Hildo Rocha...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Muito obrigado. Só quero agradecer, Deputado Sanderson, por V.Exa. ter considerado as minhas observações.

Muito obrigado.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - O prazer é meu.

Deputado Hildo Rocha, nós temos aqui, na Ação Orçamentária 219-A, o piso da atenção primária. O valor a ser acrescido é de 2,4 bilhões de reais. Isso também, claro, é tudo indicação sugerida ao Relator-Geral. Ele é quem tem a caneta para fazer a disposição. Depois, a Comissão Mista do Orçamento é que vai decidir em última análise, mas o Relator-Geral, depois de ter sido instado pelo Relator Setorial, deve apresentar as suas considerações.

Presidente, de minha parte, acho que...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Há alguns inscritos ainda.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Mas essa colocação está na pág. 21.

A SRA. SIMONE TEBET (MDB - MS) - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Sugiro que o Relator-Geral também olhe para a questão da informatização do Sistema Único, para a falta de controle. Isso é importante.

Ainda estão inscritos aqui o Deputado Cláudio Cajado, Glauber Braga e o Senador Wellington Fagundes.

A SRA. SIMONE TEBET (MDB - MS) - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente. É a Senadora Simone.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Tem a palavra a Senadora Simone Tebet pela ordem.

A SRA. SIMONE TEBET (MDB - MS) - Obrigada, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu fui a primeira a chegar e pedi a inscrição para a leitura do meu relatório, porque, como sabemos, fomos convocados para estar presencialmente nesta semana. Infelizmente, em função da mudança de horários, vou ficar a parte da tarde toda voando. Só chego à 19 horas em Brasília. Pergunto qual seria o meu horário — eu viajo logo após o almoço —, apenas para que eu possa me programar. Eu fiz um resumo do resumo do relatório. Não vou gastar mais do que, cronometrados, 5 minutos.

Então, por favor, peço para verificar, só para que eu possa me programar. Do contrário, assim que eu chegar a Brasília, às 19 horas, posso ir direto para a Comissão — se ela ainda estiver, obviamente, funcionando — para a leitura do relatório. Essa é a questão de ordem que faço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Senadora Simone, a Presidente Rose gostaria de estar presente durante a votação do relatório de V.Exa. Eu vou verificar aqui se deixamos para daqui a pouco ou para quando V.Exa. chegar, porque ainda há alguns aqui na relação de inscritos. Falo com V.Exa. já, já.

A Senadora Rose, no início, pediu que aguardássemos, porque ela queria participar do relatório de V.Exa., mas, daqui a 2 minutinhos, já dou o retorno a V.Exa.

Enquanto isso, passo a palavra para o Deputado Cláudio Cajado. *(Pausa.)*

A SRA. SIMONE TEBET (MDB - MS) - Só confirmando, Sr. Presidente, eu consigo estar presencialmente aí só perto das 20 horas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Aguarde só 1 minutinho, Senadora Simone. Eu vou tentar localizar a Senadora Rose para ver se podemos partir para o relatório. Talvez possamos até relatar e deixar para votar depois. Eu vou falar com a Presidente e falo com V.Exa. daqui a pouco.

Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Sr. Presidente, Senador Izalci, Relator Sanderson, demais Senadores e Senadoras, Deputadas e Deputados aqui presentes e virtualmente também, eu ouvi atentamente o relatório de V.Exa. e pude perceber alguns dados importantes. O ano passado foi um ano muito difícil, e V.Exa. compara os recursos que foram acrescidos no ano passado para este ano com os deste ano para o ano seguinte, 2022. Nós percebemos que houve um acréscimo considerável dos recursos da área da saúde, além do que fora feito para os Municípios e Estados brasileiros em relação ao combate à pandemia.

Então, o Governo Federal envidou todos os esforços no sentido de poder atender as demandas da sociedade, as demandas do setor produtivo nacional. Houve uma série de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

auxílios, seja para a camada mais vulnerável da população, seja para os empregadores, através dos seus comércios, indústrias, serviços. E isso refletiu nos orçamentos setoriais que começamos a votar, especificamente no de V.Exa., que é o da saúde.

Nós ainda estamos em processo de combate à pandemia da COVID-19. Novas variantes estão sendo apresentadas. O que nós esperamos é que o Governo continue com a mesma visão de vacinar a população, conscientizá-la dos efeitos positivos que dela advêm, investindo na aquisição de vacinas.

Eu tive a oportunidade de estar ao lado do Ministro Queiroga, e foi assinado com a Pfizer lá na Bahia, no Hospital Martagão Gesteira, o contrato para a aquisição de milhares de vacinas, muitas já disponibilizadas, outras tantas ainda estão para chegar entre este ano e o ano que vem. Portanto, o Governo Federal está preparado para poder não apenas fazer as duas doses, como também as doses de reforço, a terceira dose. Isso significa que, no que depender da ação do Governo — e o Orçamento que V.Exa. acaba de ler reflete isso —, nós estaremos assegurando que esses recursos sejam disponibilizados para o conjunto da população, para hospitais municipais, para hospitais estaduais, para entidades filantrópicas. Faremos da saúde uma política pública, como já está sendo feito, com absoluta prioridade.

Portanto, o que nós temos que colocar é que o Governo está atento a todas essas questões, preocupado. Graças ao conjunto dos Parlamentares que integram a Comissão de Orçamento, eu não tenho dúvida, essa prioridade se refletirá na aprovação do relatório de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Senadora Simone, a Senadora Rose já está chegando. Só faltam dois oradores: o Deputado Glauber Braga e, depois, o Deputado Wellington Fagundes. Acredito que, na sequência, a Senadora já estará presente.

Tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Obrigado.

Presidente, Deputados e Deputadas, o relatório apresentado pelo Deputado Sanderson traz uma enorme preocupação. Se formos fazer uma análise em termos reais dos valores corrigidos pela inflação, veremos que são 4 bilhões de reais a menos do que no ano passado. Com isso, os recursos para custeio de vacina, tratamento pós-COVID e custeio de leitos hospitalares estão insuficientes para atender as necessidades que a emergência sanitária exige.

O próprio Ministério da Saúde, vejamos só, enviou um ofício solicitando pelo menos R\$5,7 bilhões para o custeio de leitos em Estados e Municípios; R\$2,4 bilhões para atender demanda extraordinária decorrente de pacientes que manifestam condições pós-COVID e 1,4 bilhão de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

reais para insumos estratégicos necessários para testagem da população e aplicação de vacinas contra a COVID-19.

O relatório apresentado não está levando isso em conta da maneira adequada. Só para se ter uma noção desses recursos destinados ao combate da pandemia na área de saúde, incluindo os créditos extraordinários, vamos fazer um comparativo entre 2020 e 2021 e essa proposta de 2022. Em 2020, foram R\$42,1 bilhões e, em 2021, foram R\$47,7 bilhões. Sabem de quanto é a previsão para 2022? É de R\$7,1 bilhões. Eu vou repetir os dados: em 2020, R\$42,1 bilhões; em 2021, R\$47,7 bilhões; e, em 2022, a previsão é R\$7,1 bilhões, uma quantidade muito menor de recursos.

Aí já saltam aos olhos as dificuldades que estão sendo enfrentadas na aprovação de um relatório que seja robusto, garantindo os recursos na área de saúde, mas circula a informação de que querem aumentar o valor do Fundo Eleitoral. E olhem que eu sempre defendi financiamento público de campanha eleitoral, contra a tentativa do poder econômico de ampliar sua influência e capturar mandatos. Mas estão falando numa ampliação do valor do Fundo Eleitoral de R\$2,1 bilhões para R\$5,7 bilhões. Financiamento público de campanhas eleitorais, sim, mas financiamento bilionário, não, pois as campanhas podem e devem ser feitas de maneira modesta.

Algo chama atenção também com relação a essa diminuição de recursos para a área de saúde e para a área de educação pelo menos nos relatórios preliminares que foram apresentados. E é bom que a Senadora Simone Tebet esteja aqui na sala também, porque S.Exa. é a Relatora Setorial que trata do Ministério do Desenvolvimento Regional, onde opera prioritariamente o Centrão e onde há uma ampliação substantiva comparação aos Ministérios da Saúde e da Educação. Por exemplo, a CODEVASF tem, no projeto de Lei Orçamentária, R\$900 milhões, mas sai do relatório setorial com R\$1,5 bilhão. Só esse aumento da CODEVASF é maior que todo o orçamento do Ministério da Educação, incluindo todas as políticas, todas as universidades, todos os institutos federais, a pesquisa, o ensino, tudo.

E agora sai a notícia de que é o primo do Presidente da Câmara, Deputado Arthur Lira, que está irrigando os seus redutos eleitorais e que ele tem uma forte influência na destinação desse orçamento. O Ministério do Desenvolvimento Regional está saindo, como um todo, com R\$1,4 bilhão a mais no Relatório Setorial, algo muito distante do que ocorreu com a saúde, com a educação, por exemplo.

A pergunta é: que priorização é essa, Presidente, Deputados, Deputadas e Relator Setorial? Preocupa-nos a forma como vem sendo conduzido principalmente os orçamentos da saúde e da educação. Por esse motivo, o PSOL não tem como votar favoravelmente a uma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

proposta que diminui a quantidade de recursos para a saúde, como tive aqui a possibilidade de elencar.

Portanto, nós orientamos "obstrução" na votação dessa matéria, até que o Relator refaça e recomponha os recursos que estão sendo cortados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Está bom, Deputado Glauber.

Com a palavra, então, o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Sr. Presidente, Senador Izalci, eu gostaria de saudá-lo no exercício da Presidência desta Comissão, como também o Deputado Sanderson, do nosso Rio Grande do Sul. Esse Estado é tão forte hoje que manda no Mato Grosso.

O Deputado Sanderson está numa relatoria talvez das mais importantes, porque os investimentos na saúde não são só necessários, mas estratégicos para o País, quando estamos praticamente saindo da pandemia.

Eu quero falar também na condição de ter sido autor do projeto para produção de vacinas no Brasil e como Relator da Comissão da COVID, cujo relatório concluímos na semana passada. Fomos à FIOCRUZ, fomos ao Butantan e à maior parte das indústrias, sempre com a ANVISA, com o Ministério da Agricultura, com o Ministério da Saúde, com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Deputado Sanderson, podemos aqui já dizer, de público, que o Brasil está pronto, está preparado para, no ano que vem, começar a produzir vacinas contra a COVID com tecnologia 100% nacional. Isso é muito importante, porque, agora, com essa nova cepa, essa variante da África do Sul — tivemos a delta —, não dá para vacilar.

O Brasil aprendeu bastante, tanto é que já somos autossuficientes em muitos produtos que, no início da pandemia, não tínhamos, como, por exemplo, respiradores e insumos básicos para hospitais. Até oxigênio chegou a faltar. Felizmente, graças ao investimento que foi feito pelo Governo Federal, foi repassado recurso para as Prefeituras, para os Estados e principalmente para as nossas instituições de pesquisa.

Por isso, eu quero destacar, no seu relatório, Deputado, também os recursos para a FIOCRUZ, que é hoje uma das entidades que mais têm desenvolvido pesquisas, especialmente na área da COVID e do diagnóstico. Quando lá fomos, tivemos a oportunidade de conhecer toda a estrutura que está sendo feita, principalmente o avanço da indústria. Então, hoje, tanto a FIOCRUZ como o Butantan estão preparados, além da indústria de saúde animal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sei da complexidade do relatório de V.Exa., mas principalmente da competência de V.Exa. de produzir um relatório. É claro que ainda ocorrerão as indicações ao Relator-Geral, que tem mais condições, inclusive, de poder fazer o atendimento, já que os Relatores-Setoriais nem emenda de Relator podem fazer.

Eu parablenizo V.Exa. e aqui deixo uma palavra de otimismo para todo o Brasil. Como o Ministro da Educação tem dito, durante a pandemia, os protagonistas foram os médicos, os profissionais da saúde, os hospitais. E, para o ano que vem, teremos, com certeza, de fazer investimento tanto na saúde, como V.Exa. aponta em seu relatório agora, quanto na educação, área de que inclusive estou como Relator.

O ano que vem é o ano da retomada das nossas crianças, com segurança, às escolas. Portanto, os protagonistas terão de ser as nossas escolas, os profissionais da educação. Principalmente, tem que haver a valorização dos professores, como também o investimento na ciência, na pesquisa e na tecnologia.

Eu parablenizo toda a Comissão, Senador Izalci Lucas, pela celeridade. Estamos dando respostas ao País. É muito importante aprovar o Orçamento ainda no ano. Antes do Natal, eu tenho certeza de que vamos entregar o Orçamento, para que, no ano que vem, o Governo possa ter mais capacidade de planejamento e de executar com mais eficiência o nosso Orçamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Eu quero também agradecer ao nosso Relator, o Deputado Sanderson, por ter acatado a emenda da nossa bancada para o Hospital Sarah, que atende pessoas de todo o Brasil.

A discussão e o prazo para a apresentação de destaques estão encerrados.

Em votação o relatório na Câmara dos Deputados.

O Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - O PSOL manifesta "obstrução".

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Aprovado, com o voto contrário do Deputado Glauber Braga.

Em votação na representação do Senado Federal.

O Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vou passar a palavra ao Relator, para que possa responder ao Deputado Glauber.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passo a Presidência para a nossa querida Senadora Rose de Freitas.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Presidente Izalci Lucas, que agora passa o comando para a Senadora Rose de Freitas, agradeço as palavras do Senador Wellington e, aqui na Câmara dos Deputados, coloco-me sempre à disposição de V.Exa. e de todos os Senadores da República para ajudar naquilo que esteja sob a minha alçada no âmbito desta Casa.

Passo a responder ao Deputado Glauber Braga. É importante registrar, Deputado Glauber, que o Relator Setorial não tem autorização regimental para acrescentar recursos ao PLOA, mesmo havendo, no mérito, justa causa. Isso cabe ao Relator-Geral, que tem, sim, disposição regimental favorável para que possa, no seu Relatório Geral, apresentar e acrescentar valores no que diz respeito à Área Temática nº 2, no caso, a da saúde.

Então, Presidente Izalci, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, em resposta às perguntas, mesmo já tendo sido o relatório aprovado, acho que conseguimos aqui atender os esclarecimentos que foram trazidos até nós, seja antes da apresentação do relatório ou depois, na quinta-feira. Estivemos, da quinta-feira até a manhã de segunda-feira, com o relatório no sistema e aberto lá no nosso Gabinete, à disposição de todos aqueles que porventura quisessem algum esclarecimento.

Portanto, Presidente Izalci, agradeço mais uma vez a compreensão e a disposição de todos os integrantes da Comissão Mista de Orçamento, os 30 Deputados Federais e os 10 Senadores. Cumprimento também a equipe da Consultoria de Saúde da Comissão Mista de Orçamento na pessoa do Mário Gurgel. Meus parabéns aos consultores pelo altíssimo e elevado conhecimento técnico apresentado e também à minha assessora Dinajara Santana pelo empenho e lealdade de sempre.

Estou sempre à disposição aqui na Câmara dos Deputados, seja no âmbito da Comissão Mista de Orçamento, seja qualquer outro segmento ou matéria, para contribuir com o desenvolvimento e o aprimoramento do Brasil.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, posso fazer só uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Senadora Simone Tebet, a Senadora Rose já chegou e está entrando em contato com V.Exa. por telefone. Ela está ligando para V.Exa.

Enquanto isso, vou passar a palavra ao Senador Angelo Coronel para fazer a leitura do relatório.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, pergunto a V.Exa. se posso fazer uma observação de somente 20 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Tem a palavra o Senador Angelo Coronel. *(Pausa.)*

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, V.Exa. me ouviu?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Sim, Deputado Glauber Braga, mas está muito ruim o seu áudio.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - O Deputado Sanderson disse que não pode haver esse aumento por parte dos Relatores-Setoriais.

Eu queria entender, então, por que isso está acontecendo no caso do Ministério do Desenvolvimento Regional, que teve um aumento. Este é o meu questionamento: se não pode haver aumento no orçamento da Saúde, por que pode haver aumento no caso do Ministério do Desenvolvimento Regional por parte do Relatório Setorial?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Está vencida essa matéria, com o voto contrário de V.Exa.

Quanto ao Ministério do Desenvolvimento Regional, daqui a pouco a Senadora Simone vai falar sobre isso.

Tem a palavra o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) - Bom dia, Sr. Presidente Izalci.

A SRA. SIMONE TEBET (MDB - MS) - Sr. Presidente, permite-me a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Senador Angelo Coronel, um momento. Tem a palavra a Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (MDB - MS) - Senador Angelo, permita-me. Eu vou entrar numa ligação com a Senadora Rose de Freitas e não sei até que horas o Deputado vai estar aí e também se vou conseguir relatar de manhã.

Só quero lembrar que vieram para nós as 12 programações e que o valor de 900 milhões de reais já estava colocado. O valor do ano de 2020 era de R\$330 milhões, salvo engano, e foi para R\$900 milhões, mas não foi o Relatório Setorial. Nós trabalhamos em cima desse valor. Aliás, fizemos um corte mais ou menos linear de 25%, Deputado. Então, foi essa a programação que nos foi apresentada dentro da estratégia da CMO.

Estou à sua disposição também, caso queira me ligar. Depois eu vou fazer o meu relatório e apresentar a justificativa devida. Mas quero deixar claro que nós já recebemos o valor com essa planilha e depois fizemos o corte. Então, na realidade, o Relator Setorial não fez o aumento de quase 300%, como foi colocado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Tem a palavra o Deputado Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) - Bom dia a todos. Cumprimento o nosso Presidente em exercício, o Senador Izalci Lucas, essa grande liderança do Distrito Federal, quiçá com voos altos em sua rota em 2022.

Vamos ao relatório.

"Da Relatoria da Área Temática X — Economia, Trabalho e Previdência, sobre o Projeto de Lei nº 19, de 2021, do Congresso Nacional, que *'Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022'*, na parte referente aos seguintes órgãos orçamentários: Ministério da Economia, Ministério do Trabalho e Previdência, encargos financeiros da União, transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, operações oficiais de crédito, Dívida Pública Federal e Banco Central do Brasil.

1. Relatório

1.1. Introdução

Nos termos dos arts. 84, XXIII, e 165, *caput*, da Constituição Federal, combinados com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 19, de 2021, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022.

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), coube a esta relatoria a missão de: (i) apreciar a proposta orçamentária da Área Temática X - Economia, Trabalho e Previdência, que abrange os órgãos orçamentários Ministério da Economia (25000), Ministério do Trabalho e Previdência (40000), encargos financeiros da União (71000), transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios (73000), operações oficiais de crédito (74000), Dívida Pública Federal (75000) e Banco Central do Brasil (83000), nos termos do Anexo I à Instrução Normativa nº 1, de 2019, atualizado pela Instrução Normativa nº 2, de 2021; e (ii) propor relatório setorial com apreciação das emendas à despesa apresentadas às programações dos referidos órgãos.

(...)

Neste relatório, examinamos a execução orçamentária recente, conforme disposto no art. 70, inciso I, alínea 'b', da Resolução nº 1, de 2006-CN, e no item 39.I.b da parte especial do parecer preliminar. Ademais, fizemos constar outros aspectos obrigatórios definidos pelos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

normativos vigentes, a exemplo dos efeitos de créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos 4 meses do exercício de 2021.

(...)

1.3. Emendas Apresentadas à Programação das Unidades Orçamentárias da Área Temática

No âmbito da Área Temática X, foram apresentadas 884 (oitocentos e oitenta e quatro) emendas, todas de apropriação. Quanto ao autor, 870 (oitocentos e setenta) emendas são do tipo individual, apresentadas por Deputados ou Senadores, e 14 (quatorze) são coletivas.

1.3.1. Emendas Individuais

À exceção da emenda retirada pelo autor, as emendas individuais apresentadas foram aprovadas integralmente; seu atendimento pelo valor solicitado (montante global de R\$3.286.717.637,00) foi possível em virtude de repasses efetuados pela relatoria-geral, oriundos de reservas constituídas no PLOA 2022, em consonância com o disposto no art. 166, § 9º, da Constituição.

É importante registrar que a quase totalidade do valor referente ao atendimento de emendas individuais (...) destina-se à realização de transferências especiais, entregues diretamente ao ente beneficiário nos termos da Emenda Constitucional nº 105, de 2019.

Conforme permissivo constante da parte especial do parecer preliminar, esta relatoria identificou a necessidade de promover enquadramentos e ajustes em elementos de classificação das emendas, com o fim de adequar as proposições aos parâmetros técnicos e legais aplicáveis, saneando vícios que, caso mantidos, implicariam inadmissibilidade à luz de dispositivos constitucionais e legais ou impedimentos técnicos durante a execução orçamentária. Contudo, em virtude da exiguidade do prazo à nossa disposição, nem sempre foi possível contatar os Parlamentares interessados, para informá-los acerca dos citados ajustes. Recomenda-se, então, que os autores verifiquem atentamente como se acham aprovadas as suas propostas, a fim de que, se for o caso, possam tempestivamente provocar a revisão caso não se atenda à intenção parlamentar.

1.3.2. Emendas Coletivas

De início, no que toca à admissibilidade, cumpre informar que, preliminarmente, não foram indicadas emendas para inadmissão no relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE). As 14 (quatorze) emendas coletivas totalizaram o valor solicitado de R\$4.312.020.000,00 (quatro bilhões, trezentos e doze milhões e vinte mil reais).

A Emenda nº 50170001, de autoria da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, pretende beneficiar a ação '0E72 – Reserva para compensação de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

proposições legislativas que criem despesa obrigatória ou renúncia de receita sujeitas à deliberação de órgão colegiado permanente do Poder Legislativo, durante o exame de compatibilidade e adequação orçamentária da legislação', órgão 90000 — Reserva de Contingência. Como a apreciação da Reserva de Contingência é de responsabilidade do Relator-Geral (art. 65 da Resolução nº 1, de 2006), a emenda não foi tratada neste Relatório Setorial.

Para promover o atendimento das emendas coletivas, esta relatoria lançou mão de parte da reserva de recursos setorial constituída mediante:

a) recursos que lhe foram disponibilizados em conformidade com a regra estabelecida no art. 57 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, no montante de R\$29.093.199,00;

b) recursos oriundos de cancelamento de programações do PLOA, no valor de R\$49.898.153,00, permitido pelo item 25, I e II, da parte especial do parecer preliminar, o qual, após minucioso exame das dotações desta área temática, incidiu pontualmente sobre programações de diversas unidades orçamentárias.

O atendimento das emendas coletivas de apropriação perfez R\$2.670.000,00, contemplando o apoio à Fundação Getúlio Vargas, a promoção do desenvolvimento de pequenas e microempresas e a fiscalização da segurança e saúde no trabalho."

São duas emendas do CAE, cujo Presidente é o Senador Otto Alencar, do nosso Estado da Bahia.

"1.4. Informações Demandadas pelas Normas Vigentes

(...)

1.4.5. Emendas de Relator Setorial

Os cancelamentos de dotação a que se refere o item 1.3.2.b foram realizados mediante emenda de Relator-Setorial para constituição ou aumento de reserva de recursos desta área temática".

Também foi efetivada por esta relatoria a recomposição de dotações afetadas pelo corte prévio a que se refere o item 11.1 do parecer preliminar, no valor de R\$11.515.839.000,00.

Neste ponto, procurou-se recompor as ações voltadas ao desenvolvimento econômico, como a promoção do desenvolvimento do comércio, da indústria e dos serviços e o fomento ao empreendedorismo e ações no âmbito do Banco Central do Brasil, o qual vem prestando relevante serviço à população com a criação do Pix e, futuramente, da moeda digital.

"1.5. Atendimento das Normas Constitucionais e Legais

A teor do que dispõe o item 39-I.a da parte especial do parecer preliminar, cumpre registrar que as ações analisadas nesta área temática não contrariam as normas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

constitucionais e legais, especialmente quanto à compatibilidade com a Lei Complementar nº 101, de 2000.

1.6 Indicações à Relatoria-Geral

Em face da escassez de recursos disponíveis ao atendimento das emendas e dada a magnitude dos valores envolvidos, muitas foram as demandas que deixaram de receber dotações compatíveis com sua importância na promoção do desenvolvimento nacional.

Na apreciação das emendas coletivas e de Relator-Setorial, esta relatoria optou por trabalhar com foco em ações de fortalecimento de políticas públicas voltadas para o cidadão, aplicadas na ponta para o desenvolvimento econômico e social. Na medida do possível, procurou-se reduzir despesas administrativas com a realização de alguns cortes, como, por exemplo, na ação 'Administração da Unidade'.

Informo também que, como Relator-Setorial da Área Temática X - Economia, Trabalho e Previdência, pretendo disponibilizar à relatoria-geral o saldo líquido das recomposições e emendas coletivas, dos recursos previamente distribuídos, adicionados dos valores correspondentes a cortes realizados em investimentos para o funcionamento da máquina administrativa, totalizando R\$74.805.513,00.

Tal montante, sugiro que sejam alocados como emendas de Relator-Geral, respaldadas no item 12, inciso I, alíneas 'a', 'e', 'g', 'h', e item 12, inciso II, da parte especial do parecer preliminar, conforme realizado no ano de 2021 pelo então Relator-Geral e Relator-Setorial da Área X.

Concluo, portanto, que esta relatoria setorial pautou a sua atuação julgando ser imprescindível reduzir os custos administrativos e aplicar os recursos servindo à sociedade. Mais especificamente, sugiro a aplicação dos recursos disponibilizados em ações e serviços públicos de saúde, em clínicas, em escolas técnicas voltadas à educação profissional, no esporte, em infraestrutura urbana e na promoção do desenvolvimento regional e territorial.

2. Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 19, de 2021-CN, na parte referente aos órgãos orçamentários da Área Temática X - Economia, Trabalho e Previdência, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e parcialmente aprovadas, conforme discriminado em anexo.

Sala da Comissão, 13 de dezembro de 2021.

Senador Angelo Coronel, Relator-Setorial."

Queria, inclusive, Sr. Presidente, agradecer e parabenizar as nossas assessorias e os consultores que participaram ativamente na construção desse relatório. O Senado dispõe de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ótimos técnicos. E, com nossa assessoria irmanada a eles, conseguimos lavrar esta peça de grande importância para o desenvolvimento do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado.

O relatório está em discussão.

Tem a palavra a Senadora Adriana, digo, a Deputada Adriana. Já estou prevendo aqui o futuro dela.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Senador.

Na verdade, eu estou apresentando um destaque e queria até parabenizar o Relator, o Senador Angelo Coronel, pelo relatório apresentado. Gostaria só de fazer uma ponderação em relação ao destaque que vou apresentar.

Dentro do relatório que o nobre Relator apresentou, existe também uma provisão para o Fundo Especial de Financiamento de Campanhas, o Fundão, que está ali apresentado com R\$2,1 bilhões. Até existe a discussão se esse Fundão vai para R\$5 bilhões, se vai para R\$4 bilhões, se vai para R\$3 bilhões. Mas o ponto que eu gostaria de falar é que temos 14 milhões de desempregados, 40 milhões de brasileiros na extrema pobreza, 35 milhões de brasileiros sem acesso a água potável, 100 milhões de brasileiros sem coleta de esgoto, 20 milhões de brasileiros passando fome e 5 milhões de jovens saindo da escola. E a minha pergunta é: não seria este o momento de esta Comissão dar um exemplo, dar um passo à frente e deixar o Fundo Especial de Financiamento de Campanhas no valor mínimo legal? Existe o valor mínimo, que seria 800 milhões de reais e, com a devida correção, iria para R\$1 bilhão.

Então, eu apresentei um destaque de cancelamento parcial desse Fundo Especial de Campanhas, no qual foi reajustado o valor mínimo legal exigido, de R\$800 milhões, para aproximadamente R\$1 bilhão com a correção. Ou seja, eu estou propondo um destaque de cancelamento parcial no valor de R\$1,1 bilhão.

Há outra coisa também, até acompanhando o que temos feito: houve um corte de 6%, proposto para despesas não obrigatórias, inclusive com a sugestão de que fosse estendido aos outros Poderes.

Eu não acho certo, correto, justo, no momento pelo qual o País está passando, fazer o cidadão brasileiro — aliás, todo cidadão brasileiro — pagar por campanhas políticas milionárias. Esse dinheiro deveria ir para as áreas em que está faltando: educação, escolas públicas, combate à fome, saúde, infraestrutura. Aumentar o valor do fundão para além do mínimo legal é desrespeitar as necessidades de uma população toda que está sofrendo as consequências da crise econômica e sanitária.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, eu queria pedir apoio para este destaque. Eu não estou pedindo a exclusão do fundo eleitoral. Eu só estou pedindo que nós o deixemos no mínimo e que aprendamos a fazer campanhas mais baratas, que aprendamos a nos eleger com menos e realmente que elenquemos prioridades que são necessárias. A população, eu tenho certeza, não quer que seu dinheiro seja usado para financiar campanhas políticas. É isso.

Muito obrigada, Sr. Relator.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - A discussão está encerrada.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Sr. Presidente, vou procurar ser bastante rápido.

Em primeiro lugar, o Relator não fez uma alteração para cima nos valores do fundo, no entanto, ainda assim, na nossa avaliação, não há qualquer óbice a campanhas com financiamento público, o que eu defendo e que o PSOL defende. Nós sempre defendemos isso. Consideramos, inclusive, que é um instrumento fundamental para evitar o poder econômico que procura capturar os espaços públicos de poder. Só que as campanhas podem e devem ser feitas de maneira modesta. Em face dos outros cortes, não vemos qualquer dificuldade na diminuição desse valor.

Então, o nosso posicionamento é favorável e vai ser um voto "sim" ao destaque com a diminuição, só que, muito longe do que é a posição do Partido Novo, que trabalha por um processo de negação da política. Eles falam em não ter financiamento público de campanha eleitoral, mas constroem o financiamento privado a partir prioritariamente do sistema financeiro. Trabalham prioritariamente para que aqueles que têm renda e muito dinheiro possam estar nos espaços parlamentares, o que nós não devemos, de maneira alguma, considerar como uma posição de natureza adequada.

Qual é a posição do PSOL? Que ela fique aqui evidente: financiamento público sim, financiamento bilionário não. Campanhas podem e devem ser realizadas de maneira modesta.

Para responder, uma vez que a Senadora Simone Tebet ainda está aqui na sala, até para avaliação de S.Exa., acho que estamos com algum erro ou de informação ou do relatório que foi publicado. O que veio da CODEVASF foi uma proposta de 900 milhões de reais, e o relatório setorial a que nós tivemos acesso, após ajustes, acréscimos e cancelamento, é no





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

valor de R\$1,5 bilhão. Ou existe uma compreensão equivocada da nossa parte no relatório a que tivemos acesso e que está no *link* da própria Câmara dos Deputados ou o relatório setorial que foi publicado está errado, equivocado. Fica para a avaliação de S.Exa. ou o relatório setorial que foi publicado está errado, equivocado. Fica para a avaliação de S.Exa.

Obrigado, Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (MDB - MS) - Posso responder, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Pois não, Senadora.

Tem a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (MDB - MS) - Obrigada, Presidente.

Agradeço ao Deputado Glauber. Eu até pedi para a minha assessoria...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Senadora Simone, já, já vou passar a palavra a V.Exa. para fazer a leitura do relatório. Se pudermos antes votar esta matéria aqui, em seguida, eu passarei a palavra a V.Exa.

A SRA. SIMONE TEBET (MDB - MS) - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O relatório setorial e a complementação de voto da Área Temática X — Economia estão em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvado o destaque.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, ressalvado o destaque.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - E ressalvada a obstrução do PSOL, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Observado também o voto contrário do Deputado Glauber Braga.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos, então, agora ao destaque.

Passo a palavra à Deputada Adriana Ventura, para falar sobre o destaque.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Na verdade, eu serei muito breve, até porque eu já falei o essencial.

O objetivo com este destaque é fazer um cancelamento parcial da verba destinada para o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, que é dinheiro público para fazer campanha política.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu respeito opiniões divergentes. Se, com certeza, esse dinheiro do Fundo Especial de Financiamento de Campanha desse acesso e democratizasse o acesso à política, de uma maneira clara, com critérios claros, não haveria tanto motivo para haver oposição. Mas não é o que acontece. Nós sabemos — todos sabem — que esse fundo eleitoral, com algumas exceções de alguns partidos, geralmente é usado para a perpetuação no poder e para a concentração de milhões na mão de poucos. Então, a democratização do acesso à política que seria proposta não ocorre.

Então, o que eu venho pedir aqui, senhoras e senhores, é uma reflexão um pouco maior, para não ficar entrando em casuísmo de um ou dois, nem para discutir aqui partidos ou pessoas. Vamos discutir aqui o orçamento neste setor especificamente. Nós temos que ponderar aqui o que é prioridade no nosso País. Nós estamos em uma situação de desemprego, de extrema pobreza, de fome, sem saneamento. A pergunta que se faz é a seguinte: é prioridade fazer campanha política? É prioridade destinar tanto dinheiro para campanha política? Essa é a pergunta.

No relatório, ficou em R\$2,1 bilhões. Eu estou propondo que nós baixemos esse valor para o mínimo legal, com a devida correção. Então, foi estimado mais ou menos em 1 bilhão de reais. Nós sabemos que o valor mínimo é oitocentos e poucos milhões de reais e iria para R\$1 bilhão. E nós cancelaríamos R\$1,1 bilhão, para que ele fosse destinado para áreas essenciais e que precisam de dinheiro.

Esse é o meu apelo. Eu gostaria de pedir o apoio dos colegas e também do Sr. Relator, o Senador Angelo Coronel.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O Relator está com a palavra, para apresentar seu voto ao destaque.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) - Sr. Presidente, eu louvo o destaque da nobre Deputada. Eu acho que, nas eleições, realmente tem que ser utilizado o dinheiro público sempre no menor valor possível. Nas últimas eleições, o fundo custou R\$1,8 bilhão. Esse valor de R\$2,1 bilhões veio do Executivo. O Relator-Geral fez alguns cortes, e esta relatoria, neste momento, não acata o destaque da nobre Deputada, mesmo tendo uma essência muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Em votação o destaque.

Para orientar o partido, tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Sr. Presidente, o PSOL é defensor do financiamento público das campanhas eleitorais; nós consideramos, inclusive, que não deve





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

haver financiamento de empresas. O poder econômico não pode capturar os espaços públicos, como já faz de maneira cotidiana. Essa é uma representação esdrachada que temos de superar e combater, mas, na nossa avaliação, os recursos, mesmo com o destaque que está colocado para a realização das campanhas eleitorais no pleito, são mais que suficientes.

Então, nós votamos a favor do destaque e, repetindo, a favor do financiamento público de campanha eleitoral, mas contra as campanhas bilionárias. A redução não é um problema neste momento; o valor é mais que o suficiente, se o destaque vier a ser aprovado.

O voto do PSOL é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Aqueles que votam pela rejeição permaneçam como se encontram, na representação da Câmara. *(Pausa.)*

O destaque foi rejeitado, com o voto contrário da autora e também do Deputado Glauber Braga.

Aprovado o relatório.

Vamos agora ao relatório setorial da Área Temática III - Desenvolvimento Regional, com complementação de voto da Relatora Setorial, a Senadora Simone Tebet, do MDB de Mato Grosso do Sul.

A Relatora Setorial está com a palavra para apresentação do relatório e da complementação do voto. O prazo de destaque será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Tem a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (MDB - MS) - Sr. Presidente, antes de mais nada, eu gostaria de responder ao Deputado Glauber Braga, já lhe agradecendo, porque ele vai me permitir fazer constar em meu relatório uma complementação — e até pedi para fazê-la — para deixar muito clara essa questão.

Primeiro, deixo claro ao Deputado que sou de Mato Grosso do Sul. Eu e minha bancada de Mato Grosso do Sul não temos acesso à CODEVASF, a emendas da CODEVASF. Mas ele foi feliz quando falou que a proposta inicial, no ano passado, foi de R\$339 milhões e, neste ano, de R\$909 milhões.

Aí aproveito para dizer, Deputado, que já pedi até para acrescentar isso, porque não havíamos acrescentado isso no ano de 2021, até porque estamos falando, obviamente, do ano que nos interessa, que é 2022. Na realidade, no ano passado não foram R\$339 milhões; foram R\$339 milhões mais R\$505 milhões de emendas condicionadas a crédito externo, e elas foram inclusive acrescidas. Então, na realidade, não temos um acréscimo de R\$339 milhões para R\$909 milhões; temos um acréscimo de R\$849 milhões para R\$909 milhões.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aí ele me faz a segunda complementação, e entendi a sua pergunta também. Passamos de R\$909 milhões para R\$1,5 bilhão. Ele falou: *"O que justifica de R\$909 milhões para R\$1,5 bilhão?"* Lembro que, no ano passado, passou-se de R\$845 milhões para R\$1,7 bilhão, e, agora, de R\$909 milhões para R\$1,5 bilhão. Vejam: esse R\$1,5 bilhão é em relação às emendas impositivas. Nós recebemos R\$609 milhões em emendas impositivas. Dessas, apenas R\$140 milhões foram em emendas individuais. As demais — eu teria que fazer uma conta aqui, diminuindo R\$609 milhões de R\$140 milhões —, quatrocentos e pouco milhões, foram emendas impositivas de bancada.

O que eu fiz como critério, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados? Com exceção da rubrica maior, da programação maior — são 97 programações —, que é a habitação... Nós não tiramos nenhum centavo do setor de habitação. Aliás, tínhamos que até fazer esforço para colocar, cada vez mais, recursos nessa área em que o Governo Federal peca tanto, comparado aos outros Governos inclusive. Com exceção da rubrica maior, nós pegamos as 12 maiores programações e fizemos um corte linear de 25%, inclusive na CODEVASF, para poder atender minimamente todas as emendas que foram apresentadas.

Foram apresentadas — eu vou ler aqui no decorrer — quase 100 emendas. O que nós fizemos para abrir uma janela? De antemão, aqui, já digo que deixamos o Relator-Geral fazer as adequações que julgar necessárias. Nós colocamos R\$2 milhões para todas as emendas de bancada que foram apresentadas e algo em torno de R\$1 milhão para as emendas de Comissão. Com isso, abrimos uma janela para que fique, a critério do Relator-Geral, fazer qualquer remanejamento.

Não sei se eu fui clara, Deputada. Eu me encontro à disposição através do celular inclusive.

Eu vou ler rapidamente o resumo do resumo do meu relatório. Talvez eu o leia em menos de 5 minutos, Presidente.

Senadora Rose de Freitas, quero agradecer imensamente a V.Exa. a indicação. É um prazer muito grande tê-la presidindo a Comissão Mista do Orçamento.

Quero fazer um agradecimento especial a toda a minha equipe, na pessoa do Luiz, do Tiago, da Helena e da Rita, que foram meus parceiros. É a primeira vez que participo da Comissão como Sub-Relatora.

Então, por designação da Senadora Rose, coube-me a missão de apreciar como Relatora Setorial a proposta da Área Temática III, que abrange o Ministério de Desenvolvimento Regional — MDR, a ANA, a CBTU, o Fundo Nacional de Habitação de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Interesse Social — FNHIS, TRENSURB, CODEVASF, DNOCS, SUDAM, SUDENE e SUDECO.

O valor proposto para o MDR este ano, 2022, foi de R\$7,7 bilhões, o que "é 18,5% maior do que o proposto em 2021, porém, equivale a cerca da metade da dotação inicial (51,7%) e do valor autorizado (47,7%) no corrente ano. Este panorama revela padrão que vem se aprofundando desde 2019: elevado aporte de recursos ao setor por meio de emendas parlamentares e de créditos adicionais ao longo do exercício (...)."

Nós sabemos que o Poder Executivo já internaliza essa expectativa, o que explica o hiato entre os R\$7,7 bilhões propostos para 2022 e o valor autorizado de R\$16 bilhões em 2021 e o valor executado de R\$18 bilhões em 2020. "(...) Em face da elevada representatividade das emendas no setor, faz-se cada vez mais necessário ao Parlamento tomar medidas para assegurar consistência e evitar fragmentação de recursos ao final do processo legislativo orçamentário anual", como temos visto.

"A fragmentação, ademais, pode já estar inserida na proposta orçamentária. Chama atenção, por exemplo, a baixa participação das entidades supervisionadas na alocação de recursos: enquanto a administração direta concentra mais de 64% do valor proposto para o setor em 2020 e 2021 e 46% em 2022, as nove entidades supervisionadas dividiram 35% do valor proposto para 2021, e 54%, por enquanto, do valor proposto para 2022. Se considerarmos que parte das dotações se destina à gestão e manutenção dessas organizações, é possível que se esteja diante de forte fragmentação de recursos e baixa capacidade de investimentos e de atuação estruturante."

Os programas "(...) de maior vulto são os programas Recursos Hídricos e Moradia Digna. O primeiro conta com cerca de R\$1,5 bilhão (...). O programa Moradia Digna" — no qual, como eu disse, não fiz nenhum corte — "abarca cerca de R\$1,2 bilhão.

(...)

No setor 3, foram apresentadas 336 emendas: 233 oriundas de autoria individual (69%), 86 de autoria de bancada (26%) e 17 de Comissões (5%).

(...)

O parecer preliminar prevê que do conjunto de dotações orçamentárias (...) podem ser remanejados até 20% dos recursos de investimentos (GND 4) e inversões financeiras (GND 5), desde que os remanejamentos não excedam 40% por subtítulo (...)."

Como eu disse, esta relatoria houve por bem adotar critério o menos restritivo possível com a finalidade primordial de não comprometer as programações constantes do projeto de lei, a exemplo da habitação de interesse social, que foi integralmente preservada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ainda assim, esta relatoria solicita a atenção do Relator-Geral para a possibilidade de recomposição das dotações envolvidas. Esse foi um pleito que vários Senadores e Deputados me fizeram, Senadora Rose. Por isso, consta do meu relatório pedido de atenção do Relator para possível recomposição das dotações envolvidas.

"(...) O remanejamento viabilizou, no total, R\$417 milhões, em complemento ao saldo de cerca de R\$135 milhões disponibilizados por meio da reserva de recursos (...)."

Esses R\$135 milhões nós utilizamos, os quais eu tinha como banco de recursos. Nós colocamos R\$2 milhões para cada emenda solicitada de bancada e R\$1 milhão para emenda de Comissão. Portanto, praticamente zeramos. Sobrou algo em torno de R\$19 milhões para atender às demais emendas.

"Adicionalmente, foram disponibilizados R\$46 milhões para atendimento de emendas de remanejamento, observando-se os cancelamentos nelas mesmas apontados."

Considerando também essa situação, indico ao Relator-Geral a aplicação de recursos em programações do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Sra. Presidente, esse é o relato geral.

Antes de passar ao voto, um pouco na linha do que alguns colegas colocaram em relação a algumas reivindicações e demandas, o Deputado e as Deputadas fizeram algumas colocações, eu me volto à Senadora Rose, dizendo novamente que, na primeira participação que tenho na CMO, acho importante fazer um alerta para esta Comissão e um convite. É urgente rever a sistemática de elaboração do Orçamento Geral da União em todas as suas fases. O TCU, já desde 2017, vem nos alertando para uma avaliação sistemática das políticas públicas de programação de governo que têm levado problemas graves e generalizados para quase todas as áreas do Governo.

Eu analiso basicamente as programações relativas ao Ministério do Desenvolvimento Regional, área da qual sou Sub-Relatora. Consta do relatório no aspecto geral do TCU que 87% das políticas analisadas apresentaram falha na seleção de beneficiários e de destinação das políticas; 62% das políticas não foram precedidas de adequado levantamento de demanda ou diagnóstico do problema; e 46% desconheciam de forma clara o problema que pretendiam enfrentar. No nosso caso, trago apenas dois exemplos. Um deles é justamente o da política de investimentos em infraestrutura hídrica, cujo orçamento alcançou 7 bilhões de reais entre 2012 e 2015. O TCU apresentou uma série de questionamentos em relação à seleção e à priorização de investimentos federais sem fundamentação ou critérios claros.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em relação à política de desenvolvimento urbano, que é o meu segundo exemplo, com gastos de 5 bilhões de reais entre 2012 e 2015, direcionaram-se recursos para pavimentação urbana sem base em evidências ou procedimento racional.

Constam também dos relatórios do TCU problemas generalizados de inconsistência entre metas e capacidade de entrega.

Abordo um ponto crucial que eu acho importante, antes de finalizar, já agradecendo a todos. Houve pressão do TCU nesses anos para realmente termos um plano nacional de desenvolvimento nacional e regional, portanto, uma estratégia nacional de desenvolvimento econômico e social, a partir inclusive de projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional.

Pois bem, o que fez o Governo Federal no ano de 2020? Ao invés de mandar um projeto de estratégia nacional para o Congresso Nacional, por decreto publicou um programa de estratégia federal e, com isso, só aumentou os problemas. Afinal, não se pode falar em estratégia nacional sem envolver Estados e Municípios, que são os que recebem as emendas.

Diante de tudo isso, é preciso no momento oportuno discutirmos essa questão para que possamos lá na frente resolver questões como estas. Já temos uma porta de entrada para toda esta discussão: o art. 22 da Resolução nº 1, de 2006-CN, que rege esta Comissão, atribui a todos nós a responsabilidade de avaliar e fiscalizar o desempenho dos programas governamentais, mas isso obviamente não é ainda a solução.

Vou passar direto ao voto, Sra. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

"2. Voto do Relator

Ante o exposto, voto pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2022, no que concerne às unidades orçamentárias constantes da área temática 3, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas."

É o relatório setorial que coloco para apreciação neste momento desta douta Comissão.
Muito obrigada.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Peço a palavra para discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Antes de passar a palavra aos Parlamentares para discussão, eu gostaria de fazer um esclarecimento à Sra. Relatora, a Senadora Simone Tebet, nossa colega de bancada, sobre o melhor andamento da Comissão e as observações que fiz sobre essa questão no TCU.

Tentamos este ano, logo no início dos trabalhos, Senadora, construir um relatório em que a área-fim, seja educação, seja ciência e tecnologia, fosse debatida dentro das prioridades





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

elencadas ao longo do trabalho realizado pelo Congresso Nacional, na Câmara e no Senado, para não recebermos aqui pura e simplesmente uma mensagem presidencial muito distante do planejamento organizado pelo setor que se manifesta dentro das universidades, dentro dos institutos. Nós conseguimos nos envolver bastante com a discussão da área de ciência e tecnologia e muito com a da área de educação, inclusive coletando as propostas trazidas pelas áreas, quase com a obrigação de exercitá-las dentro do orçamento e discutindo com a economia.

Alguma coisa foi possível. É um passo importante que foi dado.

A Comissão tem a determinação de votar o relatório apenas quando conseguirmos avançar em todos os pleitos trazidos aqui pelas universidades, pelos institutos, pelos representantes da educação básica, pelas questões das bolsas, que já estavam sem pagamento há um bom tempo.

Aprovamos o que foi possível para pagar 2 meses atrasados da bolsa. No entanto, também brigamos para que tivéssemos um PLN que pudesse cumprir esses compromissos com a CAPES até o final do ano. E assim foi feito.

O que eu quero dizer é que é possível avançar e é possível que esse Orçamento seja construído com a participação, sobretudo, da sociedade orgânica, se todos se envolverem com a discussão, não apenas na época possível de debatê-la, no momento em que se tem uma proposta ou uma mensagem governamental.

Agradeço a V.Exa. pela participação. E nisso também não basta ficar na ponta apenas o TCU, notificando-nos, cobrando posições desta Casa, se antes também não fizer o devido acompanhamento da aplicação dos recursos que anteriormente foram aplicados.

Vou agradecer a V.Exa. dizendo que, na Comissão de Orçamento, também foi feita uma proposta de emenda no valor de 1 bilhão de reais para a Funcional/Programática... Não é esse. Espere só 1 minutinho. Sobre a questão da mobilidade urbana... Qual foi? Só 1 minutinho, Senadora.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - É a Funcional/Programática 15.451.2219.00T1.0001. É a emenda que termina em 2, Emenda nº 60000002.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Isso.

A proposta tinha como objetivo tentarmos melhorar o Orçamento, inclusive a proposta trazida pelo Governo nesta área.

V.Exa. atendeu ao que foi possível, fez a indicação que havíamos solicitado ao Relator Geral, para que ele possa acolher as outras propostas, Deputado Hildo, que não foram atendidas. E nós vamos pedir muita atenção.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós vamos votar esse relatório, mas, daqui para frente, estaremos muito atentos à discussão com o Sr. Relator-Geral, para que ele possa entender a prioridade dada pela Comissão de Orçamento a essas áreas que foram votadas, sobretudo à proposta de 1 bilhão de reais, valor a ser acrescido ao Orçamento em votação.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Está em discussão.

V.Exa. tem a palavra, Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Quero apenas parabenizar a Relatora Setorial de Desenvolvimento Regional, a Senadora Simone Tebet, que fez um trabalho muito bom, um trabalho que realmente não deixa muita dúvida na questão de onde serão alocados os recursos. Ela deu bastante transparência, bastante equidade, trabalhou no sentido de preservar recursos para a habitação popular.

Eu vi outros Relatores, em anos anteriores — não vou citar nomes para não entrarmos no ramo da fofoca —, agirem diferente dela, que preservou recursos para a habitação.

Na qualidade de Presidente da Frente Parlamentar Mista de Apoio à Habitação popular, eu fico muito satisfeito. Espero que essa vontade e esse trabalho da Senadora se traduzam em obras lá nas cidades, para que as casas que ela deseja que sejam feitas realmente se realizem. Para isso, é necessário o empenho de todos nós.

Parabenizo-a, porque preservou recursos para a habitação e recursos também para os sistemas de abastecimento de água, além do que há recursos para a continuação da transposição do Rio São Francisco. Vejo aqui bastante dinheiro para recursos hídricos, além desse programa, que é um programa de Estado e que vem sendo construído desde a época ainda do Governo do PT, do ex-Presidente Lula. De lá para cá, todos os Presidentes têm destinado recursos, porque é um programa de Estado. V.Exa. mantém esses recursos. Isso é importantíssimo para alguns Estados do Nordeste. O Maranhão foi contemplado por V.Exa., a quem agradeço em nome da bancada do Maranhão. Aqui há recursos para o Estado do Maranhão através da CODEVASF.

Agora a Senadora Rose de Freitas, Presidente da nossa Comissão, fez aqui um apelo, e eu gostaria também de reforçar esse apelo, para que o Relator-Geral possa fazer um trabalho em que venha a beneficiar mais Municípios do Brasil, em mais Estados brasileiros. É importante que fique bastante claro no seu relatório que o Relator-Geral, que é o Deputado Hugo Leal, pode fazer incrementação, pode fazer uma ampliação no que diz respeito justamente ao que V.Exa. decidiu sobre onde serão alocados os recursos. Entretanto, não é





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

para menos, nem é para que se corte o que já há, senão, sem dúvida nenhuma, iriam cortar recursos da habitação.

Estou lutando aqui para que seja diminuído, por exemplo, o recurso de custeio. Nós estamos vendo a máquina muito pesada no Ministério do Desenvolvimento Regional — quase 40% é para custeio da máquina. Então, é um custeio muito alto, tendo em vista que sabemos que boa parte do que é feito é por meio de parcerias com a Caixa Econômica Federal e por meio de Prefeituras. O trabalho de fiscalização, que é com que mais se gasta recurso, já não é tão alto. Portanto, vejo que a máquina do Ministério do Desenvolvimento Regional é muito cara, Presidente. É muito cara! É um órgão que conheço bem. Já fui Secretário das Cidades, que é mais ou menos similar ao lugar onde estão as políticas habitacionais. Sei que não há tanto custo e tanta despesa, como está aqui colocado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional. Então, é um custeio muito alto.

Quero apenas parabenizar a Senadora Simone Tebet pelo bom trabalho que realizou, dando transparência no uso dos recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional. Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Continua em discussão.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Peço a palavra para discutir, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Obrigado, Presidente.

Primeiro, quero agradecer a Senadora pela resposta ao questionamento que eu aqui apresentei. E ela traz um argumento que, de fato, condiz com o que hoje está determinado pelo regramento de não poder cortar as emendas individuais ou de bancada. Entretanto, a fala da Senadora Simone Tebet reforça a contradição do que tinha dito, então, o Relator do orçamento da área de saúde, da setorial de saúde, que, se justificando por não ter tido aumento, disse que não o poderia fazer porque não haveria essa possibilidade.

A pergunta que fica é: se metade das emendas individuais são necessariamente para a Saúde, como o início e o fim do relatório setorial ficaram iguais na Saúde e, no caso do Ministério do Desenvolvimento Regional, se ampliou, aumentou? A contradição, então, só se fortaleceu. Por que no Ministério do Desenvolvimento Regional houve um acréscimo de 1,4 bilhão e no da Saúde ficou igual, ainda que estejamos enfrentando os efeitos da pandemia?

Além disso, Presidente, chama também a atenção que é exatamente no Ministério do Desenvolvimento Regional que o Presidente da Câmara dos Deputados maneja os seus





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

interesses ao trabalhar para a ampliação de liberação de recursos nas suas bases eleitorais, inclusive numa publicação recente em que o tema é abordado e trazido à baila.

A partir dessas contradições, seja com a saúde, seja com a educação, seja pela necessidade de uma melhor verificação do que seja essa liberação para o Ministério do Desenvolvimento Regional, que está diretamente atrelada aos interesses do Presidente da Câmara dos Deputados, independentemente de a Senadora Simone ser de outro Estado — é evidente que o Centrão opera prioritariamente pelo Ministério do Desenvolvimento Regional —, o PSOL, então, mantém a sua posição de obstrução em relação a essa matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O relatório continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Vamos passar à votação. Ressalto que não há destaque sobre a mesa.

A SRA. SIMONE TEBET (MDB - MS) - Presidente Rose...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (MDB - MS) - Quero complementar minha fala deixando bem claro que, na colocação que fiz sobre a forma como temos que, no futuro, tratar o Orçamento, trouxe só o exemplo do TCU, essa sistemática principal, que é a minha maior reivindicação, começa inclusive com a elaboração. Deixei isso para o final, Senadora Rose, para deixar bem claro — já parabeno imensamente o trabalho e esforço de V.Exa. — que o problema maior está no Orçamento que chega ao Congresso Nacional. Nós temos uma limitação imposta pela resolução e pela própria Constituição até onde podemos ir. Um país que não tem uma estratégia de desenvolvimento nacional, simplesmente federal, cria esse tipo de questionamento feito pelos Deputados e Senadores num processo democrático.

Quero deixar bem claro que, a meu ver, o meu problema está no início, não está no meio nem no final. Nós fazemos o possível na Comissão e mesmo no Congresso Nacional, mas não conhecer qual é o Plano Nacional de Desenvolvimento, qual é a estratégia nacional e trazer um decreto numa estratégia federal causa toda essa sorte de problemática. Obviamente, fazemos o que podemos, seja como Sub-Relatores, como Relatores-Setoriais, como Relator-Geral, seja nesta Comissão, seja no próprio Congresso Nacional. Acho que essa é uma questão obviamente de fundo maior, mas quero deixar clara a razão da minha divergência aqui. Ela é de fundo e ela é preliminar.

Dito isso, Sra. Presidente, eu me coloco à disposição para qualquer questionamento.

Houve um destaque da bancada da Paraíba, mas acho que eu já respondi. Já vou me antecipar e, quando houver o destaque, eu não preciso mais me pronunciar.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós colocamos, sim, abrimos uma janela de 2 milhões de reais para cada uma das Comissões, para que — sobre a intervenção feita pelo Deputado Hildo, agradeço imensamente a generosidade das palavras — o Relator-Geral também possa, dentro do possível, desde que não corte recurso para a habitação, fazer o remanejamento que entender necessário.

Para a área de mobilidade, obviamente 1 bilhão é fundamental, mas lembro que no Orçamento o valor é infinitamente pequeno para atender todas as demandas. Então, deixamos em aberto. Acredito no bom senso do Relator-Geral e do Congresso Nacional para atender também essa demanda de mobilidade urbana.

Obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu esclareço a bancada da Paraíba. Na verdade, é o Coordenador quem deve apresentar o destaque, mas o Coordenador não apresentou. A Relatora está ressaltando esse fato. S.Exa. pediu atenção, inclusive ao que não foi atendido, para que seja considerado pelo Relator-Geral. Eu aconselho o Deputado Wilson Santiago que restabeleça o diálogo com o Relator-Geral.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente, acho que essa sistemática, infelizmente... Foi combinado que hoje serão votados os relatórios A, B, C e D, mas de repente são substituídos por outros, ou seja, se os destaques são apresentados exatamente no final da apresentação do relatório, mas não se sabe qual é — pensava-se que ia ser o relatório do Trabalho, por exemplo, mas é o relatório da Integração Nacional —, pega-se todo mundo de surpresa. Nem o Coordenador da bancada tinha conhecimento ou apresentou os destaques exatamente por conta da impressão que se tinha no combinado anteriormente que não seria agora, neste horário do primeiro expediente, a discussão do relatório da Integração Nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Sabe V.Exa. que esse princípio não dá para ser usado de jeito nenhum. Eu estou olhando para V.Exa. e esperando que V.Exa. no final diga: *"Desculpe-me, não é nada disso"*. Na verdade, não houve nenhum sacrifício por nada, apenas o Coordenador não apresentou o destaque. Era o papel de S.Exa. A qualquer momento, de onde estivesse, o destaque seria considerado, sem sombra de dúvida.

Eu disse enfaticamente aqui que todos os relatórios apresentados serão votados à medida que chegarem à Comissão. Não há uma ordem aqui: vai primeiro esse ou primeiro aquele.

Acaba de entrar o Deputado Fufuca, que vai, inclusive, fazer o seu relatório.

Nós estamos em processo de votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Registre o voto "obstrução", por favor, Presidente, do PSOL.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O PSOL está em obstrução.

Em votação na representação do Senado Federal.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos agora à votação do relatório setorial da Área Temática I - Infraestrutura. Deputado André Fufuca, do PP do Maranhão.

O Relator Setorial está com a palavra para apresentação do relatório.

O prazo de destaques será finalizado, Deputado Wilson...

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente, eu volto a falar sobre o assunto. Eu acho que...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não, V.Exa. vai me permitir concluir, para que um fale de cada vez. Aqui todos viramos a noite inteira trabalhando.

O prazo de destaque será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regimento Interno da CMO.

Posso passar a palavra ao Deputado Fufuca?

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente, era exatamente isto: que a Relatora sugerisse ao Relator-Geral a melhoria no atendimento dessas emendas de bancada. Trata-se de obras extremamente necessárias para o Estado da Paraíba. Essa é uma grande adutora que vai solucionar o problema do abastecimento de água do Brejo paraibano, cujos moradores estão se acabando de sede. Essa é a grande verdade.

O destaque não foi apresentado pela coordenação. Então solicito que a Relatora, como Relatora-Setorial, sugira ao Relator-Geral que atenda parte dos recursos. Dos R\$40 milhões, ela atendeu R\$2 milhões. Com essa sugestão, cabe ao Relator-Geral melhorar o atendimento a essa emenda.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Wilson Santiago, mais uma vez, antes da leitura do relatório, eu tive essa conversa com a Senadora Simone Tebet. Tenho tido o cuidado de falar o mesmo com todos os Relatores. Faço isso, porque muitas vezes a Relatora ou o Relator não consegue atender todas as emendas apresentadas e, portanto, solicita a apreciação do Relator-Geral. Isso já foi feito pela Relatora Simone Tebet, e o mesmo deverá fazer o Deputado Fufuca.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. SIMONE TEBET (MDB - MS) - Presidente Rose, isso consta por escrito no meu relatório. E a pedido de V.Exa. já falei pela terceira vez.

Agradeço imensamente ao Deputado pela observação. Obviamente, isso se deve ao zelo que tem pelo seu Estado da Paraíba, o qual todos temos o maior carinho. Portanto, isso consta no nosso relatório.

Também já fizemos verbalmente a sugestão ao Relator-Geral para aplicação de qualquer recurso para programação do MDR que não tenhamos porventura conseguido cobrir.

Obrigada.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Muito obrigado, Sra. Relatora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado André Fufuca, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Bom dia.

Inicialmente, cumprimento a Exma. Presidenta da Comissão pelo brilhante trabalho que fez neste ano, com muita democracia, transparência e, acima de tudo, pacificação. Nós vemos uma Comissão de Orçamento que não tem tantas divergências, não tem tanto conflito, como era natural no passado. Então, os meus cumprimentos pelo seu trabalho e pela maneira transparente e democrática de conduzi-lo.

Cumprimento o Relator-Geral, o Deputado Hugo Leal, grande parceiro, que vem fazendo um trabalho hercúleo à frente da relatoria-geral do Orçamento da União.

Esperamos contribuir, através deste Relatório Setorial de Infraestrutura, não com 100%, mas com grande parte das expectativas que foram geradas, ajudando todos os Estados. Foi isso o que procuramos fazer de forma linear na condução dessa relatoria.

Então, sem mais ardeios, passo à leitura do Relatório Setorial de Infraestrutura do ano de 2022.

"I. Relatório

(...)

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO, na forma estabelecida pelo art. 15, inciso V, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, coube-nos a honrosa tarefa de analisar a programação orçamentária das unidades que compõem a Área Temática I - Infraestrutura.

(...)"

Relativamente à programação constante da proposta, os recursos vinculados ao orçamento fiscal e de seguridade social para 2022 somam R\$16.821.000,00 no Ministério da Infraestrutura, valor 11% inferior ao consignado na proposta de 2021, que foi de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

R\$18.940.000,00, exigindo um esforço do colegiado por conferir condição mínima de conduzir a contento as prioridades expressas nas emendas apresentadas.

"I.3. Das emendas apresentadas

I.3.1. Considerações gerais

Foram examinadas 75 (setenta e cinco) emendas (...) à programação orçamentária do órgão Ministério da Infraestrutura, sendo 66 (sessenta e seis) emendas coletivas", das quais 53 foram propostas por bancadas estaduais e 13 por Comissões Permanentes, "e 9 (nove) emendas individuais (...).

I.3.2. Das Emendas de Relator

Ao amparo do disposto no item 24.1 da Parte Especial do Parecer Preliminar", esta relatoria apresentou três emendas, duas das quais para promover o cancelamento parcial das dotações constantes da proposta orçamentária para realizar os atendimentos correspondentes, outra para adequar o orçamento de investimento em decorrência da aprovação da emenda ao orçamento fiscal destinado a ampliar a participação acionária da União na Companhia Docas do Rio Grande do Norte.

"I.3.3. Da admissibilidade das emendas

(...)"

Com esteio em suas competências regimentais, o Comitê de Admissibilidade de Emendas manifestou-se pela admissibilidade de todas as emendas coletivas apresentadas nessa área temática em relatório apresentado à CMO, que se encontrava, ao tempo da apresentação desse relatório setorial, pendente de deliberação pelo colegiado. Na falta de uma decisão final a respeito da questão, optamos por nos manter consoantes com o dispositivo do relatório do CAE em questão, considerando admissíveis todas as emendas coletivas apresentadas a essa área temática.

Quanto ao exame de admissibilidade das emendas individuais, findamos por também considerar admissíveis todas as proposições apresentadas.

"I.3.4. Dos recursos utilizados para o atendimento das emendas

Para o atendimento das emendas apresentadas à Área Temática 1, utilizaram-se (...)"

a) R\$10.869.665,00 transferidos pelo Relator-Geral, com base no item 19.1 da Parte Especial do Parecer Preliminar, para o atendimento às emendas individuais;

b) R\$353.634.000,00, transferidos pelo Relator-Geral, com base no item 19.2 da Parte Especial do Parecer Preliminar, destinados às despesas de emendas de bancada estadual, classificados como RP 7 de execução obrigatória;





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

c) R\$91.435.768,00 transferidos pelo Relator-Geral, com base no item 20.1 da Parte Especial do Parecer Preliminar, para o atendimento de emendas de Comissão Permanente, assim como de emendas da bancada estadual classificadas como RP 2;

d) R\$59.000.00,00 de cancelamento parcial de dotações da proposta do Ministério da Infraestrutura no PLOA 2022 indicadas pelas próprias emendas de remanejamento apresentadas à Área Temática.

Foram R\$302.304.234,00 de cancelamento parcial das dotações do Ministério da Infraestrutura no PLOA 2022, referentes a despesas com investimentos de GND 4 e RP 2 nas Fontes 100 e 111, autorizados nos itens 24 e 25 da Parte Especial do Parecer Preliminar. Esta relatoria deixou R\$206.240.002,00 sem uso na fase setorial, para o Relator-Geral alocar em programas prioritários no ciclo geral.

"Por conseguinte, com fulcro no que dispõe o item 39.III da Parte Especial do Parecer Preliminar, indicamos para votação em separado os seguintes créditos orçamentários, constantes da proposta, que apresentam indícios de irregularidades graves apontadas pelo TCU:

I. 26.782.3006.13X7.0029 - Adequação de Trecho Rodoviário - divisa PE/BA (...) - Feira de Santana (...) - R\$55.260.000,00 no PLOA 2022;

II. 26.782.3006.7F51.0029 - Construção de Trecho Rodoviário - divisa PI/BA - divisa BA/SE - na BR-235/BA - no Estado da Bahia, com R\$16.450.000,00 no PLOA 2022.

I.4.2. Créditos adicionais especiais e extraordinários abertos nos últimos 4 meses do exercício.

(...) arrolamos os seguintes créditos especiais aprovados ou em apreciação pelo Congresso Nacional no último quadrimestre do exercício:

I - PLN 15/21, transformado na Lei nº 14.209, de 2021, de 30 de setembro de 2021 (...);

II - PLN 27/21 (...);

III - PLN 33/21, transformado na Lei nº 14.244, de 2021, de 19 de novembro de 2021 (...);

IV - PLN 44/21 (...).

(...)

II - Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação da parte do Projeto de Lei nº 19, de 2021-CN, relativa à programação das unidades orçamentárias da Área Temática I – Infraestrutura, com as alterações propostas neste relatório setorial decorrentes das emendas aprovadas por esta relatoria."





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Era esse o relatório, com o qual esperamos somar, e muito, ao Relatório Geral do Deputado Hugo Leal.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em discussão o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Tem a palavra o Senador Esperidião Amin, para discutir o relatório de infraestrutura.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Desejo saudar V.Exa., prezada amiga Rose de Freitas, e todos os integrantes da CMO aqui reunidos. Quero saudar em especial o meu companheiro de partido, atualmente na Presidência do nosso partido, o querido amigo André Fufuca. E endereço essas palavras também ao Relator-Geral.

Nós vivemos, no caso de Santa Catarina, uma circunstância *sui generis*, singular no Brasil. As obras de áreas federais do nosso Estado têm seguido um ritmo tão insuficiente — e alguns aqui dizem que é um ritmo de tartaruga gorda e passada em anos — que Santa Catarina, numa decisão que congregou o Governo, o Executivo Estadual, a Assembleia Legislativa e a bancada federal, especialmente na Comissão de Serviços de Infraestrutura, que é presidida pelo Senador Dário Berger, que também atua na Comissão que trata de serviço de infraestrutura da Câmara, no caso, a de Viação e Transportes, que é presidida pelo catarinense, o Deputado Carlos Chiodini, fez um mutirão para realizar uma conciliação com o Governo Federal. E repito: é uma situação singular no Brasil.

Então, o Governo do Estado, com recursos próprios, Deputado Fufuca — são recursos próprios, não se trata de empréstimo internacional, nem nacional —, destinou R\$465 milhões, dos quais foram utilizados apenas R\$20 milhões este mês, para complementar os recursos insuficientes das nossas rodovias federais, a saber: a 163, que é a reconstrução e reabilitação de uma rodovia federal construída pelo Governo do Estado, ainda quando eu era Governador, na década de 80; a 280, que, no seu mais longo percurso, também foi construída por Governos Estaduais; a 470, que ainda tem trechos construídos pelos Governos Estaduais de Santa Catarina e tem uma obra de duplicação irritantemente lenta; a 285, que é um caso peculiar, faltava 1 quilômetro e 200 metros para ser concluída em 2021, mas entrou no Orçamento de 2021 zerada, Deputado Fufuca, zerada, ou seja, não constava do Orçamento; e a 282, que nem sequer tem projetos para a terceira faixa, é a rodovia que liga leste a oeste, a capital ao interior do Estado de Santa Catarina. Veja bem: o Estado de Santa Catarina destinou 465 milhões de reais. Destes só foram utilizados até agora 20 milhões, porque a lentidão das obras é uma coisa dramática.

Eu percebo que no relatório de V.Exa., Deputado Fufuca — eu não tenho os dados da 282 —, os dados das rodovias 280, 163, 470 e 285, que já eram insuficientes, foram reduzidos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

no seu total e as duas emendas aprovadas na Comissão de Infraestrutura do Senado foram praticamente ignoradas. Isso porque da 280 foi apresentado R\$1 milhão e da 470, R\$2,237 milhões dos 100, mais R\$100 milhões que nós da Comissão de Infraestrutura aprovamos, e o Senador Dário Berger apresentou juntamente comigo como emenda, para apreciação pelo Relator-Setorial.

Então, eu gostaria de enfatizar a necessidade de ficar consignada aqui a minha irresignação, a da bancada de Santa Catarina e a do povo de Santa Catarina em relação a esse tratamento discriminatório que vem sendo feito ao nosso Estado. Quero dizer que estou procurando contatos, já fiz na semana passada com o Deputado Hugo Leal, e essa irresignação eu levarei até ao plenário. É evidente que não há nada de pessoal nisso, mas não posso deixar de fazer um protesto pelos números. Quero deixar publicamente explicitada a nossa irresignação pelo fato de Santa Catarina ser o único Estado do Brasil que está alocando dinheiro do seu orçamento para que essas obras não restem semiparalisadas.

Como isso vem de muitos anos, não é assunto apenas deste Governo, já tivemos várias oportunidades de expressar essa irresignação, eu faço chegar a V.Exa. como meu amigo pessoal, mas neste mister ao Relator-Setorial.

Repito o que disse na semana passada tanto à Senadora Rose de Freitas quanto ao Deputado Hugo Leal: vou lutar agora no debate do relatório apresentando o meu voto contrário, portanto, se ele não for modificado.

Evidentemente, farei essa diligência também ao Deputado Hugo Leal. Temos destaque já apresentado. Se ele não for aprovado, votaremos contra o relatório e vamos seguir na luta, porque, meu amigo Fufuca, como dizia Padre Vieira, que andou gloriosamente pelo Maranhão — seus melhores sermões são de arquidiocese daquela região —, *"não venho pedir pedindo, senão protestando, pois esse é o direito e o dever de quem não pede favor, mas pede justiça"*.

Receba o meu abraço e a manifestação expressa da minha irresignação.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Antes de passar a palavra ao Relator, quero me colocar do lado de V.Exa.

As lutas pelo nosso Estado, logicamente, que estão localizados no País que é de todo o mundo, têm que ser observadas com muita atenção. V.Exa. apresentou sete destaques.

Eu pergunto ao Relator se ele conhece os destaques. Não vou colocá-los em votação em globo para não haver rejeição de destaque de Parlamentares que estão lutando pelo seu Estado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, isso fica claro também ao Deputado Wilson Santiago, que pela Paraíba apresentou destaques. Vamos discutir um a um os destaques.

Agora, tem a palavra o Relator.

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - É sempre bom poder ouvir o Senador Esperidião Amin, um dos grandes oradores do nosso País, uma pessoa pela qual tenho um carinho imenso, pela sua biografia, pela sua história e pela forma como ele luta por Santa Catarina.

Presidenta, se pudéssemos, atenderíamos ao pedido de todos, à solicitação de todos, mas temos um limite, um limite orçamentário, um limite financeiro, um limite que nos impede de poder dar essas atenções. O Estado de Santa Catarina, talvez poucos saibam, foi um dos poucos no qual impedimos o corte linear. O Estado de Santa Catarina, com a preservação que houve, com o impedimento do corte linear, teve acréscimo de R\$13 milhões para as obras. Assim, o Estado de Santa Catarina foi beneficiado com R\$13 milhões. Todas as outras demandas, que eu considero dignas, nós atendemos com o mínimo possível, que é de R\$1 milhão para cada obra, para que elas possam começar a solicitação e nos próximos anos obter o complemento. Fora disso não temos como atender.

Eu faço um apelo ao Senador Esperidião Amin, que fala pela bancada de Santa Catarina, que, se possível, demonstre uma obra prioritária para que possamos atender não com o valor que está sendo colocado nos destaques, pois é um valor muito alto, mas com alguma coisa a mais que seja possível.

Volto a dizer: nós não temos infelizmente condições orçamentárias e financeiras para atender aos destaques que foram protocolados por Santa Catarina e pela Paraíba — refiro-me aos cinco destaques de Santa Catarina e aos dois da Paraíba —, porque não temos condições de atender a eles na sua integralidade, mas podemos de alguma forma tentar atender às prioridades postas por essas bancadas.

Por isso, faço essa solicitação ao querido Senador Esperidião Amin, por quem tenho um carinho imenso, para que possamos avançar com a sua demanda, através das condições que temos para suprir.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Continua em discussão.

Tem a palavra o Deputado Weliton Prado.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/PROS - MG) - Queria cumprimentar e parabenizar o Relator Fufuca e reconhecer que realmente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Presidente, eu não posso deixar de responder ao Deputado Fufuca. Peço a palavra, por favor, só para esclarecer dois números que ele apresentou. V.Exa. me permite?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Primeiro, os números que eu tenho não confirmam o que foi dito. Os cortes, com exceção dos que atingem a BR-282, são da monta de mais de R\$11 milhões. E realmente houve suplementação de parte de V.Exa. — não se trata de obras não iniciadas, e sim, pelo contrário, de obras em andamento e para conclusão —, mas não chega a 6 milhões de reais.

E eu focalizo o seguinte: Sr. Relator-Geral, não é preciso R\$16,2 bilhões de emenda de Relator. Nesse caso, em nome da correção, eu faço um apelo tanto ao Deputado Fufuca quanto ao Deputado Hugo Leal. Há uma flagrante necessidade de correção com recursos da relatoria-geral.

Prosseguimos depois.

Muito obrigado.

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Presidenta, por favor...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu tinha dado a palavra...

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra V.Exa., pela ordem.

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Eu acredito que o Senador Esperidião esteja fazendo confusão. Tenho em mãos os números do Orçamento. O corte que ele acabou de explanar, de 12 milhões e 304 mil reais, foi feito pelo Relator-Geral. A nossa relatoria setorial não cortou um único centavo do Estado de Santa Catarina. Se V.Exas. tiverem os números aí, terão ciência do que eu estou falando.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Eu tenho.

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Esse corte, Senador, foi feito pelo Relator-Geral, e não pela nossa relatoria. Inclusive, eu me coloco à disposição para, de comum acordo com V.Exa. e com a bancada de Santa Catarina, avançar na restituição desse valor que foi cortado pela relatoria-geral. Eu acredito que, com isso, seja minimamente atendido o pleito da bancada, de forma que o Orçamento possa ser cumprido e, acima de tudo, executado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - V.Exa. pode informar os números referente à BR-282, por favor? Os outros números eu tenho.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. precisa dos destaques?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Só disso.

V.Exa. pode complementar os números da BR-282?

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Só um minuto. (*Pausa.*)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu pergunto ao Relator se, enquanto fala o Deputado Weliton Prado...

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Eu vou responder agora o questionamento.

Em primeiro lugar, volto a reafirmar: os cortes em Santa Catarina não foram feitos pela relatoria setorial. Fizemos cortes em outros Estados, mas, em Santa Catarina, até por uma solicitação, um pedido da Deputada Angela Amin e do Senador Esperidião Amin, nós não fizemos nenhum corte setorial.

No caso da BR-282, nós não podemos completar o valor total solicitado. Porém, eu faço o seguinte questionamento, Senador: se nós poderíamos trabalhar com um acréscimo de R\$15 milhões, que, no caso, seriam os R\$12 milhões que foram cortados pelo Relator-Geral, mais um acréscimo de R\$3 milhões. Eu acredito que essa seria uma forma de poder atender a sua solicitação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Deputado, eu acho que esse é um gesto louvável que V.Exa. pratica. Eu fico muito grato também em nome da Deputada Angela Amin, pois nós o procuramos.

Evidentemente, não posso deixar de dizer que vou molestar muito o Relator-Geral. Como dizia o Nerso da Capitinga, eu vou largar de V.Exa., agradecendo pela sua atenção sinceramente, mas vou pegar firme no Relator-Geral.

Muito obrigado.

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Eu agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - É assim: nós temos que estabelecer um critério.

Tem a palavra o Deputado Weliton. *(Pausa.)*

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Só para completar, só para podemos otimizar aqui, Presidenta, peço só um minuto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Assim como o nobre Senador fez a solicitação de forma tão humilde a todos nós, eu queria também fazer, de forma humilde, uma solicitação mesmo.

Visto que atendemos, em caráter parcial, a demanda que ele solicita, peço que sejam retirados os cinco destaques que foram apresentados. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não. Desculpe-me.

Tem a palavra o Senador Amin.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Presidente, nós temos destaques que foram apresentados pelo Senador Dário Berger. Por isso, eu não posso responder.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Aqui há sete destaques apresentados.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Não, dos cinco destaques de Santa Catarina, eu acho que pelo menos um é do Senador Dário Berger.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Sim, a Mesa havia informado errado. Então, dos cinco de Santa Catarina, vamos tentar localizar o do Senador Dário Berger. *(Pausa.)*

São cinco destaques apresentados por V.Exa. e dois apresentados pelo Senador Dário Berger.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Eu vou entrar em contato com o Senador Dário Berger e com o Deputado Hugo Leal.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Então, vamos continuar.

Peço ao Deputado Fufuca que ouçamos o Deputado Weliton Prado e, em seguida, o Deputado Hildo Rocha.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/PROS - MG) - Presidente Rose, queria cumprimentar V.Exa. e cumprimentar o Relator de Infraestrutura, o Deputado Fufuca.

Mais uma vez quero aqui respaldar as solicitações para o Estado de Minas Gerais, que tem a maior malha rodoviária do País. É necessário termos recursos e investimentos. E, de forma especial, queria solicitar ao Relator de Infraestrutura toda atenção e o seu apoio junto ao Relator-Geral em relação ao Trevo Osvaldo de Oliveira.

Trata-se de uma obra já contratada e que ficou remanescente do complexo de recursos a serem investidos em Uberlândia e na região, na BR-365. Há o viaduto do Taiaman, que foi entregue agora recentemente, e ficou o Trevo Osvaldo de Oliveira, que é fundamental, é a antiga Avenida Goiânia. Os pedestres, passageiros e motoristas que, no horário de pico, querem ter acesso aos bairros ou à BR-365 não conseguem fazê-lo pois o fluxo de veículos realmente é muito grande.

O valor a ser investido é pequeno, não é um valor muito alto. E essa obra é muito importante para toda a população de Uberlândia e região, para todo mundo que utiliza a antiga Avenida Goiânia para ter acesso aos bairros e também à BR-365. Então, nós fazemos essa solicitação de gestão ao Relator-Geral para garantirmos esses recursos.

A obra já está licitada. Houve rumores inclusive de cancelamento da licitação, o que não podemos admitir de maneira nenhuma. O Ministro Tarcísio esteve recentemente em Uberlândia





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

e assumiu o compromisso de que essa seria a próxima obra a ser iniciada em Uberlândia, que seria iniciada já no ano que vem e seria entregue à população. Se houver uma nova licitação e faltar recurso, só Deus sabe quando essa obra vai ser feita.

Então, fazemos aqui essa solicitação ao Relator para que trabalhem com o Relator-Geral para garantirmos esse *upgrade* no orçamento. Assim, teremos condições de concluir o Trevo Osvaldo de Oliveira, que dá acesso à BR-365. Essa é uma luta de mais de 10 anos e é uma prioridade para a cidade de Uberlândia e para todo o Triângulo Mineiro.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pergunto a V.Exa. se apresentou algum destaque à Mesa.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/PROS - MG) - Nós vamos fazer uma gestão juntos. Estou só cumprimentando e parabenizando o Relator André Fufuca. Vamos votar favoravelmente ao seu relatório. Não vamos apresentar... Vamos votar favoravelmente. Solicitamos o apoio de S.Exa. junto ao Relator-Geral para fazer esse *upgrade* e garantir esses recursos para o Trevo Osvaldo de Oliveira. Pedimos só esse compromisso político do Relator de Infraestrutura. Não vamos obstruir.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha. *(Pausa.)*

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Posso responder ao nobre Deputado?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. não quer responder tudo junto?

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Pode ser. Fica a critério de V.Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, que muito bem conduz os trabalhos aqui, garantindo recursos para o Estado do Espírito Santo, garantindo um bom trabalho e uma harmonia, quero cumprimentar V.Exa.

Quero cumprimentar também o nosso Senador Marcelo Castro, que está na Mesa. O Senador Marcelo Castro foi um grande Presidente desta Comissão e conseguiu fazer também um belíssimo trabalho. Há de se reconhecer o esforço que ele tem sempre em prol de levar recursos para o Estado do Piauí e de estar sempre presente na Comissão de Orçamento. Este é o momento, quando votamos os Relatórios Setoriais. Aqueles Deputados que querem brigar pelos seus Estados têm que estar aqui, como é o caso do Senador Esperidião Amin, que luta. Eu conheço o seu trabalho, bem como o da Deputada Angela Amin.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero parabenizar, neste momento, Sra. Presidente, o Relator Setorial de Infraestrutura, Deputado André Fufuca. S.Exa. fez um relatório muito bom, embora os recursos para investimento não sejam aquilo que se deseja. Por quê? Porque o Ministério da Infraestrutura também é um órgão pesado e caro à Nação brasileira. Para que V.Exa. tenha uma ideia, num orçamento de 16 bilhões de reais para infraestrutura, apenas com pessoal o Ministério — aí estão DNIT e outros órgãos do Ministério da Infraestrutura — gasta R\$4,7 bilhões, Senador Marcelo Castro. É muito caro o funcionamento do Ministério da Infraestrutura.

O atual Ministro Tarcísio, que é um homem já experimentado, não conseguiu diminuir as despesas de custeio do Ministério da Infraestrutura, infelizmente. Se ele tivesse diminuído o custeio, logicamente, sobrariam mais recursos para investimento. Agora se aperta aqui o Relator Fufuca, para que dê conta de arranjar mais recursos. Ora, não há recursos porque o custeio do Ministério da Infraestrutura é pesado, é alto demais. Além disso, em alguns Estados... Aqui falo pelo Maranhão, pois sou Deputado do Maranhão, represento o povo maranhense. O serviço do Ministério da Infraestrutura lá no Maranhão deixa muito a desejar, principalmente no que diz respeito ao serviço do DNIT. As rodovias do Maranhão estão em precária situação.

Aqui eu cito a BR-135 e o trabalho de tartaruga na obra da duplicação. Nós da bancada destinamos recursos para a execução dessa obra, até Miranda do Norte. Até agora não chegou nem a Santa Rita — vai terminar o ano, e não chegará nem a Santa Rita.

Destinamos recursos para a BR-010, para a duplicação na área urbana, na cidade de Imperatriz, e a obra também segue a passo de tartaruga. O DNIT cortou este ano dois viadutos que deveriam ter sido construídos no Maranhão, na BR-010, obra que visa diminuir a quantidade de acidentes, principalmente na entrada para a ponte que liga o Maranhão ao Tocantins e no acesso à cidade de Davinópolis. Os dois viadutos foram cortados.

Eu quero parabenizar o Relator Fufuca, que acatou a emenda da bancada. Na BR-010, a continuidade da duplicação está garantida porque o Relator não cortou nem 1 centavo daquilo que a bancada pediu, assim como aceitou as emendas da bancada do Maranhão no que diz respeito à BR-135, que é um trauma para todos nós maranhenses. Ela é a nossa principal rodovia, a que liga a Capital do Estado do Maranhão a todos os outros Estados da Federação. Ele manteve, aceitou os nossos pedidos e alocou recursos para a manutenção, para a conservação das rodovias do Maranhão, estradas para as quais mais deveriam ser destinados recursos. Para a Bahia, do Deputado Cajado, foram destinados R\$400 milhões para a manutenção de estradas. Para o Maranhão não foram destinados nem R\$80 milhões para manutenção.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu vejo que o Deputado Fufuca está fazendo é um trabalho técnico, um trabalho correto, que está atendendo, logicamente, os pedidos das bancadas de todos os Estados. Ele poderia, se fosse mal-intencionado, puxar a brasa para a sua sardinha, que é o Estado do Maranhão, mas ele puxou a brasa para a sardinha do Estado do Maranhão e para as outras sardinhas todas. Ele está contemplando todos os Estados, inclusive o Piauí, com a ponte pela qual o Senador Marcelo Castro briga e com a conclusão da BR-235, que eu sei que é muito importante, não apenas para o Piauí, mas também para o Maranhão e para o Tocantins.

Parabéns, Relator André Fufuca!

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Wilson Santiago.

Em seguida falará o Relator, e vamos concluir esta votação. O Deputado Cajado também falará.

O Deputado Wilson Santiago está com a palavra.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente, de fato, o Deputado Hildo tem muita razão no que se refere ao reconhecimento ao trabalho do Deputado Fufuca neste Relatório Setorial. Foi feito o possível até então — falta só melhorar para a Paraíba. *(Risos.)*

Sra. Presidente, nós apresentamos, através da bancada, dois destaques. Um deles visa melhorar os recursos para o Aeroporto de Patos, na Paraíba. Foram solicitados 40 milhões, e o Relator atendeu com 1 milhão. Isso é de interesse do Deputado Hugo Motta, que também reivindica isso. O outro diz respeito à duplicação da BR-230, desde a saída do entroncamento da BR-104, em Campina Grande e Queimadas, em direção ao Sertão da Paraíba, na BR-230.

Esse é o outro destaque, Sr. Relator. Nós apelamos a V.Exa. para que melhore os recursos destinados. V.Exa. atendeu parcialmente, e precisamos que sejam melhorados esses recursos.

Estas são as reivindicações da Paraíba: tanto o Aeroporto de Patos quanto a duplicação da BR-230.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, queria primeiramente agradecer à bancada da Bahia, que aprovou a indicação. Estamos aqui na iminência de aprovar o asfaltamento do trecho dos quilômetros 642 e 693 da BR-407, no Município de Iramaia, a rodovia estadual BA-026 e a BR-330.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Município de Iramaia, Sra. Presidente, será beneficiado com esse asfaltamento, que há anos, há anos é reivindicado. Nós destinamos esses recursos no ano passado, e foram contingenciados. Estamos repetindo este ano, dada a importância dessa obra. É um Município do Estado da Bahia em que não há asfalto na ligação da sua sede a essas estradas, a BR e a BA. Por isso, realocamos esses recursos e esperamos que o Ministério da Infraestrutura e o DNIT consigam executar essa obra, que é de importância fundamental para a população do Município de Iramaia, na Bahia.

Além disso, nós estamos alocando recursos para uma obra importantíssima, a da adequação de trecho da estrada que liga Ilhéus a Itabuna, a BR-415. É fundamental que essa rodovia seja duplicada. Essa rodovia tem um fluxo de veículos extraordinário. Esta é uma reivindicação da bancada da Bahia, e estamos aqui pedindo a alocação de recursos para essa rodovia, conhecida como "Rodovia Jorge Amado", para que seja duplicada, o que beneficiará mais de 500 mil habitantes, incluindo a população dos Municípios de Una, Canavieiras, Buerarema, Itacaré, Uruçuca.

Além disso, a bancada da Bahia — e eu peço ao Relator que nos atenda nesta demanda — alocou recursos para o anel rodoviário, para o Contorno de Feira de Santana, que liga Cajueiro a Cidade Nova. Localizado numa região estratégica, compreende os principais centros rodoviários do País e o maior do Norte e do Nordeste. A rodovia desse contorno é cortada por três BRs; a 101, a 116 e a 324.

Portanto, eu pediria ao nobre Relator, o Deputado Fufuca, que melhorasse os recursos disponibilizados para o Contorno de Feira de Santana e para essa BR, denominada "Jorge Amado", para a sua duplicação, assim como para a duplicação da BR-101 no Lote 4, trecho entre Alagoinhas e o entroncamento com a BR-324. Recursos são necessários para ser concluída a sua duplicação. São três pedidos e o reconhecimento ao do Município de Iramaia, para o qual a bancada da Bahia destinou os recursos necessários para o projeto e a obra: o Contorno de Feira de Santana, a duplicação da rodovia Ilhéus-Itabuna e a duplicação do trecho da BR-101 no Município de Alagoinhas, até a BR-324.

Eu pediria ao nobre Relator, o Deputado Fufuca, que desse atenção a este Parlamentar, um afiliado do partido Progressistas, do qual S.Exa. agora exerce a Presidência, dado o afastamento do Senador Ciro Nogueira, que exerce a função de Ministro-Chefe da Casa Civil. Falo não apenas em meu nome, mas também em nome da bancada da Bahia.

Ao final, eu gostaria também de fazer um pedido ao Deputado Fufuca, em nome do Líder do Governo no Congresso Nacional, o Senador Eduardo Gomes, que pede que sejam robustecidos os recursos para a construção da ponte sobre o Rio Araguaia, em Xambioá, na





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

BR-153, no Estado de Tocantins. S.Exa. apresentou uma emenda no valor de 60 milhões, e gostaria de ouvir do Deputado Fufuca, o Relator-Setorial da Infraestrutura, quanto ficou para essa obra — é a Emenda nº 601.001 — no relatório de S.Exa.

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Vinte milhões.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Vinte milhões? Então o Senador agradece a V.Exa. e se sente contemplado.

Eu pediria a V.Exa. que nos auxiliasse a robustecer, a aumentar os recursos para as rodovias citadas anteriormente, as do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Relator.

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Primeiramente, quero agradecer as nobres palavras do Deputado Hildo Rocha.

Muito obrigado, Deputado Hildo, pelo seu companheirismo e pelas suas palavras. V.Exa. é um grande lutador pelas BRs do Maranhão e sempre está cobrando, tanto do DNIT quanto do Ministério da Infraestrutura. Na Comissão de Orçamento também nunca deixou para trás o nosso Estado. Sempre luta pelas rodovias. Volto a dizer — e não é a primeira vez que digo; é vergonhoso para nós dizer isto — que, infelizmente, temos a pior malha viária do Brasil, disparadamente. Somos a única capital do País que só tem uma entrada. São Luís é uma ilha, então só tem uma entrada, que não é duplicada — agora é que está sendo duplicada. Então, nós temos vários ineditismos, que compõem a atenção maior do Governo Federal em relação às BRs do nosso Estado. O Estado do Piauí, que é nosso vizinho, tem BRs de qualidade muito superior às do Estado do Maranhão.

Então, nós temos que ter esse olhar sensível para o Estado, um Estado pobre que precisa da ajuda do Governo Federal. Não poderíamos nos furtar a dar a mão amiga, acima de tudo, a ser irmão e parceiro do Estado em que nascemos e nos criamos, do qual queremos o bem todos os dias.

Em relação ao Trevo Osvaldo de Oliveira, em Uberlândia, que dá acesso à BR-365, o Deputado Weliton Prado pode contar com o nosso empenho junto ao Relator-Geral.

Tenha certeza de que nós iremos ajudá-lo nesta demanda. V.Exa., que há mais de 10 anos briga pela concretização dessa obra, merece atenção e sensibilidade por parte dos Deputados desta Comissão e terá a nossa sensibilidade nesta relatoria setorial, para conseguirmos esses recursos e a concretização dessa obra. V.Exa. é um batalhador incansável em relação a isso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em relação aos dois destaques relativos à Paraíba, eu me coloco à disposição para ajudar. O primeiro destaque diz respeito à duplicação do entroncamento entre a BR-104 e a PB-095, de Campina Grande a Patos. No caso, nós iremos ajudar com 7 milhões de reais esse trecho, objeto de um dos destaques.

O segundo destaque é relativo ao Aeroporto de Patos, que, para quem não conhece, é a Capital do Sertão paraibano, tem mais de 100 mil habitantes — no seu perímetro, nós estamos falando de quase 300 mil pessoas — e precisa dessa atenção no nosso relatório. Nós estaremos ajudando com 5 milhões de reais esse destaque feito pela bancada da Paraíba, pelo Deputado Hugo Motta, que é um grande lutador da região do Sertão e que vem nos pedindo e nos cobrando muito.

O Deputado Federal Wilson Santiago nos cobra há muito tempo uma saída no caso da duplicação e no caso do aeroporto, assim como os Deputados Efraim Filho e Aguinaldo Ribeiro, dois Parlamentares que vêm nos cobrando muito em relação a essas duas grandes obras para o Sertão paraibano e para o Estado da Paraíba. Nesses dois destaques nós poderemos ajudar dessa forma.

Em relação aos pedidos feitos por V.Exa., Deputado Cajado, tenha certeza de que terá o nosso total esforço, nosso total empenho junto ao Deputado Hugo Leal, o Relator-Geral, para colocar na concretização e execução do próximo ano. Estaremos junto com V.Exa. em busca por avanço nos pleitos realizados. Tenha certeza de que pode contar conosco. Vamos estar juntos ao nosso querido Relator-Geral...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Terá, junto com o Relator. Iremos levar a ele e ver a melhor maneira de atender.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. concluiu? *(Pausa.)*

Eu quero fazer um registro perante o Deputado Evair. Nós não tivemos a presença do coordenador de bancada, para assinar os destaques necessários para este debate da área de infraestrutura. Infelizmente, V.Exa. não pode, eu não posso. Então, fica registrada a ausência do coordenador.

Vamos passar à discussão novamente do relatório final apresentado, com votação de destaques.

Da Câmara alguém gostaria de se manifestar? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, vou passar à votação do relatório.

Eu pergunto à Assessoria da Mesa se podemos votar de uma vez todos os destaques apresentados? *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sr. Relator, já que V.Exa. destacou as menções feitas pelo Senador Esperidião Amin, pelo Deputado Wilson Santiago, pelo Deputado Weliton Prado e pelo Deputado Hildo Rocha, acho que poderíamos fazer a votação em globo, já que V.Exa. vai incluir no seu relatório os atendimentos que aqui mencionou.

Vamos passar à votação.

Em votação o relatório na representação da Câmara dos Deputados, ressalvadas as obras com indícios de irregularidades graves e os destaques aqui apresentados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao Senado Federal.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nos termos do art. 70, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, anuncio a votação das obras com indícios de irregularidades graves, ressalvados os destaques, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas por unanimidade, sem nenhum voto contrário.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas por unanimidade, sem votos contrários.

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator.

A proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator está em votação novamente na Câmara dos Deputados.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

V.Exa. pode fazer a descrição dos destaques que atendeu parcialmente, para constar no relatório.

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Os destaques que foram atendidos em caráter parcial foram o Destaque nº 1, da bancada da Paraíba, o Destaque nº 2, do Senador Esperidião Amin, os Destaques nºs 3 e 4, também do...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O Destaque nº 2 é de Santa Catarina, do Deputado Esperidião Amin.

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Os Destaques nºs 3 e 4, de Santa Catarina, são do Senador Esperidião Amin...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Relator, eu gostaria de pedir a V.Exa. que identificasse os valores, para que não houvesse equívoco na redação.

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Sim.

O Destaque nº 1, da Paraíba, foi atendido com R\$7 milhões.

Dentre os Destaques nº 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, de Santa Catarina, só foi atendido o Destaque nº 5. Os outros não foram atendidos. O Destaque nº 5 foi atendido em 15 milhões de reais, que é o da BR-282, de Santa Catarina. Esse foi o único destaque atendido.

Esses foram os destaques que nós atendemos.

Há também um destaque, que chegou por último, da bancada da Paraíba, sobre o Aeroporto de Patos, que foi atendido em R\$5 milhões.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Qual é o número do destaque?

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - É o Destaque nº 9.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Da Paraíba.

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Da Paraíba.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Cinco milhões de reais.

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. atendeu os Destaques nº 1 e 2? Da Paraíba.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - E o Destaque nº 2, de Santa Catarina?

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Não foi atendido.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não foi atendido.

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Não foi.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Então, vamos novamente registrar, para que não haja nenhum erro.

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Só foi atendido o Destaque da BR-282, que é, se não me engano, o Destaque nº 5, do Senador Esperidião Amin. Os outros destaques ainda não foram atendidos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Os Destaques nºs 1, 5 e 9 V.Exa. está atendendo parcialmente.

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - Sim. O Destaque nº 1, em R\$7 milhões; o nº 5, em R\$15 milhões; e o nº 9, em R\$5 milhões.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

Os destaques que tiveram o voto do Relator pela aprovação parcial foram os Destaques nºs 1, 5 e 9.

Passaremos à votação em globo dos destaques com voto do Relator pela aprovação parcial na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação no Senado Federal... *(Pausa.)*

O assessor aqui está a 360. Nós vamos virar a noite, e ele vai ficar. Imaginem o que ele vai fazer de madrugada. *(Risos.)*

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados.

Destaques com voto do Relator pela rejeição.

V.Exa. quer que eu os elenque?

O SR. ANDRÉ FUFUCA (PP - MA) - No caso, vão ser os Destaques nºs 2, 3, 4, 6, 7 e 8.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pela rejeição, os Destaques nºs 2, 3, 4, 6, 7 e 8.

Vamos colocar em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que aprovam o voto do Relator pela rejeição permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Não havendo votos contrários, está aprovado.

Rejeitados, não vão ao Senado.

Quero agradecer ao Deputado André Fufuca, que esteve atento desde cedo às votações realizadas. Quero explicar novamente que desde sexta-feira os relatórios estão chegando. V.Exa. foi um dos que trabalharam arduamente para que pudéssemos votar. Ainda temos para votar os Relatórios Setoriais das seguintes Áreas Temáticas: Educação; Cidadania, Cultura e Esporte; Agricultura; Turismo; Defesa; Poderes; e o relatório de dois comitês: do CFIS e do COI.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vamos suspender a sessão por 1 hora.

Agradeço a todos.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Declaro reiniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Passa-se à apreciação do item 6 da pauta, que é o Relatório Setorial da Área Temática V — Cidadania, Cultura e Esporte.

O Relator-Setorial é o Deputado Júnior Ferrari, do PSD, do Pará, a quem concedo a palavra. *(Pausa.)*

O SR. JÚNIOR FERRARI (PSD - PA) - Quero agradecer a todos os membros da Comissão de Orçamento e parabenizar a nossa Presidente, Senadora Rose de Freitas, pela condução e pelo belíssimo trabalho à frente desta Comissão. Quero saudar também o nosso Relator-Geral, Deputado Hugo Leal.

Passo à leitura do resumo.

"Senhora Presidente,

Nos termos dos arts. 84, XXIII, e 165, caput e § 5º, da Constituição da República, foi submetido à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 19, de 2021- CN, que 'Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022'.

Por designação da Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), Senadora Rose de Freitas, coube-me a missão de apreciar, como Relator-Setorial, a proposta orçamentária relativa à Área Temática V – Cidadania e Esporte (AT-5), que abrange o Ministério da Cidadania e unidades orçamentárias a ele vinculadas.

A Proposta Orçamentária para 2022 consigna dotação total de R\$111.678.842.718,00 (cento e onze bilhões seiscentos e setenta e oito milhões oitocentos e quarenta e dois mil e setecentos e dezoito reais) para os órgãos da Área Temática V.

Das Emendas

No âmbito da Área Temática V, foram apresentadas 675 emendas, sendo 639 individuais e 36 coletivas. Das 36 emendas coletivas, 20 são de bancada estadual, 12 de comissão da Câmara dos Deputados, 2 de comissão do Senado Federal e 2 de Comissão Mista do Congresso Nacional.

O parecer preliminar, na sua Parte Especial, prevê que o Relator-Setorial pode realizar cortes para atender emendas. Apesar dessa possibilidade, preferimos preservar as programações constantes do projeto de lei.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

De qualquer modo, contamos com montante oriundo da reserva de recursos aprovada no parecer preliminar. Esse valor foi distribuído pelas emendas coletivas não impositivas, observando o interesse coletivo.

Por fim, considerando as limitações de atendimento de emendas impostas aos Relatores-Setoriais, indico ao Relator-Geral:

a recomposição dos valores que foram cortados no parecer preliminar;

a ampliação das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual ao Ministério da Cidadania, em especial as ações 219G — Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), 2798 — Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança alimentar e Nutricional e 20R9 — Redução da Demanda por Drogas.

Voto do Relator

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN 19/21, do Congresso Nacional, na parte referente aos órgãos da Área Temática V — Cidadania e Esporte, com as alterações oriundas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, conforme discriminado nos anexos deste parecer."

Eu quero aproveitar a oportunidade e agradecer a assessoria do Sidney José, da Consultoria de Orçamento da Câmara. Muito obrigado.

Este é o nosso parecer, querida Senadora Rose de Freitas e demais membros da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O relatório está em discussão.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir...

Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado para discutir o relatório apresentado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, Sr. Relator-Geral, Deputado Hugo Leal, esse relatório da área temática Cidadania e Direitos Humanos tem importantes ações a serem desenvolvidas não apenas neste ano, mas ainda no ano que vem.

Esperamos, Sra. Presidente, que, ao cabo da votação do Relatório-Geral, incluindo o Relatório Setorial da Cidadania, nós possamos dar sequência aos programas de transferência de renda, que têm sido úteis para aliviar principalmente a camada mais vulnerável da população, a falta de emprego, a falta de recursos financeiros para manter-se e a sua família em critérios básicos de alimentação, moradia e transporte e que vêm ao encontro da política





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pública desenvolvida pelo Governo Federal de trazer alento, de trazer ajuda para que essas famílias continuem sobrevivendo.

Obviamente, são muitas as ações. Nós temos também programas importantes do Sistema Único de Assistência Social, que tem feito trabalhos fundamentais para ajudar as famílias, com diversas finalidades, como o atendimento à criança e ao adolescente.

Então, nós sabemos que essa temática da cidadania envolve não só área social do Governo, mas também áreas como esporte e lazer, que são fundamentais para se agregarem políticas públicas junto à juventude.

Portanto, eu quero parabenizar o Relator pela apresentação do seu relatório e espero que nós possamos aprovar, juntamente com o Relator, o relatório geral.

Sra. Presidente, para concluir, quero falar da minha tristeza em não vermos aprovado hoje o vale-gás. Estava prevista a sessão do Congresso Nacional para as 14 horas, e, infelizmente, não obtivemos quórum. E era importante que nós pudéssemos ter aprovado o PLN que cria o vale-gás, outra medida que vem ao encontro do atendimento às famílias mais vulneráveis.

O preço de um botijão de gás de cozinha ultrapassa, hoje, na maioria das regiões — e no Nordeste não é diferente —, R\$100, R\$110, R\$115. Há lugares até em que custa R\$120. Portanto, pesa muito no orçamento doméstico. E hoje votaríamos o vale-gás, um auxílio às famílias cadastradas no Cadastro Único, para poderem também ter esse dinheiro a mais. E não houve quórum. Esperamos que, ao final desta semana, consigamos votar e ter ainda tempo hábil para pagar neste mês o vale-gás. Senão, ficarão prejudicados os que dele precisam.

Infelizmente, nós que estivemos presentes gostaríamos de ver aprovado hoje e ficou prevista a próxima sessão para a próxima sexta-feira, o que fará com que dificilmente haja o pagamento ainda neste mês de dezembro.

Era o que queria registrar, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Submeto à discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação na Câmara dos Deputados.

Ressalvado o destaque apresentado, em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há alguém da bancada do Tocantins remotamente para defender o destaque? *(Pausa.)*

Relator-Geral, Deputado Hugo Leal, V.Exa. poderia permanecer um pouco à mesa?

Vamos passar a palavra ao Relator, para que S.Exa. dê o parecer sobre o destaque apresentado pelo Deputado Tiago Dimas, da bancada do Tocantins. *(Pausa.)*

Sr. Relator Deputado Júnior Ferrari, V.Exa. está sem som.

O SR. JÚNIOR FERRARI (PSD - PA) - Pois não, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. tem que dar um parecer sobre o destaque apresentado pelo Deputado Tiago Dimas, de Tocantins. É o único destaque que está sobre a mesa.

O SR. JÚNIOR FERRARI (PSD - PA) - Senadora Presidente, em consideração ao trabalho que foi feito minuciosamente pela Consultoria, pela assessoria da Casa, nós encaminhamos pela rejeição ao destaque do nobre colega Deputado da bancada do Tocantins, em virtude de nós termos respeitado todos os trâmites legais e o que estava previsto no projeto de lei.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em votação o voto do Relator sobre o destaque apresentado pela bancada de Tocantins.

Como vota a Câmara dos Deputados?

Aqueles que votam pela rejeição, acompanhando o Relator, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado o destaque na Câmara dos Deputados.

O destaque não vai ao Senado Federal.

Vamos agora passar ao item nº 7, Relatório Setorial da Área Temática VI — Agricultura.

O Relator Setorial é o Deputado Sergio Souza, do MDB do Paraná.

O Relator-Setorial está com a palavra para apresentar o seu relatório.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) - Muito obrigado, Sra. Presidente.

Caros Relator-Geral, Deputado Hugo Leal; Senador Marcelo Castro, que está conosco também à mesa; todos os que estão nos acompanhando na Comissão de Orçamento, boa tarde.

Sra. Presidente, passamos à leitura do Relatório Setorial da área temática Agricultura.

"I - Relatório

Por designação da Presidente da CMO, recebemos a missão de examinar e relatar as peças orçamentárias concernentes à Área Temática VI – Agricultura, do PLOA 2022, compreendendo as matérias relativas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e suas unidades orçamentárias.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Análise das Emendas

Recebemos 219 emendas para análise, sendo uma de remanejamento e as demais de apropriação. Foram apreciadas 191 emendas individuais e 28 coletivas, sendo 17 de bancadas estaduais e 11 de Comissões.

O valor total solicitado pelas emendas de apropriação alcançou R\$4,1 bilhões, sendo R\$1,6 bilhão de bancadas estaduais, R\$2,3 bilhões de Comissões e R\$108,7 milhões de emendas individuais.

Fontes de Recursos

Esta relatoria contou com um total de R\$ 403,0 milhões recebidos do Relator-Geral (Reserva de Recursos) para o atendimento das emendas apresentadas, sendo:

R\$108,7 milhões para as emendas individuais" impositivas;

"R\$250,6 milhões para as emendas de bancadas estaduais consideradas de execução obrigatória, ou impositivas;

R\$43,6 milhões para as emendas de bancadas e de Comissões" e de alocação desta relatoria.

"Além desses recursos, o parecer preliminar autoriza os Relatores-Setoriais a promoverem cortes nas dotações para investimentos e inversões financeiras das programações a cargo da área temática.

Cumprе ressaltar, porém, Sra. Presidente, Sr. Relator, que, diante das restrições financeiras da proposta orçamentária do Ministério da Agricultura, avaliamos a importância de assegurar o bom funcionamento e a obtenção dos objetivos de cada uma de suas unidades orçamentárias e optamos por evitar quaisquer cancelamentos de dotações, preservando integralmente os valores alocados" para investimentos e inversões financeiras.

Sra. Presidente, faço aqui uma referência que não está escrita no meu relatório.

É importante dizer que o setor agropecuário é um dos setores que vem crescendo de forma vertiginosa no que diz respeito à contribuição que dá à receita brasileira. Talvez essa seja uma das Pastas que mais cresce nos últimos anos — inclusive na pandemia cresceu a passos largos e está gerando emprego e renda —, mas não tem recebido do Governo, no Orçamento, respaldo proporcional. Muito pelo contrário, nós crescemos em arrecadação e estamos caindo na Pasta temática em receita — ao final, até farei um apelo ao Relator-Geral.

"Parecer às Emendas Individuais

Após exame em relação ao mérito e às normas para apresentação das emendas contidas na Resolução 1/06-CN, do Congresso Nacional, e do parecer preliminar, somos pela aprovação de todas as emendas individuais apreciadas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Parecer às Emendas Coletivas

Após exame em relação ao mérito e às normas para apresentação das emendas contidas na Resolução 1/06-CN, do Congresso Nacional, bem como no parecer preliminar, emitido pelo nobre Relator-Geral, recomendamos a aprovação das programações das emendas de bancadas estaduais de execução obrigatória.

Recomendamos a aprovação parcial de todas as demais emendas coletivas de apropriação apresentadas.

Indicações à Relatoria-Geral

Meu caro amigo Deputado Hugo Leal, pela importância da atividade agropecuária para a economia, geração de divisas, criação de empregos e desenvolvimento social no País, indicamos a V.Exa. a necessidade de aporte de recursos em algumas demandas essenciais para garantir a continuidade de evolução desse setor, com destaque para:

- a) fomento ao setor agropecuário;
- b) sistema de defesa sanitária agropecuária;
- c) pesquisas desenvolvidas e transferência de tecnologia pela EMBRAPA;
- d) promoção e fortalecimento da agricultura familiar;
- e) reforma agrária e regularização fundiária;
- f) consolidação e expansão do mercado de seguro rural.

Recomendamos, por fim, que, na medida do possível, sejam recompostas as dotações para custeio das atividades das unidades orçamentárias que compõem esta área temática. Uma avaliação do histórico dessas programações mostra que a proposta para 2022 já foi muito restritiva, o que leva à preocupação de que cortes adicionais comprometam seu bom funcionamento."

Repetindo, a Pasta temática da agricultura tem recebido, ao longo dos anos, menos recursos do que nos orçamentos anteriores, por mais que tenhamos contribuído de forma gigante para o aumento da arrecadação para a retomada da economia. De cada real que se investe na agropecuária brasileira, 3 reais, 4 reais retornam na forma de emprego, renda e também na forma de impostos.

Por fim, passo ao voto, Sra. Presidente.

"II - Voto do Relator

Do exposto, somos pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício de 2022, na forma do PLN 19/21-CN, relativa aos órgãos e unidades orçamentárias da Área Temática VI — Agricultura, encaminhada pelo Poder Executivo por meio da Mensagem Presidencial 421/21,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

com as alterações decorrentes das emendas cuja aprovação total ou parcial estamos propondo."

É o relatório e voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vamos passar à discussão do projeto relatado pelo Deputado Sergio Souza.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Desejo apenas, Sra. Presidente, parabenizar o Relator Setorial, Deputado Sergio Souza, e dizer que o agronegócio, o Ministério da Agricultura, a política pública da agricultura do nosso País são vertentes de geração de emprego e de renda, são fatores preponderantes para a balança comercial brasileira, assim como as exportações. Ressalto principalmente a qualidade do que nós produzimos e as melhorias feitas ano a ano.

E, mais do que isso, precisamos agregar tecnologia a nossa economia. Por que tecnologia? Porque o agro se renova ano após ano não apenas no que diz respeito a todos os insumos que envolvem a sua produção, mas também em relação aos maquinários. Dessa forma, hoje o agronegócio é uma fonte permanente de desenvolvimento econômico, tecnológico e social, o que faz com que esta Comissão e o Congresso Nacional tenham que ter uma visão muito especial e dedicada a esse relatório setorial.

O Deputado Sérgio Souza é Presidente da FPA — Frente Parlamentar da Agropecuária. Nós vimos ao fundo a logomarca da Frente, uma das mais atuantes. Então, demonstra-se claramente o comprometimento do relatório dele não apenas com o agronegócio, mas, acima de tudo, com os pequenos agricultores, com a agricultura familiar, com o seguro agrícola e com tudo o que envolve a política agrícola e pecuária do nosso País.

Portanto, vamos votar a favor, Sra. Presidente.

Se o Relator-Geral, Deputado Hugo Leal, puder melhorar algumas dotações, sugiro que o faça, porque estará fazendo um grande benefício não só à nossa Nação, mas principalmente àqueles que produzem o alimento que S.Exa. come em casa todos os dias.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar a matéria em votação na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques que foram apresentados à Mesa — são três destaques.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que aprovam a matéria permaneça como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que aprovam a matéria permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Vamos passar à votação dos Destaques nºs 1, 2 e 3.

Levando em consideração o trabalho realizado por todos nesta Casa e em função do trabalho apresentado pelo Relator Sergio Souza, vou pedir a retirada do Destaque nº 3, do qual sou Autora. Acredito que há necessidade de, mais à frente, discuti-lo mais profundamente com o Relator.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) - Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Parabéns a V.Exa.

Agora, submeto à apreciação de V.Exa. o Destaque nº 1, da bancada de Tocantins, de autoria do Deputado Tiago Dimas.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) - O parecer do relatório da Área Temática VI — Agricultura — é pela rejeição de ambos os destaques, tendo em vista que a relatoria acatou parcialmente todas as emendas. Entretanto, não conseguimos alocar em cada uma delas os valores pretendidos. Como eu relatei aqui, a pretensão total ultrapassava 4 bilhões de reais, sendo que a relatoria setorial de livre alocação dispunha tão somente de 43 milhões de reais. Mas nós fizemos com que todas as emendas tivessem valores, mesmo que simbólicos, para que pudesse cada autor de emendas, sejam de bancada, sejam de Comissão, tratar da recomposição pretendida junto ao Relator-Geral.

Portanto, Sra. Presidente, o parecer da relatoria setorial é pela rejeição de ambos os destaques.

Presidente, agradeço V.Exa. pela retirada do Destaque nº 3.

Agradeço ao meu amigo Claudio Cajado a deferência e a fala que fez em favor deste que é um dos setores que mais gera emprego e renda no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Sr. Relator, em função de ter sido apresentado apenas um destaque — ou de haver apenas um, haja vista a retirada dos destaques de minha autoria —, eu vou colocar em votação esse. Depois, vou pedir a V.Exa. que aprecie o Destaque de nº 2, do Deputado Efraim Filho.

Coloco em votação o destaque e o parecer do nobre Relator Sergio Souza, que propõe a rejeição.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que acompanham o voto do Relator permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer do Relator, que é pela rejeição dos destaques.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A proposta não vai à votação no Senado.

Passamos ao Destaque nº 2, do Deputado Efraim Filho...

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente, o destaque é da bancada da Paraíba.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Da bancada da Paraíba.

V.Exa. quer defender o destaque?

Tem a palavra o Deputado Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, este é um destaque de significativa importância para Campina Grande, porque trata da revitalização da Feira de Campina Grande. Esse destaque tem uma importância muito grande, porque atende aos interesses da população de Campina Grande e de toda uma região. Nós sabemos que a Feira de Campina Grande precisa, sim, ser revitalizada.

Ao longo desses anos, tanto a Prefeitura como a própria bancada já viabilizaram alguns recursos para o mercado de Campina Grande. Agora, é a feira que precisa ser revitalizada, daí por que nós fazemos esse apelo à bancada da Paraíba. Esse pleito não é de interesse só do Deputado Wilson Santiago, mas de toda a bancada da Paraíba, da Prefeitura de Campina Grande e da população em geral. Esse recurso permitirá revitalização da Feira de Campina Grande.

Apelamos ao Relator para que, dentro de suas possibilidades — acredito que vá nos atender —, atenda essa reivindicação da bancada da Paraíba, para conseguirmos a revitalização da Feira de Campina Grande.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Relator para dar o seu parecer.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) - Sra. Presidente, obrigado.

Deputado Wilson Santiago, meu amigo que já foi colega de partido, tenho um respeito muito grande por V.Exa., mas devo lhe explicar que aqui ocorre a mesma coisa que aconteceu com a Emenda 01. O volume de recurso chega a 1% do que foi pedido nas emendas submetidas por V.Exas. Mas, para que V.Exas. não sejam inibidos de apelar ao Relator-Geral, nós colocamos um valor para cada uma das emendas, inclusive na emenda que atende V.Exa., que foi apresentada pelo meu colega Deputado Efraim Filho. Assim, deixamos aberta a V.Exas. a possibilidade de buscar complementação junto ao Relator-Geral. Mas o parecer da relatoria setorial é pela não aprovação do destaque.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Quer dizer que V.Exa. vai fazer uma indicação à Relatoria-Geral? Foi isso que eu entendi.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) - Nós vamos fazer uma realocação. É possível atender com um valor, retirando de outra emenda? Eu queria fazer essa pergunta ao nosso consultor.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu peço apenas 1 minuto para termos o esclarecimento da assessoria.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) - Nós poderíamos colocar um valor simbólico de 100 mil reais, retirando de outra emenda, se as outras já estiverem aprovadas?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu queria prestar um esclarecimento. Não houve tempo para conversar com a assessoria.

Deputado Wilson Santiago, V.Exa. sabe que tudo tem que seguir um certo rito dentro do Regimento Interno. O Deputado Sergio Souza acabou de ler o seu parecer, e V.Exa. perguntou se ele estava propugnando pela indicação ao Relator. Vamos seguir o processo normal, que seria exatamente o encaminhamento que o Deputado Sergio fez, de apelar ao Relator-Geral, para que ele possa dar uma atenção especial ao pleito de V.Exa.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Está bem, Sra. Presidente.

Esperamos que o nosso Relator, que já está com a carga um pouco grande — acredito que sim —, tenha condições de atender esse pleito da cidade de Campina Grande com a revitalização da Feira de Campina.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O voto do Relator é pela rejeição, e vamos apreciar o voto dele na Câmara dos Deputados.

Aqueles que acompanham o voto do Relator permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Rejeitado.

A matéria não vai ao Senado Federal.

Agradeço a todos.

Agora, vamos passar ao Relatório nº 16, o relatório setorial da Área Temática 15 — Poderes, que é o Deputado Dagoberto Nogueira.

Aproveito para solicitar ao Deputado Dagoberto que nos ajude na relatoria do turismo, em seguida, haja vista que o Senador Weverton gostaria de fazer o seu relatório presencialmente, mas não conseguiu chegar a tempo a esta reunião.

Passo a palavra ao Deputado Dagoberto Nogueira, para que leia o relatório da Área Temática 15 — Poderes.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Boa noite, Sra. Senadora Rose de Freitas, que preside esta Comissão, e Deputado Hugo Leal, que é o Relator-Geral.

Cumprimento os demais Senadores e Deputados aqui presentes, representados pelo Deputado Claudio Cajado, que nesta Comissão representa o Governo.

Sra. Presidente, eu já li o nosso relatório na última reunião, que foi suspensa para que fizéssemos a reunião de Líderes. Inclusive, houve a participação praticamente de toda a Comissão na discussão do parecer. Então, como ele já foi lido, eu fiz apenas uma complementação de voto da Área Temática nº 15, que trata dos Poderes. Peço a V.Exa. autorização para eu ler apenas essa complementação, uma vez que eu já li o nosso voto na última sessão.

"Complemento de Voto

Conforme o acordo realizado na reunião de Líderes, após a suspensão da análise deste relatório, apresento ao Relator-Geral recomendação para que efetue o corte linear nas despesas dos órgãos dessa área temática — órgãos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União —, ressaltando as despesas obrigatórias e adotando-se os mesmos critérios utilizados no corte prévio realizado pelo parecer preliminar."

Esse é o meu parecer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Lido o parecer, vamos passar à discussão.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sra. Presidente, quero me manifestar como Relator-Geral, uma vez que eu fiz este apontamento no momento em que estávamos votando.

Eu acho importante essa proposição do Deputado Dagoberto, em sua complementação de voto, para que a proposição seja encaminhada à Relatoria Geral e avaliada por nós. Vou sugerir, na parte geral do meu relatório, a elaboração e apresentação de uma proposta de emenda à Constituição que estabeleça que esses recursos sejam aplicados nas políticas públicas, quando forem efetuados esses cortes lineares nos Poderes, inclusive no Legislativo. Assim, qualquer corte que nós fizermos nessa matéria — é essa nossa intenção — vira recurso para reduzir o déficit primário. Isso não é, obviamente, o que nós estamos objetivando, ainda mais nesta situação em que o País se encontra. O País precisa de investimentos em várias áreas.

Portanto, a menção de V.Exa. a essa complementação de voto é muito bem-vinda, será acatada e avaliada pela Consultoria e por mim como Relator-Geral. Mas imagino que, para o aperfeiçoamento dessa intenção, dessa nossa iniciativa, é importante que apresentemos uma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

proposta de emenda à Constituição, uma PEC que faça com que esses recursos excedentes, que vão ser retirados, principalmente dos Poderes, possam ser direcionados para aplicação nas políticas públicas de que o País precisa.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Sra. Presidente, era justamente o que eu ia colocar. Na discussão aberta, quando da apresentação do relatório anterior do Deputado Dagoberto Nogueira, ponderei que seria crível que pudéssemos indicar para o ano que vem esta discussão, para que os tribunais e os Poderes, em especial os tribunais, pudessem se organizar para que o corte passasse a ser linear, porque existe uma programação prévia somente nos tribunais — ampliação, reformas, etc., já que esses cortes não atingiriam despesas obrigatórias de pessoal e custeio, mas basicamente de investimento. Já tendo essa sinalização, esse cenário, obviamente os tribunais iriam se organizar, se preparar, até porque, como foi dito agora pelo Deputado Hugo Leal, o Relator-Geral do Orçamento, esses recursos não serviriam para adicionarmos mais recursos para áreas sensíveis, que realmente precisam de mais recursos não por falta do financeiro, diga-se de passagem, mas por conta do teto de gasto, o limitador das despesas. Para este ano há previsão de acréscimo de excesso de arrecadação, de acréscimo às receitas de mais de 300 bilhões de reais.

Diante do fato de que estamos em plena pandemia e concluindo ainda o ano, mesmo assim a economia brasileira dá mostras e sinais fortíssimos de desenvolvimento, já que muitas empresas fizeram *lockdown*, diversos Estados incentivaram o fechamento — estádios e hotéis foram fechados, bem como casas de *show*, não houve nenhum tipo de festejo. Na Bahia principalmente, onde o turismo é uma vertente econômica importantíssima na economia do Estado, não houve carnaval, micareta, festejos juninos. Tudo isto movimenta a economia — combustível que se vende mais, hotel com mais turistas, restaurantes que conseguem realizar mais vendas e *shows*.

Essa questão ficou retraída e completamente paralisada. O Brasil dá demonstração de que a economia conseguiu fazer superávit de arrecadação do poder público. Isso demonstra que, sinalizando isso, se V.Exa., inclusive no relatório, apresentar à PEC eu irei assinar. Isso, sim, surtirá o efeito necessário para que possamos retirar desses recursos com diminuição de gastos e adicionar às áreas, principalmente social e saúde. V.Exa. poderia indicar na PEC a área social, saúde, educação e ciência e tecnologia.

Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não. Tem a palavra o Deputado Dagoberto.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Eu queria cumprimentar todos os Líderes e os membros desta Comissão. Nesta discussão não encontramos uma solução plausível, porque não tivemos nenhum mecanismo jurídico que nos apoiasse. Eu quero cumprimentar principalmente o Deputado Hugo Leal pela situação que levantou. Estamos cortando há vários anos — esta Comissão já cortou — de setores importantes do Executivo, como saúde, educação, transporte, segurança pública, mas isso acaba não alcançando os Poderes. Ou seja, parece que nós estamos protegendo não só os tribunais, mas a Câmara e o Senado. Nos Poderes estão incluídos a Câmara e o Senado. Então, se tivermos que ter corte, eu acho que esse é o remédio encontrado por V.Exa., Deputado Hugo.

Eu também quero subscrever esta PEC porque ela é de suma importância. Eu não acho justo nós cortarmos de áreas tão importantes, como ocorre normalmente todos os anos, e não atingir a Câmara, não atingir o Senado e não atingir os Poderes.

Portanto, V.Exa. encontrou a saída que é a mais justa e terá o nosso apoio, bem como, eu tenho certeza absoluta, de toda esta Comissão, como foi manifestado na reunião anterior.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Presidente Rose, prezado Relator, colega Deputado Dagoberto, também cumprimento os demais pares, em especial o Relator-Geral, o Deputado Hugo.

Quero fazer coro com esse sentimento que eu percebi em V.Exa., que tem conduzido, Senadora Rose, tão bem os trabalhos, especialmente quanto ao espírito democrático de ouvir cada Liderança, de tratar todos com a mesma distinção, sem diferenciação se é base de Governo, se é oposição, se é independente. Todos, pelo menos pelo que eu pude testemunhar na reunião do Colégio de Líderes, entenderam que, quando se exige austeridade num país, quem deve dar o exemplo são os Poderes. Quem primeiro deve se submeter a cortes são os Poderes, a começar pelo Poder Legislativo. Se cabe ao Poder Legislativo aprovar o Orçamento e dar a última palavra, como pode o Poder Legislativo falar em corte, em austeridade se ele próprio não fizer a sua parte e restringir os gastos públicos com a Câmara Federal e com o Senado Federal?

Parabéns ao Relator. Parabéns ao Relator Setorial por também compreender que é nesta direção, que a sociedade brasileira clama por uma redução do Custo Brasil, por uma melhor





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

eficiência no serviço público. É óbvio que não pode se limitar ao Poder Legislativo, mas estender ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, aos Poderes constituídos. Naturalmente, quando chegamos ao Poder Executivo, temos que ter o cuidado discricionário de não sacrificar aquelas áreas essenciais para a população. Aí volto para a Presidente Rose, uma guerreira obstinada, determinada em não apenas preservar, mas resgatar o orçamento da educação, para que possamos, de uma vez por todas, superar esse momento difícil de obras inacabadas. É terrível ver centenas de creches inacabadas no Brasil. Mesmo nas universidades há obras inacabadas, bem como nos institutos federais. Há creches inacabadas espalhadas pelo Brasil inteiro, e a criança precisa de um acolhimento mais adequado.

Então vamos cortar, sim, nos Poderes, vamos cortar em áreas que não são tão essenciais podermos, no momento apropriado, espero que ainda hoje, apreciar o relatório da educação, resgatando a dívida que temos com a educação, porque não tenho dúvida de que, se muito foi exigido da saúde nos 2 últimos anos, e ainda está sendo exigindo, muito será exigido da educação para recuperarmos o tempo perdido. É preciso que o orçamento da educação esteja, de fato, recuperado, e é nessa direção que eu vejo também o esforço do nobre Relator Hugo Leal.

Conto com V.Exa., inclusive, para recuperarmos os valores da ciência e tecnologia naquilo que for possível. Eu, que relatei de forma setorial a ciência, a tecnologia e a comunicação, deixei lá um apelo a V.Exa. para que possamos recompor e até ampliar os valores da área de pesquisa, das bolsas, enfim, da ciência e tecnologia, tão importante para o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Antes de passar a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, eu queria registrar aqui a importante participação do Relator-Geral, o Deputado Hugo Leal, quando, na discussão da matéria relatada pelo Deputado Dagoberto, tratou de ampliar a visão desse Orçamento, oferecendo uma contribuição muito importante acerca do corte que ele praticamente realizou quando tomou conhecimento do Orçamento Geral. Ele olhou a matéria tratada pelo Deputado Dagoberto como se dissesse: *"Olha só: é preciso ter uma visão muito responsável deste País e deste relatório que tenho em mãos"*. A atitude do Deputado Hugo uniu, por determinado momento, o pensamento de todos desta bancada, a bancada orçamentária.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A pergunta é essa mesmo. Vamos cortar tudo. Estamos cortando em educação. Estamos vendo um país com um débito social imenso em todas as áreas, principalmente na área educacional.

Portanto, o sentimento ao dizer a V.Exa. da oportunidade das suas palavras, da compreensão do Relator Dagoberto e o sentimento que vamos ter que daqui a pouco aprofundar, melhorar, nessas relações não são só transparentes. Não se trata de mostrar o que estamos fazendo, mas de dizer que conseguimos fazer alguma coisa melhor do que tem sido feito até agora.

Lembro que, quando viemos discutir com o Relator-Geral, dissemos a ele: "*Mas há um corte na educação de tanto*" — todos estavam ao mesmo tempo reivindicando da mesma forma —, e o Relator disse: "*Vamos recompor esse orçamento*". É dada aos homens e às mulheres de boa vontade sempre a capacidade oportuna, também construída pelas próprias convicções, de fazer alguma coisa de modo que fique a sensação de que se cumpriu o dever em algum momento.

Estou falando à frente de um Deputado por quem tenho profunda admiração também, o Deputado Pompeo de Mattos, que vi que levantou todas as bandeiras. Fomos colegas na Câmara.

Quero dizer a V.Exa. que esta Comissão desdobradamente tem trabalhado e lutado pela educação. Vamos encontrar no Relator uma pessoa aparelhada mesmo com esse sentimento.

Quero dizer ao Senador Marcelo Castro que chegou a esta Comissão uma nova lista de reivindicações, haja vista que o Governo, Deputado Hildo Rocha, lançou o desmembramento de universidades, lançou novas escolas e não disse aquilo que cobra tanto desta Casa: com qual dinheiro? Com qual recurso? De onde vamos tirá-lo? Então, a proposta veio. Ao contrário do que esperavam, protocolamos, Relator, essa proposta, em torno de R\$190 milhões, e evidentemente vamos ter que parar para discutir. Não vamos tocar de qualquer jeito nem colocar na mão de V.Exa. a responsabilidade. O Governo lançou uma proposta e já fez até um planejamento para desmembrar as universidades e onde e também para a criação de novos institutos.

Então, eu quero... Como vou dizer? Não quero parabenizá-lo, mas quero reconhecer que foi importante que V.Exa. tivesse... Foi relatado agora pelo Deputado Domingos Sávio e pelo Deputado Dagoberto. Nós voltaremos a este assunto e haveremos de encontrar juntos uma maneira de enfrentar e dizer: está cortando aqui, está cortando ali, mas a Casa, a Câmara, o Senado também. E o Estado tem que reconhecer os cortes que são necessários. Só agora





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apelar para o teto sem mostrar como se superam as dificuldades que estamos tendo nos deixa muito constrangidos.

Portanto, obrigada, Relator Dagoberto.

Obrigada a todos que participaram e participam desta luta.

Esperamos que o Relator-Setorial tenha sensibilidade para tratar o assunto da educação e que, junto com nosso Relator-Geral, possamos enfrentar algumas demandas regionais que é difícil de ver serem efetivamente cumpridas para atender à educação do País.

Não sei se V.Exa. concluiu, Deputado Dagoberto.

Já votamos o relatório.

Agora vamos conceder a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Muito obrigado.

Quero cumprimentar a nossa honrada Senadora Rose de Freitas, que, aliás, tem uma história nesta Casa. Na Câmara e no Senado, é uma marca, uma referência que orgulha o Brasil e o povo brasileiro. Dou este testemunho porque estou aqui há 20 anos e sei da sua trajetória, da sua memória, do seu passado de glória, que inspiram um futuro de vitórias muito promissor pelos mandatos que V.Exa. vem exercendo.

Cumprimento o Deputado Hugo Leal, que também é um parceiro de caminhadas aqui. Começamos juntos lá no velho PDT do Rio de Janeiro, não é, Deputado Hugo Leal? Então, temos uma trajetória — caminhamos juntos com o Dr. Brizola — das casas velhas.

O Deputado Dagoberto foi Deputado comigo lá no primeiro mandato. S.Exa. é uma lenda do PDT sul-mato-grossense e nos representa aqui nesta Comissão, juntamente com o nosso Líder André Figueiredo e o Senador Weverton, que foi Líder do PDT nesta Casa também. Então, é um time de primeira.

Eu ousar estar aqui para fazer essa referência por conta da preocupação que todos nós temos com esta questão orçamentária. Um orçamento que pode chegar a R\$6 trilhões tem um volume grande. Sabemos que é bastante dinheiro, e começa-se a repartir, repartir... É aquilo que eu digo: o dinheiro público, o orçamento público é como coberta curta, ou seja, existe coberta, mas é curta. Eu quero cobrir os pés, falta para a cabeça; quero cobrir a cabeça, vai faltar para os pés. Nunca há para tudo. Embora haja bastante, não é o suficiente para aquilo de que precisamos, Deputado Dagoberto. Então, é preciso essa compreensão, tanto que estamos aqui neste drama.

Cortar o dinheiro da saúde para garantir o dinheiro necessário aos Poderes, ao Legislativo, no caso, ao Senado e à Câmara, ao Judiciário, aos Tribunais? Cortar o dinheiro da educação? É possível fazer isso? Há como fazer isso sem que tenhamos que dar uma





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

explicação que não convença ninguém? Então, ficamos, eu diria, numa saia justa, se é que é expressão que um gaúcho pode dizer, mas essa é a realidade.

Eu vi aqui o Deputado Dagoberto, na sua missão da temática dos Poderes, fazer uma ação efetiva, sinalizando um caminho corajoso de hombridade, dizendo assim: *"Não, nós temos que cortar na própria carne. Corta-se no Poder Legislativo, na Câmara, no Senado, corta-se do Poder Judiciário, mas deixa-se na educação, deixa-se na saúde."* Nossos institutos federais de educação clamam por dinheiro dia a dia, mês a mês. Nossas universidades públicas federais não retomaram depois da pandemia, porque não têm o dinheiro do custeio, o pão nosso de cada dia, o dinheiro da segurança, da Internet, o dinheiro, enfim, necessário para colocar em funcionamento a universidade. A água, a luz, o telefone são uma coisa impressionante.

Então, isso pesa, e vi o Deputado Dagoberto, com sua ação, com sua iniciativa, em sintonia com o Deputado Hugo Leal, dizer: *"Olha, a Câmara vai ter que cortar na própria carne."* O que é importante é que não se está cortando o osso, não estão se cortando os nervos, está-se cortando a gordura. Não se está cortando a musculatura, está-se cortando aquilo que é o excedente, aquilo que pode ser sobra, não vai impedir o funcionamento do Legislativo, não vai impedir o funcionamento do Executivo. Ninguém está cortando a musculatura, está cortando a gordura. E é possível cortar a gordura, é necessário. A Câmara pode cortar essa gordura. O Senado pode permitir isso também, e o Judiciário tem que dar sua contribuição.

Deputado Dagoberto, V.Exa. disse-me aqui muito claramente: *"Ano a ano a Câmara dos Deputados devolve um excedente. O Senado devolve um excedente. O Judiciário não tem excedente. Se tem, não devolve"*. Como consentir? Como concordar? Como compreender isso e não tomar uma atitude? Então, estou aqui para fazer esta afirmação desse propósito e da sua importância. Se for preciso fazer uma PEC, uma proposta de emenda à Constituição, para regerar, para regulamentar, para disciplinar isso, para deixar escrito na Carta Magna, para que não seja uma coisa momentânea, circunstancial, ocasional, ou o que possam alguns pensar que seja casuísmo. Não, regras objetivas.

Assim todos nós ganhamos, mas, fundamentalmente, ganha o cidadão, a população brasileira, que é a razão de ser, é o porquê da peça orçamentária, para dizer: *"O recurso é este, a receita é essa e a despesa é aquela"*. É aqui, ali, acolá, aonde vai. Sabemos de onde vem e para quem vai. Essa definição quem faz é a Câmara dos Deputados, é o Senado, é o Congresso Nacional, que dá a última palavra. Essa palavra tem que ser uma palavra sábia, madura e equilibrada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, parabéns.

Muito obrigado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Faz falta, nesta Casa, termos este convívio mais diário para ouvir V.Exa.

O Deputado Cajado tem a palavra.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - O Deputado Dagoberto pediu os números do Orçamento.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O Deputado Cajado está com a palavra.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Presidente, quero apenas deixar claros os números do Orçamento: são 4 trilhões, 619 bilhões de reais. Dentro desses números, nós temos o Orçamento fiscal de quase 1 trilhão e 700 bilhões de reais. Temos um Orçamento fiscal de quase 1 trilhão e 700 bilhões; o da Seguridade Social, que é o da Previdência, 1 trilhão; e o do refinanciamento da dívida pública, 1 trilhão e 884 bilhões, quase 2 trilhões de reais. Então, o que é discricionário é muito pouco em cima das despesas obrigatórias, que seria o Orçamento fiscal de 1 trilhão e 700 bilhões. Aí há o repasse para os Poderes, etc. Tudo junto dá o valor de 4 trilhões e 700 bilhões. Ou seja, dessa fortuna, nós precisamos realmente discutir aqui, no máximo, em torno de 90 bilhões de reais, que é o que há disponível para investimentos. Isso entre as obras em andamento e o que nós alocamos como emendas parlamentares de bancada, de Comissão e a tal da RP9, a emenda do Relator, a famosíssima, a mais procurada dentre todas as emendas. No próximo ano, Relator, eu quero dar a V.Exa. uma caneta com a tinta bem azul.

Ao concluir, Presidente Senadora Rose, eu queria registrar a presença do Prefeito de Nova Ibiá, na Bahia, nosso querido Prefeito reeleito Murilo, meu amigo e companheiro, que veio a Brasília, juntamente com diversos outros Prefeitos, para tratar não só de pautas da agenda municipalista — dentre elas, a redução da alíquota do INSS para 9%, que está sendo discutida com a Receita do Brasil para ver se, diminuindo a alíquota, aumentará o número de Prefeitos que irão conseguir pagar a Previdência —, mas também de outras pautas importantes. A partir de amanhã, estarão vindo da Bahia diversos Prefeitos, em alguns casos, penso que não é o do Prefeito Murilo, devido às inúmeras tempestades e enchentes que se abateram em algumas regiões do extremo sul e do sudoeste da Bahia e do Recôncavo, causando enormes prejuízos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu não sei se os colegas aqui da Comissão têm conhecimento de que na Bahia, nesse último fim de semana, ocorreram chuvas torrenciais que cortaram estradas pelo meio, derrubaram inúmeras pontes, deixaram inúmeros desabrigados — são mais de 500 famílias desabrigadas em vários Municípios do extremo sul — e, mais do que isso, pessoas que perderam tudo. Os Prefeitos estão desesperados, porque precisam do decreto de calamidade pública e da liberação de recursos, seja de alimento, seja de água, seja de remédio.

Portanto, eu quero aqui me solidarizar, Sra. Presidente, com os Prefeitos da Bahia, principalmente com os das cidades do extremo sul do Estado, como Teixeira de Freitas, Itamaraju, Eunápolis, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Canavieiras, principalmente, Prado e Jucuruçu, que ficaram ilhadas e precisam de ajuda por helicóptero. Agora algumas estradas já estão sendo refeitas e reconstruídas, mas a situação é muito grave.

Então, Murilo, em sua pessoa, eu quero aqui parabenizar todos os Prefeitos do Brasil, em especial os baianos que acorrerão a Brasília a partir do dia de amanhã.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Senadora, só quero corrigir algo.

Eu tinha feito a inclusão dos 4 trilhões e 700 bilhões do Orçamento. Eu estava incluindo aquilo que era o serviço da dívida, mas já está incluído o serviço da dívida. Então quero deixar consignado que o total do Orçamento não são 6 trilhões, mas sim 4 trilhões e 700 bilhões, um valor alto e importante para o Brasil. Por isso, esse montante tem que ser bem pensado e bem distribuído.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, cumprimento o Deputado Dagoberto Nogueira pelo trabalho que realizou na relatoria setorial dos Poderes.

De fato, nós temos que buscar diminuir as despesas de custeio. Nós sabemos que os Poderes gastam desordenadamente, é uma prática, é uma cultura, e aqui na Casa do Povo, na Câmara dos Deputados, é que nós temos que fazer esse equilíbrio daquilo que deve ser utilizado para custeio e daquilo que deve ser utilizado para investimentos. Então, se nós temos menos despesa de custeio, logicamente, nós temos mais investimentos. E o que importa para o desenvolvimento do País, para o pleno emprego, para que nós possamos dar oportunidade a essas novas gerações é haver investimentos, porque os investimentos se traduzem em novas estradas, metrô, rodovias de boa qualidade, portos, aeroportos, enfim, a infraestrutura necessita de investimentos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Obviamente que a Câmara dos Deputados, este ano, não tenho dúvida nenhuma, vai diminuir a despesa. O que nós temos percebido é que algo em torno de pelo menos 30% será economizado com despesa corrente, outras despesas correntes, porque até mesmo as despesas que deveriam ser arcadas pela Câmara com as fiscalizações pelas Comissões quem está arcando são os gabinetes dos Deputados. Se os gabinetes dos Deputados estão arcando como essa despesa, a despesa da administração vai diminuir bastante, Sra. Presidente, não tenho dúvida nenhuma em relação a isso. Então, sem querer, o Presidente Arthur Lira, não sei se é querendo ou se é sem querer, está fazendo uma economia muito grande. Espero, ao final, porque do jeito que eu sei ler o orçamento, eu sei ler o balanço, poder ver em que ele está gastando, se ele não está economizando de um lado e gastando do outro, o que é ainda muito pior. Aí é que eu quero ver, porque, às vezes, a pessoa economiza no custeio e gasta em outras despesas que são muito menos produtivas do que aquela que está sendo cortada. Por isso, eu vou fazer questão de analisar o balanço da Câmara dos Deputados. Aqui nós vemos despesas berrantes, realmente, aquilo em que não há coerência.

Mas o trabalho do nobre Deputado Dagoberto Nogueira foi muito bom e eu o parableno por isso.

Quero lembrar, Sra. Presidente, que se chamou muito a atenção aqui, principalmente na fala do Deputado Pompeo e do Deputado Cajado, em relação ao orçamento da administração da dívida, da rolagem da dívida de quase R\$2 trilhões. E nós fizemos um pedido, um requerimento de realização de audiência pública, que foi aprovado. E eu gostaria, antes do recesso parlamentar, que nós pudéssemos ter essa audiência pública para esclarecer melhor essa questão do tamanho do orçamento da dívida pública. Esse serviço da dívida pública é enorme no Brasil, diferentemente de outros países que nos rodeiam. Nós costumamos comparar. Então este momento, esta audiência pública, seria muito bom para esclarecer isso. Nós estamos convocando o Tribunal de Contas da União, especialistas, representantes do Governo Federal, Ministério da Economia. O responsável pela auditoria da dívida pública é o Tribunal de Contas da União, mas nós não temos notícias, pelo menos trimestralmente, dessas auditorias, então fica sempre esta dúvida: por que é tão grande essa dívida?

Nós sabemos que no momento em que o Banco Central altera os juros, a nossa dívida aumenta. Por isso, temos que discutir essa questão que interessa a todos nós. Esse endividamento vai influenciar a vida das próximas gerações.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu passo a palavra ao Relator, antes, porém, quero esclarecer ao Relator que não tivemos destaques. V.Exa. fez o relatório





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

com a complementação de voto e, caso não queira acrescentar alguma coisa, vou submeter o relatório diretamente à votação.

Em votação o relatório com a complementação de voto da Área Temática XV — Poderes.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade no Senado Federal.

Agradeço ao Deputado Dagoberto e vou, mais uma vez, contar com a colaboração de V.Exa., pois nesta Casa e em alguns lugares as pessoas estão todas se preparando para o final do ano legislativo e há muitas pessoas com outras tarefas.

Em apreciação o relatório setorial da Área Temática VII — Turismo e Cultura.

O Relator Setorial é o Senador Weverton, que me pediu para indicar um Relator *ad hoc*.

Portanto, eu passo a palavra ao Deputado Dagoberto Nogueira para apresentar o relatório.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Sra. Presidente Rose de Freitas, Sr. Relator-Geral Deputado Hugo Leal, na pessoa de quem eu cumprimento todos os Senadores e Deputados presentes, para mim é uma honra ler o relatório do meu companheiro de partido Senador Weverton. Por S.Exa. não estar presente, eu vou pedir autorização a V.Exa., como já é de conhecimento todo o relatório dele, porque já foi distribuído para os membros desta Comissão, para lê-lo resumidamente.

"Como critério utilizado para a distribuição dos valores para as emendas de bancadas, alocamos para cada uma o correspondente a 15,6% dos valores solicitados, totalizando R\$28,2 milhões. Para as emendas de Comissão, resolvemos priorizar duas ações mais importantes do Ministério do Turismo, quais sejam: apoio a projetos de infraestrutura turística e implantação, instalação e modernização de espaços e equipamentos culturais, nelas alocando a maior parte dos recursos, e o restante distribuído igualmente entre as outras emendas.

II. Voto do Relator

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 19, de 2021-CN, relativamente às unidades orçamentárias afetas à Área Temática VII — Turismo e Cultura, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

Sala da Comissão Mista

Senador Weverton, Relator-Setorial."





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu tive a oportunidade, por ter sido designado por V.Exa., de ler este relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em discussão o relatório apresentado pelo Deputado Dagoberto.

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos passar à votação.

Não houve destaques.

Nós vamos passar direto para a votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório apresentado permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Mais uma vez agradeço ao Deputado Dagoberto Nogueira pela gentileza e colaboração.

Temos agora a Área Temática VIII.

Eu pergunto ao Deputado Bosco Costa se S.Exa. já está preparado para ler o relatório.

O SR. BOSCO COSTA (PL - SE) - Presidente, desculpe-me, eu cheguei atrasado, mas o gabinete já enviou o relatório e eu estou aqui com o voto do Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

Passo a palavra a V.Exa. para proferir o Relatório Setorial da Área Temática VIII — Defesa.

O SR. BOSCO COSTA (PL - SE) - Passo à leitura.

"1. Relatório.

(...)

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), coube a esta relatoria a missão de apreciar a proposta orçamentária da Área Temática VIII — Defesa, que abrange apenas o órgão Ministério da Defesa, conforme consta do Anexo I do parecer preliminar aprovado por esta Comissão, e propor Relatório Setorial incorporando as emendas à despesa apresentadas às programações do referido órgão.

(...)

No âmbito da Área Temática VIII, foram apresentadas no prazo regimental 263 emendas, todas de apropriação; não tendo sido apresentada emenda do tipo 'remanejamento'. Das emendas coletivas, 25 são de bancada estadual e 16 de Comissão (totalizando 41 emendas coletivas). As emendas individuais totalizaram 222.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(...)

As emendas individuais apresentadas foram integralmente aprovadas, atendidas por meio de repasses advindos de reserva própria de recursos, em montante de R\$73.451.364.

Não tivemos casos de emendas individuais inadmitidas. Algumas emendas, contudo, tiveram a classificação ajustada tecnicamente a fim de melhor observar o objeto da emenda, porém sem que houvesse alteração na finalidade da proposição.

(...)

No atendimento das emendas coletivas, esta relatoria utilizou os recursos que lhe foram disponibilizados, em conformidade com a regra estabelecida no art. 57 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, no montante de R\$41.561.173 para as emendas não impositivas apresentadas ao setor. Na distribuição da reserva de recursos, atendemos a prioridade manifestada pelo Ministério da Defesa, no sentido de aportar recursos na Ação 14T4 — Implantação do Projeto Forças Blindadas do Exército e alocarmos R\$2.000.000 na Emenda 50270002. O restante dos recursos foi distribuído de forma equânime dentre as demais emendas coletivas.

A Emenda nº 50170004 não foi atendida por ter sido inadmitida pelo CAE.

(...)

Ciente dos prejuízos aos órgãos decorrentes de eventuais cortes nas programações constantes do projeto de lei, esta relatoria não promoveu qualquer cancelamento nas programações propostas.

Os cancelamentos constantes deste relatório são decorrentes de cancelamento prévio, promovido pela relatoria geral, conforme item 18.IV da Parte Especial do Parecer Preliminar. Esses cancelamentos foram de R\$398.189.524.

(...)

Para o atendimento das emendas, o Relator-Geral repassou a esta relatoria R\$415.066.638 direcionados às emendas impositivas e R\$41.561.713 às não impositivas. (...) o Ministério da Defesa teve acréscimo líquido de R\$58.438.827 nos valores programados nas esferas fiscal e da seguridade social.

(...)

Considerando o baixo volume de recursos que esta relatoria recebeu, entendemos necessário alertar para a importância de que seja realizada a recomposição dos cancelamentos ocorridos na programação do Ministério da Defesa.

Sugerimos, portanto, ao Relator-Geral que verificasse a possibilidade de recompor as programações, principalmente as relativas aos projetos estratégicos do órgão Ministério da





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Defesa, bem como suplementar todas as emendas coletivas que não tiveram apropriações suficientes nesta fase.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN 19/21, do Congresso Nacional, na parte referente aos órgãos da Área Temática VIII — Defesa, com as alterações oriundas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, conforme discriminado nos anexos deste parecer.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2021.

Deputado Bosco Costa, Relator."

É o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em discussão o relatório apresentado.

Não havendo destaques apresentado à Mesa, coloco a matéria em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação do relatório na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Mais uma vez agradeço ao Deputado Bosco Costa pela sua colaboração e participação nesta Comissão.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PL - PB) - Relatório muito bem feito é rápido para votar, não é Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Imagino que todos fizeram assim.

Agora quero dar uma explicação ao Plenário. Antes, quero agradecer, sensibilizada, a presença assídua do Deputado Bosco nesta Comissão, colaborando em todas as discussões, sugerindo, diante de conflitos, propostas que pudessem conciliar as discussões na CMO entre o Colégio de Líderes e os que estão presentes.

Está faltando apenas o relatório da Educação.

Eu peço que suspendamos a sessão por meia hora — eu acho que é o suficiente — para que possamos fazer uma reunião com o Relator Setorial. Comunico que basta a votação de amanhã dos dois comitês, do CFIS e do COI, e o PLN que está nas mãos do Deputado Danilo Forte. Portanto, amanhã encerraremos toda essa parte da votação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Gente, eu estou dobrando a língua. V.Exas. imaginem o que é ficar sem dormir: parecemos um zumbi.

Nós votaremos os comitês, votaremos o PLN do Deputado Danilo. Teremos que dar o espaço necessário para o Relator-Geral concluir seu relatório. E votaremos, Deputado Wellington Roberto, se Deus quiser, depois de amanhã cedo, o relatório do Relator-Geral.

Foi suspensa a sessão do Congresso Nacional...

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Para sexta...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Acho que até lá eles conseguem organizar a sessão e terminar o ano legislativo com a Comissão aprovando o Orçamento.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Presidente, só uma questão de ordem.

V.Exa. disse que votamos os Relatórios Setoriais todos hoje e que votaremos amanhã o COI, o CFIS e o Relatório Geral do PLN 29/21.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - E o PLN 29/21.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Do Deputado Danilo Forte.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O Relator-Geral...

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - O Relatório Geral vai ficar para quando? Quinta-feira?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu agora vou ouvir o Relator-Geral, nessa reunião que faremos com o Relator Setorial, e acho que votaremos tudo na quarta-feira.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Depois de amanhã?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - É. Depois de amanhã.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Acho que é muito, mas, Presidente...

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente, questão de ordem.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Só 1 minuto, ainda gostaria de dialogar com V.Exa., Presidente, sobre dois assuntos.

Primeiro, nós tínhamos feito uma reunião com o Colégio de Líderes em que ficou previsto que haveria uma sessão do Congresso Nacional na quinta-feira para que o Relator-Geral pudesse apresentar o Relatório Geral e ele ser votado por esta Comissão de Orçamento, definidos os vetos, principalmente os que dizem respeito à LDO e à questão da promulgação da PEC dos precatórios, a segunda parte, que está prevista para amanhã.

Ora, se amanhã se votar a segunda parte da PEC 23, dos precatórios, já temos uma resposta para que o Relator possa apresentar seu relatório. A pergunta que eu faço é: não havendo a votação dos vetos, como não está previsto, só na sexta-feira, se nós votarmos, na quarta-feira ou na quinta-feira, o Relatório Geral aqui, eventualmente teremos que apresentar





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

um voto em separado ou algo parecido nesse sentido — não sei se seria possível — se os vetos forem derrubados?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu vou responder a V.Exa. com a mesma indagação e dúvida que V.Exa. apresentou no seu questionamento.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não sei, não sei, não sei.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - E quem sabe?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Até hoje, só fizemos aquilo que sabemos e soubemos sempre nesta Comissão.

Para surpresa nossa, foi suspensa a sessão do Congresso. A partir daí, a indagação de V.Exa. é a mesma de todos nós.

Voltaremos daqui a meia hora. Teremos uma reunião com a Educação. Se eu tiver alguma notícia, esclarecimento por parte do assessoramento da Casa, evidentemente — eu tenho uma reunião ainda com o Presidente Rodrigo, daqui a 1 hora —, aí poderemos dar informações mais seguras.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Perfeito.

Então, Presidente, vou concluir: não havendo convocação do Congresso antes de sexta-feira, não seria mais prudente aguardarmos a votação do Relatório Geral nesta Comissão após a sessão do Congresso? Fica aqui a provocação a V.Exa. para que nós possamos encontrar então essa resposta.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Então, vamos juntos procurar o que não sabemos para poder orientar.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente...

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PL - PB) - Presidenta, a sessão do...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente, na esteira do que disse o Deputado Cajado, preocupa-me bastante nós votarmos o Relatório Geral do Orçamento de 2022 sem a apreciação dos vetos. De fato, muitos desses vetos, acredito, serão derrubados, inclusive um que altera algo destinado às microempresas. Refiro-me ao recurso do FAT, algo em torno de R\$21 bilhões, que está sendo garantido, se derrubarmos o veto, para o financiamento das pequenas e microempresas. O financiamento será feito com o recurso do FAT.

Além desse veto, há outros que estão na Lei de Diretrizes Orçamentárias que impactam realmente no relatório final do Relator, o Deputado Hugo Leal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu acho prudente também deliberarmos sobre o relatório geral, que é o final, após a análise desses vetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Pelo que eu entendi, isso vai ser realizado na quinta-feira. Estão dizendo que será na sexta-feira. Mas já está havendo o entendimento de que, logo após o encerramento — o Deputado Marcelo Ramos estava presidindo os trabalhos e ficou de conversar com o Presidente Rodrigo; eu gostaria que V.Exa. reforçasse também essa ideia —, na quinta-feira, votaremos os vetos no Congresso. Na sexta-feira, ficaria mantido votarmos aqui, pela manhã, o relatório final e, à tarde, no Congresso Nacional. Senão, o relatório final do Orçamento no Congresso vai ter que ficar para a próxima semana.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PL - PB) - Presidenta Rose, aqui é o Deputado Wellington Roberto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Wellington Roberto.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PL - PB) - Eu só gostaria de explicar a V.Exa. que a sessão foi suspensa porque não foi cumprido o acordo. Existia um acordo para se votarem alguns vetos. Esse acordo não foi cumprido.

Eu acho que a sugestão do Deputado Hildo Rocha e do Deputado Cajado, para se convocar a votação para quinta-feira — estamos construindo esse acordo —, vai ser possível, dentro do entendimento do Presidente Arthur com o Presidente Rodrigo Pacheco e com os demais Líderes. Espero realmente que possamos fazer essa agenda, como o Deputado Hildo Rocha ratificou agora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu só gostaria de esclarecer, Deputado Cajado, sobretudo Deputado Wellington Roberto e Deputado Hildo, que várias são as informações, várias são as sugestões. Daqui a pouco, estarei com o Presidente do Congresso para tratarmos exatamente do trabalho que foi realizado e da pauta que ainda temos a cumprir, que é pequeníssima.

Na visão do Relator-Geral, ao que tudo indica, até quinta-feira de manhã nós votaremos o relatório do relatório geral. É possível plenamente que, de manhã, o Congresso faça a votação dos vetos e vote, na quinta-feira à tarde, o relatório da CMO. Não há dificuldade.

Vejamos. Todos desejam assim. O que não se deseja é que esse relatório fique para a próxima semana. Esse é o apelo que está sendo feito a todos da Casa.

Nós que cumprimos o nosso trabalho também temos um momento de estagnação, porque só teremos três itens e o relatório para votarmos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, para não tecermos mais possibilidades, eu gostaria de fazer a reunião agora com o Relator Setorial.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PL - PB) - Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - A reunião durará por volta de meia hora.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra V.Exa., Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Eu gostaria de dar apenas uma sugestão. Se nós concluirmos os nossos trabalhos amanhã, como está previsto, e der tempo de se aprontar o relatório, V.Exa. poderia chamar a sessão de quinta-feira para a leitura do relatório; suspenderia a votação; se houver o Congresso na quinta, votaríamos; e veríamos os resultados dos vetos. Obviamente o Relator, o Deputado Leal, faria uma complementação do que leu no período da manhã e voltaríamos à tarde com essa complementação de voto.

Eu acho que pode ser uma solução. Fica a sugestão.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - É uma boa oportunidade. Mas por que a classe política não aprende a esperar o tempo de cada coisa para decidir na hora em que houver elementos? Nós não temos elementos. Tudo está no campo das possibilidades.

Permitam-nos fazer uma reunião com o Relator Setorial sobre o assunto que mais motivou esta Comissão, que é a educação. Olhem para os assessores do Relator-Setorial para V.Exas. sentirem como estão combalidos nessa luta.

Então, pergunto: podemos suspender a sessão?

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente, gostaria de 1 minuto para complementar a ideia do Deputado Cajado e também do Deputado Hildo de aguardarmos votar pelo menos esses vetos, porque o veto vai alterar alguma coisa, com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Nós faremos isso, com certeza. Só espero que o Presidente me diga, daqui a pouco, qual é tempo que S.Exa. dará.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Então, a urgência é votarmos os vetos, sim, para, com o resultado da votação dos vetos, podermos retornar para cá, que poderá ser até quinta-feira de manhã.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com certeza! Muito obrigada.

Posso suspender a sessão? (*Pausa.*)

Está suspensa a sessão.

Obrigada.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Há quórum regimental para reabertura dos trabalhos.

Declaro reiniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares participando de forma virtual através da plataforma Zoom.

Item 5. Relatório Setorial da Área Temática IV — Educação

Complementação de Voto.

Relator-Setorial: Senador Wellington Fagundes, do PL do Mato Grosso.

O Relator-Setorial está com a palavra para ler o seu relatório e a complementação de voto. O prazo de destaques será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

O relatório e a complementação de voto estão em discussão.

V.Exa. está com a palavra para ler o seu relatório e a complementação de voto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Sra. Presidente, como também já amplamente divulgado, eu vou tentar ser aqui um pouco mais sucinto, dada a complexidade que representa este relatório.

"Meus cumprimentos a todos e o faço em nome da nossa Presidente, Senadora Rose de Freitas, com quem quero me solidarizar e cumprimentá-la pelo excepcional trabalho que costumeiramente desenvolve à frente desta Comissão Mista de Orçamento, seguramente, a mais importante do Congresso Nacional — e também da vida nacional".

Afinal de contas, estamos aqui definindo os recursos para o ano que vem.

O relatório, Sra. Presidente, que apresento neste momento se reveste de um significado especial.

"Este ano, o Projeto de Lei Orçamentária Anual destinou 134 bilhões e 700 milhões ao Ministério da Educação. O orçamento do MEC para 2022 é essencialmente composto por despesas obrigatórias, na ordem de 78,6% do total".

Portanto, desses 134 bilhões, só para despesas obrigatórias, a porcentagem é de 78.6% do total do orçamento do MEC.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"Já as despesas discricionárias representam 14,9% do total, enquanto as despesas financeiras consistem em 6,4%.

Comparado aos anos anteriores, anotamos que as despesas obrigatórias aumentaram sua participação sobre o total, comprimindo as despesas discricionárias.

A par desse dado, interessante para uma profunda reflexão posterior (porque é profícuo o debate entre despesas obrigatórias e despesas discricionárias), o que quero dizer, senhoras e senhores, é que estamos diante do mais importante Orçamento da história da nossa República.

A pandemia do novo coronavírus, mais que um passivo social, nos apresenta uma conta gigantesca.

Durante os anos de 2020 e 2021, enfrentamos a COVID-19 atuando em todas as áreas, auxiliando os mais vulneráveis, ajudando as empresas a sobreviverem" — através, principalmente, do PRONAMPE — "e manterem o maior número de empregos possíveis, criando métodos mais variados para assegurar o mínimo necessário diante das recomendações científicas, sempre, obviamente, com a preocupação fundamental de salvar vidas" — salvar vidas acima de tudo —, "enquanto a ciência trabalhava para nos oferecer uma resposta segura — que chegou com a vacina.

Nosso povo está sendo vacinado e, logo, nosso País será independente das importações, já que caminhamos para produzir nosso próprio imunizante e, com tecnologia própria, utilizar nosso parque de produção de saúde animal, que, convertido nas condições preconizadas pela ANVISA, nos dará rapidamente 400 milhões a 500 milhões de doses de vacina em curto espaço de tempo. Será uma grande vitória."

Eu quero destacar aqui a FIOCRUZ, a sua Diretora Nísia Trindade Lima, com toda a diretoria, e também o Butantan, em nome do Presidente Dimas Covas. E, claro, destacar aqui também o trabalho da ANVISA, comandada pelo Almirante Barra Torres, com toda a sua diretoria, porque hoje a ANVISA é reconhecida internacionalmente como uma agência de ponta, ou seja, uma agência com toda a condição técnica e com toda a credibilidade mundial.

Quero cumprimentar aqui também o Deputado Hugo Leal, que esteve durante tanto tempo aqui em reunião, dedicado, presente, ouvindo todos, como Relator-Geral do Orçamento.

"Depois de relatar os trabalhos na Comissão Temporária da COVID-19 do Senado, em que buscamos soluções para o enfrentamento da pandemia, cujo relatório por mim apresentado acaba de ser aprovado com dezenas de sugestões, estou, particularmente, neste momento, ao lado do Senador Flávio Arns, trabalhando nos debates da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia. Estamos, novamente, buscando soluções.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lá, os especialistas ouvidos são objetivos ao cravar que o déficit causado à educação levará, no mínimo — eu disse, no mínimo —, 2 anos de trabalhos intensos e de investimentos para serem recuperados. Serão 2 anos ao menos (muitos falam até em 3 anos).

E devemos iniciar essa recuperação com o desafio de dar garantias para que a reabertura das escolas ocorra com altíssima segurança sanitária — o que nos leva, inteligentemente, a 'casar' o orçamento de 2022 da educação com o da ciência e tecnologia e o da saúde.

De todos os países, o Brasil foi o que mais tempo manteve fechado seus estabelecimentos de ensino. Agora, devemos estruturar nossas escolas para permanecerem mais tempo funcionando, quem sabe, inclusive, nos finais de semana, como uma das condições para recuperar o tempo perdido. Não podemos e não vamos deixar um estudante, um aluno sequer para trás." O País não pode permitir isso.

"Muitos terão que ser buscados em suas casas. O diagnóstico aponta que a pandemia provocou um aumento na evasão e abandono escolar — notadamente por parte daqueles que vivem na periferia, que, por todo esse tempo, ficaram sem acesso ao sistema de conectividade e, portanto, ao ensino remoto.

Tenho falado muito com o Ministro Milton Ribeiro, a quem agradeço o apreço e consideração, por abrir as portas do Ministério para que pudéssemos firmar um debate franco e sincero sobre o que fazer em 2022 diante desse quadro que a pandemia nos impôs. E dele se extraiu uma observação muito importante. Se, em 2021, foi o ano que consagrou legitimamente os profissionais da saúde, o ano de 2022 será o ano em que é preciso consagrar os profissionais do ensino, as escolas e principalmente os nossos professores. Professores, trabalhadores, funcionários, cuidadores, vigias, todos vocês serão as pessoas consagradas do ano 2022.

Aliás, quero registrar que o que estamos tratando aqui não foi feito de afogadilho. Desde agosto, temos realizado diversas reuniões e participado de debates com técnicos especialistas e demais profissionais da área para construir o caminho necessário à reparação desse déficit provocado pela pandemia."

E, mais uma vez, ressalto o trabalho da nossa Presidente Rose de Freitas, do nosso Vice-Presidente Izalci, e de muitos aqui que têm defendido essa bandeira de que nós possamos recompor o orçamento do Ministério da Educação pelo menos ao nível dos recursos do ano passado.

"Ressalto também os constantes diálogos mantidos com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, o astronauta Marcos Pontes, e toda a sua competente equipe de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

assessoramento técnico e estratégico. E dele extraí outra importante observação. Temos que tirar das prateleiras das universidades, dos institutos, um vasto e riquíssimo material de pesquisa. Sim, muitas vezes, a produção acadêmica se torna empoeirada nos armários, deixando de cumprir com sua finalidade, que é de estender o conhecimento em forma de resultados para a população."

Como ele mesmo disse, temos que gerar nota fiscal, para gerar emprego, para gerar oportunidades. Então, a pesquisa não pode estar descasada da indústria. A pesquisa tem que existir para que possamos fazer com que a indústria funcione e gere muitos empregos no País.

"Por isso, Sra. Presidente Rose de Freitas, vamos e precisamos, em 2022, consagrar o ensino como ponto de convergência da retomada dos caminhos para o nosso País. Por isso, convido meus nobres colegas Congressistas a cerrarem fileiras nessa frente.

De todas as áreas, a educação pontua como a mais importante, porque estamos tratando do futuro próximo e também do mais distante, do compromisso com os nossos filhos, com os nossos netos e no conjunto com as gerações vindouras.

Esse será, sem dúvida alguma, o maior de todos os legados que nós Congressistas vamos deixar no pós-pandemia para quem terá a missão de conduzir nossa Nação mais à frente.

Feitas essas considerações, avanço agora para o relatório em si, Sra. Presidente, em que procuramos ditar, dentro das condições possíveis do ponto de vista regras orçamentárias, toda essa gama de experiência que nos foram trazidas em inúmeros debates dos quais temos participado.

A programação do MEC, por grupo de natureza de despesa, ao se confrontarem os recursos para 2022 com os programados em 2021, nota-se acréscimo de 10,4% — trabalho desta Comissão, diga-se de passagem, porque, diante do nosso entendimento, nós nos adiantamos e fomos buscar o máximo possível de recursos para esse orçamento.

Merece destaque, no entanto, o crescimento das outras despesas correntes que passaram de 46 bilhões de reais para 57 bilhões e 900 milhões de reais. Do total das despesas propostas para o órgão em 2022, 55,3% do correspondente à despesa de Pessoal e Encargos Sociais, mais 43% a Outras Despesas Correntes e 1,7% a Investimentos."

Só 1,7%, Deputado Weliton Prado, que sobra para investimento.

Portanto, é muito pouco. Teremos que trabalhar, claro, com a retomada econômica, e espero que o Brasil, no ano que vem, tenha inclusive arrecadação para poder, com certeza, cumprir esse papel de fazer os investimentos necessários, principalmente na educação e na conclusão de obras.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"A proposta orçamentária para 2022 destinou às Instituições Federais de Ensino Superior — IFES 52 bilhões e 700 milhões de reais (1,4% a mais do que a proposta anterior), o que representa 39,1% dos recursos totais do MEC.

O orçamento previsto para o FNDE, autarquia responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação, em especial a educação básica da rede pública, alcança 41 bilhões e 200 milhões de reais (acréscimo de 34,2%).

Então, é muito importante chamar a atenção para isso aqui. O orçamento previsto para o FNDE, que é uma autarquia responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação, em especial a educação básica da rede pública, alcança, então, 41 bilhões e 200 milhões de reais. Portanto, houve um acréscimo para esse ano de 34,2%, equivalente a 30,6% de todo o recurso da pasta.

As dotações destinadas à Administração Direta do MEC aumentaram também em 22% entre o PLOA 2022 e 2021.

Firmamos esse trabalho buscando compatibilidade com as normas constitucionais e legais. A aplicação mínima em manutenção e desenvolvimento do ensino para 2022 é ampliada de 60 bilhões e 200 milhões de reais, inicialmente previstos no PLOA 2022, encaminhado pelo Poder Executivo para 63 bilhões e 100 milhões de reais. As despesas com MDE no PLOA 2022 chegam a 111 bilhões e 200 milhões de reais, consideradas todas as fontes de recursos.

Desconsiderando-se despesas que, por disposições constitucionais e legais, são extraídas do cálculo do cumprimento do piso constitucional, na Lei Orçamentária de 2022, há previsão de se aplicarem 7 bilhões e 700 milhões de reais, além do valor mínimo exigido na Constituição.

A complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB, no valor de 30 bilhões e 100 milhões de reais, corresponde a 15% do aporte total de responsabilidade dos Estados e Municípios."

Isso, então, representa muito mais transferências de recursos ainda para os Estados e Municípios. E todos nós achamos isso importante, porque as pessoas vivem nos Municípios, mas existem os problemas, e, claro, a melhor forma de encontrar a solução é essa verdadeira parceria entre Governo Federal, Governos dos Estados e Municípios, mas sempre valorizando principalmente a ponta.

"Creio ser desnecessário tratar com detalhes a questão dos créditos especiais e extraordinários e de detalhes técnicos relacionados aos cancelamentos prévios; todos estão





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

devidamente assentados no relatório geral disponibilizado a cada Congressista — e qualquer cidadão interessado pode acessar.

Ao Projeto de Lei Orçamentária da Área de Educação foram apresentadas 659 emendas, sendo 579 individuais e 80 coletivas, sendo ainda mais 3 de remanejamento.

Também no relatório disponibilizado estão os detalhes dessas emendas com todas as suas descrições: coletivas, de Comissões, de bancada, individuais, etc.

Para o atendimento das emendas individuais apresentadas, foram utilizados os recursos destinados a essa finalidade. Nas emendas coletivas de apropriação, esta relatoria utilizou a reserva de recurso setorial constituída mediante: a) recursos disponibilizados pelo Relator-Geral, sendo 549 milhões e 200 mil reais para as emendas impositivas de bancada e 101 milhões e 800 mil reais para as demais; b) recursos oriundos de cancelamento de programações do PLOA, no montante de 301 milhões e 500 mil reais, o qual incidiu sobre programações com maiores volumes de recursos e em ações, quando possível, aí, então, atendidas por emendas dessa área temática, de modo a evitar o comprometimento de suas execuções.

Foram apresentadas 77 emendas coletivas de apropriação, com valor solicitado de 6 bilhões e 100 milhões de reais, sendo aprovadas 76 emendas pelo montante de 952 milhões e 500 mil reais. Também foram apresentadas 579 emendas individuais, que totalizaram 304 milhões e 900 mil reais, todas elas aprovadas pelos valores solicitados — repito aqui: todas elas aprovadas pelos valores solicitados.

Quanto às emendas de remanejamento, foram apresentadas 3 emendas de autoria da Comissão de Educação e Cultura e Esporte do Senado. Todas as proposições foram atendidas pelo montante de 210 milhões de reais, com recursos das programações do PLOA indicados nas respectivas emendas.

Na apreciação das emendas coletivas não impositivas, diante dos escassos recursos disponíveis para esta área temática, esta relatoria optou por trabalhar com foco em ações de suporte à educação básica em âmbito nacional voltadas para a retomada de obras inacabadas, apoio à infraestrutura das escolas e melhoria do processo educacional, bem como a manutenção e a reestruturação das universidades federais e dos seus hospitais universitários. Focamos também no desenvolvimento e na modernização do ensino de educação profissional e tecnológica.

Isso aqui foi fruto de muitas reuniões com todos os reitores, ANDIFES, e a nossa Senadora Rose de Freitas, sempre preocupada, cobrando que todos tivessem atenção por parte desta Comissão.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É importante dizer também sobre essa preocupação de todos nós — e falo aqui mais uma vez em nome da Senadora Rose e também do Izalci, o nosso Vice-Presidente — para o foco de conclusão das obras inacabadas. Infelizmente, nós temos que dizer que hoje, só no FNDE, temos mais de 2 mil creches inacabadas. E eu sempre digo, Deputado Weliton, meu xará, que obra inacabada não serve para nada, é o dinheiro público desperdiçado. Então, isso realmente é um câncer com o qual precisamos acabar.

Inclusive, eu fui o autor de um projeto de lei que, infelizmente, não foi aprovado. A proposta era exatamente no sentido de, se em uma localidade houvesse uma obra da mesma natureza, que não se pudesse começar outra obra. Vamos concluir aquelas que já estavam em andamento, senão, daqui a pouco, vão-se avolumando mais ainda as obras inacabadas.

Ante a redução das dotações do Ministério da Educação de natureza discricionárias verificadas neste relatório, com riscos de comprometer a execução de programas da educação básica, de universidades, hospitais universitários, institutos federais, assistência estudantil e demais unidades vinculadas, entendemos de crucial importância a recomposição dessas dotações.

Aqui eu chamo a atenção para o fato de que o MEC, hoje, talvez, seja mais executor da saúde do que o próprio Ministério da Saúde — por incrível que pareça. Nós temos, parece, 44 hospitais universitários em todas as unidades do Brasil, enquanto o Ministério da Saúde tem apenas quatro hospitais federais.

Então, é uma complexidade a mais, porque esses hospitais, claro, destinam-se ao ensino, à pesquisa, mas neles ocorre também o atendimento de grande parte da rede do SUS. Normalmente, esses recursos não são suficientes para a manutenção inclusive desses hospitais.

Requeremos, ainda, a atenção do Relator-Geral para outras solicitações que recebemos, mas que, devido à escassez de recursos disponibilizados e às restrições do Parecer Preliminar para a atuação deste setorial, não conseguimos atender adequadamente.

E eu queria até conceder um aparte ao nosso Vice-Presidente Izalci, porque ele poderia inclusive relatar aqui exatamente aquilo que estamos tentando ainda com o Relator-Geral. V.Exa., se quiser, também poderia argumentar nesse sentido, porque é importante que a população e todos os Parlamentares saibam do esforço que V.Exa. está fazendo para que consigamos ainda esses recursos, a fim de repor todos os recursos do Ministério.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Para maior celeridade, peço ao Senador Izalci Lucas que se manifeste ao final de seu relatório.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Então, Senador Izalci, pode ser ao final.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Por isso, eu quero dizer que, além disso, solicitamos ao Relator-Geral o acréscimo de 4,5 bilhões de reais para o orçamento da educação, que será bem detalhado aqui pelo Senador Izalci Lucas. É um trabalho que ainda estamos fazendo junto com a Presidente Rose de Freitas.

Em especial, requeremos ainda a inclusão, no Anexo V do PLOA 2022, de item autorizativo para a criação e admissões dos cargos e funções das novas universidades federais e dos novos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, cuja proposta legislativa de criação encontra-se em vias de apresentação pelo Poder Executivo.

É importante dizer que todas elas serão criadas por desmembramento. Então, isso é muito importante porque traz mais eficiência administrativa.

"Voto do Relator

Diante do exposto, nosso voto é no sentido de que esta Comissão Mista aprove o Projeto de Lei nº 19, de 2021-CN, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e das aprovadas parcialmente, relativamente à programação orçamentária do Ministério da Educação - Área Temática IV."

Eu tenho aqui uma complementação de voto.

"Relatório Setorial da Área Temática IV

Complementação de Voto

Em virtude de alterações, após a entrega e publicação do relatório setorial da Área Temática IV, apresento a seguinte complementação de voto:

Item 1: Emenda 5036004. Onde se lê 'GND 3: R\$4.000.000' e 'GND 4: R\$1.000.000'; leia-se: 'GND 3: R\$5.000.000'."

Fez-se apenas a mudança do GND.

"Item 2. Indicações ao Relator-Geral

Inclua-se o seguinte item 'c' na parte relativa às indicações ao Relator-Geral (item 6 do relatório): 'c) acréscimos de R\$4,5 bilhões na educação'.

Sala da Comissão, em 13 dezembro de 2022.

Senador Wellington Fagundes"

Concluindo, Sra. Presidente, antes de esse relatório ser submetido à discussão e votação, gostaria muito de agradecer ao trabalho de toda a equipe que nos auxiliou para chegarmos a esses termos. Meus cumprimentos ao Secretário desta Comissão Mista de Orçamentos, Walbinson Tavares; aos consultores Jucy Melim Junior e Marcos Rogério Rocha;





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

e ainda a toda a equipe do meu gabinete, na pessoa do Fernando Damasceno, o meu Chefe de gabinete.

Agradeço à Tiok Shimoda, à Mariza Bittencourt Duarte e ao Edilson Castro Almeida, representando aqui a área da comunicação.

Sra. Presidente, permita-me, na condição de Deputado Federal com seis mandatos consecutivos e, portanto, por 24 anos — por muitos e muitos anos nesta Comissão, relatando outras matérias —, mas também agora como Senador da República, fazer aqui um reconhecimento ao nível, à competência de todos os nossos servidores. Nós temos, nesta Comissão, pessoas do mais alto nível. Para passar num concurso desta Casa, principalmente para a área de orçamento, as pessoas têm que ter alta intelectualidade e competência.

Então, eu quero aqui dizer isso porque tive a oportunidade de ouvir, nesta Comissão, um Parlamentar — apenas um — referir-se, até em tom grotesco, a todos os servidores, principalmente ao Walbinson Tavares.

Walbinson, eu quero aqui trazer o meu reconhecimento à sua experiência, à sua dedicação, ao seu trabalho e, principalmente, ao seu respeito aos colegas, a todos os assessores e a nós Parlamentares. Nós não teríamos como produzir uma peça tão complexa como essa, se não tivéssemos a assessoria de vocês, que é tão competente.

Então, Presidente, eu gostaria de consignar aqui no meu relatório o meu respeito e minha admiração a todos os servidores desta Casa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Senador Izalci, o Deputado Santiago precisa comparecer a uma cerimônia e me pediu para usar a palavra antes que V.Exa. fale sobre a complementação do relatório do Senador Wellington Fagundes.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente, eu quero, neste instante, parabenizar o Relator Wellington Dias pelo brilhante relatório. Ele, de fato, fez o possível para atender aquilo que seria necessário. Dentro das limitações, ele ainda atendeu algumas emendas para a Paraíba: para a Universidade Federal da Paraíba, para os Institutos Federais de Educação, para a Universidade Federal de Campina Grande, para a Universidade Estadual da Paraíba e para outras instituições federais de educação.

Nós agradecemos ao Senador Wellington o atendimento de parte dessas emendas, que serão destacadas ainda.

Senador, V.Exa. já adiantou que irá encaminhá-las, ou melhor, que irá orientá-las ao Relator-Geral. Nós agradecemos o que V.Exa. fez e esperamos contar com V.Exa. também na





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

segunda fase, que é, na Relatoria-Geral, melhorar esses recursos, especialmente para a Paraíba, já que serão melhorados e recuperados os recursos para a educação.

No caso dos Institutos Federais de Educação, precisamos criar, sim, aqueles 10 institutos do Brasil, além de outras universidades, também espalhadas pelo Brasil inteiro, e também outros cursos e melhores condições para o FNDE; enfim, para toda a educação brasileira.

Para o Hospital Universitário Lauro Wanderlei, também em João Pessoa, V.Exa. atendeu com 2 milhões de reais a mais, mas iremos destacar para que haja um aumento a fim de melhorar também os recursos para a reforma Hospital Lauro Wanderley e também a subestação de energia para a Universidade Federal da Paraíba.

Isso é extremamente importante, mas são insuficientes ainda os recursos. Esperamos que o Relator-Geral, nesses destaques que foram feitos por nós, pela coordenação da bancada, que estamos acompanhando, de fato, tenha condições de atender a essas demandas dentro desses recursos que serão, sim, destinados à recuperação dos recursos da educação. Isso é importante não só para a Paraíba, como também para todo o Brasil.

Quero agradecer também à Senadora Rose, que teve uma sensibilidade muito grande, que lutou muito por essa compensação e recuperação dos recursos para a educação. É a bandeira dela a da educação.

Eu tenho certeza de que não só o Espírito Santo, Senadora Rose, mas também todo o Brasil reconhece o trabalho de V.Exa. na linha da educação e em outros setores.

Muito obrigado a V.Exa. e muito obrigado aos demais.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Nós temos vários inscritos: o Senador Izalci, o Deputado Glauber, o Deputado Weliton Prado, o Deputado Bosco, o Deputado Domingos Sávio, o Deputado Santiago, o Deputado Hildo Rocha.

Eu gostaria de perguntar, Deputado, se V.Exa. sabe que, para que não sejam votados os destaques, V.Exa. precisa retirá-los, senão ficarão na pauta para serem votados um a um.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Eu vou voltar rapidinho, Senadora. Os meus destaques, os da bancada, S.Exa. já atendeu parcialmente. E eu voltarei antes de terminar esta sessão. Lá será rápido.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Está bem, eu votarei e, na hora em que o Relator concluir o relatório, pedirei votação em grupo. Estou colocando isso para V.Exa.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Está bom, está combinado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. entendeu?

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Já que houve um indicativo do Relator em relação ao aumento na Relatoria-Geral.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - É isso, Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Então, nós... Olha, novamente, eu gosto bem entendido. Não adianta dizer que vai e que vai voltar, porque colocarei em votação em bloco.

E V.Exa. está retirando os destaques.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Porque dentro do entendimento é que seria feito, depois, pelo Relator-Geral. E eu estou encaminhando dentro do entendimento.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente, dentro do entendimento, ele atendeu parcialmente a todos esses destaques, e retiramos com esse indicativo dele para a Relatoria-Geral.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Foi isso mesmo.

Todos esses destaques terão a indicação por parte do Relator Setorial ao Relator-Geral.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Retirados os Destaques de nº 2 a nº 8.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Está certo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Então, está bem.

Tem a palavra o Senador...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Presidente, antes que o Deputado Wilson Santiago saia, eu só gostaria de dizer que ele fez o reconhecimento aqui, e nós realmente procuramos, dentro dos poucos recursos, atender a todas, claro, de forma igualitária. Se uma bancada teve três emendas, é claro que eles terão três valores. Mas todas as emendas foram atendidas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Passo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente Rose de Freitas, meu querido Relator Wellington Fagundes, senhores colegas Parlamentares, todos acompanharam o Deputado Arnaldo Jardim durante todo esse período que aqui estivemos na luta para a reposição do orçamento da educação, ciência e tecnologia, e a Senadora Rose, com muita determinação, como Presidente da Comissão, colocou isso como prioridade da Comissão.

Então, eu quero aqui agradecer ao Senador Wellington. E o que ele fez? Ele colocou uma indicação ao Relator-Geral, porque nós, meu querido Domingos Neto e o meu Senador Marcelo, combinamos. Há essa indicação de R\$4,5 bilhões, que foi a proposta discutida aqui para a reposição, só para dar alguns exemplos aqui no orçamento. A educação básica não está contemplada, mas, de certa forma, temos que repor.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Na educação infantil, que é a base da educação, nós estamos saltando de R\$276 milhões para R\$151 milhões. Houve uma redução, no momento em que o FUNDEB contempla a educação infantil. Então, tem que ter incentivo. É educação básica, e nós temos que alterar isso.

Sobre a questão da educação profissional, a partir do ano que vem as escolas públicas terão que ofertar o itinerário profissional. Eu fui o Presidente da Comissão. Nós temos aqui o apoio à implementação da educação profissional, e também houve uma redução no valor.

No PNAE e na agricultura familiar está havendo uma redução de R\$4 bilhões para R\$3,961 bilhões. Houve uma redução, e nós temos que incentivar isso para que a merenda escolar, a alimentação das crianças seja de melhor qualidade. Precisamos incentivar a agricultura familiar.

Sobre a educação superior, institutos federais, nós temos aqui o pedido do ensino superior, mas há instituto federal não foi contemplado na carta da ANDIFES. Então, nós esperamos esses R\$4,5 bilhões de acréscimo e vamos buscar uma solução para colocar isso no relatório geral. O Relator-Geral está sabendo, e nós temos que fechar isso. Não dá para votar esse Orçamento, e é por isso que eu parablenho aqui o Senador Wellington pela indicação ao Relator-Geral, inclusive indicando esses destaques para serem atendidos.

Quero aqui ressaltar o trabalho da Comissão, liderada pela Presidente Rose, que não abre mão disso, nem nós. Nós abrimos mão de uma série de coisas, mas da educação, da ciência e da tecnologia... Será que as pessoas ainda não reconhecem que sem isso não vamos a lugar nenhum?

Então, Senadora Rose, parabéns pelo trabalho. Parabéns, Senador Wellington, pelo relatório. Eu espero que amanhã nós consigamos resolver essa questão dos R\$4,5 bilhões a mais nesse relatório tão bem elaborado pelo Senador Wellington Fagundes.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Passo a palavra ao Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, Senador Relator da matéria, nós estamos muito preocupados com os cortes acumulados na educação pública brasileira e, mais especificamente, naquilo que veio demonstrado no Relatório Setorial.

Senador, eu vou pegar o histórico de um ano ao outro dos cortes que vêm acontecendo prioritariamente na concessão de Bolsa Permanência no ensino superior.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 2016, o valor era de R\$162 milhões. Em 2017, esse valor veio para R\$190 milhões. Em 2018, foram R\$179,5 milhões. Em 2019, foram R\$184 milhões. Em 2020, foram R\$174.848.600,00. Em 2021, esse valor foi para R\$157.448.800,00.

Sra. Presidente, Srs. Senadores, de R\$157 milhões, a previsão do Relatório Setorial dá um indicativo agora de R\$42 milhões. Parece até inacreditável, de R\$157 para R\$42 milhões é algo inconcebível! Não há qualquer possibilidade de aceitarmos que um relatório seja aprovado nesses limites sem que haja uma recomposição verdadeira que garanta a presença dos estudantes brasileiros nas universidades.

Vou repetir o dado. De um ano para o outro, de R\$157 para R\$42 milhões, é o que está disposto no Relatório Setorial. Se não fosse o bastante, há cortes também programados em institutos federais, que estão no Relatório Setorial.

Eu falei pessoalmente com o Relator-Geral, o Deputado Hugo Leal, que me garantiu que haveria recomposição, no caso da educação, do conjunto dos valores para as universidades e institutos, do Bolsa Permanência e da assistência. Essa é a nossa expectativa.

Por esse motivo, não dá para votarmos em um relatório como esse, que consolida as perdas dos anos anteriores e aprofunda ainda um conjunto de cortes, principalmente nas bolsas a que os estudantes precisam ter acesso para permanecerem na universidade pública brasileira.

Por esse motivo, já adianto a votação, Presidente. O PSOL obstrui a votação, a favor dessa matéria, e cobra o compromisso de recomposição desses recursos para a educação pública brasileira.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Só para esclarecer, eu não entendi bem se o Parlamentar disse "o orçamento" ou "esta Relatoria Setorial". Mas é importante salientar que nós já temos aqui recomposto, então, 4,7 mais 2 bilhões, não é isso Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não, não, a recomposição...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Desculpe-me, Presidente. Posso só explicar ao Senador?

Pelas informações que temos, é o contrário, Senador. O Governo mandou 42, e V.Exa. tirou mais 2. Ficaram 40...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Só um minuto, Deputado Glauber Braga.

Havia um bebê chorando, e acho que nós não nos ouvimos por completo. Vamos lá.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Primeiro, a recomposição sobre o corte efetuado, o corte que foi comandado pelo Governo. Um corte linear no orçamento, que, em razão disso, alcançou a educação, o que não foi aceito nem pelo Relator, nem pela Comissão. E esse corte, que somava 600 e poucos milhões, foi recomposto. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é que havia uma posição...

Eu vou pedir para continuar, porque eu estou com o Presidente na linha. Vou somente explicar...

Um momento, por favor. *(Pausa.)*

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Senador, essa é a dúvida objetiva.

Os R\$42 milhões são o que foi mandado pelo Governo, e, no relatório apresentado por V.Exa., ainda há o corte de mais R\$2 milhões, indo a R\$40 milhões. Em comparação ao ano anterior, iria, então, de R\$157 para R\$40 milhões. Essa é a dúvida.

E mais do que dúvida, há a solicitação de recomposição desse investimento para o Bolsa Permanência, para a bolsa estudantil.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - O que está definido aqui, Deputado Glauber Braga, é que realmente essa recomposição será feita pelo Relator-Geral.

Inclusive, na reunião de Líderes que tivemos aqui — outros podem falar —, nós não votaremos o orçamento sem a recomposição.

Acho que a Presidente pode voltar.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu peço desculpa a todos, mas era uma urgência.

É o seguinte, nas reuniões realizadas com todas as reitorias, institutos federais e todo o conselho que envolve a educação básica e tudo mais, nós tivemos a oportunidade de debater a realidade que, como V.Exa. bem descreveu, a partir de 2015 ou 2016... Apenas em 2019 se conseguiu ter um orçamento que pôde fazer face às despesas das universidades e às demandas para sustentar o bom funcionamento da educação. De lá pra cá, foi um desastre, conforme V.Exa. também colocou. Isso foi colocado aqui pelo Deputado Domingos Sávio, Deputado Weliton Prado, Deputado Arnaldo Jardim, toda a Comissão e o Senador Izalci Lucas, que mostrou a drástica realidade da educação.

A partir daí, instalada a Comissão, começamos a trabalhar em conjunto para quê? Para exatamente voltar ao patamar que foi colocado, exigido, discutido e aceito por todo esse movimento da educação no Brasil inteiro, desde a universidade à educação básica.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O número ofertado por essas instituições foi de que, se nós conseguíssemos acrescentar ao orçamento que estava posto o patamar de 4,7 bilhões, nós teríamos como exercer uma educação satisfatória, inclusive tendo patamar de atendimento à assistência estudantil.

É uma lástima como os estudantes estavam sendo tratados nesse processo como um todo. O que passamos a fazer desde então? Eu dou essa satisfação ao Deputado Glauber Braga para S.Exa. entender que ninguém ficou de braços cruzados. Houve uma luta enorme. Fomos ao Ministério da Economia. Fazíamos reuniões, mostrávamos nas reuniões como é que o processo exigia comportamento da bancada. E colocamos a posição que não votaríamos o Orçamento enquanto não tivessem sido recompostos os patamares das exigências colocadas por todo o movimento estudantil, por todo o movimento de reitores. Colocaram o número mais realista possível para haver uma dignidade no tratamento da educação.

Conseguimos até agora a iniciativa do Relator junto com Senador Izalci Lucas e do Deputado Domingos Sávio e de todos que participam aqui, para que tivéssemos uma perspectiva já colocada e comunicada pelo Governo de uma recomposição de 2,3 até agora, mais uma votação que fizemos aqui em relação às bolsas, tudo que estava previsto no planejamento educacional.

Então, temos ainda uma pendência, Deputado Braga, de R\$2,2 bilhões, que precisam ser alcançados dentro ainda do relatório geral. O que foi feito até agora pelo Relator-Setorial foi participar, passo a passo, com o Relator-Geral para tentarmos alcançar a meta proposta pelos reitores e estudantes e tudo mais.

Não existe aqui nenhum comprometimento por parte do Relator. Ao contrário, existe uma disposição, um propósito, acompanhado por toda a Comissão e todos os Líderes, de que nós haveremos de chegar ao patamar que está colocado pelo Conselho de Diretores, pelas entidades e instituições. É isso que acontece.

Eu sei que, na construção das ideias, muitas vezes a dramaticidade da situação está posta. Portanto, não terá como nós atendermos o que está proposto. Mas chegaremos lá. Pode ter certeza de que, ao final do trabalho desta Comissão, o melhor resultado de tudo que foi executado aqui até agora, que foi proposto para o Relator-Geral — e amanhã temos nova reunião também com a economia —, é a parte educacional. Esse é o compromisso da Comissão, e ninguém se afasta disso 1 centímetro sequer.

Eu passarei a palavra agora ao Deputado Weliton Prado.

Em seguida falarão o Deputado Bosco Costa e o Deputado Domingos Sávio.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/PROS - MG) - Primeiramente, eu gostaria de parabenizar o Senador Wellington Fagundes por ter acatado uma emenda da Comissão de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Educação do Senado, emenda muito importante, que garante recursos para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares — EBSEH, para que ela possa realizar investimentos. Queria cumprimentar o Senador Marcelo Castro pela iniciativa, muito importante, a Senadora Rose de Freitas, o Senador Izalci Lucas, tão preocupado com a educação.

É fundamental inclusive fazermos gestões junto ao Relator-Geral para que ele possa garantir no seu relatório também o valor integral dessa emenda no valor de R\$100 milhões. Como V.Exa. colocou, é um absurdo deixarmos obras inacabadas. Temos que terminar as obras em andamento. Há muitos hospitais universitários que estão paralisados. Sei que o recurso é pouco.

Vou dar o exemplo de Minas Gerais. O Hospital de Clínicas de Uberlândia tem um déficit de mais de mil leitos. Está sendo construído. O início foi em 2011, quando eu fui Relator do Orçamento, e nós conseguimos garantir os recursos. Era para ser iniciada a obra em 2012, mas, infelizmente, ficou paralisada por vários motivos. Depois, foi retomada. Nós conseguimos garantir R\$10 milhões. Esses R\$10 milhões vão terminar, e a obra vai ser paralisada, porque não há mais recursos. Enquanto isso, as pessoas estão morrendo nas filas dos hospitais. Se forem lá hoje ao hospital universitário, verão os corredores realmente lotados.

Então, esses recursos são fundamentais. São muito importantes esses recursos para as universidades de todo o País.

Quero fazer aqui uma gestão especial ao Senador Wellington Fagundes, para garantir a aprovação dessa emenda, fazendo gestões para que parte desses recursos seja utilizado também no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia. Temos tratativas junto ao Presidente do Congresso Nacional, o Senador Rodrigo Pacheco, que é um padrinho dessa obra também.

Eu queria agradecer ao Senador Rodrigo Pacheco, que tem acompanhado, tem lutado bastante para não deixar essa obra paralisada.

Parabéns, Senador Rodrigo Pacheco!

Eu queria agradecer à Presidente Rose de Freitas, que está trabalhando nesse mesmo sentido. Sou testemunha de que, em todas as reuniões, a Senadora Rose está pensando no seu Estado do Espírito Santo e pensando em todo o Brasil para concluir as creches, para não deixar nenhuma obra inacabada.

Eu queria parabenizar a Senadora Rose de Freitas por essa sensibilidade humana e dizer que essa emenda do Senador Wellington Fagundes — e eu gostaria de cumprimentar e parabenizar, mais uma vez, o Senador Marcelo Castro — é fundamental. Parece que o recurso é pequeno, mas vou dar um exemplo só para finalizar. A EBSEH hoje é a empresa





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

responsável por gerir 32 hospitais universitários para garantir a formação de mais de 50 mil graduandos na área da saúde.

Hoje um dos cânceres que mais mata homens no País é o câncer de próstata, só perde para o câncer de pulmão. E o câncer de próstata tem cura — eu solicito só mais 1 minuto, Presidente, só para terminar meu raciocínio —, só que é preciso diagnóstico e tratamento, porque é um câncer silencioso. Para ter câncer de próstata, basta ser homem.

Hoje nós temos uma tecnologia moderna, que é a cirurgia robótica. Infelizmente, os hospitais universitários não estão ensinando os seus residentes a fazerem a cirurgia robótica. E, com a cirurgia robótica, o paciente com câncer pode alcançar a cura. É uma cirurgia menos invasiva, é direta, e a recuperação é muito boa, não causa problema de incontinência urinária, nem problemas de perda da potência sexual dos homens, que é uma questão que mexe com a autoestima de todos os homens. Morrem por ano mais de 16 mil homens em decorrência do câncer de próstata.

E é muito importante entrar na graduação, na formação das universidades, a cirurgia robótica. E, às vezes, com parte dos recursos dessa emenda que nós estamos aprovando, a partir da ação do Senador Wellington Fagundes, aqui do Senador Izalci, da nossa Presidente Rose de Freitas, do Senador Marcelo Castro, um valor pequeno dessa emenda vai ser utilizado para a formação desse médico. Ainda não é ofertada no País a cirurgia robótica, e vai começar a ser.

Eu estive inclusive reunido com o Presidente da Comissão Especial de Combate ao Câncer, com o General Oswaldo de Jesus Ferreira, a quem eu queria parabenizar pelo trabalho. Ele assumiu o compromisso, garantindo os recursos, de iniciar um projeto para a formação de médicos especialistas para realizar as cirurgias robóticas no SUS, onde não há; 70% dos pacientes com câncer se tratam no SUS. Na rede pública, não tem cirurgia robótica. Infelizmente, os homens morrem, sendo que essa é uma doença que poderia realmente ter cura. E é muito importante garantirmos essa formação aos médicos. Essa emenda realmente é muito importante para garantir os recursos para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

Finalizando, faço a gestão, mais uma vez, para que possamos terminar o novo pronto-socorro da UPA. São 249 leitos. A obra já está 50% concluída e não pode ser paralisada.

Mais uma vez, parabenizo todos e quero dizer que essa emenda, apesar de o valor ser pequeno, vai ter uma dimensão realmente muito grande.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Parabenizo V.Exa. pela luta consistente a favor da saúde e da educação no Brasil, Deputado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, eu gostaria de fazer um comentário, até porque o Deputado Weliton Prado me dá esta oportunidade ao reconhecer esse trabalho. Eu também quero aqui salientar o papel da EBSEH, com toda a rede de hospitais. No ano passado, inclusive, eu apresentei um projeto de lei que visava alterar a Lei Complementar nº 173, de 2020, exatamente para permitir que os hospitais universitários do Brasil pudessem contratar os seus concursados no momento mais drástico da pandemia — foram quase 5 mil trabalhadores, médicos, profissionais, então, por meio desse projeto sancionado pelo Presidente Bolsonaro e aprovado aqui no Congresso Nacional — e também que as novíssimas universidades pudessem criar os cargos de reitores, de pró-reitores e de toda administração.

As universidades, Deputado Domingos, já estavam criadas, tinham recursos, mas não tinham o seu funcionamento pleno. Todo esse trabalho culmina aqui no Orçamento. Por isso, eu disse que a Comissão Mista de Orçamento, sem dúvida, é a Comissão mais importante, porque é com ações como essa que nós conseguimos resolver, principalmente nesse momento em que estamos preocupados. Foco na saúde, foco na educação, porque precisamos da retomada das aulas para as nossas crianças com segurança, mas precisamos também ficar atentos à saúde, seja por meio do Ministério da Saúde, mas também por meio do Ministério da Educação, que trata da formação e do atendimento mesmo que, em grande parte do SUS no Brasil, é feito pelos hospitais universitários, além das pesquisas e tudo o mais.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Concedo a palavra ao Deputado Bosco Costa.

O SR. BOSCO COSTA (PL - SE) - Sra. Presidente, Senadora Rose, Srs. Senadores Wellington, Izalci e outros aqui presentes, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu serei breve, mas eu não poderia deixar de fazer um registro.

Desde o início desta Comissão, Presidente, eu vejo a preocupação de V.Exa. e dos Senadores no que se refere à educação. A educação no nosso País não pode regredir, e nós precisamos avançar na questão da educação, da ciência e tecnologia.

É óbvio que todos os Estados têm problemas, mas eu queria fazer o registro, querida Senadora e nobre Relator, de que o *campus* do IFS lá em Aracaju, no Sergipe, está com uma obra paralisada há mais de 3 anos. A empresa abandonou essa obra, alguns recursos foram devolvidos. E eu queria aqui fazer um pleito ao nobre Relator de que pelo menos ele faça uma indicação ao Relator-Geral para ver essa questão.

Eu sei que há problema em todo lugar, Senadora, mas é como V.Exa. falou: não podemos permitir que essas obras da educação sejam paralisadas. Isso é um absurdo! Nós





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

não podemos permitir essa questão. Então, Senadora, eu vou encerrar o meu aparte, reforçando o apelo ao nobre Senador Wellington Fagundes.

Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Sras. e Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu apenas lembrava que, quando do início da Comissão, nós instalamos uma Comissão para tratar de obras paralisadas. Há muita dificuldade em obter informações precisas, em saber onde as obras estão, qual o percentual executado ou por que foram paralisadas. Nós não tratamos de obras irregulares ou com indícios de irregularidade.

Então, parabeno V.Exa. pela colocação oportuna, a qual tem o apoio de todos aqui desta Mesa.

V.Exa. tem a palavra, Sr. Relator.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Sra. Presidente, é claro que todas essas reivindicações não são só justas, mas também necessárias.

Por isso, Deputado Bosco Costa, nós vamos fazer sim a indicação ao Relator-Geral. Com certeza, há o compromisso do Relator-Geral de fazer essa complementação ou essa recomposição.

Eu quero até aproveitar para pedir a todos os Líderes também que continuem nos ajudando.

Eu acho que precisamos, Deputado Domingos Sávio, pressionar sim a economia, porque o Brasil está num momento em que ainda temos que ter também a preocupação da retomada das aulas nas escolas para as crianças, mas com toda a estrutura e, principalmente, com a valorização e com a estruturação da rede, que é fundamental.

O SR. BOSCO COSTA (PL - SE) - Parabéns, Senador, pela lucidez de V.Exa. e como esta Comissão está tratando a questão da educação no Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

Em seguida, passaremos à votação.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Sra. Presidente, prezada Senadora Rose de Freitas, Sr. Relator, prezado Senador Wellington Fagundes, meu amigo Senador Izalci Lucas, Vice-Presidente desta Comissão, colegas Parlamentares, todos falaram, mas eu quero reiterar: o trabalho é coletivo, mas tem que existir uma liderança. Nós tivemos o privilégio — ou estamos tendo o privilégio — de ter não apenas presidindo a Comissão, mas também nos liderando numa luta em prol da educação a Senadora Rose de Freitas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu estou repetindo o óbvio. Não há um colega que não possa, com muita clareza, testemunhar que, em todos os momentos, desde o momento que se estabeleceu, ainda que tenha havido alguns percalços, as distribuições das relatorias, V.Exa. com serenidade, ouvindo todos, respeitando todos, mas não abrindo mão de que a educação precisava ter uma atenção prioritária, porque estava evidente, ou porque está evidente — os números saltam aos olhos! — que o Orçamento de 2019 foi definhando, e ele é hoje a referência que nós buscamos.

Olhem, parece até contraditório! Deveríamos poder dizer: *"Nós temos que preservar pelo menos o orçamento do ano passado, ou seja, o de 2021"*. Não! O Orçamento de 2021 é muito menor do que o de 2019, é sofrível!

Então V.Exa., Senadora, está com uma batalha árdua, e nós somos os seus liderados. E o Relator, o Senador Wellington Fagundes, faz um trabalho brilhante, sério, responsável. Fico feliz de ouvir a lucidez de V.Exa. quando nos conclama a continuarmos unidos, porque a guerra não está vencida. V.Exa. cumpre um papel fundamental.

Acabei de apresentar o Relatório Setorial da Ciência, Tecnologia e Comunicação também com limitações. Cada Relator tem as suas limitações em função da própria estrutura da Resolução nº 1, de 2006-CN, que é o ordenamento legal que estabelece os critérios para a votação e para todo o processo do Orçamento Geral da União ou da LOA, a Lei Orçamentária Anual.

E o Relator, o Senador Wellington, teve, eu poderia dizer, míseros 101 milhões de reais, quando nós pensamos um orçamento e uma demanda de milhões e milhões de brasileiros, desde nossas crianças aos nossos jovens universitários, aos nossos doutores, aos nossos PhDs, às pesquisas, aos hospitais das clínicas mantidos pela EBSEH, uma macroestrutura num País continental.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Deputado Domingos, são mais de 60 mil funcionários só na EBSEH.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Mais de 60 mil só na EBSEH — Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que faz a gestão e a manutenção dos hospitais das clínicas, como o grande Hospital das Clínicas da UFMG, em Belo Horizonte, que salva tantas vidas e faz pesquisas.

Muitas vezes, a população não sabe que eles são mantidos com o dinheiro da educação. Só que esse dinheiro, a cada dia, vai ficando aquém do necessário. E há as obras inacabadas, como creches, centenas de creches. Vejam que foram canceladas algumas que nem iniciaram, porque de fato estava havendo abuso, politicagem — perdoem-me a expressão — de gente celebrando convênio para construir cinco, seis creches onde cabiam duas, ou escolas de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

educação infantil. Mas é claro que existem mais de mil; fala-se, Senadora Rose, de 2 mil obras inacabadas sob a gestão do FNDE.

Então, ali, nós precisamos de um aporte de pelo menos R\$1 bilhão, para dar suporte à educação básica. Eu não estou falando só de concluir obras de creche, pois ali dentro também está o transporte escolar e uma série de ações da educação que precisam ser revigoradas, estou falando de ampliar. E agora as nossas universidades, com obras paradas, com laboratórios...? Visitei, com o Ministro da Educação, a Escola de Medicina da Universidade Federal de São João del-Rei, em Divinópolis; os laboratórios estavam com manequins ultrapassados para os alunos de medicina e sem investimento para formar profissionais qualificados.

Senador Wellington, Senadora Rose, parabéns pelo trabalho de V.Exas.! Nós vamos continuar unidos, porque precisamos reforçar o orçamento das nossas universidades, dos nossos institutos federais, dos CEFETs. O CEFET de Divinópolis é um exemplo, mas — pasmem! — não tem estrutura adequada para a qualificação dos nossos alunos; dispõe de um galpão alugado precário para algumas aulas práticas fora da unidade do *campus*, embora haja lá espaço para construir o galpão. O nosso Instituto Federal em Bambuí está com um hospital veterinário em obras. E como o curso de medicina veterinária — e eu tenho o privilégio de ser colega do Senador Wellington, que também é médico veterinário — pode formar um médico veterinário se não houver aula prática, se não existir estrutura de um hospital veterinário para que ele possa desenvolver as atividades pedagógicas com a prática? E esse hospital está em obra, precisa ser concluído rápido, porque nós já estamos terminando a primeira turma sem ter a estrutura ali funcionando.

Em Nova Serrana, precisamos de um instituto federal. E o Instituto Federal de Minas Gerais, que faz um trabalho belíssimo em Belo Horizonte, já se disponibilizou a montar um em Nova Serrana. E olhem que a sociedade civil está disposta a dar estrutura de prédio, de equipamento. Mas precisamos de recursos humanos.

E concludo, Senadora Rose, dizendo que também é preciso garantir recursos humanos. Isso foi lembrado no relatório de V.Exa., pois várias unidades de universidades federais já têm o desmembramento definido, com a criação de outras.

Eu não abro mão, por exemplo, de colocar nesse rol — e já faço um apelo para que possamos ter o apoio de V.Exa. — a Universidade Federal de Divinópolis, para que se torne uma realidade. Hoje temos lá um *campi* avançado, o *campus* da Universidade Federal de São João del-Rei, também uma universidade fantástica e, obviamente, tem que focar suas atenções dentro das atividades em São João, onde já tem o curso de medicina também. Precisamos de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

todo apoio para ela. Mas o *campus* de Divinópolis já merece ser uma universidade federal. E esse desmembramento só fortalecerá as duas unidades, porque ambas são essenciais.

Por isso, concluo dizendo que vamos estar unidos, sob a liderança da Senadora Rose. Hoje estamos aprovando o relatório setorial. E todos fizemos um apelo ao Relator-Geral, que prontamente o colocou, para que ele o suplemente com mais 4 bilhões e 500 milhões. Já resolvemos 200 milhões com PLN, mas há 2,3 bilhões já previstos. Segundo informação do Ministério da Economia — e o Relator alega que seria algo que ele próprio teria que viabilizar dentro de sua prerrogativa como Relator-Geral —, o certo é que nós precisamos chegar aos 4,5 bilhões, para, sim, atender à educação básica, ao FNDE, com todos os programas que ali existem, que vão do transporte escolar à ampliação, à reforma de escola, à construção de creches, e principalmente concluir obras inacabadas, universidades, institutos federais, pesquisa e extensão, além das bolsas dos alunos, que são necessárias para que eles possam concluir não só a graduação, mas até mesmo a residência médica, que aí está inserida. São valores insignificantes para a realidade de hoje, parece-me que em torno de R\$1.500 para um médico, um profissional que já concluiu a parte acadêmica e fez residência, que é um trabalho pesado, importante para a sociedade, útil para os hospitais e fundamental na sua formação, mas cuja bolsa não dá nem para ele se manter dignamente em qualquer cidade onde haja um hospital com residência médica. Portanto, é fundamental a aprovação desses 4,5 bilhões como complemento.

E deveria haver ali no relatório final uma homenagem à Senadora Rose de Freitas, porque ela não abriu mão desde o primeiro momento, e nós vamos nos manter unidos com V.Exa. Caso contrário, infelizmente, nós vamos ter que endurecer e dizer: *"Não dá para votarmos se não estivermos atendendo à educação adequadamente"*.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - A força que nos une vem de V.Exa. Quando V.Exa. fala assim, eu já estou pronta para a guerra.

Quanto ao relatório setorial da temática, o Relator apresentou o seu relatório com complementação de voto.

V.Exa. gostaria de usar da palavra?

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sim, eu pedi, e V.Exa. até confirmou. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Acho que eu dei uma dormida.

V.Exa. tem a palavra, Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Está bom. Obrigado, Senadora Rose de Freitas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vejo aqui o relatório do Senador Wellington Fagundes, Parlamentar atuante em várias áreas da política pública, uma pessoa bastante ativa, que muito bem representa o Mato Grosso.

Vejo que houve um aumento para a educação superior, houve um aumento também, por parte dele, para a educação básica, para o ensino infantil, além do ensino profissionalizante, sem dúvida nenhuma. Agora, o aumento maior que houve, até porque era esperado, mas é bastante significativo, foi o do FUNDEB. Os Prefeitos e os Governadores que recebem complementação terão, no ano que vem, 30 bilhões de reais. Isso é fruto do trabalho feito aqui pelo Congresso Nacional e também neste momento pela Comissão Mista de Orçamento, onde nós tivemos um incremento bastante significativo, atendendo à própria Constituição Federal.

Mas, Presidente Rose de Freitas, V.Exa. que defende a educação e que tem demonstrado isso na prática, não apenas no discurso, eu fico muito preocupado com relação ao que o Governo encaminhou destinado à alimentação escolar. Nós temos o segundo maior programa de alimentação escolar do mundo. Entre 196 países, somos o segundo. Nós perdemos apenas para a Índia, que tem 114 milhões de crianças recebendo alimentação escolar por dia. Nós temos algo em torno de 47 milhões de crianças. Mesmo no período da pandemia, a alimentação escolar foi fundamental para manter vivas muitas crianças do Brasil. Várias dessas crianças, que estão em famílias abaixo da linha da pobreza, Sra. Presidente, têm na alimentação escolar a sua principal alimentação do dia, senão a única. Mas o que o Governo Federal encaminhou foi uma diminuição desse recurso. Como é que vai fechar a conta para as crianças se estão diminuindo o repasse para as Prefeituras e o repasse para os Governos Estaduais? Ora, a complementação da União para a alimentação escolar já é muito pequena. Vai haver um aumento de crianças, além do que essa inflação aumentou o preço dos produtos alimentícios em torno de 37%, Sra. Presidente. E o que está constando no que o Governo encaminhou é uma diminuição do recurso para a alimentação escolar.

Então, eu gostaria que o Relator fizesse um esforço, bem como todos nós aqui, porque o previsto para este ano foram 4 bilhões e 59 milhões de reais com alimentação escolar, e, para o próximo ano, apenas 3 bilhões, 961 milhões, ou seja, em vez de aumentar, fez foi abaixar. Não há lógica nisso! O preço dos produtos alimentares subiu. Hoje ninguém compra mais o leite pelo mesmo preço por que comprava no ano passado. No ano que vem, também vai ser maior o preço. O preço do leite aumentou, o do arroz aumentou, o da sardinha aumentou, o do peixe aumentou, o do frango aumentou, o dos ovos aumentou. Eu quero saber o que abaixou para poder abaixar o dinheiro para a alimentação escolar! Isso não tem sentido!





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu gostaria de pedir ao Relator que pudéssemos tirar dinheiro de outro setor para, em vez de diminuir, aumentar o recurso para a alimentação escolar; senão, vamos condenar as crianças lá nos Municípios, nos Estados a passarem fome, porque muitos Municípios não vão poder complementar. Eles pegam o dinheiro, que são 30 centavos, 35 centavos, e compram os alimentos com apenas aquele recurso, que já é pouco. Às vezes, já há uma alimentação nutricional inferior àquilo de que as crianças precisam.

Portanto, peço ao Relator e aos membros da Comissão que deem uma melhorada no que diz respeito à alimentação escolar. Para as outras funções e subfunções, está tudo bem, mas para essa área da alimentação escolar ficou muito pouco. Eu gostaria que houvesse uma melhoria.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Parabenizo o Deputado Hildo e apenas lembro que em uma das reuniões, na última reunião que fizemos, há pouco, a posição tomada por toda a Comissão foi a da recomposição do corte que foi feito na educação.

Portanto, eu acredito — e vou confirmar para V.Exa. — que, na recomposição desse corte, esse número que foi menor para o próximo Orçamento voltará a ser o número atual. Eu acredito nisso, mas fica o nosso Relator-Setorial incumbido de conversar com o Relator-Geral para saber se é isso mesmo. Se não for, nós manifestamos a posição de caminhar com V.Exa. também para a recomposição da questão da alimentação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Sra. Presidente, eu estou sendo aqui informado pela consultoria de que, na verdade, o aporte para a alimentação escolar se dá pelo número de matrículas, e não houve a diminuição pelo número de matrículas.

Agora, Deputado Hildo Rocha, nós não podemos nos desmobilizar. Esse trabalho que a Senadora Rose tem feito... Nós fomos várias vezes ao Ministério da Economia, e eu, na sexta-feira, fui lá novamente com o Esteves, que hoje é o Secretário que, digamos, cuida dessa área. E eu tenho certeza, Deputado Domingos Sávio, de que devemos ter essa posição, conforme V.Exa. falou, porque isso não é possível. Não podemos aceitar que realmente haja diminuição dos recursos para a educação no momento em que estamos saindo da pandemia.

Deputado Weliton Prado, vamos ter fé em Deus e acreditar, principalmente com a produção de vacinas no Brasil, que não vamos depender mais de importação. O parque industrial está pronto, e com o Instituto Butantan e a FIOCRUZ esses recursos serão economizados. Assim nós esperamos, porque o custo da vacina produzida aqui no Brasil é muitas, mas muitas vezes menor do que o custo de uma vacina importada, além de gerar emprego aqui no País. Então, esses recursos deverão ser carregados exatamente para a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

retomada das nossas crianças na escola, para investimento maciço, porque quer queira, quer não, Deputado Domingos, V.Exa. conhece muito, e o Hildo também, a situação de investimento é necessária porque nós vamos ter que fazer a recuperação do tempo perdido.

Então, eu acredito, e sempre digo, que nós vamos ter que fazer com que as nossas escolas funcionem com condições muito melhores. Acabamos de fazer o leilão do 5G, e essa tecnologia tem que ir para as nossas escolas urgentemente, porque quer queira, quer não, o pós-pandemia será totalmente diferente. No pós-pandemia, o avanço da tecnologia que nós tivemos em 5 anos representa o que não ocorreu 200 anos atrás.

Eu vou concluir aqui, Sra. Presidente, apenas dizendo ao meu companheiro Deputado Domingos Sávio que já falei com o Ministro da Educação e também com o Secretário de Educação Superior, o Wagner, e há um compromisso de trabalharmos lá para a criação da universidade de Divinópolis. Isso vai ter meu trabalho. Eu tive a experiência de criar as novíssimas universidades e participar efetivamente disso. O Ministro inclusive foi lá com V.Exa. e está bem acessível para fazermos esse trabalho em conjunto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vamos concluir a votação.

O Relator apresentou o relatório e a complementação de voto.

Está encerrada a discussão.

Passaremos agora à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Registre-se a obstrução do PSOL, por favor, Presidente, a partir dos argumentos já elencados.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Registro a obstrução por parte do PSOL, apresentada pelo Deputado Glauber Braga.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Eu gostaria de dizer que o Deputado Wilson retirou os Destaques nºs 2 a 8, que foram registrados, os destaques da Paraíba.

Restam três destaques, um apresentado novamente pela bancada do Tocantins, pelo Deputado Tiago Dimas.

Não se encontrando aqui ninguém do Tocantins, está prejudicado. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É coletivo. V.Exa. tem que dar o parecer. Eu vou citar todos os destaques. V.Exa. pode dar o parecer em conjunto.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Só uma dúvida: a Senadora já colocou em votação na Câmara e no Senado o texto, já houve a votação pela aprovação na Câmara e no Senado?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Ressalvados os destaques.

A bancada do Tocantins, o Deputado Tiago Dimas, apresentou o Destaque nº 1; a bancada do Amazonas, o Senador Omar Aziz, apresentou o Destaque nº 9. E eu retirarei o que apresentei, o Destaque nº 10, em nome da Comissão Mista de Planos e Orçamentos, lembrando a V.Exa. — V.Exa. destacou bem a universidade de Divinópolis — que nós temos um elenco de demandas trazidas a esta Mesa e a este Plenário, e várias são do Tocantins, do Amazonas, da Paraíba, e há o mesmo empenho de V.Exa. e todos nós junto ao Relator-Geral. É o que faço agora com a minha Emenda nº 10, retirando-a, para colaborar com o relatório final. *(Pausa.)*

Se o Plenário estiver de acordo, eu proporia ao Líder que fizesse uma votação em bloco das duas emendas, dos dois destaques restantes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Como já foram retirados, Senadora, os Destaques nºs 2 a 8, propomos a rejeição dos...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O Destaque nº 10 também foi retirado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Pois é, Destaques nºs 2 a 8 e 10. E aí também rejeitamos os demais.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vamos colocar em votação os destaques.

Em votação na Câmara.

Os que estiverem de acordo com a rejeição do Relator permaneçam como se acham, votando com o Relator. *(Pausa.)*

Rejeitados na Câmara.

Não vão ao Senado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Registre a obstrução do PSOL, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O Deputado Hildo falou sobre o requerimento que ele apresentou, para falarmos sobre o déficit público.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - É sobre o endividamento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - A prioridade aqui na Mesa é que nós consigamos realizar isso, porque achamos oportuno, extremamente importante, na quarta-feira. Estamos envidando todos os esforços para que possamos falar.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - O.k. Concordo e agradeço a V.Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O Deputado Glauber Braga registrou obstrução novamente.

Nada mais havendo a tratar...

Acabamos de receber um comunicado, que vamos transmitir a todos. Informo aos Parlamentares presentes que está publicada na página da CMO a listagem com as indicações para a execução de emendas de RP9, bem como os ofícios com as solicitações, conforme previsão da Resolução nº 2, de 2021, do Congresso Nacional, que altera a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

As indicações foram enviadas à CMO pelo Relator-Geral da LOA 2021, o Senador Marcio Bittar. Informo também que as mesmas indicações publicadas na página da Comissão são encaminhadas aos Ministérios correspondentes, para que sejam executadas.

Peço, neste caso, total atenção à publicação, para que nós saibamos se verdadeiramente todas as indicações estão nesse relatório e possamos acompanhá-las.

Suspenderemos a sessão para votarmos amanhã...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Sra. Presidente, antes que encerre, eu gostaria de fazer uma consideração final.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vai dar um boa-noite?

Vamos lá! CFIS acolhe o PLN 29, do Deputado Danilo Forte.

Portanto, antes de encerrarmos, V.Exa. tem a palavra brevemente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Brevemente, Sra. Presidente, eu quero aqui primeiro falar sobre a criação das novas universidades, da relação que já temos. Lá no Nordeste, seria no Piauí, a Universidade Federal do Sudeste e do Sudoeste do Piauí, em Picos e Bom Jesus; e também no Maranhão, em Imperatriz, Grajaú e Balsas. No Espírito Santo, a Universidade Federal do Vale do Itapemirim, o *campus* de Alegre. E, no Amazonas, a Universidade Federal do Alto Solimões, em Benjamin Constant e Coari, e ainda os *campi*...

E aqui eu quero destacar Mato Grosso, que é um Estado com 900 mil quilômetros quadrados, onde nós só tínhamos uma universidade, a Universidade Federal de Cuiabá. Conseguimos criar a Universidade Federal de Rondonópolis, na minha cidade, que hoje, Deputado Weliton, já é uma universidade que tem inovado muito, exatamente por ser nova e ter costumes novos, visão nova. Na universidade de Rondonópolis, por exemplo, pela primeira





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

vez uma índia do Xingu se formou em medicina. A Universidade Federal de Rondonópolis criou duas vagas suplementares exatamente para alunos em condição de desigualdade. Agora nós temos dois alunos autistas fazendo medicina na cidade, na Universidade Federal de Rondonópolis. Então, eu acho que essa inovação e a descentralização permitem tudo isso.

Por isso, Deputado Domingos Sávio, agora nós estamos também criando a Universidade Federal de Sinop, porque essa é outra região muito grande, e no futuro teremos que criar a do Araguaia. Então, em Mato Grosso são quatro as regiões. Ainda temos uma população pequena, mas é um Estado que está crescendo, é o que mais cresce no Brasil. E, é claro, dotar essas regiões de universidades com o conhecimento específico da região é importante para nós, principalmente para formar profissionais com capacidade técnica e visão local, em todas as profissões. Essas universidades, assim como os institutos tecnológicos, precisam formar o trabalhador, capacitar os nossos alunos — e aí me refiro ao trabalhador independentemente de idade — exatamente de acordo com a demanda regional, local.

Agora, por exemplo, no Instituto Federal de Primavera do Leste, Deputado Domingos Sávio, nós criamos o primeiro curso universitário de manutenção de aviação agrícola, porque a região tem o maior volume de aviões agrícolas do País. Então, isso é algo inovador para promover o desenvolvimento do País.

Cada região tem as suas circunstâncias, as suas condições. É claro que o Brasil é um país muito grande. Por isso, nós temos que tratar, dentro dessa grandiosidade, a descentralização. Ela é fundamental, muito mesmo!

Quando foi dividido o Estado em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, alguns de Mato Grosso, principalmente, reclamavam. Diziam que aquilo seria muito ruim. Muito pelo contrário, Campo Grande é uma cidade que teve o seu desenvolvimento, como todo o Estado de Mato Grosso do Sul e o de Mato Grosso também. Tanto é que Mato Grosso hoje é o maior produtor de algodão, respondendo por 80% da produção de algodão do País. Mato Grosso tem o maior rebanho bovino do País, é o maior produtor de carne bovina, é o maior produtor de frango, de suínos, de soja, de milho. Isso se dá por quê? Também porque lá está a EMBRAPA, Deputado Domingos Sávio, desenvolvendo a pesquisa para que possamos aumentar a nossa produtividade. Por isso, é preciso o trabalho conjunto.

Eu quero convidá-lo, Deputado, inclusive, para amanhã estarmos com o Ministro da Ciência e Tecnologia — o encontro já está agendado —, porque V.Exa. fez um trabalho brilhante. Eu sempre disse que nós temos que casar, o máximo possível, a educação com a ciência e tecnologia, tão defendida pelo Senador Izalci.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É esse trabalho todo que temos que fazer, sob a visão da peça orçamentária, para que não tenhamos retrabalho, para que não tenhamos desperdício de recursos. Dividir às vezes é somar, no bom sentido, no da melhor atenção.

Por isso, eu quero agradecer imensamente o apoio de todas as Lideranças, principalmente no episódio que aqui tivemos, dada a disputa por essa relatoria. Eu agradeço imensamente a todos, a todos os Líderes, porque houve unanimidade, Deputado Prado. Compreenderam que nós estamos fazendo o correto, respeitando todos aqueles entendimentos das Lideranças.

Acima de tudo está a democracia. Nós estamos aqui, votamos, e quem define é a maioria. Assim é a democracia, assim é a força da democracia. Se alguém não está satisfeito com isso, não pode se rebelar a ponto de fazer ofensa, como fizeram com a nossa Senadora Rose, uma ofensa pessoal. Nenhum dos Líderes merecia aquilo, até porque o que nós fizemos aqui, no entendimento do PSDB com o PL, foi uma eleição, em que todo este Plenário votou para que o Senador Izalci fosse o nosso Vice-Presidente. Ao bloco deles coube inclusive a relatoria do Senador Oriovisto, a relatoria de receitas. A própria Senadora também tem a sua relatoria.

Aqui, nenhuma relatoria deixa de ser importante pelo volume de recursos, não, até porque, conforme li, o que fica livre para investimento é muito pequeno. Infelizmente, hoje, essa é a realidade do Brasil. Quase nada do nosso Orçamento está sobrando para investimento.

Por isso, é importante esse trabalho de descentralização — mais Brasil, menos burocracia, menos Brasília —, para que possamos retomar o desenvolvimento e gerar empregos, no ano que vem principalmente. Aprovamos aqui o Auxílio Brasil. Não podem deixar 17 milhões de pessoas que estão desempregadas abandonadas.

Eu quero registrar que fico muito feliz, Senador Izalci, de estar aqui, neste momento, aprovando esta peça orçamentária, principalmente pelo apoio também de V.Exa. como Líder respeitado, um homem de credibilidade na Casa como um inteiro. E, quando eu digo Casa, é o Congresso Nacional. Pela experiência que aqui tivemos — hoje estou na condição de Senador, mas estive nesta Casa por 24 anos —, não construí um inimigo até hoje nesta Casa, e não quero fazê-lo. Eu sempre digo que não sou um homem de briga, sou um homem de luta. Agora, não podemos arredar daquilo em que nós estamos corretos. Tanto é que a maioria das Lideranças — a maioria, não, 100% das Lideranças aqui — apoiou.

Então, Senadora Rose, eu queria, da mesma forma que fiz com os nossos consultores, com todos os servidores desta Comissão, agradecer imensamente a paciência de V.Exa.,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

porque o que foi feito, na verdade, foi um excesso, inclusive quase uma agressão política a V.Exa. Por isso eu entendo que as Lideranças, quando aqui fizeram uma manifestação e assinaram 100% não concordando com aquela posição trazida pelo Líder do bloco, é claro que isso também trouxe para V.Exa. o respaldo necessário. Todos nós estamos dizendo que as suas atitudes estão sendo feitas corretamente, com seriedade, com probidade acima de tudo. E V.Exa., por ser mulher, mais do que nunca, merece, em nome de todas as mulheres brasileiras, o respeito, principalmente de uma Liderança que sabe a importância que a mulher tem neste Parlamento. V.Exa. foi uma dessas líderes para buscar o espaço da mulher. V.Exa. é uma das pessoas que mais lutaram para que a mulher tivesse espaço, tanto na Câmara dos Deputados, como também no Senado.

Conheci a Senadora Rose no meu primeiro mandato, 32 anos atrás, e ela já era Parlamentar experiente nesta Casa. Inclusive, quero aqui dizer da minha admiração por ela, por ser realmente isso. Ela não ficou apenas na sua função de Parlamentar para resolver os problemas de seu Estado, não. Sempre foi uma mulher guerreira, de procurar espaços principalmente para que a mulher fosse reconhecida nesta Casa.

Apresentei, inclusive, um projeto ano passado para que nós pudéssemos ter, já para estas eleições, 30% das vagas, não candidaturas, no Legislativo reservadas às mulheres. Não foi possível aprová-lo, mas já aprovamos aquilo que paulatinamente chegará lá. Há países em que a representatividade é de 50% de mulheres no Parlamento.

Deixo aqui, Deputada Rose, o meu agradecimento a V.Exa. pela confiança que depositou em mim. V.Exa. não fez uma coisa isolada, não foi: "*Vou beneficiar este ou aquele*". Não, aqui tudo foi feito em comum acordo com todas as Lideranças desta Casa.

Portanto, Senador Izalci, quero com isso restabelecer a verdade, principalmente dizer que tudo aquilo que nós tratamos aqui foi à luz do dia, foi tudo bem claro. Está gravado, foi votado. Portanto, temos, sim, que entregar esse manifesto público, Senadora Rose. Afinal de contas, é uma atitude de todas as Lideranças desta Casa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. toca num assunto muito delicado, com o seu posicionamento muito firme, muito claro. Nunca o vimos distante dessas posições nem da luta das mulheres. Quero dizer que conheço claramente essa luta. Depois de viver também as agruras de um regime autoritário no meu próprio corpo, eu não esperava que, em 2021, fosse encontrar nem pelo olhar, nem pelo comportamento qualquer coisa parecida com a assiduidade da discriminação contra as mulheres.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mas quero dizer que V.Exa. nunca recebeu nenhum gesto de desconfiança da minha parte. V.Exa. é um Parlamentar idôneo, trabalhador, sério, e, ao estabelecer o pacto, o acordo com o nosso Líder do PSDB, V.Exa. o fez claramente, na presença de todos.

Eu lamento profundamente esse episódio. Apenas tive que comunicá-lo ao Presidente da Casa e, lógico, eu estarei no Conselho de Ética. Jamais, em 40 anos de Parlamento, no oitavo mandato, eu tive qualquer comportamento parecido com o que eu coloco para V.Exa. Faço isso até para dar uma satisfação a todos os meus colegas, a todos os que assinaram aquele documento, em respeito a V.Exa., a mim e ao Senador Izalci.

Há um versículo de São Paulo que diz mais ou menos assim: *"Muito será cobrado de quem muito houver confiado"*. Eu não posso, em nenhum minuto, dobrar nem minha cabeça, nem minha coluna diante dos insultos proferidos e do desrespeito.

Faço também um desagravo ao nosso assessor aqui da Mesa, porque foi pedido que ele fosse demitido imediatamente por estar cumprindo o seu dever, o seu trabalho. Quem não faz por merecer respeito não pode ser respeitado.

Então, infelizmente — infelizmente —, a esta altura da vida, eu terei que me sentar no Conselho de Ética para mostrar que não pode passar impune qualquer que seja o comportamento em relação a qualquer pessoa. O que aconteceu não atrapalhou o trabalho da Comissão. V.Exa. mostrou um excelente relatório. O Deputado Izalci é incansável na sua luta ao lado de todos pela educação, educação essa que tem que ser estendida a todos, inclusive àqueles que, por receberem a representação do voto popular, se acham no direito de proferir palavras e gestos que não engrandecem o Parlamento.

Eu queria agradecer a V.Exa. e dizer: pé firme na caminhada! Vamos seguir em frente, porque temos muito a lutar pelo Brasil. Podem ter certeza de que os minutos que desperdiçamos em contendas dessa natureza tiram muitos esforços que poderiam estar sendo envidados para ajudar aqueles para quem acabamos de pedir o apoio, que são a comunidade estudantil, as universidades e tudo o mais.

Eu falo com dificuldade sobre esse tema, podem acreditar, mas tenho certeza de que tenho um papel a cumprir nessa história.

Muito obrigada a todos.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Sra. Presidente, Deputado Domingos Sávio, Senador Wellington, todos os que estão aqui, eu gostaria de deixar claro — a eleição aconteceu no dia 7 — que nós só tomamos conhecimento, como foi dito pela própria Senadora, quando o documento chegou no dia 13, uma semana depois. Já expliquei tudo isso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu quero parabenizar e agradecer todo o apoio, Deputado Domingos Sávio, Senador Marcelo Castro, todos os Líderes, afinal de contas, todos assinaram e aprovaram por unanimidade o documento.

Eu quero dizer que fiquei muito feliz, Senador Wellington, com a relatoria de V.Exa., que engrandece muito a educação, sob a liderança da Senadora Rose.

Tive o privilégio de também ser presidido em 2015 — passa rápido demais — por V.Exa. e também pelo Senador Marcelo Castro. Sempre fui defensor intransigente da educação, da ciência e da tecnologia.

Então, muito obrigado pelas manifestações e parabéns pelo relatório, parabéns pela condução, Senadora Rose!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vou suspender....

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Senadora Rose, eu só queria pedir para fazer a entrega do relatório, para deixarmos aqui registrado.

Antes de encerrar, Senadora, eu gostaria de dizer que V.Exa. nos deu ali naquela reunião de Líderes um ensinamento muito grande quando disse: *"Olha, nem daquele que me torturou eu tive ódio"*. Então, ninguém pode agir com ódio. V.Exa. demonstrou naquele momento ali o que é ser humano, o que é ser um ser humano que sabe, inclusive, respeitar aqueles que estavam ali — V.Exa. citou o seu torturador. Então, é humildade demais para poder aceitar uma situação como essa.

Aqui no Parlamento, mais do que nunca, eu penso que nós temos que ter respeito um com o outro, porque nós aqui somos formadores de opinião. Todo o Brasil está assistindo ao nosso trabalho. Todo o Brasil precisa desse nosso trabalho, Senador Marcelo Castro. Nós estamos aqui outorgados legitimamente pelo voto.

Portanto, não posso aceitar que ninguém aqui seja vítima de agressão, mesmo que verbal. O que nós tivemos aqui realmente foi uma agressão, mas, felizmente, estamos entregando o nosso relatório, cumprindo o nosso papel, e ainda vamos trabalhar esta semana inteira para, sob a sua Presidência, sob a sua liderança, entregar para o Brasil uma peça orçamentária que permita que os Governos, tanto federal quanto estaduais e municipais, possam ter um melhor planejamento para que tenhamos a melhor aplicação do recurso público, porque é isso o que o cidadão quer. Lá na ponta, o cidadão que está lá quer a melhoria da qualidade do serviço público, porque todo mundo paga imposto e quer essa resposta de todos nós.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, eu agradeço imensamente e espero que realmente possamos concluir nesta semana — tenho certeza de que vamos concluir —, porque o Brasil também tem pressa, e o brasileiro que está lá, o pai que quer o seu filho na escola, com certeza, tem pressa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Está suspensa a reunião até amanhã às 10h30min.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Declaro reiniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Novamente aviso que a reunião ocorre de forma semipresencial: pode haver Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares participando de forma virtual.

A pronúncia é Paulo Azi, não é? Posso chamá-lo de Azi?

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Da maneira como V.Exa. desejar, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Muito obrigada pela condescendência.

Item 1. Apreciação do Relatório nº 3 COI/CMO, de 2021, apresentado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, que analisa os seguintes avisos: Avisos nºs 10, 12, 14 e 16, por meio dos quais o Tribunal de Contas da União encaminhou ao Congresso Nacional informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades.

Com a palavra o Relator, Coordenador do COI, Deputado Paulo Azi.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Agradeço a V.Exa., Sra. Presidente. Cumprimento as Sras. e os Srs. Parlamentares.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Um momento.

Eu pediria que as portas laterais fossem fechadas, para não haver prejuízo no trabalho.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Considerando, Sra. Presidente, que o relatório já foi publicado, quero solicitar autorização de V.Exa. para me referir apenas aos pontos que considero mais importantes do presente trabalho.

"Relatório nº 3

Este relatório tem por objetivo analisar os avisos encaminhados pelo Tribunal de Contas da União ao Congresso Nacional, ao longo do exercício de 2021, relativos a obras com indícios de irregularidades graves. Compete a este Comitê apreciar todos os avisos dessa natureza que





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

estiverem pendentes de deliberação pela CMO até o último dia do mês de novembro de cada exercício (...). Ou seja, estamos deliberando agora todas as modificações ao quadro de bloqueio da lei orçamentária vigente, de 2021, que não foram deliberadas ao longo do ano.

A Comissão recebeu a esse título quatro avisos. Quanto a estes, o Comitê propõe:

Arquivar o Aviso nº 10, de 2021, do Congresso Nacional, que trata da drenagem e asfaltamento urbano em Porto Velho, Roraima, que não foi incluído no quadro de bloqueio e que teve as providências saneadoras adotadas a tempo pela Prefeitura.

Propor o desbloqueio, nos termos do projeto de decreto legislativo anexo a este parecer, da execução física, orçamentária e financeira das obras do Canal do Sertão Alagoano — Contrato 58/2010-CPL/AL, por ter sido rescindido unilateralmente o contrato pelo Governo Estadual.

Manter o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira das obras de construção da BR-040, Rio de Janeiro — Termo Aditivo 12/2014 ao Contrato de Concessão PG-138/95-00, subtítulo que já integra o Anexo VI da LOA/2021, por não ter ocorrido qualquer modificação relevante da situação irregular da obra e do aditivo contratual."

Relatório nº 4

Da mesma forma, Sra. Presidente, o relatório já foi publicado. Portanto, peço a V.Exa. autorização para ler o pontos mais importantes.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Um esclarecimento da Mesa: estava prevista a leitura do Relatório nº 3, mas V.Exa. também pode ler o Relatório nº 4.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Agradeço a V.Exa.

"Este relatório contém as propostas do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI para o Anexo VI do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022.

As propostas se fundamentam nas informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União — TCU ao Congresso Nacional, bem como nos esclarecimentos prestados pelos gestores por meio de ofícios e na audiência pública promovida pelo COI em 23 de novembro de 2021.

Integram este relatório dois anexos. O Anexo 1 discute exaustivamente a deliberação sobre cada obra examinada e o Anexo 2 contém a proposta de atualização do Anexo VI para a Lei Orçamentária de 2022.

Além do trabalho sobre cada obra com indícios de irregularidades graves, o Comitê examinou em profundidade os problemas das obras paralisadas e as medidas orçamentárias necessárias para facilitar a sua retomada e diminuir os prejuízos que causam ao País."





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Desculpe, Sr. Relator. Aqui não é uma escola, ninguém precisa chamar a atenção de ninguém, mas não pode haver, simultaneamente, o incômodo de telefone em viva voz para impedir que entendamos o que o Relator está lendo.

Desculpe. Por favor, pode continuar.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Agradeço, Presidente.

"Voto

Considerando as informações prestadas pelo TCU, pelos gestores, bem como as obtidas em audiências públicas, e levando em consideração a metodologia de trabalho do COI e as determinações da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022, propomos que não sejam incluídos no Anexo VI da LOA 2022, e portanto não sejam bloqueados, os seguintes objetos: Obras de Construção da BR-235/BA, Contrato: 05 00202/2014; Sistema Adutor do Ramal do Piancó na Paraíba, Concorrência-CEST/PB 1/2020; Canal do Sertão — Alagoas, Contrato 58/2010-CPL/AL; BRT de Palmas/TO, Edital 1/2015; Adequação de Trecho Rodoviário na BR-116/BA, Contrato SR-05/00878/2014.

Por outro lado, propomos a inclusão no Anexo VI da LOA 2022 e o consequente bloqueio da execução física, orçamentária e financeira das seguintes obras e serviços, limitados exclusivamente aos empreendimentos, contratos, convênios, editais e outros elementos semelhantes nominados na coluna 'objeto' (em qualquer programa de trabalho orçamentário), conforme abaixo especificado: Obras de construção da BR-040/RJ; Termo Aditivo 12/2014, de 30/12/2014, ao contrato PG-13 8/95-00, de 31/10/1995; Obras de ampliação de capacidade da BR-290/RS, Termo Aditivo 13 ao Contrato PG-016/97-00; Aplicação de recursos federais de várias origens na Ferrovia Transnordestina, Acordo de Acionistas e Empreendimento.

Diante do exposto, votamos pela aprovação deste relatório, com proposta de atualização do Anexo VI do PLN 19/21 do Congresso Nacional (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022), nos termos do Anexo 2 a este relatório, e o submetemos à apreciação do Plenário desta Comissão, na forma prevista no art. 24 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional, com as seguintes propostas de providências adicionais à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, que exponho também de forma resumida:

I) reiterar solicitação ao Tribunal de Contas da União para que não aplique a classificação de indício de irregularidade grave com recomendação de retenção parcial de valores — IGR em situações nas quais estejam ausentes as condições demarcadas na LDO para esse enquadramento, a saber, a autorização do contratado para retenção de valores a serem pagos, ou a apresentação de garantias suficientes para prevenir o possível dano ao Erário.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II) manifestar ao Tribunal de Contas da União que:

a) a consolidação de informações e recomendações sobre políticas e desafios setoriais de infraestrutura sugerida no Acórdão 2579/2021 — Plenário será valiosa como subsídio ao Congresso Nacional como um todo e suas Comissões Permanentes;

b) a continuidade das informações individualizadas das obras e serviços, no grau de detalhamento hoje apresentado, mostra-se essencial para a atuação do Legislativo;

c) o desenvolvimento de trabalhos e recomendações que abordem as oportunidades de melhoria identificadas no item 9. I.4 do mesmo Acórdão 2579/2021 Plenário será, igualmente, de grande valia para o Comitê;

d) relativamente ao tratamento das garantias, considera crucial e urgente a elaboração de instrumento regulamentar, nos moldes da minuta proposta na instrução do Processo TC 041.436/2012-1, com os aperfeiçoamentos que considerar necessários; e

e) conquanto não detenha competência para pronunciar-se sobre a regulamentação de outras garantias previstas na legislação do processo no Tribunal, não vê objeções a que sejam também inseridas no mesmo instrumento normativo.

III) manifestar à Presidência da República e ao Ministério da Economia o seu irrestrito reconhecimento e apoio ao processo de implantação do Cadastro Integrado de Projetos de Investimento, enfatizando a necessidade de que seja mantida a atual exigência de prévio registro da obra no cadastro para a emissão de qualquer empenho relativo a obras e serviços de engenharia, e a conveniência de que tal exigência seja ampliada, tão logo quanto" fisicamente "possível, também para a emissão de ordens bancárias.

Passo agora a tratar com destaque as recomendações relativas à questão da solução de entraves orçamentários à conclusão de obras paralisadas:

IV) recomendar à CMO que, a partir da apreciação do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023, conste da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do parecer preliminar respectivo que:

a) todas as emendas que destinem recursos a obras, inclusive por meio das transferências voluntárias, tenham sua admissibilidade condicionada à informação, pelo autor, da identificação, situação e percentual de execução no Cadastro Integrado de Projetos de Investimento;

b) todos os relatórios setoriais e gerais demonstrem que foram alocados inicialmente os recursos demandados para projetos em andamento cadastrados no CIPI e para a manutenção dos bens existentes, na forma da Lei de Diretrizes Orçamentárias; posteriormente, para outros projetos cadastrados no CIPI não incluídos nas categorias anteriores; e somente depois de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

esgotado o atendimento de todos os projetos nessas condições, foram destinados recursos a outras programações;

c) somente sejam permitidas exceções para obras destinadas à resposta a desastres e a calamidades públicas, devidamente identificadas e comprovadas;

d) a inobservância desses critérios constitua impedimento técnico insuperável à execução das programações.

V) recomendar ao Relator-Geral uma emenda de texto ao PLOA/2022 (PLN 19/2021), destinada a prevenir a ocorrência de obras inacabadas nos Municípios por insuficiência de orçamento quando existem recursos disponíveis para completá-las. A emenda insere parágrafos que determinam que, em cada órgão, somente poderão ser empenhados valores para novos convênios quando tiverem sido empenhados valores suficientes para atender a todos os saldos remanescentes de instrumentos vigentes que não apresentam quaisquer impedimentos de ordem técnica ou legal (exceto quando se tratar de transferências especiais ou de obras de resposta a desastres ou calamidades públicas).

As próximas recomendações são feitas à CMO para que faça chegar aos Relatores das próximas leis de diretrizes orçamentárias, bem como ao Poder Executivo para efeitos de inserção em projetos de sua iniciativa:

VI) a proposição de dispositivo semelhante ao que foi acima descrito para os empenhos, inclusive para estender o mesmo princípio à execução de restos a pagar;

VII) a proposição de dispositivo que determine a liberação financeira em parcela única, nas contas vinculadas, dos convênios de obras no valor de até R\$3 milhões;

VIII) considerar a possibilidade de que o veto pendente de apreciação ao art. 83, § 3º, da LDO/2022, represente forma parcial de implementação, a curto prazo, da recomendação acima, sempre que se compreender sua aplicação restrita às transferências voluntárias, decorrentes ou não de emenda parlamentar;

IX) a proposição de dispositivo permitindo ao Governo Federal pactuar convênios com entes federativos para finalizar obras inacabadas cujo instrumento já se tenha encerrado sem a conclusão do projeto inicial, sem que isso implique qualquer dispensa de exigências de legislação de licitação e contratos, nem da apuração de eventuais irregularidades na contratação original."

Ainda como complementação de voto, Sra. Presidente, sugiro:

"Haja vista o grande número de obras paralisadas e inacabadas no País, notadamente os empreendimentos da área da educação, apresento complementação de voto ao Relatório nº 4, de 2021, do COI/CMO, a fim de expedir recomendação ao Relator-Geral do PLOA 2022 (PLN





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

19/2021) para a criação de subtítulo específico na ação orçamentária '20RP — Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica', reservando-lhe o montante de R\$1.711.470.349,76, com o objetivo de finalizar as obras paralisadas e inacabadas, conforme informações trazidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE para a conclusão de obras."

É o parecer, Sra. Presidente.

Agradeço a V.Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Passamos à discussão, após a leitura dos Relatórios nºs 3 e 4 do COI, dos relatórios.

Não havendo quem queria discutir...

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Sra. Presidente, eu peço a palavra para discutir.

Primeiro, eu queria parabenizar o relatório do Deputado Paulo Azi. S.Exa., como sempre, houve-se com brilhantismo e competência. Não é à toa que é baiano!

Por falar nisso, nós tínhamos obras que estavam no quadro para não terem o repasse dos recursos orçamentários, mas o Deputado Paulo Azi fez uma audiência pública com representantes do TCU e do DNIT. Esses recursos estão mantidos, para assegurar principalmente a continuidade da obra da BR-116, que está paralisada.

Coincidentemente, Deputado Paulo Azi e demais membros da Comissão, eu estava em uma videoconferência com o Diretor-Geral do DNIT, o General Antônio Leite dos Santos Filho, e também com o Superintendente do DNIT na Bahia, dando conhecimento de que S.Exa. tinha feito um trabalho primoroso, apresentado um relatório detalhado.

E volto a dizer que os técnicos do DNIT são engenheiros extremamente competentes, responsáveis, e têm feito um trabalho que nós temos que elogiar, até para incentivá-los. Não que os do TCU não o sejam, mas nós temos aqui o arbítrio de poder avaliar os argumentos de lado a lado. E o Deputado Paulo Azi — e eu aqui já antecipo a nossa posição favorável ao relatório — fez isso com extremo critério e extrema disciplina, ouvindo a todos, para poder levar ao seu arbítrio.

Por isso, o relatório merece, Sra. Presidente, ser aprovado. Nós encaminhamos pela aprovação e esperamos que o conjunto da Comissão possa fazê-lo à unanimidade, para respaldar não apenas a prerrogativa e a competência da CMO, mas acima de tudo o trabalho minucioso e extremamente detalhado que o Deputado Paulo Azi realizou.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Continua em discussão a matéria.

Eu apenas alerto os nobres colegas de que nós estamos tratando, neste relatório — foi um trabalho cuidadoso do Relator e do Coordenador —, daquilo que nos é mais caro, a questão da discussão das obras paralisadas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Até a data de hoje, neste momento, apenas o Coordenador teve o cuidado de termos a possibilidade de criarmos um ambiente necessário para continuarmos debatendo isso, mesmo com o final da votação do CMO. Por que digo isso? Se encerrarmos por nós mesmos no momento da votação, é evidente que o tratamento que esperávamos que fosse dado às obras paralisadas não acontecerá. O Governo não se movimenta para dar atenção a isso. Por outro lado, se apenas ficarmos na expectativa de que podemos fazer isso, pedindo ao Governo prioridade no tratamento dessas obras paralisadas, nós não chegaremos ao ponto a que deveríamos chegar.

Continuaremos em discussão. Ao final, eu gostaria de colocar uma discussão, de submeter ao nosso Relator uma proposta.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Peço a palavra para discutir, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado José Guimarães, para discutir a matéria.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Sra. Presidenta, permita-me falar aqui da Mesa, ao lado de V.Exa.

É claro que nós não temos o poder, Sr. Relator, de definir, do ponto de vista objetivo do Orçamento, se nós vamos pagar ou não, mas nós temos o poder de decidir isso politicamente, priorizando e indicando as prioridades ao Governo. A Comissão indica para o Governo e aprova na LOA a prioridade das prioridades, e em escala. Por exemplo, no meu Estado, várias obras de creches, Sra. Presidenta, estão paralisadas há 3 anos, há 4 anos. E o mato, muitas vezes, quando chove, toma conta das obras. Não é possível que, conforme o relatório de V.Exa., que indica uma quantidade imensa, fala em 3 mil obras paralisadas só na área da educação... Imaginem isso! Para elogiar o relatório de V.Exa., um trabalho feito com tranquilidade e com toda a clareza, conforme V.Exa. expôs no relatório, nós não podemos fazer de conta que não existe este problema.

Eu lembro, Sra. Presidenta, que, quando V.Exa. assumiu a Presidência, foi muito clara. E em todas as reuniões que já fizemos com o Relator ali dentro, sempre dissemos que a educação é prioridade. Por que não tomarmos aqui uma decisão política de priorizar, Líder Dagoberto? Se não é possível fazer tudo, vamos começar a fazer. O problema é que, a cada ano, vai-se deteriorando o que já está deteriorado e se vai complicando a situação.

Sra. Presidenta, ao final, conforme o que V.Exa. propuser aqui, eu quero que tratemos dessa questão — e não é que não estejamos tratando-a com seriedade — com a urgência que a matéria exige. É um faz de conta? Todo ano se lê aqui na Comissão o relatório, e não se





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

toma providência. Passa ano e entra ano, e não se toma nenhuma providência. Nem o Governo vai priorizar isso. Não vai, porque tem outras prioridades.

Portanto, acho que a Comissão, Deputado Hildo Rocha, que tanto tem falado aqui, tem que chamar o feito à ordem e dizer: *"Este relatório não é um faz de conta. Tem o peso político da Comissão e precisa ser levado em conta pelo Governo"*. E que o Governo nesta Comissão diga qual é o compromisso que tem, senão nosso papel fica extremamente reduzido e há desmoralização perante o que está acontecendo no Brasil.

Era essa a minha consideração, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Continua a discussão.

V.Exa. gostaria de usar a palavra? *(Pausa.)*

Deputado Hildo Rocha, tem a palavra V.Exa. para discutir.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, cumprimento a todos, assim como os Senadores e as Senadoras, os que estão presentes aqui e os que estão presentes de forma remota.

O trabalho do Deputado Paulo Azi foi muito bem feito, um trabalho meticuloso, o dele e o dos outros membros da Comissão.

Vejo que, em respeito à população brasileira e ao Erário, não podemos nos omitir em relação às obras que estão paralisadas e às obras inacabadas, porque nessas obras já foram investidos recursos públicos, tanto federais como estaduais, na sua contrapartida, e muitos recursos municipais também. Há Município que destinou terrenos importantes. Boa parte dessas obras, como foi aqui mencionado pelo Deputado Paulo Azi, foram paralisadas ou ficaram inacabadas por erro de projeto. Grande parte refere-se a erro de projeto. Existem obras com indício de desvio de recurso? Existem, é claro que existem, mas a maior parte é por erro de projeto ou, então, porque as empresas abandonaram as obras. E abandonaram as obras porque se tornavam não mais viáveis para elas.

Então, entendo, assim como falou aqui o Deputado José Guimarães, que temos que tomar uma decisão. E vejo uma preocupação muito grande da Senadora Rose de Freitas, Presidente desta Comissão, em resolver este assunto, que se vem arrastando ao longo dos anos.

Disse aqui o Deputado José Guimarães que a prioridade do Governo pode ser outra, e é verdade, até porque vamos entrar em ano eleitoral. Eu tenho visto a liberação de recursos para Municípios que, às vezes, nem necessitavam de uma nova creche ou de uma nova quadra coberta, ou mesmo de novas salas de aula, enquanto os Municípios que estão necessitando de recursos ficam impedidos de receber esse benefício e outros, porque não podem receber





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

novos recursos do PAR. Os Municípios ficam impedidos de receber novos recursos do PAR, do programa do FNDE.

E como foi colocado aqui, ontem, pelo Senador Wellington, que foi o Relator da área temática da educação, o FNDE vai receber 40% e tantos a mais no ano que vem para a execução de programas — e são vários programas, como o programa de alimentação escolar, o programa de transporte — e também para investimentos. Então, mesmo que o FNDE não tenha o recurso suficiente para dar conta de concluir essas obras, nós temos que arranjar um espaço para colocar o recurso, carimbando-o para a conclusão dessas obras.

Portanto, parabenizo V.Exa. pela dedicação em resolver esse assunto, o Deputado Paulo Azi e também os demais membros do Comitê, que fizeram um belíssimo trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Deputado Dagoberto Nogueira.

Em seguida, falará o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS) - Sra. Presidente, mais ou menos em cima do que falou tanto o Deputado Hildo Rocha como o Deputado José Guimarães, dois colegas nossos da Câmara, eu queria primeiro cumprimentar o Deputado Paulo Azi pelo relatório e pela preocupação que teve com essa questão. Eu acho que a Comissão tem que cumprir esse papel de priorização.

Em relação à questão da educação, eu estava dizendo: cada um tem uma história em seu Estado, e no Mato Grosso do Sul também não é diferente. Lá, há creches que estão paralisadas há 5 ou 6 anos. E algumas, até agora, estão sob a interferência do próprio Ministério Público, da Defensoria Pública, que obriga os Prefeitos a concluírem essas obras, e eles não têm recursos para isso. Portanto, é necessário recurso federal para a conclusão dessas obras, porque as obras foram paralisadas, pagou-se a medição que houve até aquele período, e até hoje as obras estão paralisadas, porque não houve mais dinheiro. E estão sendo depredadas.

Nós da Comissão vamos votar ainda, talvez esta semana ou no máximo no início da próxima semana, mas o nosso trabalho, Deputado Paulo Azi, não poderia parar. Então, se houver alguma maneira de V.Exa. dar prioridade a essa questão da educação e principalmente das creches, eu acho que isso seria muito importante. Nós cumpriríamos o nosso papel de fiscalizar e também de exigir do Governo que cumpra a sua parte.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Continua em discussão.

Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - Sra. Presidente, quero cumprimentar também o Deputado Paulo Azi, nosso colega Deputado da Bahia, que fez, num tempo muito curto, um esforço extraordinário para fazer esse levantamento sobre as obras paralisadas, o que é algo assustador, inaceitável. Nós ficamos estarelecidos quando nos deparamos com esse volume de obras inacabadas. É recurso público, dinheiro que foi utilizado para colocar obras num determinado patamar, mas elas estão paralisadas, grande parte delas em Municípios ou comunidades pequenas no interior do Brasil. Lá na Bahia, há dezenas, centenas! Por todos os lugares pelos quais circulamos, há uma quadra inacabada, uma creche inacabada, uma obra que faz falta para a comunidade, para a educação. E há um desejo muito grande dos Prefeitos e da comunidade de receber esses equipamentos.

Portanto, nós temos que fazer um esforço permanente para viabilizar esses investimentos e para que estes se traduzam em prestação de serviço à comunidade.

E eu estou muito honrado, porque o Deputado Paulo Azi também me convidou para ajudá-lo no levantamento e na busca dessas soluções, que eu sei que são de V.Exa., Sra. Presidente, e de toda esta Comissão.

Quero cumprimentá-lo pela abordagem que fez em relação à BR-116, que é um trecho fundamental na Bahia, que liga Feira de Santana a Serrinha, a todo aquele nordeste da Bahia, um trecho extremamente denso do ponto de vista do tráfego, que está completamente danificado. E há recursos para a retomada da obra que será feita. Há também a BR-235, uma estrada que corta o Estado da Bahia na direção de Brasília: sai de Sergipe, corta o Estado da Bahia, na direção de Brasília, e precisa chegar à divisa com o Piauí. É exatamente um trecho pequeno que está faltando. Não há justificativa para mantê-la paralisada.

Portanto, eu quero cumprimentar o Deputado Paulo Azi e esta Comissão, que estão adotando as providências necessárias para a conclusão dessas obras tão importante para a estrutura viária no nosso País, especialmente na nossa Bahia.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Sra. Presidenta, Senadora Rose de Freitas, meu querido amigo Deputado Paulo Azi, temos uma tarefa hercúlea de tentar resolver um problema que se repete ano após ano. Todos os anos, este tema é recorrente na Comissão Mista de Orçamento: as obras inacabadas.

As obras estão inacabadas, muitas vezes pelas distorções e pelas dificuldades em um país de dimensões continentais como o nosso, e por não haver um alinhamento único, com relação a um projeto único de engenharia, como muito bem falou o Deputado Hildo Rocha,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

devido a diferenças de topografia, diferenças de adaptações de projetos. Muitas vezes, também, quando tínhamos um período sem inflação, era fácil entender que não era corroído pelo ímpeto inflacionário. Agora, além disso, além de todas as dificuldades burocráticas, muitas vezes impostas pela própria máquina pública, que não tem vontade e, muitas vezes, condições de dar celeridade à execução dessas obras, criam-se na estrutura burocrática dificuldades no sentido exatamente de ir impedindo as liberações financeiras que são necessárias para a execução dessas obras.

Por outro lado, há uma inércia muito grande do poder público na busca da solução, já que o problema é recorrente, já que esta Comissão se debruça sobre esse tema anos após anos — costuma inclusive criar, dentro das suas limitações, linhas de prioridades. E também havia sempre um compromisso, do ponto de vista financeiro, de se buscar dentro dessa priorização aquilo que era vital, inclusive nos momentos críticos que o País enfrentava.

Nós temos um problema muito sério na área de rodovias hoje. O próprio Ministro Tarcísio, que é reconhecidamente um exemplo, um Ministro muito estimado por este Governo, estava falando da dificuldade que vai ser a manutenção das estradas e das BRs no próximo ano, fruto exatamente de um orçamento que, muitas vezes, não reflete as necessidades dessas priorizações.

Nós temos muito a trabalhar, Deputado Paulo Azi. O trabalho de V.Exa. foi agora apenas um V zero, um ponto de vista inicial do que pode ser feito.

Nós também precisamos encontrar soluções para isso. Não adianta ficarmos aqui nos martirizando, lamentando as quase 600 creches que poderiam ter sido entregues às crianças. E isso ocorre principalmente neste momento de tanta necessidade no nosso País, com milhões de brasileiros passando fome, passando necessidade. No abrigo da creche — por meio do compromisso do Município de garantir a alimentação dessas crianças —, garante-se também o futuro, o crescimento e o desenvolvimento tanto físico quanto intelectual delas.

Em nome exatamente desse crescimento de nível de pobreza do nosso País, acho que esta Comissão, Presidenta Rose, Deputado Dagoberto, Deputado Guimarães, demais Senadores e Deputados, Senadoras e Deputadas, deveria formatar uma Subcomissão permanente de acompanhamento e de cobrança do poder público. Juntamente com o Relator-Geral do Orçamento, poderia ser criado um espaço em que tivéssemos a garantia dessa execução orçamentária. E nós poderíamos contribuir, do ponto de vista legislativo, para que esses orçamentos fossem atualizados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É impossível querermos pedir a um Executivo Municipal, Estadual ou propriamente Federal que execute uma obra com um orçamento de 5 anos, 10 anos atrás. A inflação já corroeu. O desequilíbrio financeiro dessa obra já aconteceu.

Precisamos criar uma cláusula — que pode ser uma revisão da LDO ou da própria Lei Orçamentária — que dê a esse gestor público um papel em que ele possa encontrar uma equação para reativar ou retomar aquela obra que está inviabilizada.

O mais caro para a população brasileira é obra parada. O mais caro para uma criança é não ter creche. O mais caro para a população pobre é não ter infraestrutura necessária para a geração de emprego e para o desenvolvimento regional.

Esta é a pauta em que tanto nos prendemos aqui e trabalhamos para fazer esse encaminhamento.

Senadora Rose, acho que seria importante que pudéssemos formatar um grupo de trabalho, inclusive sob a coordenação do Deputado Paulo Azi. Esse grupo de trabalho poderia se debruçar, do ponto de vista legislativo, para dar o conforto da retomada relativa ao reequilíbrio econômico e financeiro dessas obras. A partir daí, também poderia ser criado um colchão financeiro e orçamentário capaz de viabilizar a retomada dessas obras. Se não, de novo, vamos repetir um quadro já pintado, um gráfico já conhecido, que só tem crescido e inclusive se transformado num quadro de tristeza a execução orçamentária do nosso País.

Eu inclusive fiz o relatório da CFIS, que vou apresentar daqui a pouco, para que possamos aprová-lo também. E o grande quadro é exatamente este: há um descompromisso com essas obras que são tão importantes e pelas quais lutamos tanto.

Eu sei como é o trabalho de um Deputado municipalista, que fica muito feliz quando assina um convênio, quando um Município pequeno luta para fazer uma obra. Às vezes, é a única obra daquele Município devido à emenda de um recurso federal, e ela se perde exatamente porque não temos dado condições para essa retomada.

Então, considero importante a criação desse comitê. Se eu tiver algum poder de influir na escolha, inclusive para esta coordenação, acho que ela caberia ao Deputado Paulo Azi, que fez um grande trabalho. Dessa forma, poderemos ofertar ao Governo Federal uma solução para esse problema.

Obrigado, Senadora Rose.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Relator, Deputado Paulo Azi.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Sra. Presidente, inicialmente, quero agradecer aos Parlamentares que estão nesta reunião participando deste debate, oferecendo sugestões a um tema que é muito caro a todos nós.

Desde o primeiro momento da instalação desta Comissão, V.Exa., como Presidente desta CMO, determinou que tivéssemos uma atenção especial a este assunto.

Sras. e Srs. Parlamentares, este comitê, regimentalmente, atua exclusivamente nas obras que têm indícios de irregularidades apontados pelo TCU. No entanto, por determinação da nobre Senadora Rose de Freitas, nós adentramos esse tema, que é algo fundamental.

O Deputado José Guimarães se referiu a obras de 4 ou 5 anos no seu Estado do Ceará. Mas, Deputado José Guimarães, há obras referentes à área da educação paralisadas há 13 anos, 14 anos, 15 anos.

Então, é fundamental que esta Casa não se omita com algo de tamanha gravidade.

O trabalho desse comitê — de cujos membros quero agradecer a participação — focou-se, desde o início, na tentativa de propor soluções para enfrentar as causas que originam a paralisação dessas obras.

No relatório que li há pouco, nós sugerimos diversas ações legislativas, sejam ações que possam ser executadas agora pelo Relator do Orçamento, sejam outras que estão afeitas à LDO do próximo ano, sejam ações que nós poderemos tomar agora na votação dos vetos à LDO. Há ações que são importantíssimas e refletem fundamentalmente uma das causas da paralisação dessas obras.

Portanto, a nossa função, atendendo à determinação da nossa querida Presidente, foi levantar os números. São mais de 24 mil obras paralisadas em nosso País. Só na área de educação, são mais de 3,6 mil obras.

Nós levantamos esses dados, procuramos responder e encaminhar sugestões ao nobre Relator, que pode adotar muitas delas. Isso vem ao encontro daquilo que V.Exa. nos determinou: dar uma resposta desta CMO à sociedade brasileira, para que possamos, definitivamente, enfrentar esse grave problema de desperdício de recurso público. Na grande maioria das obras, como as da área da educação, por exemplo, já foram investidos mais de 2 bilhões de reais, Deputado José Guimarães. E as pessoas não estão tendo nenhum benefício, porque não podem usufruir dessas obras.

Quero agradecer o pronunciamento dos nobres Parlamentares.

Este debate continua no momento em que formos votar o relatório do nobre Relator desta CMO, o Deputado Hugo Leal. Ele já pode, sim — claro, com a concordância de todos os membros e a pressão legítima de cada um de nós —, responder positivamente a essa





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

demanda, que não é só da nossa querida Presidente e de todos os Parlamentares, mas fundamentalmente da sociedade brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu queria primeiro colocar uma pequena dificuldade que estou tendo de incompatibilidade de horário. Neste momento estão acontecendo as votações no plenário do Senado Federal e a definição da votação em relação ao TCU. Mas eu não posso deixar de concluir este assunto porque em seguida teremos o relatório do Deputado Danilo Forte.

Quero dizer o seguinte, Sr. Relator: V.Exa. é a pessoa que mais entende desse processo de obras inacabadas e obras com indícios de irregularidades.

Levando em consideração a fala do Deputado Danilo, do Deputado Dagoberto e a proposta do Deputado José Guimarães, eu tenho o mesmo sentimento de que estamos debatendo, mas também caminhando em círculos.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Então vai sair uma beleza, pelo que eu estou vendo. Maravilhoso. *(Risos.)*

Eu gostaria de dizer o seguinte: vamos aproveitar a ideia, as propostas aqui colocadas, Deputado Paulo Azi.

Em primeiro lugar, V.Exas. sabem que nós terminaremos o trabalho desta Comissão esta semana. Em segundo lugar, sabem que o trabalho desta Comissão, deste comitê vai continuar, mas gostaríamos de encontrar uma forma ideal para que isso aconteça. Assim, chegaremos pelo menos perto do razoável e poderemos dizer que cumprimos parte das nossas aspirações, dos nossos objetivos em relação às obras inacabadas.

É muito difícil acreditar que o País toca de qualquer maneira a sua agenda, não olhando para o lado do desperdício, do desrespeito à cidadania e às mulheres. Foram muitos os movimentos que se manifestaram na esperança de que pudéssemos ter uma solução para concluir as obras inacabadas, principalmente a obra que diz respeito à segurança da família, ao trabalho da mulher, ao cuidado com as crianças.

Portanto, junto com a proposta do Deputado Danilo Forte, do Deputado José Guimarães e com as considerações dos demais, o trabalho do COI continuará. E peço a V.Exa. que continue à frente dele. Nós vamos elencar novos membros, para que possam fazer parte desse trabalho.

Não sei por que não poderíamos dizer que, para cada iniciativa do Governo ao lançar ou aprovar uma nova obra, houvesse a exigência de concluir outras duas obras. Cada autorização





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do Governo deve ser acompanhada da responsabilidade de concluir aquilo que começou, principalmente nessa área.

Falo isso porque não é fácil para uma família, homem ou mulher, ao sair para trabalhar, deixar o filho ou a filha sem o devido cuidado, deixá-los debaixo de árvore, pendurados em gangorras, sendo cuidados por outras pessoas que não têm o menor compromisso com aquela família. Vimos o que acontece por aí afora.

Se V.Exa. aceitar a sugestão, tão logo acabe o trabalho desta Comissão em relação ao Orçamento, poderíamos estudar qual é o modelo ideal para o COI continuar funcionando, para que cheguemos a algum patamar de conclusão em relação aos compromissos assumidos.

Como mulher, sinto uma enorme frustração de ainda ter que responder não só à questão da educação. Há pouco recebemos os agentes comunitários, ao lado Deputado Daniel, da Deputada Alice, do Deputado Cajado e muitos que aqui estão. Quero dizer para eles o seguinte: qual é a solução para o agente comunitário? O Brasil parece caminhar em círculo, como se estivesse amassando barro. A sensação que tenho é que estamos desperdiçando todos os esforços. Até hoje nenhum deles nos levou à solução ideal para as melhores propostas já implantadas e os maiores problemas que temos para equacionar.

Primeiro, surgiram os agentes; segundo, foram colocados sob a responsabilidade da Prefeitura, não tinham salário, não tinham nada. Agora já têm e encontram a solução para legalizar a atividade deles. Depois disso vem o elenco de decisões que parece que não vimos. Estamos diante dela todo dia sem solução.

Mas quanto à educação, não há como levarmos obras para este País inteiro, concluirmos rodovias, ferrovias, tudo que está tão bem estruturado e elencado, que estamos tentando acompanhar. Se não conseguirmos pelo menos concluir essas 2 mil creches que estão pelo Brasil afora... Começaram sem nenhuma responsabilidade de terminar. Nenhum Governo apresentou a solução. Havia modelo ideal da creche, modelo bonito da creche — depois, tudo largado. Não deu certo? *"Para. Deixa para lá."*

Eu estou no oitavo mandato. No meu Estado não permito que haja obra inacabada. Cheguei a ficar 12 anos falando sobre a mesma coisa: um aeroporto. Perderam muito dinheiro. Se colocarmos no lápis, Deputado Azi, o que se perde de uma obra que foi estruturada, que chegou perto do teto? Aquela obra já perdeu toda a estrutura — as vigas foram embora, o piso acabou. Recomeçar isso? Quem quer recomeçar? Qual é a empresa que quer pegar uma obra dessas e concluí-la? Primeiro, ele vai dar um preço superior ao preço inicial para construir. Segundo, é evidente que vai ser denunciado que ali existe corrupção. Mesmo não existindo,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sabemos que é difícil colocar o telhado numa obra danificada, prejudicada e que não tem garantia nem sustentação da engenharia para aquela obra terminar.

Sem a preleção toda, eu queria primeiro convidá-lo a continuar esse trabalho.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Estou à disposição de V.Exa., Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - E pergunto se V.Exa. poderia acrescentar ao seu texto que esse trabalho será contínuo.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Claro. Incorporo todas as sugestões que foram feitas. Aliás, já estão incorporadas, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - E, ao término da Comissão efetivamente, que será em março, teremos algumas iniciativas de projeto de lei e teremos mais clareza de que obras são essas.

Peço, sobretudo, que haja prioridade: que a obra que estiver perto do seu término em condições de execução final possa ser adotada como prioridade, Estado a Estado.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Perfeitamente.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Presidenta, uma sugestão complementar ao encaminhamento de V.Exa.: que façamos constar no relatório uma menção muito forte disso e que isso chegue ao Relator-Geral, para levar ao Governo uma decisão política desta CMO. Priorizar isso que V.Exa. disse para que não fique só registrado nos Anais aqui da Comissão, mas que conste no Relatório Geral essa impositividade.

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Deputado José Guimarães, todas essas recomendações estão incluídas como sugestão ao Relator-Geral. Eu acho que quando formos discutir o fechamento do relatório, vamos poder defender essas teses. Estão todos cientes.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em vez de uma sugestão, haja vista que de boa vontade o inferno está cheio, poderia ser encontrada uma impositividade para essa questão das obras inacabadas, sobretudo um olhar especial às escolas e às creches, no próprio relatório.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente, só quero dar uma contribuição.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Deputado Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente, na linha de raciocínio de V.Exa., eu sugiro — acredito que todos pensam da mesma forma — que V.Exa. deve designar esta Comissão, já que temos o nosso Relator, que ela se torne permanente pelo menos até mudarem a Presidência da nova Comissão. Isso é regimental, e V.Exa. pode fazer isso, com





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

representantes aqui de cada partido, pelo menos um, de cada partido que está na Comissão, para continuar e, no final, elabora um relatório e entrega à futura Comissão, que acredito que irá se instalar a partir de abril, março ou maio do próximo ano.

Era só essa a sugestão.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Presidente...

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Eu já acolhi as sugestões apresentadas aqui pelos nobres colegas. Peço que a assessoria prepare o texto para todas essas sugestões se fizerem presentes no nosso relatório. E repito: vamos transferir, continuar com esse debate junto ao Relator-Geral e, claro, tentaremos contribuir com a Presidente até o fim da sua gestão, para que, ao final — como aqui também foi sugerido —, possamos fazer um relatório e este ser entregue à futura composição desta CMO, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - É um problema administrativo.

Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

Eu peço ao Deputado Carlos Zarattini que assuma a Presidência por um momento.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Presidente Rose, Presidente Carlos Zarattini, que agora assume a direção dos trabalhos, colegas Parlamentares, estamos repetindo em todas as reuniões o compromisso unânime desta Comissão — mais uma vez, reitero, liderados pela Presidente Rose — de que temos que recompor o orçamento da educação, de modo especial, assegurando que tenhamos orçamento que permita conclusão das creches, dos CMEIs e também várias obras em universidades e institutos federais.

Acho que isso já foi exaustivamente colocado e não tenho dúvida — tenho muita convicção — de que o nobre Relator Hugo Leal trará em seu relatório essa recomposição com os R\$4,5 bilhões, que foram estimados para atender plenamente o FNDE na conclusão de obras e nas demais demandas que ali existem, que vão desde o dinheiro na escola à merenda escolar, ao transporte escolar, mas especialmente à conclusão das obras inacabadas em um fluxo normal. Também não é só concluir. De nada adianta ter hoje uma obra em andamento, porque, quando chega a medição no FNDE, essa obra vai demorar 3, 4 meses. Com isso, a empresa quebra, para e passa a ter outra obra inacabada.

A Comissão de Orçamento tem que ficar muito atenta a isso. Deve-se ter orçamento e responsabilidade do Ministério da Economia com o fluxo financeiro, porque há algo que parece até — perdoe-me — uma irresponsabilidade. Uma obra que está com recurso empenhado, medição feita, conferida, apta para o pagamento e demora 2, 3, 4 meses? Há obras feitas em Prefeituras em todo o interior desse País, onde 99% das licitações são ganhas, o que é muito bom até para as pequenas empresas regionais, que geram emprego ali na cidade mesmo. Ou





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

alguém acha que uma megaempreiteira, que tem bilhões de reais em capital vai lá fazer uma creche, uma obrazinha, uma cobertura de quadra de R\$1 milhão, R\$500 mil? Não, não vai. Vai a pequena empresa lá daquele interior mesmo que não tem, é óbvio, capital para bancar a obra toda e receber quando o Governo quiser pagar.

Essas coisas precisam mudar, mas, para mudá-las, isso começa aqui na Comissão, Deputado Danilo, que é tão experiente nisso. Devemos garantir um orçamento e um acompanhamento para que esse orçamento seja executado, sem contingenciamento, com fluxo financeiro adequado.

Eu queria acrescentar aqui algo que, em alguns momentos, fica parecendo que não podemos concluir o orçamento antes de analisar os vetos. É fato que alguns vetos podem ser muito impactantes, mas há, pelo menos, um aspecto que já foi exaustivamente debatido aqui — eu já manifestei a minha posição e quero reiterá-la aqui — de apoio aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate a endemias, profissionais que possivelmente ganham menos em toda a estrutura da saúde pública e que precisam ser valorizados e respeitados, porque têm uma função tão nobre quanto a de um médico ou de outro profissional de saúde. Eles têm a função de estar lá na ponta, identificando a demanda, prevenindo a população, evitando doenças, fazendo o acompanhamento junto à comunidade, submetendo-se às intempéries para poder se deslocar nas comunidades rurais, nos bairros periféricos. E esse papel que está comprovado e é importantíssimo em saúde pública tem que ser valorizado.

Então, acredito que já há um cálculo, que é de R\$1,8 bilhão, para garantir aquilo que é pleiteado. Se não pudermos, pelas dificuldades orçamentárias, ter integralmente esse valor, no mínimo teremos que ter parte disso na proposta, para ter a clareza de que o veto pode ser derrubado, sim, porque haveria dotação orçamentária, que pode ser suplementada no decorrer do exercício de 2022. Não haveria impedimento legal. Essa é uma saída para que tenhamos uma atitude concreta de valorização dos agentes comunitários de saúde, dos agentes de combate a endemias, colocando recurso federal.

Também não adianta querermos fazer cortesia com o chapéu dos outros, querermos dar o aumento aqui, mas não colocarmos no orçamento do Ministério da Saúde para que o Governo Federal ajude os Municípios. Então, o que eu sinto, o que eu percebo é que há, se não um consenso, ampla maioria disposta a derrubar o veto, de modo a assegurar a possibilidade de que haja uma revisão e um salário justo para o agente comunitário e para o agente de combate a endemias.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, para derrubar o veto, temos que ter a clareza de que vamos colocar isso no Orçamento da União, para o Ministério da Saúde também poder corrigir o valor do repasse que vai fazer aos fundos municipais de saúde. Assim, faremos justiça aos agentes comunitários, aos agentes de combate à endemias, mas tendo a responsabilidade de atender aos Municípios, para que cumpram a sua função de remunerar adequada e dignamente esses profissionais de saúde.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Nós vamos colocar em votação os Relatórios nºs 3 e 4; a complementação de voto do Relatório nº 4; e a complementação feita em plenário pelo Deputado Paulo Azi, que deve estar sendo redigida.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovados.

Conforme o disposto nos arts. 22 e 54 da Resolução nº 1, passaremos à apreciação do relatório apresentado pelo Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária — CFIS sobre o exame de admissibilidade das emendas apresentadas ao PLN 19 — Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022.

O autor é o Comitê de Fiscalização — CFIS; o Coordenador é o Deputado Danilo Forte.

Passa a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores.

É importante que todos saibam que, desde que foi constituída a Resolução nº 1, que rege esta Comissão, e a Lei Complementar nº 101, de 2000, esse relatório nunca chegou a ser apresentado. Então, isso é uma inovação na nossa Comissão Mista de Orçamento. Aqui quero elogiar a Senadora Rose de Freitas e reconhecer o seu compromisso de dar regularidade a todas as frentes de trabalho necessárias para complementar a análise da execução





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

orçamentária e termos maior clareza sobre o papel do orçamento público e sobre a importância da lei orçamentária.

Muitas vezes, o Parlamento sofre junto à opinião pública exatamente por não haver a transparência e o reconhecimento de que a Lei Orçamentária é a lei mais importante votada pelo Congresso Nacional e de que é papel do Poder Legislativo não só elaborar a lei como também fiscalizar a sua execução.

Então, fiquei muito dignificado por essa deferência que a Senadora Rose me deu de coordenar esse comitê e agradeço muito aos Deputados e aos Senadores que conosco fizeram esse trabalho para que pudéssemos apresentar esse relatório.

"Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) sobre o Relatório do Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária de que trata o art. 54 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, relativo ao Projeto de Lei nº 19, de 2021, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022.

Relator: Deputado Danilo Forte

1. Relatório

1.1. Considerações iniciais

1. Em atendimento ao disposto no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o Exmo. Sr. Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, em 31 de agosto do corrente ano, o Projeto de Lei nº 19, de 2021, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022.

2. Por indicação das Lideranças partidárias e designação da Exma. Sra. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), Senadora Rose de Freitas, foi-nos atribuída a honrosa tarefa de coordenar o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária e relatar o presente documento.

3. Entre as atribuições do comitê estabelecidas no art. 22 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, estão:

I - acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução orçamentária e financeira, inclusive os decretos de limitação de empenho e pagamento, o cumprimento das metas fixadas na lei de diretrizes orçamentárias e o desempenho dos programas governamentais;

II - analisar a consistência fiscal dos projetos de lei do plano plurianual e da lei orçamentária anual;





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - apreciar, após o recebimento das informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União para o período respectivo, em relatório único, os Relatórios de Gestão Fiscal previstos no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

IV - analisar as informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União acerca da execução orçamentária e financeira, bem como do acompanhamento decorrente do disposto no inciso I do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

V - analisar as demais informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, exceto as relativas a obras e serviços com indícios de irregularidades e as relativas à receita.

4. A mesma resolução, em seu art. 54, determina que este relatório, no que concerne à análise da consistência fiscal do projeto de lei orçamentária anual, é parte integrante do Relatório Preliminar do Relator-Geral do Orçamento. A referida análise da consistência fiscal é realizada em conjunto com o Comitê de Avaliação da Receita.

5. Nosso relatório foi elaborado com o auxílio dos demais membros do Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária, comitê permanente da CMO, de que trata o art. 22 daquela Resolução.

Agradeço aos Deputados Dagoberto Nogueira, Orlando Silva, Augusto Coutinho, Bosco Costa, Wilson Santiago; à Deputada Dra. Soraya Manato e aos Senadores Carlos Fávaro e Luiz do Carmo, que o integram.

1.2 Reuniões e Encontros Técnicos

6. Não obstante o Comitê estar previsto em Resolução da CMO de 2006, esta é a primeira vez que um relatório deste teor é submetido à apreciação do Congresso Nacional. Esperamos que nossa iniciativa prospere, que se formalizem os mecanismos institucionais e que os relatórios passem a ser elaborados regularmente, posto que seu conteúdo é pertinente às funções parlamentares de acompanhamento da execução orçamentária, em seus múltiplos aspectos.

7. Em encontros que pudemos realizar em outubro, tivemos a oportunidade de ouvir, na sala da Presidência da Comissão, representante do Tribunal de Contas da União, e outros entes a propósito das deficiências quanto à credibilidade do orçamento federal, e o Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, que abordou o tema de 15 mil obras paralisadas, — repito, 15 mil obras paralisadas — "com ênfase nas obras destinadas à construção de creches e escolas de educação básica, com o objetivo de discutir, conforme disciplina o § 3º do art. 22, da Resolução nº 1/2006-CN, outros temas de relevância para fortalecimento do referido comitê.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

8. Nosso trabalho deve ser elaborado em sintonia com o que se desenvolve o Comitê de Avaliação da Receita, eis porque devemos mencionar preliminarmente que as conclusões do relatório daquele comitê são, em nossa opinião, sólidas. Suas conclusões se basearam em um criterioso exame das hipóteses de comportamento das variáveis macroeconômicas principais que afetam as previsões das receitas, em sua revisão de forma a incorporar substanciais mudanças de prognóstico ditadas pela evolução recente do quadro econômico, e na aplicação de novos parâmetros às estimativas de forma metodologicamente consistente. Disso resultou acréscimo de monta nas estimativas de receitas. Retomaremos adiante a questão da revisão do cenário macroeconômico.

1.3 Cenário Econômico.

9. As hipóteses adotadas na proposta orçamentária sobre o comportamento das variáveis macroeconômicas ('parâmetros'), como a expectativa de inflação, o crescimento do PIB, a massa salarial, as taxas de juros de câmbio, entre outros, balizam a maioria das projeções orçamentárias, tanto de receita quanto de despesa. O comportamento da economia, expresso na evolução desses indicadores, condiciona o desempenho da arrecadação de receitas da União. O orçamento, principalmente dentro as obrigatórias, contempla as despesas legalmente indexadas ou afetadas pelos preços e pelo câmbio. Dessa forma, uma das maneiras de se avaliar a consistência do orçamento e minimizar erros de previsão é pela via do exame da aderência desses indicadores ao cenário prospectivo da economia.

10. É muito mais fácil controlar a despesa do Governo do ponto de vista inicial da preparação do orçamento do que mais tarde, durante sua execução. Igualmente é mais fácil preparar o orçamento e aprová-lo atentando previamente para o cumprimento das regras fiscais.

11. Há duas questões a observar. A primeira, em que medida a proposta orçamentária é fiscalmente consistente. Outra, se o substitutivo que sairá do congresso para a sanção altera o PLOA em direção plausível, que torne o orçamento realista e, *pari passu*, fiscalmente adequado.

12. A tabela 1 apresenta os principais parâmetros econômicos de relevância para análise do PLOA 2022, particularmente nas receitas. Ela inclui dados desde 2016, como referência. Nessa tabela comparamos as hipóteses usadas no Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias do 3º bimestre, o mais recente disponível com base nas projeções quando do encaminhamento do PLOA 2022, com revisões oficiais dessas hipóteses e as expectativas mais atuais sobre o comportamento de algumas variáveis contidas no Relatório Focus divulgado pelo Banco Central.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

13. O cenário macroeconômico para 2022 mudou em relação aos prognósticos do Executivo que embasaram o PLOA 2022, e parte substancial das mudanças foi incorporada ao relatório da Receita.

14. Os efeitos econômicos decorrentes da pandemia de COVID, que provocaram greve recessão em 2020, de 4,1% do PIB, prosseguiram em 2021. Temos a previsão de crescimento da economia em 2021 hoje pouco menor que em agosto. A expectativa de uma recuperação cíclica que prolongar-se-ia em 2022 parece frustrada, tanto para o Governo, que reviu a hipótese de alta de 5,3% para 5,1% em 2021 e de 2,5% para 2,1% em 2022, quanto para os analista de mercado, bem mais pessimista — previsão de menos de 0,6% de crescimento em 2022, segundo Relatório Focus de 26 de novembro ainda antes do anúncio da descoberta da variante do vírus."

Eu tenho uma tabela aqui extensiva sobre isso.

"15. O fato de que a atividade econômica em 2021 e 2022 não será tão intensa nem tem impedido que os preços da economia — ao consumidor e no atacado, câmbio, juros e menos salários — estejam se acelerando já em 2021, superando as expectativas iniciais.

16. Outros indicadores naturalmente oscilam em correlação com o mesmo cenário: a produção industrial tende a acompanhar o PIB; a taxa básica de juros, a inflação; e assim por diante.

17. Essas hipóteses, no decorrer da recuperação da atividade produtiva e frente às incertezas que a pandemia ainda traz, se alteraram a cada rodada de avaliação do cenário macroeconômico em boa parte por força da reação dos mercados nacionais e externos. Assinalamos os gargalos na produção industrial e na distribuição, que levarão, em particular, ao enfraquecimento tanto do desempenho da indústria automobilística quanto do resto da indústria de transformação. No projeto de lei orçamentária, a expectativa de crescimento da indústria automobilística em 2022 era de 9,6%, na mais recente grade oficial de parâmetros, cai para 3,6% em cenário ainda otimista relativamente ao que antecipa o mercado para o PIB. Mais grave, a indústria da transformação deveria crescer quase 3,5%, e agora o prognóstico do Governo é de aumento nulo.

18. O tamanho e a persistência da inflação surpreenderam a grande maioria dos analistas das instituições financeiras, que previam queda do IPCA a partir de meados do ano, para alívio do Governo, que via nisso a possibilidade de alargar o espaço livre sobre o teto de gastos. Esse alívio não veio. A inflação para 2022 também surpreendeu, e o mercado financeiro já avalia o IPCA em 5%, atingindo o teto da meta da inflação.

19. No acumular de 12 meses até outubro de 2021, o IPCA atingiu 10,67%.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

20. Os Relatórios de Avaliação de Receita do 5º Bimestre e de Análise da Arrecadação das Receitas Federais em novembro mostram que as receitas vêm subindo regularmente em 2021, não apenas pelo efeito dos preços. Com a mitigação dos efeitos negativos da pandemia sobre a atividade econômica, a receita em 2021 tem surpreendido em termos relativos (em comparação com 2020) e absolutos. Em termos reais, as receitas administradas pela Receita Federal do Brasil 0151— RFB cresceram quase 19% nos últimos 10 meses" — Deputado Hildo Rocha — "encerrados em outubro em relação a igual período do ano passado, o melhor desempenho desde 2000.

21. Reflexos da evolução das estimativas de índices de preços sobre despesas merecem ser destacados pelo impacto que estão tendo na apreciação da proposta de Orçamento para o próximo exercício.

22. O IPCA de 2021, que poderá vir a definir o tamanho das despesas sujeitas ao teto em 2022, sobe de 5,9%, na proposta orçamentária, para 9,7%, no último boletim da SPE do Ministério da Economia e na grade que foi encaminhada ao Congresso em 22 de novembro — em linha com o mais atual prognóstico do relatório Focus. O diferencial de inflação entre o IPCA de 2021 e o acumulado em 12 meses até junho de 2021 daria espaço adicional de R\$62,2 bilhões no teto de gastos.

23. O INPC de 2021 é determinante para a fixação, em 2022, das despesas de naturezas previdenciária e assistencial indexadas pelo salário mínimo, que deverão ocupar espaço no teto de gasto maior que previsto no PLOA. O INPC de 2021, antes projetado em 6,20%, foi revisto para 10%.

24. Houve revisão das expectativas sobre o comportamento do câmbio desde o encaminhamento do PLOA 2022. Era esperada uma queda na taxa média de câmbio de 2021 para 2022, agora aumento moderado (de 2,6% em relação à última previsão oficial para 2021).

25. A retomada do crescimento do PIB deveria levar à melhora gradual das condições de mercado de trabalho, refletidas na projeção apresentada de crescimento anual da massa salarial nominal, de 2021 para 2022. Em julho/agosto, a previsão era de que aumentaria 2,7%; agora, 12,6%. Essa revisão implicou melhoria nas estimativas de receitas líquidas do INSS e dos Impostos de Renda na fonte sobre o trabalho e da pessoa física.

26. A reação do Banco Central em 2021 à rápida elevação dos preços e a perspectiva de que a inflação permaneça sob controle em 2022 mediante o uso dos instrumentos da política monetária ensejou a revisão do patamar que deveria atingir a taxa básica de juros em 2021 e 2022. A alteração em relação ao cenário de meados deste ano, refletido no PLOA 2021 e sua recente atualização, foi expressiva. No projeto de Lei Orçamentária constou a hipótese de a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

SELIC chegar, em dezembro de 2021, a 6,40%, e agora o Governo admite 9,15% ao fim deste ano (e o mercado fala em 9,25%). Para 2022, a SELIC na proposta se situaria em dezembro em 6,65%; e em 10,90% na atualização dos parâmetros (e em 11,25%, segundo o mercado).

27. O mercado de petróleo também se alterou nesse espaço de tempo. A revisão da cotação do barril de petróleo do tipo Brent terá impacto considerável, por exemplo, nas receitas de *royalties* derivados da exploração de petróleo e de vendas dessa matéria-prima pelo Governo recebida em regime de partilha. O PLOA considerou cotação média do barril de 70 dólares; e agora, na atualização dos parâmetros, a previsão é de 77,4 dólares.

1.4 Análise de Consistência Fiscal

28. A Resolução nº 1, de 2006, determina que cabe ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária, em conjunto com o Comitê de Avaliação da Receita, a análise da consistência fiscal dos projetos de lei do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual.

29. O Projeto de Lei nº 19, de 2021, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022 (PLOA 2022), foi encaminhado ao Congresso Nacional em 31 de agosto, conforme previsão constitucional. O PLOA 2022 apresentado pelo Presidente da República atendeu todos os pré-requisitos de constitucionalidade, legalidade e juridicidade.

30. A receita e a despesa do PLOA 2022 foram estimadas em R\$4.716,2 bilhões, sendo R\$96,5 bilhões do orçamento de investimento das estatais e R\$4.619,7 bilhões do orçamento fiscal e da seguridade social.

(...)

1.4.1 Atendimento das Regras Fiscais

31. O ordenamento jurídico prevê a coexistência de diferentes regras fiscais, entre as quais as mais importantes são a meta de resultado primário, o limite de despesas primárias (teto de gasto) e a chamada "regra de ouro".

32. As diferentes regras fiscais têm entre os seus objetivos básicos a busca de uma trajetória de dívida pública sustentável ao longo do tempo. As metas de superávits primários, por exemplo, normalmente são calculadas de forma a promover a queda ou estabilidade da dívida, seja por ampliação da receita, seja por corte de gastos, ou a combinação de ambos. A regra de ouro evita que o endividamento seja usado com gastos correntes, com dilapidação do patrimônio. A limitação de despesas primárias, por sua vez, reduz a necessidade de financiamento, seja por meio de aumento de carga tributária, seja via endividamento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

33. A necessária fixação de um limite para a dívida da União foi prevista no inciso VI do art. 52 da Constituição, sem que tenha sido até o momento regulamentada. Novo dispositivo constitucional prevê edição de lei complementar versando sobre sustentabilidade da dívida, tratando, entre outros, da trajetória de convergência da dívida para um limite a ser definido e de sua compatibilidade com os resultados fiscais.

1.4.1.1 Meta de Resultado Primário

34. Metas anuais relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública devem ser definidas em anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentária — LDO, conforme disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal. Nos 21 anos de existência da Lei de Responsabilidade Fiscal, apenas metas de resultado primário foram estabelecidas.

35. As metas de resultado primário sempre foram cumpridas, por vezes com o auxílio de revisões que as reduziram e/ou flexibilizaram durante o exercício. Enquanto as metas de resultado primário previam superávit, houve contínua e expressiva redução da dívida, como mostram os dados de 2006 a 2013 na tabela seguinte.

(...)"

Como a Mesa está dizendo que já foi tudo publicado, lerei o que é importante ressaltar.

"(...)

1.4.1.2 Teto de Gastos (EC 95/2016)

40. Encontra-se em vigor o Novo Regime Fiscal, que visa controlar o crescimento do gasto e contribuir para o ajuste estrutural das contas públicas. Esse regime vigorará, conforme o art. 106 do ADCT da Constituição, por 20 anos, de forma a limitar o crescimento da despesa primária federal nos próximos 20 exercícios, a partir de 2017, à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA. Esse regime impõe um teto às despesas primárias e, uma vez as despesas no limite, o excesso de receitas primárias será alocado de forma a conter a dívida pública."

Então, é importante também ressaltar:

"(...)

42. Em razão do teto de gastos em vigor, todo excesso de arrecadação servirá para a melhora das contas públicas, com redução de déficit primário previsto pela LDO. Para 2022, o teto de gastos é de R\$1.610.012,1 milhões", ou seja, é R\$1 trilhão 610 bilhões de reais.

Aqui se fala da limitação de gastos. É importante ressaltar, ainda:

"(...)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

44. (...) Na execução, contudo, em nenhum exercício a limitação foi atingida, sendo que em 2020 os gastos ficaram R\$52 bilhões abaixo do possível. Percebe-se cautela excessiva na projeção de despesas, principalmente na área de natureza obrigatória."

Isso significa dizer que o Brasil tem cumprido o teto de gastos dentro do limite e que também a lei — inclusive, eu fui Presidente da Comissão Especial que instituiu o teto de gastos — prevê que a revisão do teto de gasto público pode ser feita por iniciativa do Congresso Nacional.

"1.4.1.3 Regra de Ouro

45. Dispositivo constitucional, conhecido como regra de ouro (...)

46. A maior dificuldade de cumprimento da regra de ouro na proposta orçamentária que na execução se dá pelos seguintes fatores, entre outros: a) a proposta orçamentária só inclui receitas previstas para o exercício e despesas nela autorizadas, enquanto que durante o exercício se pode contar com superávits de exercícios anteriores, excessos de arrecadação e diferentes combinações de despesas correntes e de capital; b) a proposta orçamentária contém reserva de contingência a ser apropriada pelo Congresso Nacional, cuja natureza, se corrente ou de capital, só será conhecida ao final da discussão do Orçamento. Também durante a tramitação do Orçamento despesas correntes podem ser canceladas e posteriormente apropriadas como de capital. Na proposta orçamentária de 2022, por exemplo, parte dos R\$16,2 bilhões reservados para as emendas impositivas será alocada em investimento; c) na proposta orçamentária, há tendência a superestimar receitas e despesas com serviço da dívida de forma a permitir melhor administração da dívida pública; d) durante o exercício, pode ser conveniente ou necessária a emissão de títulos públicos além do total a ser despedido" (...) no exercício anterior; e) outras receitas financeiras 'substituem' a necessidade de emissão de títulos. Resultados do Banco Central, em particular, apresentam vultosas oscilações (...).

(...)"

Isso é importante, porque podemos também ter o entendimento, a partir daqui, de que essa reserva de contingência também pode ser modificada com relação ao Orçamento de 2022.

"1.4.2 Avaliação das Receitas na Proposta Orçamentária

50. As estimativas de receita no Projeto de Lei Orçamentária fundam-se, em regra geral, na arrecadação realizada até julho do corrente ano e a projetada para o restante do exercício, tendo-se em conta nos cálculos as hipóteses do comportamento dos parâmetros relevantes até o final desse exercício e em 2022. (...)"





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, isso também é importante para que possamos ter um parâmetro. É importante também ressaltarmos:

"(...)

52. (...) a arrecadação de 2021, base para projeção de 2022, surpreendeu positivamente. Espera-se agora na avaliação referente ao quinto bimestre que a receita primária de 2021 seja R\$447,4 bilhões (30,7%) maior do que o arrecadado em 2020." Ou seja, no quinto bimestre de 2021, nós temos uma receita 30,7% maior do que arrecadado em 2020. "Líquido de transferências por repartição de receitas, a União contará com R\$353,5 bilhões a mais do que no quinto bimestre" do ano passado.

É importante tomarmos conhecimento disso.

"(...)

1.4.2.1 Redução de Benefícios Tributários

54. Desde a LDO de 2019, existe a preocupação com a redução dos gastos tributários, que superavam 4% do PIB. Naquela lei tomou forma de exigência de que o Governo apresentasse um 'cronograma de redução de cada benefício, de modo que a renúncia total da receita, no prazo de 10 (dez) anos, não ultrapasse 2% (dois por cento) do Produto Interno Bruto'. (...)"

Isso é importante também, porque esse debate da redução dos benefícios tributários é um debate que está em voga.

"(...)

56. O Poder Executivo apresentou o Projeto de Lei nº 3.203, de 2021, que prevê a redução gradual de incentivos e benefícios federais de natureza tributária e o encerramento de benefícios fiscais, nos termos do art. 4º da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021. Esse PL visa à redução de R\$22,4 bilhões em renúncia tributária, sendo que R\$15,3 bilhões seriam resultado da aprovação do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021 (reforma do Imposto de Renda) e R\$7,1 bilhões de revogação de benefícios com prazo determinado (...)", conforme tabela a seguir.

Estamos colocando essa tabela. É importante que tenhamos entendimento em relação a essa questão.

Eu não vou dar seguimento a toda a leitura, mas é importante ressaltar que há, aqui, uma evolução com relação à proposta orçamentária. É importante reconhecermos, por exemplo, o seguinte:

"(...)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

69. Neste sentido, a aprovação da PEC 23 (PEC dos Precatórios), que promove uma mudança na correção do teto de gastos, que passaria a ser corrigido pelo IPCA acumulado de janeiro a dezembro do ano corrente, ao invés de considerar como prazo limite o mês de junho, e que ainda posterga o pagamento dos precatórios, poderia ampliar o espaço fiscal em até R\$106 bilhões para atendimento das demandas apresentadas, sem o necessário corte de outros gastos já programados. (...)”

Não houve aprovação da PEC por enquanto, está sendo concluída essa votação, mas já está praticamente incluída no orçamento das receitas.

Há o questionamento sobre a execução das emendas parlamentares.

“(…)

74. No que tange às emendas individuais impositivas do exercício de 2021, foi autorizado o montante de R\$9.670.235.419,00, sendo empenhados R\$8.591.193.720 (88,8%) e efetivamente pagos R\$5.849.687.596 até 8 de dezembro do ano corrente (...)”, o que significa dizer que já foram pagos, este ano, 68,1% das emendas individuais impositivas.

”75. Para as emendas de bancadas estaduais do exercício de 2021, foi autorizado o montante de R\$7.301.901.752,00, sendo empenhados R\$5.635.382.952,00 (77,2%) e efetivamente pagos R\$2.726.116.763,00 (...) até 8 de dezembro de 2021 (...)”, o que significa dizer que foram efetivamente pagos 48,4% das emendas de bancadas estaduais em 2021.

Este trabalho é importante para termos uma noção de como este Comitê de Fiscalização pode contribuir, inclusive, para um melhor aproveitamento desse trabalho.

Há outro ponto importante a se ressaltar:

“(…)

80. O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) — ou o Programa Casa Verde e Amarela — foi instituído em 2009 pela Medida Provisória nº 459, de 2009, convertida posteriormente na Lei nº 11.977, de 2009. O objetivo da criação do programa era o de reduzir o déficit habitacional. (...)” Nesse programa, havia “o diagnóstico de que o déficit habitacional se concentrava no segmento populacional de baixa renda”, e que foi muito importante, inclusive, para diminuir esse déficit habitacional. Com o advento do Programa Casa Verde e Amarela, que é sucessor do Programa Minha Casa, Minha Vida e foi instituído pela Medida Provisória nº 996, de 2020, convertido na Lei nº 14.118, de 2021, que acompanhou o programa anterior, o que percebemos é que ele simplesmente parou.

“(…)

84. Ademais, destacou-se que o *‘déficit habitacional, acumulado ao longo de décadas, representa um passivo de 6,35 milhões de moradias, que agregado à demanda habitacional*





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

futura, correspondente à quantidade de moradias que deverão ser acrescidas ao estoque habitacional para acomodar o crescimento populacional futuro e a formação de novas famílias, resulta no desafio de produção média de cerca de 1,23 milhão ao ano até 2030. (...) As estimativas são de que em 2014, no Brasil, existiam cerca de 960 mil domicílios próprios com adensamento excessivo, cerca de 7,7 milhões de domicílios sem esgotamento sanitário, e cerca de 940 mil domicílios sem cobertura adequada", ou seja, sem telhado, em pleno Brasil do século XXI.

"(...)

85. Por meio do Requerimento de Informação nº 32/2021/CMO, solicitou-se ao Ministro do Desenvolvimento Regional informações sobre a execução orçamentária e financeira do Programa Minha Casa, Minha Vida e do Programa Casa Verde e Amarela no período de 2020 a 2021, discriminando o número de unidades contratadas e entregues, por faixa de atendimento e por exercício.

86. Em resposta, o Ministério esclareceu que desde o exercício de 2019 não realizou novas contratações nas modalidades de produção habitacional subsidiada (antiga faixa 1 do PMCMV) — a mais precária, com densidade da mais baixa renda —, "operacionalizadas com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), em razão de restrições de natureza orçamentária e financeira. Por consequência, os recursos disponibilizados nesse período foram destinados a honrar apenas a continuidade da execução dos empreendimentos habitacionais já contratados e ainda pendentes de finalização.

87. Mencionou ainda que, em paralelo, o MDR estruturou-se para promover a revisão da política nacional de habitação, processo que resultou na publicação da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, que instituiu o Programa Casa Verde e Amarela (...). Com efeito, as novas contratações e investimentos referentes à modalidade de produção habitacional subsidiada dependem (1) da edição dos atos normativos decorrentes, responsáveis pela regulamentação das formas de atendimento, e (2) de suplementação orçamentária, tendo em vista que a disponibilidade atual mostra-se insuficiente para dar lastro a novas contratações na modalidade em questão.

88. Tendo em vista que não houve novas contratações, o Ministério encaminhou os dados acerca das unidades habitacionais entregues e dos valores liberados para as contratações do PMCMV subsidiadas com recursos com OGU (...)", o que significa dizer que o Governo, o MDR, só fez a conclusão de projetos em andamento, sem nenhuma nova contratação, nem em 2019, nem em 2020.

Isso é importante porque, no fechamento do Orçamento, vamos falar com relação a isso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"(...)

92. Com relação ao exercício de 2021, destaca-se a significativa redução dos valores alocados ao programa, especialmente no âmbito da ação relativa ao Fundo de Arrendamento Residencial: dos R\$1.823,4 milhões encaminhados na proposta, apenas R\$27 milhões restaram no orçamento aprovado. Com as alterações promovidas por crédito adicional, o autorizado para a ação foi de R\$1.074,1 milhões.

93. É importante que, para 2022, os recursos relativos às ações mencionadas sejam não apenas preservados de cortes, mas também suplementados, possibilitando a entrega das unidades já contratadas e a contratação de novas unidades subsidiadas para atender às famílias de menor renda", o que significa dizer que não podemos deixar esse programa de vital importância sem recurso na proposta orçamentária de 2022.

"(...)

1.5.3 PRONAMPE

94. O PRONAMPE (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) nasceu a partir de iniciativa do Congresso Nacional como medida de facilitação do acesso ao crédito destinado às micro e pequenas empresas, no contexto da pandemia de coronavírus, objetivando minimizar os efeitos socioeconômicos da calamidade decorrente."

Esse é outro programa importante, porque atendeu aos micro e pequenos empresários. De novo, percebemos que houve corte entre o que se propunha e a efetiva execução orçamentária. Então, isso está todo aqui definido nas tabelas apresentadas. E vou falar do futuro.

"(...)

98. Sobre a execução orçamentária e financeira das despesas com contribuições do Governo brasileiro a organismos internacionais, discriminando a dívida acumulada com cada organismo, por exercício, e as projeções para o exercício de 2022.

99. Os compromissos do Governo brasileiro junto a organismos internacionais são, basicamente, de duas naturezas: contribuições, a fundo perdido (...)"

Também não acompanharam a evolução dos investimentos.

"100. (...) O Brasil destina recursos a 109 organismos internacionais, com dívida vencida que constitui passivo da ordem de R\$4,0 bilhões. Desse total, citam-se, a título exemplificativo, a dívida do Brasil com os seguintes organismos: ONU (R\$318 milhões), OIT (R\$212 milhões), FAO (R\$216 milhões) e OMS (R\$148 milhões). Para 2022, estima-se que as novas obrigações perfazem o montante de R\$1,6 bilhão."





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Isso também é um tema com o qual devemos ter a devida preocupação, até no que diz respeito à recuperação da credibilidade internacional do País.

Com relação ao RGPS, nós temos aqui as distorções que foram apresentadas com relação à execução orçamentária, entre a necessidade e o aumento das despesas no Regime Geral da Previdência Social.

"(...)

109. A taxa de crescimento vegetativo é um dos principais parâmetros para a estimação da despesa do RGPS. Sobre ela cabe destacar que, atualmente, há grande incerteza sobre o novo patamar da referida taxa, tendo em vista a reforma realizada em 2019 pela Emenda Constitucional nº 103 (...)", a Reforma da Previdência, que foi estabelecida inclusive como uma medida de prevenção orçamentária. Mas, ao mesmo tempo, há a questão da pandemia e a questão dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social que precisam ser elevados, em função inclusive da taxa de crescimento vegetativo.

"110. A taxa de crescimento vegetativo de 1,6% leva em conta a hipótese de desrepesamento, com redução do estoque até julho de 2022, conforme a Nota Técnica nº 35/2021/DIRAT-INSS (...)."

Em relação a essa questão, são necessárias medidas administrativas.

E a grande questão também que todo mundo viveu aqui foi a necessidade da recomposição inclusive do Auxílio Emergencial, que é o substituto do Programa Bolsa Família, que foi instituído pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, que foi convertida na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e que passa agora a ser incorporada dentro do nosso novo programa do Auxílio Emergencial. Esse programa incorpora inclusive o público do Cadastro Único e do ExtraCad, que está sendo incorporado, dentro dessa nova visão de fortalecimento do Auxílio Emergencial.

Aqui está a discrepância que foi paga com relação ao crescimento para os R\$600,00 e agora o Auxílio Brasil, que é uma das principais inovações em políticas públicas informada pelo Governo para 2022, que é a conversão do atual Bolsa Família na modalidade de transferência direta de renda, denominada de Auxílio Brasil, sob a responsabilidade do Ministério da Cidadania e criado pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021.

Do ponto de vista orçamentário, as dotações foram necessárias, inclusive toda a preocupação com relação a incorporar a esse projeto os montantes aqui relacionados. Então aqui também já está toda a tabela da transferência para as unidades da Federação

Também há aqui a discussão sobre a questão dos recursos do Ministério da Educação, da qual nós aqui, inclusive, participamos. Vimos a preocupação da Presidente Rose de Freitas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

exatamente no sentido da recomposição do orçamento do Ministério da Educação, que foi inclusive um compromisso uníssono de toda esta Comissão Mista de Orçamento, com relação à execução deste ano do FNDE.

E há também o ponto com relação à questão do seguro-desemprego, na medida em que, com a recessão, o quadro do seguro-desemprego precisou de um crescimento nominal esperado para 2022 da ordem de R\$5,4 bilhões, ou seja, 16,7% a mais, em relação a 2021.

Há previsão também da questão do abono salarial, que está bastante singular, diante da edição da Resolução CODEFAT nº 896, de 23 de março de 2021, que modificou o calendário de pagamentos do abono salarial. Isso também, de certa forma, mexeu na execução orçamentária de 2021, que atingiu um total de R\$10.158.094.487,97.

2. Voto

162. Ante o exposto, voto pela aprovação do Relatório do Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária, que passa a ser parte integrante do parecer preliminar que acompanha o PLN 19, de 2021, nos termos do art. 54 da Resolução nº 1 de 2006-CN.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2021

Deputado Danilo Forte"

Aqui agradeço a todos os demais Deputados e Senadores que participaram desta Comissão e assinaram, subscreveram este relatório.

"Câmara dos Deputados

1. Deputado Dagoberto Nogueira (PDT/MS)
2. Deputado Orlando Silva (PCdoB/SP)
3. Deputado Augusto Coutinho (Solidariedade/PE)
4. Deputado Bosco Costa (PL/ES)
5. Deputada Dra. Soraya Manato (PSL/ES)
6. Deputado Wilson Santiago (PTB/PB)

Senado Federal

1. Senador Carlos Fávaro
2. Senador Luiz do Carmo"

Agradeço a todos pelas contribuições que deram a este relatório.

É importante também aqui ressaltar e deixar muito claro que tivemos uma preocupação muito grande — e nos detivemos sobre o assunto — com relação à questão da execução orçamentária no que chamamos de emendas de Relator. Eu acho que cabe uma avaliação mais profunda por esta Comissão, porque as emendas de Relator se prendem ao compromisso





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do Relator em ajustar o Orçamento, em buscar identificar exatamente o controle de receitas e despesas e encontrar o equilíbrio entre os entes orçamentários diante das suas demandas e diante da preocupação da transparência, de que a opinião pública e a sociedade brasileira precisam. O orçamento público tem que ter transparência e tem que ter fiscalização.

E a nossa sugestão, inclusive acoplada a este relatório, é exatamente que as RP-9 são necessárias, sim, dentro da dimensão do que elas fazem, mas em momento algum podem dar visibilidade ou coerência ao que está sendo questionado hoje e chamado de "orçamento secreto". Em nenhum momento o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária pode dar subsídio a qualquer perspectiva de execução orçamentária que não seja transparente.

Nós inclusive questionamos e buscamos exatamente com isso contribuir para aumentar a transparência do orçamento público e inibir qualquer ação de execução orçamentária que seja desconforme ao que a lei orçamentária do País requer e a Lei de Responsabilidade Fiscal requer no Brasil de hoje. Nós queremos transparência, sim. Nós não podemos dar margem a execução orçamentária que não tenha identificação originária do destino ao objeto ao qual essa execução orçamentária se viabiliza, no cumprimento das determinações da lei orçamentária, e o controle do ente federado, seja ele Município, seja ele Estado, seja ele instituição federal que irá executá-la.

A transparência é fundamental para haver responsabilização sobre desvios e sobre distorções que possam acontecer na execução orçamentária do Brasil.

Por isso, Presidente Zarattini, Deputado Dagoberto, Deputada Adriana, eu fico feliz de ter constituído, pela primeira vez, desde 2006, com o início da Instrução Normativa nº 1, este primeiro relatório, tímido ainda, acanhado ainda, porque o comitê só começou a funcionar a partir de outubro, mas, conforme o prometido e a obrigação assumida por nós, estamos aqui entregando à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional o primeiro Relatório do Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária.

Esse é um passo inicial, e esperamos que esta Comissão também busque cumprir, a partir do ano de 2022, a sua obrigação na fiscalização do Orçamento. Nós não podemos ser apenas uma instância meritória na constituição do Orçamento, temos que ser também uma Comissão comprometida com a fiscalização, porque isso, inclusive, busca valorizar a atividade parlamentar. O Congresso Nacional precisa ser reconhecido pela sociedade brasileira pelas suas obrigações e pelo seu papel constitucional.

Hoje, muitas vezes vemos o Congresso Nacional, na avaliação de pesquisas públicas, muito aquém do seu papel. Muita coisa boa é feita aqui também e precisa ser vista pela





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sociedade brasileira. Infelizmente, os malfeitos têm uma repercussão muito maior. E se criamos um instrumento chamado "orçamento secreto", que contribui ainda mais para que essa imagem deteriorada seja consistente na opinião pública, é porque nós estamos errando.

Então, Deputado Zarattini, passo às suas mãos o relatório. Espero que ele seja aprovado por esta Casa e que possamos dar seguimento, agora, para que a Comissão Mista de Orçamento também constitua um subcomitê permanente de fiscalização da execução orçamentária.

Agradeço à Senadora Rose de Freitas, que me deu a oportunidade de fazer este relatório, e aos demais parceiros que contribuíram na constituição do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Queria parabenizar o Deputado Danilo Forte pelo trabalho, por este Relatório do Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária, que evidentemente é uma das atribuições do Congresso Nacional — uma é legislar, a outra é fiscalizar. Aqui está um exemplo de trabalho, que deve ser bastante divulgado e que tem consistência. E, pelo que ouvimos aqui, ele realmente traduz esse trabalho de fiscalização.

O Relatório do CFIS está em discussão.

Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Presidente.

Primeiramente, eu quero parabenizar o Deputado Danilo Forte e o grupo que trabalhou junto com ele, a Deputada Dra. Soraya, o Deputado Dagoberto, entre outros Deputados que foram citados, pela entrega do relatório, que, apesar de ser o primeiro, traz muitas informações importantíssimas, relevantes, para quem quiser se inteirar do que acontece, de como acontece e de como será feita essa fiscalização, esse controle e essa execução.

Alguns dados me chamaram realmente muita atenção, Deputado Danilo. Algumas coisas eu até anotei aqui, como a questão das 15 mil obras paralisadas, a questão da recessão, da taxa SELIC galopante, de acordo com os dados de mercado, e dessa regra, dessa busca por uma dívida pública sustentável.

Eu acho que esse é o nosso grande desafio aqui, porque, se estamos indo para o nono resultado primário negativo consecutivo, temos que pensar onde atuar.

V.Exa. trouxe aqui as questões da limitação de despesa primária, da regra de ouro, da meta superavitária, mas eu queria colocar o foco da minha fala no item 79 do seu relatório, que eu achei muito interessante. Não foi lido, mas eu vou pegá-lo como exemplo — e eu acho que todo brasileiro deveria ler o seu relatório. Refere-se justamente às emendas de Relator, algo que foi dito aqui. Eu vou tomar a liberdade de ler.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quando V.Exa. diz que a transparência é fundamental, eu quero chamar atenção para o fato de que nós temos um projeto de resolução aprovado que não vai resolver o problema da transparência. V.Exa. mesmo a colocou como fundamental para podermos fiscalizar e realmente colocar luz sobre um problema sério que temos aqui dentro. Então, ainda que tenha havido um pequeno avanço — e eu falo "pequeno" porque ele é pequeno —, nós não resolvemos o problema de quem indicou.

Eu estou com uma reportagem aqui...

V.Exa. falou de distorções. O item 79 fala...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Deputada, peço que, se puder, vá para a conclusão.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Desculpe-me, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Se V.Exa. puder caminhar para a conclusão...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - V.Exa. está cortando a minha fala, Deputado Zarattini? Só quero entender. Há muitos Deputados inscritos? Eu já vou encaminhar, mas eu gostaria de ter...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Não, não. A ideia é buscarmos... Há ainda um PLN para votarmos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu serei breve, mas acho importante pontuar essas coisas. Irei para a conclusão.

O item 79, que eu faço questão de ler, está falando sobre emenda de Relator:

79. No entanto, do ponto de vista da alocação congressual e da execução orçamentária o tema ainda carece de amplo debate para seu aprimoramento. A distribuição dos recursos deve ser pautada pelo equilíbrio federativo e regida pelo princípio de isonomia no tratamento dos entes combinado com o propósito de redução das desigualdades sociais e regionais e com o atendimento de políticas públicas (...) estruturantes, sem pulverização dos escassos recursos.

E eu chamo atenção para isso porque saiu uma reportagem com um dado que temos que ter em mente se quisermos resolver o problema. Ela dá o exemplo de dois Municípios, um chamado Mombaça e outro chamado Tauá. Ambos ficam no Ceará e distam 80 quilômetros um do outro. O *per capita* destinado a Tauá foi 2.600 reais, e a Mombaça foi 67 reais. Esses Municípios têm condições econômicas e sociais parecidas, o IDH de ambas é 0,6, então não há nada que justifique essa diferença. Isso só mostra que não existe critério no empenho das programações genéricas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E o que nós temos aqui, até para seguir o princípio da transparência, já finalizando a minha fala, é que do jeito que ficou o *caput*, o projeto de resolução não vai trazer essa transparência, porque falar que as indicações ou solicitações têm que ser publicadas individualmente, mas individualmente pode ser emenda a emenda, saindo com o nome do Relator-Geral.

Então, temos que trabalhar para duas coisas. Primeiro, exigir que sejam nominais, tem que ser nominalmente e com o nome de quem indicou. E a segunda coisa que eu também quero chamar atenção aqui é quanto aos critérios. Eu conversei com o Deputado Hugo Leal ontem e ele ficou de estudar e colocar no relatório os critérios socioeconômicos, do IBGE, e os critérios regionais para que possamos realmente ter critérios que não tragam essas distorções.

No mais, quero parabenizar novamente o Deputado Danilo e seu grupo de trabalho pelo relatório. E sim, com louvor, eu quero aprovar esse relatório.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado, Deputada. Desculpe-me tê-la interrompido, mas foi apenas para tentarmos avançar.

Deputado Danilo, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - A Deputada Adriana incorporou bem o sentimento de todos que trabalharam nesse relatório. Eu não tenho de dúvida de que precisamos aprimorar e que a busca pela transparência é fundamental. Aqui não é uma Casa que foi constituída para enganar ninguém, aqui é uma Casa de representantes do povo e, como tal, tem a responsabilidade e a obrigação de ter transparência em todos os seus atos, principalmente quando se trata de recursos públicos.

Eu acho que é vivido e notório que a forma como foi conduzida a RP9 nos anos de 2019 e 2020 ainda vai dar muito o que falar, porque, realmente, as distorções são absurdas. Além do problema da má distribuição entre os entes federados, tem um problema da criação de uma casta, de um grupo eletivo dentro do Congresso Nacional que se transformou numa verdadeira elite parlamentar no que diz respeito à execução desses orçamentos. Isso é repugnante.

Eu fui, Deputada Adriana, o Relator da LDO de 2015, que constituiu o orçamento impositivo. Naquela época, quando nós constituímos o orçamento impositivo foi exatamente para dar equilíbrio e equidade entre os Deputados. Até então, o Deputado Zarattini lembra muito bem, a bancada do PT sofria muito, porque, quando o PT era oposição, só eram empenhadas as emendas dos Deputados que estavam no Governo. E essa prática foi exatamente extinta quando constituímos o orçamento individual e impositivo para dar esse equilíbrio, para que todos os Deputados tivessem o mesmo nível de indicação de emendas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

individuais. Posteriormente, isso ganhou dimensão maior quando foram eletivas também as emendas de bancada. E agora com a RP9 se substituiu praticamente o Orçamento de Investimento do Poder Executivo.

É lamentável o que ocorre. Muitas vezes, chega-se a um ente público, a um Ministério — e é comum, o Deputado Zarattini sabe disso —, para conversar com o Ministro sobre um programa de política pública e ele olha para você e diz que não tem um centavo para investimento, porque toda a área de investimento foi comprometida na RP9. E sabemos que existem políticas públicas que precisam ser continuadas. Está aqui um caso patente, o Programa Minha Casa. Minha Vida, o Programa Casa Verde e Amarela, que não contrata nada desde 2019. Fica-se apenas tentando concluir o que já estava em execução e não tem nenhuma contratação nova. E sabemos, basta andar nas ruas, principalmente das grandes cidades, para que se veja o mundo de brasileiros que estão expostos ao sol e à chuva, morando na rua porque não têm uma casa para morar. Hoje isso é visível em qualquer cidade brasileira de médio ou de grande porte.

Por outro lado, também vemos o esforço e a ginástica que precisaram ser feitos para buscar recursos para garantir inclusive o Auxílio Brasil, auxílio este que vai tirar da fome milhões de brasileiros. Este ano conseguimos votar o PLN 26/21, que garantiu os recursos para 2021, inclusive eu tive a oportunidade de ser Relator dessa matéria, e estamos agora criando instrumentos, espaços orçamentários para garantir os 90 bilhões para esse programa durante todo o ano de 2022, para que em todos os meses do ano de 2022 essa população de pessoas excluídas do mercado de trabalho possa receber no mínimo 400 reais por mês e garantir a sua subsistência, a sua alimentação, para que não haja cenas como as que eu vi em Fortaleza de mães de família, de pessoas de bem correndo atrás de um caminhão de lixo para pegar restos de comida, pegar lixo do supermercado para levar alimento para suas casas. Isso não pode acontecer. E cabe no Orçamento.

O que mais me deixa preocupado — e muitas vezes até questiono com muita veemência essa formação orçamentária — é que num país como o Brasil, que tem potencial, é uma das maiores economias do mundo, com um orçamento da ordem de 1 trilhão e 700 bilhões não conseguimos espaço para matar a fome de 20 milhões de brasileiros. Isso é lamentável!

De outro lado também, ninguém aqui é criança, há as solicitações e os desvios que não pararam de acontecer. Inclusive, já foram identificados casos no Maranhão em que esses recursos estão sendo desviados. E tenho certeza de que isso será uma constante agora, à medida que as instituições de fiscalização, principalmente Ministério Público e Polícia Federal, começaram a atuar e de novo vemos casos que deterioram a imagem do Congresso Nacional





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

e tiram por completo o papel fundamental que nós no Parlamento precisamos ter. Como muito bem disse o Presidente Zaratini, não basta só fazer o orçamento, mas também é preciso fiscalizar a execução. Essa é uma prática que precisa voltar ao Parlamento, antes que seja preciso fazer uma nova CPI dos Anões do Orçamento.

Então, é preciso que haja esse entendimento. E cabe a nós, para nos valorizarmos como representantes do povo brasileiro, ter essa preocupação, senão todos iremos para a vala comum, todos iremos pagar um preço pela péssima imagem que muitas vezes o Congresso Nacional e os seus representantes políticos têm perante a opinião pública e a sociedade brasileira, exatamente por não cumprirem com suas obrigações. Esse relatório vem exatamente nesse sentido.

Muito obrigado, Deputada Adriana. Muito obrigado, Deputado Zaratini, e a todos que nos ajudaram na constituição desse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zaratini. PT - SP) - Muito bem. Muito obrigado, Deputado Danilo.

O relatório do Comitê de Fiscalização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Relatório do CFIS, que integra o parecer preliminar do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022, está aprovado. E vai fazer parte, então, da nova Lei do Orçamento para 2022.

Passa-se à apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 29, de 2021 — CN, que abre ao Orçamento de Investimento, em favor da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., da Refinaria de Mataripe S.A. e da Refinaria de Manaus S.A., crédito especial no valor de R\$132.320.000,00, para os fins que especifica. Relator: Deputado Danilo Forte.

Voto.

Voto favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Relator está com a palavra para apresentação da complementação de voto.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, quando apresentamos o relatório na semana passada, houve questionamento sobre o corte em função dos investimentos que seriam feitos pela PETROBRAS. Dois deles refletiam na política de desinvestimento da própria PETROBRAS. As refinarias Mataripe e Manaus já estavam inclusive em processo de negociação de transferência para o capital privado. Elas estão sendo privatizadas, estão sendo vendidas.

Eu deixei muito claro que não caberia a mim fazer um relatório para pegar recursos da PETROBRAS, que é uma empresa do povo brasileiro, que foi financiada à custa do suor e do trabalho do povo brasileiro, e transferir para empresas privadas. Caberia a mim produzir um relatório com a consistência de cumprir as obrigações com base no interesse público, mas não para fortalecer o capital das empresas.

Houve questionamento, e eu pedi à PETROBRAS que me encaminhasse as explicações necessárias para termos a compreensão do que de fato é recurso para investimento, com base no compromisso anterior da empresa, para com os novos adquirentes dessas refinarias. Foi-me apresentado o Documento nº 0038, de 2021, assinado pelo Sr. Daniel Cleversson Pedroso, Gerente Executivo de Integração de Negócios e Participações da PETROBRAS, com uma justificativa que entendi ser coerente com a política desenvolvida pela PETROBRAS, em que ele ressalta a importância de manter pelo menos um dos compromissos que estavam no Substitutivo anterior.

Em função disso, fiz uma complementação de voto, a qual passo a ler.

"Diante das informações fornecidas pela PETROBRAS, INP 0038/2021, assinado pelo Gerente Executivo de Integração de Negócios e Participações, Sr. Daniel Cleversson Pedroso, explicando que por força do Termo de Compromisso de Cessação de Prática celebrada junta ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE em 2019 deve ser mantido o curso normal dos negócios, que no caso da Refinaria Mataripe importa em preservar a sua atividade normal e plena durante todo o processo de desinvestimento. Como é usual em transações de fusões e aquisições, a vendedora (PETROBRAS) deve entregar o ativo em condições operacionais para o comprador.

Diante dessas explicações, resolvemos alterar o nosso relatório, incluindo o valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para investimento na Unidade Orçamentária 32.905 — Refinaria Mataripe S.A.

Sala das sessões, 14 de dezembro de 2021.

Relator: Deputado Danilo Forte."





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com isso, preservamos a negociação feita pela PETROBRAS e, ao mesmo tempo, conseguimos uma significativa economia, já que o PLN tinha um valor total de 132 milhões e 320 mil. Nós mantivemos o compromisso do Gasbol, que é o gasoduto de transporte entre Brasil e Bolívia de 18 milhões, o que é importante, inclusive num momento de crise como este, para amparar o fornecimento de gás principalmente no Mato Grosso, que consome esse gás, porque a geração de energia lá ainda é feita por termelétricas a gás. Então, os 18 milhões estão preservados. Adicionamos a esses 18 milhões os 20 milhões para cumprir esse compromisso da PETROBRAS com a Refinaria Mataripe.

Mesmo assim, estamos economizando e devolvendo para os cofres da PETROBRAS, ou seja, devolvendo para o patrimônio do povo brasileiro, 94 milhões e 200 mil reais. Repito: estamos devolvendo para os cofres da PETROBRAS, devolvendo para a maior empresa do povo brasileiro, 94 milhões e 200 mil reais. Esse recurso fortalecerá o caixa dessa empresa, que é tão admirada e tão querida pelo povo brasileiro.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito bem.

Em discussão.

Antes, eu queria fazer uma observação, Deputado Danilo. Essas privatizações têm aspectos bastante estranhos, porque o caso da Refinaria Landulpho Alves, na Bahia, tem um enorme passivo ambiental. Esse passivo ambiental parece que não está sendo devidamente estipulado na venda, mas esse é um assunto que, como disse V.Exa. no item anterior, precisamos fiscalizar mais, precisamos avançar na sua fiscalização.

No caso da Base de Alcântara, segundo acordo feito com os Estados Unidos, o Brasil está pagando por toda a infraestrutura de estradas, que deveriam estar sendo construídas pelos Estados Unidos, que passaram a operar a base desde que aquele acordo foi assinado. Por isso, é importante verificarmos isso.

De toda forma, parabéns pela redução de custos que tivemos!

Vamos, na minha opinião, aprovar esse relatório.

V.Exa. quer fazer uso da palavra?

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Obrigado, Presidente.

Eu acho que essa é uma das preocupações que temos que ter: zelar pelo patrimônio público. Muitas vezes, a ansiedade de gastar diminui a preocupação de fiscalizar o patrimônio do povo brasileiro. A nossa responsabilidade é preservá-lo para fazer com que esse patrimônio sirva inclusive para o crescimento do IDH e da melhoria das condições de vida do povo





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

brasileiro, da família brasileira que está sofrida, pagando por um litro de gasolina 7 reais, no preço médio nacional. E não enfrentamos os nossos problemas.

Essa é uma demonstração, na medida do possível, para a PETROBRAS. Se ela tiver mais cuidado, pode diminuir as suas despesas e reduzir a margem de lucro e de rentabilidade, porque é isso que uma empresa com responsabilidade social precisa fazer.

Eu me lembro muito bem, Deputado Carlos Zarattini, de que V.Exa. se esforçou muito para que votássemos o pré-sal. Foi uma luta extraordinária que nós tivemos. E hoje estamos importando gás quase 130% mais caro do que se comprava há 1 ano. Isso é uma distorção muito grande. Quando é preciso investimento do povo brasileiro, estamos lá junto à PETROBRAS. Quando exigimos da PETROBRAS um sacrifício para melhorar a condição de vida do povo brasileiro, a PETROBRAS precisa também corresponder à expectativa.

E tive a preocupação de fazer essa economia exatamente para que pudéssemos ter a autoridade de dizer que existem distorções, que muitas vezes existem investimentos desnecessários e que podemos muito bem, com isso, dar um retorno a esse povo que ama tanto a PETROBRAS. A PETROBRAS é querida pelo povo brasileiro. O povo brasileiro lutou para ter a PETROBRAS. O povo brasileiro construiu essa empresa. O povo brasileiro se orgulha dela. Agora ela precisa também retribuir ao povo brasileiro esse amor, esse carinho, esse afeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado.

A discussão está encerrada.

O relatório e a complementação de voto estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovados.

Está suspensa esta reunião.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Há quórum regimental para a abertura dos trabalhos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Declaro reiniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta. Há quórum para a deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional. Esta reunião ocorre de maneira semipresencial, remota e presencialmente.

Eu queria apenas dar um esclarecimento a todos que estão nos acompanhando, especialmente ao Senador Amin, que nunca falta aos debates e fiscaliza, em tempo recorde, o trabalho desta Comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Estou aqui só para cumprimentar V.Exa., Senadora Rose de Freitas, e, por consequência também, os seus acólitos, seja o da direita, seja o da esquerda.

Bom dia a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Muito obrigada.

Bom dia a todos.

A Comissão tinha planejado votar hoje, a partir das 10 horas, o relatório. Infelizmente, o relatório foi apresentado na madrugada, às 3 horas da manhã. O tempo para conhecimento desse relatório não é suficiente para que todos leiam e possam inclusive apresentar os destaques. Ele será debatido a qualquer tempo, mas, depois de reunir os setoriais, as Lideranças, conversar com todos, entendemos que o procedimento adotado inicialmente será o mesmo adotado até o final desta votação. Não há tempo suficiente para votar esse relatório hoje.

Nós estamos com quatro grupos de trabalho lá em cima. O primeiro é o da educação, para tratar exatamente daquele teto que foi trazido a esta Comissão pelo Movimento Nacional da Educação, reitores, educação básica, universidades e institutos. Portanto, nós estamos com uma Comissão acompanhada do técnico daquela área e mais ainda, conversando com o Relator.

Aqueles que leram o relatório até certo ponto tiveram alguns questionamentos que estão sendo levantados através das Comissões. Não são questionamentos contra a posição do Relator, são questionamentos técnicos. Por exemplo: por que não se atingiu o teto da educação? Por que não há obra paralisada? Como ficou a questão salarial dos agentes de saúde? E há outras questões.

As Comissões são formadas por Parlamentares, têm acompanhamento técnico e estão debatendo diretamente com o Relator, que está — eu não preciso dizer — ainda sem dormir, sem descansar, mas à disposição para atender à Comissão durante todo o tempo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Às 14 horas, teremos a primeira reunião para fazer a avaliação preliminar do relatório. Às 17 horas, teremos outra reunião para a conclusão do que poderia ou não ser alterado em favor das reivindicações que não foram atendidas, e, durante esse período, estaremos, eu e o Relator, reunidos com a Economia para ver exatamente o seguinte: quando o Governo propõe desmembrar universidades, qual o recurso ele aportou para essa operação? Quando ele propõe construir novas escolas, qual o recurso? Em que função se enquadra essa proposta? Por que ela não tem recurso disponibilizado? Por que foi necessário que o Relator cortasse alguma coisa para atender a uma programação do Governo? O Governo nos cobra tanto. Toda ação desta Casa, uma ou outra Casa, o Governo nos cobra qual é o recurso orçamentário disponível para atender a essa ou àquela demanda.

Portanto, nós estamos firmes e continuamos com o nosso trabalho, para atender tudo aquilo que foi demandado a esta Comissão. Buscaremos saber em que momento será atendido pelo Governo, que muitas vezes fez a gestão para atendimento dessa ou daquela demanda, aquilo que agora não foi possível. Era o que eu queria dizer. Nossa Comissão funcionará internamente, nesse trabalho e com esse propósito.

Lembro sempre que esta Comissão assumiu o compromisso público de que, na área da educação, nós voltaríamos ao patamar de 2019. Foi um compromisso desta Comissão exposto em várias reuniões com a Economia, em várias reuniões de Comissões, no Senado e na Câmara. Em dado momento, o Relator, junto à assessoria, chegou a um número que não atende exatamente a demanda e a proposta da Comissão.

A outra questão é o fundo eleitoral. Não há consenso sobre o número que foi colocado para atendimento do fundo eleitoral. Uma boa parte da Comissão está pleiteando que seja reduzido. Há uma Comissão Especial também tratando desse assunto, com representantes da Câmara e do Senado, junto à assessoria técnica e ao Relator.

Era o que eu tinha a comunicar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Sra. Presidente, posso falar?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Sra. Presidente, eu gostaria de me pronunciar, como Relator-Setorial da educação, para esclarecer a todos a luta de toda a Comissão para que o Ministério da Educação tenha os recursos mínimos necessários.

Sempre trabalhamos sob a liderança da Senadora Rose, que, em todas as reuniões que tivemos, colocou como ponto principal a questão da educação — a necessidade de recompor os recursos da área. Ontem, nós trabalhamos com o Relator até muito tarde. Claro, temos praticamente uma obrigação hoje com o País de, no pós-pandemia, fazer de tudo para que as





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nossas crianças voltem para a escola. Não podemos deixar nenhuma criança fora de sala de aula.

Recuperar o tempo perdido vai demandar realmente investimento, dedicação e participação da sociedade, dos profissionais da educação e até e principalmente da família. O papel da escola é ensinar, e o papel da família é educar. Quando os dois estão trabalhando conjuntamente, a criança aprende e se forma, principalmente no caráter, tendo assim uma educação com os equipamentos necessários e com professores valorizados.

Para o ano que vem, nós teremos que investir muito na tecnologia. Agora o Brasil já fez o leilão do 5G, e as nossas escolas precisam estar adaptadas. Hoje, com a pandemia, nós estamos tendo um avanço tecnológico no mundo que pode representar 5 anos mais do que 200 para trás. Então, as crianças de 5 anos hoje, daqui a 5 anos, estarão com instrumentos tecnológicos muito, mas muito avançados. E as nossas escolas precisam estar preparadas para isso.

Por isso temos insistido também na conclusão das obras para construção de creches inacabadas. Realmente, uma obra começada e inacabada é desperdício de recurso, e a sociedade às vezes reclama da qualidade do serviço público exatamente por isso.

Então, Presidente, eu quero fazer esse testemunho do seu trabalho, principalmente por essa área. A saúde já está bastante contemplada. A nossa preocupação é exatamente e principalmente com a educação e com a ciência e tecnologia também.

Falo aqui também em nome do Ministro Milton Ribeiro, que me ligou ontem à noite, agradecendo-me, mas pedindo ainda toda essa atenção, porque ele não tinha conhecimento do relatório que foi publicado muito mais tarde.

Também quero colocar, Presidente, que o Presidente Bolsonaro, com o Ministério da Educação, quer realmente oportunizar o desmembramento de universidades e também dos institutos federais de educação, o que acho que é muito importante para o País.

No meu Estado houve a criação da Universidade Federal de Rondonópolis e, agora, estamos criando a Universidade Federal de Sinop, no "nortão" do Estado. Para isso, claro, é importante a descentralização. Um Estado de 900 mil quilômetros quadrados, com tanta distância, é muito difícil de administrar. Então, entendo que a descentralização seria a eficácia e a eficiência da aplicação do recurso público.

Mas vamos trabalhar ainda na Comissão para construir essa peça e votá-la, se possível, amanhã, para dar uma resposta o mais rápido possível ao Brasil, até porque um dos grandes problemas do País é a falta de planejamento. Tendo o Orçamento sido aprovado este ano, com certeza nós poderemos melhorar o nosso planejamento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vou passar a palavra ao Senador Esperidião Amin e, em seguida, ao Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal, esclarecendo que aqui não há nenhuma crítica ao Relator-Geral.

O Relator está trabalhando, numa soma de esforços, inclusive com a realidade orçamentária, que infelizmente não atende por completo os interesses e as demandas aqui colocadas.

Quero dizer também que temos clareza de que ninguém é obrigado a assumir compromisso, mas, se assumiu, é obrigado a cumpri-lo. Continuaremos, de maneira firme, e não vamos arredar pé, da questão da educação para o País. Nada do que possam prometer para desenvolvimento, evolução e tudo mais corresponde à realidade daquilo que a educação vem sofrendo nos últimos tempos. Portanto, estamos agarrados ao patamar 19, que foi um dos melhores desempenhos na parte orçamentária.

Tem a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Mais uma vez bom dia, Senadora Rose, e agora com a presença do nosso Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão de Educação.

Fico muito à vontade para, em primeiro lugar...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Peço para aumentar o som. O Senador Esperidião Amin está com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - O som já está no máximo. Estou sendo ouvido?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - É técnico, Senador. Já aumentaram o som.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Eu queria mais uma vez cumprimentar V.Exa., prezada Senadora Rose de Freitas, o Senador Marcelo Castro e fazer dois breves comentários.

Eu acho prudente, saudável a sua decisão, ou seja, cumprir os prazos. Pude folhear a proposta orçamentária e acredito que o nosso Deputado Léo trabalhou bastante este fim de semana e procurou chegar a números mais próximos da realidade e da necessidade, salientando principalmente os números relacionados à questão da saúde, da educação, especialmente no tópico das universidades e institutos federais, que eram os tópicos mais criticados.

Também fiz um comentário na abertura da sessão do Senado, que quero informar a V.Exa. e aos Senadores Wellington Fagundes e Marcelo Castro, com quem já conversei, e ao próprio Relator Hugo Leal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Formou-se uma grande confusão perante a opinião pública, acreditando-se que a derrubada do veto sobre o fundo eleitoral tinha fixado um valor no Orçamento. Isso não é verdade. Caberá a nós, hoje, fixarmos um valor em números, e não em parâmetros para o fundo eleitoral.

Compartilho do esforço que está sendo feito para reduzir esse número. Propala-se um número de 5,7 bilhões de reais, de 6 bilhões reais, mas, finalmente, o texto que está divulgado na relatoria geral é de 5,127 bilhões de reais. Acho que nós estamos caminhando no sentido correto de ver esse número ser reduzido.

Concluo para dizer o seguinte, senhores: não tenho nenhuma dúvida de que, se eu estivesse no lugar do Presidente da República e o Congresso aprovasse 5,127 bilhões de reais... O Presidente vetará o texto. Esse assunto vai continuar polêmico, desgastando as instituições, especialmente o Congresso brasileiro e a própria democracia, que no Brasil depende do fundo eleitoral, por lei e até em decorrência de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que proibiu corretamente, a meu ver, o financiamento por empresas.

O Senador Marcelo Castro é um estudioso desse assunto e me dará razão. Esse número tem que ser reduzido não porque eu queira, mas porque a sociedade não o aceita. Esse número, nessa magnitude, vai nos colocar contra um sentimento, que poderia ser até objeto de um grande debate, mas que iria de encontro a uma realidade social muito dolorosa que estamos vivendo no Brasil. O acréscimo em relação a 2018 e a 2020 é, digamos, sem critério. Não há critério que o justifique. Não adianta colocar um número: mais 3 bilhões de reais.

Então, eu compartilho da cautela com que V.Exa., querida amiga Rose de Freitas, está conduzindo esta reunião, ao aguardar o amadurecimento para a votação. Faço um apelo aos nobres pares da Comissão Mista do Orçamento para que participem deste debate, a fim de que cheguemos a um número menos ofensivo à sociedade para o fundo eleitoral.

Por ora, é isso. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (MDB - PI) - Quero cumprimentar a nossa Presidente Rose de Freitas, as Sras. e os Srs. Senadores, as Sras. e os Srs. Deputados e dizer que nós estamos saindo de uma pandemia, uma das mais graves crises sanitárias da história da humanidade, que só teve paralelo igual há um século, mas, graças a Deus, com a vacinação no Brasil, que está avançando celeremente, nós estamos nos preparando para a retomada da vida do novo normal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Como todos sabem, este ano e tanto de pandemia foi dedicado basicamente ao combate ao coronavírus, à COVID, que afetou infelizmente o Brasil de uma maneira drástica, muito mais do que outros países que souberam tomar suas providências mais energicamente, mais prontamente e de maneira mais efetiva do que infelizmente nós conseguimos.

Agora, saindo dessa pandemia, toda a nossa energia, acreditamos, deverá ser voltada para a educação. O Brasil sofre hoje a penalidade de não ter priorizado a sua educação ao longo dos séculos. Só a partir do FUNDEF, no Governo Fernando Henrique Cardoso, que nós demos passos largos no sentido da universalização da educação pública em nosso País. Entretanto, se ganhamos em quantidade, a qualidade da educação brasileira deixa a desejar. São números. Quando fazemos comparações com outros países mais desenvolvidos, vemos que a educação no Brasil sempre fica em uma situação muito constrangedora.

Então, Sra. Presidente, queremos crer que agora chegou a vez de fazermos um esforço, um mutirão, um esforço nacional concentrado no sentido de dotarmos o nosso País de uma educação de qualidade, educação moderna, tecnológica, digital, de tempo integral, com cursos profissionalizantes, uma educação inclusiva que possa elevar o nível da nossa educação para a competição global que existe hoje. Quero fazer uma menção muito especial ao Relator da área da educação, nosso colega Senador Wellington Fagundes, que fez um trabalho excepcional, a muitas mãos, não só ouvindo o Parlamento, não só ouvindo a Consultoria do Parlamento, mas ouvindo também o Ministério da Educação e todas as entidades envolvidas com a educação pública brasileira. Foi um trabalho excepcional que trará muitos frutos. Com orgulho, eu digo que é o melhor orçamento da educação dos últimos anos. Nós temos aproximadamente, eu não tenho esse número exato, 25 bilhões de reais acima do piso constitucional. Isso, evidentemente, devemos a um esforço coletivo, mas, sem nenhuma dúvida, ao esforço, em especial, do Relator, o Senador Wellington Fagundes.

Quero destacar aqui o trabalho excepcional da nossa Presidente Rose de Freitas, que, em nenhum momento, tergiversou, claudicou na defesa da educação brasileira, desde o dia em que sentou à frente da Comissão do Orçamento, que bateu à mesa e disse: *"Nós temos uma prioridade. A nossa prioridade é a educação pública do Brasil"*. Chego eu agora, como Presidente da Comissão de Educação do Senado, muito feliz e orgulhoso do trabalho que nós fizemos aqui. É um orçamento excepcional que nós estamos conseguindo para a educação do Brasil. Espero, Senador Wellington Fagundes, que os que virão, que nos sucederão nessa tarefa, no futuro, possam dar continuidade a esse trabalho em favor da educação pública, como nós estamos dando aqui no presente momento.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Outro assunto importante da pauta de hoje foi levantado agora pelo nosso nobre Senador Esperidião Amin. Já trocamos ideias por telefone sobre qual seria o recurso adequado para o fundo eleitoral. Então, eu quero pedir a compreensão da sociedade brasileira. Quando se vai para uma eleição, há várias maneiras de financiar a campanha eleitoral, que todos sabem que tem um custo.

Primeiro, dizem que não se deve dar dinheiro para fazer campanha e cada um que banque a sua. Isso não pode ser assim, porque o rico tem dinheiro para bancar a campanha, mas o pobre, não. Numa disputa eleitoral, é preciso haver o mínimo de equilíbrio e de equidade. Uma das maneiras é o financiamento do candidato, prática que está limitada por lei, o que nós fizemos aqui muito bem, em 10% daquilo que ele pode gastar. Se um Deputado Federal pode gastar numa campanha eleitoral 2,5 milhões, o candidato só pode tirar do bolso dele 10% deste valor, ou seja, 250 mil, não mais do que isso.

Outra maneira é o financiamento empresarial, prática corrente no Brasil a vida inteira. O Supremo Tribunal Federal, em boa hora, proibiu esta prática porque havia uma promiscuidade muito grande entre as empresas e os candidatos. Graças a Deus, foi tomada esta providência!

Agora nos resta o financiamento público de campanha. Ora, quando se fala em recurso público, em financiamento público, em dinheiro do povo, é preciso que ele seja usado com a máxima parcimônia, com o máximo comedimento. Nossa linha de compromisso com a democracia e com a sociedade brasileira é fazer com que ocorra o financiamento público de campanha e que ele seja equitativo para todos os candidatos, por meio de uma distribuição que privilegie a participação não apenas da mulher, mas também do negro na política brasileira.

Por isso mesmo, nós aprovamos uma lei no Congresso Nacional com base na qual o partido que apresentar uma candidata mulher, um negro ou uma negra como candidato, estes terão seus votos contados em dobro para fins do Fundo Eleitoral. Os partidos envolvidos de maneira a ter mais recursos públicos, mais recursos do Fundo Partidário, os partidos que tiverem como candidatos mulheres e negros receberão os recursos em dobro.

Esta é uma forma de estimular a participação feminina e a participação das minorias na nossa política, porque o Brasil é uma sociedade aberta, mas, infelizmente, ainda muito preconceituosa. Nós temos uma posição muito constrangedora no âmbito nacional. Até recentemente, nós éramos a 148ª nação do mundo com o menor número de mulheres em cargos públicos. Evidentemente, nós não podemos aceitar uma situação constrangedora como esta.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Minha posição é idêntica à do Senador Esperidião Amin: nós precisamos de recursos públicos, os recursos públicos são necessários, mas o uso deles tem que ser parcimonioso, tem que ser comedido.

Por isso, em conversa com nosso Líder Eduardo Braga, concluímos que a posição do MDB é que destinemos o mínimo possível necessário para financiarmos as campanhas públicas.

Encerrando minhas palavras e minha rápida intervenção, mais uma vez parabeno o Senador Wellington Fagundes e a Presidente Rose de Freitas, que colocaram como prioridade desta Comissão uma educação pública de qualidade, com recursos, porque sem recursos nós não conseguimos fazer nada.

Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu gostaria apenas de alertar que nós constituímos estas Comissões para, num trabalho intenso, revermos todo o relatório até agora.

Eu gostaria de saber se o Senador Esperidião Amin deseja fazer uso da palavra novamente, porque, em seguida, eu vou suspender a sessão. Do contrário, nós não conseguiremos concluir hoje ainda.

Eu vou conceder a palavra aos Deputados Adriana Ventura, Daniel Almeida e Carmen Zanotto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Eu queria pedir licença para agradecer ao Senador Marcelo Castro. Posso, Presidente?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu também gostaria, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com certeza, Senador Esperidião Amin!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Antes, porém, peço perdão aos Deputados Adriana Ventura, Daniel Almeida e Carmen Zanotto.

Eu gostaria de agradecer ao meu amigo Senador Marcelo Castro a lucidez e as colocações, muito corretas e competentes, primeiro, a respeito da educação e, segundo, a respeito do Fundo Eleitoral.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Sra. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu gostei muito da sábia atitude desta Comissão de, depois da reunião, não votar o relatório hoje, por várias razões. Primeiro, para que nós possamos realmente debater os pontos que ainda estão pendentes. Portanto, foi muito sábia a decisão da nossa Presidente e do grupo, a quem parablenizo, por nos ter dado tempo para discutirmos principalmente os pontos que foram alavancados aqui.

O único ponto que eu queria trazer, além de mostrar que a educação é importante e precisa ser valorizada, assunto que já foi trazido pelos Senadores Esperidião Amin e Marcelo Castro, eu tenho um único ponto de divergência. Eu fiquei muito feliz com o fato de a Comissão e de o grupo de Parlamentares terem se debruçado, na reunião, sobre baixar o valor do "fundão" eleitoral, principalmente neste momento em que nós estamos, em que as ações contra a fome têm que ser priorizadas, mas eu discordo e gostaria que nós debatêssemos com mais profundidade hoje o financiamento público de campanha, já que é dado e feito, que façamos pelo menos o esforço para baratear as campanhas.

Eu acho que a única coisa em que nós temos que pensar é como baratear as campanhas. Nós podemos fazer campanhas mais baratas, sim! Dois milhões e meio para alguns, em detrimento de quem não recebe nada ou recebe 50 mil, é muito errado! Eu discordo quando dizem que o financiamento público inclui os mais pobres ou que traz equidade. Não. Enquanto a decisão estiver nas mãos de um cacique partidário, que define o critério para quem manda, isso, de maneira nenhuma, é claro ou objetivo, isso não vai mudar. Só vai perpetuar os mesmos no poder. Basta vermos as listas de 2018 e de 2020, em que poucos ganham muitíssimo, o teto e tudo mais, e outros que não ganham absolutamente nada, ou, quando ganham, são 50 mil ou 100 mil, só para dizerem que receberam alguma coisa.

Eu acho que nós temos que abordar este problema de fato. A única coisa que nós temos a fazer é baratear a campanha. Se o limite são 2,5 milhões, que sejam 250 mil, em respeito à população brasileira.

Encerro minha fala, Senadora Rose de Freitas, lembrando outro ponto que nós precisamos voltar a discutir: as emendas de Relator, RP9, em que o teto é de 16 bilhões. Nós não temos que colocar o teto no relatório — este é outro ponto. Já que nós estamos discutindo tantas coisas relevantes e esta Comissão está trabalhando com tanto afinco, eu acho que nós temos que discutir por que colocar um teto de 16 bilhões.

Por que não baixamos este valor para destinarmos mais recursos para a educação, mais recursos para o que realmente é preciso, para o que a população precisa? Um teto desta forma, assim como o teto do "fundão" e o teto da emenda de Relator não fazem nenhum sentido! Aliás, depois, eu vou marcar um horário com nosso Relator Deputado Hugo Leal, para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que possamos avançar nos critérios de distribuição de emenda de Relator. Nós ficamos de avançar neste ponto, por meio de uma instrução normativa, e no relatório feito e apresentado pelo Deputado. Eu acho que nós temos que debater este tema neste relatório ainda hoje à tarde.

Agradeço muito a V.Exa., Presidente, o trabalho, a disposição e a abertura, bem como a todos desta Comissão.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Volto a explicar: nós precisamos nos voltar internamente para as Comissões, a fim de termos um tempo hábil — estamos tentando considerar 24 horas —, para nos aprofundarmos em todos estes temas, inclusive o elencado por V.Exa.

Tem a palavra o Senador Jean Paul Prates. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Daniel Almeida. Em seguida, encerramos as inscrições e suspendemos a sessão.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - Sra. Presidente, eu agradeço a V.Exa.

Eu quero apenas reafirmar aquilo que V.Exa. já anunciou: a sessão está sendo suspensa exatamente para que todos possamos compreender o relatório e produzir as modificações que forem necessárias. Um tempo até o fim do dia de hoje vai nos possibilitar encontrar um entendimento que possibilite a votação no dia de amanhã. É fundamental o Brasil ter o Orçamento aprovado, e esta Comissão é exatamente o espaço para essa mediação que V.Exa. tem conduzido tão bem.

Eu quero destacar três pontos. Primeiro, a discussão sobre o Fundo Eleitoral. Eu defendo o financiamento público de campanha, mas deve haver um valor compatível com as necessidades de se fazer uma campanha decente, modesta, uma campanha que possibilite informar o eleitor. Para isso, é fundamental nós termos clareza deste valor, para que não seja algo exorbitante. Este é um tema ainda em aberto, um tema que precisa da compreensão, seguramente, da Comissão e do Congresso Nacional.

Outro ponto diz respeito à recomposição dos valores para a educação, pelo menos no patamar dos de 2019. Houve muitos cortes na educação nos últimos tempos. V.Exa., Presidente, tem se dedicado com tanto empenho, a Comissão tem abraçado de forma coletiva este esforço pela recomposição, e nós não podemos oferecer ao Brasil um orçamento em que não haja uma recomposição para a educação. Portanto, este é um tempo necessário para que nós possamos debater. Nós já estamos num caminho de avanço bastante expressivo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há, também, um tema central, fundamental e indispensável: a garantia da remuneração dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. Nós votamos a derrubada do Veto nº 44, item 8, na semana passada, o que tem consequências. Isso resulta na garantia de um piso salarial de no mínimo 1.920 reais. Os agentes comunitários de saúde não podem ter esta vitória, que foi importante, mas ficarem sem sua materialização e sua garantia.

Portanto, nós precisamos encontrar um espaço no Orçamento para, no ano que vem, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terem a garantia do piso salarial. Isso é não apenas possível, mas também necessário. É um esforço que nós vamos fazer até amanhã de manhã, quando o Plenário tratará da deliberação desta matéria.

Os agentes comunitários de saúde, que estão se mobilizando no Brasil inteiro, merecem isso. Nós, seguramente, vamos encontrar uma boa saída para garantir este direito.

Parabéns a V.Exa., Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Senador Jean Paul Prates. (*Pausa.*)

Estão encerradas as inscrições.

Tem a palavra a Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Muito obrigada, nobre Senadora Rose de Freitas. Eu vou retirar a máscara porque estou sozinha na bancada e acho que, assim, minha voz fica melhor.

Eu quero agradecer a V.Exa., Senadora, e parabenizá-la. Esta é a segunda vez que eu acompanho, neste período um pouco menos, por não ser membro desta Comissão, seu trabalho como Presidente da Comissão Mista de Orçamentos. V.Exa. nos ouve a todos com uma grandeza e uma generosidade enormes, buscando passar os encaminhamentos a todos nós Parlamentares. Portanto, agradeço a V.Exa. e a parabenizo.

Parabenizo, igualmente, o Senador Wellington Fagundes pelo seu relatório na Comissão de Educação. Parabenizo o Senador Marcelo Castro pela manifestação, bem como ao nosso Relator-Setorial do Orçamento da Saúde, o Deputado Sanderson.

Eu quero alertar, Senadora, para o fato de que o orçamento da educação ficou um pouco mais adequado, ou ficou adequado. No entanto, o orçamento da saúde, ainda não. Por isso, nós precisamos trabalhar durante o dia de hoje com muita intensidade, tendo em vista as demandas que a pandemia está nos deixando. Na atenção básica, nós precisamos aportar mais recursos não só para o piso dos agentes comunitários de saúde, mas também para os centros de reabilitação respiratória no pós-COVID. A atenção básica, precisamos lembrar, está





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

com dificuldades, especialmente em vista do Ofício nº 1.643, do Ministério da Saúde, de 19 de dezembro.

Eu vou ficar aqui em Brasília. Eu vim para cuidar destas questões como alguém da área da saúde. Aproveito para manifestar a V.Exa. que, além dos recursos para a média e para a alta complexidades, nós precisamos de mais recursos para fazermos frente à atenção básica. Os agentes comunitários de saúde, sem dúvida nenhuma, são importantes e precisam ser contemplados com o reajuste dos seus salários, mas sem negligenciarmos, em hipótese alguma, as consequências do pós-COVID, que são as sequelas que nós precisamos tratar tanto no conjunto dos Municípios brasileiros, como na média complexidade, por meio da transformação dos leitos de UTI de COVID em leitos de UTI Geral. V.Exa., Presidente, está debruçada sobre este assunto, cuidando pessoalmente deste ponto.

Senadora Rose de Freitas, V.Exa. vai muito além da Presidência desta Comissão Mista. V.Exa., nossos Senadores e Senadoras e nossos Deputados e Deputadas desta Comissão têm um olhar para as coisas que acontecem nos Municípios do nosso Estado.

Eu encerro por aqui, porque vamos, juntos, correr para o trabalho.

Quero aproveitar para fazer o seguinte apelo: se nós conseguirmos reduzir o Fundo Eleitoral, que dediquemos o valor economizado para a saúde.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu é que agradeço as palavras de V.Exa., Deputada Carmen Zanotto, e faço-lhe um convite.

Nós vamos formar uma nova Comissão, haja vista a grande demanda por remanejamento que está sendo colocada. Diante disso, eu convido V.Exa. a fazer parte da Comissão da Saúde e, assim, contribuir e ajudar, como sempre fez a vida inteira. Eu acompanhei V.Exa. na Câmara e acompanho sua vida, que só merece elogios. Se nós tivéssemos cem Parlamentares como a Deputada Carmen Zanotto, a realidade seria bem diferente!

V.Exa. pode se dirigir à sala da Presidência, porque nós vamos formar um novo comitê. V.Exa. ficará junto deste comitê, para o qual vamos designar um técnico para acompanhar o Relator-Geral.

Dizem que gratidão é caráter também. Por isso, quero dizer ao nosso Senador Wellington Fagundes que muito do que nós conquistamos aqui para a educação deveu-se ao seu trabalho setorial, aos debates e à sua integração com os grupos que trabalharam na saúde e na educação, ao lado, sobretudo, do Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão de Educação no Senado Federal. Agradeço a V.Exa., Senador. Porém, vou lhe dar uma notícia





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

triste: desta vez, V.Exa. virará a madrugada conosco, ou seja, não poderá ir para casa às 11 horas da noite.

Convoco reunião para amanhã, dia 21 de dezembro, às 10 horas, quando achamos que, definitivamente, iremos votar o relatório na íntegra.

Muito obrigada a todos.

A sessão está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Declaro reiniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Esta Presidência vai dar apenas uma explicação. Todos sabem que esta Comissão está funcionando de forma semipresencial, como as demais, com Parlamentares em plenário e remotamente.

Eu agradeço a presença ao futuro Senador Alexandre, que assumirá em breve o Senado Federal — seremos colegas também naquela Casa. Agradeço também ao Deputado Weliton Prado, à Deputada Dra. Soraya Manato, ao Deputado Gonzaga Patriota, ao Deputado Carlos Zarattini, ao Deputado Uldurico Junior, ao ex-Ministro Ricardo, ao Senador Zequinha Marinho, ao Deputado Hildo Rocha, ao Deputado Claudio Cajado e a outros que estão reunidos nas coordenações.

Quero explicar que nós tivemos que sobrepor uma reunião a outra e vamos terminar agora a última parte da revisão feita ainda na madrugada, para olharmos detalhadamente se tudo foi atendido e, em relação ao que não foi atendido, como podemos ainda atender. Há ainda alguma coisa pendente nesta versão final do relatório, que está à disposição dos nossos novos colegas.

Portanto, nós apenas abrimos a reunião pontualmente, em obediência ao Regimento, mas vamos suspendê-la, para que haja a reunião de Líderes, que, acredito, terá a duração de 1 hora. Após a reunião de Líderes, nós vamos ao plenário para fazer a leitura do relatório e votar o Orçamento.

Outra coisa que eu gostaria de explicar, em razão das notícias, é que, às vezes, nós não temos muito tempo para explicar detalhe por detalhe, mas faremos isso muito minuciosamente nesta reunião, que continuará daqui a mais ou menos 1 hora.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A área de educação foi um ponto de união. Nós acabamos com aquela política do "se der, eu faço; se puder, eu tiro; se puder, eu ponho". Nós priorizamos, nesta Comissão, a educação. Ela foi priorizada por todos. Não houve nenhum Parlamentar que tenha dito que a educação não é a prioridade. Todos votaram pela prioridade e por ela trabalharam, mesmo quando faltou um pouquinho do cobertor — o Deputado Domingos Neto, o Deputado Moses Rodrigues e o Deputado Mário Negromonte Jr. sabem disso.

Esta é a verdade. Qualquer outra versão diferente desta é uma questão cabotina, e nós não queremos ficar explicando detalhadamente, a toda hora. Nós vamos apresentar os números, mostrar a diferença entre o Orçamento do ano passado e o deste ano.

De público, quero agradecer — nós nunca deixamos de falar a palavra obrigada — aos agentes comunitários de saúde, que tinham uma expectativa muito grande e tiveram, ontem, um comportamento que serve de exemplo à classe política inteira e a outros segmentos. Eles enfrentaram aqui uma grande batalha e sabem que toda esta Comissão e as duas Casas estaremos juntos à frente e ao lado para garantir à categoria os dois salários pelos quais tanto lutam, os dois salários aprovados no Congresso Nacional, pelas duas Casas.

Portanto, eu não poderia deixar de dar meu abraço em todos vocês.

Eu fui para casa àquela hora da noite pensando no que vocês fizeram, na permanência, no diálogo, nas conversas de vocês, quando aceitaram os 200 reais, para pontuar e "linkar" com o aumento de vocês... *(Pausa.)*

Alguém quer tirar foto? *(Pausa.)*

O Deputado Wellington Roberto não tem prioridade aqui. *(Riso.)* Esse menino é indisciplinado. Não tem jeito!

Fora a brincadeira, é isso que eu quero dizer.

Muito obrigada a todos. Levem meu coração.

Peço uma salva de palmas a todos. *(Palmas.)*

Está suspensa a reunião.

Vamos para a nossa reunião de Líderes.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Há quórum regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro reiniciada a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Informo, mais uma vez, que a reunião ocorre de forma semipresencial: há Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares que participam de forma virtual.

Declaro como lidos os expedientes recebidos pela Comissão até a presente data, tendo em vista que estas informações se encontram publicadas na página da CMO na Internet.

Em virtude do término da sessão legislativa, informo que, de acordo com o art. 3º, inciso VI, da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, os expedientes publicados na página da CMO neste ano, em que não houve manifestação de membro da Comissão, serão enviados ao Arquivo.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos e a Ordem do Dia, quero agradecer, e o faço em nome de todos, os trabalhos prestados a esta Comissão durante estes meses. Agradeço à Coordenação de Áudio Visual; aos taquígrafos; aos consultores de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; aos assessores das Lideranças da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; às copeiras e aos garçons; à imprensa de modo geral, que esteve acompanhando nosso trabalho. Agradeço a todos aqueles que, com trabalho e dedicação, contribuíram para o bom êxito do fechamento deste Orçamento.

Votar a proposta orçamentária é sempre um desafio, podem acreditar, um desafio enorme, mesmo com a presença de todos. Sem isso, nada seria possível.

Há sobre a mesa requerimento de quebra de interstício e inclusão na pauta do relatório do CAE e relatório final da LOA 2022, 3 (três) dias úteis, contados da publicação, conforme previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

A quebra de interstício e a inclusão na pauta estão em votação na representação...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu gostaria de discutir contra, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Marcelo, só um minutinho. Eu tenho que terminar a leitura.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - É sobre o requerimento de quebra de interstício. Eu quero me inscrever para falar contrariamente ao requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Então, vamos abrir a inscrição para a fala do Marcel van Hattem, para S.Exa. discutir a quebra do interstício.

Trata-se apenas da quebra de interstício, ou também da inclusão do relatório do CAE na pauta, Deputado?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, Presidente. Trata-se da quebra de interstício de 3 dias que V.Exa. acabou de ler, que seriam os regimentais. Nós gostaríamos de discutir este ponto. Nós podemos discutir os dois juntos.

Nós vamos votar os dois requerimentos juntos, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não. Eu acabei de...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Vai ser contra a quebra de interstício, Sra. Presidente. eu tenho interesse em debater esta matéria, para deixá-la bem clara.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra, por 3 minutos, o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Obrigando, Sra. Presidente.

Saudando V.Exa., eu, obviamente, saúdo todos os Senadores e nossos colegas Deputados Federais presentes.

Eu tenho, como tradição, nesta Casa, uma posição contrária à quebra de interstício. Isso vale para as propostas de emenda à Constituição, que deveriam ter um interstício de, ao menos, cinco sessões entre votações de primeiro e segundo turno, que é justamente o tempo minimamente necessário para que os Parlamentares, depois de votarem no primeiro turno, possam refletir sobre os efeitos da aprovação de uma proposta de emenda à Constituição e votar depois no segundo turno.

E defendo a mesma coisa aqui em relação ao relatório do Orçamento, porque nós já vimos outras vezes essa quebra de interstício ser aprovada e o Orçamento depois ser também aprovado sem a necessária reflexão e muitas vezes sem o necessário conhecimento dos colegas Parlamentares. Eu acho isso bastante grave para uma República, onde se trata, portanto, da coisa pública, porque uma série de itens são conhecidos depois. Agora mesmo foi protocolada uma nova versão do Orçamento para o ano que vem com 24 novas páginas, com 24 páginas de alterações. E não são páginas de leitura de romance, de livro infantil ou mesmo de ficção. São páginas de leitura de números, de orçamento, que tratam de bilhões de reais.

Então, Sra. Presidente, eu quero aqui pedir a compreensão dos colegas Parlamentares, para que nós não quebrems o interstício. Não é problema ser Natal no dia 25. Nós temos 3 dias, conforme diz o Regimento, para avaliar o projeto com toda a calma necessária. Ainda assim, parece-me pouco tempo perto do tamanho da responsabilidade que temos, mas é o tempo mínimo estabelecido pelo Regimento, 3 dias, ou seja, 72 horas.

Aqui, nós vamos tratar de um relatório apresentado há menos de meia hora ou um pouco mais talvez do que isso, com páginas e mais de alterações tratando do orçamento público, inclusive do fundo eleitoral, que nós criticamos tanto e queremos debater melhor, tratando de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aumentos salariais quando vivemos um período de pandemia também e tratando de uma série de investimentos que, sinceramente, não passaram pelo crivo de todos os membros da Comissão e muito menos do Parlamento em tão pouco tempo.

Portanto, Sra. Presidente, encaminhamos aqui contrariamente à quebra de interstício e agradecemos mais uma vez a possibilidade de, neste colegiado, debatermos este tema tão importante para o Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vamos passar, com o voto contrário manifestado pelo Deputado Marcel van Hattem, à votação da quebra de interstício e inclusão na pauta.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, o PSOL também orienta contrariamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O Deputado Glauber Braga também vota contrariamente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - A Deputada Adriana Ventura também vota contrariamente, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - A Deputada Adriana Ventura, do NOVO, também vota contrariamente.

Há três votos contrários. Mais alguém? *(Pausa.)*

Vamos passar à votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que aprovam a quebra de interstício e a inclusão do relatório da CAE permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas na Câmara.

Vamos passar à votação no Senado Federal.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Vamos, agora, à Ordem do Dia, finalmente.

Conforme o disposto no art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, submeto à apreciação do Plenário o Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE, quanto ao exame de admissibilidade das emendas da relatoria geral apresentadas ao Projeto de Lei nº 19, de 2021, do Congresso Nacional, Projeto de Lei Orçamentária para 2022.

Com a palavra o Coordenador do CAE, Deputado Arnaldo Jardim.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Sra. Presidente Rose de Freitas, Srs. Congressistas, tenho a responsabilidade, neste instante, como Coordenador do Comitê de Admissibilidade, de apresentar o nosso relatório, já publicado.

O nosso relatório discute a admissibilidade ou inadmissibilidade das emendas apresentadas, inclusive as de Relator, aos projetos de lei orçamentária anual, de diretrizes orçamentárias e do plano plurianual.

O nosso exame é exatamente verificar a compatibilidade da proposição com as normas legais e regimentais, nos termos do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

O nosso comitê, no uso das suas atribuições, analisou o conjunto das emendas apresentadas pelo Sr. Relator ao texto da LOA.

O relatório com o parecer de admissibilidade das emendas coletivas, de bancada estadual e de comissão, já foi anteriormente aprovado por esta Comissão. Então, neste relatório, analisamos as emendas de Relator, conforme disciplina matéria, o art. 144 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Aliás, é oportuno lembrar, Sra. Presidente, Srs. Congressistas, que, no dia 1º de dezembro de 2021, foi editada a Resolução nº 2, de 2021, que alterou normas que neste caso se aplicam, incluindo-se no art. 53 o inciso IV e o parágrafo único. Ademais, a citada resolução incluiu um novo artigo tratando da publicidade dos pedidos de solicitações oriundos de Parlamentares, de agentes públicos ou da sociedade civil, que devem fundamentar as indicações do Relator-Geral durante a execução orçamentária. Portanto, é um avanço no que diz respeito à transparência das denominadas emendas de Relator.

O item 12 da parte especial do parecer preliminar ao PLOA indica o rol de programações com caráter nacional autorizadas com fundamento no art. 53, mencionado por nós. Verificamos, assim, quanto aos acréscimos incluídos pelas emendas do Sr. Relator-Geral ao PLOA 2022, que todas atendem à norma regimental e têm suporte no parecer preliminar. Essas emendas destinaram-se de forma preponderante a ajustes técnicos, alguns com base em ofícios, remanejamento, com origem do Poder Executivo, como consta no substitutivo do Relator-Geral.

Anexamos ao nosso parecer a Tabela 1, na qual discriminamos emendas do Relator-Geral, a sua caracterização e o seu valor, Sra. Presidente.

No que diz respeito ao parecer preliminar ao PLOA 2022, no item III da parte especial, ele reforça a regra geral de vedação ao cancelamento de dotações obrigatórias e financeiras, conforme discriminado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Orientou-nos também que a vedação ao cancelamento dessas despesas, salvo erro justificado, decorre do princípio da segurança jurídica e da legalidade, na medida em que tanto o Executivo como o Legislativo, no processo orçamentário, têm o dever de alocar e preservar os recursos orçamentários suficientes aos cumprimentos da legislação no exercício a que se refere.

Respeitamos, portanto, essas regras para evitar cancelamentos que pudessem gerar dúvida ou insegurança nos diferentes aspectos.

Observamos que houve emendas de Relator que reduziram despesas com pessoal que constavam no art. 5º. Nesse caso, na nossa análise, trata-se de uma reserva destinada a provimento com relação a resultados específicos e previstos, para que também pudesse haver o cancelamento de 1 bilhão de reais de despesa legislada. De acordo com o relatório apresentado, existem elementos que indicam que tais estimativas contidas no projeto de lei estariam superdimensionadas. E temos, então, com fundamento na Resolução nº 1, que considerar admitidas essas emendas também do Sr. Relator-Geral.

Quanto às emendas de texto ao projeto de lei orçamentária, todas foram consideradas admitidas.

Baseado em todas essas premissas de análise, em nome do Comitê de Admissibilidade de Emendas, o nosso voto encaminha-se da seguinte forma, Sra. Presidente: na análise efetuada pelo comitê acerca da admissibilidade das emendas de texto e do Relator-Geral apresentadas ao PLOA 2022, não se constatou infringência à norma constitucional, legal e regimental. Diante do exposto, propomos que todas as emendas do Sr. Relator-Geral e de texto apresentadas sejam consideradas como emendas admitidas.

Em nome do Comitê, apresento a nossa manifestação, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Lido o relatório do CAE, nós vamos colocá-lo em discussão.

Está aberta a inscrição para a discussão do relatório de admissibilidade.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Inscreva-me, Presidente, pelo PSOL, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O Deputado Glauber Braga está com a palavra.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, a posição do PSOL é contrária à admissibilidade. Quanto à compatibilidade com as normas constitucionais, nós podemos falar que essas emendas de Relator-Geral são incompatíveis com os princípios da moralidade, publicidade e impessoalidade.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E, se formos tratar da compatibilidade legal, essas emendas de Relator-Geral ferem os arts. 85 e 142 da LDO 2022. O art. 85 estabeleceu que a execução das transferências voluntárias fica condicionada à prévia divulgação em sítio eletrônico dos critérios de distribuição dos recursos, considerando os indicadores socioeconômicos da população beneficiada pela política pública. Não há nenhum indicador socioeconômico que esteja, de fato, sendo levado em conta para o estabelecimento como prática dessas emendas de Relator.

Estabeleceu também que a execução não vai poder ser utilizada para influenciar na apreciação das proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional. Vejam que isso está na LDO!

Ademais, há uma afronta aos princípios constitucionais, repito, da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência da administração pública federal.

Nós não podemos nos esquecer de que jeito nasceram essas emendas de Relator. Foi um "toma lá, dá cá" para garantir a aprovação de projetos impopulares por parte do Governo Federal, a eleição do Presidente da Câmara, Arthur Lira, a votação de privatizações, e por aí vai. E pasmem: foram cinco vezes mais de emenda de Relator do que o orçamento do Ministério do Meio Ambiente num momento em que temos toda uma política voltada, por parte desse Governo, para ampliação da fronteira agrícola e para fazer a Amazônia queimar. Isso é um absurdo total.

Então, na nossa avaliação e orientação da bancada do PSOL, não deveriam ser admitidas essas emendas de Relator. Por isso, o nosso voto é contrário. E eu já adianto também a posição do PSOL — e eu peço que fique registrada em ata —, que é contrária ao parecer do Relatório Geral do Orçamento, por motivos que esperamos ter a possibilidade de justificar na discussão que ainda vai se arrastar por algum tempo aqui na Comissão Mista de Orçamento.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Continua em discussão o relatório do CAE.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Perdão! Desculpe-me por, antes da autorização, começar a falar.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. se sinta à vontade.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sra. Presidente, caros colegas Parlamentares, quero aqui manifestar, com todo respeito que temos pelo Deputado Arnaldo Jardim, que faz um grande trabalho no Parlamento, que nosso voto é contrário a esse relatório do CAE.

Nós temos uma posição muito clara de que este orçamento não está adequado à realidade financeira do Brasil nem à realidade das pessoas do Brasil, da iniciativa privada, de todos aqueles que trabalham, que produzem riqueza, do setor público, que, da mesma forma, caros colegas Parlamentares, durante esse período de pandemia, em particular, têm passado por ele sem as agruras por que passaram os brasileiros da iniciativa privada.

Hoje amargamos um número de mais de 14 milhões de desempregados. Aliás, os números de criação de empregos que haviam sido inicialmente anunciados depois foram revelados falsos, foram revelados, infelizmente, para o nosso País, incongruentes com a realidade.

Por isso, nós não podemos aprovar um orçamento nesses moldes. Eu repito: infelizmente nós tentamos aqui evitar a apreciação no dia de hoje.

No ano de 2019, semelhante rito foi adotado aqui por esta Comissão, Sra. Presidente. No mesmo dia em que foi protocolado o relatório na CMO, discutiu-se o relatório, que, depois, foi aprovado no Plenário do Congresso Nacional. E mais tarde houve a grande indignação popular em relação às emendas de Relator, que não foram claramente debatidas no colegiado da Comissão e muito menos, depois, no plenário.

Portanto, fica aqui um apelo aos colegas Parlamentares: nós precisamos ter responsabilidade com o nosso País. Nós vivemos um momento muito difícil para a Nação, e não justifica a vinda do ano eleitoral. Aliás, pelo contrário, é justamente um ano para se demonstrar que o setor público, que a política está preocupada com o cidadão, e não com o fundão, que chega às raias dos 5 bilhões de reais para custear campanhas políticas, para custear santinho, bandeiraço, contratar cabos eleitorais. Isso para não dizer do Fundo Partidário, que custeia jatinho, custeia salários, custeia uma série de outros gastos que não deveriam ser pagos pelo cidadão brasileiro, por quem hoje está sofrendo com a falta de emprego, com a falta de renda, com a falta de comida na mesa.

Portanto, Sra. Presidente, caros colegas Parlamentares, com todo respeito ao Relator, que apresentou parecer favorável pelo CAE, nós encaminharemos o voto contrário do NOVO à admissibilidade do relatório do Orçamento da União.

Obrigado, Sra. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Continua em discussão o relatório.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vamos passar à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Com o voto contrário registrado pelo NOVO, Presidente, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Aprovado, com o voto contrário do Deputado Marcel van Hattem, da Deputada Adriana Ventura e do Deputado Glauber Braga.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório do CAE, com o voto contrário...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) - Com o voto contrário do Senador Alessandro Vieira, do Cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O Senador Alessandro Vieira onde está?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) - Do Senador Alessandro Vieira, do Cidadania. Estou *on-line*.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Desculpe-me. Como vai V.Exa.? Está tudo bem?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) - Tudo bem, querida? Aqui está tudo bem, graças a Deus.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Aprovado o relatório, com o voto contrário do Senador Alessandro Vieira, do Cidadania.

Vamos passar à apreciação do relatório final e da complementação de voto apresentados ao Projeto de Lei nº 19, de 2021, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022 — LOA 2022.

Passo a palavra ao Relator-Geral, o Deputado Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, vou fazer a leitura do relatório e das matérias principais.

Quero agradecer inicialmente a participação de todos os Parlamentares e assessores que atuaram na elaboração desta peça.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agradeço a Deus também pela bondade, pela consideração com todos nós, pela sabedoria e pelo discernimento.

"1. Relatório

Em atendimento ao disposto na Resolução nº 1, de 2006-CN, submetemos à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO o Relatório Geral sobre o Projeto de Lei nº 19, de 2021-CN, que 'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022', enviado à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 421, de 31 de agosto de 2021. Posteriormente, valendo-se da prerrogativa assegurada pelo art. 166, § 5º, da Constituição, o Poder Executivo alterou referido projeto de lei por intermédio da Mensagem nº 658, de 2 de dezembro de 2021.

Indicado pela liderança partidária e designado pela ilustre Presidente desta Comissão, a Senadora Rose de Freitas, coube-nos a honrosa tarefa de exercer as funções relativas à relatoria geral. Desde logo, aproveitamos a oportunidade para expressar os nossos agradecimentos à Presidente, aos Relatores-Setoriais, ao Relator da receita e aos demais membros deste colegiado, bem como ao conjunto de Parlamentares que compartilharam do esforço de conciliação necessário à elaboração do substitutivo que ora apresentamos.

O presente relatório, que abrange os efeitos dos demais relatórios já aprovados por esta Comissão — nas fases de avaliação da receita e de atuação dos Relatores-Setoriais —, foi elaborado com observância das normas constitucionais e legais, bem como dos critérios, condições e parâmetros fixados no parecer preliminar.

1.1. Considerações Preliminares

(...)

(...) a EC nº 113/2021, cujo efeito imediato foi a ampliação do teto de gastos da União em decorrência da alteração do critério de atualização, que passou a considerar o IPCA acumulado em 12 meses, de janeiro a dezembro, cálculo que retroagiu ao exercício de 2017, ano base sobre o qual se iniciou a aplicação do IPCA. O Substitutivo que ora apresentamos considera estimativa atualizada para esse índice (10,18%), conforme divulgada pelo Relatório Focus em 06/12/2021, o que leva à projeção de margem fiscal adicional de R\$69,6 bilhões, sendo R\$66,5 bilhões em favor do Poder Executivo.

(...) a EC nº 114/2021, a qual, ao estabelecer novo regime de pagamentos de precatórios, limitou a consignação de dotações necessárias à realização de despesas decorrentes de sentenças judiciais, o que implica autorização orçamentária para pagamento inferior àquele que constou inicialmente do PLOA 2022 (R\$89,1 bilhões).





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com fundamento nessa emenda constitucional, serão pagos em 2022, sujeitos ao teto de gastos, R\$45,6 bilhões referentes às despesas decorrentes de sentenças judiciais, o que possibilitou a abertura de espaço fiscal de R\$43,5 bilhões relativo ao teto de gastos do Poder Executivo.

Considerados os efeitos das mencionadas emendas constitucionais, criou-se margem fiscal total da ordem de R\$113,1 bilhões, sendo R\$110,0 bilhões no âmbito do Poder Executivo. Cumpre ressaltar que esse espaço orçamentário permitiu a alocação das dotações necessárias para viabilizar a ampliação do Programa Auxílio Brasil, que poderá beneficiar cerca de 17,9 milhões de famílias brasileiras em situação de pobreza e de extrema pobreza, além de aportes adicionais para as áreas de saúde, previdência e assistência social.

(...)

O valor total da despesa constante do Substitutivo que ora apresentamos é de R\$4.823,2 bilhões, dos quais R\$ 1.884,8 bilhões referem-se ao refinanciamento da dívida pública.

Assim, os orçamentos da União Líquidos de refinanciamento da dívida totalizam R\$2.938,2 bilhões. Desse total, R\$96,5 bilhões correspondem ao orçamento de investimento" das estatais "e R\$2.841,8 bilhões aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

(...)"

O montante da despesa condicionada à posterior aprovação de projeto de lei de crédito suplementar por maioria absoluta do Congresso Nacional, em observância ao inciso III ...

(A Sra. Presidente faz soar as campainhas.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Sr. Relator, um minuto.

Esta é uma Comissão de trabalho, o Relator está com a palavra, lendo uma peça que foi trabalhada durante muitos meses.

Peço que colaborem, principalmente os nossos Assessores.

Muito obrigada.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Posso continuar, Presidente?

O montante da despesa condicionada à posterior aprovação de projeto de lei de crédito suplementar por maioria absoluta do Congresso Nacional, em observância ao inciso III do art. 167 da Constituição, é de 121,8 bilhões.

"A totalidade da despesa condicionada foi mantida conforme a proposta encaminhada pelo Poder Executivo, no órgão do Ministério do Trabalho e Previdência Social, na ação '00SJ Benefícios Previdenciários'.

(...)

1.4. Cenário Macroeconômico





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O cenário macroeconômico para 2022 mudou substancialmente em relação aos prognósticos que embasaram o PLOA 2022, onde se estimava retomada do crescimento ao ritmo de 5,3% em 2021 e de 2,5% em 2022. A expectativa, porém, foi ajustada pelo próprio Governo, que reavaliou a previsão de alta para 5,1%, em 2021, e para 2,1%, em 2022, enquanto analistas do mercado preveem crescimento de 4,71%, em 2021, e 0,51%, em 2022, segundo Relatório Focus, publicado em 06/12/2021.

Espera-se que o PIB nominal chegue a R\$8,67 trilhões, em 2021, e R\$9,54 trilhões, em 2022, de acordo com a previsão oficial mais recente, de 11/11/2021.

(...)

Os preços da economia sofreram aceleração ao longo de 2021, superando as expectativas iniciais. Em função disso, o IPCA, cuja estimativa utilizada na elaboração do PLOA era de 5,9% para 2021 e 3,5% para 2022, apresenta, em projeções oficiais da Secretaria de Política Econômica (SPE) de 11/11/2021, uma previsão de 9,7% em 2021 e de 4,7% em 2022. O mercado financeiro, por sua vez, em avaliação divulgada por meio do Boletim Focus em 06/12/2021, projeta um IPCA de 10,18%, em 2021, e 5,02%, em 2022.

A aceleração inflacionária também impactou o INPC, índice utilizado para a correção do salário mínimo e dos valores dos benefícios previdenciários e assistenciais, acumulando alta em 12 meses encerrados em novembro de 9,36%. A projeção oficial para o INPC é de 10,04% para 2021 e de 4,25% para 2022, conforme parâmetros da SPE.

No Substitutivo, foi adotada projeção do INPC de 10,18% para 2021, por considerar que esse índice deverá se situar em patamar próximo do IPCA esperado pelo mercado, conforme Boletim Focus publicado em 06/12/2021.

(...)

1.5. Meta de Resultado Primário

O Substitutivo que ora apresentamos contempla projeção de *deficit* primário de R\$79,3 bilhões para os orçamentos fiscal de da seguridade social, aquém, portanto, da meta prevista no art. 2º, *caput*, da LDO 2022, que é de *deficit* de R\$170,5 bilhões.

É de se observar que, em relação à meta prevista na LDO 2022, a proposta orçamentária já apresentava projeção de *deficit* menor, da ordem de R\$49,6 bilhões, que se explicava principalmente pela elevação da estimativa de receitas primárias.

(...)

1.6. Teto de Gastos

Conforme mencionado anteriormente, a EC nº 113/2021, ao alterar antecipadamente o critério de atualização dos limites individualizados de despesas primárias, possibilitou que o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

teto de gastos da União aplicável ao exercício financeiro de 2022 passasse de R\$1.610,0 bilhões para R\$1.679,5 bilhões, considerando-se projeção do IPCA de 10,18% constante do Relatório Focus divulgado em 06/12/2021.

(...)

Destacamos que, em nosso Substitutivo, somente as dotações do Poder Executivo foram acrescidas em relação às constantes do PLOA 2022, sendo que os recursos adicionais foram direcionados ao Programa Auxílio Brasil e a outras programações constantes do orçamento da seguridade social. O reajuste dos limites individualizados dos demais Poderes e órgãos autônomos não resultou em elevação das dotações de suas unidades orçamentárias. Na verdade, trabalhamos no sentido oposto, de redução de despesas primárias que lhes correspondam, mediante cortes tanto em gastos discricionários quanto em autorizações para expansão de despesas de pessoal, constantes do Anexo V.

1.7. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

Nos termos da Emenda Constitucional - EC nº 95/2016, alterada pela recém promulgada EC nº 113/2021, a aplicação mínima em MDE para 2022 deve corresponder ao valor mínimo para 2017 (R\$49,0 bilhões) corrigido pelo IPCA acumulado no período de janeiro/2017 a dezembro/2020, considerando-se ainda, para fins da elaboração do projeto de lei orçamentária anual, o valor realizado até junho do índice previsto, relativo a 2021, e o valor estimado até dezembro desse mesmo ano.

Assim, o valor mínimo a ser aplicado em MDE para 2022 é ampliado de R\$60,2 bilhões, inicialmente previsto no PLOA 2022 encaminhado pelo Poder Executivo, para R\$62,8 bilhões.

No Substitutivo, os recursos destinados a essa despesa totalizam R\$113,4 bilhões, consideradas todas as fontes de recursos. (...)

Deve-se destacar ainda que o montante da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB, computado no total dos gastos com MDE, alcança R\$30,1 bilhões, correspondentes a 15% dos recursos aportados pelos Estados e Municípios a esse fundo, na forma aprovada pela EC nº 108/2020.

1.8. Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

A aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde (ASPS), atualizada pelo mesmo critério de atualização incidente sobre piso da educação, é de R\$140,0 bilhões no exercício de 2022, já considerando os efeitos da recém-promulgada EC nº 113/2021.

O Substitutivo prevê a aplicação de R\$147,7 bilhões em ASPS, sem contar com R\$0,9 bilhão referente à parcela de *royalties* e participação especial oriundos da exploração de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

petróleo e gás natural, que constitui recursos adicionais a serem também aplicados em saúde, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 12.858, de 2013.

(...)

1.9. Despesas com Pessoal

De acordo com o item 40.III do Parecer Preliminar, cabe ao Relator-Geral avaliar e atualizar as despesas com pessoal e encargos sociais constantes da proposta orçamentária. Tais despesas, grosso modo, podem ser divididas em dois grandes grupos: (i) aquelas referentes à força de trabalho já existente e suas respectivas remunerações, cujo montante encontra-se projetado no PLOA; (...)"

(A Sra. Presidente faz soar as campainhas.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vamos fazer um pacto aqui. Vamos permitir que o Relator leia o seu relatório. Aqueles que não quiserem que a votação do relatório aconteça, depois da leitura do Relator, se manifestam, mas vamos permitir que ele faça a leitura do relatório. Isso é democrático.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - "As autorizações constantes do Anexo V do projeto de lei representam acréscimos de despesas primárias da ordem de R\$4,8 bilhões para exercício de 2022, e R\$6,3 bilhões em termos anualizados. O montante para 2022 representa, assim, o dobro dos R\$2,4 bilhões autorizados para 2021, e quase quatro vezes mais que o R\$1,3 bilhão autorizado para 2018, último ano eleitoral no âmbito federal. Considerando esse histórico recente, nossa avaliação inequívoca é de que as autorizações do Anexo V encontram-se em patamar excessivo, situação que se mostra incompatível com o presente contexto econômico e fiscal do País. Além disso, consideramos que tais despesas têm baixa probabilidade de execução ao longo do exercício financeiro, uma vez que para o próximo ano aplicam-se severas restrições quanto à possibilidade de admissão de pessoal. Diante disso, nosso Substitutivo promove corte linear de 60% nessas autorizações para 2022, abrangendo todos os Poderes e órgãos autônomos, resultando em redução de despesas primárias da ordem de R\$2,8 bilhões.

Quanto às despesas relativas à força de trabalho já existente e suas respectivas remunerações, as estimativas constantes da proposta orçamentária merecem detida reflexão. Isso porque tem sido recorrente, nos últimos exercícios financeiros, que estimativas das despesas de pessoal contidas nos projetos de lei orçamentária se situem em patamar superior à efetiva execução orçamentária. No exercício de 2019, por exemplo, as dotações do PLOA foram R\$13,6 bilhões superiores às despesas empenhadas e, em 2020, essa diferença foi de R\$8,0 bilhões. Para 2021, considerando as projeções constantes do Relatório de Avaliação de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Receitas e Despesas Primárias do 5º Bimestre, essa diferença deverá se situar em cerca de R\$7,8 bilhões.

Em relação às estimativas para 2022, há igualmente elementos que sugerem que possam estar superdimensionadas. Em especial, fazemos referência ao Relatório de Acompanhamento Fiscal da Instituição Fiscal Independente — IFI publicado no último dia 16. Neste estudo, o órgão do Senado Federal projeta as despesas com pessoal para 2022 em R\$335,4 bilhões, montante R\$8,3 bilhões abaixo das estimativas do PLOA 2022. Considerando esse cenário e o histórico recente, promovemos uma reavaliação dessas despesas, com fulcro nos itens 10.I, 14.1 e 40.III do Parecer Preliminar, reduzindo-as em R\$1,0 bilhão, correspondente a 0,3% do seu montante global.

(...)

1.12. Exame da Área Temática XIII – Presidência e Relações Exteriores

Não tendo sido apresentado o relatório setorial da área temática 'XIII (...)', coube-nos a tarefa de efetuar o exame inicial das emendas que lhe foram apresentadas, nos termos do art. 64, parágrafo único, da Resolução nº 1, de 2006-CN.

No âmbito dessa área temática foram apresentadas 15 emendas de apropriação, sendo 12 individuais e 3 de comissão permanente. As emendas individuais apresentadas foram integralmente aprovadas, no valor total de R\$2,5 milhões. As classificações de algumas dessas emendas sofreram ajustes técnicos com o propósito de fazer com que melhor atendam à finalidade a que visam. No que se refere à Emenda 37560010, da Deputada Rosangela Gomes, a ação orçamentária foi alterada conforme autorização constante do Of. Pres. N. 171/2021/CMO, de 08/12/2021, expedido pela Presidência desta Comissão.

No atendimento das emendas de comissão, foram utilizados os recursos disponibilizados para a área temática, no montante de R\$6,2 milhões, em conformidade com a regra estabelecida no art. 57 da Resolução nº 1/2006-CN. O atendimento se fez de forma equânime, cabendo a cada emenda o valor de R\$2,0 milhões.

1.13. Correções e Ajustes nas Emendas

Observadas as normas legais e regimentais que concernem à matéria, os pareceres das emendas comportam correções e ajustes realizados pelos Relatores-Setoriais e por este Relator-Geral, com o propósito de adequá-las à boa técnica orçamentária e sanar erros ou defeitos de elaboração que eventualmente pudessem constituir óbice à sua aprovação ou à execução orçamentária.

Em muitos casos os ajustes foram solicitados pelos próprios autores das proposições, por meio do Sistema de Solicitações de Ajustes a Emendas (SISEL), sendo que a análise dos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pedidos levou em conta a viabilidade técnica e a preservação da intenção original do autor. As solicitações de ajustes por parte dos autores constam do Volume IV deste Relatório.

1.14. Alocação de Recursos pelo Relator-Geral

De acordo com o parágrafo único do art. 53 da Resolução nº 1/2006-CN, o limite financeiro para as emendas de Relator-Geral, ressalvadas as que se destinaram ao atendimento de correção de erros e omissões e à realização de ajustes técnicos, corresponde ao valor total das emendas de que tratam os §§ 11 (individuais – RP 6) e 12 (de bancada estadual – RP 7) do art. 166 da Constituição.

Com fundamento nesse limite e no item 12 do Parecer Preliminar, foram apresentadas emendas com o objetivo de aperfeiçoar os orçamentos da União.

(...)

Outras emendas apresentadas pelo Relator-Geral se destinaram à correção de erros, omissões ou inadequações de ordem técnica ou legal, sob o amparo do Parecer Preliminar. Enquadramos na categoria de correção de erros ou omissões as emendas que visam atender, ainda que parcialmente, às demandas apresentadas pelo Poder Executivo por intermédio de ofícios encaminhados a esta Comissão.

Os espelhos de todas as emendas que apresentamos e o respectivo demonstrativo por modalidade de emenda de Relator estão anexados ao presente Relatório (Volume III).

Adicionalmente, lembramos que a alocação de recursos que efetuamos se deu também a partir de acréscimos em emendas coletivas discricionárias — de bancada estadual (RP 2) e de comissão permanente (RP 8) —, bem como nas emendas de execução obrigatória — individuais (RP 6) e de bancada estadual (RP 7) —, em decorrência da mudança no critério de atualização previsto no art. 107, § 1º, inciso II. Nesse último caso, em observância às disposições da EC nº 113/2021, os acréscimos foram realizados exclusivamente nas emendas que destinavam recursos para o orçamento da seguridade social.

Pareceres às demais emendas

O atendimento de emendas individuais (RP 6) e de bancada estadual, no que se refere às parcelas de execução obrigatória (RP 7), observou os limites constitucionais. Quanto às emendas de Comissão (RP 8) e demais parcelas das emendas de bancada estadual (RP 2), o atendimento se fez com base nas análises criteriosas realizadas pelos Relatores Setoriais e pelo Relator-Geral, necessárias para se decidir sobre a alocação de recursos escassos.

Em qualquer caso, o atendimento das emendas levou em conta as restrições impostas pela legislação vigente, em especial as regras do Parecer Preliminar e da Resolução nº 1, de





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2006-CN. Na Relatoria Geral, foi examinado o mérito de cada demanda, buscando-se verificar o potencial de contribuição para o desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Considerações Finais

Com fundamento no art. 69-A da Resolução nº 1/2006-CN, no exercício financeiro de 2022, 'o Relator-Geral poderá realizar indicações para execução das programações a que se refere o inciso IV do art. 53, oriundas de solicitações recebidas de Parlamentares, de agentes públicos ou da sociedade civil'.

Para serem acolhidas, as solicitações devem ser compatíveis com as leis do plano plurianual e de diretrizes orçamentárias e estar de acordo com a legislação aplicável à política pública a ser atendida (§ 2º do art. 69-A). No entanto, com vistas a melhor atender às necessidades de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das respectivas populações, sugerimos que a CMO adote Instrução Normativa que estabeleça critérios adicionais, de caráter socioeconômico, que favoreça a atuação mais objetiva possível para o atendimento das solicitações a serem encaminhadas ao Relator-Geral.

Importante também que esta Comissão constitua grupo de Parlamentares, nos moldes dos comitês previstos no art. 27 da Resolução nº 1/2006-CN, com a incumbência de colaborar com o Relator-Geral no exame das solicitações que lhe sejam encaminhadas. Esse procedimento certamente muito contribuirá para que, da forma mais eficiente possível, as solicitações sejam convertidas em efetivas indicações a serem encaminhadas ao Poder Executivo.

Outra relevante questão que merece melhor abordagem diz respeito ao aprimoramento do processo de planejamento, uma vez que parte significativa das decisões relativas às receitas e despesas tem implicações que se prolongam bem além do habitual ciclo anual de uma lei orçamentária. O horizonte temporal curto não permite que o planejamento fiscal e o planejamento estratégico sejam consistentes, pois desconsideram o impacto, ao longo dos exercícios financeiros, das decisões tomadas no momento presente.

Nesse sentido, seria salutar a adoção de instrumentos de previsão de despesas e de cenários fiscais de médio prazo, que contribuam com mais eficiência para o alcance do almejado equilíbrio fiscal, porém com a vantagem de serem flexíveis no longo prazo, admitindo a correção de curso da política fiscal, conforme a evolução dos indicadores fiscais.

Por fim, no momento em que apresentamos o relatório geral do PLOA 2022, aproveitamos a oportunidade para também apresentar aos nossos pares neste colegiado uma proposta de emenda à Constituição, cujo objetivo é aperfeiçoar o teto de gastos da União, no sentido de: (i) possibilitar que a margem fiscal relativa aos limites individualizados dos órgãos





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que estão fora da abrangência do Poder Executivo possa ser utilizada em proveito deste, ainda quando for observada ou gerada durante a tramitação do projeto de lei orçamentária no Congresso Nacional; (ii) permitir que o teto de gastos seja redefinido a cada quadriênio, por meio de lei complementar publicada no primeiro ano do mandato presidencial; e (iii) desvincular a margem fiscal aberta pela aprovação das EC nos 113/2021 e 114/2021, com vistas a flexibilizar a alocação de recursos nos orçamentos da União, de modo que melhor se possa atender às necessidades institucionais e da sociedade brasileira".

Sra. Presidente, este é o voto desse relatório, na forma do substitutivo, que foi apresentado na segunda-feira, às 3 horas da manhã.

Passo à leitura do complemento do voto.

Sra. Presidente, eu vou fazer aqui um resumo dos entendimentos que nós tivemos ao longo desses dias sobre a complementação de voto. Vou fazer alguns destaques dessa complementação.

A complementação apresentada está disponível na página desta Comissão.

Item 1: complementação do mínimo de irrigação destinado ao Centro-Oeste;

Itens 2 e 3: atendimento às emendas de remanejamento;

Item 4: atendimento ao Ofício nº 1.485/2021/ASSAD/GM do Ministério da Infraestrutura;

Item 5: recomposição/acréscimo das seguintes dotações, no âmbito do Ministério da Educação, por meio da redução dos valores das Emendas 81000138 e 81000139, conforme indicado no Ofício nº 4.758 do gabinete do Ministro;

Item 6: ajustes no Anexo V — banco de professores, com acréscimo de mais 600 milhões de reais. Restruturação de servidores públicos, 1,7 bilhão de reais, que poderá ser feito por PL ou por medidas provisórias. Ajustes na Justiça Eleitoral e Federal;

Item 7: reversão do corte na Ação nº 2000 — administração da unidade, no valor de 1,2 bilhão de reais. Recomposição dos cortes prévios na Ação nº 099F, Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural, e, na UO 24201, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq;

Item 9: emenda EMBRAPA;

Item 10: ajuste no demonstrativo de cumprimento do teto, inclusão do *float* das despesas previdenciárias e ajuste do impacto primário no FIES;

Item 11: fontes para atendimento dos itens 5, 6, 7, 8 e 9; cancelamento de parte do FEFC, 166 milhões de reais; redução de 234 milhões de reais nas emendas de Comissão RP 8; e cancelamento da Emenda 600002, de 251 milhões de reais;





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Item 12: ajuste nas emendas RP 9, de educação, destinadas às ações 20RK e 20RL. Redução correspondente na ação 20RP;

Item 13: ajustes de texto, despesas com pessoal, excetuadas da vedação redução de valores alocados em seguridade social;

Item 14: anulação do atendimento das emendas RP 2, do Relator-Geral;

Item 15: autorizações para ajustes técnicos necessários, classificação, emissão de fontes financeiras para implementar a complementação de voto;

Item 16: atualização do Anexo de Medidas Tributárias ao Demonstrativo de Gastos Tributários constante das informações complementares ao PLOA 2022;

Item 17: destinação de 800 milhões de reais de recursos da saúde para o reajuste dos agentes comunitários. Serão destinados reajustes do piso salarial profissional nacional dos agentes comunitários de saúde e agentes de endemias, RP 1 — despesas obrigatórias, excluindo o PO 002, para que seja viável esse entendimento dos reajustes do piso salarial profissional dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.

Sra. Presidente, este é o voto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Pela ordem, Sra. Presidente. Gostaria de um esclarecimento do Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

Pela ordem, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Houve agora a complementação de voto do Deputado Hugo Leal, a quem saúdo.

Sobre a questão do fundo, como ficou o valor total do fundo eleitoral? Ficou em R\$4,7 bilhões ou em R\$4,9 bilhões? Isso não ficou claro.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - O valor total do fundo eleitoral é de 4 bilhões e 934 milhões de reais. Foi exatamente o cálculo que estava previsto na LDO, aprovado aqui por nós, com o veto derrubado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Agradeço a V.Exa. o esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Lido o relatório geral, quero dizer que foram apresentadas 6.753 emendas ao relatório.

O voto...

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Para discutir, Sra. Presidente...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu vou abrir a palavra para a discussão, esclarecendo aqui com muita tranquilidade...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente...

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Para discutir, Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu vou anotar todos.

Há uma lista dos que se manifestaram: Deputado Marcel van Hattem, Senador Wellington Fagundes, Senador Marcelo Castro, Deputada Adriana Ventura, Deputado Claudio Cajado, Deputado Glauber Braga, Deputado José Nunes, Senador Esperidião Amin.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Deputado Zarattini...

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Deputado Hildo Rocha...

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Deputado João Bacelar...

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Deputado Danilo Forte...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

Só um minutinho.

Deputado Carlos Zarattini.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Deputado Hildo Rocha.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - Deputado Daniel Almeida.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Hildo Rocha, Deputado Daniel Almeida.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Deputado Domingos Sávio.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Bosco Costa, Deputado Danilo Forte.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) - Sra. Presidente, eu posso fazer um apelo à V.Exa.?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Só um minutinho. Deixe-me concluir a lista, por favor.

Deputado Bosco Costa, Deputado Domingos Sávio, Deputado Carlos Henrique Gaguim, Deputado Ricardo Barros, Deputado Moses Rodrigues, Deputado Wilson Santiago.

Faltou falar o nome de alguém da lista? (*Pausa.*)

Deputado Marcel van Hattem, Senador Wellington Fagundes, Senador Marcelo Castro, Deputada Adriana Ventura, Deputado Cláudio Cajado, Deputado Carlos Zarattini, Deputado Hildo Rocha, Deputado Daniel Almeida, Deputado Bosco Costa, Deputado Domingos Sávio, Deputado Carlos Henrique Gaguim, Deputado Ricardo Barros, Deputado Moses Rodrigues, Deputado Wilson Santiago.

Onde está o Senador Esperidião Amin?

Depois do Deputado Cláudio Cajado é o Senador Amin.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, na primeira lista V.Exa. indicou o meu nome. Já na segunda lista eu não ouvi a indicação do meu nome. Peço a inscrição também.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Novamente, Deputado, sem nenhum problema.

Deputado Marcel van Hattem, Senador Wellington Fagundes, Senador Marcelo Castro, Deputada Adriana Ventura, Deputado Cláudio Cajado, Senador Amin, Deputado Glauber Braga, Deputado Zarattini, Deputado Hildo Rocha, Deputado Daniel, Deputado Bosco, Deputado Domingos, Deputado Gaguim, Deputado Ricardo, Deputado Moses, Deputado Wilson.

(Não identificado) - Presidente, uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Depois do Deputado Glauber é o Deputado José Nunes.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente, o Deputado Tiago Mitraud perguntou se poderia fazer a sua inscrição.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Houve um pedido de questão de ordem para esclarecimento.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O Deputado Tiago Mitraud consulta se eu poderia pedir a inscrição dele também na lista, Sra. Presidente. Apenas isso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O Deputado está presente?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Ele estará presente em breve. Ele não está presente neste momento.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Então, na hora em que ele chegar, vamos fazer isso, para não fazermos por representação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Obrigado, Presidente.

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (PSL - MG) - Presidente, Deputado Delegado Marcelo Freitas também.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Sanderson, o Senador Izalci Lucas finaliza.

Mais alguém? *(Pausa.)*

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vou pedir a compreensão para que possamos dar 3 minutos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Pela ordem, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Danilo, eu inscrevi V.Exa.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu não tinha falado o seu nome?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não. Eu não tinha falado. Desculpe-me, por favor.

Deputado Pastor Eurico.

Mais alguém? *(Pausa.)*

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Presidente, peço a palavra pela ordem antes que se inicie. É só uma questão de encaminhamento.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Presidente, eu vejo um número expressivo de inscrições, inclusive eu também me inscrevi. Com certeza, todos terão alguma dúvida, alguma contribuição, alguma indagação, e muitas poderão ser semelhantes.

Dentro do espírito de como foi construído esse relatório — aí eu registro os meus cumprimentos ao Relator e à Presidente pelo esforço coletivo de entendimento, de busca por solucionar algumas questões graves para o País —, essas dúvidas poderiam ser resolvidas se V.Exa., Presidente, permitisse algo em torno de 10 minutos a 15 minutos de suspensão para que nós pudéssemos tirar algumas dúvidas rapidamente, sem as formalidades das inscrições. Quem sabe não poderíamos abrir mão de muitas dessas falas e evoluir para a votação?

A minha sugestão a V.Exa. é de algo em torno de 15 minutos em suspensão para darmos um procedimento mais rápido.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Há uma proposta feita pelo Deputado Domingos Sávio.

Um pouco de paciência, gente, por favor!

O Deputado Domingos Sávio propõe a suspensão por 15 minutos para esclarecimentos a vários Parlamentares, que usariam a palavra e teriam a resposta do Líder.

Se houvesse uma reunião — o que estou entendendo é que todos se reuniriam com o Líder —, aqueles que quisessem poderiam esclarecer as dúvidas, pois nós temos uma lista de quase 30 inscritos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Presidente, vamos dar início à fala dos oradores e faremos uma reunião, neste entretanto, com V.Exa. na sala, com o Relator eventualmente. Assim, tocaremos aqui a ordem das falas. Senão, nós vamos...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - Porque ninguém vai retirar a inscrição!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Podemos fazer assim. V.Exas. preferem que as falas continuem e que os demais façam indagações ao Relator em uma sala? Às vezes — há nisso toda razão — será coincidente, um vai repetir o que o outro fala. Estão de acordo com essa proposta?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - De acordo, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Manifestem-se, por favor. *(Pausa.)*

Então, vamos eu e o Relator para a sala.

Aí V.Exa. está encrocado porque é quem vai assumir a Presidência.

É muita gente querendo mandar o tempo inteiro!

Tem a palavra o nosso 1º Vice-Presidente da Câmara, o Deputado Marcelo Ramos.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) - Presidente Rose, eu queria só fazer um apelo a todos os Deputados, as Deputadas, os Senadores e as Senadoras que aqui estão para que fizéssemos o acordo de que, na hora que acabarmos aqui, vamos abrir a sessão do Congresso Nacional e votar essa matéria ainda hoje e de que não vamos postergá-la para outro momento.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Já está acordado, Presidente.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) - Eu queria fazer um apelo a todos aqui para que encerrássemos isso hoje. O Brasil depende disso para ter, no ano que vem, a tranquilidade que não teve neste ano.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Apoiado, Presidente Marcelo Ramos.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - Esse é o acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Isso já está subentendido.

Então, aqueles que querem a reunião, por favor, podem ir à sala de Líderes. Aqueles que querem fazer uso da palavra podem permanecer.

Um momento só. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao 1º Vice-Presidente da CMO, o Deputado Carlos Zarattini. *(Pausa.)*

A pergunta que eu quero fazer é a seguinte: Deputado Uldurico Junior, Deputado Claudio Cajado, Deputado Marcelo Ramos, V.Exas. querem se pronunciar para o Relator ou independentemente dele?

(Intervenções fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, V.Exas. falarão, e isso ficará registrado caso dependa de alguma resposta a posteriori. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Vamos dar início, então, à lista de oradores.

O primeiro inscrito, pelo tempo de 3 minutos, é o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Na discussão, não são 5 minutos, Presidente? Só peço esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - A Presidente nos orientou a conceder 3 minutos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Se eu puder contar com a tolerância de V.Exa., agradecerei.

Caro Presidente, colegas Parlamentares, estamos aqui a discutir o Orçamento da nossa República, o Orçamento público do Brasil. Infelizmente, mais uma vez, chegamos a este importante dia com enormes dúvidas sobre para onde vai o dinheiro e com outras tantas certezas sobre para onde não deveria ir a grana. Nós estamos vendo aqui, mais uma vez, um aumento no Fundo Eleitoral. Reduziu em relação ao que estava na LDO? Sim, de R\$5,7 bilhões para R\$4,93 bilhões, para campanhas eleitorais. É um absurdo! Nós estamos na pandemia!

Nós apresentamos um destaque...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Perdão, não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Eu vou pedir aqui 1 minuto só. Suspendam o tempo.

Eu vou pedir ao Plenário que se mantenha em silêncio, para que nós possamos ouvir os oradores.

Por favor, continue, Deputado Marcel.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Posso começar de novo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Pode começar de novo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu vou tentar ser fiel à minha fala anterior.

O que nós estamos vendo aqui, mais uma vez, Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, é uma discussão feita às pressas, uma discussão sobre o Orçamento trilionário de uma das maiores nações do mundo. Recursos públicos vão ser alocados em áreas





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

desnecessárias, enquanto outras áreas deveriam merecer todo o apoio numa época de grave crise econômica, com milhões de desempregados.

As pressões das corporações aqui, nesta manhã, também revelam um Brasil descolado da realidade, com todo o respeito que eu devo às categorias policiais. Como muitos sabem, poucos Parlamentares defendem tanto quanto eu a segurança pública no Brasil — mais eu não conheço. No entanto, não posso concordar com os aumentos que agora estão sendo concedidos a policiais federais que têm como salário inicial R\$12 mil, R\$23 mil, a depender do concurso prestado.

Aliás, nesta Casa Legislativa, nesta Comissão, há concursados que foram aprovados — parabéns —, que ainda não assumiram e já estão aqui pleiteando aumento, que não começaram efetivamente a trabalhar e já estão solicitando a esta Casa um aumento. Pasmem, colegas! Mais ainda: povo brasileiro, pasme! Aumentos serão concedidos pelo que está sendo proposto aqui no relatório. Não posso concordar com isto. Não posso. Profissionais da saúde não receberam aumento durante esta pandemia. Tantos outros profissionais não receberam aumento. E a iniciativa privada, que paga a conta, está amargando as consequências de uma severa crise econômica.

Há o Fundão, há os aumentos fora de propósito — aliás, ainda faltou dizer, dos policiais mais bem pagos do Brasil em comparação com outras polícias que nós temos, como as militares estaduais e as guardas municipais. Agora, além disso, temos a consolidação das emendas de Relator que, de uma forma pouco ou nada transparente, são utilizadas para benefício eleitoral, e não para benefício do Brasil. Isso para não falar nos escândalos de corrupção com as emendas Relator que já apareceram sob investigação da Polícia Federal.

Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, não podemos continuar esta sessão para deliberar esta proposta orçamentária. É importante que votemos o Orçamento, sim, mas dentro dos critérios técnicos que sempre devem balizar a discussão, dentro daquilo de que a nossa Nação precisa para superar esses desafios, não da forma como está sendo feito, com Fundão, com aumentos desnecessários, com emendas de Relator. E sabe-se lá mais o que pode aparecer aí pela frente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado.

O próximo orador é o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Cumprimento o meu caro Presidente em exercício, o Deputado Carlos Zarattini; o Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, o meu colega e companheiro Deputado Marcelo Ramos, que daqui a pouco estará presidindo a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sessão do Congresso; todas as Lideranças; e principalmente os brasileiros que nos assistem neste momento.

Assumir a relatoria da área de educação, depois de 32 anos, Senador Marcelo Castro, talvez tenha sido um dos momentos de maior responsabilidade e intensidade que vivi nesta Casa. Por muitos e muitos anos, fui Relator e participei da Comissão de Orçamento. Chego, mais do que nunca, convicto de que estamos concluindo o orçamento da área de educação, ciência e tecnologia, principalmente com a retomada econômica, não só visando ao retorno das nossas crianças, com segurança, às salas de aula, mas valorizando o ensino profissionalizante, com as nossas universidades podendo contratar professores substitutos e assim por diante.

Faremos o Brasil, que é um país rural e da produção, ter recursos para a EMBRAPA, para o Seguro Rural e, acima de tudo, para cuidar da geração de empregos ao garantirmos também o Auxílio Brasil, que vai permitir ao Governo Federal, ao Presidente Bolsonaro pagar todos aqueles que infelizmente foram os que mais sofreram na pandemia e que estão desempregados.

Como Relator desta área, eu quero agradecer também a todas as Lideranças, que entenderam que deveríamos tirar 1 bilhão de reais do Fundo Eleitoral para investir exatamente na educação, para a conclusão de obras inacabadas, principalmente no FNDE, como creches, escolas.

E quero aqui testemunhar, mais do que nunca, o reajuste salarial daqueles que estavam na ponta: dos agentes comunitários de saúde e das parteiras. Quero até parabenizá-los pela luta, porque essa é uma demonstração de que o Brasil está exercendo, acima de tudo, uma democracia, em que as pessoas têm direito, sim, de reivindicar e de buscar no Parlamento exatamente a solução para as angústias que cada segmento da sociedade vive no dia a dia.

Portanto, Presidente, não há uma peça orçamentária perfeita. É claro que nós queríamos atender a todos da melhor forma possível. Infelizmente, a pandemia trouxe uma crise não só para o Brasil, mas para o mundo inteiro. Países como Alemanha estão vivendo dificuldades econômicas. Podemos falar na Europa e em tudo o mais. Mas eu acredito, principalmente em relação ao Fundo, que as Lideranças, a Presidente Rose e o nosso Relator, o Deputado Hugo Leal, procuraram cumprir a LDO de forma, digamos, não mais do que precisa. Então, aqui não se está discutindo se é mais ou se é menos — é o que está previsto na LDO.

Portanto, Deputado Carlos Zarattini, é claro que, se cada um aqui pudesse falar do seu sentimento sobre o Brasil e da necessidade em relação ao que estamos fazendo, nós iríamos nos delongar muito. Mas eu quero agradecer a todas as Lideranças que, por unanimidade,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

estiveram construindo essa peça orçamentária. Quero parabenizar, acima de tudo, a nossa Presidente Rose, que colocou quase como obsessão a questão da educação, da ciência e da tecnologia.

Portanto, eu tenho certeza de que vamos aprovar este Orçamento na Comissão de Orçamento dentro de pouco tempo e de que vamos aprová-lo também no Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado, Senador Wellington.

O próximo inscrito é o Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (MDB - PI) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, hoje nós estamos chegando ao final desse longo trabalho, com a colaboração e discussão de um grande número de assessores, de Relatores-Setoriais, do Relator-Geral, da Presidente da Comissão. Quero aproveitar para parabenizar a todos pelo trabalho.

Não há peça orçamentária perfeita. Quando se agrada um, desagrada-se outro. Mas nós tivemos uma diretriz, como disse bem o nobre Senador Wellington Fagundes. Essa diretriz foi a questão social. Nós estamos vivendo hoje no Brasil uma crise sem precedentes, com o preço do combustível e do gás lá em cima. As pessoas estão desempregadas, passando fome, na fila para comprar osso, para comprar pé de frango.

Evidentemente quem é homem público tem a obrigação e a responsabilidade de ter um olhar para essa situação. Essa diretriz, estabelecida pela nossa Presidente Rose de Freitas, foi no sentido de nós cumprirmos o mínimo constitucional para a saúde e para a educação. Foi colocado como uma prioridade absoluta da Comissão Mista de Orçamento o orçamento da educação.

Nós estamos saindo de uma pandemia. Estamos, há 1 ano e tanto, gastando recursos na saúde. Mas agora nós precisamos olhar para a educação de uma maneira mais firme, porque a educação no Brasil já não vinha tão bem. Com essa crise, com essa pandemia, as coisas pioraram. E tivemos a sorte de ter o Senador Wellington Fagundes como Relator dessa área tão importante, bem como outros tantos que se destacaram na sua defesa.

Eu, como Presidente da Comissão de Educação do Senado, acho, Senador Wellington, que fizemos um bom trabalho. O orçamento da educação este ano é um dos maiores orçamentos da educação do País em todos os tempos. Nós temos aproximadamente R\$25 bilhões a mais do que o mínimo constitucional. Todos os recursos que foram pedidos pelo Ministério da Educação foram atendidos.

Então, eu aproveito aqui para agradecer a todos e parabenizar o trabalho excepcional feito pelo Senador Wellington Fagundes como Relator-Setorial da Educação, bem como





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

agradecer à Senadora Rose de Freitas, como Presidente da CMO, que desde o primeiro instante disse que a nossa prioridade aqui seria a educação. Graças a Deus nós estamos chegando com um orçamento excepcional.

Quero parabenizar a todos pelo trabalho feito.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado, Senador Marcelo Castro, representante do Piauí.

Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura, que está presente remotamente.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG) - Sr. Presidente, Zarattini, pela ordem. Aqui é o Deputado Tiago Mitraud. Eu gostaria de me inscrever na lista do relatório da CMO, pois não consegui me inscrever anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - O.k., Deputado Tiago, V.Exa. está inscrito.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Sr. Presidente, caros colegas, eu acho que hoje é um dia importante para todos, um dia por que todos estavam esperando ansiosamente.

É com tristeza que eu digo que nós não atingimos um bom resultado. Eu discordo dos colegas, e não estou aqui desmerecendo o trabalho de muitos desta Comissão, nem o do Relator-Geral. Na minha visão nós estamos falhando em alguns pontos seríssimos. O primeiro é em relação ao que é prioridade no nosso País. Isso já foi discutido aqui.

Sim, fizemos esforços para mandar mais verba para a educação; essas questões que foram trazidas são importantes. Agora, nós não podemos fazer uma cortina de fumaça e não mostrar o que nós realmente estamos votando aqui. Há três pontos nesse relatório que são gravíssimos.

Um já foi falado claramente, que é o fundo eleitoral. Independentemente de ser a favor ou contra o financiamento público de campanha — nós do NOVO somos contra —, mesmo muitos sendo a favor, sou contra esse relatório, porque não há cabimento, em um País onde muitos passam fome, onde muitos não têm saneamento básico, o gasto de R\$5 bilhões. Isso é legislar em causa própria. Isso não traz renovação, isso só traz perpetuação e isso não é democracia. Nós sabemos como o dinheiro é destinado.

Isso já foi falado, mas eu vou me atentar a um segundo ponto seríssimo: as emendas de Relator, as famosas RP9. Aqui nós estamos falando de R\$16 bilhões. Nós estamos legitimando esse balcão de negócios. Só que eu olho, com tristeza, que poderíamos ter avançado muito nos critérios de transparência, nos critérios que talvez trouxessem alguma redução de desigualdade.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu inclusive me reuni com o Relator algumas vezes. Fiz um destaque no relatório preliminar e fizemos algumas sugestões, que, inclusive, vieram de consultores da Casa, para usar dados do IBGE, dados regionais, porque há distorções enormes; não há isonomia. Um valor de 16 bilhões para ser usado politicamente como um balcão de negócios não está correto.

E o terceiro e último ponto que quero elencar é que nós já temos um déficit orçamentário de R\$79 bilhões. O PLOA 2022 chegou com quase R\$50 bilhões de déficit. De lá para cá, a arrecadação tributária aumentou, em virtude do aumento da inflação, e a tendência do déficit era ser reduzido, mas o Relator previu no seu relatório um déficit de R\$79 bilhões.

Então, não dá para estar feliz aqui com o resultado. Nós precisamos priorizar o que realmente importa para o nosso País. Para dar um exemplo, com o dinheiro do fundão nós daríamos saneamento básico para mais de 500 mil famílias.

Portanto, não está certo o que está sendo feito aqui, e este Parlamento precisa repensar. Por isso o NOVO vai orientar contra este relatório.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Vamos ouvir agora o Senador Esperidião Amin, que está participando remotamente desta reunião.

Senador, V.Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Fico muito feliz em ver minha querida amiga Senadora Rose de Freitas sendo substituída momentaneamente pelo prezado amigo Deputado Carlos Zarattini. É uma feliz sucessão, ainda que provisória.

Eu quero fazer três comentários muito breves.

É claro que nós não chegamos a uma peça orçamentária com que deveríamos sonhar chegar. O primeiro ponto positivo é esse relacionado à saúde e à educação. Aliás, são dois pontos. A saúde foi o carro-chefe das nossas atenções nesses dois últimos anos, e nós podemos celebrar o fato de que não faltaram recursos para nos acudir na emergência. Observei isso nas Comissões de acompanhamento da COVID. Acho que agora nós todos celebramos o reconhecimento básico àqueles que atuaram na ponta, muitos deles representados pelos agentes comunitários de saúde.

Quanto à educação — e eu acrescento à educação os investimentos em tecnologia para que a educação procure recuperar efetivamente o tempo que nós perdemos em função principalmente dos efeitos da pandemia em matéria de segregação, isolamento, distanciamento —, eu acho que foi uma prioridade correta e me congratulo tanto com o Senador Marcelo Castro, nosso Presidente da Comissão de Educação no Senado, quanto com





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

o nosso companheiro Senador Wellington Fagundes, que foi o Relator e salientou muito bem esse ponto, sempre associando a educação à tecnologia.

O que eu desejo? Meu caro Deputado Carlos Zarattini, eu me recordo de que em 1975 fiz o meu concurso para a Universidade Federal de Santa Catarina, na cadeira de Administração Financeira e Orçamento. Nós evoluímos muito em matéria de transparência, de competência para fazer planejamento; a redução drástica da inflação nesses últimos anos tem aperfeiçoado esse nosso esforço. Mas eu quero aqui fazer uma conclamação, ao mesmo tempo em que comento que o nosso fundo eleitoral poderia ter tido um corte um pouco maior na deliberação dos Líderes, conforme, inclusive, apelei ontem, e reconheço que foi feito um esforço insuficiente. Mas eu gostaria de falar um pouquinho só sobre o futuro das emendas do Relator.

Eu faço votos de que nós possamos, ainda neste ano de 2022, apresentar uma proposta de emenda à Constituição ampliando as emendas individuais e as emendas de bancadas estaduais, ou melhor, bancadas federais representativas dos Estados. Nós poderíamos, com boa parte desses 16 bilhões destinados à RP9, ampliar legitimamente o poder de representação de cada Parlamentar, seja Deputado Federal, seja Senador, ampliando, com boa parte desses recursos, o valor das emendas individuais e o valor das emendas de bancada representativas dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Peço que conclua, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Eu próprio vou cuidar de elaborar essa proposta orçamentária, essa proposta de emenda à Constituição, e os conclamo a, juntos, pensarmos numa boa proposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado, Senador.

Mais alguém deseja se inscrever? *(Pausa.)*

Estão encerradas as inscrições.

O próximo a usar a palavra é o Deputado Glauber Braga.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Pela ordem, Presidente. Eu falei aqui, no *chat* do Zoom.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - V.Exa. já está inscrito, Deputado.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Tem a palavra o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

O Deputado não está presente.

O próximo orador é o Deputado Zé Carlos.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ZÉ CARLOS (PT - MA) - Deputado Carlos Zarattini, que preside esta sessão neste momento, eu gostaria de manifestar minha tristeza e minha discordância com essa redução dos recursos para a assistência social. O Governo propôs R\$1,72 bilhão, e a relatoria apresentou R\$1,67 bilhão — 50 milhões a menos. Mais do que nunca, principalmente nesta pandemia, que ceifou mais de 600 mil vidas de brasileiros e brasileiras, a assistência social precisa de recursos para enfrentar as desigualdades e garantir a proteção social.

A assistência social, companheiros e companheiras, Deputados e Deputadas, Senadores, Senadoras, é direito do povo e é dever do Estado. Nesse sentido, nós não podemos esquecer que a assistência social é que está na linha de frente no combate à desigualdade. É ela que estende o cobertor para quem tem frio. É ela que oferece um almoço para quem tem fome, uma água para quem tem sede, uma palavra de esperança para quem está desiludido.

Cumprimento o Deputado Hugo Leal e reconheço os avanços no texto do substitutivo em relação ao texto apresentado pelo Governo. Ele traz avanços, como, por exemplo, a diminuição do fundo eleitoral e o aumento dos recursos para a educação e para a saúde também, para os agentes de combate às endemias e agentes comunitários de saúde. É nesse sentido que, como membro desta CMO, quero cumprimentar a Liderança do nosso partido, em especial o companheiro Deputado Carlos Zarattini e o companheiro Deputado José Guimarães, que se empenharam nas negociações para que esses avanços fossem consignados.

Assim, entendo que esse relatório deva ser aprovado, restando, porém, a minha discordância com relação a essa diminuição de 50 milhões de reais para a assistência social.

Esse será meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado, Deputado Zé Carlos, do Maranhão.

Passo a palavra ao Deputado Glauber Braga, que voltou *on-line* agora.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, e todos que estão acompanhando a sessão da Comissão Mista de Orçamento, o PSOL reafirma o seu voto "não" ao relatório e quer fazer alguns apelos ao Relator.

Em primeiro lugar, quanto ao orçamento do Ministério da Educação, o Relator tinha assumido o compromisso de recompô-lo nos patamares de 2019, e isso não foi feito. Foram realizadas algumas recomposições, mas não houve a recomposição plena. Dou o exemplo do que acontece no Bolsa Permanência, do ensino superior, em que a proposta, encaminhada pelo Governo, inclusive, foi de 179,4 milhões; o Relator-Setorial diminuiu para 168 milhões, e o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Relator manteve essa diminuição, esse corte. Inclusive, aquilo que tinha sido mandado pelo Governo já era muito menos do que os patamares dos anos anteriores.

Além disso, Presidente, emendas de Relator não têm o menor cabimento: R\$16,5 bilhões sem nenhum tipo de critério, sabendo que essa medida nasceu exatamente para a política de "toma lá, dá cá" para que reformas, desmontes e medidas impopulares do Governo Bolsonaro pudessem ser aprovadas pela Câmara dos Deputados, e quem votasse a favor receberia um *plus* de emendas. Isso é um escândalo, assim como o denunciado em relação à eleição do próprio Presidente da Câmara dos Deputados por um ex-aliado que rompeu com o Governo.

Orçamento do meio ambiente: patamar mínimo histórico, inviabilizando fiscalização e conservação.

Fundo eleitoral de R\$4,7 bilhões: como dito já em sessões anteriores, nós da bancada do PSOL defendemos o financiamento público de campanhas contra a captura dos mandatos parlamentares pelo setor privado. Mas as campanhas eleitorais podem e devem ser modestas. Não precisa haver uma quantidade de recursos como essa à disposição de campanhas eleitorais, com aumento, inclusive, em relação ao pleito anterior.

CAPES e CNPq estarão operando também nos seus mínimos históricos, com prejuízos incalculáveis para a ciência e para a pesquisa.

Essa é só uma parte, Presidente, já que me faltam 10 segundos, do que precisaria ser reavaliado e recomposto pelo Relator.

Nesse relatório o PSOL vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado, Deputado Glauber Braga.

O próximo inscrito sou eu mesmo, então eu gostaria de falar daqui para economizar tempo.

Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, em primeiro lugar, gostaria de saudar o relatório apresentado pelo Deputado Hugo Leal, que foi uma verdadeira derrota do Governo. O Governo foi obrigado a aceitar um aumento de recursos para a educação, para a saúde, para ciência e tecnologia, setores absolutamente desprezados pelo atual Governo.

Então, esta Comissão, ao aprovar esses aumentos, está colocando — dentro dos limites do que é a situação econômica e a situação legal que nós vivemos — o Orçamento na sua melhor situação. O próprio Relator aqui citou o crescimento pífio esperado para o ano que vem de apenas meio por cento.

Também o Relator tocou aqui no assunto da revisão da emenda constitucional do teto de gastos, que limita a aplicação. É necessária uma revisão ampla dessa política que impede o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

País de se desenvolver, de crescer e de distribuir renda. Ainda que tenhamos aprovado a PEC 23, que acrescentou R\$110 bilhões neste Orçamento, nós vimos a dificuldade de se encaixarem aqui diversas necessidades, não só de investimentos, mas também a própria limitação do auxílio emergencial, que vai ser disponibilizado para apenas 17 milhões de famílias — digo o Auxílio Brasil; o auxílio emergencial abrangia as 38 milhões de famílias; e a própria limitação do auxílio gás, que deveria abranger 23 milhões de famílias, e somente 5 milhões serão atendidas.

Portanto, o que precisa ser revisto é o teto de gastos e a política econômica do Sr. Paulo Guedes.

Por fim, eu queria falar, para concluir, da nossa divergência em relação à falta de critérios de emendas de Relator. Nós queríamos endossar a proposta do Relator no sentido de se estabelecer um comitê de discussão da distribuição das emendas de Relator para que elas tenham coerência com aquilo que nós vivemos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Queria cumprimentar os agentes comunitários de saúde pela sua luta, não conquistaram tudo o que queriam, mas avançaram; da mesma forma, a Polícia Rodoviária Federal, que também teve um avanço importante aqui no seu plano de carreira.

Era isso, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, Sr. Relator Hugo Leal, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos neste momento discutindo, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento, a Lei Orçamentária de 2022.

Nós pudemos observar que houve vários avanços, várias conquistas, avanços no sentido de aumentar recursos para a educação. Carimbamos mais recursos para a educação do que o que veio proposto pelo Governo, e esses recursos estão destinados a concluir obras inacabadas, obras paralisadas da educação, do FNDE, como é o caso de creches que não foram concluídas, de escolas do ensino fundamental que não foram concluídas, são milhares espalhadas pelo Brasil inteiro. Então, nós estamos destinando um recurso bastante significativo, que está sendo tirado inclusive do fundo eleitoral. Eu parabeno o Relator por essa atitude.

Além disso, nós também estamos colocando mais recurso para a saúde, muito mais do que o que veio proposto pelo Governo Federal, inclusive garantindo recursos para o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

funcionamento de novas UTIs, que foi aqui colocado pelo Relator, o Deputado Hugo Leal, a quem parablenizo, como também garantindo aos brasileiros o auxílio gás, R\$1,9 bilhão garantido para o próximo ano.

Também destaco aqui, Sra. Presidente, o Auxílio Brasil, em que estamos garantindo R\$400,00 para cada família que vai recebê-lo. Inicialmente, são 17 milhões de famílias. E isso pode ser aumentado ao longo do ano de 2022. Portanto, parablenizo demais o Relator.

Eu fiquei preocupado e fiz alguns destaques. Fiz destaque no sentido de garantir a continuação da duplicação da BR-010 na área urbana da cidade de Imperatriz. Eu quero garantir esse recurso. Toda a bancada colocou uma emenda de bancada. Queremos, através desse destaque, garantir os recursos para a cidade de Imperatriz, assim como garantir a continuação da duplicação da BR-135, de Estiva até a cidade de Bacabeira. Essa duplicação já está na cidade de Santa Rita. Mas nós temos que garanti-la, por isso eu fiz esse destaque. Fiz destaque também para manter os recursos colocados pelo Relator-Setorial da Infraestrutura, Deputado André Fufuca, que é do Maranhão. Colocamos 86 milhões de reais, tendo em vista que, das rodovias federais do Brasil, a do Maranhão hoje é uma piores. Então, esse recurso que é destinado ao Maranhão não pode sair de lá. Também queremos garantir recurso para o IFMA, que nós temos que manter, além dos recursos para a habitação popular, que estão na Comissão de Desenvolvimento Urbano.

São essas as minhas palavras, Sra. Presidente. Quero parablenizar V.Exa., que, desde o primeiro dia, tem defendido realmente que recursos sejam destinados para a educação, não só garantindo o que o Governo mandou, mas também ampliando. V.Exa. foi a líder desse movimento que nós tivemos aqui, juntamente com o Senador Izalci Lucas, outros Senadores, Senadoras, Deputados Federais. Conseguimos esse grande avanço.

Também quero parablenizar o Deputado Hugo Leal, que muito bem soube ouvir todas as reivindicações, inclusive a dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, que vão ter o maior reajuste dos últimos 3 anos — mais de 13% no piso salarial. É uma vitória bastante significativa. O Relator Hugo Leal trabalhou para garantir R\$800 milhões e redistribuí-los entre os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias. Essa é uma vitória não apenas do Deputado Hugo Leal, mas principalmente da Senadora Rose de Freitas, que fez um trabalho magnífico, inclusive conversou com os agentes e se comprometeu. E, agora, no final, nós conseguimos concluir, colocando isso na Complementação de Voto nº 2. O Deputado Hugo Leal foi muito correto. Eu tenho certeza de que o Ministro da Saúde vai, logo no primeiro mês do ano de 2022, assim que abrir o Orçamento, cumprir o que nós colocamos aqui na Lei Orçamentária.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Parabéns a todos os membros da Comissão!

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Hildo, eu não posso deixar de registrar, neste momento, que V.Exa. foi sempre uma voz que ajudou a incentivar as discussões e também encontrou muitos caminhos a serem seguidos por nós todos.

Eu quero parabenizar V.Exa., que é muito generoso nas suas palavras. Quero também que todos saibam o papel preponderante que V.Exa. exerceu nesta Comissão.

Eu vou falar a ordem de inscrição: Deputados Daniel Almeida, Bosco Costa, Domingo Sávio, Carlos Henrique Gaguim, Ricardo Barros, Moses Rodrigues, Wilson Santiago, Delegado Marcelo Freitas, Sanderson, Senador Izalci Lucas e Deputados Tiago Mitraud, Cláudio Cajado e Paulo Ganime.

Passo a palavra ao Senador Izalci Lucas. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - Sra. Presidenta, Senadora Rose de Freitas, quero cumprimentar V.Exa., que tem conduzido os trabalhos aqui com abertura, diálogo e extraordinária capacidade de ouvir a todos e de negociar os interesses do Brasil. V.Exa. fez com que esta Comissão tivesse um bom funcionamento.

Cumprimento também o Relator-Geral, o Deputado Hugo Leal, que ouviu a todos e fez e continua a fazer um esforço extraordinário para contemplar todas as demandas.

Registro a vitória para a elevação dos recursos da educação, para a sua recomposição. Nós precisamos continuar fazendo este esforço nos anos seguintes.

Registro também o esforço para atender os agentes comunitários de saúde, que aqui estão permanentemente. Todos nós conseguimos derrubar o veto e criar as condições e a expectativa de termos um espaço no Orçamento que correspondesse a um salário da ordem de R\$1.900,00. Esse foi o objetivo que perseguimos aqui. Tínhamos condições de evoluir nessa direção, mas chegamos a um acréscimo de 200 reais no piso salarial, algo que tem de ser comemorado — não é suficiente, mas tem de ser comemorado.

Nobre Relator, a bancada do PCdoB considera que a estrutura deste Orçamento não merece ter nossa aprovação, a despeito do esforço que V.Exa. fez, porque este Orçamento tem a cara do Bolsonaro: não olha para o Brasil, que precisa crescer, e vai na direção da estagnação do nosso País.

A Emenda nº 95, a Emenda do Teto dos Gastos Públicos, já impõe certos limites. Nós temos de continuar debatendo para romper essa barreira. O Orçamento é assim: não contempla 13 milhões de brasileiros que precisam de um seguro-desemprego, mas não têm





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

acesso a ele; não contempla 3 milhões que já têm direito ao Auxílio Brasil, antes Bolsa Família, mas não conseguirão nele se encaixar; não contempla mais de 1,5 milhão de brasileiros que têm direito a aposentadorias que estão retidas, porque não há orçamento para cobri-las. Uma parcela grande — 20 milhões de brasileiros — que recebia o auxílio emergencial não terá o Auxílio Brasil nem o Bolsa Família.

Este Orçamento não olha para esta realidade, mas destina R\$351 bilhões para juros reais no ano que vem. No Orçamento do ano que vem, vão ser consumidos R\$2,1 trilhões pelo financiamento da dívida pública. É um Orçamento para banqueiro, para o sistema financeiro. Isso não é culpa de V.Exa. Um Orçamento com essa estrutura destinou, nobre Relator, R\$44 bilhões para investimento — menos de 0,5% do PIB. É uma vergonha! Como é que o País cresce desse jeito?

Por isso, nós manifestamos apoio ao esforço de V.Exa., mas vamos votar contra a estrutura deste Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Tem a palavra o Deputado Bosco Costa.

O SR. BOSCO COSTA (PL - SE) - Sr. Presidente Senador Izalci Lucas, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, quero dizer do trabalho cansativo desta Comissão nesses dias — durante o dia e parte da noite. Parabenizo a Presidente da Comissão, a Senadora Rose de Freitas, que tem o jeito de mãezona; cumprimento o Relator-Geral, o Deputado Hugo Leal, que tem o jeito de mineiro, calado, em nenhum momento, esquentando a cabeça. Ele ouve, pondera.

Quero parabenizá-lo, Deputado Hugo Leal, pelo relatório de V.Exa. e pelo seu comportamento com os colegas nesta Comissão. Quero dizer-lhe da minha alegria com o item 1, a educação. Este Brasil — nenhum país — não vai a lugar nenhum sem educação. A maioria ou unanimidade desta Comissão teve o cuidado de se preocupar com o Orçamento da educação. Isso é um mérito da Comissão, do Relator, da Presidente, de todos nós. Também no mesmo item quero me referir aos avanços na saúde, na questão dos agentes de saúde, esse segmento que tanto trabalha pela saúde preventiva no Brasil. Se não é tudo, é um pedaço do caminho percorrido.

Eu não vou me alongar. Quero dizer que apresentei vários destaques para a bancada do meu Estado — é natural —, mas, como a situação está muito difícil, o orçamento está apertado, eu retiro os Destaques nºs 3, 4, 5, 6, 7, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20. Foram 14 destaques. Permanece, se possível, o Destaque nº 9, que é de uma importância muito grande para o Estado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Foi uma discussão muito grande. Este é o primeiro ano que participo, mesmo estando na Casa há alguns anos, da Comissão do Orçamento.

Eu vou concluir, Presidente.

Nós aprovamos em torno de 90 bilhões de reais para o auxílio emergencial, o que ainda é pouco para necessidade das famílias carentes, pobres, no Brasil, principalmente na zona urbana.

Nós precisamos, o Congresso Nacional, o Governo, seja ele de partido A ou de partido B, planejar este Brasil. Não podemos permanecer com um número de pessoas tão pobres neste Brasil passando necessidade. E eu vou dizer: esse auxílio de 400 reais ajuda? Ajuda, mas é paliativo, é pouco, e não vai resolver o problema da pobreza no nosso País.

Muito obrigado, e obrigado, Presidente, pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Tem a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Sr. Presidente, gostaria de parabenizar a nossa Presidente, a Senadora Rose de Freitas, e o nosso Relator-Geral, o Deputado Hugo Leal, pelo trabalho feito principalmente para a categoria dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias; essa categoria lá no Tocantins é muito importante para nós, é muito importante para a população.

Sr. Presidente, em nome do Líder Eduardo Gomes e em nosso nome, quero agradecer ao nosso Deputado André Fufuca, que foi da Comissão de Infraestrutura, sobre a questão do DNIT que colocamos.

O Relator-Geral acatou o pedido do Líder Eduardo Gomes e nosso, na questão de recursos para a ponte de Xambioá, e fez com que não existissem cortes — muito obrigado. Essa ponte, que liga dois Estados importantes, é um compromisso de muitos anos. A bancada do Tocantins já colocou recursos nessa ponte, que é de interesse do Brasil. Trata-se de uma ponte que tem quase 2 quilômetros e localiza-se numa cidade que nós representamos. Há mais de 25 anos eu recebo votos naquela cidade.

Então, para mim, é um motivo de muita alegria, hoje, no Orçamento, termos votado e aprovado esses recursos, para que pudéssemos dar continuidade a essa obra importante para o Brasil e para o Tocantins.

Parabéns, meu Relator-Geral, Deputado Hugo Leal.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Tem a palavra o Deputado Ricardo Barros.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) - Quero agradecer a oportunidade e saudar a Mesa Diretora e os Parlamentares da Comissão.

Apresentei o Destaque nº 67 para tratar do Contorno Sul Metropolitano de Maringá, uma obra que está licitada, ainda sem vencedor, em fase de recurso, mas que é muito importante para a nossa cidade. Há 12 anos nós lutamos por essa obra.

Agradeço o Relator, que já destinou 10 milhões de reais para a obra. Peço ao Relator que, no momento oportuno, possa nos contemplar com mais recursos, para que possamos avançar nesse grande sonho da Região Metropolitana de Maringá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Tem a palavra o Deputado Wilson Santiago. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Delegado Marcelo Freitas.

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (PSL - MG) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria, nesta ocasião, inicialmente, de parabenizar o eminente Relator pelo trabalho efetivado durante esses dias, o qual certamente contribuirá para que o nosso País continue a avançar.

O Brasil precisa, Sr. Presidente, que a Lei Orçamentária seja de fato aprovada. Alguns aspectos precisam e foram enfrentados com coragem pelo eminente Relator, e aqui teremos a ousadia de tratar deles de maneira extremamente objetiva. O primeiro deles é com relação à questão do fundo eleitoral.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chega de discurso bravateiro. Sabe-se claramente que, em 2015, em 2016, o País passou por uma fase em que se discutiu o financiamento empresarial de campanha, e a decisão tomada naquele momento, impelida por julgamento do Supremo Tribunal Federal, foi no sentido de que as doações empresariais de campanha eram inconstitucionais e que precisaríamos, de fato, trabalhar com o financiamento público de campanha, e é exatamente isso que o Parlamento brasileiro, de forma responsável, tem feito. A cada real doado por pessoa jurídica para campanha eleitoral — isto ficou evidenciado —, 8 reais em recursos públicos voltavam para pessoas jurídicas. É uma cantilena enorme que estamos aqui novamente a discutir.

No que se refere, Sr. Presidente, à reestruturação dos subsídios dos órgãos de controle federal via Ministério da Justiça, é preciso deixar clara a nossa posição extremamente favorável, sobretudo porque, quando esta Casa do Povo quer discutir fortalecimento institucional ou o mal uso de instituições, alguns somente enchem a boca para fazer a defesa dessas mesmas instituições. Agora o Relator teve a ousadia de buscar o espaço orçamentário





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

necessário para que façamos o reconhecimento a instituições que não pararam nem mesmo no período de pandemia. Então, parabéns ao eminente Relator. Espero que esta Comissão tenha a coragem de aprovar o relatório nos moldes em que foi apresentado e que possamos, ainda hoje, aprová-lo em plenário.

Digo claramente que esse relatório viabiliza também o Auxílio Brasil e, com a derrubada do veto, a recomposição a respeito dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, que brigaram nesta Casa para que pudessem ser atendidos efetivamente.

Então, parabenizo esta Comissão, parabenizo o eminente Relator pelo trabalho que tem sido feito.

Chega de discursos vazios! O Brasil precisa, de fato, que seja aprovada a Lei Orçamentária Anual no exercício de 2021, para que possamos entregar à sociedade brasileira, ainda que não seja o modelo perfeito, um modelo viável neste período pós-pandemia.

Parabéns, eminente Relator. Conte com o nosso apoio ao seu relatório e com o nosso voto favorável.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Tem a palavra o Deputado Sanderson.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Presidente Izalci, ao cumprimentar V.Exa., cumprimento todos os membros da Comissão Mista de Orçamento, da qual tive a honra de participar neste ano. Quero dizer que aprendi muitas coisas nesses quase 2 meses de ações e de trabalhos que realizamos na CMO.

Gostaria de cumprimentar de forma muito especial o meu amigo Deputado Hugo Leal, um Parlamentar incansável, corajoso e, como o próprio nome diz, leal. O Relator Hugo Leal foi — tem sido, porque a matéria ainda está em regime de votação nesta Comissão e, logo mais, será votada pelo Plenário — motivo de orgulho para todos aqueles que, como eu, acreditam em homens públicos decentes e honestos que têm em mente a construção de um País melhor, digno para todos nós.

Cumprimento também todos os Relatores-Setoriais. Eu fui indicado pela Presidente Rose de Freitas como Relator-Setorial da Saúde. Conseguimos construir coletivamente. Ninguém faz nada sozinho. O Relator-Geral também não fez nada sozinho. Numa comunhão de esforços, conseguimos construir para 2022, no âmbito do Ministério da Saúde, um orçamento justo, honesto, idôneo, capaz de atender às necessidades tanto da saúde básica como da saúde especializada, reservando inclusive, ao contrário do que alguns têm indicado, recursos suficientes para fazer o enfrentamento da pandemia.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Registro também o esforço do Presidente Jair Bolsonaro. Eu, atuando na Vice-Liderança do Governo Bolsonaro na Câmara, e o Deputado Ricardo Barros, que é o nosso Líder na Câmara dos Deputados e aqui está presente, somos testemunhas do esforço que o Presidente Bolsonaro e toda a governança federal fizeram para que algumas matérias fossem levadas a efeito. Cito a questão da reestruturação de salários e de carreiras referentes aos policiais federais, aos policiais rodoviários federais e, agora, aos policiais penais federais. *(Palmas.)* Estas três forças compõem a polícia da União: a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Penal Federal. Essa era uma bandeira de governo.

Não se trata de reajuste e, muito menos, de aumento, depois de 20 anos. Graças a Deus, o nosso Governo está fazendo aquilo que outros prometeram e não fizeram. É claro que todo o esforço foi realizado aqui pelo conjunto de Deputados e Senadores da CMO. A matéria, Presidente Izalci, certamente será objeto de discussão e votação pelo colegiado, pelos 513 Deputados e 81 Senadores, mas tenho certeza de que essa iniciativa conjunta, do Poder Executivo, do Presidente Bolsonaro, do Governo Bolsonaro, e da Câmara dos Deputados e do Senado, levará adiante essa bandeira, de mais de 20 anos, que finalmente estamos aqui concretizando.

Cumprimento também os agentes comunitários de saúde. Somos testemunhas de que eles estão trabalhando aqui, há muito tempo, para que as suas ações sejam valorizadas. Estão sendo valorizadas, com a participação não só de Deputados e Senadores, mas também do Governo Bolsonaro. Fomos testemunhas disso. O Ministério da Saúde esteve aqui presente. Ontem o próprio Secretário-Executivo, Rodrigo Cruz, esteve aqui na CMO conosco, buscando alternativas para que essa importante bandeira, a respeito de serviço de saúde, fosse implementada.

Então, cabe cumprimentar a todos e, mais uma vez, registrar o empenho de toda a equipe, liderada pelo Deputado Hugo Leal, no sentido da aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2021, que trata de dar condições a todos os serviços públicos, os de saúde, de educação, de infraestrutura, de segurança pública, e a um sem-número de ações que o Governo Federal, no âmbito da União, pretende levar a efeito em 2022. Parabéns a todos!

Tenho certeza de que a sociedade brasileira como um todo está orgulhosa hoje, sabendo que os esforços foram os maiores possíveis para que pudéssemos chegar a esse relatório, que, sabemos, talvez não seja o melhor, não é perfeito, mas é o relatório possível. A CMO deve sim aprová-lo.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Parabenizo o Presidente Izalci, a Presidente Rose de Freitas e, em especial, o Relator Hugo Leal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Peço ao Relator, o Deputado Hugo Leal, que assuma a Presidência, para que eu possa fazer o meu pronunciamento. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Hugo Leal. PSD - RJ) - Tem a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente e Relator, Deputado Hugo Leal, quero inicialmente dar parabéns a V.Exa. pelo belo trabalho feito, pela sensibilidade que V.Exa. teve na elaboração do relatório.

Eu participei de vários momentos desta Comissão. Acho que se estabelece pela primeira vez, com esse relatório, prioridade para a área de ciência, tecnologia, inovação e pesquisa e, de forma especial, também para a área de educação. É lógico que o orçamento não é o ideal — é difícil trabalhar com o ideal, ainda mais num momento difícil como este, de pós-pandemia —, mas queremos ressaltar, primeiro, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Agora estão garantidos alguns bilhões, sem a questão do contingenciamento.

Quero agradecer a sensibilidade quanto à reposição concernente ao CNPq, que é a casa do pesquisador, é uma instituição de muito orgulho para nós.

Menciono também a recomposição relativa à EMBRAPA, que deveríamos parabenizar diariamente, porque, se temos hoje uma balança comercial positiva, isso se deve à EMBRAPA, não tenham dúvida disso. Agradeço a sensibilidade em relação a esse tema.

Agradeço de maneira muito especial o que diz respeito à educação. Recebemos aqui todos os representantes da ANDIFES, de todas as instituições de educação. Ressalto a liderança da Senadora Rose de Freitas, que colocou a educação como prioridade desta Comissão.

V.Exa. teve a sensibilidade de fazer toda a recomposição e ainda adicionar um item importante, o das obras paralisadas. Há milhares, há muitas obras paralisadas, inclusive na área de educação. Tenho certeza de que agora poderão ser retomadas.

Eu não poderia também deixar de agradecer, pelo DF, o que diz respeito à Polícia Militar, ao Corpo de Bombeiros e à Polícia Civil do Distrito Federal. Em relação a isso, tem que haver autorização do Congresso.

Agradeço a sensibilidade quanto à reestruturação da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do DEPEN.

Também agradeço a sensibilidade no que se refere aos agentes comunitários de saúde. Acho que os agentes comunitários de saúde merecem muito mais. Temos de agradecer a eles





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

o desempenho principalmente nesse período de pandemia. Muitos profissionais de saúde, no trabalho deles no dia a dia, deram a vida por nós.

Eu quero, em nome do Senado Federal, da Vice-Presidência desta Comissão, parabenizá-los. Ainda estamos longe do ideal, mas tenho certeza de que aquilo que podia ser feito em relação ao Orçamento, tanto o Relator quanto os membros da Comissão fizeram. Então, isso é motivo de muita alegria.

Quero cumprimentar todos os membros da Comissão, que, de forma brilhante, com muita determinação, muito trabalho, conseguiram chegar ao dia de hoje com o Orçamento discutido e debatido. E, com a sensibilidade do Relator, conseguimos realmente números significativos para a educação, para a ciência e tecnologia e para as demais áreas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Leal. PSD - RJ) - Obrigado, Senador Izalci, a quem vou devolver agora a Presidência.

Antes, concedo a palavra ao Deputado Wilson Santiago. *(Pausa.)*

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Presidente Izalci, Senadora Rose de Freitas, que é Presidente desta Comissão, Deputado Hugo Leal, que é o Relator-Geral, de fato o trabalho foi muito extenso, ao longo desses meses. Nesta Comissão, todos trabalharam com muito empenho para chegarmos ao ponto a que chegamos, o de construir um relatório que atende muitas das áreas deste País.

Nós temos que parabenizar o Relator Hugo Leal pelo trabalho. De fato, ele se esforçou muito, fez o possível, varou muitas madrugadas aqui para concretizar esse relatório, atendendo, dentro do que é possível, todas as áreas que foram defendidas, a dos agentes comunitários de saúde, parte da de infraestrutura, a da educação especialmente, a de saúde pública, e também os relatórios setoriais. Essas prioridades alcançadas por esta Comissão nós devemos muito à compreensão de todos os membros, à compreensão de todos aqueles que ajudaram a construir isso. Então, só nos resta parabenizar o Relator-Geral, o Deputado Hugo Leal, por esse esforço, que não foi fácil. Saía daqui, na maioria das vezes, por volta das 3 horas da manhã, após buscar consenso com os Ministérios, buscar consenso com as bancadas, buscar consenso com a grande maioria dos partidos e — por que não dizer? — de todos os membros.

Por isso, nós saímos desse trabalho, hoje, satisfeitos, esperando só a homologação final, a votação final pelo Plenário desta Comissão e, em seguida, pelo Plenário do Congresso Nacional. Parabéns, Sr. Relator.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para concluir, Sr. Relator, eu gostaria só de retirar, em nome da bancada da Paraíba, os Destaques nºs 48, 53 e 66, a fim de facilitar o trabalho de V.Exa., já que fará, dentro do possível, o que for melhor para a bancada da nossa Paraíba e também para todo o Brasil.

Muito obrigado a V.Exa. e a todos os companheiros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado.

Tem a palavra o Deputado Tiago Mitraud. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nobre Relator, Deputado Hugo Leal, houve muito questionamento sobre o Orçamento da União. A sociedade se preocupou, de maneira justa, em combater o orçamento secreto. Costumo dizer que, onde há dinheiro público, tem que haver transparência e fiscalização. O povo não pode ficar à margem, sem saber como está sendo aplicado o seu recurso, principalmente neste País, em que há tanto sacrifício. No meu Estado, 82% da população ativa ganha menos de 2 mil reais por mês, Deputado Wilson Santiago. É importante termos a compreensão do zelo que precisa existir e do trabalho que precisa ser feito para que, primeiro, se avance em relação à transparência, segundo, se aumente a eficiência, e, terceiro, se cumpram os compromissos referentes ao Orçamento.

Percebemos que avançamos muito. Apesar de todas as dificuldades, conseguimos viabilizar isso neste ano. Assim, é importante reconhecer o trabalho e o esforço da Presidenta desta Comissão, a Senadora Rose de Freitas, que assumiu o compromisso de repor o orçamento da educação. Mesmo diante de todas as manipulações possíveis que foram constituídas, nós conseguimos repor o orçamento da educação.

No meu Estado, presenciei cenas de mães de família, de mulheres trabalhadoras que, por falta de oportunidade, estão se humilhando, estão a correr atrás de caminhão de lixo para de lá tirar alimento e levar comida para seus filhos.

A viabilização dos recursos do Orçamento para garantir o Auxílio Brasil — tive a oportunidade de relatar o PLN 26 — também foi uma vitória muito importante desta Comissão. Agora nós precisamos prever a condição futura. Nós precisamos preparar o Brasil para o pós-pandemia. Nós precisamos preparar o Brasil para a saída desta crise que nos agarra e nos impede de andar, de evoluir e de garantir o sustento digno de milhões e milhões de brasileiros.

É importante que possamos avançar na elaboração, na discussão e na votação do Orçamento, mas faço um questionamento, Deputado Hugo Leal: como vamos alcançar a transparência? O povo brasileiro precisa, cada vez mais, tomar conhecimento da aplicação desses recursos. Eu não sou contra a RP9, acho que a RP9 precisa continuar existindo, para





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que sejam feitos ajustes necessários ao Orçamento, para reconhecimento inclusive do crescimento da receita, diante da retomada inflacionária do País, mas devemos satisfação ao povo brasileiro. Então, é importante que não haja um orçamento secreto. Estamos combatendo esse tipo de orçamento. O relatório tem que ser aberto, transparente, para que a população possa fazer o acompanhamento de todos os recursos previstos no orçamento federal e transferidos aos entes federados, Estados, Municípios, e a instituições públicas cujo funcionamento temos a obrigação e o dever de garantir.

O questionamento que faço, Deputado Hugo Leal, vai exatamente no sentido de que o seu relatório possa avançar quanto a essa transparência, para que a população brasileira não se sinta enganada, mais uma vez, e manipulada.

Muito obrigado, Sr. Presidente Zarattini.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado, Deputado Danilo.

Passo a palavra ao Deputado Tiago Mitraud.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG) - Boa tarde, Presidente, demais colegas Deputados e Senadores que estão acompanhando a Comissão de Orçamento.

Antes de mais nada, Presidente, gostaria de ressaltar que a minha fala não busca retirar o mérito de nenhum daqueles que trabalharam para compor uma peça tão complexa como o Orçamento da União. Quero aproveitar este tempo que me resta para lamentar a captura do orçamento do Estado brasileiro por grupos de interesse, especialmente grupos de Parlamentares que têm investido nestes instrumentos de cooptação do Parlamento brasileiro: as emendas de Relator e os fundos partidário e eleitoral.

Não há outra expressão que eu deva usar, Presidente, que não seja "captura do orçamento público por interesses privados". Afinal de contas, neste País, que passa por tantas mazelas, nós destinamos quase R\$5 bilhões para que se financie campanha eleitoral. Se isso aconteceu, foi porque esse orçamento foi capturado por aqueles que se beneficiam do financiamento público de campanha. O debate aqui não é sobre haver ou não haver esse orçamento público, até porque existem defensores de financiamento público de campanha, o que não é meu caso, nem do Partido Novo, mas que se colocam contra o assalto que são esses bilhões de reais para financiar campanha.

E também não há como deixar passar outro instrumento utilizado para cooptação do Congresso Nacional por parte de lideranças do Congresso e por parte do Executivo, que são as emendas de Relator, inicialmente concebidas para fazer ajustes no Orçamento. É inconcebível que um instrumento de ajuste no Orçamento atinja o valor de 16 bilhões e meio de reais, a serem destinados sem critério nenhum, a bel-prazer do Relator do Orçamento e das





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

lideranças deste Congresso, para aqueles Parlamentares que agirem como esses líderes bem entenderem.

Nós vimos esta semana que, do NOVO e de mais quatro partidos, ninguém se deixou cooptar. Mas partidos de esquerda, partidos de centro, partidos da base do Governo, todos demonstraram que seus votos no Congresso são facilmente entregues aos líderes do Parlamento se houver alguns milhõezinhos de emendas em troca.

É bem clara a minha fala aqui, Presidente, porque é assim que a política brasileira funciona hoje: me deem milhões em emendas, que eu boto em votação o que o Governo quer; me deem milhões em emendas, que eu voto de acordo com que o Governo ou o meu Líder quer. E esses milhões de emendas são financiadas pela população brasileira, a mesma que financia esse "fundão" absurdo de 5 bilhões de reais. Os líderes partidários, os caciques partidários, são os únicos que decidem como o dinheiro vai ser utilizado.

Dessa forma, Presidente, não há como votarmos a favor do absurdo que é esse Orçamento. Já apresentamos um destaque, para pinçar, para reduzir o valor do Fundo Eleitoral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Tem a palavra o Deputado Paulo Ganime.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Obrigado, Presidente.

Bom, depois da fala do Deputado Tiago Mitraud, do meu partido, é até difícil trazer novos argumentos, mas eu queria salientar aquilo que não só ele expressou, mas também o Deputado Marcel van Hattem, a Deputada Adriana Ventura e até mesmo Deputados que, como bem disse o Deputado Tiago Mitraud, discordam do NOVO quanto à questão do orçamento para campanhas eleitorais, do Fundo Eleitoral, da necessidade de haver orçamento público para campanhas eleitorais, mas também discordam veementemente, como o NOVO, desse aumento absurdo.

Temos que deixar claro para a população que a lei exige hoje que haja no mínimo R\$800 milhões para campanhas eleitorais no Orçamento público, o que eu já acho um absurdo, mas é a lei. Poderíamos seguir essa lei, respeitando esse valor. O projeto de lei orçamentária enviado pelo Governo previa R\$2,1 bilhões, e o Congresso foi além, previu na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que foi confirmado na semana passada com a derrubada do veto, um valor de cerca de R\$5,6 bilhões, de quase R\$6 bilhões. Com as mudanças no Orçamento, isso está caindo, e o Relator colocou algo próximo de R\$5 bilhões, R\$4,9 bilhões. Não era preciso isso. Podemos discutir a existência do financiamento público de campanha. Essa é uma discussão





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

válida. Apesar de eu discordar, é uma discussão válida, proposta por alguns partidos, inclusive pelo próprio PSOL, que está aqui defendendo que não haja aumento do Fundo Eleitoral. Mas não podemos aceitar, num momento de crise em que estamos confirmando um déficit de quase R\$80 bilhões — R\$79,3 bilhões — no nosso Orçamento para o ano que vem, que se aumente o Fundo Eleitoral.

Quero aqui destacar, mais uma vez, como bem disse o Deputado Tiago Mitraud, que o problema não é o Relator, que inclusive é do meu Estado do Rio de Janeiro, o Deputado Hugo Leal, que fez aqui um trabalho complexo, difícil de levar adiante, dadas todas as demandas. O problema é, sim, do Congresso Nacional como um todo.

Outro fato grave do nosso Orçamento é esse déficit. Estamos com uma inflação altíssima, que aumenta a arrecadação do Governo sem fazer o devido aumento de despesas, o que deveria provocar uma redução do déficit que foi apresentado na PLOA. A PLOA apresentou um déficit de R\$49,6 bilhões em agosto de 2021, e agora estamos indo para um déficit de R\$79,3 bilhões. Por quê? Por conta da PEC dos Precatórios, outro absurdo que recentemente o Congresso aprovou.

Então, é muito difícil concordar com um Orçamento como este. E deixo claro que não somos contra o trabalho feito por aqueles que se debruçaram sobre Orçamento, sobre o que deveria ser necessário, mas sim contra as decisões do Congresso Nacional.

Ressalto que o NOVO vai ser contra. Temos o nosso destaque.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

Para encerrar, tem a palavra a Deputada Caroline de Toni. *(Pausa.)*

Parece que o Deputado Vicentinho Júnior se inscreveu.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) - Os últimos sempre serão os primeiros, Sra. Presidente. Aguardei V.Exa. retornar, para, olhando para essa figura tão carismática, tão querida e tão competente, fazer aqui alguns registros do que foi o trabalho neste ano de 2021 nesta Comissão que é tão importante para o Brasil. Muitas vezes, por falta de compreensão e pela facilidade de desinformação nas redes sociais, somos criticados, rechaçados, tidos como quem não trabalha em prol dos seus Estados e Municípios, do Brasil como um todo. Vimos hoje o gesto feito pelo Relator e pelos demais membros desta Comissão para garantir mais 1 bilhão de investimento na educação, além da valorização de servidores federais como os da PRF, meu caro colega Relator, Deputado Hugo Leal.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em outros momentos, aqui nesta mesma Comissão, no ano de 2018 e no ano de 2019, junto com o Senador Marcelo Castro e com o Deputado Federal Cacá Leão, lutamos pela valorização da PRF e pelo chamamento, naquele momento, de concursados que haviam sido aprovados e estavam na lista de espera. Vejo hoje, mais uma vez, o gesto desta Comissão, dos seus membros, para esses servidores importantes no combate à criminalidade, no combate às drogas, no combate necessário nas entradas das cidades Brasil adentro.

Também houve a valorização dos nossos policiais penais, que estão sempre andando nos nossos gabinetes, no plenário, e hoje ocupam de forma republicana e devida este espaço.

Vi Parlamentares que falaram antes de mim criticarem a valorização salarial desses mesmos servidores. Respeito a opinião contrária, mas respeito mais ainda o trabalho prestado em certas áreas por quem tem coragem de fazê-lo e hoje está aqui ao fundo, pedindo apenas a condição para poder continuar trabalhando, condição essa dada pelo Estado brasileiro e, hoje, por esta Comissão. Isso é muito especial, até porque vi o compromisso feito pelo Presidente da Casa, Deputado Arthur Lira, de que, ainda no próximo semestre, em março do ano que vem, nós votaremos a PEC 22, para dar continuidade a esse mesmo trabalho de zelo, que hoje passa pela Comissão Mista de Orçamento, aos agentes comunitários de saúde, que fazem a verdadeira saúde pública no Estado brasileiro. (*Palmas*). Eu sou do Estado do Tocantins, um estado interiorano, e vejo esses homens e mulheres chegando às casas dos tocaninenses numa bicicleta, numa moto, num carro, no lombo de um cavalo, a pé, mas levando saúde.

Então, eu quero parabenizar a todos os membros da Comissão, sob a Presidência da nossa Senadora Rose de Freitas, por esse trabalho.

Para encerrar, Sra. Presidente, quero dizer que eu sempre lutei muito, no meu Partido Liberal, por investimentos necessários para a área de infraestrutura. O Tocantins, onde temos a ponte de Xambioá, que liga o Tocantins ao Estado do Pará, ao Município de São Geraldo, e onde temos a BR-235, que liga o Tocantins ao Estado do Piauí, hoje agradece a V.Exa., ao Relator, aos membros desta Comissão, o zelo com os investimentos devidos na área de infraestrutura no Estado do Tocantins e no nosso Brasil.

No mais, desejo a todos vocês um Feliz Natal, de mesa farta, abençoada, e um Ano-Novo que, com fé em Deus, vai se iniciar verdadeiramente novo, com a esperança de que 2022, do meu PL 22, seja um ano de grandes vitórias para o povo brasileiro

No mais, muito obrigado, Sra. Presidente.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Peço a palavra pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Danilo Forte.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Sra. Presidente, eu acho justo e necessário reconhecermos o seu esforço por dar equidade à elaboração deste projeto de lei orçamentária, sempre na busca de garantir os recursos, porque muitas vezes esta Comissão foi atropelada pela ânsia do Governo de plantão de impor a sua vontade. Foi o seu esforço, a sua luta, o que garantiu a totalidade dos recursos da educação, e foi a sua luta o que garantiu a reposição salarial de servidores públicos federais.

Eu pediria a todos os colegas, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores e Sras. Senadoras desta Comissão, que nós aprovemos aqui uma moção de apoio, de louvor e de reconhecimento ao esforço da Senadora Rose de Freitas para que nós chegássemos a este momento, para que garantíssemos para 2022 um Orçamento que corresponda à necessidade e à vontade do povo brasileiro. *(Palmas)*

Parabéns, Senadora Rose de Freitas! Que Deus lhe dê longa vida e muita sabedoria para enfrentar os momentos difíceis que vêm pela frente!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Muito obrigada.

Eu não gostaria que a reunião fosse encerrada assim, mas o que fazer com o Deputado Claudio Cajado? Ele que falar por 2 minutos, então vou dar a palavra a ele. *(Risos.)*

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Eu já me considero contemplado pelas palavras do Deputado Danilo Forte. Eu ia dizer exatamente isso, Senadora. O jeito como V.Exa. conduziu a Comissão, sem radicalismo, sem impor nenhum tipo de regramento que não fosse o do colegiado de Líderes, e o apoio do Deputado Marcelo Castro, que disse que não votaria nenhuma matéria que não fosse discutida e votada na Comissão Mista de Orçamento, fortaleceram a democracia dentro desta Casa. Por quê? Porque qualquer decisão que seja tomada no Plenário do Congresso Nacional sem que passe por aqui está eivada de vícios. Aqui nós exaurimos as discussões, então, quando a matéria chega ao plenário, só há um ou outro ponto a ser definido.

V.Exa. tem todos os méritos, por aclamação, de termos nos dedicado a concluir este ano a discussão e a votação do Orçamento.

Relator Hugo Leal, homem que tem uma tal fleuma que deveria ser diplomata, mas quis a vida que estivesse entre nós, hoje eu tive a perfeita noção da carga que V.Exa. levou ao longo desse processo. Hugo, não temos dúvida de que o seu relatório espelha a vontade da maioria, e a vontade da maioria sempre é democrática e deve ser respeitada.

Tivemos longos embates, porém — para concluir, Presidente — nós só temos um grande, grave problema, de que todos, ou muitos, se esquecem: o teto de gastos. Não adianta termos, como vamos ter este ano, excesso de arrecadação, de mais de 300 bilhões, se nós





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

não pudermos alocá-los em despesas já contidas no Orçamento. Nós temos que cortar uma despesa para colocar no lugar outra despesa. Esse é o dilema que nós vivenciamos. Então, qualquer recurso hoje que se queira utilizar depende de se cancelar outro, em outra área, o que causa tanto problema quanto.

Nós fizemos o esforço possível. Eu aprendi aqui, no meu primeiro mandato, meu querido futuro Senador Alexandre Silveira — no dia 17 estaremos aqui prestigiando V.Exa. —, que não existe a lei boa, excelente, existe a lei possível. Este Orçamento reflete essa máxima, porque fizemos o possível para dar ao País a lei mais importante para as políticas públicas, que é o Orçamento Geral da União.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu passo a palavra ao Relator, que gostaria de se pronunciar antes da votação.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sra. Presidente, primeiramente, eu faço novamente aqui um agradecimento a Deus, respeitando a crença de cada um, respeitando o credo de cada um. Faço isso porque nós somos corpo e alma, corpo e espírito, e isso é importante porque, em muitos momentos, temos essa inspiração para superar os desafios.

Não é a primeira vez que estou nesta Comissão Mista de Orçamento, e quis o destino que, em 2015, quando tratávamos de matéria também muito relevante nesta Comissão, V.Exa. fosse a Presidente e eu um dos Relatores da meta fiscal. Eu pude testemunhar aqui o trabalho de V.Exa.

Passados esses praticamente 5 anos, 6 anos, nós tivemos aqui novamente esse desafio, um desafio hercúleo. Eu fui buscar comparações, e fiquei imaginando um mosaico com 4 trilhões e 800 bilhões de pontos, que são os recursos demandados por todos, e todos com justiça, todos pertinentes. Todas as demandas que foram trazidas a mim durante esse período de grande desafio são demandas justas. E o que fazer? Como fazer?

Esse desafio foi citado por muitos dos que me antecederam aqui, e eu quero justificar. Às vezes queremos questionar, porque o enfrentamento nós estamos fazendo num universo de 4 trilhões e 800 bilhões, e ele acaba resumido a uma discussão, nas discricionárias, de 100 bilhões. É muito pouco. É risível. É um percentual que... É como se uma pessoa que ganhasse R\$1.200,00 de salário mínimo estivesse gastando metade do seu salário com dívida e discutindo para o seu filho um investimento de algo em torno de menos de 1 real, ou de 2 reais. Realmente, não é crível isso! Isso é que às vezes nos amargura. Nós entendemos a lógica orçamentária, entendemos a lógica do equilíbrio das forças, mas é muito difícil ter um universo, um volume enorme de recurso, e não poder ampliar o investimento, ampliar a oportunidade.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O esforço foi feito aqui, e nós, numa linha de comparação, estamos colocando na economia não só os R\$90 bilhões do Auxílio Brasil. Nós não estamos colocando só isso. Nós fizemos a atualização dos benefícios previdenciários, do BPC, do MVR, dos abonos. Isso deu uma soma de quase 40 bilhões. Vejam que, desses benefícios, dessa distribuição de renda que a Comissão está fazendo, com o esforço de todos nós, nós estamos destinando para os mais necessitados mais de R\$130 bilhões, o que é mais do que o orçamento que nós temos, discricionário, de investimentos. Isso é relevante, isso é importante, porque esse é o cenário com que nós temos que trabalhar.

É claro que nós entendemos o debate, a discussão, às vezes a polêmica, como essa ocasionada pelo Fundo Eleitoral, que também é ponto percentual nesse universo de trilhões que nós estamos discutindo. Tudo isso é passível de debate. Mas nós não podemos perder de vista o que temos para o futuro, o quanto nós contribuímos para o País neste momento aqui.

Todos os senhores e senhoras foram fundamentais para que o universo, por exemplo, da saúde, que estava na faixa de R\$132 bilhões, passasse para R\$147 bilhões — mais de R\$15 bilhões de acréscimo, não só do piso, mas, além de todas as outras emendas, também do valor que era responsável pelo orçamento da saúde. Nós crescemos o orçamento da saúde aqui. Nós não reduzimos absolutamente nada nas áreas essenciais, nessa área de Previdência, nessa área de atualização dos benefícios previdenciários, para aqueles mais necessitados, como o Auxílio Brasil. Nada foi retirado. Na saúde, nada foi retirado; foi acrescentado. E, na educação, foi feita a recomposição em todas as áreas. Foi discutido algo em torno de 3 bilhões e meio, por causa do esforço dos senhores e especialmente do trabalho da nossa Senadora Rose de Freitas. Isso é prioridade!

Por que esta Comissão está tendo este desfecho, para nosso orgulho? Porque aqui não prevaleceu a vontade de um, nem da Presidente, nem do Relator. Costumo dizer que o Relator-Geral pode muito, mas não pode tudo, sem a participação, sem ouvir, sem a democracia. Eu estou nesta Casa há 15 anos! O que eu mais aprendo, diariamente, é a ouvir, a ter humildade para ouvir, a ter resiliência para vencer os obstáculos. Nós temos que entender a realidade de cada ponto deste País.

Eu fiz questão de ouvir todos os Parlamentares que me procuraram ao longo desses dois meses, porque cada um tem uma necessidade na sua região e cada região tem uma realidade diferente em nosso País. Por isso, falamos que aqui nós construímos um mosaico. Não é fácil. Nós não conseguimos atender ao desejo de todos, mas estamos avançando.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Outra característica desta Comissão, da sua pluralidade e da sua lógica, é o compromisso entre Deputados e Senadores nesta Comissão Mista, que é uma característica positiva do nosso Orçamento.

Mas só para citar um exemplo, para mim não é o melhor exemplo, o orçamento dos Estados Unidos é 100% decidido pelo Parlamento, não a execução, mas aonde vão ser encaminhados os recursos. Isso é uma lógica. É claro que nós vamos ter que evoluir, e estamos evoluindo, mas esse é o papel que nós estamos fazendo neste Parlamento.

E para falar de um assunto que eu acho extremamente pertinente e que foi motivo de várias preocupações e relações são as conhecidas RP9, as emendas de Relator-Geral. Tudo o que nós debatemos nesses últimos dois meses, Senadora Rose, Deputado Domingos, Deputado Ricardo Bastos e todos aqui que foram importantes, foi exatamente o que nós assistimos. Isso tem que servir de aprendizado. Não por acaso, Deputado Zarattini, Deputado Hildo, Deputado Danilo Forte, eu propus uma PEC, dentro do meu relatório e assumo como responsabilidade, não só para podermos avaliar e aprofundar a discussão do teto de gastos, a questão do corte de despesa de todos os Poderes, para aproveitamento pelas políticas públicas, como também a retirada de qualquer restrição para aplicação desses recursos que sobram.

Então, aqui é uma proposta que eu estou fazendo, estou assumindo essa responsabilidade numa proposta de PEC, e também estou colocando que essa ação do Relator-Geral não pode ser uma ação isolada. A nossa Resolução nº 6, que é abalizadora, tem lá no seu art. 27 a criação de um Comitê de Parlamentares. Vamos fazer! Eu estou disponível, estou disposto a fazer isso, porque aqui ninguém se constrói sozinho. Não há mão isolada nesse momento, por mais poder que se tenha. Quanto mais poder, melhor age quem compartilha, quem discute. Pode errar, mas erra de forma compartilhada, assume, constrói, renova.

Essa é a proposta. Vamos fazer uma instrução normativa para poder dar transparência e clareza a essas ações, é isso que a sociedade cobra. Mas além de cobrar, a imprensa, todos que fazem seu trabalho, vamos olhar não só as emendas RP9, que captam 16 bilhões, mas todos os recursos que são disponíveis. Vamos olhar o Orçamento como um todo.

Eu disse isso numa entrevista e quero repetir aqui: quanto mais luzes nós colocarmos no Orçamento público, quanto mais pessoas estiverem acompanhando o nosso Orçamento público, onde as despesas estão sendo alocadas, aonde estão sendo conduzidas, melhor para a sociedade e mais avanço nós vamos ter.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Essa é a forma. Por isso nós estamos representando na Câmara, a sociedade e no Senado, os Estados. Eu acho que houve um acréscimo, um crescimento, um amadurecimento desta Comissão em vista de tudo que aconteceu durante esse período. Mas o papel de cada um foi importante para que nós pudéssemos chegar aonde nós estamos chegando, ele foi importante em todos os avanços que nós tivemos aqui. Não houve nenhum avanço de forma isolada.

Peço desculpas às pessoas que me procuraram e não pude dar atenção.

Peço desculpas por, num momento de impertinência, uma ação um pouco mais grosseira que possa ter tido não só com as pessoas, os agentes, a sociedade que vem me procurar, mas também com os meus colegas. Às vezes, num momento de pressão, nós podemos fazer um desabafo.

E agradeço a compreensão e a paciência de todos que fizeram este trabalho aqui.

Eu quero fazer também um registro muito especial, Presidente Rose. Permita-me usar mais alguns minutos para mencionar, dentre todos os servidores que atuaram neste trabalho, os consultores da Câmara e do Senado que foram e são incansáveis nessa metodologia de trabalho do Orçamento. Eu quero agradecer ao Wagner, Tadeu, Ricardo, Vinicius Cardoso, Volpe, Marcelo Rezende, Hélio, Graciano, Eugênio, Lúcio, Gabriel, Fernando, Rodrigo, Simplício, Cosentino, Ingo, Márcia, Paulo Bijos, D'Ávila, Dayson, Marcos, Tanno, Thiago, Bruno, Vinícius, Tubaki, Wellington, Túlio, Mauro, Júlia, Sidney, Gardel, Tadao, Fidelis, Tollini, que são consultores da Câmara, e ao Vinicius Amaral, Maurício, Ana Claudia e Aritan, consultores do Senado.

Aqui, eu peço também uma salva de palmas para todos eles. (*Palmas.*)

Peço também desculpas a eles, porque foram algumas madrugadas nas últimas semanas, foram 12 dias de esforço concentrado que eles souberam compreender. E foi um grande aprendizado para todos nós.

A todas as categorias que nós pudemos contemplar aqui eu peço que tenham essa compreensão e essa dimensão. Nós estamos chegando a um momento muito delicado, mas muito importante para o País, e precisamos dar este exemplo. A aprovação deste Orçamento, nesta noite, vai ser um marco fundamental, não só por causa dos benefícios para o País que vão ser distribuídos em renda, mas também por causa da resposta deste Parlamento, que tem maturidade suficiente para mostrar a sua eficiência e também a sua transparência.

Muito obrigado a todos vocês.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - Presidente Rose, eu não sei se V.Exa. está me ouvindo. Estou participando remotamente. Fui chamada anteriormente, mas eu estava em deslocamento. V.Exa. pode me conceder o uso da palavra só por 3 minutinhos?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. tem a palavra.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - Presidente Rose, boa tarde. Boa tarde a todos os membros que estão fisicamente aí em Brasília. Estamos numa tarde muito importante, quando vamos votar o orçamento público. Nós sabemos do esforço de todos — do Presidente, do Relator, que acabou de falar, e dos assessores — em compor todos os interesses das diversas bancadas da Câmara e do Senado para fazer um ajuste no Orçamento que contemple a todos.

Mas eu não poderia deixar de registrar o meu posicionamento e considerar todas as circunstâncias que estamos vivendo, em especial, a questão da pandemia. Acredito que, agora, não seria o momento para se fazer reposição de salário do funcionalismo público. Há várias categorias, inclusive na área da saúde, que buscam essa recomposição e não foram atendidas. E quero falar também, principalmente, da questão do fundo eleitoral.

Eu protocolei um destaque na Comissão contra a emenda do Relator sobre essa questão do aumento do valor do fundo. Em 2018, nós tivemos um Fundo Partidário para atender 35 bancadas no valor de 1,7 bilhão de reais. Em 2020, houve aumento para 2 bilhões de reais. Agora, nós entendemos que o Brasil não comporta e o povo brasileiro não quer um fundo de mais de 5 bilhões de reais, principalmente neste período difícil pelo qual estamos passando, um período em quando tivemos uma grande polarização da sociedade por conta da pandemia, inclusive com a politização da pandemia. Apesar disso, vamos agora prever 5 bilhões de reais para as campanhas eleitorais do próximo ano. Acho que a população brasileira não quer que isso se efetive.

Por essa razão, fizemos um destaque, assim como acredito o Partido Novo também fez, para que possamos reconsiderar essa decisão e manter os valores previstos na lei. Acredito que esse é um clamor da sociedade brasileira. E eu não poderia deixar de vir aqui e registrar esta posição.

Mesmo assim, parabenizo todos da Comissão pelos esforços em busca de um acordo. Vamos levar adiante esta discussão aqui na CMO entre os membros da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Bom, isso é o que eu gostaria. E informo que foram apresentados 68 destaques.

Vamos encerrar a discussão e passar à votação do relatório apresentado na Câmara dos Deputados.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, há espaço ainda para debater com o Relator? A bancada do PSOL apresentou dois destaques, mas eles podem ser retirados, se vierem a ser acolhidos pelo Relator. Este é o momento para tratarmos do assunto ou vamos deixar que o destaque seja anunciado, para que possamos tratar do tema?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. conhece o Regimento Interno. Nós vamos passar à votação do relatório, ressalvados, obviamente, os destaques apresentados.

Passamos à votação na Câmara dos Deputados.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, desculpe-me interromper V.Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não, Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, é evidente que eu conheço o Regimento. A minha pergunta é sobre o momento para dialogar com o Relator sobre pontos que ainda possam ser modificados antes da votação do relatório-geral, sem se entrar nos destaques. Isso ainda pode ser feito agora ou o Relator e V.Exa. só aceitarão discutir após o anúncio do destaque? Podemos retirar nosso destaque, se acolhido agora. Trata-se de uma questão simples, e achamos que pode ela ser acolhida pelo Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não temos dificuldade em acolher tudo o que possa aperfeiçoar o trabalho. Apenas digo a V.Exa. que, quando a pergunta foi feita, eu estava iniciando o processo de votação. Evidentemente que V.Exa. terá espaço para defender o destaque e falar sobre ele no momento oportuno.

Eu gostaria apenas de colocar em votação o relatório apresentado, ressalvados os destaques. No momento certo, passaremos a falar sobre os destaques.

Vou colocar em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Peço a palavra para orientar a bancada do PSOL, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Para orientar, tem a palavra o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

Deputado Glauber Braga, V.Exa. tem a palavra para orientar a bancada na votação do relatório do Deputado Hugo Leal.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Obrigado, Presidente.

O nosso voto "não" é pelos motivos já elencados. Eu queria me adiantar, então, quanto ao destaque feito, que espero possa ser acolhido pelo Relator nesse período de 45 segundos.

Deputado Hugo Leal, V.Exa. disse que recompôs todo o orçamento da educação, mas houve um ponto que passou despercebido e que não foi recomposto, nem em relação ao valor





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do último ano, nem em relação ao valor que foi previsto na proposta enviada pelo Executivo. Eu me refiro à bolsa de permanência estudantil nas universidades. Nesse item houve um corte de R\$11,4 milhões no relatório setorial. E a meta seria atender 26.244 estudantes.

Quando se está discutindo um orçamento de trilhões de reais, com bilhões de reais sendo remanejados de um lado para o outro, manter os recursos da bolsa de permanência estudantil nas universidades é fundamental.

Pergunto se V.Exa. já não poderia incluir no relatório a ser apreciado esses R\$11,4 milhões que foram retirados pelo Relator Setorial da proposta que tinha sido originalmente enviada pelo Governo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu peço ao Relator que anote as questões para responder em seguida.

Mais alguém quer orientar a bancada?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu quero orientar o Partido Novo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura, para orientar o Partido Novo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Muito obrigada.

Sra. Presidente, o NOVO vai votar "não" tanto pelo valor absurdo do fundo eleitoral de 5 bilhões de reais, na situação em que o País se encontra, quanto pelo valor de R\$16 bilhões para as emendas de Relator, o que também não faz nenhum sentido. E essas razões já foram elencadas aqui. Além disso, há o problema do déficit orçamentário que já temos de R\$80 bilhões.

Então, nós vamos votar "não" e avisamos que queremos pinçar o nosso destaque, o de nº 77, para que possamos retornar o valor do fundo, minimamente, ao valor que veio do Executivo.

O NOVO orienta "não".

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Mais algum Líder quer orientar a bancada? *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - Sra. Presidente, eu também já expus, inicialmente, as razões do voto do PCdoB e quero agora, mais uma vez, reforçar o meu reconhecimento ao esforço de V.Exa. e do Relator, que apresenta um relatório com muitos avanços. Não é mais a proposta que veio do Governo Bolsonaro, mas, em função da estrutura desta proposta orçamentária, do distanciamento dela em relação às demandas sociais que o





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Brasil necessita atender e da ausência de espaço para recuperação do crescimento, nós encaminhamos o nosso voto contrário a ela.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Presidente, o PSL quer orientar.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem V.Exa. a palavra para orientar.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Mais uma vez, quero reafirmar aqui o belíssimo trabalho feito pela Comissão. Claro que o relatório é assinado pelo Deputado Hugo Leal, mas ele é fruto de um conjunto de ações, iniciativas e esforços que fizeram com que chegássemos a uma proposta que atenda a necessidade da população brasileira.

Nós temos, no que diz respeito ao Fundo Eleitoral, ressalvas a serem feitas no momento oportuno, que é no destaque. Aliás, o Regimento é bem claro no sentido de votarmos agora a inteireza do relatório. E vamos votar favoravelmente, porque nós precisamos ter saúde, educação, segurança, infraestrutura, para 2022. Votar contra o relatório para tentar antecipar a discussão da questão do Fundo Eleitoral... Respeito quem pensa o contrário, mas, na minha visão, é uma irresponsabilidade tentarmos derrubar todo o relatório por causa de um ponto específico.

Por isso, no mérito, parabenizo mais uma vez o Relator pelo belíssimo relatório. E os temas controversos serão objeto de destaque a ser discutido em momento oportuno.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Agradeço ao Deputado Sanderson.

Há mais alguém para orientar? *(Pausa.)*

Vamos passar à votação.

Em votação o relatório, ressalvados os destaques, e a Complementação de Voto nº 2 apresentada pelo Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Desculpe-me. Eu já o nomeei para esta Comissão.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Quero registrar voto contra.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Aprovado com voto contrário do Deputado Marcel van Hattem, da Deputada Adriana Ventura...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - Quero deixar meu voto contra também e pedir verificação, se possível, Presidente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - O PSOL vota contra.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - A verificação necessita de apoio. Se V.Exa. não o tiver, a verificação será negada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu apoio a verificação, Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - Eu apoio a verificação, a Deputada Adriana Ventura também. Mais algum Deputado? São necessários quatro, não é?

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (PSL - MG) - Presidente...

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Não pode computar o voto da Deputada Caroline de Toni.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tenham calma, porque a Mesa vai esclarecer.

V.Exa. quer falar?

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (PSL - MG) - Sim, Presidente. Eu estava ressaltando a questão da Deputada Caroline de Toni, que, contrariamente à orientação seguida pela Liderança do partido na CMO, tem pedido verificação em algo que já foi aqui claramente orientado pelo Deputado Sanderson, sem que ela seja membro titular da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não, verificado aqui na Mesa...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Desculpem-me, mas ela é Deputada da Comissão.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - Sra. Presidente, mas eu sou membro suplente. Então, eu quero registrar meu voto contrário.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Mas o Regimento é claro sobre isso. Não há apoio para verificação, a não ser do membro efetivo da Comissão.

Complementamos agora a votação na Câmara dos Deputados, com os votos contrários do Deputado Marcel van Hattem, da Deputada Adriana Ventura e do Deputado Glauber Braga.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Vamos passar à votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Vamos dar a palavra ao Relator, para falar quanto aos destaques apresentados. São 68 destaques.

Quero lembrar que nós vamos proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sra. Presidente, nós gostaríamos de pinçar o Destaque nº 77.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu quero pinçar o destaque.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - A Deputado Adriana Ventura também acabou de falar.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Estão falando baixo. Daqui não dá para ouvir.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) - Eu quero pinçar o Destaque nº 25, Senadora Rose. O Destaque nº 25, do Senado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O NOVO tem apoio.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Destaques nº 25 e nº 77.

Srs. Parlamentares, não será aceita solicitação para votação em separado de destaque após aprovação do requerimento para votação em globo. Estamos propondo votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator.

Está em votação...

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente, eu quero retirar os Destaques nºs 70, 71, 72, 73, 74 e 75, de minha autoria.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Estão retirados os destaques elencados pelo Deputado Hildo Rocha.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Estão ressaltados os destaques já mencionados. Certo, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Sim. Do cômputo geral, foram retirados os de autoria do Deputado Hildo Rocha.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E os que nós pedimos há pouco, então, não estão no requerimento de votação em globo. Certo?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não. Eles estão apartados, são os Destaques nº 25 e nº 77.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Está bem. Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Mais algum Parlamentar gostaria de...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - Eu gostaria também, Presidente, de pinçar o meu destaque. Eu só não estou localizando a numeração do meu destaque agora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O nome é?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - Deputada Caroline de Toni.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - A Deputada Adriana apresentou o Destaque nº 77, se não me engano.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Destaque nº 77.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, o PSOL gostaria de solicitar votação em separado dos Destaques nº 49 e nº 50.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O PSOL solicita os destaques...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Destaques nºs 49 e 50.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Para o PSOL, são os Destaques nºs 49 e 50.

Sr. Relator com a palavra.

Estão ressaltados os Destaques nº 77, a pedido do NOVO, e o Destaque nº 25, a pedido de qual partido?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) - O Destaque nº 25 é do Cidadania, Senadora Rose.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - O Destaque nº 77 é do Partido Novo, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O Destaque nº 77 é do Partido Novo.

É da Deputada Caroline o Destaque nº 23.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Concedo a palavra ao Relator.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sra. Presidente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - Perdão, Presidente, 23 ou 123?

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sra. Presidente, apesar da pertinência de todos os destaques, eu vou rejeitá-los na integralidade.

Informo ao Deputado Glauber — eu imagino que seja um destaque que S.Exa. fez para recomposição das verbas destinadas à assistência estudantil — que me parece que todos os recursos da educação já foram recompostos. Eu vi com a assessoria. Se houver alguma recomposição pendente dessa rubrica específica da assistência estudantil, será feita também.

Então, não sei qual é o seu destaque, mas estou acolhendo a manifestação de S.Exa. e acolhendo a ponderação para a recomposição total da verba para a assistência estudantil, conforme S.Exa. falou.

Os demais destaques, Sra. Presidente, apesar da pertinência e importância de vários deles...





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Sr. Relator, eu preciso apenas ressaltar que a votação em globo não ocorreu, porque os Destaques nºs 23, 25, 49, 50 e 77 não estão incluídos nessa votação.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Perfeito. Está bem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Depois V.Exa. dará parecer a cada um.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Então, eu rejeito os destaques que foram apresentados, ressaltados os que estão destacados. Nós vamos aguardar a manifestação dos demais Parlamentares.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Votação em globo dos...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, perdão.

O Deputado Hugo Leal disse que acolhe o nosso destaque, pelo que entendi, para recomposição dos recursos da assistência estudantil. Se isso for fato, podemos retirar os destaques. São dois, que tratam de 11,4 milhões de reais.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Como tenho uma ordem de votação, com exceção dos destaques que eu citei, os Destaques nºs 23, 25, 77, 49 e 50 — inclusive acho que o de V.Exa. está junto —, peço a V.Exa. que me deixe colocar em votação em globo os demais destaques.

Foi apresentado parecer do Relator contrário à aprovação dos destaques que eu ressalvei aqui.

Os demais destaques estão em votação em globo na Câmara dos Deputados.

Aqueles que votam com o Relator permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Rejeitados os demais destaques.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Quero registrar o voto contra do NOVO, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Rejeitados os demais destaques, eles não vão ao Senado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Foi registrado o voto contra da Deputada Adriana. Ela falou pelo aparelho.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Os votos que nós destacamos antes, o da Deputada Adriana e o do Deputado Glauber, somente.

Passamos agora à votação do Destaque nº 23.

O Relator vai dar seu parecer.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sra. Presidente, eu vou rejeitar o Destaque nº 23, da Deputada Caroline de Toni, pelos fatos já expostos anteriormente, apesar da pertinência. Aguardo a manifestação da Deputada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vamos colocar cada item em votação.

Deputada Caroline de Toni, gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. tem apenas 3 minutos.

O SR. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - Certo.

Eu gostaria de ressaltar que apresentei este destaque — que acredito que é similar ao do Partido Novo —, que tem a ver com a redução do Fundo Partidário prevista no relatório, no parecer do Relator, pelas razões que já expus na discussão. Nós estamos em ano de pandemia. Tivemos, em 2018, um Fundo Partidário de R\$1,7 bilhão e, em 2020, de R\$2 bilhões, que atendeu a todas as bancadas partidárias, aos mais de 35 partidos em 2018 e a 33 partidos em 2020. Acredito que o valor expressivo de R\$2 bilhões já atenderia às demandas eleitorais do ano que vem. Já acho esse valor alto. Particularmente, não usei Fundo Partidário na minha campanha. Não me beneficie nem de cota feminina. Conforme tive oportunidade de falar na CCJ, sou contra cota, sou contra financiamento público de campanha, e não só prego como também pratico isso.

Por isso, eu pedi a redução do Fundo Partidário, do Fundão, para o ano que vem, para retomarmos os valores originários previstos na lei.

Peço, então, a colaboração, o apoio dos colegas para a aprovação deste destaque. É isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Sr. Relator, para falar sobre o Destaque nº 23.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sra. Presidente, conforme havia falado, esta matéria já foi objeto de discussão muito intensa por parte desta Comissão. Apesar da defesa feita pela Deputada Caroline de Toni, eu voto pela rejeição do Destaque nº 23, exatamente porque a maioria deste colegiado já se manifestou sobre o tema, que guarda pertinência com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e está dentro do escopo de aprovação deste Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vamos passar à votação do destaque, com parecer contrário do Relator.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Peço só 1 minuto, Sra. Presidente. Estamos com dificuldade de acessar o texto. Este destaque é igual ao Destaque nº 77, do





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Partido Novo, ou os destaques são diferentes? Pergunto por causa da defesa da Deputada Caroline de Toni.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Marcel, peço compreensão a V.Exa., ao Deputado Danilo e aos demais, porque nós precisamos entender o que estamos votando.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - É diferente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - A assessoria informa que os Destaques nºs 23 e 25 são idênticos.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - São idênticos? Um vai perder o objeto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O Destaque nº 77 é diferente, então.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não, nós estamos falando dos Destaques nºs 25 e 23.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Está bem. Mas há diferença entre este e o Destaque nº 77?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu estou tentando, Deputado Danilo.

O Destaque nº 77 é diferente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - É diferente. Só para saber se este não vai prejudicar. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vamos passar à votação do parecer do Relator.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu peço compreensão, por favor. Outros que não entendem querem que eu repita que o parecer do Relator é pela rejeição do Destaque nº 23, defendido pela Deputada Caroline de Toni.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Presidente, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O assunto é sobre a votação, Deputado Sanderson?

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - É sobre a votação. Nós conversamos com a própria assessoria agora e me parece que o texto está confuso. Conceitualmente, por exemplo, boa parte dos Deputados do PSL é contra o fundo eleitoral. Seria preciso — não sei se é o caso — a Deputada Caroline de Toni fazer aqui um esclarecimento, um embargo de declaração,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dizendo qual a diferença entre este destaque dela e o destaque do NOVO, porque, se forem idênticos...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não, já foi dito que não são.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Se forem idênticos, este destaque vai fazer com que o do NOVO perca o objeto.

Registro que nós somos contra o fundo eleitoral.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Sanderson, quero esclarecer a V.Exa. que cada um tem o direito de defender o seu destaque. Se houver absoluta identificação entre um e outro, um será prejudicado pela votação anterior. Mas, se houver mínima alteração, terá que ser considerada a votação.

Agora, estamos caminhando...

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Presidenta Rose...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não, Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) - Peço apenas um esclarecimento. A Deputada parece ter feito uma defesa falando o tempo todo em Fundo Partidário. Está havendo uma confusão não só em relação ao fato de os destaques serem iguais ou não, mas também quanto à própria defesa da Deputada. Então, também em prol do entendimento de quem está nos assistindo, ela precisa esclarecer se se refere ao fundo eleitoral ou ao Fundo Partidário, que são coisas diferentes.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O Destaque nº 23 e o Destaque nº 25 guardam identificação.

Vamos colocar novamente em votação o parecer do Relator. Permitam-me concluir esta votação. O parecer do Relator é pela rejeição do Destaque nº 23.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que aprovam o parecer do Relator, pela rejeição, permaneçam como se acham.
(Pausa.)

Rejeitado, com o voto contrário do Deputado Sanderson, da Deputada Dra. Soraya...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O Deputado Marcel e a Deputada Adriana também.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - E o meu também, Presidenta, a autora do destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Marcel, é só manifestação?





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Peço que registre o voto contrário do PSOL também, Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sim, eu não voto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não vota o Deputado Marcel.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Estou aqui apenas como Vice-Líder.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - A Deputada Caroline também.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu vou fazer um pedido. Há uma consciência generalizada sobre o que podemos ou não fazer. Não pode levantar a mão para votar quem não é membro, nem para usar da palavra, para discussão e encaminhamento pelo partido.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pode. Depois vamos conferir se o suplente ocupa a vaga de alguém ou não. Está certo?

Os votos estão computados. *(Pausa.)*

Rejeitado na Câmara.

Não vai ao Senado.

O Destaque nº 25, idêntico ao Destaque nº 23, fica prejudicado.

Sr. Relator, passamos agora ao Destaque nº 77.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Posso defender?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Defender o quê?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O Destaque nº 77.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Depois que o Relator se pronunciar.

Com a palavra o Relator, para falar sobre o Destaque nº 77.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - O destaque, Sra. Presidente, é a supressão parcial do dispositivo que trata do Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Essa matéria, repito, foi bastante debatida, foi objeto da manifestação de vários Parlamentares.

Nós entendemos que estamos aplicando a LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias, que, em seu escopo, estabeleceu o percentual de 25% do orçamento do Tribunal Superior Eleitoral para o fundo. Como estamos aplicando a legislação pertinente, não vemos motivo para fazer nenhuma modificação.

Apesar do respeito que tenho tanto pelo Deputado Marcel quanto pela Deputada Adriana Ventura, que foi subscritora desse documento e que muito colaborou com esta Comissão e com este Relator, principalmente para a definição de estratégias de transparência para as





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

emendas de Relator, eu não vejo pertinência no destaque ou motivo para acatá-lo, porque nós avançamos no tema e temos fundamentos para essa alocação de recursos.

Portanto, eu rejeito o Destaque nº 77, apresentado pelo Partido Novo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em votação...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Posso fazer a defesa do destaque?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não, V.Exa. não pode.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu posso fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - A Deputada Adriana Ventura está em tela e fará uso da palavra.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Então, ela faz.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Está difícil concluir uma frase.

Vamos lá, Deputada Adriana. Seja bem-vinda!

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Senadora Rose.

Na verdade, o nosso destaque tem muita pertinência, uma vez que, caro Relator, o art. 12 da LDO estabelece que o fundo eleitoral será calculado por meio da soma entre a compensação fiscal da propaganda eleitoral e 25% das dotações orçamentárias da Justiça Eleitoral em 2021 e 2022, mas não deixa claro o momento a tomar como referência do Projeto de Lei Orçamentária de 2021 e 2022. Não fica claro se os 25% do orçamento da Justiça Eleitoral serão calculados com base nos valores do projeto original, do relatório setorial ou do relatório final.

Outro ponto que eu quero apresentar para justificar o nosso destaque, que tem muita pertinência, é que, pelo art. 13º da LDO, que trata das chamadas reservas de contingência, há uma concorrência entre as emendas de bancada e o fundo eleitoral. Pelo cálculo do fundo eleitoral, o valor devia ficar até menor do que os 2,1 bilhões de reais que foram enviados pelo Executivo — ficaria em torno de 1,9 bilhões de reais.

Nesse sentido, nós só queremos sugerir, tendo em vista as diferentes interpretações entre técnicos e tudo o que já foi falado sobre esse valor exorbitante, que seja retomado o valor original de R\$2,1 bilhões enviados pelo Poder Executivo no Projeto de Lei Orçamentária para 2022.

Por isso, eu faço um apelo ao Sr. Relator para que tenhamos aqui uma ponderação em relação a esse questionamento, a fim de que fique claro.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vamos devolver a palavra ao Relator, porque a Deputada fez um apelo direto a S.Exa., que já deu o parecer anteriormente.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sra. Presidente, mais uma vez eu quero registrar aqui que a Deputada Adriana Ventura muito colaborou com este Relator-Geral para uma série de apontamentos. Eu respeito muito a visão da Deputada Adriana Ventura. E, repito, faço esse destaque aqui não como metodologia para conquistar o voto ou a visão dela. Eu tenho certeza absoluta de que aqui nós agimos da forma mais transparente, mais clara possível, obedecendo aos preceitos que regem a matéria.

O que nós estamos fazendo aqui, dentro do que nos é permitido e dentro dos acordos, não é uma vontade exclusiva do Relator, mas uma vontade do colegiado. É assim que nós estamos procedendo.

Eu, apesar de compreender a manifestação e a visão da Deputada Adriana, permaneço na rejeição do destaque, para que nós possamos votar a matéria final.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Rejeitado o destaque.

Passamos à votação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Peço a palavra para a orientação.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Marcel, eu não sou muito apegada a Regimento Interno. Eu vou dar a palavra a V.Exa., mas V.Exa. não tem o direito de encaminhar.

V.Exa. pode falar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não tenho, não?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu só quero fazer a orientação do Partido Novo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pode falar. Eu já lhe concedi a palavra.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Obrigado, Presidente. V.Exa. tem sido muito tolerante. Não à toa, tem recebido os parabéns dos membros da Comissão pela condução dos trabalhos. Muito obrigado.

Nós aqui fizemos esse destaque para reduzir o valor do fundo. Aliás, nós somos contra a existência do fundo eleitoral desde a sua criação e nós entendemos que nem os 2,1 bilhões de reais que estavam previstos na Lei Orçamentária deveriam ser aprovados. Já não eram suficientes 2,1 bilhões de reais? Aumentaram para 5,7 bilhões de reais. Agora esta Comissão reduz para 4,9 bilhões de reais, mas ainda é o dobro dos 2,1 bilhões.

Eu peço aos Deputados e Senadores que tenhamos consciência da realidade lá fora. Parece que não há essa consciência em relação ao que está acontecendo no Brasil, com a





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sociedade. Há pessoas passando fome, e a Câmara e o Senado, o Congresso Nacional, estão aprovando um Orçamento com quase 5 bilhões de reais para pagar a campanha política. Não acredito em tanta insensibilidade.

Voto contra.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Essa última parte eu não posso autorizar, pois V.Exa. não vota nesta Comissão.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Oriento contra pelo Partido Novo. Obrigada, Sra. Presidente. Como Vice-Líder — Vice-Líder *ad hoc* —, eu oriento contra.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

Vamos passar à votação do parecer pela rejeição do Relator ao Destaque nº 77.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Quero orientar o PSOL, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Para orientar o PSOL, tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, o PSOL sempre defendeu e vai continuar defendendo o financiamento público das campanhas eleitorais. Mas nós entendemos que isso não pode ser sinônimo de campanhas bilionárias. As campanhas podem ser com financiamento público, porém modestas.

E existe uma enorme desproporção, inclusive, com a colocação desse fundo bilionário à disposição dos partidos que já têm força política do ponto de vista do quantitativo parlamentar. Organizações menores ficam prejudicadas por uma correlação de forças que faz com que não haja uma alteração estrutural, respeitando o que é a vontade popular.

Então, Presidente, pelo financiamento público, "sim"; pelas campanhas bilionárias, "não". O PSOL está orientando a favor desse destaque e já manifesta, de antemão, o apoio ao pedido de verificação, se houver.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Peço verificação, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vamos passar à votação na Câmara dos Deputados do parecer do Relator, que foi pela rejeição.

Aqueles que acompanham o parecer do Relator na Câmara dos Deputados permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Com os votos contrários do Deputado Sanderson e do Partido Novo, do Deputado Marcel, foi aprovado o parecer do Relator.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - A Deputada Adriana e o Deputado Glauber também, Presidente.

Aliás, eu queria pedir verificação.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputada Adriana, toda vez que o Marcel levanta a mão e eu não a vejo na tela, eu vou pela manifestação dele.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Combinado, Presidente. Está tudo certo.
Eu queria pedir verificação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Solicitamos verificação.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O destaque foi rejeitado.

Não vai ao Senado.

Passa-se à votação.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu queria pedir verificação, Presidente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - O PSOL apoia.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Peço verificação, Presidente, como Vice-Líder do NOVO. Nós pedimos a verificação, e há mais pedidos. Eu ouvi o Deputado Glauber pedindo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) - O Cidadania apoia a verificação, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Olha, se V.Exas. falarem ao mesmo tempo, não há condições de eu decidir.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - O PSOL apoia a verificação.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Só há dois apoios, não há condição de decidir.

Rejeitado o pedido.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O Deputado Sanderson está pedindo também, Presidente. Ele é Vice-Líder.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - O Deputado Sanderson e a Deputada Caroline de Toni também, Presidente. Há mais de quatro Deputados pedindo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputada Adriana, V.Exa. pode falar novamente, com calma, por favor.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Pois não, Senadora Presidente.

Nós pedimos verificação e temos o apoio do Cidadania, do Deputado Glauber, que é do PSOL, temos o apoio do Deputado Sanderson, que votou contra. Então, já temos quatro. Vale a verificação. Eu queria pedir para a Deputada Caroline de Toni também apoiar e outros Deputados que não concordem com o aumento para 5 bilhões de reais.

Então, eu queria apoiar e pedir para quem quiser manter em 2 bilhões de reais que peça a verificação, por favor.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Presidente Rose, eu quero fazer um registro importante. Como nós temos aqui três membros titulares e há uma dúvida, quero dizer que o meu pedido de verificação é em meu nome, não é em nome do PSL, mas em meu nome, do Deputado Sanderson.

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (PSL - MG) - Não há número suficiente para verificação, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Um minutinho. Eu tenho que verificar e comunicar ao Plenário para que não haja confusão. *(Pausa.)*

Não há número para verificação. Há o PSOL, do Deputado Glauber...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - Eu, Deputada Caroline de Toni, apoio também a Deputada Adriana Ventura no pedido de verificação, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vamos lá. Não há número...

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Presidente, por gentileza, até para esclarecer, quem são os Deputados titulares do PSL no sistema?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu ia falar agora.

Os Deputados titulares da Comissão são: o Deputado Coronel...

Estamos verificando. O apoio precisa de manifestação, e é intransferível.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Não, mas a Deputada Caroline de Toni está no lugar do Deputado Coronel Tadeu. Se ela estiver, vale o apoio dela, correto?

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (PSL - MG) - Quem está é o Delegado Marcelo Freitas, presente em plenário, Deputada Adriana Ventura.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não há número para a verificação de quórum.

O destaque não vai ao Senado.

Passamos agora ao Destaque nº 49.

Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Presidente, eu gostaria de me manifestar nos Destaques nºs 49 e 50, porque ambos tratam do pedido do Deputado Glauber Braga para a recomposição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, dessa rubrica.

Eu quero informar que já foi autorizada a recomposição dos valores que foram apresentados. Esses destaques perdem o seu objeto, porque essa recomposição já está feita.

Agradeço ao Deputado Glauber Braga.

A recomposição foi atendida porque se trata de matéria da área de educação. O que houve foi que, no relatório inicial, realmente, isso tinha entrado na proposta de corte. Mas, ao





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apresentar o relatório suplementar, a segunda parte do relatório, nós contemplamos os valores da educação de forma integral.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu quero apenas pedir ao pessoal do café que me ajude.

O Destaque nº 49 está prejudicado, porque foi atendido antecipadamente pelo Relator.

Passamos agora ao Destaque nº 50, Sr. Relator. É o último destaque em votação.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - A minha manifestação será na mesma linha da feita para o destaque anterior, Sra. Presidente.

O destaque do Deputado Glauber é destinado à unidade orçamentária Ministério da Educação — administração direta. Já houve a recomposição dos valores para as unidades de administração. Esse pedido do Deputado Glauber já está reconhecido e deliberado pela Comissão. No complemento de voto, nós conseguimos recompor, em sua integralidade, os valores da educação. Então, o destaque está prejudicado, uma vez que já foi atendido.

Agradeço ao Deputado Glauber Braga, que apresentou esse destaque e se somou aos Parlamentares no esforço com relação à educação nesta Comissão.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, tomo a liberdade só de deixar...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O Destaque nº 50 está prejudicado, porque foi atendido pelo Relator.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, quero só deixar um registro de agradecimento ao Relator pelo acolhimento da minha demanda, o que faz com que o destaque não venha a ser votado. Fica o meu agradecimento ao Relator nesse ponto em específico em que o acolhimento aconteceu.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

Devido ao resultado da votação anterior, pela manutenção do parecer do Deputado Hugo Leal pela rejeição do último destaque apresentado na Câmara, nós damos por votado o Orçamento da União.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente, só quero fazer um registro de agradecimento ao Deputado Glauber Braga, do PSOL, que manteve o acordo de pedir verificação nominal na votação do destaque.

Obrigado, Deputado Glauber.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Nós havíamos votado o relatório. Em seguida, vieram todos os destaques. O Relator se pronunciou globalmente; depois, individualmente sobre os Destaques nºs 23, 25, 49, 50 e 77. Portanto, rejeitados os destaques, nós permanecemos com o voto no relatório apresentado inicialmente na Câmara e no Senado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Foi aprovado o relatório. *(Palmas.)*

Eu quero alertá-los para o fato de que nós iremos ao plenário votar, no Congresso, o relatório apresentado pelo Deputado Hugo Leal.

Antes disso, se me permitirem o Vinícius e o Wagner, eu gostaria de dizer...

Enquanto isso, quero parabenizar o Deputado Glauber pelos seus destaques.

Deputado Danilo, posso concluir? *(Pausa.)*

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - É a suma de todos.

Eu gostaria de fazer um agradecimento e de destacar as palavras...

(A Sra. Presidente faz soar as campainhas.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu queria destacar as palavras do Deputado Vicentinho, que, no seu pronunciamento, falou uma coisa muito importante. Evidentemente, eu vou levar todas as palavras com o sentimento de que nós temos quando lutamos uma batalha em que todos estão unidos e em que o desempenho é a favor de um universo bem melhor do que nós estamos tratando, que é a vida humana no Brasil.

Todas as pessoas precisam que o Orçamento seja o mais justo possível, que ele tenha um olhar atento às necessidades dos mais necessitados. Então, quando V.Exa. destacou aqui os agentes, eles ficaram emblematicamente inseridos na luta desta Comissão.

Há um versículo de São Paulo que diz: *"Muito será cobrado a quem muito houver confiado"*. Não poderíamos fazer menos, todos nós, do que nos propusemos a fazer, na confiança do que nos foi delegado.

Eu o parabenizo pelo seu sentimento e quero que ele esteja confortável em todos os Parlamentares.

O Deputado Danilo principalmente, que é uma pessoa ruidosa, mas muito concisa no trabalho da Comissão.

E quero dizer aqui ao Deputado que primeiro sofreu nesta Comissão, que é o nosso querido Relator da LDO — ele está aqui —, o Deputado Juscelino. Eu prefiro dizer...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não, não há o que desculpar. Eu posso esperar.

Quero dizer a todos que trabalharam nesta Comissão o meu muito obrigado e que a luta continua, principalmente a quem está nos ouvindo ali. A luta continua. Este pequeno momento foi uma pequena vitória, uma ínfima vitória, mas foi uma vitória. A luta continua. Estejam





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

atentos a todos os Parlamentares que se postam ao lado de vocês nessa luta. Isso é um exemplo para que a sociedade orgânica veja, no exemplo de vocês, a determinação.

Muito obrigada.

Acreditem no que eu vou falar. Parece um destaque enorme presidir a Comissão — é uma honra! —, mas ainda quero lembrar a luta das mulheres para superar obstáculos. Eles existem todos os dias, todas as horas.

Aqui nós tivemos — nunca faltou de qualquer colega — o respeito, a solidariedade, o carinho, o incentivo. Muitas vezes, nós usamos a frase "eu te amo" aqui para tentarmos nos aconselhar, nos acomodar, nos aproximar. Melhor seria se todos nós pudéssemos dizer a este Brasil, a este outro Brasil que não pôde entrar neste Orçamento, a este outro Brasil que ainda sonha com uma justiça social, a este outro Brasil que ainda acredita que a luta da vacina é a preservação da vida, a este outro Brasil que procura caminhos todos os dias para chegar a algum lugar.

Por que nós estamos falando tanto aqui de agentes de saúde? Porque eles ficaram aqui. Houve algum dia em que vocês não encontraram um agente de saúde nesta Casa? Não houve.

No entanto, eles pediam: *"Nós queremos falar. Nós queremos nos posicionar. Nós queremos ajuda. Nós queremos apoio"*.

Eu quero dizer a V.Exas. — e não posso dizer isso no meu Estado, porque eu apanho — que estou no oitavo mandato e tenho uma grande decisão pela frente sobre continuar ou não. Mas continuar faz parte da grande luta que temos a travar por este País. É preciso continuar, ainda que relutemos quanto a isso.

Vemos exemplos como o do destemido Senador Izalci; o do Senador Weliton Prado, que dá um trabalho danado; o do Deputado Daniel; o da Deputada Soraya, que está aqui conosco, e por aí afora. Gente, em cada lugar, sempre encontraremos alguém solidário. Não temos que desanimar. Eu estou falando isso para mim. Quero dizer que estou firme na caminhada, Deputado Danilo. Estou firme na caminhada, Senador Weliton. E a todo o povo brasileiro eu quero dizer só uma palavra: continuemos. Ninguém nos vencerá. Ainda que, por um momento, vocês tenham se sentido... E a maior parte ali é de mulheres. E há de ser assim para sempre, mais e mais.

Quando eu desabafava com o Deputado Danilo e com outros mais próximos, eu mostrava apontava para uma mulher — havia uma senhora do lado de fora —, e dizia que ela deixa o filho em casa, muitas às vezes sem saber com quem, às vezes com a vizinha ao lado,





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

caminha por uma estrada de terra, muitas vezes, sem condução, sem alimento, tudo isso para trabalhar, para servir ao povo brasileiro.

Longe de nós Parlamentares pensar que estamos próximo do que vocês nos ensinaram aqui. Portanto, só quero dizer: vamos continuar. Ainda que amanhã não estejamos aqui, eu e o Senador Izalci... Na última vez que eu disse isso, a pessoa que estava do lado achou que eu estava desejando que ele morresse. E eu tive que me explicar.

Vamos continuar. Seja quem for que esteja aqui, seja quem for que esteja aí, vamos continuar. Mais do que isso, vamos perseverar. Temos que perseverar sempre. Alguém, nos Estados Unidos, um dia ganhou uma eleição e disse seguinte frase: *"Sim, nós podemos"*. Eu diria que nós podemos muito mais do que as pessoas pensam que nós podemos.

E agora eu falo para as mulheres do meu País. Na primeira vez em que eu presidi esta Comissão, eu fui a primeira mulher a presidi-la. Depois de mim houve outra, voltei eu agora e outras mulheres virão. Na primeira vez em que eu presidi uma Comissão na Assembleia Legislativa, eu fui a primeira mulher a ficar grávida durante o mandato de Deputada Estadual. E qual era a pergunta que me faziam? *"Como é que a senhora vai tirar licença?"* A Constituição Federal não me dava o direito à licença-maternidade. Ela só dava direito aos Parlamentares — e sempre no masculino — de tirar licença para missão oficial, para tratamento de doença e para assuntos particulares. E o meu caso não era nenhum desses, era uma gravidez. O que aconteceu? Fui ao Presidente da Casa e disse: *"Sr. Presidente, eu queria levantar essa questão"*. E ele me disse: *"Que confusão vocês mulheres arrumam. Você pode arranjar um atestado de que está com tendinite, apendicite ou coisa parecida"*. Mas eu não tinha uma doença. Então, eu tive que parir a Júlia num dia — e ela, tinhosa como é até hoje, nasceu no dia 28 de fevereiro — e, no outro dia, eu tinha que estar na Assembleia. O que eu quero dizer com isso? Que a Constituição Federal, em 1982, não previa que poderia haver uma mulher no Parlamento, como também não previa que, nos hospitais, a enfermagem fosse desenvolvida em 90% por mulheres; não previa que dentro dos hospitais 50% dos que exercem a medicina são mulheres.

O mundo está mudando pelas mãos das mulheres. Eu estou mudando alguma coisa aqui? Não. Mas eu quero agradecer a V.Exas. — e o Deputado Daniel sabe que eu só sei falar com o coração e até brigo com o coração — e lhes pedir que abracem todas as mulheres deste País, porque é junto com elas que nós vamos mudar o Brasil. Se as mulheres abraçarem a luta pelo meio ambiente, se as mulheres abraçarem a luta pelas vacinas, eu duvido que alguém, esteja no mais alto cargo ou no menor deles, possa vir lutar contra elas. Nós precisamos acreditar nisso.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agradeço a cada um de V.Exas. que acreditou em mim como mulher dentro do Parlamento. Abracem essas mulheres guerreiras que estão na caminhada lutando pela vida do povo brasileiro.

Vamos votar o orçamento no Congresso Nacional.

Agradeçam ao Sr. Relator, que fez tudo o que foi possível.

Muito obrigada.

Está encerrada a sessão.



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

